



CNA | PRR

Comissão Nacional de
Acompanhamento do PRR

Relatório 1

2025



PRR
Plano de Recuperação
e Resiliência



REPÚBLICA
PORTUGUESA



Financiado pela
União Europeia
NextGenerationEU

FICHA TÉCNICA

Título: Relatório 1/2025

Aprovação: 30/05/2025 em reunião de Plenário (por unanimidade)

Edição: Comissão Nacional de Acompanhamento do PRR

Endereço: Campus APP

Avenida João XXI, 63

1000-300 Lisboa

Email: geral@cnaprr.pt

www.cnaprr.pt

Data: maio de 2025

Índice

Índice	2
PARTE A	5
Organização do relatório	5
1. Nota introdutória	7
2. Reprogramação	10
3. A execução do PRR nos 27 países europeus	12
4. Avaliação qualitativa dos investimentos e recomendações das Comissões Especializadas	17
4.1. Resumo das avaliações qualitativas	17
4.2. Resumo das avaliações e recomendações das cinco Comissões Especializadas	19
4.2.1. Comissão Especializada de Social	19
4.2.2. Comissão Especializada de Transição Digital	29
4.2.3. Comissão Especializada de Clima e Energia	38
4.2.4. Comissão Especializada de Economia e Empresas	44
4.2.5. Comissão Especializada do Território	51
5. Balanço Global e Recomendações Transversais	56
5.1. Aspectos positivos	56
5.2. Constrangimentos verificados	56
5.3. Recomendações Transversais	57
Anexo I	66
Avaliações qualitativas por componente	66
PARTE B	75
Nota Introdutória e metodologia	75
Comissão Especializada Social	79
Componente C01 Serviço Nacional de Saúde	82
Componente C02 Habitação	107
Componente C03 Respostas Sociais	116
Componente C04 Cultura	131
Componente C06 Qualificações E Competências	150
Comissão Especializada Transição Digital	184
Componente C01 Serviço Nacional de Saúde	186

Componente C05 Capitalização e Inovação Empresarial	192
Componente C16 Empresas 4.0	195
Componente C17 Qualidade e Sustentabilidade das Finanças Públicas	213
Componente C18 Justiça Económica e Ambiente de Negócios	226
Componente C19 Administração Pública – Digitalização, Interoperabilidade e Cibersegurança	231
Componente C20 Escola Digital	248
Comissão Especializada de Clima e Energia	263
Componente C10 Mar	265
Componente C11 Descarbonização Da Indústria	275
Componente C12 Bioeconomia Sustentável	278
Componente C13 Eficiência Energética Dos Edifícios	285
Componente C14 Hidrogénio e Renováveis	290
Componente C15 Mobilidade Sustentável	293
Componente 21- REPower EU	298
Comissão Especializada de Economia e Empresas	310
Componente C05 Capitalização e Inovação Empresarial	311
Componente C16 Empresas 4.0	338
Comissão Especializada Território	353
Componente C07 Infraestruturas	355
Componente C08 Florestas	365
Componente C09 Gestão Hídrica	386
Apêndice Reformas	394
Componente C01 Serviço Nacional de Saúde	394
Componente C02 Habitação	399
Componente C03 Respostas Sociais	400
Componente C05 Capitalização e Inovação Empresarial	406
Componente C06 Qualificações e Competências	409
Componente C08 Florestas	414
Componente C10 Mar	418
Componente C12 Bioeconomia Sustentável	419
Componente C14 Hidrogénio e Renováveis	420
Componente C15 Mobilidade Sustentável	421
Componente C16 Empresas 4.0	422

Componente C17 Qualidade e Sustentabilidade das Finanças Públicas	423
Componente C18 (Justiça Económica e Ambiente de Negócios)	428
Componente C19 (Administração Pública – Digitalização, Interoperabilidade e Cibersegurança)	431
Componente C20 Escola Digital	437
Componente C21 REPowerEU	438
Componente C22 Auditoria e Controlo	447

PARTE A

Organização do relatório

O relatório divide-se em três partes:

Parte A: inclui a nota introdutória, um resumo da apreciação qualitativa das componentes, bem como o resumo das apreciações e recomendações de cada uma das Comissões Especializadas. Conclui-se com um balanço global e recomendações transversais e um *follow up* das recomendações de relatórios anteriores.

Inclui-se ainda um anexo onde consta a lista das apreciações de cada um dos investimentos e a respetiva comparação com o relatório anterior.

Parte B: inclui a descrição da metodologia de apreciações e os relatórios detalhados das cinco Comissões Especializadas.

Apêndice: inclui a descrição das reformas e respetivos marcos/metast associados, bem como a indicação dos respetivos documentos que comprovam os que já se encontram concluídos (para efeitos de consulta).



CNA | PRR

Comissão Nacional de
Acompanhamento do PRR

PARTE A

1. Nota introdutória

Esta é o quinto relatório apresentado pela Comissão Nacional de Acompanhamento do PRR (CNA-PRR). À semelhança do anterior, também neste período temporal assistimos a eleições, realizadas no dia 18 de maio, p.p., após a dissolução do Parlamento. Aguardamos, quando este relatório é publicado, a indigitação do novo Primeiro-Ministro e do novo elenco governativo. Isso significará que teremos um quarto governo distinto responsável pela execução do PRR. Se é verdade que tem sido prática que, mesmo em gestão, os vários governos têm continuado a executar o PRR, bem como a aprovar vários instrumentos legais, no âmbito das suas competências, com respaldo do Senhor Presidente da República, a dissolução da Assembleia da República limita a capacidade de aprovar leis exigidas pelas reformas acordadas com a Comissão Europeia no âmbito do PRR. Por outro lado, a tomada de posse de um novo elenco governativo gera sempre um período mínimo de apropriação dos assuntos por parte dos membros do Governo e dos seus gabinetes, para além de adaptações necessárias aos procedimentos administrativos relacionados com os fundos europeus.

Durante os 10 meses que mediam desde o último relatório, assistimos à apresentação de uma nova reprogramação do PRR, apresentada por Portugal a 01/02/25, que mereceu uma apreciação positiva por parte da Comissão Europeia no dia 11/04/25 e aprovação formal por parte do Conselho Europeu no dia 13/05/2025. O “PRR 3.0”, que podemos denominar de ‘mitigação de riscos’, e que será objeto de uma análise mais pormenorizada na seção seguinte, incluiu:

- A retirada de alguns investimentos cuja execução se tornava impossível de concretizar nos prazos previstos;
- A introdução de novos investimentos;
- A eliminação de metas intermédias, alargamento de prazos para conclusão ou a;
- A redução de ambição em vários investimentos (com as consequentes implicações financeiras)
- a alteração de indicadores, com alteração de algumas metas com base em resultados para execução financeira,
- Nova redação de descritivo de metas e marcos, com o objetivo de redução da carga administrativa na avaliação ou de melhor clareza.

Foram ainda produzidas alterações na arquitetura do PRR, traduzidas, designadamente, na publicação do DL 55/2024 de 9 de setembro, de que se destacam:

- A criação de duas redes de articulação, uma para os investimentos e outra para as reformas, ambas coordenadas pelo Presidente da Estrutura de Missão Recuperar Portugal;
- A obrigatoriedade da publicação dos avisos e projetos aprovados, em formato papel ou eletrónico, nos jornais locais e regionais e num jornal nacional.

Adicionalmente, entrou em vigor a Lei 43/2024 que cria um regime especial de fiscalização prévia do Tribunal de Contas, para os projetos financiados pelos fundos europeus, criando um regime excecional da ação administrativa urgente de contencioso pré-contratual, bem como o recurso à arbitragem. Com a publicação do DL 108/2024 de 18 de dezembro, foi também dispensada a obrigatoriedade da revisão dos projetos, sempre que possa estar em causa o cumprimento dos prazos, no caso dos projetos financiados ou cofinanciados por fundos europeus. Estas alterações legislativas procuraram dar mais celeridade à execução dos projetos PRR, de forma que possam ser cumpridos os prazos previstos.

Em dezembro de 2024 foi aprovado e pago o reembolso relativo ao 5º pedido de pagamento, no montante de 2,9 mil milhões de euros, referentes ao cumprimento de 27 marcos e 15 metas. Foi ainda apresentado o 6º pedido de pagamento, que integra 32 metas e marcos, no valor bruto de 1.477¹ milhões de euros. A avaliação deste pedido de pagamento esteve condicionada à aprovação da avaliação do pedido de reprogramação, esperando-se agora a decisão da Comissão Europeia. Isto significa que, no final do ano de 2024, Portugal tinha submetido todos os pedidos de pagamento possíveis, de acordo com o regulamento do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR).

A informação pública indica que estão a ser recolhidas as evidências relativas às metas e marcos constantes no 7º pedido de pagamento para que, assim que possível, o mesmo seja submetido.

Este relatório inclui a análise de 118 investimentos ou sub-investimentos cuja autonomização² foi possível realizar, não tendo sido acompanhados 7 investimentos. A análise destes investimentos alicerçou-se em várias fontes de informação³, de forma a garantir a sua triangulação, designadamente:

- Iniciativa “Roteiros de proximidade” da CNA-PRR, com visitas aos beneficiários finais dos investimentos incluídos nas 21 componentes;

¹ Na submissão em novembro de 2024, o valor bruto era de 1.869 milhões de euros, correspondente a 30 marcos e metas. Os valores apresentados são os que decorrem da reprogramação aprovada.

² Realça-se o facto de que a apreciação da CNA-PRR pode não seguir a lógica de medida ou submedida tal como está referenciada no documento do PRR, existindo várias situações em que projetos diferentes estão incluídos na mesma medida ou submedida e para os quais se definiram apreciações diferentes, subdividindo por isso a mesma.

³ No final do relatório de cada Comissão Especializada inclui-se uma listagem das várias reuniões realizadas entre julho de 2024 e maio de 2025.

- Reuniões com os membros do Governo com tutela pelos vários investimentos;
- Reuniões com os beneficiários diretos e intermediários;
- Participação em diversos eventos relacionados com os investimentos PRR organizados por diferentes beneficiários finais ou intermediários;
- Participação em focus groups e eventos internacionais relacionados com a avaliação do PRR, realizados por entidades independentes;
- Análise documental, designadamente os registos dos investimentos constantes do Sistema de Apoio à Monitorização (SAM), gerido pela Estrutura de Missão Recuperar Portugal, com informação sobre a execução financeira dos vários investimentos;
- Análise de relatórios publicados sobre a execução do PRR elaborados por várias entidades, como o Tribunal de Contas Europeu, a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu, o Tribunal de Contas de Portugal, a Inspeção Geral de Finanças ou institutos de investigação;
- Elaboração de relatórios trimestrais por parte da CNA-PRR, com análise da execução financeira, planos de avisos, análise de fornecedores e distribuição geográfica dos investimentos;
- Análise do *clipping* diário relativo ao PRR.

A obtenção da informação e a marcação de reuniões decorreu normalmente, ressaltando-se algumas situações, em que a demora na marcação das reuniões e o envio da informação foi mais demorado por parte das entidades, situação que se considera importante de ser corrigido no futuro, em prol da maior transparência e disponibilização de informação atempada à sociedade civil.

Dá-se ainda nota que, desde fevereiro de 2023, a CNA-PRR não foi convocada para reunir com a Comissão Interministerial, órgão de gestão política e estratégica do PRR. Esta é uma Comissão que faz parte integrante da governação do PRR, sendo presidida pelo Senhor Primeiro-Ministro e pelos vários Ministros responsáveis pelos investimentos de dimensão financeira mais elevada. Entende a CNA-PRR que a não realização destas reuniões limita o potencial das recomendações que se têm vindo a formular. É entendimento desta Comissão Nacional que estes momentos são essenciais para a melhoria da execução do PRR, porquanto incorporam uma visão independente e transversal da sociedade civil.

A análise efetuada em cada um dos investimentos incorpora, por isso, as diferentes vozes que a CNA-PRR teve oportunidade de ouvir e de triangular, não se limitando apenas a uma apreciação ao cumprimento financeiro ou quantitativo da meta ou marco relacionado. Procurou-se olhar também para o processo, para as várias interações que são necessárias realizar, quer com entidades públicas, quer com as plataformas informáticas, para além de se perceber outras dimensões que podem causar dificuldades na sua concretização, tais como recursos humanos necessários, disponibilidade e custo de bens e serviços, disponibilidade de fornecedores, prazos

de entrega de equipamentos, entre outras. O objetivo de todas as interações, foi (e continuará a ser), obter um conhecimento, o mais aprofundado possível, permitindo, não apenas perceber o grau de execução, mas também identificar obstáculos e, com base na evidência e em padrões, permitindo assim propor um conjunto de recomendações que possam contribuir para melhorar a execução ou mitigar o risco da sua não execução, de acordo com indicadores e prazos definidos.

Este trabalho, de presença no terreno, por parte da CNA-PRR (e que decorre desde 2021) tem permitido construir um capital de confiança com muitos beneficiários finais e com as várias entidades públicas (beneficiários intermediários ou diretos), condição essencial para 'desatar' vários nós que nos vão sendo relatados, numa lógica de melhoria contínua, atuando muitas vezes como 'provedor dos beneficiários'.

Este relatório, integra, portanto, as conclusões deste trabalho continuado, permitindo que todos os membros da CNA-PRR complementem, com o seu conhecimento e experiência nos diversos campos em que atuam, as evidências recolhidas, resultando num documento que procura mostrar à sociedade o ponto da situação de cada um dos investimentos analisados, confrontando os avanços alcançados com as metas e os marcos.

Considera-se ser esta a melhor forma de se contribuir para a transparência, disponibilizando a informação mais atual e completa e oferecendo a cada elemento da sociedade civil um conjunto de dados que lhe permita, também, realizar um exercício de análise e reflexão sobre a realidade.

2. Reprogramação

A avaliação intercalar do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) realizada pela Comissão Europeia, e cujo relatório foi publicado em fevereiro de 2024⁴, reconhecendo atrasos e um conjunto de dificuldades e obstáculos, concluiu que é necessário introduzir maior flexibilidade neste instrumento. Desta forma, em julho de 2024 foram aprovadas linhas orientadoras para a revisão dos PRR nacionais⁵. Este exercício tem vindo a ser concretizado pelos vários países europeus beneficiários das verbas do MRR. No caso português, o Conselho Europeu aprovou formalmente a reprogramação nacional a 13/05/2025⁶.

Apresentam-se (de forma sintética) as principais modificações:

⁴ O relatório pode ser consultado [aqui](#)

⁵ As orientações podem ser consultadas [aqui](#)

⁶ O detalhe das alterações pode ser consultado [aqui](#)

- Manutenção do envelope financeiro global nos 22.216 M€, sendo 16.325 M€ com origem em subvenções e 5.891 M€ provenientes de empréstimos;
- Retirada de vários investimentos ou sub-investimentos cuja execução se revelava impossível de concretizar, designadamente o Empreendimento de Fins Múltiplos do Crato, a Linha Violeta (Loures-Odivelas) do Metropolitano de Loures, a Tomada de Água do Pomarão, a Dessalinizadora do Algarve, bem como o edifício do CITMA na Região Autónoma da Madeira e navios de transporte de passageiros e veículos na Região Autónoma dos Açores;
- Redução de ambição em alguns investimentos, como a Habitação a Custos Acessíveis, linha BRT Braga, Vouchers para Startup, Coaching 4.0, Rede Nacional de Test Beds e Digital Innovation Hubs (entre outros);
- Alteração de algumas metas para execução financeira, como a Rede Nacional de Test Beds e Digital Innovation Hubs e o Apoio às Comunidades Desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto;
- Introdução de novos investimentos ou reforço de alguns já existentes, como novos equipamentos e construção/remodelação de edifícios no SNS, novo instrumento financeiro para apoiar a inovação empresarial, equipamentos para os centros de I&D, mobilidade sustentável, Indústria 4.0, Large Language Model (LLM) em português, Inteligência Artificial para a Administração Pública e Bairros sustentáveis para combater a pobreza energética (entre outros);
- Alargamento de prazos em alguns investimentos, com particular nota para as Agendas Mobilizadoras.

No quadro seguinte apresenta-se o resumo dos movimentos financeiros por componente:

PRR 2.0 (M€)	COMPONENTES		PRR 3.0 (M€)	Diferencial (M€)
RESILIÊNCIA				
1.689	C01	Serviço Nacional de Saúde	2.058	+369
3.226	C02	Habitação	2.824	-402
1.045	C03	Respostas Sociais	1.127	+81
319	C04	Cultura	346	+27
4.911	C05	Investimento e Inovação	5.384	+473
1.959	C06	Qualificações e Competências	1.938	-21
790	C07	Infraestruturas	790	0
615	C08	Florestas	615	0
461	C09	Gestão Hídrica	236	-224
15.017			15.317	+301
TRANSIÇÃO CLIMÁTICA				
389	C10	Mar	384	-5
737	C11	Descarbonização da Indústria	737	0
145	C12	Bioeconomia	175	+30

610	C13	Eficiência Energética em Edifícios	622	+12
406	C14	Hidrogénio e Renováveis	436	+30
1.262	C15	Mobilidade Sustentável	847	-416
855	C21	REPowerEU	951	+96
4.405			4.151	-253
TRANSIÇÃO DIGITAL				
763	C16	Empresas 4.0	699	-64
406	C17	Qualidade e Sustentabilidade das Finanças Públicas	406	0
267	C18	Justiça Económica e Ambiente Empresarial	267	0
684	C19	Administração Pública Digital	702	+18
674	C20	Escola Digital	674	0
2.794				-46
22.216			22.216	

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela Recuperar Portugal na apresentação pública da reprogramação, realizada no Museu Nacional de Arqueologia no dia 11 de abril de 2025.

Estas alterações traduziram-se num aumento de investimentos, que passaram de 117 para 119 (forma introduzidos 5 e removidos 3), mantendo-se o número de reformas inalteradas. Nas metas e marcos, assistimos a uma redução de 463 para 438 (foram removidos 42 e criados 17).

Estas alterações provocaram mudanças nas metas e marcos associados a cada pedido de pagamento (do 6º ao 10º), passando o último pedido de pagamento a pesar mais (representa agora 25% dos marcos e metas totais mantendo semelhante montante financeiro). O quadro seguinte mostra as alterações efetuadas:

Pedido pagamento	Nº M&M PRR 2.0	Nº M&M PRR 3.0	Variação	Montante bruto PP
6º PP	30	32	+2	1.479 M€
7º P	47	20	-27	1.207 M€
8º PP	21	22	+1	1.294 M€
9º PP	133	99	-34	2.621 M€
10º PP	85	113	+28	5.434 M€

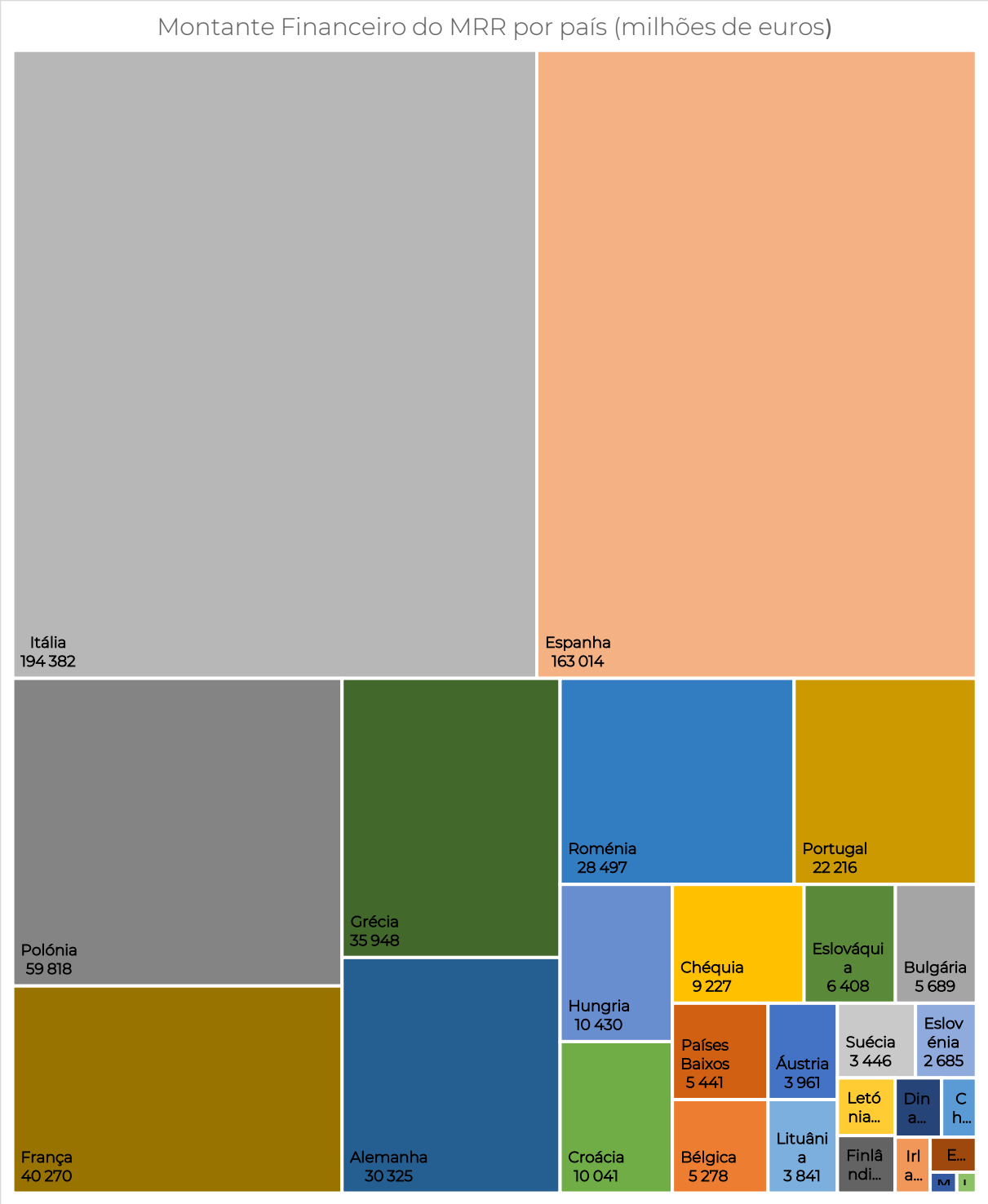
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados disponibilizados pela Recuperar Portugal na apresentação pública da reprogramação, realizada no Museu Nacional de Arqueologia no dia 11 de abril de 2025.

3. A execução do PRR nos 27 países europeus

Este relatório é publicado decorridos cerca de 4 anos desde a aprovação do MRR, ou seja, passado que está cerca de 80% do tempo previsto para a sua execução.

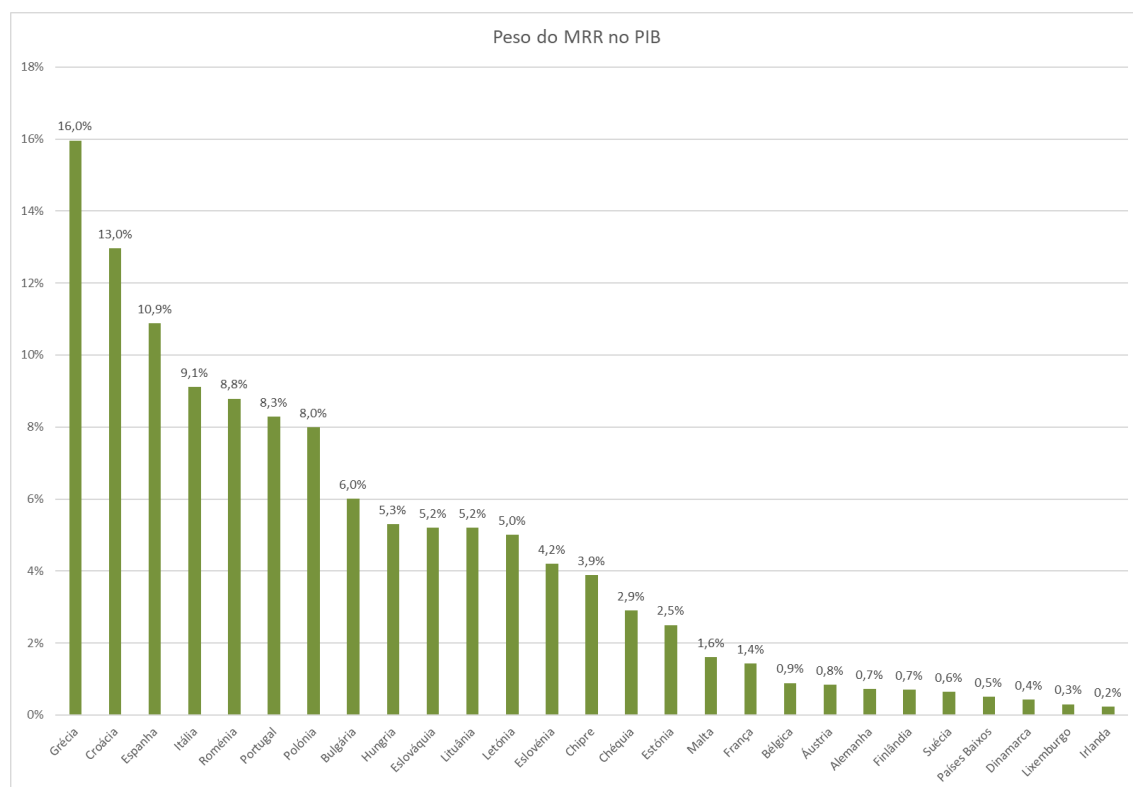
Dos 735 mil milhões disponíveis para serem utilizados pelos 27 países, foram mobilizados cerca de 650 mil milhões. Na figura seguinte é possível verificar a distribuição dos montantes por cada país. Destacam-se a Itália e a Espanha, com cerca de 30% e 25% do montante global do MRR, respetivamente, representando mais de 50% do total. Segue-se a Polónia (9%), a França (6%) e a Grécia (5,5%). A

concentração do MRR é muito significativa, pesando os três maiores beneficiários 64% e os cinco maiores 75%. Portugal representa 3,4% do MRR, um valor superior ao peso do PIB nacional no contexto europeu.



Fonte: Elaboração própria a partir da informação constante no Recovery and Resilience Scoreboard (dados extraídos no dia 22 de maio)

Uma análise mais fina, utilizando o peso do montante de financiamento no PIB, revela-nos uma outra panorâmica. A Grécia destaca-se, com um peso de 16%, seguida da Croácia e da Espanha, com 13% e 10,9%, respetivamente. Destaque também para a Itália e Roménia, com pesos na ordem dos 9%. No caso português, o peso do MRR no PIB é de 8,3%, situando-se no sexto lugar. Em 10 países, o peso do MRR no PIB é de menos de 1%.



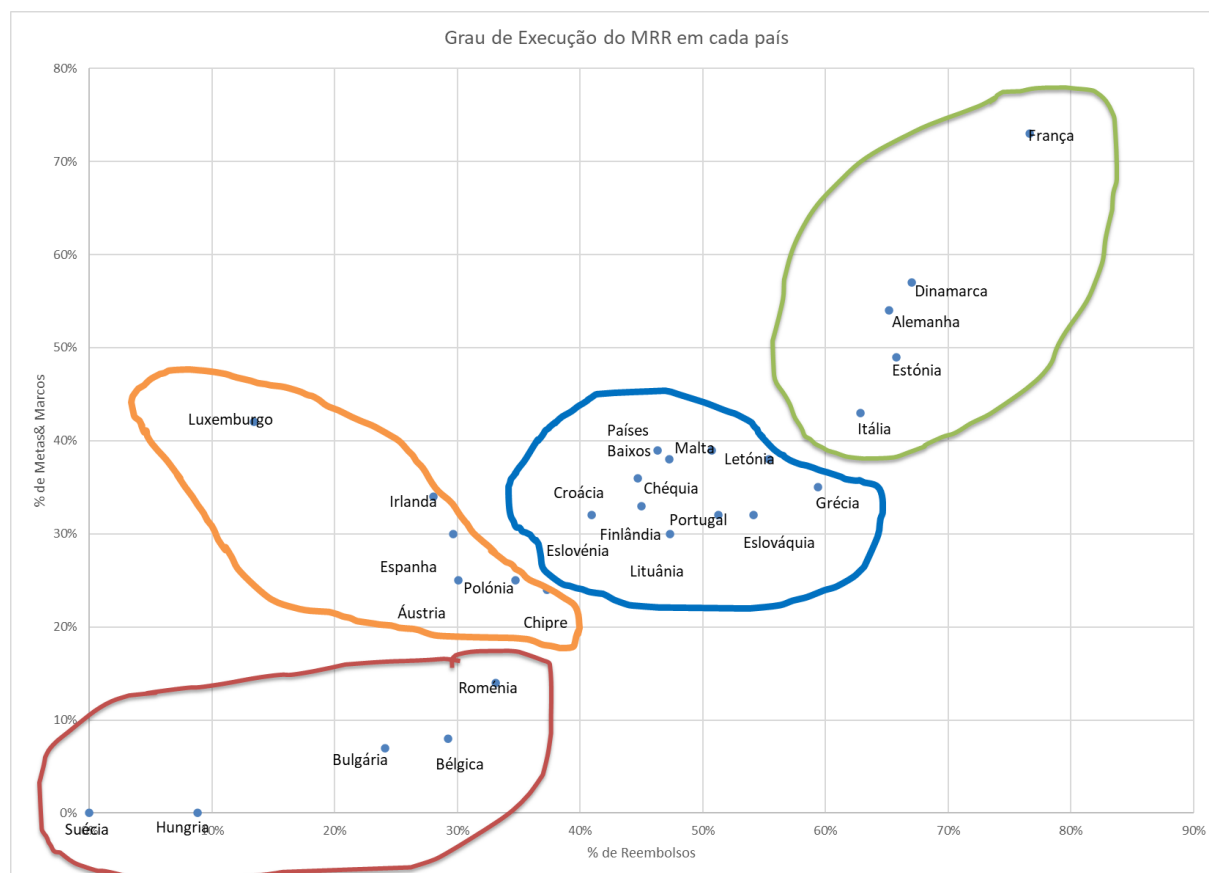
Fonte: Elaboração própria a partir da informação constante no Recovery and Resilience Scoreboard (dados extraídos no dia 22 de maio)

Percebendo-se a dimensão financeira do MRR e a sua relevância em cada país, preparou-se uma análise comparativa da execução entre os 27 países beneficiários do MRR, cruzando duas variáveis: taxa de execução financeira (% recebida face ao valor total do PRR) e taxa de concretização dos marcos e metas (incluídas nos pedidos de reembolso já pagos pela Comissão Europeia).

Em termos médios, a taxa de execução financeira, situa-se nos 48%, enquanto a taxa de cumprimento de marcos e metas é de 30%. Tal como referiu o Tribunal de Contas Europeu num dos seus relatórios, o desafio da execução é muito significativo e cria pressões muito fortes em cada estado-membro para se conseguirem alcançar os marcos e metas acordados, mas acima de tudo, deve fazer-nos refletir sobre se os resultados e impactos inicialmente previstos podem ser alcançados.

A análise do grau de execução do MRR face às verbas já recebidas por cada país oferece uma perspetiva rica sobre a eficácia, eficiência e capacidade de execução dos Estados-membros da União Europeia. Com base nos dados mais recentes

disponíveis⁷ (20 de maio de 2025), é possível identificar quatro clusters distintos que espelham realidades diversas. A figura seguinte ilustra estes clusters e seguidamente apresenta-se uma breve explicação.



Fonte: Elaboração própria a partir da informação constante no Recovery and Resilience Scoreboard (dados extraídos no dia 22 de maio)

A. Líderes da Execução (cluster verde)

Inclui França, Dinamarca, Alemanha, Estónia e Itália. Estes países combinam uma elevada percentagem de verbas recebidas (acima dos 70%) com níveis robustos de execução (entre 50% e 80%). Estes Estados são verdadeiros **"Líderes da Execução"**, evidenciando uma forte capacidade de cumprir as metas e os marcos, com tradução no montante recebido.

França destaca-se particularmente, com o maior grau de execução entre os todos os países.

B. Em Marcha (cluster azul)

⁷ Fonte: Recovery and Resilience Scoreboard, disponível [aqui](#)

Este grupo, onde se incluem países como Portugal, Grécia, Eslováquia, Letónia, Croácia e Eslovénia, situa-se numa faixa intermédia, com verbas recebidas entre 50% e 70%, e execução na casa dos 20% a 40%. Este cluster, que podemos designar como **"Em Marcha"**, representa países que conseguiram cumprir marcos e metas suficientes para garantir o desembolso das tranches, mas ainda enfrentam desafios na plena execução dos investimentos no terreno.

C. Potencial por Concretizar (cluster laranja)

Engloba países como Luxemburgo, Irlanda, Espanha, Áustria e Polónia. Apresentam baixos níveis de execução (abaixo dos 30%) e percentagens de recebimento ainda limitadas (entre 30% e 50%). Este grupo, que podemos chamar **"Potencial por Concretizar"**, inclui economias que ainda não conseguiram transformar os fundos em execução efetiva.

São países com margem para recuperar terreno rapidamente, desde que sejam capazes de mobilizar as suas estruturas administrativas. A sua trajetória dependerá fortemente das decisões dos próximos trimestres.

D. Em Risco de Atraso Crítico (cluster vermelho)

Este último grupo, que inclui Suécia, Hungria, Bulgária, Roménia e Bélgica, está caracterizado por baixos níveis de execução e por terem recebido uma parte muito reduzida das verbas disponíveis — frequentemente abaixo dos 30% - tendo cumprido uma percentagem muito reduzida de metas e marcos. Este cluster pode ser descrito como **"Em Risco de Atraso Crítico"**.

Tal como referem os mais recentes relatórios do Tribunal de Contas Europeu ou a avaliação intercalar do MRR, a pressão para a execução aumenta, o que exige ações robustas em cada um dos estados-membros, em estreita articulação com a Comissão Europeia, de forma a se conseguirem concretizar os resultados transformadores desejados.

É de notar que a grande maioria dos países tem as suas reprogramações aprovadas ou em fase de avaliação, criando condições para mitigar os riscos relacionados com o cumprimento das metas e marcos. No entanto, é preciso atenção, para perceber até que ponto estas reprogramações podem ou não reduzir o potencial de impactos dos investimentos e das reformas. E não é possível descartar que novas reprogramações possam ser realizadas até final da execução do MRR.

4. Apreciação qualitativa dos investimentos e recomendações das Comissões Especializadas

A apreciação qualitativa vertida neste relatório teve por base a análise da execução entre julho de 2024 e maio de 2025, com forte incidência na recolha da informação nos últimos 3 meses. A recolha de informação foi efetuada junto dos diferentes beneficiários diretos e intermediários, bem como dos Ministérios de tutela. Alguns investimentos foram apreciados com base em documentação disponibilizada pelos beneficiários intermediários ou diretos, situação que se encontra referenciada nos relatórios das Comissões Especializadas.

Atendendo a que foi submetida uma proposta de reprogramação, decidiu-se aguardar pela decisão de aprovação da mesma, uma vez que era expetável (como veio a ocorrer), alterações nos marcos e metas de inúmeros investimentos. Este ligeiro atraso na apresentação pública do relatório da CNA-PRR permitiu incorporar a informação mais recente, pelo que a análise, em cada um dos investimentos, faz referência à alteração no marco ou meta, caso tenha ocorrido.

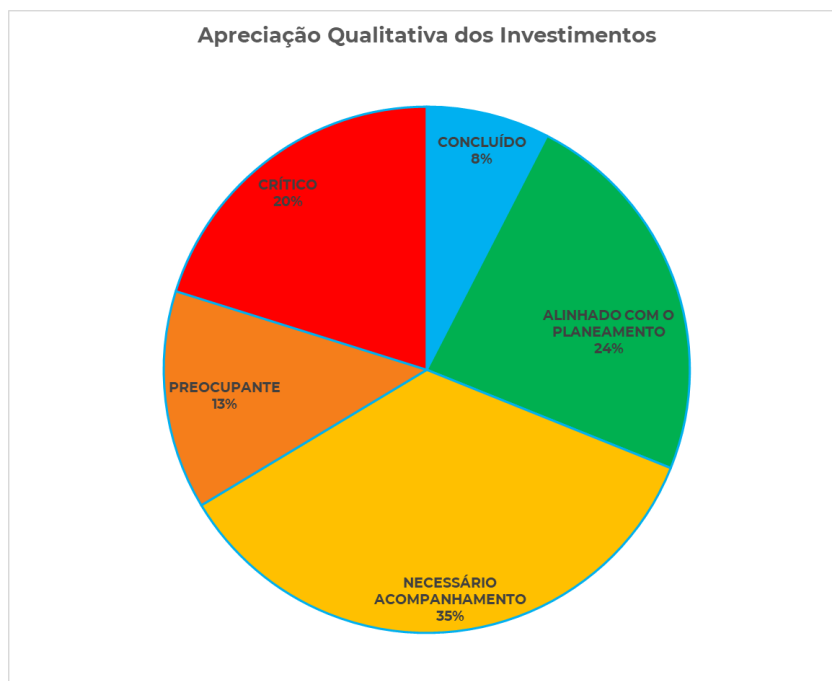
4.1. Resumo das apreciações qualitativas

De acordo com os relatórios detalhados na Parte B, apresenta-se aqui o resumo das apreciações. Realça-se o facto de que a apreciação da CNA-PRR pode não seguir a lógica de medida ou submedida tal como está referenciada no documento do PRR, tendo em atenção que existem várias situações em que projetos diferentes estão incluídos na mesma medida ou submedida e para os quais se definiram apreciações diferentes, subdividindo por isso a mesma.

A apreciação global do relatório 1/2025 revela que, dos 119 investimentos/medidas/submedidas analisados pela CNA-PRR⁸, 28 foram apreciados com **“Alinhado com o Planeamento”** (24%), 42 com **“Necessário Acompanhamento”** (35%), 16 com **“Preocupante”** (13%) e 24 com **“Crítico”** (20%). Neste relatório são 9 os investimentos **“Concluídos”** (8%), 9 que **“Não foram acompanhados”** e 2 que foram **“Retirados”** do PRR.

Sintetizam-se estes dados na figura seguinte:

⁸ A metodologia utilizada para definir e atribuir estas apreciações encontra-se descrita na Parte B (nota introdutória e metodologia).



Fonte: elaboração própria, de acordo com as apreciações atribuídas no relatório 1/2025

No quadro seguinte apresenta-se a evolução, tendo como comparação o relatório 1/2024, destacando-se o aumento do peso dos investimentos apreciados como “Crítico”, que passou de 8% para 20%.

Quando falta cerca de um ano para a conclusão do PRR, pese embora alguns destes investimentos só tenham metas/marcos incluídos nos 9º e 10º pedidos de pagamento, esta situação representa um risco muito elevado para se conseguirem alcançar as metas previstas. Para além de representar um risco de não recebimento das verbas associadas, significa que os resultados e impactos perspetivados terão muita dificuldade em concretizar-se.

Apreciações	Nº de investimentos (Relatório 1/2024)	% (relativa ao total de investimentos apreciados)	Nº de investimentos (Relatório 1/2025)	% (relativa ao total de investimentos apreciados)
CONCLUÍDO	5	5%	9	8%
ALINHADO COM O PLANEAMENTO	36	33%	28	24%
NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	27	25%	42	35%
PREOCUPANTE	31	29%	16	13%

Apreciações	Nº de investimentos (Relatório 1/2024)	% (relativa ao total de investimentos apreciados)	Nº de investimentos (Relatório 1/2025)	% (relativa ao total de investimentos apreciados)
CRÍTICO	9	8%	24	20%
Total de investimentos apreciados	108		119	
NÃO ACOMPANHADO	15		9	
N/A (não aplicável, por não existir à data de apreciação)	7		0	
Retirado	0		2	
Total de investimentos considerados	130		130	

Fonte: elaboração própria, de acordo com as apreciações atribuídas nos relatórios 1/2024 e 1/2025

4.2. Resumo das apreciações e recomendações das cinco Comissões Especializadas

Apresentam-se de seguida o resumo das apreciações de cada uma das Comissões Especializadas, sendo que o detalhe dos mesmos pode ser consultado na Parte B.

4.2.1. Comissão Especializada de Social

Componente C01 Serviço Nacional de Saúde	
Subinvestimentos	Apreciação e recomendações
C01-i01 - Cuidados de Saúde Primários com mais respostas	<p>Considera-se ser de agravar este investimento para CRÍTICO.</p> <p>Nos anteriores relatórios da CNA-PRR (de 2022, 2023 e 2024), foram elencadas uma série de recomendações, que, face à situação atual, se consideram não ter sido consideradas.</p> <p>Desde logo o acompanhamento regular e proativo junto das ULS e dos municípios, relativamente às construções, mas também a todas as outras aquisições, bem como a atenção redobrada da tutela e duma interligação profunda entre a ACSS e a SPMS.</p> <p>Numa área tão sensível e importante para a população como é a saúde e tendo em atenção as alterações profundas que se verificaram na orgânica do SNS, a complexidade dos processos tornou-se ainda maior, com a necessidade de alterações, adendas aos contratos e pedidos de reprogramação.</p> <p>A estas situações acresce a dispersão territorial dos investimentos, não só nas tipologias desta C01-i01, mas também em todas as outras, representando no seu</p>

	<p>conjunto um investimento que o SNS nunca teve, em tão pouco tempo.</p> <p>Tendo presentes todas estas considerações, urge-se uma vez mais todas as entidades, incluindo a tutela, a Direção Executiva do SNS, a ACSS, a SPMS, as ULS e os Municípios, a fazerem um esforço redobrado para que se consigam fazer todos os investimentos programados, em toda a plenitude de execução, ultrapassando obstáculos e avaliando ao mesmo tempo as necessidades de preparação para o pós-PRR, tal como tem sido recomendado pela CNA-PRR.</p>
C01-i02 - Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e Rede Nacional de Cuidados Paliativos	<p>Considera-se este investimento como CRÍTICO.</p> <p>As construções das novas unidades e das respetivas camas/lugares ainda se encontram em fases muito iniciais, pelo que se anteveem muitas dificuldades de término dentro do prazo do PRR, tendo em atenção os exemplos de outras áreas, as dificuldades que se verificam na construção civil e os aumentos de custos que impactam nos orçamentos.</p> <p>Recomenda-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) Um acompanhamento de muita proximidade, por parte da ACSS, a cada uma destas entidades, para identificar e prevenir constrangimentos, especialmente os de ordem administrativa, que podem atrasar significativamente a execução dos projetos e que são independentes das questões de mercado. ii) Uma reavaliação das necessidades e da oferta, bem como das condições de mercado (construção) e dos custos de operação das unidades/camas. iii) Abertura de novo procedimento concursal para a região de Lisboa e Vale do Tejo, pois os projetos aprovados e candidaturas apresentadas representam um número diminuto de vagas; iv) Reavaliação do valor de financiamento por cama; v) Formalização do prazo de conclusão das obras para junho de 2026, conforme referido pelos responsáveis.
C01-i03 Conclusão da Reforma da Saúde Mental e implementação da Estratégia para as Demências	<p>Mantêm-se a apreciação deste investimento como PREOCUPANTE.</p> <p>Reforçam-se todas as recomendações anteriores, relativas a:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) Acompanhamento proativo das obras; ii) Antecipação proativa das necessidades operacionais, de legislação e demais enquadramentos ou necessidades, que possam ter impactos na operacionalização dos investimentos e no atraso da prestação de serviços às populações; iii) Os formatos de publicação das ofertas de serviços, junto de profissionais de saúde e da população, para que possam ser conhecidos por todos e seja potenciada a sua utilização. <p>Recomenda-se ainda:</p> <ul style="list-style-type: none"> iv) Para avisos abertos: avaliação e respetiva comunicação de resultados célere.
C01-i04 Equipamentos dos Hospitais Seixal, Sintra, Lisboa	<p>Atendendo à reprogramação concretizada, cujo prazo de execução é de junho de 2026, bem como à aquisição dos equipamentos para a o Hospital de Proximidade de Sintra</p>

	<p>já concretizada e em curso, considera-se este investimento como ALINHADO COM O PLANEAMENTO. Existem um conjunto de novos investimentos, acrescentados na reprogramação recente, objeto de negociação entre a tutela, as ULS e a ACSS onde o grau de maturidade foi um critério importante na escolha dos mesmos, de forma a garantir a sua conclusão até junho de 2026. No próximo relatório, a CNA-PRR terá oportunidade de fazer um acompanhamento exaustivo destes investimentos.</p> <p>Recomenda-se:</p> <p>i) Acompanhamento de proximidade, por parte da ACSS, dos novos investimentos, de forma a garantir o cumprimento dos prazos definidos.</p>
C01-i09: Sistema Universal de Apoio à Vida Ativa (SUAVA)	<p>Considera-se que para este investimento será NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO.</p> <p>Recomenda-se:</p> <p>i) Um acompanhamento próximo e proativo junto da empresa de desenvolvimento da plataforma tecnológica, para obviar a constrangimentos de integrações de entidades públicas e privadas;</p> <p>ii) Ainda relativamente à plataforma, que sejam identificados, o mais precocemente possível, as interligações com outras app ou tecnologias;</p> <p>iii) Que seja definido o formato e fonte de financiamento, para a manutenção e melhorias futuras da plataforma tecnológica;</p> <p>iv) No caso do selo de reconhecimento e à semelhança de outras iniciativas, que sejam avaliadas as mais-valias existentes para as entidades, sob pena de se efetuarem investimentos que não tenham interesse e adesão posterior.</p>
C01-i10 Programa de Modernização Tecnológica do SNS	<p>Considera-se para este investimento ser NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO.</p> <p>Apesar da maior parte dos equipamentos estar adquirido ou em fase de contratação, os processos de contratação pública (quer para equipamentos, quer para recursos humanos), são demorados e complexos. Acresce o facto de, em reprogramação, estar previsto um reforço significativo de verba.</p> <p>Recomenda-se:</p> <p>i) Que a ACSS possa acompanhar, de forma proativa, estes processos aquisitivos, identificando constrangimentos e respetivas medidas de mitigação;</p> <p>ii) Que a ACSS e a tutela possam acompanhar, de forma proativa, as necessidades de recursos humanos identificados, identificando os constrangimentos ao nível de possíveis necessidades de autorizações financeiras ou outras.</p>
C01-i12 Construção do Hospital de Lisboa Oriental (HLO)	<p>Considera-se este investimento como NÃO ACOMPANHADO.</p>
Componente C02 Habitação	
Subinvestimentos	Apreciação e recomendações

C02-i01 C02-i09 - Programa de apoio ao acesso à habitação	<p>Mantem-se a apreciação deste investimento como CRÍTICO.</p> <p>Reconhece-se que o mecanismo de Regime Especial de Financiamento, a partir da integração de mais 10.000 fogos, poderá ser uma base para possibilitar chegar à meta de 26.000 fogos. No entanto, o grande problema são as capacidades instaladas no país para dar resposta às várias solicitações de construção civil e as fases anteriores à empreitada, em que se encontram uma parte relevante dos projetos. Precisamos de perceber o impacto do Decreto-Lei 44/2025, fundamentalmente pelo número de novos projetos em fases avançadas de obras, e o seu contributo para a meta dos 26.000 fogos. Sem esta análise fina, a probabilidade de concretização da totalidade dos fogos revela-se baixa.</p>
C02-i02 Bolsa Nacional de Alojamento Urgente Temporário	<p>Mantem-se a apreciação de NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO.</p> <p>Apesar de estarem já concluídos alguns alojamentos, há questões administrativas pendentes, que impedem a sua atribuição e utilização, de forma oficial. Recomenda-se uma maior agilidade administrativa por parte de todas as entidades intervenientes (incluindo as tutelas), para que as pessoas que precisam dos alojamentos, os possam utilizar.</p>
C02-i05 Parque público de habitação a custos acessíveis	<p>Mantem-se a apreciação deste investimento como CRÍTICO.</p> <p>Face ao relatório anterior, houve uma diminuição de ambição em 3.300 fogos. No entanto, mesmo com essa diminuição para a meta (cujo impacto na disponibilidade de fogos para as famílias é negativo), mantém-se como difícil de atingir o valor reprogramado. Recomenda-se que:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) Se analise a possibilidade de aumentar o valor de referência de construção por m2, aproximando das condições de mercado; ii) Acelerar os processos de decisão, quer nas candidaturas, quer nos reembolsos.
C02-i06 Alojamento estudantil a custos acessíveis	<p>Após a eliminação da meta intermédia, a pressão sobre a data de término das obras baixou significativamente. A esta data, praticamente todos os projetos se encontram em curso ou com empreitada em adjudicação, estando em fase mais atrasada apenas obras de remodelação. No entanto, dada a grande diversidade de promotores, dispersão geográfica e condicionantes inesperadas, considera-se ser NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO. Recomenda-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) A continuidade de um controlo apertado e de proximidade aos beneficiários finais, para identificação precoce dos riscos associados; ii) Uma atenção proativa, por parte das entidades competentes, para prover a Agência ERASMUS+ da tesouraria necessária.
Componente C03 Respostas Sociais	
Subinvestimentos	Apreciação e recomendações

<p>C03-i01 Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais</p>	<p>Considera-se ser de agravar este investimento para PREOCUPANTE.</p> <p>A maior fatia deste investimento são as obras para criação de novos lugares, tanto em espaços para os mais jovens, como para os mais idosos ou para a inclusão. São vários os problemas que vão sendo relatados todas as semanas relativos aos processos relacionados com as obras, nomeadamente os concursos ou os licenciamentos. Mais recentemente, também as dificuldades de financiamento dos promotores estão a ser trazidas a público, devido aos atrasos de reembolso por parte das entidades do MTSSS, entretanto regularizada, fruto de uma ação conjunta no terreno entre o ISS e a EMRP. A adoção de políticas públicas sem o respetivo apoio financeiro atempado, coloca em causa a execução, para além de criar desconfiança no mercado. O atraso de pagamentos por parte das entidades do Estado, provoca a necessidade de endividamento das entidades do setor social ou o término dos projetos, que pode também acontecer por abandono das obras por parte dos empreiteiros.</p> <p>A estas óbvias situações de estrangulamento, verifica-se que a maior parte das obras contratadas se encontram em fases anteriores à empreitada, o que pode não ser problemático para remodelações, mas será para novos lugares, que são os mais importantes.</p> <p>No que diz respeito ao SAD 4.0 ainda não foi iniciado.</p> <p>No caso do Radar Social, as equipas estão no terreno, mas os resultados são ainda muito insipientes.</p> <p>Na mobilidade social verde foram entregues menos de 1/3 das viaturas.</p> <p>Recomenda-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) No caso da construção de novos lugares, um contacto permanente com as equipas dos promotores, não só para perceber o ponto de situação das obras, mas também para identificar os constrangimentos de outra ordem (nomeadamente financeiros), que muitas vezes carecem de desbloqueios dentro do próprio MTSSS; ii) No caso dos novos espaços prontos para funcionar, que sejam os próprios serviços do MTSSS a identificar as situações em que os protocolos ainda não estão a ser preparados. Não é compreensível que haja espaços novos prontos, que fiquem por utilizar ou que o sejam sem os apoios da Segurança Social, devido à falta de conhecimento dos promotores sobre as questões administrativas que ainda têm que tratar. iii) Aceleração dos processos por parte das autarquias, de forma a agilizar as obras; iv) Agilização dos pagamentos junto dos beneficiários finais; v) Regularização do reembolso do IVA, crucial para garantir a liquidez dos beneficiários finais.
<p>C03-i02 Acessibilidades 360°</p>	<p>Considera-se ser de manter este investimento como CRÍTICO.</p>

C03-i05 Plataforma +Acesso	Considera-se este investimento NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO . Recomenda-se uma procura ativa de soluções que permitam a sustentabilidade futura do projeto, bem como da comunicação abrangente do mesmo, junto da população-alvo e da população em geral.
C03-i06.01: Programa Bairros Saudáveis	Este investimento encontra-se CONCLUÍDO desde o final de 2022. No entanto, o fecho de contas e relatório final não foram ainda terminados, pelo que se recomenda a sua rápida conclusão e respetivos pagamentos finais aos beneficiários finais ou os pedidos de devolução apurados. Dá-se nota de que os resultados reportados neste programa são relevantes, tendo em atenção, especialmente, que se destinaram a populações desfavorecidas.
C03-i06.02: Operações integradas em comunidades desfavorecidas na Área Metropolitana de Lisboa	A alteração da evidência da meta foi alterada em reprogramação para execução financeira, o que permitirá, com alguma segurança, cumprir a mesma. Apesar disso, considera-se ser de manter a apreciação deste investimento como PREOCUPANTE . Os projetos da área social, como é o caso das duas Áreas Metropolitanas e dos Bairros Saudáveis, destinam-se às populações mais desfavorecidas e que, por conseguinte, têm menores recursos e menor capacidade para, sozinhas, ultrapassar essas desvantagens. Reforçam-se as recomendações do anterior relatório: i) Que todos as autarquias envolvidas façam um esforço para acelerar estes projetos, privilegiando os projetos com maior adicionalidade, impactos e potencial de replicabilidade e continuidade; ii) Que se intensifiquem os encontros de partilha de projetos e respetivos resultados, bem como a criação de grupos formais intermunicípios, para a continuidade e/ou criação de novas respostas e a procura de novas fontes de financiamento (quer próprias, quer com fundos comunitários ou outros); iii) Que se inicie a preparação de modelos robustos de avaliação de impactos, com o objetivo de servirem de base para políticas públicas futuras e partilha pública de práticas sociais; iv) Que se avaliem, em cada município, as possibilidades de manutenção (ou de replicabilidade intermunicípios), dos projetos com melhor aderência e resultados, de modo a não se perder a respetiva dinâmica; v) Que se avaliem as possibilidades de aumentar a comunicação dos projetos e respetivos resultados alcançados, junto das populações-alvo, bem como da sociedade em geral.
C03-i06.03: Operações integradas em comunidades desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto	Considera-se que para este investimento é de manter a apreciação de NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO . Face à diversidade de atividades em curso e as diferentes áreas de intervenção, bem como a necessidade de preparar futuras continuidades, reforçam-se as recomendações do último relatório:

	<p>i) A avaliação da realização de encontros de partilha de projetos e respetivos resultados, para que existam práticas de disseminação e transferência de conhecimento, bem como a criação de grupos supraconcelhios para trabalhar estas temáticas, em contínuo;</p> <p>ii) A preparação de modelos de avaliação de impactos, bem como de manutenção e continuidade, no pós-PRR.</p>
Componente C04 Cultura	
Subinvestimentos	Apreciação e recomendações
C04-i01 Redes Culturais e Transição Digital	<p><u>Modernização da infraestrutura tecnológica da rede de equipamentos culturais</u> Considera-se este investimento ALINHADO COM O PLANEAMENTO. Tal como referido no anterior relatório, inclui uma diversidade de medidas e intervenientes, recomenda-se:</p> <p>i) Um acompanhamento de proximidade e intenso relativo à implementação da rede wi-fi nos museus, em virtude da necessidade de coordenação com os investimentos nos edifícios, passíveis de atrasos;</p> <p>ii) Que se mantenha e intensifique a centralização de informação, com atualização frequente, em particular junto das autarquias e CIM;</p> <p>iii) Que seja feita uma análise célere dos pedidos de pagamento.</p> <p><u>Digitalização de artes e património</u> Consideram-se estas medidas PREOCUPANTE. Tal como referido no anterior relatório, inclui uma diversidade de medidas e intervenientes, pelo que se recomenda que se mantenha e intensifique a centralização de informação, com atualização frequente e identificação dos constrangimentos e riscos. São várias as entidades envolvidas, muitas delas que se interligam, com uma complexidade que advém das alterações orgânicas e de competências, na área da Cultura.</p> <p>Alerta-se, contudo, para o investimento relacionado com a disponibilização pública dos arquivos televisivos, cuja apreciação é de crítico. Recomenda-se que seja encontrada urgentemente uma solução para o obstáculo identificado.</p> <p><u>Internacionalização, modernização e transição digital do livro e dos autores</u> Agrava-se a apreciação para CRÍTICO. A adesão a este investimento ficou muito aquém das expetativas. O diagnóstico inicial foi demasiado ambicioso, o envolvimento da comunidade também foi reduzido e os valores praticados e disponibilidade de tradutores, revelaram-se insuficientes.</p> <p>A capacidade de mobilizar as livrarias para o processo de digitalização, para se alcançar a meta de 200, afigura-se extremamente complexo.</p> <p>Realçam-se, no entanto, os casos em que foi identificada a possibilidade de executar para além da meta, com o mesmo investimento (p.ex. digitalização de acervos de</p>

	museus, visitas virtuais a museus ou bibliotecas incluídas na plataforma de empréstimo de livros eletrónicos).
C04-i02 Património Cultural (obras de requalificação de museus e teatros)	Considera-se ser de agravar a apreciação para CRÍTICO . A quantidade de obras em gestão é muito elevada, pelo que se recomenda: i) Uma intensificação dos contactos e do apoio aos beneficiários finais (donos de obra), por parte, quer da tutela, quer dos organismos intermédios da área da Cultura, com acompanhamento de proximidade; ii) A possibilidade de se utilizar o 2º trimestre de 2026 para conclusão das obras, em virtude deste investimento estar incluído no 10º pedido de pagamento, em virtude de muitas obras só agora se estarem a iniciar e outras só se iniciarão no 2º semestre, todas com complexidade elevada.
C04-i02 Património Cultural (Programa Saber Fazer)	Este investimento encontra-se CONCLUÍDO . Verifica-se a continuidade da iniciativa e de eventos.
Componente C06 Qualificações e Competências	
Subinvestimentos	Apreciação e recomendações
C06-i01.01 Instalação e/ou modernização dos centros tecnológicos especializados	Tendo em conta a implementação das várias ações por parte do MECI, bem como a eliminação da meta intermédia, em sede de reprogramação, considera-se que foram dados passos importantes para que estes investimentos tenham sucesso, especialmente através da criação de canais de comunicação e informação fluídos (grupo de trabalho) e da reorganização financeira e administrativa (reforço de adiantamento e menor pressão administrativa na fase de construção/aquisição). A apreciação deste investimento considera-se ser de NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO , recomendando-se: i) A continuidade da manutenção da comunicação com os CTE e entre as várias entidades públicas intervenientes, tendo em atenção que os trabalhos administrativos terão que ser terminados, o que levará, necessariamente, a muita pressão de ambos os lados; ii) A operacionalização do mecanismo de reposição do IVA.
C06-i01.02 Modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional	Considera-se este investimento com NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO , em virtude da situação novos polos de formação (construção nova), que ainda não iniciaram empreitada cuja conclusão apenas se estima para o 2º semestre de 2026.
C06-i01.03 Modernização das instituições de ensino e formação profissionais - Instalação e/ou modernização dos Centros Tecnológicos Especializados – Turismo	Considera-se este investimento CRÍTICO . Apesar de em teoria ainda serem possíveis de executar todos as empreitadas e aquisições de equipamentos dentro do prazo do PRR, o risco de concursos desertos, propostas de preço acima do valor de concurso ou posterior litigância, não permitem margem de manobra. Recomenda-se: i) Que seja solicitada prorrogação do prazo de execução do investimento até junho de 2026, em articulação com a tutela; ii) Uma apertada gestão centralizada de todos os processos, bem como uma proximidade proativa por parte

	da tutela, para que sejam possíveis de ultrapassar, no mais curto espaço de tempo, os constrangimentos identificados.
C06-i02 Compromisso Emprego Sustentável	Considera-se este investimento CONCLUÍDO .
C06-i03.01 Incentivo Adultos - Projetos Locais Promotores de Qualificações de Nível B1/B2/B3	Considera-se que é NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO . Reconhece-se o incremento significativo de participantes desde o último relatório, no entanto, face aos números necessários para atingir a meta, reforça-se a necessidade da manutenção do acompanhamento dos Centros Qualifica por parte da ANQEP. Recomenda-se a avaliação da necessidade de continuidade desta medida no pós-PRR, conjuntamente com a tutela, de forma a poder ser potenciada a implementação via PRR, caso seja de continuar.
C06-i03.02 Incentivo Adultos - Acelerador Qualifica	Considera-se que este investimento está ALINHADO COM O PLANEAMENTO .
C06-i03.03 Impulso Adultos	Considera-se este investimento ALINHADO COM O PLANEAMENTO . Existindo ainda a possibilidade (quer em orçamento, quer em tempo), de se conseguirem executar obras relativas a novas Escolas ou espaços em Escolas, recomenda-se um esforço adicional a todas as IES envolvidas, para que estes investimentos fiquem realizados, sob pena de se perder uma oportunidade que dificilmente se repetirá em próximos tempos.
C06-i04.01 Impulso jovens STEAM	Considera-se este investimento ALINHADO COM O PLANEAMENTO .
C06-i04.02 Impulso jovens STEAM- Rede Ciência Viva	Considera-se que para este investimento é ALINHADO COM O PLANEAMENTO . Apesar de estarem a ser cumpridas as metas, considera-se ser preocupante que um investimento que seria (teoricamente) de fácil implementação, evidencie muita entropia no relacionamento entre plataformas informáticas da administração pública, bem como dificuldades de alinhamento em termos de fontes de financiamento. Recomenda-se: i) A identificação proativa por parte da EMRP, sobre os constrangimentos reportados e a sua resolução, ainda que com necessidade de contacto com outras entidades públicas. Apesar de se reconhecer que há muitos pormenores e funcionalidades que são específicas de determinados organismos, nenhum deve ser descurado; ii) Que seja avaliado pela Ciência Viva, em conjunto com a EMRP, da possibilidade de prorrogação de execução em pelo menos 1 trimestre, para que, resolvidas todas as condicionantes financeiras, se possam efetuar todos os investimentos, o que se considera ser a situação ideal, em virtude de ter como resultado maior capacidade para a promoção da Ciência junto dos jovens alunos; iii) Que seja avaliado em conjunto com o Ministério da Educação, Ciência e Inovação, os constrangimentos existentes na operação de cada um dos Clubes de Ciência, ultrapassada que seja a fase de execução, para que não se

	corra o risco de ter Clubes de Ciência equipados, mas sem capacidade de funcionamento em pleno.
C06-i06 Ciência Mais Capacitação	<p>Considera-se este investimento como NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO.</p> <p>Recomenda-se que:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) Seja definida rapidamente, entre a FCT e EMRP, os indicadores em cada uma das subcategorias dos investimentos; ii) Caso não seja possível considerar a meta global, mas sim metas parciais, sugere-se o reforço das ações de comunicação por parte da FCT, de forma a conseguir candidatos adicionais.
C06-i07 Impulso Mais Digital	<p>Considera-se que para este investimento é NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO. Recomenda-se que após a submissão do relatório intercalar, a DGES promova reuniões com cada um dos consórcios para identificar eventuais desvios e definir um plano de ação que os permitam recuperar.</p>
C06-i09 Escolas novas ou reabilitadas	<p>Considera-se este investimento como PREOCUPANTE. Este investimento foi considerado no anterior relatório como estando alinhado com o planeamento, tendo em atenção que as candidaturas foram efetuadas mediante graus de prioridade e com o pressuposto de que o grau de maturidade dos projetos permitia o seu término dentro do PRR, tendo as CCDRs sido céleres na análise das candidaturas.</p> <p>Com o ponto de situação enviado para este relatório, a evolução não é a que se esperava. Apesar de estarem contratadas Escolas suficientes para cumprir a meta, o ritmo, quer de obra, quer de lançamento dos respetivos concursos anteriores, tem sido lento face ao expectável, ficando a interrogação sobre qual a maturidade efetiva em que os projetos se encontravam na data de assinatura dos contratos.</p> <p>Recomenda-se:</p> <p>Aos municípios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - que procurem identificar o mais precocemente possível os constrangimentos (expectáveis ou não previstos), com planos de mitigação de riscos e decisões rápidas; <p>Às CCDRs:</p> <ul style="list-style-type: none"> - que acompanhem, de forma proativa, todos os projetos na sua região de intervenção e que assegurem a possibilidade de entrega das evidências necessárias para cumprimento da meta com a Comissão Europeia, dentro do prazo; - que assegurem, em conjunto com a EMRP e os municípios, as necessidades de adendas aos contratos (sendo possível), para a prorrogação de prazos de execução física e financeira.

4.2.2. Comissão Especializada de Transição Digital

Componente C01 Serviço Nacional de Saúde	
Subinvestimentos	Apreciação e recomendações
C01-i06 Transição Digital na Saúde	<p>Considera-se que tem sido realizado um trabalho de grande complexidade na área da transição digital na saúde, que antes de ser visível para os utentes, passa por fases demoradas de preparação de backoffice, que permitem que seja possível mudar os sistemas legados existentes, por outros que se interliguem e que garantam a segurança e fiabilidade dos dados de saúde, esperando-se, por isso, uma melhoria significativa na eficiência dos profissionais de saúde.</p> <p>Apesar de ter sido indicado pela SPMS que as metas definidas podem ser consideradas cumpridas, é imprescindível a continuidade dos investimentos, sob pena de se colocar em risco o que já foi alcançado.</p> <p>Considera-se por isso que para este investimento é NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO.</p> <p>Recomenda-se:</p> <ul style="list-style-type: none">i) Que se mantenha e intensifique o ritmo de atualização dos sistemas de informação nos cuidados hospitalares, de forma a aproveitar ao máximo esses trabalhos durante o tempo do PRR, aproveitando também o máximo de sinergias existentes com investimentos em curso;ii) Que se preparem processos de verificação do grau de utilização e satisfação dos novos sistemas, bem como dashboards de monitorização de atividades, para identificação de riscos ou falhas de sistema, garantindo capacidade de atuação na sua correção;iii) Que seja acompanhada pela tutela a necessidade de autorizações ou alterações legislativas, para prover a SPMS do quadro de recursos humanos necessários ao acompanhamento futuro da transição digital em implementação, para que não se corra o risco de disrupções tecnológicas ou perdas de capacidade;iv) Que se aumente significativamente a comunicação e disseminação das alterações tecnológicas, junto dos profissionais de saúde, dos utentes, mas também da sociedade em geral, uma vez que a utilização de novas funcionalidades que ficam disponíveis, serão mais impactantes em termos de eficiência, se todos souberem que elas existem, aumentando a sua utilização e promovendo a sua democratização;

	<p>v) Que se monitorize, de forma proativa, a existência de projetos de investigação robustos, financiados (essencialmente) por fundos europeus e que compreendam áreas de atuação tecnológica na saúde, identificando os que podem vir a ser uma mais-valia para qualquer uma das fases de transição digital na saúde e onde a SPMS se possa constituir como parceiro, associado ou parte interessada;</p> <p>vi) Que sejam definidos planos de adoção e expansão da tele saúde e telemonitorização, em cada ULS e IPO, de forma que o investimento realizado se concretize na prestação, disponibilidade e flexibilidade, de cuidados de saúde à população;</p> <p>vii) Que se clarifique, com um alto grau de certeza, junto da EMRP e da Comissão Europeia, as concretas evidências necessárias para comprovar o cumprimento integral das mestas associadas a estes investimentos.</p>
Componente C16 Empresas 4.0	
Subinvestimentos	Apreciação e recomendações
C05-i08 Ciência Mais Digital	<p>Considera-se este investimento ALINHADO COM O PLANEAMENTO.</p> <p>Relativamente aos investimentos em Inteligência Artificial, tendo em atenção que se trata de áreas inovadoras e em que o país ainda não é suficientemente robusto, recomenda-se uma articulação forte entre as várias entidades nacionais, nomeadamente as 14 que integram o Conselho para o Digital na Administração Pública (CDAP) e uma análise constante à legislação existente e/ou necessária.</p> <p>É essencial aumentar a transparência do LLM Amália, quer nas entidades participantes quer nos resultados intermédios que sejam alcançados.</p>
Componente C16 Empresas 4.0	
Subinvestimentos	Apreciação e recomendações
C16-i01 Capacitação Digital das Empresas (Emprego + Digital)	<p>Considera-se este investimento ALINHADO COM O PLANEAMENTO.</p>
C16-i01 Capacitação Digital das Empresas (Academia Portugal Digital)	<p>Considera-se este investimento como CRÍTICO.</p> <p>Apesar da proposta de diminuição da meta em reprogramação, mantêm-se muito ambiciosos os resultados, tendo em conta que há problemas entretanto identificados com a plataforma. O número de MOOCS disponibilizados (e que são a base para a formação), é muito curto e o tempo disponível para serem efetivamente testados e utilizados em processos de formação é muito curto. A qualidade do processo, dos materiais e da formação precisa de ser garantida.</p> <p>Recomenda-se:</p> <p>i) Que sejam intensificadas as ações de disseminação dos cursos;</p>

	<p>ii) Que seja efetuada uma análise ao potencial de duplicação de cursos, MOOC, incluindo as respetivas temáticas, de modo a evitar a proliferação de plataformas, cursos ou materiais, que rapidamente ficam obsoletos e sem capacidade de manutenção ou atualização.</p> <p>iii) Que seja realizada uma análise criteriosa da qualidade e dos respetivos recursos humanos especializados associados, que garantam a mesma.</p>
C16-i02 Transição Digital das Empresas (rede nacional de test beds)	<p>Considera-se ser de manter a apreciação deste investimento como PREOCUPANTE.</p> <p>Com a alteração da meta para execução financeira, que representa uma alteração profunda da estratégia inicial, que é a de potenciar a inovação de novos produtos e serviços, retirou-se pressão sobre a execução física. Apesar desse facto poder representar melhorias ao nível de procedimentos administrativos, recomenda-se que as entidades responsáveis pelos Test beds mantenham uma postura de intensificação de comunicação e prestação de serviços, uma vez que será a prestação de serviços de produtos-piloto que trará resultados e impactos positivos para a economia. Recomenda-se ainda à ANI:</p> <p>i) Que mantenha o acompanhamento permanente às equipas de gestão dos Test beds (FAQ atualizadas, reuniões e atendimento) e com uma postura pré-ativa, de forma a potenciar a criação de novos produtos e serviços;</p> <p>ii) Que apoie as empresas na resolução da problemática da regularização do IVA não cobrado na faturação;</p> <p>iii) Que intensifique a análise e propostas de manutenção e fortalecimento da rede nacional de Test beds, em interligação com outras iniciativas, como os DIH ou as Zonas Livres Tecnológicas (ou outras), de forma que possam manter-se e reforçar-se no futuro, tornando-as estruturas resistentes e resilientes, de apoio às startups e empresas;</p> <p>iv) Que avalie a possibilidade da realização de pelo menos um evento de mostra e demonstração de resultados, como parte de uma estratégia mais lata de disseminação de apoios disponíveis para empresas.</p>
C16-i02 Transição Digital das Empresas (Aceleradoras de comércio digital e Bairros Digitais)	<p>Aceleradoras digitais: considera-se ser de manter a apreciação de CRÍTICO.</p> <p>Os vales subscritos pelas empresas apresentam um valor reduzido, quando faltam cerca de 5 meses para a conclusão do investimento. De notar ainda a % muito reduzida em Lisboa. O processo até à subscrição do vale é moroso e exige uma forte intervenção das aceleradoras junto dos empresários.</p> <p>Realça-se, no entanto, o facto de terem sido acauteladas as questões relativas à operacionalização da plataforma informática, bem como o facto de estar implementado um modelo de acompanhamento das aceleradoras, quer ao nível das questões técnicas, quer no terreno.</p> <p>Recomenda-se que:</p> <p>i) que seja alargado o período de execução até dezembro de 2025, data final do 8º pedido de pagamento;</p>

	<p>ii) Seja reforçada a equipa da DGAE, de forma a garantir celeridade na validação dos vales e nos pedidos de pagamento.</p> <p>iii) Seja operacionalizado o mecanismo de reposição do IVA.</p> <p><u>Bairros Comerciais Digitais</u>: considera-se ser de manter a apreciação em PREOCUPANTE.</p> <p>Apesar de todos os 94 Bairros estarem em execução, as fases em que os mesmos se encontram são ainda muito iniciais. O trabalho de intervenção junto dos comerciantes e a sua adoção digital está ainda longe de se poderem vislumbrar quaisquer resultados ou impactos. Para além disso, e por este motivo, há sérios riscos dos objetivos acordados em cada bairro não serem cumpridos, criando uma situação complexa, pois Portugal cumprirá a meta acordada com a Comissão Europeia, mas os Bairros Comerciais não cumprirem os objetivos assinados com a DGAE.</p> <p>Recomenda-se que:</p> <p>i) que seja alargado o período de execução até dezembro de 2025, data final do 8º pedido de pagamento;</p> <p>ii) Seja reforçada a equipa da DGAE, de forma a garantir celeridade na nos pedidos de pagamento.</p> <p>iii) Seja operacionalizado o mecanismo de reposição do IVA.</p>
C16-i02 Transição Digital das Empresas (Internacionalização via e-commerce)	<p>Considera-se que a apreciação deste investimento como PREOCUPANTE.</p> <p>Apesar de terem existido recuperações face à apreciação anterior, nomeadamente o modelo de acompanhamento das empresas, subsistem ainda candidaturas por avaliar e por contratualizar.</p> <p>Recomenda-se:</p> <p>i) Avaliação urgente das candidaturas em falta e posterior contratualização.</p>
C16-i02 Transição Digital das Empresas (Apoio a Modelos de Negócio para a Transição Digital - Coaching 4.0)	<p>Considera-se este investimento como NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO.</p> <p>Apesar do lançamento tardio do aviso, a prorrogação do prazo para o 2º trimestre de 2026, decorrente da reprogramação aprovada em abril de 2025, torna possível a sua execução.</p> <p>Recomenda-se:</p> <p>i. Definição de modelo de acompanhamento da implementação dos vales por parte das PMEs.</p>
C16-i03 Catalisação da Transição Digital das Empresas (Digital Innovation Hubs)	<p>Considera-se este investimento como CRÍTICO.</p> <p>Passados mais de 2 anos do lançamento da iniciativa, as entidades beneficiárias não conseguiram encontrar formas de angariar clientes e de prestar serviços impactantes no público-alvo. Os serviços prestados são diminutos. Várias entidades manifestaram junto da CNA-PRR a intenção de desistir deste investimento.</p> <p>Apesar da alteração profunda na reprogramação, passando a meta a ser financeira e o prazo estendido, instam-se todos os intervenientes a manterem o seu foco na prestação de serviços, em virtude dessa ser a medida em que se operam resultados e impactos nas empresas.</p>

	<p>Recomenda-se que:</p> <p>i. A ANI possa efetuar uma análise detalhada das causas que levaram a esta situação, comparando com as condições, serviços definidos e entidades criadas a nível europeu, para efeitos de benchmarking e de avaliação sobre a adequação e continuidade duma medida deste género em Portugal.</p> <p>ii. Seja realizada reunião urgente entre a ANI e os DIH, para definir um roadmap até final do investimento..</p>
C16-i03 Catalisação da Transição Digital das Empresas (Desmaterialização da faturação e Selos de certificação)	<p>Considera-se este investimento como CONCLUÍDO. Este é um exemplo claro em que, apesar do investimento estar concluído, a sua utilidade levanta sérias dúvidas.</p> <p>Face aos fracos resultados obtidos, recomenda-se: Desmaterialização da faturação- Tal como está, o investimento está formalmente concluído, mas o seu objetivo encontra-se totalmente comprometido. É necessário encontrar novos incentivos para o sistema ser usado sem o que este investimento falhará completamente.</p> <p>Selos de certificação- é necessário continuar a ser monitorizado em próximo relatório. Da mesma forma será necessário que sejam prestadas informações claras aos potenciais utilizadores sobre quais as mais-valias da utilização destas funcionalidades.</p>
C16-i04 Indústria 4.0	Considera-se este investimento ALINHADO COM O PLANEAMENTO .
Componente C17 Qualidade e Sustentabilidade das Finanças Públicas	
Subinvestimentos	Apreciação e recomendações
C17-i01 Sistemas de informação de Gestão Financeira Pública	<p>Considera-se este investimento ALINHADO COM O PLANEAMENTO.</p> <p>Recomenda-se:</p> <p>i. Um acompanhamento proativo da tutela, para que as alterações/aprovações legislativas sejam atempadamente avaliadas e publicadas;</p> <p>ii. Uma avaliação profunda da capacidade e competências de recursos humanos internos, para acompanhar a transformação tecnológica interna, bem como assegurar que no futuro, se garante que as soluções tecnológicas implementadas são devidamente monitorizadas e sustentadas;</p> <p>iii. Uma avaliação proativa, junto de outras entidades públicas (o máximo número possível), que irão interligar com os novos sistemas, para garantir que também estas têm capacidade e conhecimento interno suficiente, para os adotar e utilizar.</p>
C17-i02 Modernização da infraestrutura do sistema de informação patrimonial da Autoridade Tributária	<p>Considera-se este investimento ALINHADO COM O PLANEAMENTO.</p> <p>Recomenda-se, no entanto:</p> <p>i. Que seja aprovado, atempadamente, o regime jurídico de suporte à alteração da metodologia de avaliação e de tributação dos prédios rústicos e subsequente aprovação das alterações legislativas;</p> <p>ii. Que sejam reforçadas, com carácter de urgência, os grupos de trabalho conjuntos com outras entidades (eBUPi, DGT ou INR) relativos à implementação do processo de avaliação global de prédios rústicos;</p> <p>iii. Uma avaliação profunda da capacidade e competências de recursos humanos internos, para</p>

	acompanhar a transformação tecnológica interna, bem como assegurar que no futuro, se garante que as soluções tecnológicas implementadas são devidamente monitorizadas e sustentadas; iv. Que sejam reavaliadas todas as necessidades de transformação tecnológica e as capacidades implementadas, tendo em atenção as possibilidades de utilização da capacidade de computação e soluções de armazenamento dos supercomputadores Deucalion e Marenostrum, bem como do novo investimento PRR para implementação de inteligência artificial na administração pública.
C17-i03 Transição digital da Segurança Social	Considera-se este investimento ALINHADO COM O PLANEAMENTO . Reconhece-se a importância de todas as transformações digitais em curso e que terão impactos significativos na vida dos cidadãos e empresas. Recomenda-se: i. A continuação do acompanhamento de proximidade na implementação destes projetos, em particular os que dependem de fornecimento de serviços de terceiros, atendendo à pressão que o mercado das tecnologias de informação está sujeito; ii. A intensificação da procura de soluções que permitem a continuidade da medição dos resultados dos projetos implementados, com particular ênfase nos ganhos para os cidadãos e para as empresas, ao longo do ciclo de vida dos vários processos de interação com a Segurança Social; iii. Uma especial atenção a atividades de comunicação e disseminação dos serviços disponíveis (para cidadãos e empresas), de modo a intensificar o uso dos mesmos, bem como uma particular atenção às necessidades de reforço de atividades de melhoria da literacia tecnológica, no âmbito de uma maior inclusão dos cidadãos excluídos destes processos e que, por norma, são os mais carenciados. iv. Apresentação de relatório público relativo às diferenças salariais entre homens e mulheres, designadamente os resultados das medidas implementadas. v. A aplicação de lógicas de simplificação e redução do número de regimes diferentes, para que os processos da segurança social possam ser mais simples e o apoio dos sistemas de informação aos utentes mais eficaz, tendo em conta que existe uma grande diversidade de regimes, sendo que cada pessoa pode ao longo da sua carreira contributiva passar por vários.
Componente C18 Justiça Económica e Ambiente de Negócios	
Subinvestimentos	Apreciação e recomendações
C18-i01 Justiça Económica e Ambiente de Negócios (todos os subinvestimentos)	Considera-se este investimento como NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO , tendo em atenção que se encontram cumpridos os prazos definidos para metas/marcos, mas que subsistem muitos projetos a ser executados e outros por iniciar. Este é, no entanto, um investimento que se distribui por 15 entidades e 88 projetos. Para se atingirem as metas propostas, são necessárias alterações profundas, não só nos sistemas digitais e equipamentos tecnológicos, mas também (principalmente), na

	<p>capacitação dos recursos humanos que os operam. Esta capacidade (e disponibilidade) humana é imprescindível para que os projetos sejam implementados, mas acima de tudo, para que sejam continuados, no pós-PRR. E das conversas havidas subsistem muitas dúvidas sobre alterações aos mapas de pessoas que acomodem essas necessidades, por um lado, e por outro à capacidade de atração, de acordo com as condições financeiras e de trabalho, para atração de profissionais qualificados, que garantam a operacionalidade, manutenção e melhoria contínua destes sistemas no futuro</p> <p>Recomenda-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. Um acompanhamento proativo junto dos fornecedores de contratos públicos, especialmente de desenvolvimento tecnológico, face à pressão de procura no mercado e os riscos associados; ii. Uma avaliação transversal a todas as entidades, relativamente à adequação de recursos humanos em número e capacitação, face aos desafios de operação e manutenção futura das plataformas tecnológicas ou dos sistemas; <p>Que sejam avaliadas as possibilidades de utilização dos novos investimentos PRR relacionados com a inteligência artificial para a função pública ou da capacidade de computação dos supercomputadores Deucalion e MareNostrum, no âmbito dos projetos em curso;</p> <ul style="list-style-type: none"> iv. Que todas as entidades públicas, cujo envolvimento seja necessário para processos de interoperabilidade, possam criar pontos de contacto ou equipas internas, para que os vários projetos em curso possam ser executados dentro dos prazos definidos.
Componente C19 Administração Pública Digital – Capacitação, Digitalização, Interoperabilidade e Cibersegurança	
Subinvestimentos	Apreciação e recomendações
<p>C19-i01 Reformular o atendimento dos serviços públicos, com a criação do Portal Digital Único nacional, o redesenho de serviços digitais mais utilizados e o desenvolvimento da capacidade de atendimento multicanal</p>	<p>Faltando sensivelmente 1 ano até à data prevista de entrega das lojas e espaços cidadão, mantém-se a apreciação de PREOCUPANTE.</p> <p>Recomenda-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. Intensificação dos contatos com a autarquias para angariação de novas candidaturas, de forma que se consiga alcançar as metas definidas no prazo estabelecido; ii. Atribuição de financiamento semelhante a todas as lojas do cidadão (de acordo com os custos reais), mesmo a que já estejam em funcionamento, garantido desta forma igualdade de tratamento. iii. Alargamento do prazo de execução do prazo para o 2º trimestre de 2026, que coincide com o limite do 10º pedido de pagamento <p>Considera-se o investimento App do Cidadão ALINHADO COM O PLANEAMENTO.</p> <p>Considera-se o investimento em serviços disponibilizados em diversos canais ALINHADO COM O PLANEAMENTO.</p>

C19-i01 Reformular o atendimento dos serviços públicos, com a criação do Portal Digital Único nacional, o redesenho de serviços digitais mais utilizados e o desenvolvimento da capacidade de atendimento multicanal (Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros (SGMNE))	Este investimento NÃO FOI ACOMPANHADO .
C19-i02 Serviços Eletrónicos Sustentáveis (AMA)	Este investimento encontra-se CONCLUÍDO .
C19-i02 Serviços Eletrónicos Sustentáveis (INE)	Considera-se este investimento ALINHADO COM O PLANEAMENTO . Reforça-se a recomendação do anterior relatório: i) Que sejam reforçados ou criados, diferentes formatos de comunicação e disseminação dos projetos em curso, por vários meios, para que a população em geral, bem como os investigadores (nacionais e internacionais), possam ter conhecimento da informação e dos acessos à mesma. Realça-se o facto de que, à semelhança de outros investimentos PRR (e bem assim como com outros fundos), a grande mais-valia não pode ser o término do projeto, mas sim a sua mais ampla divulgação e utilização, ao serviço da sociedade.
C19-i03 Reforço do Quadro Geral de Cibersegurança	Considera-se este investimento como PROCUPANTE . O número de formandos formados representa, a esta data, apenas 17% do objetivo final e, no caso da remodelação do edifício, apenas está prevista a sua adjudicação no final do ano de 2025. Recomenda-se: i. Intensificação das ações de sensibilização e comunicação para angariação de candidatos para as formações em Cibersegurança; ii. Aceleração dos procedimentos relativos à concretização da remodelação do edifício.
C19-i04 Infraestruturas críticas digitais eficientes, seguras e partilhadas (Rede informática do Governo)	Considera-se este investimento ALINHADO COM O PLANEAMENTO . Recomenda-se a verificação da adequação do sistema seguro de comunicações móveis seguras de voz e mensagens nas áreas governativas.
C19-i04 Infraestruturas críticas digitais eficientes, seguras e partilhadas (AIMA)	Este investimento NÃO FOI ACOMPANHADO , devido ao não envio de informação suficientemente detalhada, que permitisse uma apreciação crítica fundamentada.
C19-i04 Infraestruturas críticas digitais eficientes, seguras e partilhadas (SGMAI)	Este investimento NÃO FOI ACOMPANHADO .
C19-i07- Capacitação da Administração Pública – formação de trabalhadores e gestão do futuro (INA)	Considera-se este investimento NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO . Recomenda-se: i. A máxima atenção e urgência para a questão da portaria prevista no artigo 6.º Decreto-Lei 88/2023 de 10 de outubro, cuja não publicação

	está a impossibilitar o INA de iniciar os processos de planeamento e coordenação da oferta formativa AP Digital 4.0- Formação para a carreira de especialista e técnicos de informática. Realça-se a importância desta carreira na Administração Pública, evidente de forma transversal, em praticamente todos os investimentos PRR, sendo imprescindível para a manutenção dos investimentos de transição digital.
C19-i07- Capacitação da Administração Pública – formação de trabalhadores e gestão do futuro (DGAEP)	Este investimento está CONCLUÍDO .
C19-i08 Territórios Inteligentes	Considera-se esta medida como sendo NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO . Recomenda-se: i. Uma especial atenção da AMA a estes projetos, em virtude do pouco tempo restante para execução e da pouca experiência existente no território com este tipo de projetos; ii. Celeridade à formação e capacitação dos técnicos que ficarão responsáveis pela operação das PGU, garantindo-se uma rede de contactos e de agilização de informações.
Componente C20 Escola Digital	
Subinvestimentos	Apreciação e recomendações
C20-i01 Transição Digital na Educação	Após as alterações propostas na reprogramação, em que o prazo relevante passa a ser 31/07/2026 e o descritivo “Provas do ensino básico abrangidas por e-assessment (processo de realização e classificação digitais)” e “Provas do ensino secundário abrangidas por e-marking (processo de classificação digital)”, considera-se este investimento com NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO . Encontram-se ainda em curso vários investimentos, mas dentro dos seus prazos expectáveis. Alguns investimentos já terminados (p.ex. laboratórios de educação digital ou videoprojectores), encontram-se ainda em fase inicial de utilização, pelo que os processos de avaliação são ainda precoces. Foram elaborados vários estudos relacionados com a avaliação dos impactos da adoção da digitalização nas Escolas, quer relativamente a alunos, quer a professores/diretores, com resultados promissores relativamente à adoção de práticas mais digitais, mas é de ter em atenção que há ainda processos a decorrer e que o processo de mudança tem sido gradual. Serão, no entanto, necessários estudos específicos para avaliar esses impactos. Há várias implementações, que são críticas, ainda a decorrer (p.ex. wifi, rede alargada de conectividade, recursos digitais, integração de sistemas de informação ou o sistema único de identidade). Está também em curso a capacitação/formação de professores para os processos de avaliação digital,

	<p>sendo este um processo de mudança de paradigma na educação em Portugal. Os resultados terão que ser continuamente monitorizados e só poderão ser apreciados em fase posterior.</p> <p>Recomenda-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. A continuidade da monitorização dos resultados e constrangimentos observados, no âmbito das práticas mais digitais, com a identificação de riscos e a necessidade de medidas corretivas sempre que necessário e a comparação com as melhores práticas internacionais, em virtude do objetivo último de maior capacitação, inclusão, conhecimento e inovação, por parte de alunos, professores e outros profissionais das Escolas; ii. Tais monitorizações sejam acompanhadas de estudos de impacto, aplicadas a cada um dos anos de ensino, integrando o conhecimento obtido em práticas internacionais, para que se possa intervir e alterar práticas, num curto espaço de tempo e que tais resultados (ainda que preliminares), sejam partilhados com a comunidade académica e com a sociedade; iii. Uma especial atenção à comunicação das atividades em curso, bem como aos resultados (ainda que preliminares), resultantes dos investimentos em curso, junto da população em geral. A sociedade (como um todo) precisa de saber o que está a ser planeado, preparado e executado, para que se possa adequar às mudanças e ser parte interveniente ativa no processo.
--	--

4.2.3. Comissão Especializada de Clima e Energia

Componente C10 Mar	
Subinvestimentos	Apreciação e recomendações
C10-i01.i01: Hub Azul, Rede de Infraestruturas para a Economia Azul	<p>Considera-se que para este investimento é NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO, fruto essencialmente da reprogramação efetuada, que alargou o prazo para a sua concretização.</p> <p>Recomenda-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. Decisão urgente sobre a transferência do polo de Lisboa do For-MAR para a Escola Náutica Infante Dom Henrique ii. Transferência rápida das competências da Secretaria-Geral da Economia para a Agência para o Clima (ApC), de forma que este investimento possa ser acompanhado de imediato; iii. Sejam afetos os recursos humanos necessários, por parte da ApC, a este investimento, em particular nas atividades de acompanhamento e de análise dos pedidos de pagamento; iv. Melhoria a plataforma de submissão de despesas; v. Operacionalização do mecanismo de reposição do IVA, sob pena de causar problemas de liquidez aos beneficiários finais; vi. Reflexão sobre o modelo de governação da rede, de forma a torná-lo mais coerente e fluído.

C10-i02 Transição Verde e Digital e Segurança nas Pescas	Considera-se este investimento ALINHADO COM O PLANEAMENTO .
C10-i03.01 Pilar I - Plataforma Naval Multifuncional e Pilar II - Centro de Operações	<p>Considera-se este investimento com NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO.</p> <p>Especialmente no Pilar I, a gestão dos prazos e do acompanhamento permanente apresenta-se como um grande desafio, num projeto desta envergadura e complexidade, pelo que se considera que as ações tomadas de acompanhamento por parte da Marinha são as adequadas e não podem ser aliviadas.</p> <p>Há ainda um desafio significativo em termos de transferência de verbas, por parte da Direção Geral do Orçamento (DGO), em conjunto com a Estrutura de Missão Recuperar Portugal (EMRP).</p> <p>Recomenda-se uma particular atenção ao reforço da capacitação (transição de verbas para esta rubrica), em ambos os Pilares.</p> <p>Recomenda-se à EMRP e DGO, uma atenção redobrada para que as questões de liquidez interna não coloquem em causa o pagamento aos fornecedores e o atraso do projeto, cujos prazos se encontram no limite.</p>
C10-i03.02 Pilar III - Academia do Arsenal do Alfeite	<p>Este investimento encontra-se CONCLUÍDO.</p> <p>No acompanhamento continuado, verifica-se o início das formações certificadas em 2025, bem como o aprofundar de relações com a Marinha Portuguesa, garantindo-se o alinhamento dos 3 pilares do investimento no “Centro de Operações de Defesa do Atlântico e Plataforma Naval”.</p>
C10-i07 Green Shipping	<p>Considera-se este investimento ALINHADO COM O PLANEAMENTO.</p> <p>Tendo em atenção o tempo curto para o final do PRR, recomenda-se o acompanhamento proativo por parte do IAPMEI a estes projetos, antecipando constrangimentos e identificando o potencial de nova abertura de aviso, em tempo que ainda seja útil para a realização do investimento por parte dos beneficiários finais.</p>
Componente C11 Descarbonização da indústria	
Subinvestimentos	Apreciação e recomendações
C11-i01 C21-01 Descarbonização da Indústria	<p>No caso da Descarbonização, agrava-se a avaliação para PREOCUPANTE, em virtude dos atrasos de vários projetos, que impossibilitam a sua concretização até dezembro de 2025, com impacto negativo na redução dos gases com efeito estufa.</p> <p>Recomenda-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. Que possa ser estendido o prazo de execução dos projetos que terminam até julho de 2025 para dezembro de 2025; ii. Articulação entre o IAPMEI, EMRP e tutelas de forma que, no caso dos projetos com atrasos e exequíveis dentro do prazo do PRR, possa ser encontrada uma solução para extensão do período de execução; iii. Para os projetos em que os processos registam atrasos devidos a questões de licenciamento, pareceres, certificações ou similares, que seja criada uma equipa especial de emergência, por parte do IAPMEI, para que estes

	<p>casos sejam tratados caso a caso, intervindo no contacto com as entidades responsáveis por esses licenciamentos ou pareceres, para que se possa avançar de forma mais célere e desbloquear as situações resultantes de demora na comunicação.</p> <p>iv. Que seja definida metodologia de cálculo de sobrecusto. No caso dos Roteiros da Descarbonização, mantem-se a apreciação de NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO e recomenda-se:</p> <p>i. A comunicação, no website do IAPMEI, das candidaturas aprovadas;</p> <p>ii. A disponibilização de uma lista de fácil consulta, no website do IAPMEI, que redirecione para cada um dos websites dos Roteiros, para uma maior disseminação, a exemplo do que é já prática noutras entidades públicas;</p> <p>iii. No que diz respeito aos eventos de comunicação e disseminação, reconhecendo-se que devem ser as associações a fazer esse trabalho, recomenda-se que o IAPMEI possa monitorizar essa realização;</p> <p>iv. Que os resultados e conclusões, no âmbito destes Roteiros, sejam incorporados no desenho de políticas públicas nesta área e em programas de financiamento futuro, incluindo o PT2030.</p>
Componente C12 Bioeconomia sustentável	
Subinvestimentos	Apreciação e recomendações
C12-i01.01 Bioeconomia: Projetos Integrados	<p>Considera-se este investimento ALINHADO COM O PLANEAMENTO, tendo em atenção o apuramento de execução física acima de 60%, com verificação técnica e acompanhamento detalhado pela APA e a preparação efetiva dos pedidos de reembolso e de IVA.</p> <p>Recomenda-se:</p> <p>i. Melhoria da plataforma de submissão de despesas, que permita a operacionalização do mecanismo de reposição do IVA e pagamento dos custos indiretos, desde já, e não apenas no final do projeto;</p> <p>ii. A intensificação de atividades de comunicação e disseminação de resultados, que possam ampliar a transferência de tecnologia e conhecimento para outras empresas, para além das dos consórcios.</p>
C12-i01.01 Bioeconomia: Beneficiação de Povoamentos de Pinheiro Bravo com Potencial para a Resinagem	<p>Considera-se este investimento ALINHADO COM O PLANEAMENTO.</p> <p>Apesar de já estar cumprida a meta em termos de contratualização, recomenda-se:</p> <p>i. O esforço de interligação entre todas as entidades (nomeadamente o Fundo Ambiental e a EMRP), para que possa ser possível, dentro do prazo do PRR, executar todos os hectares aprovados em candidatura.</p>
C12-i01.02 Bioeconomia - Gestão Florestal e Apoio à Resinagem	Considera-se este investimento ALINHADO COM O PLANEAMENTO .
C12-i02 Reciclagem e valorização de resíduos	Este investimento NÃO FOI ACOMPANHADO , embora a informação recolhida indique que estão a ser tomados os primeiros passos.
Componente C13 Eficiência Energética dos Edifícios	

Subinvestimentos	Apreciação e recomendações
C13-i01 C21-i02 Eficiência energética em edifícios residenciais	Considera-se este investimento como NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO . Do ponto de vista do cumprimento das metas parece não haver grandes dúvidas sobre o seu cumprimento, com um aumento da ambição inicial no caso dos edifícios residenciais e uma diminuição no caso dos vales eficiência. Deixa-se, no entanto, a recomendação para que a tutela acompanhe a interligação entre o que foi preparado e os resultados obtidos no âmbito do vale eficiência no PRR e o modelo a utilizar nos espaços energia, bem como em próximas políticas públicas de apoio a famílias em pobreza energética. De acordo com o ponto de situação atual, considera-se que, no caso do vale eficiência, não se atingem os objetivos de diminuição significativa e consistente de pobreza energética.
C13- i02 Eficiência energética em edifícios da administração pública central	Considera-se este investimento ALINHADO COM O PLANEAMENTO . Apesar dos projetos serem bastante complexos, em termos de análise e com muitos pedidos de reprogramação (temporal e financeira), o reporte indica que estão a ser mitigados os atrasos e que os pedidos de reprogramação permitem encontrar soluções.
C13- i03 Eficiência energética em edifícios de serviços	Este foi um dos investimentos considerados críticos no anterior relatório, mas considera-se que houve uma evolução significativa em termos de avaliação dos projetos e início de execução, realçando-se os pedidos de reembolso em análise e os valores de eficiência energética e produção de energia contratados (perto de 70% da meta). Considera-se assim este investimento com NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO , recomendando-se celeridade na abertura dos módulos de pedidos de reprogramação e contratação da respetiva equipa de análise.
C13-i01/02/03 Comunidades de Energia Renovável e Autoconsumo Coletivo (aplicável a edifícios, residenciais, de serviços e da administração pública)	Considera-se este investimento CRÍTICO . Concorreram para esta situação uma série de eventos, sendo o mais preponderante (em termos de atraso), duas providências cautelares e a demora da avaliação de candidaturas, que ainda decorre. Apesar de ultrapassadas as questões legais, segue-se agora um processo de aquisições no mercado, que de si já está a responder de forma muito lenta, especialmente na parte dos painéis solares, bem como a necessidade de licenciamento por parte da DGEG.
Componente C14 Hidrogénio e Renováveis	
Subinvestimentos	Apreciação e recomendações
C14-i01 C21-i06 Hidrogénio e gases renováveis	Considera-se este investimento como CRÍTICO . No relatório anterior, a CNA-PRR deixou vários alertas para as questões técnicas relacionadas com a execução deste investimento e a necessidade de um acompanhamento ao nível da tutela, no que se refere às questões da distribuição e utilização destes gases renováveis. Apesar deste investimento não ter sido proposto para reprogramação, a evidência da execução e de toda a incerteza que o envolve - desde os equipamentos e respetivos prazos de entrega, até às condições técnicas e económicas de utilização dos gases, passando pela

	<p>capacidade de distribuição – indicam uma dificuldade muito grande em que se concretize no prazo definido, com dúvidas sobre a sua efetivação, ainda que num prazo mais alargado.</p> <p>Recomenda-se um acompanhamento, com grupo de trabalho focal, que integre especialistas com experiência e conhecimento neste tipo de tecnologias, bem como nas respetivas condições económicas e de mercado.</p> <p>Recomenda-se ainda:</p> <p>i. Que se avalie a existência de mecanismos de monitorização de integração futura do hidrogénio e gases renováveis (produzida a partir destes e outros investimentos), na infraestrutura energética nacional;</p> <p>ii. Que seja estabilizado o quadro regulatório para o biometano.</p>
Componente C15 Mobilidade Sustentável	
Subinvestimentos	Apreciação e recomendações
C15-i01 C15-i07 Expansão da Rede de Metro de Lisboa – Linha Vermelha até Alcântara	Apesar de ter existido ajustamento de meta no âmbito da reprogramação, face ao tempo necessário para executar estas obras (complexas), considera-se ser de manter a apreciação de CRÍTICO neste investimento, em virtude de ainda não ter sido possível proceder à consignação da obra e respetivo início.
C15-i02 C15-i08: Expansão da Rede de Metro do Porto - Casa da Música-Santo Ovídio	Considera-se que para este investimento é NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO . A complexidade das obras, a existência de várias frentes em simultâneo, bem como a intervenção em diferentes zonas do Porto e Gaia exigem um acompanhamento de grande proximidade e fiscalização exigente, de forma a garantir o cumprimento dos prazos.
C15-i03: Metro Ligeiro de Superfície Odivelas-Loures	Investimento RETIRADO de financiamento PRR.
C15-i04 Linha BRT Boavista – Império	Considera-se este investimento ALINHADO COM O PLANEAMENTO
C15-i05 C21-i12 Descarbonização dos Transportes Públicos	Considera-se que para este investimento é NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO . Recomenda-se um alinhamento entre o Fundo Ambiental e o IMT, para identificar as necessidades de licenciamento ao longo do processo de execução, para uma maior fluidez e preparação da capacidade de resposta do IMT, tendo em conta o número muito elevado de autocarros a licenciar, em tão pouco espaço de tempo.
C15-i06 Digitalização do transporte ferroviário	Considera-se este investimento ALINHADO COM O PLANEAMENTO .
C21-i05 Apoio ao desenvolvimento de uma indústria ecológica	Considera-se este investimento PREOCUPANTE . O tempo disponível para a elaboração de projetos, apresentação, análise, assinatura de contratos, aquisição de equipamentos e instalação começa a escassear. O histórico dos tempos de análise de candidaturas e a sua contratação indica que tal demorará vários meses, sendo que a situação em que é necessária a encomenda de equipamentos (muitas vezes a fornecedores internacionais), é também demorada.

C21-i07.01 Estudos técnicos para potencial energético offshore: Estudos geofísicos, geotécnicos e de parâmetros ambientais	Considera-se que para este investimento é NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO . Sendo a parte mais crítica a das campanhas de mar, recomenda-se uma atenção redobrada e a comunicação fluída ente todos os intervenientes, incluindo as tutelas e outras entidades, para que sejam ultrapassados constrangimentos.
C21-i07.02 Estudos técnicos para potencial energético offshore: Estudos de recurso eólico, ondulação e correntes	Considera-se que para este investimento é NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO . Sendo a parte mais crítica a das campanhas de mar, recomenda-se uma atenção redobrada e a comunicação fluída ente todos os intervenientes, incluindo as tutelas e outras entidades, para que sejam ultrapassados constrangimentos.
C21-i08 Flexibilidade da Rede e Armazenamento	Considera-se este investimento CRÍTICO . Não tendo sido incluído na reprogramação e estando ainda em fase de análise, o prazo para execução até 31/12/2025 não se afigura exequível. Recomenda-se: i. Que seja avaliada a possibilidade de entrega de evidências até mar/26 e que sejam acompanhados os beneficiários finais para avaliar a possibilidade desse cumprimento, face aos prazos de entrega dos equipamentos.
C21-i09 One-Stop-Shop para o Licenciamento e Acompanhamento de Projetos de Energias Renováveis	Considera-se que para este investimento é NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO . Tendo em atenção que os processos de alteração organizacional são complexos e demorados, recomenda-se que seja dada especial atenção às condições de reafecção, contratação e retenção dos recursos humanos, peças cruciais em qualquer processo de transformação e transição digital e sem os quais o investimento pode não ter o sucesso esperado. Recomenda-se ainda a intensificação da interligação com o máximo possível de entidades que possam ser intervenientes nos processos de licenciamento energético, para obviar a situações futuras de não identificação de constrangimentos ou mais-valias.
C21-i14 Sistema de BRT Braga	Considera-se este investimento como PREOCUPANTE , atendendo a que apenas em maio foi lançado o procedimento concursal de conceção-construção, estimando-se apenas para setembro a assinatura do contrato, restando apenas 9 meses para elaboração do projeto e exceção da obra. Recomenda-se um acompanhamento permanente e fiscalização exigente para garantir o cumprimento dos prazos, em conformidade com o definido no PRR.
C21-i16 Funicular da Nazaré	Considera-se este investimento ALINHADO COM O PLANEAMENTO . Deve ser mantido um acompanhamento exigente de forma que os prazos sejam cumpridos.

4.2.4. Comissão Especializada de Economia e Empresas

Componente C05 Capitalização e Inovação Empresarial	
Subinvestimentos	Apreciação e recomendações
<p>C05-i01.01: Agendas/Alianças mobilizadoras para a inovação empresarial e</p> <p>C05-i01.02: Agendas/Alianças verdes para a inovação empresarial</p>	<p>Mantém-se a apreciação desta medida com NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO, tendo em conta a complexidade deste investimento.</p> <p>A reprogramação aprovada em abril/25, permitindo a prorrogação do prazo até junho de 2026 e a possibilidade de aumento ou diminuição da ambição de cada um, alinha com as anteriores recomendações da CNA-PRR e aumenta a probabilidade de concretização de todos os Produtos, Processos e Serviços (PPS) contratualizados.</p> <p>Reconhece-se a evolução positiva em termos de acompanhamento dos consórcios por parte do IAPMEI, com a criação de pontos de contacto e grupos de trabalho, cuja regularidade se recomenda que seja intensificada.</p> <p>Tendo em atenção que foram muitas as recomendações de relatórios anteriores, reforçam-se aquelas que se consideram não ter sido ainda acolhidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. Publicação de informação sobre as agendas, nomeadamente, o investimento, financiamento e pagamento efetuados a cada uma (com detalhe de cada parceiro), por concelho e por tipo de entidade (PMEs, empresa não PME, ENESII, outras), bem como informação sobre os PPS comprometidos em cada uma das agendas e a evolução da sua concretização; ii. Operacionalização do mecanismo de reposição do IVA para as entidades que beneficiam dessa possibilidade. iii. Definição de sistema de acompanhamento estratégico das agendas, nomeadamente de novas cadeias de valor que estejam a ser construídas ou de novos setores ou clusters que se começam a evidenciar; iv. Acompanhamento e potenciação das interligações entre os PPS em desenvolvimento em agendas diferentes, para aumentar as sinergias e o valor acrescentado; v. Acompanhamento da estratégia de propriedade industrial e da sua sustentabilidade futura e capacidade de retenção em entidades nacionais; vi. Avançar desde já com a clarificação e comunicação aos participantes nas agendas sobre a forma de justificar e entregar a certificação de equipamentos no âmbito do DNSH, aquando do término do projeto;

	<p>Adicionalmente recomenda-se: Redobrar os esforços para encontrar soluções para as questões mais complexas. Com a possibilidade de prorrogação de prazo de execução que a reprogramação permitiu, instam-se todos os intervenientes (IAPMEI, líderes de Agendas e todas as entidades envolvidas) a aproveitar este fôlego, entrando em “modo de urgência”. Para além da execução financeira, é importante conseguir aproveitar este tempo adicional para obter melhores resultados e reforçar os resultados e impactos que possam ser alcançados.</p> <p>Recomenda-se ainda:</p> <p>i. Que sejam organizadas e desenvolvidas iniciativas que potenciem a fertilização cruzada de boas práticas entre as agendas, de partilha de resultados alcançados junto de potenciais utilizadores, quer públicos, quer privados. Encontrar ambientes de experimentação é essencial para testar o potencial de mercado de vários produtos e serviços que estão a ser desenvolvidos. Este “Marketplace de PPS” com “selo” PRR pode ser particularmente relevante para muitos dos potenciais clientes, consumidores ou utilizadores;</p> <p>ii. Que sejam comunicadas, o mais breve possível, quais as condições e penalizações, no caso de não cumprimento por parte das Agendas.</p>
C05-i02: Missão interface – renovação da rede de suporte C&T e orientação para o tecido produtivo	<p>Considera-se este investimento ALINHADO COM O PLANEAMENTO.</p> <p>Recomenda-se: O acompanhamento das tutelas respetivas, para que seja atempadamente definido o modelo de financiamento público a Colabs e CTI pós PRR e não existam estrangulamentos devido a atrasos na aprovação de legislação necessária ou enquadramento financeiro orçamental.</p> <p>Realça-se ainda a necessidade de garantir a sustentabilidade do emprego que foi criado.</p>
C05-i03: Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria [Agendas de I&D]	<p>Considera-se que para este financiamento é NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO, apesar de não se perspetivarem dificuldades em cumprir a meta, fruto da forma como está definida.</p> <p>Recomenda-se:</p> <p>i) Que seja reavaliada a possibilidade de se fazer um ou vários encontros de divulgação e promoção, dedicados à I&D na agricultura, para partilha de resultados, contactos entre trabalhos em curso e a abertura à indústria nacional, para que possam ser potenciados e alavancados os resultados com maior maturidade e potencial de industrialização.</p> <p>ii) Seja analisada a possibilidade de extensão de prazo, de forma a possibilitar a execução dos</p>

	<p>trabalhos durante mais uma estação, fruto das condições específicas da agricultura;</p> <p>iii) Que possa ser dinamizado um Marketplace de soluções desenvolvidas por estes projetos, juntando também investidores e empresas, de forma a potenciar o valor económico e exploração comercial destes resultados;</p> <p>iv) Que seja analisada a possibilidade de, em programas de financiamento futuros, a continuidade destes projetos ser majorada, com o compromisso de serem alcançados níveis de TRL superiores, potenciado a sua industrialização e chegada ao mercado;</p> <p>v) Que seja reavaliada a possibilidade de serem realizados estudos de impacto desta medida, podendo ser enquadrados em estudos mais amplos, relacionados com a I&D na agricultura, com eventual ligação ao que é proposto fazer a partir do investimento e nova governação dos Polos de Inovação.</p>
C05-i03: Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria [polos de inovação]	<p>Considera-se ser de agravar esta apreciação para CRÍTICO.</p> <p>Para além dos atrasos nas aquisições de equipamentos (que são superáveis), continuam a existir atrasos no lançamento de concursos para as obras de remodelação. No geral a execução mantém-se atrasada, tendo em atenção que o prazo de finalização é dez/25.</p> <p>Acrescem ainda as questões relativas à falta de modelos de governação, da rede de polos, da I&D, não sendo também evidente um trabalho de preparação de parcerias.</p> <p>Recomenda-se:</p> <p>i) A definição de um modelo de governação da rede;</p> <p>ii) A definição de planos de ação para cada um dos polos, incluindo um modelo de trabalho com parcerias e um plano financeiro (que inclua as necessidades de manutenção a médio prazo e as aquisições de consumíveis);</p> <p>iii) A definição de quadros de pessoal adequados a cada um dos polos, interligando com a possibilidade de parceria com instituições do sistema científico, no caso de recursos humanos altamente qualificados e interligados com projetos de I&D.</p>
C05-i03: Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria (projetos de transformação digital)	<p>Mantem-se a apreciação deste investimento como CRÍTICO.</p> <p>Recomenda-se que a capacitação digital interna do IFAP seja priorizada, para poder acompanhar no pós-PRR estes projetos, permitindo que o investimento agora iniciado, se possa materializar em efetivas mudanças e melhorias para os</p>

	<p>trabalhos dos agricultores e a sua relação com as inúmeras interações necessárias.</p> <p>Reforçam-se as recomendações dos anteriores relatórios:</p> <ul style="list-style-type: none"> i. Que seja concedida autorização para contratação dos recursos humanos internos necessários ao acompanhamento do processo de preparação de transição digital; ii. Que seja definido um plano de formação para os trabalhadores conseguirem apropriar-se das novas ferramentas e processos de trabalho; iii. Que seja efetuado um acompanhamento contínuo do fornecedor do serviço, em virtude de não haver tempo para reconfigurações ou atrasos; iv. Por experiências várias por demais conhecidas, é também necessário um contacto atempado com todas as entidades públicas, que irão intervir no processo de interoperabilidade; v. Que sejam envolvidos os utilizadores (agricultores, organismos de apoio, consultores), nas fases de desenho e implementação, para garantir que o portal vai responder às suas efetivas necessidades; vi. Seja efetuada, junto da EMRP e da Comissão Europeia, a identificação clara de qual a evidência necessária para comprovação da meta, em termos de maturidade do portal e das respetivas funcionalidades.
C05-i06: Capitalização de empresa e resiliência financeira/Banco Português de Fomento	<p>Considera-se este investimento como PREOCUPANTE.</p> <p>Desde o início do PRR, são já 3 as direções executivas do banco, com alterações significativas de percurso e na atuação.</p> <p>Na apreciação das últimas alterações estratégicas, identifica-se uma mudança objetiva do rumo de capitalização estratégica das empresas portuguesas, passando a imperar a lógica de empréstimos, com garantia pública pré-aprovadas (até 450 M€), para a qual a banca comercial está preparada, para além de se verificar uma redução na ambição nos instrumentos de capitalização (de 1.300 M€ para 850 M€). Esta é uma mudança estratégica relevante, pois voltamos a privilegiar os instrumentos tradicionais, com recurso a endividamento bancário, o que não permite a diversificação nem sofisticação dos instrumentos financeiros utilizados, nem promove a capitalização empresarial, objetivo primordial deste investimento quando foi criado, alinhado com o diagnóstico realizado ex-ante.</p> <p>Conforme o tempo vai escasseando, perde-se a oportunidade de criar instrumentos com escala, credibilidade e efetivo impacto, no âmbito da</p>

	<p>recapitalização estratégica das empresas (de diferentes dimensões).</p> <p>Recomenda-se:</p> <p>i) Promover uma avaliação independente e exaustiva dos programas implementados, identificando causas concretas para a baixa adesão aos instrumentos diretos, além do custo, junto das empresas que desistiram ou não se candidataram;</p> <p>ii) Desenvolver, à luz desta avaliação, novos instrumentos de capitalização mais adequados às necessidades reais do tecido empresarial português, implementando um verdadeiro processo participativo com todos os stakeholders (empresas de diferentes dimensões e setores, associações empresariais, especialistas em finanças empresariais);</p> <p>iii) Investir decisivamente na constituição de uma equipa técnica estável e qualificada, com conhecimento direto das realidades empresariais, capacitando-a para o desenvolvimento de relações de longo prazo com o tecido empresarial, essenciais para o papel de um banco de fomento;</p> <p>iv) Estabelecer formalmente mecanismos internos de aprendizagem organizacional, incluindo a realização de benchmarking estruturado com congéneres europeus bem-sucedidos, adaptando boas práticas internacionais à realidade portuguesa.</p>
C05-i13: Aquisição de equipamentos ou conclusão de projetos para a renovação e/ou modernização de Unidades de Investigação	Este investimento NÃO FOI ACOMPANHADO .
C05-i14: Inovação Empresarial	Este investimento NÃO FOI ACOMPANHADO .
C05-i16: Componente dos Estados-Membros no InvestEU	Este investimento NÃO FOI ACOMPANHADO .
Componente C16 Empresas 4.0	
Subinvestimentos	Apreciação e recomendações
C16-i02.02: Transição Digital das Empresas – Medida Empreendedorismo (vales para incubadoras e vouchers para startups)	<p>Considera-se este investimento como CRÍTICO. Apesar do afunilamento dos vouchers para startups com a dupla verificação de negócios verdes e digitais (ultrapassado com o aviso 21), o problema aparenta estar para lá dessa questão. Os dados obtidos revelam uma realidade de fraca literacia por parte do ecossistema de empreendedorismo em Portugal, a avaliar pela amostra de candidaturas e análise das mesmas, apresentada pela Startup Portugal. Estes são dados que devem ser refletidos pelas entidades competentes, incluindo o IAPMEI e o Ministério da Economia e cujas conclusões deverão informar próximas políticas públicas nesta área, incluindo em medidas de empreendedorismo que não são</p>

	<p>geridas pela Startup Portugal (p.ex. geridas pela ANI).</p> <p>Existem ainda estrangulamentos operacionais, sendo o mais evidente o das plataformas informáticas, que absorvem muito tempo por parte das equipas da Startup Portugal e do IAPMEI, retirando assim tempo para fazer um acompanhamento de valor acrescentado ao ecossistema, com tempos de visitas e reuniões no terreno, reflexão e alinhamento com as melhores práticas internacionais, recomendando-se, uma vez mais, que seja reavaliada a possibilidade da Startup Portugal ter melhor acesso na plataforma informática de gestão de candidaturas e pagamentos..</p> <p>A diminuição de ambição proposta na reprogramação poderá permitir as metas do ponto de vista quantitativo, mas os efeitos de robustecimento do ecossistema de empreendedorismo, bem como de um aumento consistente de startups verdes e digitais, não é visível.</p> <p>Mantem-se a recomendação de que deve ser feita publicitação dos resultados das candidaturas aprovadas no website da Startup Portugal, uma ação que promove a transparência.</p> <p>Para além de outras recomendações que a CNA-PRR tem deixado ao longo dos vários relatórios, repete-se a recomendação da realização de estudos mais aprofundados sobre os resultados e impactos dos investimentos PRR (e sua interligação com outros com objetivo idêntico), para que possam incorporar o desenvolvimento de futuras políticas públicas. Apesar de existirem estudos apresentados pela Startup Portugal, são essencialmente de natureza quantitativa, com recurso a dados secundários.</p>
<p>C16-i02.02: Transição Digital das Empresas – Medida Empreendedorismo (reforço da estrutura nacional do empreendedorismo) e (Consórcio Startup Portugal & ESNA)</p>	<p>Considera-se ser de manter a apreciação deste investimento como PREOCUPANTE.</p> <p>Apesar de se terem verificado alguns desenvolvimentos, quer no âmbito da nova plataforma de mapeamento de startups nacionais, quer da instalação da ESNA em Portugal, a morosidade dos procedimentos administrativos (que levam a atrasos nas transferências de valores financeiros), têm-se tornado (nestes e noutros investimentos), a nota central de preocupação, retirando peso ao verdadeiramente importante – a execução e os resultados.</p> <p>Repetem-se, por isso, algumas das recomendações do relatório anterior:</p> <p>i. No caso da plataforma de mapeamento de startups nacionais, reforça-se a necessidade de que seja efetuado um acompanhamento contínuo</p>

	<p>do fornecedor, em virtude de não haver tempo para reconfigurações ou atrasos. O contacto, junto de todas as entidades públicas que irão intervir no processo de certificação de acessos ou ligação de bases de dados, tal como o IRN, a AMA ou a AT deve ser intensificado, instando-se essas e outras entidades públicas a criarem mecanismos internos, para poderem responder a estas necessidades;</p> <p>ii. Seja avaliada, em conjunto com o IAPMEI e a EMRP, os apoios que podem ser prestados, para ultrapassar os constrangimentos administrativos que atrasam a elaboração, submissão e pagamento dos pedidos de reembolso;</p> <p>iii. Seja efetuada a clarificação sobre a evidência necessária para comprovação da meta, em termos de fontes de dados e tipologia de empresas mapeadas, junto da Comissão Europeia.</p> <p>iv. Tendo em atenção o facto de ser imprescindível um acordo dos vários Estados-Membros para a continuidade e suporte financeiro da ESNA, recomenda-se um acompanhamento ao mais alto nível, para que não se corra o risco de haver investimento sem consequências futuras ou sem estar alinhado com as políticas de empreendedorismo europeias e os interesses dos Estados-Membros.</p> <p>v. A preparação de um modelo de acompanhamento e avaliação do impacto destes investimentos.</p>
--	---

4.2.5. Comissão Especializada do Território

Componente C07 Infraestruturas	
Subinvestimentos	Apreciação e recomendações
C07-i00: Alargamento da Rede de Carregamentos de Veículos Elétricos	Considera-se este investimento ALINHADO COM O PLANEAMENTO .
C07-i01: Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE)	<p>Este foi um investimento onde os desenvolvimentos alcançados foram poucos. Para além disso, o grupo de trabalho existente não realizou qualquer reunião, de acordo com informação recolhida junto dos municípios. Atendendo à fase incipiente dos investimentos, onde apenas dois municípios iniciaram obras, sendo que um deles apenas de forma parcial, agrava-se a apreciação para CRÍTICO.</p> <p>Analizando o ponto da situação em que se encontram os procedimentos concursais, é materialmente impossível a conclusão dos investimentos na data prevista em 8 das 10 áreas de acolhimento empresarial.</p> <p>Deve ser equacionada a possibilidade de conclusão das obras durante o primeiro semestre de 2026, sugerindo-se ainda que seja reativado o grupo de trabalho entre a tutela, CCDR, Municípios e DGEG.</p>
C07-i02: Missing links e Aumento capacidade da Rede	<p>Considera-se para este investimento é NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO. Apesar de não ser possível a concretização do eixo rodoviário Águeda-Aveiro no prazo previsto no PRR, o número de km em construção pela IP permitem alcançar a meta.</p> <p>Revela-se fundamental a concessão de licenças por parte do ICNF, em tempo útil, e de acordo com as condições legais, de forma a não comprometer os prazos de execução das obras. Sugere-se que se equacione a possibilidade de execução material de algumas obras durante os primeiros meses de 2026.</p>
C07-i03 Ligações transfronteiriças	<p>Considera-se ser de agravar esta apreciação para CRÍTICO.</p> <p>Atualmente, apenas um dos 4 sub-investimentos previsto está em execução.</p> <p>Apesar de terem sido assinados memorandos de entendimento entre Portugal e Espanha, falta a ratificação da parte de Espanha. Além desse facto, atendendo ao ponto da situação em que se encontram os procedimentos concursais, é materialmente impossível a conclusão de pelo menos 2 investimentos.</p> <p>Deve ser equacionada a possibilidade de conclusão de obras durante o primeiro semestre de 2026, recomendando-se uma reavaliação de todos os prazos</p>

	e metas contratadas com a Comissão Europeia e um acompanhamento proativo por parte das respetivas tutelas.
C07-i04: Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias	Considera-se este investimento como NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO . Apesar de, formalmente o investimento dever ser concluído até dezembro de 2025, existem alguns investimentos com prazo de conclusão autorizado para 2026. É fundamental que esta situação seja clarificada de forma que se garanta igualdade para os vários beneficiários finais.
Componente C08 Florestas	
Subinvestimentos	Apreciação e recomendações
C08-i01.01: Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis – “Áreas integradas de gestão da paisagem (AIGP) e Condomínios de Aldeia”	<p>Consideram-se estes investimentos como CRÍTICOS. Todas as ações relacionadas com a Floresta devem ter prioridade na avaliação de todo e qualquer constrangimento que aí se identifique.</p> <p>As OIGP e os condomínios de Aldeia, pelo seu carácter preventivo e de ações a longo prazo na alteração do mosaico da Floresta e das pessoas que nela vivem, apresentavam-se como um dos investimentos com impacto promissor nestes territórios.</p> <p>Estes são atrasos muito difíceis de recuperar, tendo em conta os tempos necessários para intervenções desta natureza, na Natureza e a existência de um programa com este nível de financiamento.</p> <p>Apesar desta apreciação, considera-se que a ação tomada pelo ICNF, de encontrar uma solução de suporte técnico para as entidades gestoras das OIGP e dos condomínios de Aldeia, apresenta-se como um passo muito positivo, que se espera tenha resultados visíveis.</p> <p>Recomenda-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) Que seja feita uma avaliação em conjunto com as tutelas e a EMRP, para avaliar o potencial de pedido de reprogramação de metas, garantindo início da intervenção no terreno florestal e de Aldeias dentro do prazo PRR, ainda que com confirmação de término posterior, à semelhança de outras medidas, com medição de resultados em 2027; ii) Que seja avaliada a possibilidade de reforço de recursos humanos para a avaliação de candidaturas, controlo de duplo financiamento ou pedidos de pagamento, por parte do ICNF, eventualmente com recurso à equipa técnica contratada pela EMRP, com essa mesma finalidade; iii) Tendo em conta o potencial demonstrador dos trabalhos a executar, quer nas OIGP, quer nos

	Condomínios de Aldeia, que se preparem formas de documentar e disseminar os trabalhos e posteriores resultados, para que outros locais do país possam seguir esses exemplos, caso atinjam os resultados/impactos expectáveis.
C08-i01.02: Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis: Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem	Considera-se que para este investimento é NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO . Recomenda-se: i) Uma articulação estreita com a tutela, para que as necessárias aprovações governativas, sejam possíveis em prazo útil, não comprometendo os restantes investimentos interligados, como as AIGP ou as OIGP.
C08-i01.03: Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis – Emparcelar para Ordenar	Considera-se este investimento como CRÍTICO . Ainda que seja possível identificar mais alguns terrenos com potencial de emparcelamento, muito dificilmente se atingirão os objetivos, dentro do PRR. Recomenda-se uma reavaliação desta política pública, do seu potencial, dos constrangimentos identificados e das suas reais condições de implementação.
C08-i02.01: Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: SMOS	Considera-se que este investimento já se encontra ALINHADO COM O PLANEAMENTO . Recomenda-se: i. Que seja avaliada, em conjunto com a AMA e a Fundação para a Ciência e Tecnologia, as possibilidades de aumentar as possibilidades de utilização da capacidade de computação afeta a Portugal no âmbito dos Supercomputadores, bem como o potencial de utilização de programas de Inteligência Artificial, para o âmbito dos trabalhos da DGT.
C08-i02.02: Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: Inventário Florestal Nacional	Considera-se que para este investimento é NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO , tendo em conta a sua dependência do término do voo LiDAR, previsto para conclusão em breve.
C08-i02.03/04/05: Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: Sistema Nacional de Cadastro Predial (inclui as dimensões locais das regiões Norte e Centro)	Mantem-se a apreciação deste investimento como sendo NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO , realçando-se uma vez mais a sua importância para a reforma da Floresta, bem como a necessidade de interligação de diversas entidades, nomeadamente a AT, o IRN ou a DGT. Reforçam-se as recomendações do anterior relatório: i. Que se comece desde já a avaliar as necessidades em cada município para a continuidade dos balcões e respetivos recursos humanos, para que se possam tomar decisões atempadamente;

	<p>ii. Que todas as entidades envolvidas e necessárias para a interoperabilidade técnica e tecnológica para a criação e operacionalização do NIP, avaliem as suas capacidades e constrangimentos e os reportem às respetivas tutelas, para que possam ser ultrapassadas, com especial relevância para a Autoridade Tributária, sob pena de se comprometer o projeto na sua globalidade;</p> <p>iii. Que sejam intensificados os vários formatos de comunicação, por forma a se conseguir uma maior adesão dos proprietários e um aumento significativo dos registos.</p> <p>Recomenda-se ainda:</p> <p>iv. Que sejam encetadas conversações com a EMRP, no sentido de avaliar a possibilidade de extensão do prazo de registos (dentro do PRR) e o potencial de alocação de verbas para continuidade dos balcões.</p>
C08-i03: Faixas de gestão de combustível – rede primária	<p>Considera-se ser de agravar este investimento para CRÍTICO.</p> <p>Recomenda-se:</p> <p>i. Que possam ser reavaliados os procedimentos existentes e a melhor adequação dos mesmos à realidade, com atuação proativa por parte da tutela governativa;</p> <p>ii. Que seja efetuada a avaliação por parte da EMRP, para que se possa utilizar o máximo tempo possível à disposição do país, para que seja efetuado o máximo de execução de faixas de combustível, dada a sua criticidade em eventos futuros de incêndios rurais.</p>
C08-i04.01 Meios de prevenção e combate a incêndios rurais – Subinvestimento Meios aéreos	<p>Mantêm-se a apreciação de NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO.</p> <p>Reiteram-se as recomendações anteriores:</p> <p>i. O acompanhamento proativo por parte da tutela, relativamente às necessidades de financiamento da sustentação, operação e formação futuras, que não comprometam os investimentos agora realizados.</p>
C08-i04.02 Meios de prevenção e combate a incêndios rurais – Subinvestimento Meios terrestres	<p>Este investimento encontra-se CONCLUÍDO.</p>
C08-i04.03 Meios de prevenção e combate a incêndios rurais – rede de radares	<p>Este investimento encontra-se CONCLUÍDO.</p>
C08-i05.01 Programa MAIS Floresta: Reforma do sistema de prevenção e combate de incêndio	<p>Considera-se que este investimento se encontra ALINHADO COM O PLANEAMENTO.</p>

C08-i05.02: Programa MAIS Floresta: Reforço de atuação das organizações de produtores florestais (OPF) e dos Centros de Competências no setor florestal	Considera-se este investimento com NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO , tendo em conta a necessidade de interligar com a generalidade dos investimentos relacionados com a Floresta e que, de uma forma geral são preocupantes ou críticos.
C08-i05.03: Aplicação de medidas no domínio da prevenção de incêndios rurais e do reforço das capacidades nas zonas do setor florestal	Este investimento NÃO FOI ACOMPANHADO .
Componente C09 Gestão Hídrica	
Subinvestimentos	Apreciação e recomendações
C09-i01.01: Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM1 – Reduzir perdas de água no setor urbano	Considera-se este investimento NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO , tendo em atenção a necessidade de execução no terreno, em várias localizações e à pressão para a contratação pública de várias empreitadas.
C09-i01.02: Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM2 – Reduzir perdas de água e aumentar a eficiência no setor agrícola	Considera-se ser de manter este investimento com PREOCUPANTE . Apesar de uma alteração no descritivo da meta e da transferência de verbas entre investimentos, ainda se verificam pressões ao nível da contratação pública, não estando adjudicadas as empreitadas.
C09.i01.03: Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM3 - Reforçar a governança dos recursos hídricos	Considera-se este investimento ALINHADO COM O PLANEAMENTO .
C09.i01.04: Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM4 – Promover a utilização de Água Residual Tratada, SM5 – Aumentar a capacidade disponível e resiliência das albufeiras/sistemas de adução em alta existentes e reforçar com novas origens de água e SM6 - Promover a dessalinização de água do mar	Considera-se este investimento NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO , tendo em atenção a necessidade de execução de várias obras (algumas ainda em início de empreitada ou adjudicação).
C09-i02 / i04: Aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Crato	Este investimento foi RETIRADO do PRR.
C09-i05: Parque Fotovoltaico do Alqueva	Este investimento NÃO FOI ACOMPANHADO .

5. Balanço Global e Recomendações Transversais

5.1. Aspetos positivos

- ✓ Submissão e recebimento do 5º pedido de pagamento, bem como submissão do 6º pedido de pagamento (embora com evidências em fase de recolha e com marcos e metas que foram removidas após a reprogramação), o que significa um recebimento das verbas equivalente a cerca de 51% do montante global do PRR e cumprimento de 33% das metas e marcos. Considerando o 6º pedido de pagamento, as verbas recebidas passarão para cerca de 57% do total e o nível de cumprimento de marcos e metas para 40%.
- ✓ Aceleração ligeira de pagamentos a beneficiários finais, tendo sido transferidos cerca de 3.000 milhões de euros, em 10 meses, a um ritmo médio de 300 milhões euros /mês, que compara com uma média de 225 milhões euros/mês no período incluído no relatório anterior. Neste momento, o volume de pagamento situa-se nos 7.779 milhões de euros (data referência de 22 de maio), 35% do volume total do PRR;
- ✓ Aprovação de um conjunto de legislação com o objetivo de aceleração da execução dos projetos e tentativa de diminuição da litigância contratual;
- ✓ Disponibilização da plataforma 'Find up' que permite uma análise mais célere relativa ao controlo do duplo financiamento, embora não elimine a necessidade de outras consultas;
- ✓ Reforço da disponibilização da informação sobre execução do PRR, designadamente no sítio Internet da Estrutura de Missão Recuperar Portugal, permitindo consultar o PRR por regiões, com discriminação da informação por concelho, distrito e NUT III, embora ainda exista margem para melhorar a facilidade de utilização.

5.2. Constrangimentos verificados

- Subsistem problemas nas plataformas informáticas, em vários dos beneficiários intermediários, continuando a evidenciar dificuldades de interoperabilidade com as plataformas da EMRP. Para além disso, a resolução dos “bugs” identificados é demorada. Existe ainda o caso do investimento em Bioeconomia (projetos empresariais), em que, só recentemente foi disponibilizada uma plataforma operacional subsistindo ainda formatos a funcionar com o envio de dados em formato excel;
- Demora na análise dos pedidos de pagamento, por parte dos beneficiários intermediários, em vários investimentos, prejudicando a liquidez dos beneficiários finais;
- Dificuldades na **tramitação burocrática** e nos **licenciamentos**, cujas referências surgem de forma recorrente nos vários investimentos, permanecendo uma atuação em “silo” por parte de diversas entidades (p.ex. APA, DGE, mas também autarquias e outras entidades). Esta

situação tem provocado atrasos muito significativos na execução dos projetos, colocando em risco a concretização de alguns deles;

- Persiste a escassez de recursos humanos em vários organismos responsáveis pela gestão dos investimentos, com frequentes relatos de alta rotatividade, necessidades de formação repetida e perda de conhecimento sobre os processos;
- Valores muito reduzidos pagos no âmbito do mecanismo de reposição do IVA, existindo inúmeras situações (o mais frequente) em que não foi processado qualquer pagamento aos beneficiários finais;
- Concursos públicos desertos, sobretudo na área da construção, resultando em atrasos e /ou necessidade de incremento do preço base das empreitadas;
- A falta de trabalhadores para a construção civil e as qualificações inadequadas, continuam a pressionar a execução das obras e a resposta a novos concursos. Esta é uma situação que se sente com maior intensidade nas zonas do interior e no Algarve;
- Prazos de entrega longos nos equipamentos, especialmente na área da energia, colocando em causa a concretização, em tempo útil dos investimentos planeados;
- Quadros regulatórios em construção, em particular em investimentos na área da energia, que criam indefinição e pouca previsibilidade para os beneficiários finais;

5.3. Recomendações Transversais

1. Acelerar a Tomada de Decisão nas Diferentes Fases de Execução dos Projetos PRR

A execução eficaz do PRR exige que os processos de decisão, ao longo de todo o ciclo de vida dos projetos — desde a avaliação de candidaturas, passando pela contratualização, alterações contratuais, validação de despesa, até aos pagamentos finais — sejam céleres, previsíveis e tecnicamente fundamentados.

A morosidade decisória, mesmo quando decorre de insuficiência de meios, tem gerado atrasos que se vão acumulando, com efeitos negativos na confiança dos promotores, na execução física e na cadência financeira dos projetos.

Recomenda-se, por isso:

- A racionalização dos circuitos de decisão nas entidades gestoras, com definição clara de prazos máximos, responsabilidades e critérios uniformizados;
- O reforço dos recursos humanos qualificados nas equipas técnicas responsáveis pelas fases críticas do ciclo de projeto;
- A implementação de mecanismos automáticos de validação ou deferimento tácito, sempre que aplicável, para garantir previsibilidade e eficiência;

- A monitorização sistemática dos tempos médios de decisão, com reporte público e mecanismos de correção imediata em casos críticos.

2. Criar uma task force para agilizar licenciamentos, criar pontes e interligações de trabalho para o futuro

Um dos obstáculos à execução atempada de vários investimentos do PRR reside nos atrasos nos processos de licenciamento urbanístico, ambiental, técnico e administrativo, cuja morosidade compromete prazos, encarece projetos e fragiliza a confiança dos promotores, sendo facilmente identificáveis as entidades cuja intervenção é necessária, em cada processo. Apesar de se ter conhecimento da criação de grupos de trabalho (p.ex. no IAPMEI) para obviar estas situações, que têm conseguido ter algum sucesso, o seu raio de ação e capacidade de intervenção e decisão é extremamente limitado e circunscrito às questões relativas a determinado investimento.

Recomenda-se, por isso, a criação de uma Task Force para Aceleração de Licenciamentos, com as seguintes orientações:

- Atuar como estrutura de coordenação e mediação interinstitucional, envolvendo organismos centrais, autarquias, CCDR, APA e outras entidades com competência em matéria de pareceres e autorizações;
- Estabelecer protocolos de prazos máximos, sem comprometer a legalidade e o rigor técnico;
- Disponibilizar equipa técnica multidisciplinar dedicada, com capacidade de apoio direto a promotores e entidades locais, mitigando desigualdades de capacidade institucional;
- Monitorizar e publicar indicadores de tempo médio de licenciamento, promovendo transparência e responsabilização.

3. Reforçar a Interoperabilidade e a Eficiência das Plataformas Informáticas

A execução do PRR assenta em sistemas digitais que integram candidaturas, contratualização, reporte, monitorização e auditoria, mas que persistem com muitas fragilidades ao nível da interoperabilidade, usabilidade e articulação entre plataformas, o que dificulta a atuação eficiente das entidades executoras e gestoras.

Recomenda-se, uma vez mais:

- A integração e racionalização das várias plataformas digitais utilizadas na gestão do PRR, promovendo o princípio "uma só vez" no reporte de informação e evitando redundâncias e duplicações, dando cumprimento às diretivas nacionais e europeias em vigor desde 2024;

- O reforço da interoperabilidade entre sistemas nacionais e, quando relevante, com sistemas europeus;
- A melhoria da usabilidade e da estabilidade técnica, com interfaces mais intuitivas, manuais de apoio atualizados e canais de suporte técnico eficazes;
- E a criação de painéis de gestão com indicadores em tempo real, que apoiem a tomada de decisão informada por parte das autoridades de gestão e dos beneficiários.

A transformação digital deve aplicar-se também aos instrumentos de execução da política pública. Um PRR com plataformas mais integradas, simples e inteligentes significa mais tempo para concretizar e menos tempo perdido em burocracia digital.

4. Criar uma Agenda Nacional de Avaliação do PRR

A execução eficaz do PRR exige não apenas o cumprimento físico e financeiro das metas e marcos, mas também a avaliação sistemática do impacto dos investimentos realizados, tema que a CNA-PRR tem insistentemente trazido à discussão pública e deixado em diversas recomendações

Recomenda-se, por isso, a criação de uma Agenda Nacional de Avaliação do PRR, com os seguintes objetivos:

- Avaliar os resultados e impactos reais dos investimentos, para além da execução contratual, permitindo medir o valor acrescentado gerado pelo Plano em áreas como produtividade, inovação, coesão ou descarbonização;
- Identificar boas práticas e estrangimentos sistémicos, contribuindo para o desenho de futuras políticas públicas baseadas em evidência;
- Reforçar a prestação de contas perante os cidadãos, promovendo uma cultura de transparência e de melhoria contínua da ação pública.

A agenda de avaliação deverá:

- Ser independente, tecnicamente robusta e progressiva, e que inclua vários momentos ao longo do tempo;
- Envolver entidades académicas, centros de investigação e especialistas em avaliação de políticas públicas;
- E permitir que os resultados sejam integrados nas futuras decisões de investimento, regulação e planeamento estratégico.

5. Assegurar a Sustentabilidade dos Investimentos PRR

É fundamental reconhecer que os efeitos transformadores do PRR não se esgotam com a sua execução física e financeira. Muitos dos projetos apoiados – p.ex. missão interface, infraestruturas sociais, residências estudantis, habitação ou plataformas digitais de serviços públicos – exigem:

- modelos de financiamento sustentáveis a médio e longo prazo;
- recursos humanos qualificados para a sua operação e evolução futura;
- e integração em políticas públicas estruturadas, com visão além do ciclo de financiamento.

É essencial que o Orçamento de Estado ou outras fontes de financiamento considerem estas necessidades de financiamento, de forma a garantir que os resultados e impactos projetados possam ser concretizados.

6. Rever o Código dos Contratos Públicos com enfoque na execução estratégica

A atual legislação de contratação pública, embora orientada para a transparência e concorrência, revela-se muitas vezes demasiado complexa, morosa e pouco adaptada à execução célere de investimentos estruturantes, como os financiados pelo PRR. A execução do PRR obrigou a várias alterações no Código dos Contratos Públicos (CCP), que contribuíram, de alguma forma, para a melhoria da sua execução, embora não tenham dado resposta cabal a um conjunto de questões que têm sido levantadas pelas várias entidades

Recomenda-se uma revisão do Código dos Contratos Públicos, orientada para resultados, alinhada com a Diretiva Europeia, que possa abordar, designadamente:

- prazos excessivos e entraves administrativos, salvaguardando os princípios da boa gestão pública e da transparência;
- limites financeiros dos procedimentos;
- Aumentar a previsibilidade e estabilidade dos procedimentos, evitando interpretações divergentes por parte de entidades fiscalizadoras.
- Garantir competitividade face a outros países da União Europeia, cada vez mais importante, face à quantidade de concursos internacionais lançados.
- Esta reforma é essencial para equilibrar rigor e transparência com eficácia, assegurando que a contratação pública seja um instrumento de desenvolvimento de modernização do país.

Follow up das recomendações anteriores

Em cada um dos relatórios da CNA-PRR foram elencadas várias recomendações, muitas delas que se repetem em vários relatórios. Para uma melhor análise sobre o que tem sido implementado e o que ainda está por implementar, elaborou-se o quadro seguinte, onde é clara a verificação de que se mantêm por resolver muitas das problemáticas identificadas anteriormente. Reforça-se a necessidade de cumprimentos das recomendações aqui formuladas e que estão em curso.

Data da recomendação	Recomendação	Follow up (maio/24)	Follow up (maio/25)
Relatório 1/2024 (jul/24)	Que fossem adotados procedimentos, processos, regulamentação, regulação ou outras áreas, que permitam uma burocracia mais inteligente e com valor acrescentado		Não se evidencia uma estratégia concertada e planeada para atender aos objetivos desta recomendação.
Relatório 1/2024 (jul/24)	Que seja promovida uma maior automatização na verificação do duplo financiamento		Não se evidenciam trabalhos de melhoria neste sentido
Relatório 2022 (fev/23)	Que os avisos de abertura de concursos fossem objeto de um processo de consulta pública, ainda que durante um curto espaço de tempo.	A prática adotada pela generalidade dos BI tem sido a de preparação dos avisos num curto espaço de tempo e com pouca manobra para ser feita uma análise crítica razoável, sendo necessárias republicações para melhoria de alguns aspetos não considerados.	
Relatório 2022 (fev/23)	Que fosse definido o modelo de acompanhamento agendas/alianças mobilizadoras e verdes para a inovação empresarial bem como as regras de execução e validação da despesa, auscultando-se os promotores	Modelo de acompanhamento implementado	
Relatório 2022 (fev/23)	Que fosse melhorada a usabilidade do Portal Mais Transparência, designadamente as componentes gráfica e cartográfica e a disponibilização de indicadores de execução.	Até esta data não são visíveis alterações significativas ao Portal Mais Transparência.	
Relatório 2022 (fev/23) Relatório 1/2024 (jul/24)	Que fossem reforçados os montantes financeiros disponível para vários investimentos, em particular os mais afetados pelos eventos externos e que se recalendarem algumas metas intermédias e/ou finais, no horizonte temporal 2026, no âmbito da reprogramação. Que fosse analisada a exequibilidade da concretização dos investimentos dentro do prazo PRR	Foi submetida a proposta de reprogramação em 26/05/2023, que foi aprovada e que resultou no reforço financeiro de 3,2 mil M€ e na recalendarização ou ajustamento de metas.	Foi aprovada em 06/05/25 nova proposta de reprogramação, de que resultou a saída de alguns investimentos, bem como a recalendarização de metas/marcos.

Data da recomendação	Recomendação	Follow up (maio/24)	Follow up (maio/25)
Relatório 2022 (fev/23)	Que fossem procuradas soluções alternativas para colmatar a escassez de mão-de-obra, quer para o setor de construção e obras públicas, quer para os organismos públicos, quer ainda no âmbito das agendas mobilizadoras.	Na esfera pública: continuaram os relatos de que os processos de contratação são muito demorados e não há exceções para PRR; continuaram os relatos de faltas de autorização corrente para recrutamento de pessoal. Na esfera privada: existem mecanismos específicos para atração de mão-de-obra qualificada; foi previsto um projeto piloto com o IEFP, com colocação de adidos em vários países, mas não se conhecem os resultados. Continuam os relatos de atrasos na emissão de vistos.	No dia 01/04/25 entrou em vigor o Protocolo de Cooperação para a Migração Laboral Regulada, uma medida que visa agilizar e regularizar o processo de recrutamento de trabalhadores estrangeiros para o mercado de trabalho português, denominada informalmente como "Via Verde" para vistos laborais. Dos contatos efetuados com a Associação representativa do setor da construção, verificou-se que existem processos submetidos.
Relatório de 2022 (fev/23) Relatório 1/2023 (nov/23) Relatório 1/2024 (jul/24)	Que fossem acelerados os processos de decisão das candidaturas aos vários concursos; Que os beneficiários intermediários avaliem <i>ex-ante</i> as condições necessárias e preparem planos de contingência para o caso de as candidaturas suplantarem as previsões e os recursos existentes; Que haja uma redução de prazos de comunicação de resultados de avaliação previstos nos Avisos, que em vários casos se situam em 90 dias úteis. Que sejam introduzidas novas ferramentas tecnológicas, para tarefas automatizáveis.	Mantiveram-se os atrasos de decisão de candidaturas, com prazos muito superiores aos expectáveis.	Apesar de ligeiras melhorias, não são significativas, mantendo-se a lógica de republicações várias, em cada aviso. Não são, em regra, seguidos os prazos programados em avisos. Não se identificam alterações no formato de avaliações de candidaturas ou na publicitação das mesmas.
Relatório 1/2023 (nov/23) Relatório 1/2024 (jul/24)	Que os beneficiários intermediários, publiquem nos seus sítios da internet, as atas de avaliação das candidaturas, com discriminação das pontuações nos critérios de avaliação, e listagem, quer dos projetos aprovados quer dos restantes, de forma a garantir total	Este não é um procedimento implementado de forma transversal, sendo poucos os BI que têm práticas de publicitação de atas e transparência nos resultados.	

Data da recomendação	Recomendação	Follow up (maio/24)	Follow up (maio/25)
	transparência em todo o processo;		
Relatório 1/2023 (nov/23) Relatório 1/2024 (jul/24)	Que fosse operacionalizado o mecanismo de reposição do IVA, garantido um pagamento atempado aos beneficiários finais; Que se definam e comuniquem aos beneficiários as datas previstas de pagamento	Apesar de ter sido operacionalizado, através de portaria em nov/23, em termos práticos só a partir de maio/24 alguns beneficiários intermediários iniciaram esse processo.	Mantêm-se uma situação complexa, em que alguns beneficiários intermediários têm o processo operacionalizado e já efetuaram pagamentos e em que outros não iniciaram sequer esse procedimento.
Relatório 1/2023 (nov/23) Relatório 1/2024 (jul/24)	Que se reavaliasse a necessidade de reforço das equipas PRR nos vários organismos (quer intermediários, quer de licenciamento).	Não houve informação de contratação ao abrigo do contingente. No entanto, várias entidades mencionaram que fizeram contratações, tendo-se verificado, nalguns casos, alta rotatividade nos recursos humanos contratados.	
Relatório 2022 (fev/23) Relatório 1/2023 (nov/23) Relatório 1/2024 (jul/24)	Que fosse melhorada a forma de contacto com os beneficiários finais, bem como feito um esforço de simplificação nos procedimentos a adotar. Sugeriu-se ainda o investimento na interoperabilidade entre as plataformas das várias entidades, bem como a melhoria das mesmas, garantindo mais usabilidade na sua utilização.	Continuam formas pouco ágeis de contacto, existindo, no entanto, melhorias em alguns beneficiários intermediários. Apesar de ter sido feito investimento na plataforma SIGA-PRR, a interoperabilidade entre plataformas está longe do desejável. No caso das várias plataformas informáticas em utilização, invariavelmente em todas são reportados erros e atrasos, bem como a não preparação para as fases de reembolso e análise de pedidos de pagamento.	
Relatório 2022 (fev/23) Relatório 1/2023 (nov/23)	Que fosse aumentado o valor de adiantamentos aos beneficiários finais (cuja moda se situa nos 13%, mas que em alguns casos se situa nos 10%), bem como a possibilidade de pagamento contra fatura.	Houve alterações de adiantamento para 23% e em alguns casos para valores superiores. Alguns beneficiários intermediários utilizam a possibilidade de pagamento contra fatura.	
Relatório 2022 (fev/23) Relatório 1/2023 (nov/23)	Que fossem acelerados os processos de autorizações (designadamente mapas de pessoal, portarias de extensões de encargos ou viaturas) por parte dos diferentes organismos públicos e promover uma maior cultura de cooperação e cocriação nos vários processos, centrando a atuação na resolução do problema global e não em atuações parcelares;	Continuam a verificar-se longos atrasos no caso de autorizações das tutelas. No caso das necessidades de alterações legislativas, tal também se verifica com muito atraso.	
Relatório 1/2023 (nov/23)	Que fosse cumprido o Plano de Avisos publicitado, por parte dos Beneficiários intermediários.	Mantêm-se a situação de avisos planeados não lançados e de avisos lançados que não se encontravam no plano de avisos	

Data da recomendação	Recomendação	Follow up (maio/24)	Follow up (maio/25)
Relatório 1/2023 (nov/23)	Que os Avisos incluam o contributo de cada um dos investimentos para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, bem como a publicitação dos resultados de execução.	Esta prática não foi adotada para todos os avisos. Não há um dashboard de informação sobre a relação ou impactos dos investimentos nos ODS	
Relatório 1/2023 (nov/23)	Que fosse reforçada, a promoção da igualdade de género nos investimentos PRR.	Existe uma alusão genérica ao cumprimento das obrigações legais, sem se concretizarem ações específicas.	
Relatório 1/2023 (nov/23)	Que as entidades efetuassem uma reflexão, antes de solicitar documentos de controlo, evitando a lógica de "coleccionar" informação, imprimindo uma monitorização SMART, evitando também sobrecarregar os escassos RH com análise da documentação solicitada e não estritamente necessária.	Esta prática não foi adotada, continuando a verificar-se a implementação de processos altamente ineficazes e que são consumidores de muito tempo das equipas de gestão.	
Relatório 1/2023 (nov/23) Relatório 1/2024 (jul/24)	Que fossem definidos modelos de acompanhamento.	Embora existam BI que já têm implementados modelos de acompanhamento robustos, na maior parte isso não acontece.	Verificou-se um esforço, da parte de vários beneficiários intermediários, em criar modelos de acompanhamento. No entanto, ainda são mais focados na avaliação de execução financeira, do que em execução física e resultados. São praticamente inexistentes modelos que avaliem risco.
Relatório 2022 (fev/23) Relatório 1/2023 (nov/23) Relatório 1/2024 (jul/24)	Que fosse melhorada a comunicação das realizações (<i>outputs</i>) e resultados (<i>outcomes</i>) alcançados nos vários investimentos do PRR junto da sociedade civil, diversificando os meios de comunicação utilizados, de forma a poder alcançar os diferentes públicos.	Continua a verificar-se um défice elevado de comunicação, disseminação e transparência para com a sociedade relativamente aos resultados obtidos.	
Relatório 2022 (fev/23) Relatório 1/2023 (nov/23) Relatório 1/2024 (jul/24)	Que fosse construída uma agenda coerente e global de avaliação de impacto do PRR, integrando os diferentes intervenientes no processo, com particular destaque para o PlanAPP.	Não existe uma agenda coerente de avaliação e impactos do PRR	
Relatório 2022 (fev/23) Relatório 1/2023 (nov/23)	Que fosse desenvolvido um <i>dashboard</i> de execução global do PRR, complementar à execução financeira e de cumprimento das metas e marcos, como forma de promover uma comunicação mais abrangente junto da sociedade. Este <i>dashboard</i> deverá conter	Não está efetuado um dashboard ao nível territorial.	Foi melhorado o <i>dashboard</i> de apresentação da execução financeira, com a inclusão de vários níveis territoriais, incluindo NUTS III. Ainda não é

Data da recomendação	Recomendação	Follow up (maio/24)	Follow up (maio/25)
	uma análise dos investimentos a nível territorial (e, sempre que aplicável, por dimensão de empresa não financeira beneficiária), entre outras dimensões que se considerem relevantes.		possível outro tipo de análises territoriais ou por dimensão de empresa não financeira.

Legenda:

Concluído
Em curso
Por efetuar

Anexo I

Apreciações qualitativas por componente

Resumo das apreciações qualitativas, por investimento/medida/submedida, de acordo com o acompanhamento efetuado. Apresenta-se também o quadro comparativo com o relatório 1/2024 (à data de junho), de acordo com o seguinte quadro de apreciações e evolução:

CONCLUÍDO	↓ Piorou apreciação
ALINHADO COM O PLANEAMENTO	✓ Melhorou apreciação
NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	▬ Apreciação idêntica
PREOCUPANTE	○ Não é possível a comparação
CRÍTICO	
RETIRADO	

Componente	Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2024	Apreciação 1/2025	Evolução
C01 - SNS	C01-i01	Cuidados de Saúde Primários com mais respostas	PREOCUPANTE	CRÍTICO	↓
	C01-i02	Rede Nacional de cuidados continuados integrados e rede nacional de cuidados paliativos	PREOCUPANTE	CRÍTICO	↓
	C01-i03	Conclusão da Reforma da Saúde Mental e implementação da Estratégia para as Demências	PREOCUPANTE	PREOCUPANTE	▬
	C01-i04	Equipamentos dos Hospitais Seixal, Sintra, Lisboa	CRÍTICO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	✓
	C01-i06	Transição Digital na Saúde	PREOCUPANTE	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	✓
	C01-i09	Sistema Universal de Apoio à Vida Ativa	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	↓
	C01-i10	Programa de Modernização Tecnológica do SNS	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	↓
	C01-i12	Construção do Hospital de Lisboa Oriental (HLO)	N/A	NÃO ACOMPANHADO	○

Componente	Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2024	Apreciação 1/2025	Evolução
C02 - HABITAÇÃO	C02-i01 /i09	Programa de apoio ao acesso à habitação	PREOCUPANTE	CRÍTICO	↓
	C02-i02	Bolsa nacional de alojamento urgente e temporário	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	==
	C02-i05	Parque público de habitação a custos acessíveis	PREOCUPANTE	CRÍTICO	↓
	C02-i06	Alojamento Estudantil a custos acessíveis	PREOCUPANTE	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	✓

Componente	Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2024	Apreciação 1/2025	Evolução
C03 - RESPOSTAS SOCIAIS	C03-i01	Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	PREOCUPANTE	↓
	C03-i02	Acessibilidades 360º	CRÍTICO	CRÍTICO	==
	C03-i05	Plataforma +Acesso	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	↓
	C03-i06-01	Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto – Programa Bairros Saudáveis	NÃO ACOMPANHADO	CONCLUÍDO	○
	C03-i06-02	Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana de Lisboa	PREOCUPANTE	PREOCUPANTE	==
	C03-i06-03	Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	==

Componente	Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2024	Apreciação 1/2025	Evolução
C04 - CULTURA	C04-i01	Redes Culturais e Transição Digital Modernização da infraestrutura tecnológica da rede de equipamentos culturais	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	✓
	C04-i01	Redes Culturais e Transição Digital Digitalização de artes e património	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	PREOCUPANTE	↓
	C04-i01	Redes Culturais e Transição Digital Internacionalização, modernização e transição digital do livro e dos autores	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	CRÍTICO	↓
	C04-i02	Património Cultural (obras de requalificação de museus e teatros)	PREOCUPANTE	CRÍTICO	↓
	C04-i02	Património Cultural (Programa Saber Fazer)	CONCLUÍDO	CONCLUÍDO	○

Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2024	Apreciação 1/2025	Evolução
C05-i01.01 /i09/i11	Agendas/Alianças mobilizadoras para a Inovação Empresarial	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	—
C05-i01.02 /i10/i12	Agendas/Alianças Verdes para a Inovação Empresarial	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	—
C05-i02	Missão Interface - renovação da rede de suporte C&T e orientação para o tecido produtivo	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	—
C05-i03	Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria (Agendas de I&D)	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	—
C05-i03	Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria (Polos de Inovação)	PREOCUPANTE	CRÍTICO	↓
C05-i03	Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria (Projetos de transição digital)	PREOCUPANTE	CRÍTICO	↓
C05-i06.01 /02	Capitalização de empresas e resiliência financeira/Banco Português de Fomento/IAPMEI	PREOCUPANTE	PREOCUPANTE	—
C05-i08	Ciência Mais Digital	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	—
C05-i13	Aquisição de equipamentos ou conclusão de projetos para a renovação e/ou modernização de Unidades de Investigação	N/A	NÃO ACOMPANHADO	○
C05-i14	Inovação Empresarial	N/A	NÃO ACOMPANHADO	○
C05-i16	Componente dos Estados-Membros no InvestEU	N/A	NÃO ACOMPANHADO	○

Componente	Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2024	Apreciação 1/2025	Evolução
C06 - QUALIFICAÇÕES E COMPETÊNCIAS	C06-i01.01	Instalação e/ou modernização dos Centros Tecnológicos Especializados	CRÍTICO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	🟢
	C06-i01.02	Modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional - Modernização da Formação Profissional (rede do IEFP)	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	⬇️
	C06-i01.02	Modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional - Modernização da Formação Profissional (6 novos centros)	PREOCUPANTE	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	🟢
	C06-i01.03	Modernização das instituições de ensino e formação profissionais - Instalação e/ou modernização dos Centros Tecnológicos Especializados - Turismo	NÃO ACOMPANHADO	CRÍTICO	○
	C06-i02	Compromisso Emprego Sustentável	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	CONCLUÍDO	○
	C06-i03.01	Incentivo Adultos - Projetos Locais Promotores de Qualificações de Nível B1/B2/B3	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	—
	C06-i03.02	Incentivo Adultos - Acelerador Qualifica	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	—
	C06-i03.03	Impulso Adultos	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	—
	C06-i04-01	Impulso Jovens STEAM	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	—
	C06-i04.02	Impulso Jovens STEAM - Rede Ciência Viva	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	—
	C06-i06	Ciência Mais Capacitação	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	⬇️
	C06-i07	Impulso Mais Digital	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	⬇️
	C06-i09	Escolas novas ou renovadas - CCDRs Norte, Centro, LVT, Alentejo e Algarve	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	PREOCUPANTE	⬇️

Componente	Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2024	Apreciação 1/2025	Evolução
C07 - INFRAESTRUTURAS	C07-i00	Alargamento da rede de carregamento de veículos elétricos	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	—
	C07-i01	Áreas de acolhimento empresarial (AAE)	PREOCUPANTE	CRÍTICO	⬇️
	C07-i02	Missing links e aumento da capacidade da rede	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	—
	C07-i03	Ligações transfronteiriças	PREOCUPANTE	CRÍTICO	⬇️
	C07-i04	Áreas de acolhimento empresarial (AAE) Acessibilidades rodoviárias	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	—

Componente	Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2024	Apreciação 1/2025	Evolução
C08 - FLORESTAS	C08-i01.01	Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis - *Áreas integradas de gestão da paisagem (AIGP)	PREOCUPANTE	CRÍTICO	↓
	C08-i01.01	Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis - Condomínios de Aldeia	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	CRÍTICO	↓
	C08-i01.02	Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis: Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	↓
	C08-i01.03	Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis - Emparcelar para Ordenar	PREOCUPANTE	CRÍTICO	↓
	C08-i02.01	Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: SMOS	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	✓
	C08-i02.02	Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: Inventário Florestal Nacional	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	—
	C08-i02.03/04/05	Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: Sistema Nacional de Cadastro Predial (inclui as dimensões locais das regiões Norte e Centro)	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	—
	C08-i03	Faixas de gestão de combustível - Rede Primária	PREOCUPANTE	CRÍTICO	↓
	C08-i04.01	Meios de prevenção e combate a incêndios rurais - Subinvestimento Meios aéreos	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	—
	C08-i04.02	Meios de prevenção e combate a incêndios rurais - Subinvestimento Meios terrestres	CONCLUÍDO	CONCLUÍDO	○
	C08-i04.03	Meios de prevenção e combate a incêndios rurais: Rede de radares	CONCLUÍDO	CONCLUÍDO	○
	C08-i05.01	Programa MAIS Floresta: Reforma do sistema de prevenção e combate de incêndios	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	—
	C08-i05-02	Programa MAIS Floresta: Reforço de atuação das organizações de produtores florestais (OPF) e dos Centros de Competências no setor florestal	PREOCUPANTE	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	✓
	C08-i05-03	Aplicação de medidas no domínio da prevenção de incêndios rurais e do reforço das capacidades nas zonas do setor florestal	N/A	NÃO ACOMPANHADO	○

Componente	Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2024	Apreciação 1/2025	Evolução
C09 - GESTÃO HÍDRICA	C09-i01.01	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM1 – Reduzir perdas de água no setor urbano	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	↓
	C09-i01.02	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM2 – Reduzir perdas de água e aumentar a eficiência no setor agrícola	PREOCUPANTE	PREOCUPANTE	—
	C09-i01.03	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM3 - Reforçar a governança dos recursos hídricos	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	—
	C09-i01-04	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM4 –Promover a utilização de Água Residual Tratada, SM5 –Aumentar a capacidade disponível e resiliência das albufeiras/sistemas de adução em alta existentes e reforçar com novas origens de água e SM	PREOCUPANTE	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	✓
	C09-i02/i04	Aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Crato-fases de planeamento e construção	PREOCUPANTE	RETIRADO	○
	C09-i05	Parque Fotovoltaico do Alqueva	N/A	NÃO ACOMPANHADO	○

Componente	Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2024	Apreciação 1/2025	Evolução
C10 - MAR	C10-i01	Hub Azul, Rede de Infraestruturas para a Economia Azul	PREOCUPANTE	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	🟢
	C10-i02	Transição Verde e Digital e Segurança nas Pescas	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	🟡
	C10-i03.01	Pilar I - Plataforma Naval Multifuncional e Pilar II - Centro de Operações	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	🔴
	C10-i03.02	Centro de Operações de Defesa do Atlântico e Plataforma Naval - Pilar III - Academia do Arsenal do Alfeite (Academia 4.0)	CONCLUÍDO	CONCLUÍDO	🟡
	C10-i07	Green Shipping	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	🟡

Componente	Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2024	Apreciação 1/2025	Evolução
C11 - DESCARBONIZAÇÃO DA INDÚSTRIA	C11-i01 /C21-i01	Descarbonização da Indústria Empresas	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	PREOCUPANTE	🔴
	C11-i01 /C21-i01	Descarbonização da Indústria Roteiros	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	🟡

Componente	Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2024	Apreciação 1/2025	Evolução
C12 - BIOECONOMIA SUSTENTÁVEL	C12-i01.01	Bioeconomia: Projetos Integrados (Têxtil e Vestuário, Calçado e Resina Natural) e Beneficiação de Povoamentos de Pinheiro Bravo com Potencial para a Resinagem (Projetos Integrados)	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	🟢
	C12-i01.01	Bioeconomia: Projetos Integrados (Têxtil e Vestuário, Calçado e Resina Natural) e Beneficiação de Povoamentos de Pinheiro Bravo com Potencial para a Resinagem (Beneficiação de povoamento de pinheiro bravo)	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	🟢
	C12-i01.02	Bioeconomia - Gestão Florestal e Apoio à Resinagem	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	🟢
	C12-i02	Reciclagem e valorização de resíduos	N/A	NÃO ACOMPANHADO	⚪

Componente	Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2024	Apreciação 1/2025	Evolução
C13 - EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DOS EDIFÍCIOS	C13-i01 /C21-i02	Eficiência energética em edifícios residenciais (programa de apoio a edifícios mais sustentáveis)	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	🔴
	C13-i01	Eficiência energética em edifícios residenciais (vale eficiência)	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	🟡
	C13-i02	Eficiência energética em edifícios da administração pública central	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	🟡
	C13-i03 /C21-i03	Eficiência energética em edifícios de serviços	CRÍTICO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	🟢
	C13-i01/02/03	Comunidades de Energia Renovável e Autoconsumo Coletivo (aplicável a edifícios, residenciais, de serviços e da administração pública)	PREOCUPANTE	CRÍTICO	🔴

Componente	Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2024	Apreciação 1/2025	Evolução
C14 - HIDROGÉNIO E RENOVÁVEIS	C14-i01 /C21-i06	Hidrogénio e gases renováveis	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	CRÍTICO	🔴

Componente	Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2024	Apreciação 1/2025	Evolução
C15 - MOBILIDADE SUSTENTÁVEL	C15-i01	Expansão da Rede de Metro de Lisboa - Linha Vermelha até Alcântara	CRÍTICO	CRÍTICO	==
	C15-i02	Expansão da Rede de Metro do Porto - Casa da Música-Santo Ovídio	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	==
	C15-i03	Metro Ligeiro de Superfície Odiveiras-Loures	CRÍTICO	RETIRADO	○
	C15-i04	Linha BRT Boavista - Império	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	✓
	C15-i05 /C21-i12	Descarbonização dos Transportes Públicos	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	↓
	C15-i06	Digitalização do Transporte Ferroviário	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	==

Componente	Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2024	Apreciação 1/2025	Evolução
C16 - EMPRESAS 4.0	C16-i01	Capacitação Digital das Empresas Emprego +Digital	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	==
	C16-i01	Capacitação Digital das Empresas Academia Portugal Digital	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	CRÍTICO	↓
	C16.i02	Transição Digital das Empresas (Rede nacional de Test Beds)	PREOCUPANTE	PREOCUPANTE	==
	C16.i02	Transição Digital das Empresas (Aceleradoras de Comércio Digital)	CRÍTICO	CRÍTICO	==
	C16.i02	Transição Digital das Empresas (Bairros Digitais)	PREOCUPANTE	PREOCUPANTE	==
	C16.i02	Transição Digital das Empresas (Internacionalização via e-commerce)	PREOCUPANTE	PREOCUPANTE	==
	C16.i02	Transição Digital das Empresas (Coaching 4.0)	NÃO ACOMPANHADO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	○
	C16-i02	Transição Digital das Empresas (vales e vouchers)	PREOCUPANTE	CRÍTICO	↓
	C16-i02	Transição Digital das Empresas (reforço da estrutura nacional para o empreendedorismo)	PREOCUPANTE	PREOCUPANTE	==
	C16-i03	Catalisação da Transição Digital das Empresas (DIH)	CRÍTICO	CRÍTICO	==
	C16-i03	Catalisação da Transição Digital das Empresas (Desmaterialização da faturação e selos de certificação)	CONCLUÍDO	CONCLUÍDO	==
	C16-i04	Indústria 4.0	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	==

Componente	Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2024	Apreciação 1/2025	Evolução
C17 - QUALIDADE E SUSTENTABILIDADE DAS FINANÇAS PÚBLICAS	C17-i01	Sistemas de informação de Gestão Financeira Pública	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	==
	C17-i02	Modernização da infraestrutura do sistema de informação patrimonial da Autoridade Tributária	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	==
	C17-i03	Transição digital da Segurança Social	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	==

Componente	Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2024	Apreciação 1/2025	Evolução
C18 - JUSTIÇA ECONÓMICA E AMBIENTE DE NEGÓCIOS	C18-i01	Justiça económica e ambiente de negócios	NÃO ACOMPANHADO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	○

Componente	Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2024	Apreciação 1/2025	Evolução
C19 - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - DIGITALIZAÇÃO, INTEROPERABILIDADE E CIBERSEGURANÇA	C19-i01	Reformular o atendimento dos serviços públicos, com a criação do Portal Digital Único nacional, o redesenho de serviços digitais mais utilizados e o desenvolvimento da capacidade de atendimento multicanal (investimentos coordenados pela AMA)	PREOCUPANTE	PREOCUPANTE	—
	C19-i01	Reformular o atendimento dos serviços públicos, com a criação do Portal Digital Único nacional, o redesenho de serviços digitais mais utilizados e o desenvolvimento da capacidade de atendimento multicanal (investimentos coordenados pela SGMNE)	NÃO ACOMPANHADO	NÃO ACOMPANHADO	○
	C19-i02	Serviços eletrônicos sustentáveis (AMA)	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	CONCLUÍDO	○
	C19-i02	Serviços eletrônicos sustentáveis (INE)	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	—
	C19-i03	Reforço do quadro geral de cibersegurança na base da confiança para a adoção dos serviços eletrônicos	NÃO ACOMPANHADO	PREOCUPANTE	○
	C19-i04	Infraestruturas críticas digitais eficientes, seguras e partilhadas (Rede informática do Governo)	NÃO ACOMPANHADO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	○
	C19-i04	Infraestruturas críticas digitais eficientes, seguras e partilhadas (sistema informático das forças e serviços de segurança)	NÃO ACOMPANHADO	NÃO ACOMPANHADO	○
	C19-i07.01	Capacitação da administração pública-formação dos trabalhadores e gestão do futuro	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	—
	C19-i07.01	Capacitação da administração pública-estágios e teletrabalho	NÃO ACOMPANHADO	CONCLUÍDO	○
	C19-i08	Territórios Inteligentes	PREOCUPANTE	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	✓

Componente	Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2024	Apreciação 1/2025	Evolução
C20 - ESCOLA DIGITAL	C20-i01	Transição digital na educação (provas digitais e redes locais das escolas)	CRÍTICO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	✓
	C20-i01	Transição digital na educação (restantes investimentos)	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	↓

Componente	Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2024	Apreciação 1/2025	Evolução
C21 - REPowerEU	C21-i05	Apoio ao desenvolvimento de uma indústria ecológica	NÃO ACOMPANHADO	PREOCUPANTE	○
	C21-i07.01	Estudos técnicos para potencial energético offshore: Estudos geofísicos, geotécnicos e de parâmetros ambientais	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	↓
	C21-i07.02	Estudos técnicos para potencial energético offshore: Estudos de recurso eólico, ondulação e correntes	NÃO ACOMPANHADO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	○
	C21-i08	Flexibilidade da Rede e Armazenamento	NÃO ACOMPANHADO	CRÍTICO	○
	C21-i09	One-Stop-Shop para o Licenciamento e Acompanhamento de Projetos de Energias Renováveis	NÃO ACOMPANHADO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	○
	C21-i14	Sistema de BRT Braga	NÃO ACOMPANHADO	PREOCUPANTE	○
	C21-i16	Funicular da Nazaré	NÃO ACOMPANHADO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	○



CNA | PRR

Comissão Nacional de
Acompanhamento do PRR

PARTE B

PARTE B

Nota Introdutória e metodologia

Nesta secção, apresentam-se e os relatórios detalhados das cinco Comissões Especializadas⁹, discutidos, melhorados e aprovados pelos representantes das organizações da CNA-PRR que constituem cada comissão.

Cada uma destas Comissões Especializadas acompanha um conjunto de Componentes, onde se inserem as reformas e os investimentos respetivos, conforme descrito no início de cada relatório.

O período de recolha de dados no terreno e de análise da informação decorreu entre julho de 2024 e início de maio de 2025.

Para a recolha de dados e informações relevantes, foram realizadas diversas reuniões de acompanhamento¹⁰ com Ministérios de tutela, beneficiários diretos e intermediários, bem como visitas ao terreno e reuniões com beneficiários finais. Alguns investimentos foram acompanhados unicamente com recurso a documentação enviada pelos beneficiários intermediários ou diretos.

Cada Comissão Especializada reuniu para discussão e apreciação das diferentes componentes em acompanhamento. As versões finais dos relatórios foram aprovadas por unanimidade em reunião de Plenário de **30 de maio de 2025**.

De referir que a apreciação em cada reforma e investimento teve por base as metas e marcos decorrentes da última reprogramação do PRR, aprovada formalmente pelo ECOFIN no dia 06 de maio de 2025, não sendo, portanto, avaliado, o potencial transformador de cada um, nem tão pouco os resultados ou impactos que possam, ou não, gerar. Esta é, no entanto, uma tarefa de crucial importância a que a CNA-PRR faz referência nas suas recomendações, na parte A.

Cada investimento ou subinvestimento e respetivas medidas, foram apreciados qualitativamente por cada uma das Comissões Especializada, a partir de um referencial com seis níveis:

- **ALINHADO COM O PLANEAMENTO:** enquadra medidas/investimentos que, para além de cumprirem com as metas definidas ou ser expectável o seu cumprimento, também não se identificam constrangimentos com prazos preparatórios, como sejam assinatura de contratos, lançamento de concursos públicos, défice de candidaturas ou outros relevantes.
- **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO:** enquadra medidas/investimentos que, apesar de ser expectável o cumprimento dos marcos e metas definidos, poderão ter sido identificados alguns atrasos, tais como assinatura de

⁹ A lista de Comissões Especializadas e respetivos membros pode ser consultada no website da CNA-PRR em www.cnaprr.pt

¹⁰ Nas reuniões mantidas com os diferentes beneficiários, bem como com os diferentes Ministérios e áreas governativas, esteve presente o Presidente da CNA-PRR, sendo acompanhado, quando possível, pelo/a respetivo/a coordenador/a da Comissão Especializada, pela Chefe de Gabinete ou por elemento da equipa técnica. Foram produzidos resumos de todas as reuniões, que se encontram nos arquivos da CNA-PRR, para memória futura e cuja lista está disponível nos Anexos de cada relatório de Comissão Especializada.

contratos, concursos desertos, atrasos na entrega de equipamentos ou materiais, falta de operacionalização de regras de funcionamento, entre outros de natureza semelhante.

- **PREOCUPANTE:** enquadra medidas/investimentos, onde, não sendo de todo impossível o cumprimento dos marcos e metas, se identificam sinais preocupantes em termos de concretização junto dos beneficiários finais ou no âmbito de resultados expectáveis, como atrasos na comunicação de resultados de candidaturas, escassez de procura nos avisos abertos, demora na assinatura de contratos, falta de resposta do mercado nos procedimentos lançados, atraso no lançamento de procedimentos concursais por parte dos beneficiários finais).
- **CRÍTICO:** enquadra medidas/investimentos cujo cumprimento dos marcos e metas se identifiquem como muito difíceis de ser cumpridos (quer pela forma como foram definidos, quer pelo desenvolvimento das atividades até ao momento) e que carecem de intervenção de fundo por parte da tutela, do modelo de gestão, ou de redesenho das medidas.
- **NÃO ACOMPANHADO** (no semestre), para os casos em que a CNA-PRR não teve oportunidade de acompanhar no âmbito do relatório em curso, no semestre em apreciação;
- **CONCLUÍDO:** situação que acontece pela primeira vez neste relatório 1/2024 e que se refere a investimentos cuja execução está terminada, independentemente de já terem ou não terminado todas as formalidades de submissão de pedidos de pagamento, verificações, auditorias ou pagamentos a beneficiários finais ou diretos.

De referir que a apreciação de um investimento como concluído, relaciona-se com o cumprimento da meta ou marco previstos. Entende a CNA-PRR que deverá continuar a existir uma preocupação por parte dos diferentes tipos de beneficiários e respetivas tutelas, relativamente aos resultados que esses mesmos investimentos estão, ou não, a gerar.

Em relatórios posteriores, a CNA-PRR poderá fazer um *follow up* da concretização e dos resultados dos investimentos concluídos.

Os relatórios de cada Comissão Especializada seguem o seguinte formato de apresentação:

- i. **Relatório detalhado**, que inclui todos os investimentos ou subinvestimentos de cada componente, com a informação sobre o beneficiário direto (BD) ou beneficiário intermediário (BI) responsável pela gestão dos mesmos, as alterações devidas à última reprogramação, as metas/marcos atualizados, uma breve descrição dos resultados da recolha de informação e termina com a apreciação e recomendações da CNA-PRR.

- ii. **Anexo I**, onde se encontra a lista de reuniões que serviram de apoio à recolha de informação e elaboração das respetivas apreciações.



CNA | PRR

Comissão Nacional de
Acompanhamento do PRR

COMISSÃO ESPECIALIZADA SOCIAL



PRR
Plano de Recuperação
e Resiliência



REPÚBLICA
PORTUGUESA



Financiado pela
União Europeia
NextGenerationEU

Comissão Especializada Social

Relatório detalhado

No âmbito das atribuições da Comissão Especializada Social¹¹ (CES), a mesma reuniu no dia **22/05/2025**, tendo **aprovado por unanimidade** o presente relatório.

Esta Comissão monitoriza os componentes C01 (Serviço Nacional de Saúde), C02 (Habitação), C03 (Respostas Sociais), C04 (Cultura) e C06 (Qualificações e Competências), com exceção do investimento C01-i06, que é acompanhado pela Comissão Transição Digital.

No quadro abaixo sintetizam-se as apreciações desta Comissão Especializada, comparando com as apreciações do relatório anterior¹², sendo apresentados de seguida os detalhes do acompanhamento e respetivas recomendações.

Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2024	Apreciação 1/2025
C01-i01	Cuidados de Saúde Primários com mais respostas	PREOCUPANTE	CRÍTICO
C01-i02	Rede Nacional de cuidados continuados integrados e rede nacional de cuidados paliativos	PREOCUPANTE	CRÍTICO
C01-i03	Conclusão da Reforma da Saúde Mental e implementação da Estratégia para as Demências	PREOCUPANTE	PREOCUPANTE
C01-i04	Equipamentos dos Hospitais Seixal, Sintra, Lisboa	CRÍTICO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO
C01-i09	Sistema Universal de Apoio à Vida Ativa	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO
C01-i10	Programa de Modernização Tecnológica do SNS	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO
C01-i12	Construção do Hospital de Lisboa Oriental (HLO)	N/A	NÃO ACOMPANHADO

¹¹ A composição das Comissões Especializadas pode ser consultada no website da CNA-PRR em www.cnaprr.pt

¹² Um quadro global, com as apreciações de todos os investimentos, pode ser verificado na parte A do relatório.

Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2024	Apreciação 1/2025
C02-i01 /i09	Programa de apoio ao acesso à habitação	PREOCUPANTE	CRÍTICO
C02-i02	Bolsa nacional de alojamento urgente e temporário	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO
C02-i05	Parque público de habitação a custos acessíveis	PREOCUPANTE	CRÍTICO
C02-i06	Alojamento Estudantil a custos acessíveis	PREOCUPANTE	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO
C03-i01	Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	PREOCUPANTE
C03-i02	Acessibilidades 360°	CRÍTICO	CRÍTICO
C03-i05	Plataforma +Acesso	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO
C03-i06-01	Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto – Programa Bairros Saudáveis	NÃO ACOMPANHADO	CONCLUÍDO
C03-i06-02	Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana de Lisboa	PREOCUPANTE	PREOCUPANTE
C03-i06-03	Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO
C04-i01	Redes Culturais e Transição Digital Modernização da infraestrutura tecnológica da rede de equipamentos culturais	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO
C04-i01	Redes Culturais e Transição Digital Digitalização de artes e património	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	PREOCUPANTE

Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2024	Apreciação 1/2025
C04-i01	Redes Culturais e Transição Digital Internacionalização, modernização e transição digital do livro e dos autores	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	CRÍTICO
C04-i02	Património Cultural (obras de requalificação de museus e teatros)	PREOCUPANTE	CRÍTICO
C04-i02	Património Cultural (Programa Saber Fazer)	CONCLUÍDO	CONCLUÍDO
C06-i01.01	Instalação e/ou modernização dos Centros Tecnológicos Especializados	CRÍTICO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO
C06-i01.02	Modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional - Modernização da Formação Profissional (rede do IEFP)	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO
C06-i01.02	Modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional - Modernização da Formação Profissional (6 novos centros)	PREOCUPANTE	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO
C06-i01.03	Modernização das instituições de ensino e formação profissionais - Instalação e/ou modernização dos Centros Tecnológicos Especializados - Turismo	NÃO ACOMPANHADO	CRÍTICO
C06-i02	Compromisso Emprego Sustentável	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	CONCLUÍDO
C06-i03.01	Incentivo Adultos - Projetos Locais Promotores de Qualificações de Nível B1/B2/B3	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO
C06-i03.02	Incentivo Adultos - Acelerador Qualifica	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO

Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2024	Apreciação 1/2025
C06-i03.03	Impulso Adultos	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO
C06-i04-01	Impulso Jovens STEAM	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO
C06-i04.02	Impulso Jovens STEAM - Rede Ciência Viva	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO
C06-i06	Ciência Mais Capacitação	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO
C06-i07	Impulso Mais Digital	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO
C06-i09	Escolas novas ou renovadas - CCDRs Norte, Centro, LVT, Alentejo e Algarve	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	PREOCUPANTE

Componente C01 | Serviço Nacional de Saúde

C01-i01	Cuidados de Saúde Primários com mais respostas BI - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE I.P. (ACSS)
---------	--

Metas/marcos:

- Entrada em vigor dos termos para a referenciação de episódios de urgência, até T1/2022
- Construção de 124 novas unidades de saúde, T2/2026
- Conclusão da cobertura dos programas de rastreio e diagnóstico precoce nos cuidados de saúde primários¹³, até T1/2026
- Aumento da capacidade de resposta dos cuidados de saúde primários e alargamento dos seus domínios de intervenção¹⁴, até T2/2026

¹³ O cumprimento deste marco inclui: i) criar serviços de rastreio de cancro colorretal e do colo do útero em 341 unidades de cuidados de saúde; ii) introduzir serviços de rastreio da retinopatia diabética em 300 unidades de cuidados de saúde; iii) possibilitar a realização de exames Holter e serviços de monitorização ambulatoria da pressão arterial em 900 unidades funcionais; iv) equipar 300 unidades de cuidados de saúde com espirómetros para diagnóstico precoce e para os serviços de acompanhamento do tratamento da asma, da doença pulmonar obstrutiva crónica e do tabagismo; e v) dotar 300 unidades de cuidados de saúde com capacidade de dosear a proteína C reativa.

¹⁴ O cumprimento deste marco inclui: i) alargar as consultas do pé diabético a 50 unidades de cuidados de saúde; ii) instalar gabinetes de medicina dentária em 130 unidades de cuidados de saúde; iii) criar 50 centros de diagnóstico integrados (com meios complementares de diagnóstico e terapia de baixa

- Remodelação de 347 instalações e modernização de equipamentos de saúde, até T2/2026
- Reforço dos cuidados assentes na comunidade e das intervenções domiciliárias e comunitárias (770 veículos elétricos e 34 unidades móveis), até T2/2026

Desde o primeiro relatório da CNA-PRR, que se considerou ser este um investimento com alto grau de complexidade, quer para execução, quer para análise e acompanhamento.

Esta complexidade não advém somente das múltiplas tipologias de investimentos, mas também da diversidade de entidades que atuam no SNS.

Nos último 2 anos e meio, verificaram-se alterações profundas (p.ex. criação da Direção Executiva, extinção das Administrações Regionais de Saúde (ARS), criação de novas Unidades Locais de Saúde (ULS), novos modelos de gestão). Para além desse facto, são várias as entidades que intervêm, com funções diferentes e que precisam de cooperar e de se articular para que os vários investimentos produzam efeitos e sucesso (p.ex. ACSS, Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS), ULS, Hospitais, entidades convencionadas, autarquias).

As alterações ocorridas no modelo de governação do SNS, fazem com que algumas reformas ou investimentos dependam (ainda) de aprovações diversas, o que adiciona maior grau de complexidade e tempo. Exemplo de impactos destas alterações, é a necessidade de elaboração de acordos de sucessão em investimentos, após a extinção das ARS e que ainda se encontram em preparação/assinatura¹⁵.

Esta complexidade é ainda aumentada, com as diferentes funções de entidades diversas no ciclo de vida de um mesmo investimentos. Exemplo desta situação são as viaturas elétricas ou as unidades móveis de saúde, cuja definição e identificação decorreu por parte das ARS, os procedimentos de aquisição decorreram por parte da SPMS, a utilização decorrerá nas ULS a quem foram atribuídas e a manutenção será da responsabilidade das autarquias (no âmbito da transferência de competências da área da saúde).

Há ainda que ter em conta, para apreciação de investimentos desta natureza, que, também no âmbito do PRR, foram realizadas ou estão em curso, várias reformas. A descentralização das competências de saúde para os municípios, que teve muita

complexidade, raio X e análises clínicas) nas unidades de cuidados de saúde; iv) criar serviços de movimento e reabilitação em 18 unidades de cuidados de saúde; v) disponibilizar a 350 unidades de cuidados de saúde equipamentos (saco de emergência, desfibrilador e monitor de sinais vitais) para resposta qualificada em situações de emergência (suporte básico de vida); vi) protocolos de referenciação nas áreas assistenciais com maior procura, nomeadamente oftalmologia, otorrinolaringologia, ortopedia e urologia.

¹⁵ Com a extinção das Administrações Regionais de Saúde (ARS), conforme aprovado no Decreto-Lei n.º 54/2024, de 6 de setembro, os projetos anteriormente alocados a estas entidades serão transferidos para outras organizações. A ACSS, I.P., bem como as Unidades Locais de Saúde (ULS), E.P.E., estão mencionadas no artigo 2.º do referido Decreto-Lei como as entidades que sucedem as posições jurídicas das ARS.

Neste contexto, encontra-se em curso a elaboração dos Acordos de Sucessão, os quais definirão as entidades responsáveis pela execução dos investimentos.

notoriedade, em termos de comunicação no espaço público, foi uma dessas reformas, mas também a publicação de atos jurídicos ou a estratégia para a estratificação de risco no SNS.

Inicia-se a apreciação deste investimento com um ponto de situação de programas em curso, de acordo com as informações prestadas pela ACSS e relativos a finais de fev/25. É de notar que, à semelhança de informação recolhida para relatórios anteriores da CNA-PRR, apesar da ACSS ser o beneficiário intermediário responsável por este investimento PRR, para se obterem todas as informações atualizadas, tem sido necessário contactar a ACSS, a SPMS, ULS ou mesmo autarquias.

Investimento/ações	Ponto de situação
Entrada em vigor do Plano de Ação das respostas de Reabilitação nos cuidados primários	A definição deste Plano de Ação é da responsabilidade da Direção Executiva do SNS
Entrada em vigor da carteira de serviços dos Centros de Diagnóstico e Tratamento Integrado	A definição das características técnicas e de carteiras de serviços a serem asseguradas pelos centros de diagnósticos é da responsabilidade da DE-SNS
Entrada em vigor do Plano de implementação do rastreio da Retinopatia Diabética e alargamento a todos os CS	Sem informação
Entrada em vigor dos termos para a referenciação de episódios de urgência avaliados como brancos, azuis ou verdes	Publicada a circular normativa 11/2022 (ACSS)
Completar a cobertura nacional dos programas de rastreio e diagnóstico precoce nos CSP	Sem informação
Aumentar a capacidade resolutive dos CSP e alargar as suas áreas de intervenção	Sem informação
Qualificar as instalações e equipamentos e assegurar condições de acessibilidade, qualidade e de segurança nos CSP	Sem informação
Reforçar os cuidados de proximidade e as intervenções no domicílio e na comunidade	Sem informação
Alargar os rastreios oncológicos a todos os centros de saúde (cólon retal e do colo do útero)	Sem informação
Alargar o rastreio da retinopatia diabética a todos os centros de saúde	Sem informação
Dotar as Unidades de saúde dos CSP com Holter e MAPA	6 finalizados: ULS Guarda; ULS Castelo Branco; ULS Matosinhos; ULS Alto

	<p>Minho; ULS Litoral Alentejano; ULS Nordeste (adquiridos 148 holter e mapas).</p> <p>1 Iniciada: ULS Baixo Alentejo</p> <p>1 Pendente: ULS Norte Alentejo (aguarda pedido de reprogramação temporal)</p>
Alargar as Consultas do Pé Diabético nos CSP	<p>6 Finalizados: ULS Guarda; ULS Matosinhos; ULS Alto Minho; ULS Baixo Alentejo; ULS Litoral Alentejano; ULS Nordeste (foram adquiridos 12)</p> <p>1 Iniciada: ULS Castelo Branco</p> <p>1 Pendente: ULS Norte Alentejo (aguarda pedido de reprogramação temporal)</p>
Dotar as Unidades de saúde dos CSP com Espirómetros	<p>7 Finalizados: ULS Alto Minho; ULS Guarda; ULS Castelo Branco; ULS Matosinhos; ULS Baixo Alentejo; ULS Litoral Alentejano; ULS Norte Alentejano; ULS Nordeste.</p> <p>Todos os equipamentos foram adquiridos.</p>
Dotar as Unidades de saúde dos CSP com capacidade de dosear a proteína C reativa	<p>3 finalizados: ULS Baixo Alentejo; ULS Castelo Branco; ULS Litoral Alentejano (adquiridos 26 PCR).</p> <p>1 em preparação: ULS Guarda (reprogramação temporal e financeira).</p> <p>1 Pendente: ULS Norte Alentejano (aguarda pedido de reprogramação temporal)</p>
Aquisição de equipamentos para os CSP	<p>1 Finalizado: ULS Norte Alentejo</p> <p>6 em curso: ULS Alto Minho; ULS Castelo Branco; ULS Guarda; ULS Litoral Alentejano; ULS Matosinhos; ULS Nordeste.</p> <p>1 Iniciado: ULS Baixo Alentejo.</p>
<p>Criação de gabinetes de medicina dentária nos Centros de Saúde (previsão de conclusão de 20 gabinetes em 2024)</p> <p>Nota: alguns gabinetes estão dependentes das obras de requalificação do respetivo centro de saúde</p>	<p>3 finalizados: ULS Alto Minho; ULS Baixo Alentejo; ULS Norte Alentejo (4 gabinetes).</p> <p>2 em curso: ULS Guarda; ULS Litoral Alentejano.</p> <p>1 iniciado: ULS Castelo Branco</p> <p>ULS Matosinhos não avançou com o investimento PRR, uma vez que já o tinha feito anteriormente (2 gabinetes).</p>
Criar centros de diagnóstico integrado (MCDT de baixa complexidade, pelo menos RX e Análises Clínicas) nos ACeS	<p>6 projeto piloto em elaboração, em articulação com a DE-SNS e localizações de teste em validação</p>

Criar respostas de reabilitação nos centros de saúde (espaços físicos adequados e equipas de reabilitação, multiprofissionais e interdisciplinares)	Projeto Piloto em elaboração, localizações de teste em validação
Dotar as Unidades de saúde dos CSP com resposta qualificada em emergência	7 Finalizados: ULS Alto Minho; ULS Castelo Branco; ULS Guarda; ULS Litoral Alentejano; ULS Matosinhos; ULS Norte Alentejano (foram adquiridos 94 equipamentos). 1 iniciado: ULS Baixo Alentejo.

Centros e extensões de saúde (construção ou requalificação)

De acordo com a informação enviada pela ACSS, existe ainda indefinição sobre o número exato de obras que vão terminar dentro do prazo do PRR. Para além da alteração de beneficiário final (passando das ARS para as ULS ou para os municípios), têm existido muitos pedidos de reprogramação física, temporal e financeira, alguns deles ainda em fase de análise por parte da ACSS. Estas alterações têm também demorado na assinatura de contratos, que ainda se encontra em curso.

Das que se encontram contratadas (embora possam ainda ser objeto de reprogramação), contabilizam-se 557 localizações, das quais 122 são nova construção e 435 são requalificações.

Devido à quantidade de obras, elaboraram-se os quadros seguintes apenas com as novas construções ou remodelações que já se encontram concluídas a 100% (à data de início de mai/25), adicionando-se de seguida informação resumida sobre o ponto de situação das restantes.

Construções novas concluídas:

Beneficiário	Localização
Município de Albergaria-A-Velha	US do Baixo Vouga - USF Beira Vouga
Município de Leiria	Construção da US de Parceiros, Azóia e Barosa
	Construção da US Bidoeira
	Construção da US Amor
Município de Portel	Construção da extensão de saúde de Vera Cruz - USF Portel
	Construção da extensão de saúde Monte do Trigo - USF Portel
Município de Marco de Canaveses	Construção da UCSP Soalhães
Unidade Local de Saúde de Matosinhos, E.P.E.	Construção da USF Progresso
	Construção da UCSP Odemira – Polo de Sabóia

Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E.P.E.	Construção polo de saúde de Porto Côvo - Sines
Total	10

Remodelações concluídas:

Beneficiário	Localização
Administração Regional de Saúde de Lisboa E Vale do Tejo, I.P.	UCSP Carregado
	USF Castanheira do Ribatejo
	USF Tornada
Administração Regional de Saúde do Centro, I.P.	Intervenção de substituição do sistema de climatização do Bloco C do Centro de Saúde de Celas
	Beneficiação do Centro de Saúde de Celas
	Reparação na Extensão de Saúde do Barcouço
	Substituição de equipamento de AVAC de bastidores na Sede do ACES BM
	Intervenção na US Santa Joana
Administração Regional de Saúde do Alentejo, I.P.	Intervenção no Centro de Saúde de Vagos
	ACES AC - Obras de requalificação no Centro de Saúde de Redondo
	Rampa de Oxigénio no Centro de Saúde de Redondo
	Rampa de Oxigénio no Centro de Saúde de Reguengos de Monsaraz
	Rampa de Oxigénio no Centro de Saúde de Vendas Novas
Freguesia de Arrabal	Rampa de Oxigénio no Centro de Saúde de Vila Viçosa
	Remodelação da US de Arrabal
	Requalificação da Unidade de Saúde de Alcântara
Município de Albergaria-A-Velha	Centro de Saúde de Albergaria-a-Velha
Município de Alenquer	Olhalvo
Município de Anadia	Centro de Saúde de Anadia
	Obra de fornecimento e instalação de AVAC na US de Vilarinho do Bairro
	Obra de fornecimento e instalação de AVAC na US Lourenço do Bairro+ Caldeira
Município da Amadora	Centro de Saúde da Brandoa
	Intervenção na USF Conde da Lousã
	Centro de Saúde da Brandoa/Alfornelos
Município de Almodôvar	Requalificação extensão de saúde de S. Barnabé
Município de Anadia	Centro de Saúde de Anadia
	Obra de fornecimento e instalação de AVAC na US de Vilarinho do Bairro

	Obra de fornecimento e instalação de AVAC na US Lourenço do Bairro+ Caldeira
Município de Baião	C.S. Santa Marinha do Zêzere - Requalificação da unidade.
Município de Cascais	Ampliação e Beneficiação da USF de São Domingos de Rana
Município de Coimbra	Requalificação da Unidade de Saúde de Taveiro
Município de Fafe	Requalificação da Unidade de Saúde de Arões
	Requalificação da Unidade de Saúde de Regadas
	Requalificação da Unidade de Saúde de Travassos
Município da Marinha Grande	Intervenção no CRI Leiria, ET da Marinha Gran
Município de Montemor-O-Novo	Requalificação na Extensão de Saúde do Cíborro - USF Alcáides (Montemor-o-Novo)
Beneficiação da UCSP de Óbidos (Fornecimento e instalação de UPAC)	Município de Óbidos
Município de Oliveira de Frades	Remodelação do Centro de Saúde de Oliveira de Frades
Município de S. Brás de Alportel	Obras gerais de Conservação e Beneficiação do Centro de Saúde de São Brás de Alportel
Município de Santa Marta de Penaguião	Requalificação do Centro de Saúde de Santa Marta de Penaguião
Município de Sintra	UCSP - Pêro Pinheiro
	Rio de Mouro
Município de Tarouca	Intervenção no Centro de Saúde de Tarouca
Município de Tondela	Reabilitação da UCSP Campo/Caramulo - Pólo Caramulo
Município de Torres Vedras	Requalificação UCSP Torres Vedras - Polo São Pedro da Cadeira
Município de Vila Nova de Poiares	Intervenção no Centro de Saúde Vila Nova de Poiares
Unidade Local de Saúde da Guarda, E.P.E.	Centro de Saúde de Almeida
	Requalificação do Centro de Saúde de Fornos de Algodres
	Ampliação do Centro de Saúde de Figueira de Castelo Rodrigo
	Requalificação do Centro de Saúde de Mêda
	Requalificação do Centro de Saúde de Seia
Unidade Local de Saúde de Matosinhos, E.P.E.	Alargamento da USF Maresia (Centro de Saúde de Leça da Palmeira – em Leça da Palmeira)
	Requalificação da USF Porta do Sol (Leça do Balio)
Unidade Local de Saúde do Litoral Alentejano, E.P.E.	Reabilitação estrutural: Polo Ermidas do Sado
	Reabilitação estrutural: Polo Cercal do Alentejo
Unidade Local de Saúde do Nordeste, E.P.E.	Carraceda
	Torre Moncorvo
Total	57

Das restantes obras em curso, embora a informação prestada pela ACSS não seja atualizada com um formato de regularidade que permita uma completa certeza do ponto de situação, deixa-se uma visão alargada:

- Construção: existem 7 obras em curso com execução acima dos 50% e 8 entre os 30%-49%;
- Regualificação: existem 21 obras em curso com execução acima dos 50% e 11 entre os 30%-49%.
- Restantes projetos: todos os restantes projetos, ou têm reportes de execução abaixo dos 30% ou estão em fases anteriores a obra, sendo que nesta última situação contavam-se mais de 80 projetos.

As visitas da CNA-PRR junto das ULS e das autarquias, permitiu identificar um conjunto de problemas que têm contribuído para atrasos no lançamento dos projetos ou então para a sua conclusão, tais como:

- i. Valores de financiamento insuficientes no auto de transferência de competências para as autarquias quando comparados com o orçamento das obras;
- ii. Atrasos nas autorizações de compromissos plurianuais e da reprogramação física dos investimentos;
- iii. Concursos desertos, que obrigam a lançamento de novos procedimentos, com preços base mais elevados, e com necessidade de maior contributo de verbas próprias das autarquias ou das ULS.

Viaturas elétricas

Apesar do gestor deste investimento ser a ACSS, a responsabilidade de aquisição das viaturas foi da SPMS, através da sua Unidade de Compras de Bens e Serviços Transversais (UCBST), afeta à Central de Compras da Saúde (CCS). O procedimento teve a Ref.^a n.º 574/2023, foi composto por 4 lotes¹⁶, decorreu de 14/06/23 a 23/10/23 e integraram o mesmo as Administrações Regionais de Saúde (ARS) do Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve, bem como as Unidades Locais de Saúde de Matosinhos, Alto Minho, Litoral Alentejano, Guarda, Castelo Branco, Baixo Alentejo, Nordeste e Norte Alentejano.

O plano de manutenção dos referidos veículos é da responsabilidade de cada entidade beneficiário final, tendo a sido instalados os postos de carregamento (wallbox's), previamente à entrega das viaturas.

De acordo com a informação da SPMS, todas as viaturas encontram-se entregues às entidades beneficiárias finais, (no caso das ARS, às entidades que lhes sucederam), de acordo com o respetivo quadro:

Entidade beneficiário final	Nº de viaturas entregues
ARS Lisboa e Vale do Tejo	120
ARS Alentejo	15
ARS Algarve	81

¹⁶ Os lotes 1 (300 viaturas), 2 (299 viaturas) e 3 (120 viaturas) foram adjudicados à empresa Stellantis e o lote 4 (53 viaturas) foi adjudicado à empresa Caetano-Tec. O preço unitário proposto foi de 29.180€ nos lotes 1 e 2, 26.971€ no lote 2 e 25.601€ no lote 3, num total de 19 M€.

ARS Centro	117
ARS Norte	350
ULS Guarda	14
ULS Castelo Branco	14
ULS Alto Minho	14
ULS Baixo Alentejo	5
ULS Litoral Alentejano	10
ULS Nordeste	12
ULS Norte Alentejano	10
ULS Matosinhos	10
Total	772

Unidades móveis de saúde

Também neste caso, foi a SPMS a entidade responsável por preparar o procedimento contratual para 16 unidades móveis. O procedimento com a Ref.ª n.º 726/2023 foi lançado entre 17/11/23 e 11/04/24, tendo sido adjudicado, mas suspenso posteriormente, devido a impugnação. O levantamento do efeito suspensivo foi determinado em 08/07/24, o que determinou novo cronograma de entrega, devido ao atraso.

Em virtude da entrega não ter sido possível até ao final de 2024, há a necessidade de reprogramação da respetiva portaria.

Este é mais um dos casos em que a complexidade administrativa parou o processo. À data de abril/25 ainda não existia informação sobre a previsão de andamento do mesmo. Sendo necessária uma instrução dos processos (para cada uma das entidades com aquisições), que implica a reprogramação dos contratos, é necessário definir qual a entidade a fazê-lo (houve extinção das ARS, entretanto), redigir a portaria, aprovar e autorizar a mesma, garantindo posteriormente as adendas, a previsão orçamental para 2025 e a execução financeira por parte da SPMS, com a entrega das viaturas às ULS.

Para equipar estas unidades móveis, foram também adquiridos vários equipamentos médicos (valor global de 19.600€), já entregue a cada uma das entidades finais.

O plano de manutenção dos referidos veículos é da responsabilidade de cada entidade beneficiária final.

As entidades previstas para receber as unidades móveis de saúde são:

Entidade beneficiária final	Nº de viaturas a adquirir
ARS Lisboa e Vale do Tejo	3
ARS Alentejo	2
ULS Castelo Branco	1
ULS Litoral Alentejano	6
ULS Norte Alentejano	4
Total	16

Apreciação e recomendações

Considera-se ser de agravar este investimento para **CRÍTICO**. Nos anteriores relatórios da CNA-PRR (de 2022, 2023 e 2024), foram elencadas uma série de recomendações, que, face à situação atual, se consideram não ter sido consideradas. Desde logo o acompanhamento regular e proativo junto das ULS e dos municípios, relativamente às construções, mas também a todas as outras aquisições, bem como a atenção redobrada da tutela e duma interligação profunda entre a ACSS e a SPMS. Numa área tão sensível e importante para a população como é a saúde e tendo em atenção as alterações profundas que se verificaram na orgânica do SNS, a complexidade dos processos tornou-se ainda maior, com a necessidade de alterações, adendas aos contratos e pedidos de reprogramação. A estas situações acresce a dispersão territorial dos investimentos, não só nas tipologias desta C01-i01, mas também em todas as outras, representando no seu conjunto um investimento que o SNS nunca teve, em tão pouco tempo. Tendo presentes todas estas considerações, urge-se uma vez mais todas as entidades, incluindo a tutela, a Direção Executiva do SNS, a ACSS, a SPMS, as ULS e os Municípios, a fazerem um esforço redobrado para que se consigam fazer todos os investimentos programados, em toda a plenitude de execução, ultrapassando obstáculos e avaliando ao mesmo tempo as necessidades de preparação para o pós-PRR, tal como tem sido recomendado pela CNA-PRR.

C01-i02	Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI) e Rede Nacional de Cuidados Paliativos (RNCP) BI - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE I.P.
---------	---

Metas/marcos

- Entrada em vigor do regulamento relativo à atribuição de apoios financeiros, até T1/2022
- Reforço da capacidade em 1.200 camas/lugares¹⁷, até T2/2024
- Reforço da capacidade em 7.400¹⁸ camas/lugares, até T4/2025

Apesar da meta estar fixada em dezembro de 2025 e de no âmbito da reprogramação esta data não ter sido alterada, foi comunicado pelo Senhor Ministro Adjunto e da Coesão Territorial, que as obras poderiam estar concluídas até junho de 2026, situação que foi confirmada junto da ACSS.

¹⁷ Reforço da capacidade de resposta através de: i) 1 000 novos lugares em equipas domiciliárias de cuidados continuados integrados; ii) 100 novos lugares em equipas de apoio domiciliário no domínio da saúde mental e iii) contratos e decisões das unidades de saúde locais que criam as equipas necessárias para disponibilizar 100 novos lugares de apoio a cuidados paliativos comunitários.

¹⁸ Reforço da capacidade de resposta através de: i) 5 500 novas camas de internamento na RNCCI (rede geral); ii) 500 novos lugares em unidades de promoção de autonomia (RNCCI); iii) 1 000 novos lugares em cuidados continuados integrados de saúde mental; e iv) 400 novos lugares de internamento de baixa complexidade (RNCP).

Este investimento tem sofrido vários atrasos, principalmente pelo facto de ser gerido pelas 5 ARS (entretanto extintas) e que preparam quer os processos de avisos, quer as análises de candidaturas e publicitação de resultados. Os contratos entretanto assinados entre as ARS e os beneficiários finais, estão a ser atualizados, com acordos de sucessão, passando para a gestão da ACSS.

No que diz respeito aos valores atribuídos por cama, houve alteração do formato do mesmo no aviso lançado em dez/24, substituindo-se o financiamento através do valor por cama, por um financiamento aos valores parciais dos projetos de construção, ampliação e ou remodelação, acrescido de valor para equipamento¹⁹. No entanto, não foi indicada uma razão de mercado ou outra para esta alteração.

No quadro seguinte apresenta-se o ponto de situação geral, à data de início de mai/25, de acordo com a informação obtida junto da ACSS. Esta informação inclui projetos já contratados, aprovados, ou em candidatura, pelo que os dados ainda devem ser lidos com alguma cautela, tendo em atenção que decorre o processo de assinatura de contratos.

De notar que se encontram concluídas obras que permitem 197 camas e que 1.603 se encontram em obra (não foi possível saber qual o estado de maturidade destas obras). A maior parte encontra-se em fases anteriores (4.672) e existem 1.665 camas para as quais a informação não foi disponibilizada. Considerando todos os projetos apresentados, o valor global (8.137) consegue cumprir a meta em falta (7.400), mas seria necessário que todos fossem executados dentro do prazo (dez/25).

Tipologia de Unidade	Concluído (nº de camas)	Em obra (nº de camas)	Em contratação de empreitada (nº de camas)	Em projeto (nº de camas)	Sem informação (nº de camas)	Total
ULDM - Unidade Longa Duração e manutenção	70	904	1.061	437	505	2.977

¹⁹ O 1º aviso de 20/09/23, definiu 42.000€/cama. Posteriormente, e através de portaria, este valor pode ser majorado até 15%, devidamente justificado pela entidade e aprovado pela ACSS.

O aviso de 11/12/24 alterou este formato, passando a definir o valor disponível de acordo com os projetos de construção, ampliação e ou remodelação de infraestruturas. Para novas respostas na rede geral da RNCCI e UCP-RNCCI os valores parciais elegíveis passaram a ser os seguintes:

- Estudos e projetos: o equivalente ao valor global destes, até ao limite máximo de 75.000,00 €;
- 1.ª fase de edificações e instalações técnicas: o equivalente ao valor global destes, até ao limite máximo de 250.000,00 €;
- 2.ª fase de edificações e instalações técnicas: o equivalente ao valor global destes, até ao limite máximo de 175.000,00 €;
- Aquisição de equipamentos novos: o equivalente ao valor global deste, até ao limite de máximo de 100.000,00 €.

Para novas respostas em CCI-SM e UDPA, os valores parciais elegíveis passaram a ser os seguintes:

- Estudos e projetos: o equivalente ao valor global destes, até ao limite máximo de 75.000,00 €;
- 1.ª fase de edificações e instalações técnicas: o equivalente ao valor global destes, até ao limite máximo de 200.000,00 €;
- 2.ª fase de edificações e instalações técnicas: o equivalente ao valor global destes, até ao limite máximo de 150.000,00 €;
- Aquisição de equipamentos novos: o equivalente ao valor global deste, até ao limite de máximo de 75.000,00 €.

Tipologia de Unidade	Concluído (nº de camas)	Em obra (nº de camas)	Em contratação de empreitada (nº de camas)	Em projeto (nº de camas)	Sem informação (nº de camas)	Total
UCP - Unidade de Cuidados Paliativos	41	36	114	307	157	655
UDPA - Unidade de Dia e Promoção de Autonomia	25	17	130	217	209	598
RG - Rede Geral (tipologia não especificada)		296	171	667	263	1.397
UC - Unidade de Convalescença	61	239	390	220	251	1.161
UMDR - Unidade de Média Duração e Reabilitação		63	216	185	84	548
RAM/a/o - Residência de Apoio Máximo Adultos ou Moderado		48	38	78	85	249
CCISM- Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental e USO- Unidades Sócio- Ocupacionais			60 + 155	108+70	96+15	504
RTA- Residências de Treino de Autonomia			12	36		48
Total	197	1.603	2.347	2.325	1.665	8.137

Os contactos realizados pela CNA-PRR com vários beneficiários finais, de diferente natureza, permitiram identificar um conjunto de obstáculos, quer nas fases de avaliação das propostas quer nas fases de licenciamento e construção, tais como:

- Demoras excessivas no processo de avaliação das candidaturas, em particular no 1º aviso, com questões de pormenor, que exigiram tempo de resposta, mas que acrescentam pouco valor e podiam ser dirimidas em fase de execução do projeto;
- Atrasos na assinatura dos contratos relativos ao primeiro aviso, agravado com o processo de transição das competências das ARS para as entidades que lhes sucederam.
- Valor de financiamento por cama considerado baixo face às condições de mercado, que afastou vários dos potenciais candidatos e coloca também uma pressão financeira muito significativa sobre os investimentos em curso, obrigando à busca de outras fontes de financiamento, como receitas próprias, financiamento bancário ou apoio de autarquias;

- Demora nos licenciamentos por parte das autarquias, que atrasa o processo de início das obras;
- Dificuldades nos processos de contratação pública, com concursos desertos e consequente necessidade de incrementar o valor dos preços base dos concursos.

Para além do reforço de 1.200 camas (já cumprido em jun/24), existem ainda outros objetivos, que se encontram interligados com esse reforço:

Investimento/ações	Ponto de situação	Execução física
Entrada em vigor da tabela de preços das Unidades de Dia e Promoção de Autonomia (UDPA)		Portaria em análise no Ministério das Finanças, para alteração à atual Portaria de preços da RNCCI, para inclusão das UDPA e respetivas tabelas de preços
Entrada em vigor do regulamento relativo à atribuição de apoios financeiros pelas ARS	Finalizado	Portaria n.º 134-A/2022, de 30 de março
Alargar a RNCCI em lugares em Equipas de Cuidados Continuados Integrados Domiciliários (ECCI)		Estão contratados 1055 lugares em equipas ECCI domiciliárias com as ULS, dos quais 730 estão em funcionamento
Alargar a RNCCI em lugares de Equipas de Apoio Domiciliário (EAD) de Saúde Mental		Estão contratados 180 lugares com 8 instituições
Alargar a RNCP, em camas de internamento de menor complexidade		Estão contratados 10 dos 18 projetos.
Alargar a RNCP, em Lugares de Equipas Comunitárias de Suporte em Cuidados Paliativos (ECSCP)		As ECSCP estão todas criadas, com 288 camas. Exceção da ULS Médio Tejo (a previsão era para 7/04/24, registando-se ainda estrangimentos ao nível dos recursos humanos a alocar)

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento como **CRÍTICO**.

As construções das novas unidades e das respetivas camas/lugares ainda se encontram em fases muito iniciais, pelo que se antevêm muitas dificuldades de término dentro do prazo do PRR, tendo em atenção os exemplos de outras áreas, as dificuldades que se verificam na construção civil e os aumentos de custos que impactam nos orçamentos.

Recomenda-se:

- i) Um acompanhamento de muita proximidade, por parte da ACSS, a cada uma destas entidades, para identificar e prevenir constrangimentos, especialmente os de ordem administrativa, que podem atrasar significativamente a execução dos projetos e que são independentes das questões de mercado.
- ii) Uma reavaliação das necessidades e da oferta, bem como das condições de mercado (construção) e dos custos de operação das unidades/camas.
- iii) Abertura de novo procedimento concursal para a região de Lisboa e Vale do Tejo, pois os projetos aprovados e candidaturas apresentadas representam um número diminuto de vagas;
- iv) Reavaliação do valor de financiamento por cama;
- v) Formalização do prazo de conclusão das obras para junho de 2026, conforme referido pelos responsáveis.

C01-i03	Conclusão da Reforma da Saúde Mental e implementação da Estratégia para as Demências BI - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE I.P.
---------	---

Reprogramação: estando associada a este investimento e estando terminada, foi **aprovada** a antecipação do prazo de implementação da reforma “Criação de 25 novos Centros de Responsabilidade Integrados nos hospitais do Serviço Nacional de Saúde “- r3, de T4/2025 para T2/2024.

Metas:

- Realização de ações de sensibilização e de formação, até T4/2022
- Renovação das unidades e do equipamento de psiquiatria forense, até T4/2025
- Reforço da rede de cuidados de saúde mental²⁰, até T4/2025

Estes investimentos, encontram-se intimamente interligados com as reformas previstas para esta área e iniciados com a Reforma da Saúde Mental. Para além de vários investimentos em edificado, estão previstos a criação de equipas de

²⁰ Intervenções para reforçar a rede de cuidados de saúde mental, nomeadamente: i) construção de quatro novas unidades de internamento em hospitais gerais; ii) criação de 15 Centros de Responsabilidade Integrados em serviços de saúde mental; iii) requalificação de 20 dos serviços locais de saúde mental existentes; iv) criação de 500 lugares para as necessidades de pessoas institucionalizadas com doença mental crónica; v) modernização de três instalações de psiquiatria forense e de equipamento; vi) construção de três unidades forenses de transição para a comunidade; e vi) criação de 40 equipas comunitárias no domínio da saúde mental.

intervenção na comunidade e a definição de Planos Regionais de Saúde para as Demências²¹.

Apresenta-se no quadro seguinte o ponto de situação a finais de fev/25, enviado pela ACSS:

Investimento/ações	Ponto de situação	Execução física
Realização de ações de sensibilização e de formação no contexto das demências	Finalizado	Concluído
Conclusão do reforço da rede de cuidados de saúde mental	Em curso	Sem mais informação
Construção de 4 unidades de internamento em hospitais gerais	Em curso	1 Concluído e em atividade: ULS Oeste 2 Em curso: ULS Amadora/Sintra (atrasos na execução); ULS Dão-Lafões (empreitada iniciada) 1 Ainda não iniciou a obra: ULS Douro e Vouga (em avaliação das propostas recebidas para a contração da empreitada)
Criação de 15 Centros de Responsabilidade Integrados (CRI) de Psiquiatria	Finalizado	Portaria n.º 73/2024, de 29 de fevereiro
Requalificação de 20 serviços locais de saúde mental	Em curso	6 Concluídas: ULS Castelo Branco; ULS Santa Maria; ULS Cova da Beira; ULS Alto do Ave; ULS do Médio Ave; ULS de Gaia/Espinho.

²¹ Pelo Despacho n.º 12761/2021, de 29 de dezembro, foram aprovados os Planos Regionais da Saúde para as Demências elaborados por cada uma das cinco Administrações Regionais de Saúde, I. P. (ARS, I. P.). Ao mesmo tempo, definiu-se o modelo de governação do Plano, no quadro da Estratégia da Saúde na Área das Demências, assente numa Comissão Executiva do Plano Nacional da Saúde para as Demências.

Posteriormente, o Despacho n.º 1277/2022, de 31 de janeiro, alterando o Despacho n.º 12761/2021, de 21 de dezembro, veio fixar a composição da comissão executiva do Plano Nacional da Saúde para as Demências.

O Despacho n.º 237/2024, designou o coordenador da Comissão Executiva do Plano Nacional da Saúde para as Demências e procedeu à segunda alteração ao Despacho n.º 12761/2021, de 21 de dezembro.

O Despacho n.º 1598/2025 fixou a composição da Comissão Executiva do Plano Nacional da Saúde para as Demências e alterou o Despacho n.º 237/2024, de 11 de janeiro.

		<p>3 obras em curso: ULS Alto Alentejo; ULS Arrábida; ULS Nordeste.</p> <p>6 Em fase de abertura do Concurso para a contratação da Empreitada: ULS Entre Douro e Vouga; ULS Lezíria; ULS Matosinhos; ULS Guarda; ULS Arco Ribeirinho; ULS Oeste.</p> <p>3 Obras aguardar o visto do TdC: ULS Médio Tejo; ULS Almada-Seixal; ULS Trás-os-Montes e Alto Douro;</p> <p>2 Obra por iniciar: ULS Algarve; ULS de Santo António.</p>
Criação de 40 equipas comunitárias de saúde mental (ECSM)	Em curso	<p>20 ECSM em atividade (de 2021 e 2022).</p> <p>A Orientação Técnica para as ECSM de 2023 e 2024 foi publicada em 1/out/24</p>
Criação de respostas residenciais na comunidade que permitam a desinstitucionalização dos doentes residentes em Hospitais psiquiátricos ou no setor social, que não beneficiam da oferta de cuidados da RNCCI	Em curso	<p>Aviso publicado em 12 de fevereiro de 2025.</p> <p>Em fase de candidatura.</p>
Requalificação de 3 instalações de psiquiatria forense	Em curso	<p>1 Concluída: ULS de Santo António</p> <p>1 Em fase de abertura do Concurso para a contratação da Empreitada: ULS de Coimbra.</p> <p>1 Em fase de abertura do Concurso para a contratação da Empreitada: ULS de São José</p>

Construção de 3 unidades residenciais forenses de transição	Em curso	1 Concluída - ULS de Santo António 1 Obra em Curso - ULS de Coimbra 1 Em fase de abertura do Concurso para a contratação da Empreitada: ULS de São José
---	----------	---

Nos anteriores relatórios da CNA-PRR, este foi um investimento que levantou preocupação, tendo sido deixadas várias recomendações, relacionadas não só com a necessidade de um acompanhamento próximo das obras em curso, mas também com a importância da antecipação das questões relacionadas com o financiamento plurianual das entidades, para a área da saúde mental. Foi deixado o alerta (que tem sido transversal para equipamentos da saúde), para que fosse tomada especial atenção às necessidades operacionais, de modo que não se corram os riscos de existência de estruturas físicas e/ou equipamentos, sem os devidos recursos humanos que permitam a sua operação, inviabilizando a prestação desses cuidados de saúde às populações.

Para além destas questões, foi ainda deixado o alerta para a necessidade de avaliar todas as questões de legislação enquadradora que ainda estivesse em falta (como é o caso da relativa ao cálculo das respetivas diárias).

A pouco mais de 1 ano para o término do PRR, verifica-se que, no caso das equipas comunitárias de saúde mental, só metade foram implementadas, podendo tal significar que se podem ter comprometido os projetos que possibilitariam experimentar e ter dados para decisão informada para a definição de políticas públicas.

Apreciação e recomendações

Mantêm-se a apreciação deste investimento como **PREOCUPANTE**.

Reforçam-se todas as recomendações anteriores, relativas a:

- i) Acompanhamento proativo das obras;
- ii) Antecipação proativa das necessidades operacionais, de legislação e demais enquadramentos ou necessidades, que possam ter impactos na operacionalização dos investimentos e no atraso da prestação de serviços às populações;
- iii) Os formatos de publicação das ofertas de serviços, junto de profissionais de saúde e da população, para que possam ser conhecidos por todos e seja potenciada a sua utilização.

Recomenda-se ainda:

- iv) Para avisos abertos: avaliação e respetiva comunicação de resultados célere.

C01-i04	Equipamentos dos Hospitais Seixal, Sintra, Lisboa BI - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE I.P.
---------	--

Reprogramação: foi **aprovada** a retirada de menção ao Hospital Lisboa Oriental (HLO), passando este investimento a prever investimentos num número alargado de unidades de saúde. O investimento para o HLO foi autonomizado na C01-i12.

Metas/marcos:

- Assinatura do contrato de gestão para a construção do Hospital de Lisboa Oriental, até T3/2023
- Construção e renovação de edifícios para serviços de saúde e equipamento para hospitais²², até T2/2026

Com a reprogramação, o objetivo do investimento é renovar e construir edifícios que prestem uma variedade de serviços de saúde no país e equipar hospitais, reforçando assim a rede hospitalar e a oferta de cuidados hospitalares. Pretende-se garantir um melhor acesso da população aos cuidados de saúde e contribuir para a redução das desigualdades e para a coesão social. O investimento consistirá:

- na construção de pelo menos 14 edifícios para serviços de saúde em pelo menos 7 unidades locais de saúde (Unidades Locais de Saúde, ULS), tais como centros cirúrgicos, centros de hospital de dia, centros de hemodiálise e centros de esterilização;
- na renovação de pelo menos 38 edifícios destinados a serviços de saúde em pelo menos 7 unidades locais de saúde, tais como centros de emergência, centros de hemodiálise, centros de esterilização e unidades cirúrgicas;
- na aquisição de equipamento a instalar no novo hospital de Sintra e noutros hospitais. O equipamento a instalar no novo hospital de Sintra e noutros hospitais deve incluir: i) equipamento clínico, médico e de alta tecnologia; ii) equipamento geral, incluindo mobiliário especializado; e, iii) equipamento informático.

Na anterior reprogramação de agosto/24, este investimento já tinha sido reformulado. O atraso nas obras de construção, obrigou à renegociação.

De acordo com as informações recolhidas, é o seguinte o ponto de situação das obras de construção:

Hospital de Lisboa Oriental (ver C01.i12, novo investimento, criado no âmbito da reprogramação de abr/25)

Hospital de Sintra

A Câmara Municipal de Sintra já concluiu as obras, aguardando-se a data de início da operação.

²² 1) Aquisição de equipamento hospital para o novo hospital de Sintra e outros hospitais (subvenção de 119, 28 M€), nomeadamente equipamento clínico/médico e de alta tecnologia; equipamento geral, composto por mobiliário adaptado às funções a serem desempenhadas em diferentes espaços, fácil de limpar e com uma conceção ergonómica; e equipamento informático. 2) Construção de, pelo menos, 14 edifícios para serviços de saúde em, pelo menos, sete Unidades Locais de Saúde e renovação de, pelo menos, 38 edifícios para serviços de saúde em, pelo menos, sete Unidades Locais de Saúde.

O projeto Hospital de Proximidade teve início no ano de 2023, com a formação de um Grupo de Trabalho entre o Hospital Fernando Fonseca (atualmente, Unidade Local de Saúde de Amadora/Sintra, E.P.E.), e a SPMS, E.P.E., mais concretamente através da Central de Compras da Saúde (CCS). A ULS Amadora/Sintra ficou responsável pelo levantamento de necessidades, quantidades e especificações técnicas dos equipamentos, emissão de documentos financeiros, validação da avaliação técnica dos equipamentos propostos e todos os aspetos relacionados com a assinatura e execução dos contratos, cabendo à SPMS a tramitação dos procedimentos até à sua adjudicação.

Os bens a adquirir foram divididos em duas grandes categorias designadas por “Equipamentos/Dispositivos Médicos” e “Equipamento Geral”.

Na categoria de “Equipamentos/Dispositivos Médicos”, foram lançados 24 concurso públicos (15 internacionais e 9 nacionais), entre os anos de 2023 e 2024, 18 dos quais foram concluídos (valor de adjudicação de 3,2M€) e 6 foram revogados.

Foram adquiridos os seguintes equipamentos:

- ✓ Equipamentos de imagiologia (TAC, RMN, RX, ecógrafos, sistema de densitometria óssea);
- ✓ Equipamentos para Bloco operatório (marquesas, sistemas de candeeiros e suportes de teto, eletrobisturis, entre outros);
- ✓ Sistemas de infusão (bombas e seringas infusoras);
- ✓ Sistemas de ventilação e anestesia (ventiladores);
- ✓ Equipamentos e material de uso geral (balanças, laringoscópios, suportes de soros, entre outros);
- ✓ Camas, macas e sistemas de elevação (camas elétricas, cadeirões elétricos, colchões pressão, macas, marquesas de exame, elevador elétrico, entre outros);
- ✓ Desfibriladores e monitores;
- ✓ Equipamentos e material de oftalmologia (vários equipamentos para exames e tratamento de oftalmologia);
- ✓ Instrumental para consulta (ferros cirúrgicos para apoio à consulta);
- ✓ Sistemas de imagem para urologia (equipamentos de imagem para exames e tratamentos urológicos);
- ✓ Equipamentos para consultas externas (equipamentos para diagnóstico e tratamento de várias especialidades pneumologia, otorrinolaringologia, entre outros);
- ✓ Microscópios.

Em 2025, estão previstos 5 concursos (3 internacionais e 2 nacionais) para aquisição dos restantes equipamentos.

De modo a evitar aquisições de equipamentos sem local de instalação, as peças dos procedimentos previam cláusulas relativas a prazos, locais de entrega, instalação e inspeção e testes. Para além disso, os procedimentos de compra destes equipamentos foram planeados, de modo faseado, tendo em consideração o seguinte:

- O ponto de situação da construção da estrutura do Hospital de Proximidade de Sintra (equipamentos que tiveram prioridade na aquisição uma vez que

tinham de ser instalados durante a obra, nomeadamente equipamentos de imagiologia e bloco operatório);

- Capacidade de produção e entrega dos equipamentos por parte dos fornecedores;
- Capacidade de logística da ULS Amadora Sintra e posteriormente do Hospital de Proximidade Sintra, para armazenar os equipamentos adquiridos;
- Abertura faseada da atividade assistencial do Hospital de Proximidade de Sintra.

Relativamente aos equipamentos gerais, foram também adquiridos alguns, tendo também vários concursos ficado desertos, aguardando-se a reabertura em 2025.

De acordo com a informação prestada pela ACSS, está previsto o Hospital de Sintra alcançar o total de 639 trabalhadores (Dirigente: 6; Médico: 60; Enfermeiro: 210; Técnico Superior de Saúde: 7; Técnico Superior de Diagnóstico e Terapêutica: 62; Técnico Superior: 26; Informático: 4; Assistente Técnico: 106; Assistente Operacional/TAS: 158).

Apreciação e recomendações

Atendendo à reprogramação concretizada, cujo prazo de execução é de junho de 2026, bem como à aquisição dos equipamentos para a o Hospital de Proximidade de Sintra já concretizada e em curso, considera-se este investimento como **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**. Existem um conjunto de novos investimentos, acrescentados na reprogramação recente, objeto de negociação entre a tutela, as ULS e a ACSS onde o grau de maturidade foi um critério importante na escolha dos mesmos, de forma a garantir a sua conclusão até junho de 2026. No próximo relatório, a CNA-PRR terá oportunidade de fazer um acompanhamento exaustivo destes investimentos.

Recomenda-se:

- Acompanhamento de proximidade, por parte da ACSS, dos novos investimentos, de forma a garantir o cumprimento dos prazos definidos.

C01-i09	Sistema Universal de Apoio à Vida Ativa BD - IPDJ, IP - INSTITUTO PORTUGUÊS DO DESPORTO E JUVENTUDE, I.P.
---------	--

Este investimento teve como objetivos alargar o Desporto Escolar à comunidade, fomentando a mobilidade ativa, desde as idades mais jovens, contribuindo para a promoção do sucesso dos alunos e dos estilos de vida mais saudáveis, através do reforço do projeto Desporto Escolar sobre Rodas (DE Rodas) e do Desporto Escolar Comunidade (DE Comunidade), sendo um projeto em parceria com a Direção-Geral de Educação.

De acordo com a informação obtida junto do IPDJ, bem como de reunião com o Conselho Diretivo, o ponto de situação dos vários investimentos/atividades, à data de abril/25 era o seguinte:

DE Rodas (investimento concluído)

Foram entregues 1 780 kits²³ (17 800 bicicletas e capacetes) em 855 escolas com 2º ciclo do ensino básico. Cada estabelecimento escolar recebeu 2 ou 3 kits, de acordo com a densidade da população estudantil.

DE Comunidade (investimento concluído)

Foram disponibilizados 202 kits velocipédicos²⁴: 200 kits a 200 estabelecimentos de ensino e 5 bicicletas e capacetes a cada um dos 6 centros educativos, perfazendo um total de 3 030 bicicletas e capacetes.

Ambas as iniciativas se desenvolveram em conjunto com a Direção-Geral da Educação, no âmbito do Programa Estratégico do Desporto Escolar 2021-2025 onde se insere o modelo pedagógico de utilização, cabendo às escolas o modelo de gestão e manutenção dos equipamentos que foram entregues gratuitamente, após o processo concursal levado a cabo pelo IPDJ.

As questões relacionadas com a manutenção dos equipamentos estão na esfera das Escolas.

A entrega de material velocipédico concluiu-se no final de 2024 estando a decorrer a implementação de acordo com o estabelecido no Plano do Desporto Escolar.

É da responsabilidade da Direção-Geral de Educação a realização e apresentação de relatórios anuais sobre a caracterização e evolução das várias modalidades do Desporto Escolar, onde se inclui o Desporto Escolar Sobre Rodas e o Desporto Escolar Comunidade.

Plataforma Tecnológica e Campanha Nacional para promover atividade física

A plataforma tecnológica tem como objetivo aumentar o conhecimento dos cidadãos sobre os benefícios da prática regular de atividade física, em todas as idades e de acordo com as suas capacidades, visando incentivar a adoção de estilos de vida mais saudáveis.

- Decorrente da tramitação do processo de contratação pública, o contrato apenas foi iniciado no fim de dezembro de 2024;
- Desde essa data está a decorrer a fase de conceção e desenvolvimento, de acordo com o caderno de encargos;
- Os testes de usabilidade encontram-se previstos para junho de 2025, abrangendo diferentes tipologias de entidades e utilizadores.
- A disponibilização da App ao público em geral está prevista para julho.

A campanha nacional tem por objetivo incentivar à adoção de um estilo de vida mais saudável e inclui a divulgação da Plataforma Tecnológica.

- Decorrente da tramitação do processo de contratação pública, o contrato apenas foi iniciado em janeiro de 2025;
- Desde essa data está a decorrer a fase de conceção e desenvolvimento, de acordo com o caderno de encargos;
- Decorrente da situação de marcação de eleições legislativas antecipadas, e tendo em conta a Lei n.º 95/2015 de 17 de agosto (publicidade institucional) e

²³ 1 kit contém 10 bicicletas de composição adaptável às diferentes idades e capacetes

²⁴ 1 kit é composto por 15 bicicletas e respetivos capacetes.

Lei n.º 72-A/2015, de 23 de julho, o lançamento da campanha será agendado para data posterior à realização das mesmas, com previsão para o mês de junho.

- Razão análoga implicou alterações no desenvolvimento da campanha, que, com a realização de eleições autárquicas em setembro/outubro, tem condicionada a presença nos meios de comunicação social e nos meios de comunicação em exterior, no período compreendido entre a data da marcação das eleições e a sua realização.

Diferenciação da plataforma:

- Serão incluídas na plataforma as instalações e entidades existentes no Sistema Nacional de Informação Desportiva, fazendo ligação às coletividades desportivas de base em todo o território nacional. Tem por base as recomendações, por faixa etária, da Organização Mundial de Saúde, sendo gratuita para o utilizador e para os parceiros, que através da plataforma poderão divulgar a sua oferta e disponibilizar benefícios aos utilizadores de acordo com o seu nível de prática regular de atividade física.

Interligação:

- Está prevista a integração de comunicação com outras apps de promoção e registo de exercício físico que estejam a ser usadas pelos utilizadores, integrando ainda os dados provenientes de *wearables*. Será sempre possível o registo manual da atividade por parte do utilizador por forma a ser acessível a toda a população.

Incentivo à prática de atividade física através do contexto laboral

Este investimento pretende incentivar a prática de atividade física através do contexto laboral, fomentando a implementação de medidas que facilitem e estimulem a atividade física. Pretende-se:

- i) implementar um programa de capacitação/sensibilização de empregadores e;
 - ii) criar um Selo que reconheça publicamente as Entidades que implementam medidas e políticas no contexto laboral.
- Após processo de consulta de potenciais parceiros e destinatários, foi estabilizado o modelo das ações de capacitação/sensibilização a promover junto de entidades empregadoras (públicas e privadas);
 - Foi também entendido que seria mais eficaz e impactante, antes do lançamento de um selo, identificar e reconhecer boas práticas nacionais de promoção da prática de atividade física através do contexto laboral. Esta abordagem permitirá igualmente, de forma mais objetiva, dimensionar o universo de entidades a abranger com o selo/distinção;
 - Existirá diferenciação entre as empresas com regime presencial, híbrido ou remoto, de forma a dinamizar as suas boas práticas relacionadas com a atividade física em contexto laboral;
 - Para além da divulgação realizada ao longo das sessões de sensibilização e capacitação, serão desenvolvidas parcerias com entidades representativas das estruturas empresariais e públicas;

- O IPDJ, em conjunto com eventuais parcerias que venham a ser estabelecidas para o efeito, serão responsáveis pelo mecanismo de reconhecimento de iniciativas ou práticas no âmbito de atividade física em contexto laboral. Este reconhecimento será feito através da apresentação de evidências enviadas pelas entidades interessadas, não estando incluído no processo o mecanismo de monitorização, como é standard neste tipo de distinções. O processo ainda está em desenvolvimento, sendo necessário ter em conta a especificidade associada à natureza das diferentes organizações e as práticas existentes a nível nacional.

Apreciação e recomendações

Considera-se que para este investimento será **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**.

Recomenda-se:

- i) Um acompanhamento próximo e proativo junto da empresa de desenvolvimento da plataforma tecnológica, para obviar a constrangimentos de integrações de entidades públicas e privadas;
- ii) Ainda relativamente à plataforma, que sejam identificados, o mais precocemente possível, as interligações com outras app ou tecnologias;
- iii) Que seja definido o formato e fonte de financiamento, para a manutenção e melhorias futuras da plataforma tecnológica;
- iv) No caso do selo de reconhecimento e à semelhança de outras iniciativas, que sejam avaliadas as mais-valias existentes para as entidades, sob pena de se efetuarem investimentos que não tenham interesse e adesão posterior.

CO1-i10	Programa de Modernização Tecnológica do SNS BI - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE I.P. (ACSS, I.P.)
---------	---

Reprogramação: foi aprovado o reforço de verba, para mais 56 equipamentos médicos pesados.

Metas/marcos:

- Relatório que identifica as necessidades do Serviço Nacional de Saúde em matéria de equipamento médico pesado, até T3/2023
- Aquisição de 19 equipamento médico pesado, até T4/2024
- Aquisição de mais 105 equipamentos médicos pesados (total de aquisições-124), até T2/2026

Este investimento contribui para a modernização do SNS, na perspetiva dos cuidados hospitalares. Embora existam alguns equipamentos que substituem outros que já prestavam esses serviços, são apontados pelas ULS várias vantagens, que vão para além dessa mera substituição, tais como:

- ✓ Reter recursos humanos (melhoria das condições de trabalho);
- ✓ Captar recursos humanos (melhores equipamentos);
- ✓ Permitir melhores diagnósticos;
- ✓ Diminuir tempos de intervenções e internamentos;

- ✓ Diminuir aquisição de serviços externos.

Os dados enviados pela ACSS (mar/25), permitiram identificar 152 propostas de aquisição que superaram, em número, o valor definido para a meta (124), estando 44 já adquiridos e 36 instalados. A maior parte encontra-se em procedimentos de aquisição, com alguns concursos públicos internacionais.

Uma das questões que sempre preocupam, é a existência de recursos humanos adequados (em competência e número), para operar equipamentos. De acordo com as informações obtidas, essa situação está acautelada na maior parte das ULS, mas há ainda que reforçar algumas equipas (nota: não foi possível obter informação para algumas ULS).

Entidade beneficiário final	Equipamentos previstos	Quantidade	Recurso humanos adequados/observações
ULS Lezíria	Tomografia Computorizada	1	Sem informação
ULS da Região de Aveiro	Tomografia Computorizada	3	Sim
ULS da Região de Leiria	Angiógrafo	1	Sim. Já instalado
	Tomografia Computorizada	1	Sim
ULS Amadora Sintra	Robô Cirúrgico	1	Sim. Em funcionamento
ULS Braga	Angiógrafo	2	Sim
	Ressonância Magnética	2	Necessário reforço de equipa
	Tomografia Computorizada	1	Sim
	Robô Cirúrgico	1	Sim
ULS de Coimbra	Angiógrafo	2	Sim. 1 instalado
	Câmaras Gama	2	Sim. 1 em funcionamento
	Ressonância Magnética	3	Sim. 2 em funcionamento
	Tomografia Computorizada	2	Sim. 1 instalado
ULS Gaia-Espinho	Angiógrafo	1	Necessária contratação. Instalado
	Ressonância Magnética	1	Sim. Em funcionamento
ULS Loures-Odivelas	Câmaras Gama	1	Sim. Em aquisição
	Ressonância Magnética	1	Necessária contratação
	Tomografia Computorizada	1	Sem informação
ULS Matosinhos	Angiógrafo	1	Sem informação
	Ressonância Magnética	1	Sem informação
ULS Santo António	Angiógrafo	1	Sem informação
	Ressonância Magnética	1	Sem informação
	Tomografia Computorizada	1	Sem informação

ULS São João	Câmara Gama	1	Sim. Substitui equipamento
	Ressonância Magnética	1	Sim. Substitui equipamento
ULS Trás-os-Montes e Alto Douro	Angiógrafo	2	Sim
	Tomografia Computorizada	1	Sim
ULS Viseu-Dão-Lafões	Angiógrafo	1	Sem informação
	Ressonância Magnética	1	Sem informação
	Tomografia Computorizada	1	Sem informação
	Robô Cirúrgico	1	Sem informação
ULS Alentejo Central	Angiógrafo	1	Sim
	Acelerador Linear	2	Sim
	Tomografia Computorizada	1	Sim
ULS Algarve	Ressonância Magnética	2	Sim, mas necessário reforço
	Tomografia Computorizada	2	Sim, mas necessário reforço
	Robô Cirúrgico	2	Sim (em formação)
ULS Alto Alentejo	Tomografia Computorizada	1	Sim, mas necessário reforço
ULS Alto Ave	Ressonância Magnética	2	Sim, para 1 equipamento, já instalado. Será necessário reforço
ULS Alto Minho	Tomografia Computorizada	1	Sim. Substituição de equipamento
ULS Litoral Alentejano	Tomografia Computorizada	1	Serviço explorado por terceiros
ULS Médio Ave	Tomografia Computorizada	2	Necessária contratação
IPO Coimbra	Ressonância Magnética	1	Sem informação
	Tomografia Computorizada	1	Sem informação
IPO Porto	Acelerador Linear	5	Sim. Substituição de equipamento
	Câmara Gama	1	Sim
	Ressonância Magnética	2	Sim, para 1 equipamento de substituição, necessário reforço para outro
	Tomografia Computorizada	4	Sim, para os equipamentos de substituição, necessário reforço para novos
	Robô Cirúrgico	1	Sim
Total		152	

Apreciação e recomendações

Considera-se para este investimento ser **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**.

Apesar da maior parte dos equipamentos estar adquirido ou em fase de contratação, os processos de contratação pública (quer para equipamentos, quer para recursos humanos), são demorados e complexos. Acresce o facto de, em reprogramação, estar previsto um reforço significativo de verba.

Recomenda-se:

- i) Que a ACSS possa acompanhar, de forma proativa, estes processos aquisitivos, identificando constrangimentos e respetivas medidas de mitigação;
- ii) Que a ACSS e a tutela possam acompanhar, de forma proativa, as necessidades de recursos humanos identificados, identificando os constrangimentos ao nível de possíveis necessidades de autorizações financeiras ou outras.

C01-i12	Construção do Hospital de Lisboa Oriental (HLO) BI - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE I.P. (ACSS, I.P.)
---------	---

Reprogramação: foi **aprovada** a autonomização deste investimento, alterando a fonte de financiamento de subvenção para empréstimo.

Meta: Construção de parte do HLO, nomeadamente: i) a infraestrutura do sistema de base de isolamento sísmico do edifício na parcela A; ii) o edifício da parcela B, iii) o edifício da parcela C, até T2/2026.

No seguimento do visto do Tribunal de Contas (mai/24), tornou-se imprescindível incluir no projeto a infraestrutura do sistema de Isolamento Sísmico de Base (ISB), na parcela correspondente ao edifício principal do complexo hospitalar (parcela A), onde se prevê a instalação da generalidade dos equipamentos médicos mais sensíveis e onde se pretende desenvolver o essencial da prestação de cuidados de saúde deste Hospital.

Dessa forma, o Investimento C01-i04 é alterado, retirando o projeto do HLO e transferindo este projeto para o novo investimento, que dará origem a um novo marco e que dirá respeito à construção das seguintes componentes do HLO:

- i) infraestrutura do sistema de Isolamento Sísmico de Base (ISB) da parcela A;
- ii) edifício no lote B;
- iii) edifício no lote C, envolvendo um total de 100 milhões de euros de apoio financeiro do PRR.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento como **NÃO ACOMPANHADO**.

Componente C02 | Habitação

C02-i01 e C02.i09	Programa de apoio ao acesso à habitação BI- Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU)
-------------------------	---

Meta: 26.000 fogos terminados e entregues às famílias, até junho/2026.

O investimento em habitação tem sido objeto de análises muito frequentes na sociedade, em virtude da situação nacional, que configura a esta data uma

verdadeira crise, tendo em conta a escassez de habitação a custos acessíveis ou de rendas a preços controlados ou sociais.

O diagnóstico do número de agregados com maiores carências e sem os quais será praticamente impossível obter uma habitação digna sem o apoio do Estado, foi efetuado pelos municípios e deu origem às respetivas Estratégias Locais de habitação (ELH), conforme quadro abaixo.

NUTS II	ELH (nº de agregados- atualização 2025)
Alentejo	10.696
Algarve	6.674
Centro	13.541
Grande Lisboa	46.400
Norte	38.757
Oeste e Vale do Tejo	4.517
Península de Setúbal	13.442
Região Autónoma da Madeira	5.461
Região Autónoma dos Açores	3.795
Totais	143.283 (aumento de 6.483 face ao diagnóstico inicial)

Dados atualizados em 2025, de acordo com informação partilhada pelo IHRU.

De acordo com a informação prestada pelo IHRU, em meados de abr/25 estavam contratados com os municípios 1.386 projetos, que no conjunto perfazem 21.162 fogos e cuja fase de maturidade em que se encontram pode ser verificada no quadro abaixo. Para além dos contratados, existiam ainda 138 projetos (representando 1.218 fogos) aprovados, mas ainda sem contrato assinado.

Fases	Nº projetos	Nº de fogos
Entregues às famílias	-	1.950
Em obra	610	10.741
Em obra (bens futuros)	7	162
Empreitada contratada	229	3.118
Em fase de concurso	185	2.781
Em fases anteriores	340	2.385
Sem informação	15	25
Total	1.386	21.162

Para além dos projetos da propriedade dos municípios, existem ainda situações em que os proprietários são individuais, mas que não têm capacidade financeira para fazer o adiantamento financeiro, nem para compartilhar os custos, nem tão pouco para gerir processos de obras desta magnitude. Embora com menor volume, estes foram casos em que se registaram alguns constrangimentos operacionais, afetando também as reabilitações de partes comuns, uma vez que há propriedade partilhada entre municípios e proprietários individuais. Foram efetuadas as seguintes decisões, que se espera possam resolver algumas situações:

- A possibilidade dos municípios assumirem a condição de representantes dos beneficiários diretos;
- O município faz a pré-análise e envia para o IHRU;
- No caso de aprovação, o IHRU transfere verba de adiantamento para o Município, que contrata por ajuste direto (obrigação de 3 orçamentos), não havendo obrigação de seguir o CCP (porque agem em representação);
- A transferência será feita pelo IHRU para o município, que paga aos empreiteiros;
- O valor será a 100% (e não a 60%), estando a ser preparada legislação para que os 40% sejam assumidos via Fundo de Emergência;
- No caso das obras em partes comuns, de obras de propriedade conjunta entre municípios e privados, será o IHRU a assumir as obras.

Uma das preocupações que a CNA-PRR tem vertido nos anteriores relatórios, é a preocupação com a plataforma de submissão e gestão de candidaturas e pedidos de pagamento, em virtude da sua não operacionalidade. Esta situação originou ineficiências e atrasos nas submissões e avaliações de candidaturas, bem como na comunicação entre o IHRU e os municípios, sendo uma preocupação pelo facto de não se conseguir constituir uma verdadeira pista de auditoria. Quando os recursos humanos são escassos, em ambos os lados, qualquer suporte de uma boa plataforma informática de gestão será uma ajuda imprescindível.

Após várias tentativas, o IHRU conseguiu ter em operação uma plataforma (MyU), que entrou em funcionamento em jan/25. Embora ainda estejam em fase de melhorias e de criação de novas funcionalidades, já estão disponíveis as seguintes (exemplos):

- Para os Municípios (Front office): informação Global, que permite sincronização com plataforma SIGA, importação de ficheiros, sincronização com o SI-PRR para contratos públicos, pedidos de pagamento, comunicações, notificações, entrega de evidências de cumprimento de meta e tutorial.
- Para o IHRU (Back office): sincronização com plataforma SIGA (candidaturas, beneficiários), listagens, validação de contratos públicos, pagamentos, fluxos de validação, planos de utilização de fundos, sistema de gestão documental, comunicações, notificações, pesquisas, interoperabilidade com a Recuperar Portugal, entre outros.

Está iniciado procedimento de contratação pública para a continuação do desenvolvimento da Plataforma Gestão MyIHRU-versão 2.0, que terá novos

módulos, funcionalidades e integrações complementares, que possibilitem a escalabilidade e abrangência, permitindo alargar o âmbito aos vários investimentos em gestão tanto como beneficiário intermediário como direto.

Está também a ser terminada a inserção de todas as candidaturas na plataforma, embora os pagamentos já sejam efetuados por aí na sua totalidade.

Outra das situações para as quais a CNA-PRR manifestou preocupação é a alta rotatividade de recursos humanos no IHRU (no apoio ao PRR). Esta é uma situação que se mantém. Ao abrigo das contratações (em regime de contrato a termo) para a gestão do PRR, foram autorizados 95 postos, dos quais apenas 60 foram ocupados, mas com grande rotatividade. Esta é uma situação que obriga a um grande esforço de formação contínua das novas pessoas que vão entrando, com pressão adicionais para as que se mantêm, sendo a escassez de recursos também um foco de pressão, face a uma maior quantidade de trabalho e à necessidade constante de atendimentos e suporte aos municípios.

A questão dos pagamentos aos municípios (adiantamentos ou reembolsos), também tem sido uma situação acompanhada, mas, apesar de alguma melhoria, continuam a existir dificuldades e reclamações, por atraso, relatados por parte dos municípios. Apesar do compromisso assumido pelo IHRU, é essencial maior celeridade na análise dos pedidos e na transferência da verba para os municípios, de forma a garantir o fluxo de liquidez adequado.

Neste investimento existe ainda a questão de integração de financiamento de outras fontes, nomeadamente orçamento de Estado ou empréstimo do Banco Europeu de Investimento (em processo de formalização), tendo em conta que foi criado um mecanismo especial de entrada e saída de projetos no financiamento PRR, consoante a maturidade e o respetivo prazo de finalização. Está garantido o financiamento a 100% no caso dos projetos terminados e com contrato de arrendamento assinado, até 30/06/2026. Este mecanismo foi criado tendo em conta a necessidade de dar resposta à crise da habitação e a candidatura de mais de 10.000 fogos, para além do financiamento PRR²⁵. Após alguns meses de espera, foram publicadas as alterações ao Decreto-Lei n.º 37/2018, através do Decreto-Lei n.º 44/2025 de 27 de março, que definem os requisitos do acesso ao Regime Especial de Financiamento, nomeadamente a seleção dos 10.000 fogos adicionais.

Apreciação e recomendações

Mantem-se a apreciação deste investimento como **CRÍTICO**.

Reconhece-se que o mecanismo de Regime Especial de Financiamento, a partir da integração de mais 10.000 fogos, poderá ser uma base para possibilitar chegar à meta de 26.000 fogos. No entanto, o grande problema são as capacidades instaladas no país para dar resposta às várias solicitações de construção civil e as

²⁵ Mecanismo criado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 129/2024, de 25 de setembro, alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 42/2025, de 17 de março. Os projetos elegíveis devem cumprir todas as regras de construção e eficiência previstas no PRR, mas terão a possibilidade de ser financiados com participações diferenciadas (entre 100%-60%), conforme terminem entre 30/06/2026 e 31/12/2030.

fases anteriores à empreitada, em que se encontram uma parte relevante dos projetos. Necessitamos de perceber o impacto do Decreto-Lei 44/2025, fundamentalmente pelo número de novos projetos em fases avançadas de obras, e o seu contributo para a meta dos 26.000 fogos. Sem esta análise fina, a probabilidade de concretização da totalidade dos fogos revela-se baixa.

C02-i02	Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário BI- Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU)
---------	---

Reprogramação: foi aprovado o reforço de 427 alojamentos para as forças Armadas e uma diminuição de 60 para as Forças de Segurança. O reforço inclui 2 Centros de Alojamento Temporário.

Meta:

- 2.000 novos alojamentos, até T2/2026
- 840 novos alojamentos (413 entregues às forças de segurança e 427 entregues às forças armadas), até T2/2026

Respostas temporárias, de emergência ou de transição

Apesar de estarem 1.697 alojamentos contratados, mais de 2.000 aprovados e alguns já terminados, ainda não foi definido o protocolo de cooperação entre o IHRU e o ISS, IP, que permitirá definir a articulação da transição dos alojamentos financiados para a afetação à BNAUT, uma vez que o ISS é a entidade gestora desta rede. Ou seja, com a conclusão dos alojamentos, o IHRU dá conhecimento ao ISS, para que este possa contactar as entidades promotoras com vista à integração na BNAUT.

Há também necessidade de ter regras definidas para que seja feita a identificação e designação das pessoas que irão utilizar esses alojamentos, uma vez que esta é uma bolsa nacional e que por isso terá regras próprias, diferentes das bolsas e alojamentos na esfera municipal.

Tendo em conta o exposto, apesar de estarem já terminados alguns alojamentos, ainda não é possível proceder ao alojamento oficial das pessoas que deles podiam usufruir, por questões administrativas.

Alojamentos destinados a Forças de Segurança

De acordo com a informação prestada pelo IHRU, o cumprimento da meta associada aos alojamentos para as Forças de Segurança está assegurado. À data do último relatório estavam terminados 156 alojamentos, tendo sido já em 2025 aceites 8 candidaturas referentes a mais 134 alojamentos.

Para cumprir a meta de 5 centros de alojamento temporário nos aeroportos, falta ainda uma adenda ao contrato com a ANA, para que os espaços fiquem afetos durante 20 anos.

No caso dos alojamentos para o Exército, será esta entidade a assumir todo o processo, com a celebração de um acordo/protocolo, a operacionalizar após a aprovação da reprogramação, não tendo sido disponibilizados dados referentes a esta tipologia.

Apreciação e recomendações

Mantem-se a apreciação de **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**.

Apesar de estarem já concluídos alguns alojamentos, há questões administrativas pendentes, que impedem a sua atribuição e utilização, de forma oficial.

Recomenda-se uma maior agilidade administrativa por parte de todas as entidades intervenientes (incluindo as tutelas), para que as pessoas que precisam dos alojamentos, os possam utilizar.

C02-i05	Parque habitacional público a custos acessíveis BI- Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU)
---------	---

Reprogramação: foi aprovada a redução de ambição de 6.800 para 3.500 habitações. Foram eliminadas metas intermédias para diminuição de carga administrativa.

Meta: 3.500 habitações entregues às famílias, até T2/2026.

Este investimento tem associado um mix de rendas acessíveis, apoiadas e sociais. A meta concretiza-se com a entrega das casas às famílias a quem forem atribuídas - os beneficiários efetivos.

Este investimento tem a particularidade de ter duas bases:

1- A identificação de património do Estado para remodelação

Estando esta sinalização a ser efetuada em carácter contínuo, de acordo com a informação prestada pelo IHRU, até mar/25 estavam identificados imóveis que permitiriam 224 habitações.

Destes, 124 estão já com o processo de promoção em curso, sendo estimado que 56 possam ser executados, dentro dos prazos PRR.

2- Promoção direta, pelo IHRU, pelos Municípios ou pelas Comunidades Intermunicipais (CIM)

No caso dos Municípios ou das CIM, tem-se assistido a algum desinteresse desta medida, uma vez que os encargos do respetivo empréstimo associado, serão assumidos por essas entidades.

Verifica-se também que, face ao mencionado anteriormente, o esforço de trabalho administrativo tem sido canalizado para os fogos financiados a 100% pelo PRR, justificável pela também escassez de respostas para construção por parte de empreiteiros.

Foram realizadas várias reuniões com CIM que apontaram as seguintes dificuldades para a concretização deste investimento:

- Valor de referência, definido em portaria, de construção por m² é considerado reduzido face aos valores de mercado;
- Tempos de resposta às candidaturas, por parte do IHRU, considerados longos;

- Concursos desertos, motivados pelo reduzido preço base das mesmas, com impossibilidade de se aumentar para além do valor base em sede de portaria, o que inviabiliza a concretização de vários projetos.

De acordo com a informação recolhida junto do IHRU, o ponto de situação no final de mar/25 era o seguinte:

Estado dos fogos	Nº de fogos (promoção direta IHRU)	Nº de fogos (promoção CIM e Municípios)
Concluídos e entregues às famílias	174	
Concluídos	275	2
Em construção	795	607
Em concurso de empreitada	888	252
Projeto em Elaboração ou Revisão de Projeto	1.418	303
Fases anteriores:	3.630	1.806
Total	7.006	2.970

Apreciação e recomendações

Mantem-se a apreciação deste investimento como **CRÍTICO**.

Face ao relatório anterior, houve uma diminuição de ambição em 3.300 fogos. No entanto, mesmo com essa diminuição para a meta (cujo impacto na disponibilidade de fogos para as famílias é negativo), mantém-se como difícil de atingir o valor reprogramado.

Recomenda-se que:

- Se analise a possibilidade de aumentar o valor de referência de construção por m², aproximando das condições de mercado;
- Acelerar os processos de decisão, quer nas candidaturas, quer nos reembolsos.

C02-i06	Alojamento Estudantil a custos acessíveis BI - AGÊNCIA NACIONAL PARA A GESTÃO DO PROGRAMA ERASMUS + EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO
---------	--

Reprogramação: foi **aprovada** a eliminação de metas intermédias.

Meta: 18.000 camas para alojamento estudantil a custos acessíveis, até T1/2026

Tal como outros investimentos que são essencialmente obra de construção civil, o alojamento estudantil também tem acarretado muitos desafios aos múltiplos promotores. Apesar de estarem em curso obras para 18.674 camas (o que permite atingir a meta a 100%), nem todas se encontram na mesma fase de construção e podem ainda existir projetos que não consigam ser terminados em tempo.

Para melhor acompanhar este investimento, a Agência ERASMUS+ implementou uma estratégia de avaliação regular e atualização diária, com uma matriz de risco associada e contactos permanentes com todos os promotores. É por isso possível identificar os riscos associados a cada obra e a probabilidade de cumprimento da mesma.

Ponto de situação (fev/25), de acordo com a informação prestada pela Agência:

- Das obras que ainda estão em fase de concurso, os maiores motivos foram concursos desertos (houve projetos que abriram 4 vezes) ou processos de licenciamento. No entanto, há 42 projetos que se referem essencialmente a renovações/adaptações.
- Estão a existir reportes de constrangimentos com fornecimento de materiais eletrónicos (necessários para todas as questões relativas à eficiência energética).
- Há pelo menos 3 projetos cuja probabilidade de iniciarem é muito baixa, com outros 3 com preocupações de execução dentro do prazo;
- Pelo menos 50% das construções são com construção modular (vários projetos grandes);
- Foi republicado o Aviso 4, que permitiu 'repescar' 5 novos projetos, aumentando as camas apoiadas;

Ponto de situação de obras, de acordo com informação disponibilizada pela Agência ERASMUS+, à data de 21/04/25 (cuja atualização é disponibilizada no respetivo website)²⁶:

Tipologia dos edifícios	Nº camas		
	Em fase de adjudicação	Empreitada em curso	Concluídas
Nova construção	1.647	4.832	455
Adaptação de edifícios (com alteração de uso)	1.279	2.663	645
Aquisição de edifícios para adaptação (com alteração de uso)	37	539	62
Renovação de residências de estudantes já existentes	1.829	4.342	977
Total	4.792	12.376	2.139

Relativamente aos projetos concluídos, no quadro seguinte pode ser verificado que em fev/25 já estavam disponíveis 1.162 novas camas, bem como 977 remodeladas (previamente existentes), de acordo com as respetivas localizações e entidades promotoras:

²⁶ Informação atualizada mensalmente e disponibilizada em [Contratos e execução - PNAES](#)

Município	Entidade promotora	Nº de novas camas	Nº de camas remodeladas
Aveiro	Universidade de Aveiro	-	46
Barcelos	Instituto Politécnico do Cávado e Ave	62	-
Batalha	Município da Batalha	28	-
Caldas da Rainha	Instituto Politécnico de Leiria	-	117
Cascais	Município de Cascais	42	-
Coimbra	Escola Superior de Enfermagem de Coimbra	-	156
Covilhã	Universidade da Beira Interior	-	47
Faro	Universidade do Algarve	10	383
Lisboa	Município de Lisboa	320	-
	Escola Superior de Enfermagem de Lisboa	-	155
	Universidade Nova de Lisboa	-	63
	Universidade de Lisboa	335	-
	Freguesia de Benfica	120	-
Melgaço	Município de Melgaço	21	-
Portalegre	Município de Portalegre	24	-
Porto	Instituto Politécnico do Porto	-	10
	Universidade do Porto	54	-
Rio Maior	Município de Rio Maior	62	-
Santarém	Instituto Politécnico de Santarém	74	-
Torres Vedra	Município de Torres Vedras	10	-
		1.162	977

Liquidez por parte da Agência

Apesar de não ser um problema atualmente, o facto deste investimento ser de base empréstimo PRR e não subvenção, faz com que seja necessário que todas as entidades responsáveis pelo circuito financeiro (Recuperar Portugal e Ministério das Finanças), alinhem os seus procedimentos internos para que a liquidez seja fluida.

Ressarcimento do IVA não dedutível

Após um processo manual de verificação (a automatização de verificação não pode ser aplicada por incompatibilidades de plataformas utilizadas, que são diversas em todo o PRR), foi paga até 15/03/25, a 1ª tranche de IVA. Há, entretanto, uma outra tranche já preparada para submissão à Estrutura de Missão Recuperar Portugal, no valor de 4M€

Evidências a comprovar meta junto da Comissão Europeia

Não está ainda confirmada a evidência a entregar, que pode ser o auto de receção da obra e certificado energético ou a confirmação de utilização do alojamento. Relativamente à avaliação do cumprimento do princípio “Do No Significant Harm-DNSH”, foi contratada uma empresa para esta prestação de serviços, embora ainda subsistam dúvidas sobre como o apurar.

Verificações no local (obra)

Apesar de estarem a ser efetuadas visitas regulares ao terreno e ter sido efetuada a aquisição de prestação de serviços também para esta área, a Agência está em fase de contratação de equipa de técnicos especializados, para poderem fazer internamente as análises de arquitetura, projeto, fiscalização, etc.

Apreciação e recomendações

Após a eliminação da meta intermédia, a pressão sobre a data de término das obras baixou significativamente. A esta data, praticamente todos os projetos se encontram em curso ou com empreitada em adjudicação, estando em fase mais atrasada apenas obras de remodelação.

No entanto, dada a grande diversidade de promotores, dispersão geográfica e condicionantes inesperadas, considera-se ser **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**.

Recomenda-se:

- i) A continuidade de um controlo apertado e de proximidade aos beneficiários finais, para identificação precoce dos riscos associados;
- ii) Uma atenção proativa, por parte das entidades competentes, para prover a Agência ERASMUS+ da tesouraria necessária.

Componente C03 | Respostas Sociais

C03-i01	Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais BI - INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.
---------	--

Reprogramação: foi **aprovado** o reforço da meta da “Rede de equipamentos e respostas sociais”, passando de 39.405 para 42.142.

Rede de equipamentos e respostas sociais

Meta: Construção/renovação de 42.142 lugares para crianças, idosos, pessoas com deficiência e outras pessoas vulneráveis em creches, estruturas residenciais para pessoas idosas (ERPI), centros de dia, serviços de apoio domiciliário (SAD), Centros de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI), residências de autonomização e inclusão e tipologias inovadoras (dos quais 15.000 novos).

Apesar da contratação de lugares estar acima do previsto na meta (105%), o número de lugares concluídos é ainda muito reduzido (4%), com a maior concentração a registar-se em fases anteriores ao lançamento de empreitada.

Tal como noutros investimentos, em que há necessidade de obras, também aqui há relatos que mencionam dificuldades em conseguir consignar empreitadas e vários concursos desertos, com valores de concurso abaixo do mercado. No caso dos que tiveram concursos desertos, está a ser feita uma avaliação sobre libertação de verba para outros projetos em fase de maior maturidade.

Mas há também relatos de outras situações que têm atrasado o início das obras ou até mesmo da possibilidade das mesmas serem efetuadas/contratadas, tais como:

- Houve situações de revogação de contratos por falta de propriedade registada;
- Autarquias onde não é utilizado o mecanismo de simplificação para licenciamentos (ou por desconhecimento, ou por receio de aplicar legislação ainda pouco consolidada e experienciada);
- Existiram alguns projetos candidatados já terminados, mas cujo mérito era demasiado baixo.

No caso das creches, foram reportadas à CNA-PRR, algumas entidades onde existiu alguma demora em atribuir o protocolo de apoio da Segurança Social. Na reunião tida com o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), foi dada a informação de que, estando aceite a obra e os lugares com financiamento, o protocolo é também confirmado. Assim que as instalações possam funcionar (bastando para tal o pedido junto do centro regional), imediatamente os pais das crianças podem usufruir do programa Creche Feliz. De realçar que é necessário que as entidades façam essa formalização do processo, instruindo o mesmo com o licenciamento das obras (e os processos de contratação pública) e as medidas de autoproteção (incluindo o certificado energético). O processo é depois enviado para a Secretária de Estado, que autoriza (numa base anual e retroativamente).

No caso das Residências de Autonomização e Inclusão, foi identificada uma necessidade de rever a legislação aplicável, devido ao facto de existirem regras que foram consideradas ineficientes. Por exemplo, no caso de um apartamento T1, há a obrigatoriedade de ter 2 casas de banho. Apesar de não ser possível estes ajustes em obras já terminadas, poderá ainda ser possível aumentar o número de lugares nas que ainda estão em construção. De acordo com a informação prestada pelo MTSSS, estão a ser feitas revisões técnicas mais amplas, para acomodar outras situações identificadas.

De acordo com a informação prestada pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (MTSSS), o ponto de situação a final de abr/25 era o constante na tabela seguinte.

Valências	Nº lugares				
	Concluído	Em construção (inclui aquisição edifício)	Com empreitada lançada	Em fases anteriores	Total
Creche	1.225	8.783	2.445	11.690	24.143
ERPI	223	3.495	151	266	4.135
Centro de dia	85	1.069	75	70	1.299
Serviço de apoio domiciliário	70	2.584	1.877	6.821	11.352

Valências	Nº lugares				
	Concluído	Em construção (inclui aquisição edifício)	Com empreitada lançada	Em fases anteriores	Total
Centro Atividades e Capacitação para a Inclusão	30	1.390	130	0	1.550
Lar Residencial	0	0	0	0	0
Residência Autônoma	24	37	10	0	71
Residência Autonomização e inclusão	10	145	3	20	178
Comunidades de Inserção	0	0	0	10	10
Habitação Colaborativa	0	504	274	1.099	1.877
Total	1.667	18.007	4.975	19.966	44.615*

* 31.071 são novos lugares e 13.544 são lugares requalificados

Nova Geração do Apoio Domiciliário – SAD 4.0

Meta: 63.825 utentes/funcionários SAD c/ acesso a Equipamentos informático e formação.

Ainda não iniciada.

Radar Social

Meta: constituição de 278 equipas de sinalização de indivíduos vulneráveis.

Para além da constituição das equipas em projeto-piloto, está prevista uma plataforma centralizada (gerida pelo Instituto da Segurança Social), com a respetiva informação.

De acordo com a informação prestada pelo MTSSS, a jan/25 existiam 282 equipas constituídas, com técnicos validados e acesso à plataforma.

Na plataforma estão a ser sinalizados os indivíduos vulneráveis, com 675 situações sinalizadas e 304 tratadas.

Foi aberto um outro aviso para que municípios que não manifestaram interesse na 1ª fase o possam fazer agora.

Mobilidade Verde Social

Meta: aquisição de 2.500 viaturas adaptadas, 100% elétricas, para renovação ou reforço das frotas.

De acordo com a informação prestada pelo MTSSS, em jan/25 estavam entregues 1.099 veículos elétricos, estando contratados mais 1.613.

Apreciação e recomendações

Considera-se ser de agravar este investimento para **PREOCUPANTE**.

A maior fatia deste investimento são as obras para criação de novos lugares, tanto em espaços para os mais jovens, como para os mais idosos ou para a inclusão. São vários os problemas que vão sendo relatados todas as semanas relativos aos processos relacionados com as obras, nomeadamente os concursos ou os licenciamentos. Mais recentemente, também as dificuldades de financiamento dos promotores estão a ser trazidas a público, devido aos atrasos de reembolso por parte das entidades do MTSSS, entretanto regularizada, fruto de uma ação conjunta no terreno entre o ISS e a EMRP. A adoção de políticas públicas sem o respetivo apoio financeiro atempado, coloca em causa a execução, para além de criar desconfiança no mercado. O atraso de pagamentos por parte das entidades do Estado, provoca a necessidade de endividamento das entidades do setor social ou o término dos projetos, que pode também acontecer por abandono das obras por parte dos empreiteiros.

A estas óbvias situações de estrangulamento, verifica-se que a maior parte das obras contratadas se encontram em fases anteriores à empreitada, o que pode não ser problemático para remodelações, mas será para novos lugares, que são os mais importantes.

No que diz respeito ao SAD 4.0 ainda não foi iniciado.

No caso do Radar Social, as equipas estão no terreno, mas os resultados são ainda muito insipientes.

Na mobilidade social verde foram entregues menos de 1/3 das viaturas.

Recomenda-se:

- i) No caso da construção de novos lugares, um contacto permanente com as equipas dos promotores, não só para perceber o ponto de situação das obras, mas também para identificar os constrangimentos de outra ordem (nomeadamente financeiros), que muitas vezes carecem de desbloqueios dentro do próprio MTSSS;
- ii) No caso dos novos espaços prontos para funcionar, que sejam os próprios serviços do MTSSS a identificar as situações em que os protocolos ainda não estão a ser preparados. Não é compreensível que haja espaços novos prontos, que fiquem por utilizar ou que o sejam sem os apoios da Segurança Social, devido à falta de conhecimento dos promotores sobre as questões administrativas que ainda têm que tratar.
- iii) Aceleração dos processos por parte das autarquias, de forma a agilizar as obras;
- iv) Agilização dos pagamentos junto dos beneficiários finais;
- v) Regularização do reembolso do IVA, crucial para garantir a liquidez dos beneficiários finais.

C03-i02

Acessibilidades 360°
BI - INSTITUTO NACIONAL PARA A REABILITAÇÃO, I.P.

Reprogramação: foram aprovadas as seguintes alterações de descritivo de metas- em vez de “pessoas com mobilidade reduzida” passou a “pessoas com deficiência” e foi removida a referência à área (m²) nas habitações.

De acordo com a informação do MTSSS, era a seguinte a situação a abr/25:

Programa de Intervenção nas Vias Públicas 2021-2025 (PIVP)

Meta: intervenção em 200.000 m².

Estavam executados 4.064 m² (2%), com 236.392 m² contratados.

Este é um investimento que está dependente do avanço ou desistência de candidaturas já aprovadas, sendo que as regras definem que só após a libertação de verba é que são consideradas as candidaturas em posição seguinte, sendo só nessa data que é feita a respetiva avaliação.

Programa de Intervenção nos Edifícios Públicos 2021-2025 (PIEP)

Meta: intervenção em 1.500 edifícios.

Estavam executadas intervenções em 10 edifícios, com 1.055 contratados (54%)

Programa de Intervenção em Habitações 2021-2025 (PIH)

Meta: intervenção em 1.000 habitações (dezembro/25).

Estavam executadas 214 intervenções (21%), com um total de 1.133 contratadas.

Todas estas candidaturas tiveram tempos de análises muito longos, adesão baixa por parte dos municípios (no caso do PIVP) e indefinição continuada de regras (no caso do PIH), o que levou a CNA-PRR a agravar este investimento para a apreciação de CRÍTICO, no anterior relatório.

Verificou-se, nos vários contactos com várias entidades, que há uma perceção de que as obras relativas a acessibilidades só são realizadas porque são obrigatórias por via da legislação, não sendo, em regra, percecionadas como uma verdadeira necessidade para a população.

Apreciação e recomendações

Considera-se ser de manter este investimento como **CRÍTICO**.

C03-i05	Plataforma +Acesso BD - INSTITUTO NACIONAL PARA A REABILITAÇÃO, I.P. (INR)
---------	---

Georreferenciação da localização de imóveis, de lugares de estacionamento e sistemas de GPS para imóveis

- Foi criada uma aplicação para dispositivos móveis, quer para espaços interiores (navegação dentro de edifícios), como para identificar espaços exteriores acessíveis (p.ex. lojas de cidadão, hospitais e centros de saúde, serviços de emprego, autarquias, escolas e universidades, espaços culturais, etc. A app é gerida pelo Instituto de Informática, está disponível no Google play e na Apple store e tem a menção de que a versão para ios será disponibilizada brevemente.
- De acordo com a informação prestada pelo MTSSS, foram já georreferenciadas 40 instalações interiores e 2.183 exteriores.
- A instalação de sensores de estacionamento encontra-se em execução (estimativa de término em julho/25)

Call center de interpretação de Língua Gestual Portuguesa

Este investimento encontra-se em curso, com prazo estimado de conclusão em dez/25.

A informação obtida junto da Agência para a Modernização Administrativa (AMA), é de que se encontra a trabalhar em conjunto com o INR, para a adequação do desenvolvimento tecnológico, às práticas da administração pública.

Há desafio associados à sustentabilidade futura do projeto (manutenção e escalabilidade).

Plataforma de informação digital para pessoas com deficiência

Ainda não foi acompanhado.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**.

Recomenda-se uma procura ativa de soluções que permitam a sustentabilidade futura do projeto, bem como da comunicação abrangente do mesmo, junto da população-alvo e da população em geral.

C03-i06: Operações integradas em comunidades desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto

C03-i06.01	Programa Bairros Saudáveis BI - ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAÚDE I.P.
------------	---

Reprogramação: houve uma alteração profunda em termos do mecanismo de verificação de metas/marcos, passando para a metodologia de execução financeira. Ou seja, deixou de ser necessário comprovar a execução de 90% dos projetos, passando a ser relevante o desembolso de 225 M€ (em conjunto com as Operações Integradas das Áreas Metropolitanas do Porto e de Lisboa), até T4/2025.

De acordo com a informação constante do portal da internet²⁷, o Programa Bairros Saudáveis foi criado em 2020 com uma dotação de 10 milhões de euros, a atribuir por concurso a projetos destinados a capacitar parcerias locais, empenhadas em melhorar as condições de saúde e qualidade de vida de territórios e comunidades com especiais vulnerabilidades.

Foram realizados 240 projetos, dos quais 70 foram no Norte, 34 no Centro, 93 em Lisboa e Vale do Tejo, 27 no Alentejo e 16 no Algarve. Estes projetos envolveram 1.180 entidades, das quais 566 associações e entidades da economia social, 265 autarquias (158 juntas de freguesia e 77 câmaras municipais), 59 entidades do SNS, 86 outras entidades públicas (das quais 57 entidades do ensino básico, secundário e superior) e 234 entidades informais.

A realização no terreno decorreu entre out/21 e out/22 e as sessões públicas de apresentação de resultados foram feitas em jun/23 e apresentados os relatórios

²⁷ Acessível em: <https://www.bairrossaudaveis.gov.pt>

finais de atividades de cada projeto, com uma taxa de execução apurada de 95,7% (após validação) e a execução de 98% dos projetos aprovados.

Foram abrangidas 145.894 pessoas, das quais crianças (até 17 anos), 28.913, jovens (entre os 18 e os 24 anos), 26.699 adultos (entre os 25 e os 64 anos) e 9.941 idosos (65 ou mais anos).

Foram ainda criadas 56 associações, 8 cooperativas e 27 empresas, que resultaram na criação de 407 postos de trabalho, dos quais 284 se mantinham após a conclusão das atividades. Foram ainda criados 15.017 produtos para venda ou demonstração, realizadas 16.344 ações de promoção da saúde, 682 intervenções de melhoria do espaço público e promoção ambiental, 216 operações de remoção de lixo e resíduos tóxicos e 2.089 ações de educação ambiental.

Na dimensão da habitação, foi melhorada a acessibilidade a 164 pessoas com mobilidade reduzida, foi criado acesso a redes de água, saneamento ou energia a 121 agregados familiares e foram também realizadas pequenas intervenções ou mesmo reabilitações profundas em 677 habitações, melhorando as condições de habitabilidade de 2.470 pessoas.

Para este programa foi criado um modelo de governação constituído por uma Equipa de Coordenação Nacional, 5 equipas de coordenação regional e um Grupo de Trabalho de Avaliação (GTA).

O GTA foi responsável por analisar a execução física e financeira dos relatórios de acompanhamento e do relatório final apresentados pelas entidades promotoras dos projetos, cujas prestações de contas tiveram lugar até 31/12/22. Este GTA teve mandato até 30/06/23, mas foi necessário reativar o mesmo em dez/23 (numa base voluntária e graciosa por parte dos técnicos), devido ao facto de não ter sido possível validar todas as despesas reportadas (11.534), tendo também existido atrasos na entrega dos relatórios finais.

Em jun/23, foi aprovada uma 2ª edição do programa²⁸, cuja preparação (regulamento, com consulta pública) decorreu durante o fecho de contas da 1ª edição. Apesar de ter sido criada a equipa de projeto para esta 2ª edição, em ago/24 foi anunciada a decisão do Governo de ser descontinuado este programa.

De acordo com a informação obtida junto da ACSS (entidade responsável pela contratação, plataforma informática e gestão PRR), o fecho de contas está em processo de validação, estando finalizada a parte de verificação por parte do GTA.

Apreciação e recomendações

Este investimento encontra-se **CONCLUÍDO** desde o final de 2022. No entanto, o fecho de contas e relatório final não foram ainda terminados, pelo que se recomenda a sua rápida conclusão e respetivos pagamentos finais aos beneficiários finais ou os pedidos de devolução apurados.

²⁸ Conforme Resolução do Conselho de Ministros n.º 158/2023, de 11 de dezembro, revogada posteriormente.

Dá-se nota de que os resultados reportados neste programa são relevantes, tendo em atenção, especialmente, que se destinaram a populações desfavorecidas.

C03-i06.02	Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana de Lisboa BI - ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA (AML)
------------	---

Reprogramação: houve uma alteração profunda em termos do mecanismo de verificação de metas/marcos, passando para a metodologia de execução financeira. Ou seja, deixou de ser necessário comprovar a execução de 90% dos projetos, passando a ser relevante o desembolso de 225 M€ (em conjunto com as Operações Integradas da Área Metropolitana do Porto e o programa Bairros Saudáveis), até T4/2025.

Este investimento, bem como o idêntico para a Área Metropolitana do Porto, têm como objetivo executar projetos (com ações materiais e imateriais) que permitam promover a inclusão social de comunidades desfavorecidas em situação de carência e exclusão. Apesar dos públicos-alvo serem idênticos, face às especificidades de cada uma das Áreas Metropolitanas, as estratégias e o formato de organização têm algumas diferenças.

No caso da AML os territórios estão assentes em modelos urbanos mais densos e concentrados, com fenómenos de imigração de décadas e um turismo muito intenso, atraídos pela forte concentração de serviços e os vários locais de atração turística. Nestes territórios há uma grande evidência visual sobre os que se podem designar como comunidades “desfavorecidas”, em detrimento das “favorecidas”.

Para este investimento, a AML criou o Plano Metropolitano de Apoio às Comunidades Desfavorecidas²⁹, onde foram definidos o modelo de governação, os eixos de intervenção, as seis intervenções territoriais e as 31 operações integradas (ao nível da freguesia)³⁰. Foram aprovados 639 projetos locais, dos quais 46 ainda se encontram por iniciar à data de 31/03/25.

De acordo com a informação prestada pela AML, à data de final de mar/25, são 23 os projetos com valor superior a 1 M€ que estão em execução/preparação e que correspondem a 37% do investimento global, representando por isso um impacto (e risco) elevado ao nível da execução financeira. Destes 23 projetos, 2 encontram-se concluídos e 9 estão em fase de empreitada. Face às várias alterações e reprogramações que têm existido, alguns projetos já comunicados como estando

²⁹ Disponível em [COMIDADES EM ACAO BROCHURA.PDF \(aml.pt\)](#)

³⁰ Eixos definidos: ambiente e valorização do espaço público; cultura e criatividade; cidadania e empoderamento de comunidades; educação; emprego e economia local; social; e saúde.
Intervenções territoriais: Grande Lisboa - Área Central; Grande Lisboa – Poente; Arco Ribeirinho Sul – Poente; Arco Ribeirinho Sul – Nascente; Península de Setúbal – Sul; e Grande Lisboa - Norte / Nascente
Diagnóstico e intervenção: o diagnóstico foi feito em 60 comunidades desfavorecidas, onde a última intervenção aconteceu há mais de 1 década. A intervenção está a ser feita em 31 dessas comunidades desfavorecidas.

em avaliação ou programados, foram substituídos por outros. À data de mar/25, o ponto de situação era conforme quadro abaixo:

Concelho	Projeto	Operação integrada local (OIL)	Montante alocado [M€]	Situação
Alcochete	Requalificação do Campo de Futebol 11 do Passil	Alcochete - Bairro do Passil	1,05	Em revisão de projeto
	Requalificação da escola básica e 11 do Passil	Alcochete - Bairro do Passil	1,28	Em empreitada
Almada	Reabilitação EB N.º 1 Trafaria	Caparica - Trafaria	1,37	Em empreitada
Amadora	Requalificação do pavilhão desportivo da EB, 2,3 de Alfores	Encosta do Sol	1,25	Concluída
	Construção do Campo Desportivo - REN	Mina de Água	1,35	Em reprogramação
Barreiro	Requalificação do espaço público do Bairro Alves Redol/Alto do Seixalinho	UF Alto do Seixalinho, Santo André e Verderena	3,3	Em empreitada
Cascais	Laboratório Vida Cascais São Domingos Rana	São Domingos de Rana	1,44	Sem obra
Lisboa	CUPAV'23 - Incubadora de Inovação Social – Lumiar	Lumiar	1,65	Em empreitada
	Via estruturante e de coesão de Santa Clara - Sector 1 - Galinheiras - Ameixoeira - Qta. da Torrinha	Santa Clara	2,88	Concluída
Loures	Unidade de saúde Familiar da Bobadela - Construção	UF Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela	2,0	Aguarda visto do Tribunal de Contas
	Escola Básica N.º 5 de Camarate - Construção	UF Camarate, Unhos e Apelação	3,02	Em empreitada
Mafra	Complexo desportivo	Milharado	4,22	Em empreitada
Moita	Pavilhão Gimnodesportivo da ES Baixa da Banheira	Baixa da Banheira	1,22	Em revisão de projeto
	Reformulação do Eixo Urbano entre a Estação Ferroviária e a Av. Humberto Delgado	Alhos Vedros	1,11	Em reprogramação
Montijo	Construção do Centro de Desenvolvimento de Competências	UF Montijo e Afonsoeiro	1,31	Em revisão de projeto

Concelho	Projeto	Operação integrada local (OIL)	Montante alocado [M€]	Situação
Odivelas	Ampliação e requalificação do Centro de Saúde da Urmeira	Pontinha-Famões	1,34	Aguarda visto do Tribunal de Contas
	Criação de Pólo Cívico da Urmeira	Pontinha-Famões	2,34	Aguarda visto do Tribunal de Contas
Oeiras	Ações de Qualificação do espaço público, de melhoria do ambiente urbano e das acessibilidades para pessoas com mobilidade condicionada	Porto Salvo	1,95	Adjudicado
	Ações de Qualificação do espaço público, de melhoria do ambiente urbano e das acessibilidades para pessoas com mobilidade condicionada – S. Marçal e Pátio Cavaleiros	Carnaxide Queijas	2,45	Em empreitada
Sesimbra	Construção do Auditório Municipal na Quinta do Conde	Quinta do Conde	1,42	Em empreitada
Setúbal	Centro Educativo Barbosa du Bocage (no Bairro do Liceu)	Setúbal - União de Freguesias de Setúbal	3,0	Em empreitada
Vila Franca de Xira	Projeto 20 - Escola de Música de Vialonga	Vialonga	2,0	Em reprogramação
	Projeto 21 - Mobilidade Suave	Vialonga	1,36	Em reprogramação
Totais	23 projetos		44,4	

Para além destes projetos materiais, que apesar de em pequeno número, são de montante financeiro mais significativo, existem centenas de projetos mais pequenos, alguns que englobam também obra, mas a maior parte de índole imaterial. A taxa de execução entre os produtos imateriais é de 57%, enquanto a de obra é de 14%.

A CNA-PRR teve oportunidade de visitar vários desses projetos ao longo do último ano e meio, no âmbito dos encontros e visitas ao território das “Comunidades em Ação - operações integradas metropolitanas”. Foi também possível conversar com várias das entidades que os estão a implementar, bem como com várias pessoas beneficiárias finais dos mesmos.

Apesar das reprogramações já efetuadas ou em curso e da alteração na evidência da meta/marco permitir adaptações e um alinhamento constante com as necessidades dos municípios ou com os constrangimentos efetuados, o maior desafio com estes investimentos é a sua continuidade.

Os projetos sociais são complexos, devido à complexidade dos problemas que estão na sua origem. O combate à pobreza necessita de tempo para que se criem hábitos de vida distintos, o que demora anos. Para isto será preciso uma política contínua e com objetivos estratégicos, não compatível com as lógicas dos fundos a partir de projetos com um determinado início e fim temporal.

Este investimento PRR foi criado a partir de uma aglomeração de projetos propostos por cada uma das autarquias, tendo iniciado quando ainda não era evidente que a imigração atingiria uma dimensão tão mais relevante em tão curto espaço de tempo. Esta capacidade de adaptação às realidades que se vão impondo à definição inicial de objetivos e problemáticas, é uma das necessidades que impera para que se possa identificar um fio condutor estratégico.

Os muitos projetos imateriais (alguns com uma linha muito ténue entre adicionalidade ou obrigação corrente das autarquias), precisariam de ter os seus impactos avaliados o mais breve possível e de forma contínua, para que fosse possível definir investimento de continuidade.

O aumento da capacidade de planeamento conjunto, entre municípios, bem como o trabalho em horizontes de médio e longo prazo, se alicerçado a partir do trabalho em torno destas “Comunidades em ação”, permitiria alavancar os investimentos PRR.

Há evidências de resultados positivos, em termos deste modelo de “governança social”, como é o caso da partilha de práticas e projetos entre técnicos de vários municípios, ou da identificação de sinergias.

A criação, pela AML, de um novo grupo de trabalho para refletir sobre as áreas sociais e preparar o caminho futuro, permite a esperança de que a aprendizagem destes projetos seja aproveitada, mas serão necessários relatórios de avaliação aprofundados.

Mas existem ainda muitos constrangimentos para ultrapassar, a maior parte deles de índole administrativa e burocrática, sendo que as equipas municipais que estão encarregues dos projetos PRR, estão também alocadas aos projetos PT2030, à semelhança do que já tinha acontecido com o PT2020. Se do ponto de vista da experiência acumulada isso pode ser uma boa estratégia, as diferenças de reportes, de regras e de plataformas informáticas torna muito mais complexa a tarefa.

De acordo com a indicação da AML, elencam-se os principais constrangimentos e que são também transversais a outros investimentos:

- Aumento do preço das aquisições de bens e serviços, com montantes adjudicados superiores aos montantes aprovados, com ónus para os beneficiários;

- Aumento do custo nas obras e atrasos nos prazos de entrega;
- Existência de concursos públicos vazios, que leva ao aumento dos preços base, necessidade de lançamento de novo procedimento e consequente atraso de execução;
- Escassez de recursos humanos nas entidades envolvidas e de especialistas em matérias de fundos comunitários e controlo interno;
- Dificuldades de acesso e utilização do sistema de informação do PRR, que tem condicionado a submissão de pedidos de pagamento e consequente execução financeira do investimento;
- Dificuldades de tesouraria por parte das entidades envolvidas, em particular das que possuem uma situação financeira mais vulnerável, agravada pelos atrasos no reembolso das despesas;
- Complexidade acrescida que decorre da existência de várias fases, uma multiplicidade de intervenções de natureza diversificada e pelo número de beneficiários finais;
- Morosidade na contratualização das operações, com impacto na execução física e metas inicialmente contratualizadas;
- Dificuldades em comunicar as realizações e resultados alcançados junto da sociedade civil, com necessidade de diversificação dos meios de comunicação utilizados;
- Exigências em matéria de controlo de risco de fraude e corrupção, desajustadas à dimensão de algumas das entidades envolvidas, como é o caso das áreas metropolitanas, com elevado custo administrativo face à sua eficácia.

Apreciação e recomendações

A alteração da evidência da meta foi alterada em reprogramação para execução financeira, o que permitirá, com alguma segurança, cumprir a mesma.

Apesar disso, considera-se ser de manter a apreciação deste investimento como **PREOCUPANTE**.

Os projetos da área social, como é o caso das duas Áreas Metropolitanas e dos Bairros Saudáveis, destinam-se às populações mais desfavorecidas e que, por conseguinte, têm menores recursos e menor capacidade para, sozinhas, ultrapassar essas desvantagens.

Reforçam-se as recomendações do anterior relatório:

- i) Que todas as autarquias envolvidas façam um esforço para acelerar estes projetos, privilegiando os projetos com maior adicionalidade, impactos e potencial de replicabilidade e continuidade;
- ii) Que se intensifiquem os encontros de partilha de projetos e respetivos resultados, bem como a criação de grupos formais intermunicípios, para a continuidade e/ou criação de novas respostas e a procura de novas fontes de financiamento (quer próprias, quer com fundos comunitários ou outros);
- iii) Que se inicie a preparação de modelos robustos de avaliação de impactos, com o objetivo de servirem de base para políticas públicas futuras e partilha pública de práticas sociais;

- iv) Que se avaliem, em cada município, as possibilidades de manutenção (ou de replicabilidade intermunicípios), dos projetos com melhor aderência e resultados, de modo a não se perder a respetiva dinâmica;
- v) Que se avaliem as possibilidades de aumentar a comunicação dos projetos e respetivos resultados alcançados, junto das populações-alvo, bem como da sociedade em geral.

C03-i06.03	Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas na Área Metropolitana do Porto BI - ÁREA METROPOLITANA DO PORTO (AMP)
------------	---

Reprogramação: Houve uma alteração profunda em termos do mecanismo de verificação de metas/marcos, passando para a metodologia de execução financeira. Ou seja, deixou de ser necessário comprovar a execução de 90% dos projetos, passando a ser relevante o desembolso de 225 M€ (em conjunto com as Operações Integradas da Área Metropolitana de Lisboa e o programa Bairros Saudáveis), até T4/2025.

Este investimento, bem como o idêntico para a Área Metropolitana de Lisboa, têm como objetivo executar projetos (com ações materiais e imateriais) que permitam promover a inclusão social de comunidades desfavorecidas em situação de carência e exclusão. Apesar dos públicos-alvo serem idênticos, face às especificidades de cada uma das Áreas Metropolitanas, as estratégias e o formato de organização tem algumas diferenças.

Na AMP verifica-se um território caracterizado por um modelo mais policêntrico e disperso, onde se assistem a atividades produtivas diversas, com destaque para uma base industrial exportadora (intensiva em mão-de-obra), tendo sido menos atrativa externamente, com a imigração e o turismo a adquirirem maior relevância só mais recentemente (embora registem atualmente crescimento muito relevante). São por isso territórios menos densos, mais diluídos e com um tecido social mais fragmentado e poroso.

A estratégia da AMP foi de delinear este investimento com base num estudo global³¹ adjudicado a uma consultora. A partir desse estudo, foram diagnosticadas as vulnerabilidades e criados 6 territórios de intervenção (englobando os 17 municípios da AMP)³², para as quais foi feita uma atribuição equitativa de verba, com uma divisão 50-50% entre projetos materiais e imateriais. Em cada território de

³¹ O plano de ação (e outra documentação) para as Comunidades Desfavorecidas da Área Metropolitana do Porto pode ser acedido em: [AMP Instituição - Plano de Ação para as Comunidades Desfavorecidas da Área Metropolitana do Porto](#)

³² Territórios de intervenção:

AMP Litoral Norte: Matosinhos, Vila do Conde e Póvoa do Varzim;

AMP Interior-Norte: Maia, Santo Tirso e Trofa;

AMP Oriental: Paredes e Valongo;

AMP Centro-Oriental: Gondomar e Porto;

AMP Centro-Sul: Vila Nova de Gaia e Espinho;

AMP Sul: Santa Maria da Feira, São João da Madeira, Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra e Arouca.

intervenção foi criada uma unidade técnica local, apoiadas pelas unidades técnicas metropolitanas (de gestão e de animação e capacitação).

As candidaturas de projetos foram apresentadas após o lançamento de avisos, tendo sido preparados os respetivos planos de ação, alinhados com os objetivos estratégicos³³. Após uma fase de reprogramação interna, alguns projetos foram abandonados e houve a necessidade de alocar as verbas sobrantas, estando ainda em avaliação alguns projetos e podendo ainda haver novas fases de reprogramação interna. Para além de intervenções em cada território, foram ainda delineadas ações à escala supraconcelhia, que incluíram ações de inovação social.

De acordo com a informação prestada pela AMP, apresentam-se no quadro abaixo os números globais de projetos em curso e dos respetivos resultados contratados e obtidos até 31/12/24, de acordo com cada um dos territórios de intervenção³⁴. De notar que estes resultados se referem a pessoas (beneficiários das ações), que podem assumir diversas vertentes (p.ex. de formação, capacitação, animação, utilização de espaços requalificados, etc), podendo ainda existir outro tipo de resultados (p.ex. metros quadrados de espaços intervencionados ou ações de diagnóstico):

Território de Intervenção	Nº de projetos em curso	Tipologia dos projetos	Resultados contratados	Resultados obtidos (31/12/24)
Litoral Norte: Matosinhos, Vila do Conde e Póvoa do Varzim	30	Imateriais	133.281	196.522
	11	Mistos	6.183	12.593
Interior-Norte: Maia, Santo Tirso e Trofa	21	Imateriais	47.588	24.265
	5	Mistos	92.757	81.248
	1	Infraestruturais	20	20
Oriental: Paredes e Valongo	15	Imateriais	8.230	5.915

³³ Objetivos estratégicos:

Reduzir a pobreza e a exclusão, promovendo o acesso à habitação, ao espaço e aos serviços públicos, à saúde e bem-estar e à qualidade de vida;

Valorizar e ampliar as competências e aumentar a resiliência das comunidades;

Promover e qualificar os recursos e as parcerias institucionais para a inclusão e a inovação social.

³⁴ Vários destes projetos foram divididos em diversas ações ou atividades, que podem ter tempos de implementação diferentes.

Território de Intervenção	Nº de projetos em curso	Tipologia dos projetos	Resultados contratados	Resultados obtidos (31/12/24)
Centro-Oriental: Gondomar e Porto	5	Mistos	348.414	1.139
	53	Imateriais	375.342	7.312
	1	Mistos	100	0
	14	Infraestrutural	54.175	2.009
Centro-Sul: Vila Nova de Gaia e Espinho	19	Imateriais	104.533	55.873
	8	Mistos	138.325	605
	3	Materiais	5.050	2.034
Sul: Santa Maria da Feira, São João da Madeira, Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra e Arouca	53	Imateriais	113.767	94.408
	1	Mistos	30	0
	13	Infraestrutural/material	54.074	22.029
Totais	253		1.481.869	505.972

Apesar de se evidenciar na AMP uma estratégia e lógica um pouco diferentes das da AML, fruto das diferentes dinâmicas territoriais, a importância da continuidade destas políticas e dos projetos/ações identificados como os mais relevantes e mais impactantes, será o ponto fundamental ao se fazer a apreciação destes investimentos. Tal como referido para a AML, a descontinuidade de projetos (seguindo ciclos mais ou menos curtos de financiamento), pode diminuir ou mesmo eliminar os efeitos conseguidos com este investimento, pese embora a maior disponibilidade de financiamento de base comunitária para a AMP.

Quanto a constrangimentos sentidos na gestão dos financiamentos, as problemáticas identificadas são as mesmas, em ambas as Áreas Metropolitanas (ver lista na apreciação da AML), com as questões administrativas e burocráticas (onde

se incluem os atrasos em disponibilização e correta operacionalização das plataformas informáticas centrais).

Apreciação e recomendações

Considera-se que para este investimento é de manter a apreciação de **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**.

Face à diversidade de atividades em curso e as diferentes áreas de intervenção, bem como a necessidade de preparar futuras continuidades, reforçam-se as recomendações do último relatório:

- i) A avaliação da realização de encontros de partilha de projetos e respetivos resultados, para que existam práticas de disseminação e transferência de conhecimento, bem como a criação de grupos supraconcelhios para trabalhar estas temáticas, em contínuo;
- ii) A preparação de modelos de avaliação de impactos, bem como de manutenção e continuidade, no pós-PRR.

Componente C04 | Cultura

C04-i01	Redes Culturais e Transição Digital
	BI - GEPAC - GABINETE DE ESTRATÉGIA, PLANEAMENTO E AVALIAÇÃO CULTURAIS

Reprogramação: foi **aprovada** a redução de 19,5M de documentos digitalizados para 18,55M na “Digitalização e virtualização de espólio”; foi **aprovada** a redução de 5.000 para 2.250 obras na “Tradução de obras literárias”.

Modernização da infraestrutura tecnológica da rede de equipamentos culturais, que se subdivide em 3 submedidas:

1. Aquisição de equipamentos informáticos, bibliotecas itinerantes on-line e sistemas de informação e catálogos integrados

Meta: 239 bibliotecas públicas (T1/2026)

A Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB) é a entidade que tem competências nacionais na área das Bibliotecas Públicas, sendo a entidade parceira do GEPAC para a gestão deste investimento. Em junho/2023 foram assinados os protocolos que garantem o apoio técnico da DGLAB aos Municípios, garantindo-se também a continuidade do projeto.

De acordo com a informação prestada pelo Ministério da Cultura, à data de fev/24, encontravam-se assinados contratos para 263 bibliotecas (5 das quais itinerantes). Encontram-se concluídos 34 projetos, estando a maior parte em execução. No quadro seguinte podem ser verificadas as localizações e os projetos concluídos:

Localização	Nº de bibliotecas	Situação (assinalados apenas os concluídos)
Vila Viçosa	1	
Terras de Bouro	1	

Localização	Nº de bibliotecas	Situação (assinalados apenas os concluídos)
Marvão	1	
Calheta (São Jorge)-Açores	1	
Aljezur	1	
Praia da Vitória- Açores	1	
S.Roque (Pico)- Açores	1	
Madalena (Pico)- Açores	1	
Câmara de Lobos- Madeira	1	
CIM Viseu, Dão-Lafões	12	
CIM Tâmega e Sousa	10	
CIM Região de Leiria	10	
CIM Região Aveiro	11	
CIM Oeste	12	
CIM Médio Tejo	10	
CIM Lezíria do Tejo	11	✓ Concluído
CIM Região de Coimbra	19	
CIM Cávado	6	
CIM Beiras e Serra da Estrela	13	
CIM Beira Baixa	7	
CIM Ave	8	
CIM Baixo Alentejo	12	✓ Concluído
CIM Alto Minho	10	
CIM Alto Tâmega e Barroso	6	
AMAL-Algarve	13	
CIM Alentejo Litoral	5	
CIM Alentejo Central	11	✓ Concluído
Área Metropolitana do Porto	17	
Área Metropolitana de Lisboa	18	
CIM Alto Alentejo	14	
CIM Douro	10	
CIM Trás-os-Montes	8	
Bibliotecas itinerantes	5	
Total	263	34 concluídos

2. Cobertura de wifi em museus, palácios e monumentos

Meta: 50 (T1/2026)

Devido às alterações de orgânica no Ministério da Cultura, foram transitados para a competências do Património Cultural, I.P os 5 contratos de financiamento celebrados com Serviços e Organismos do MC (DRC's, DGPC). Existem ainda 9 contratos com a Associação Turismo de Lisboa (ATL) e com os Municípios de Alcobaça, Batalha, Braga, Bragança, Coimbra, Condeixa, Lamego e Mafra (contratos interadministrativos de colaboração).

Tendo em atenção que várias dos edifícios têm também a decorrer investimentos em obras de modernização/reabilitação, estes investimentos em cobertura de wi-fi terão que ser realizados apenas após esse término ou no decorrer das intervenções. Para além disso, a implementação da cobertura de wi-fi pode implicar também obras nos edifícios, o que também atrasa os processos de concurso público, considerando as interligações entre todos os processos.

De acordo com a informação prestada pelo Ministério da Cultura, encontram-se em curso diversos procedimentos de aquisição, vários investimentos adjudicados e em curso. Existem alguns procedimentos mais atrasados, em fase de contratação de serviço para efetuar o levantamento de necessidades

3. Aquisição de equipamento de projeção digital de cinema e de vídeo, imagem e tecnologia em cineteatros e centros de arte contemporânea públicos

Meta: 155 (T1/2026)

Foram assinados 142 contratos, que envolviam 178 equipamentos. A maior parte dos equipamentos encontra-se executado ou em fase final de execução, superior a dois terços. No caso dos municípios com projetos mais atrasados, estão a ser realizados contactos para poderem ser agilizados estes procedimentos e assinatura dos contratos. Não se antecipam riscos de maior na concretização da meta dos 155 equipamentos.

4. Entrega de equipamentos para a instalação do Arquivo Nacional do Som e para os Laboratórios Públicos

Meta: 5 (T1/2026)

Foram adquiridos vários equipamentos, que totalizam mais de um milhão de euros, para vários laboratórios de conservação e restauro. Encontram-se a decorrer outros procedimentos de contratação para que os vários locais sejam equipados.

5. Modernização tecnológica do ANIM (arquivo nacional da imagem em movimento)

Foram **concluídas** as obras de requalificação do espaço utilizado para instalação do ANIM, bem como todos os procedimentos referentes à aquisição de equipamentos.

6. Instalação do arquivo nacional do som

Como objetivo central, este investimento incluía a criação de um Instituto, com autonomia orgânica da DGLAB, com a missão de dinamizar o Arquivo Nacional do Som, com uma estrutura informática e tecnológica própria. No decorrer do processo, houve uma alteração e passará a ser uma unidade orgânica da DGLAB (a alteração encontra-se em processo legislativo).

O investimento irá permitir: expandir o *datacenter* da DGLAB em 1,5PT; o provimento das necessidades de computação (servidores aplicativos, servidores de *staging*, computadores), comunicação, sistema de backup do serviço Arquivo Nacional do Som, bem como o licenciamento necessário para o funcionamento dos servidores de suporte dessa nova estrutura; reforço da capacidade de monitorização para garantir a segurança da rede e certificar, segundo as normas ISO/IEC 27001, todos os processos do ANS.

Encontra-se em fase de contratação pública, com estimativa de término de todas as aquisições até nov/25.

Digitalização de artes e património, que se subdivide em 6 submedidas:

1. Digitalização e virtualização de espólio da biblioteca nacional de Portugal (BNP) e biblioteca pública de Évora
Meta: 20 M de imagens (T4/2025)

Para além da aquisição de imagens digitais, para disponibilização na Biblioteca Nacional Digital, estão também previstos investimentos em sistemas informáticos e hardware para armazenamento.

Até 31/01/25 encontravam-se digitalizadas 15,25M de imagens, estando em fase de execução ou concurso, os restantes investimentos.

2. Digitalização e virtualização de espólio DGLAB
Meta: 18.552.500 imagens (T4/2025)

Para além da aquisição de imagens digitais, para disponibilização na Biblioteca Nacional Digital, estão também previstos investimentos em sistemas informáticos e hardware para armazenamento.

Devido a constrangimentos com 2 dos 5 lotes de contratação pública lançados, foi proposta a diminuição da meta e consequente financiamento na reprogramação, entretanto aceite.

Até 31/12/24 encontravam-se digitalizadas 4,27M de imagens, estando em fase de execução as restantes e os investimentos no sistema de armazenamento.

3. Digitalização de acervos de museus sob gestão da DGPC e DRCs
Meta: 59.500 registos (T4/2025)

Em 31/12/24 encontravam-se terminados 19.174 registos 2D e 1.609 registos 3D, havendo a expectativa de conseguir efetuar mais 1 filme documentário, 37 registos 2D e 10 levantamentos gráficos e ortofotográfico (com o mesmo investimento), para o que já foi solicitada autorização à EMRP.

4. Visitas virtuais em museus sob gestão da DGPC e DRCs
Meta: 65 (T4/2025)

A 31/12/24 estavam terminadas 16 visitas virtuais, havendo a expectativa de ser possível efetuar (com o mesmo investimento), mais 25 visitas virtuais, para as quais já foi solicitada autorização à EMRP.

5. Digitalização de filmes portugueses da Cinemateca
Meta: 1.000

A 31/12/24 encontravam-se digitalizados 684 filmes. A maior parte do investimento refere-se à aquisição de matrizes e cópias digitais do cinema português, estando também prevista (e executada) a aquisição de infraestrutura para a expansão da capacidade do arquivo digital da cinemateca portuguesa.

6. Digitalização e Disponibilização Pública de Arquivos Televisivos
Meta: 45.000 horas digitalizadas (T4/2025)

Este foi um investimento integrado na reprogramação de 2023, mas, até agora, não foi possível encontrar enquadramento face ao regime de auxílios de Estado. Firam realizadas reuniões entre o Ministério da Cultura e a Direção Geral de Atividades Económicas, mas sem uma solução que permita o lançamento do aviso. Não sendo

possível encontrar uma resolução para esta situação, o investimento está seriamente em risco de ser executado, porquanto ainda será necessário a contratualização da digitalização das 45 mil horas de gravação.

Internacionalização, modernização e transição digital do livro e dos autores que se subdivide em 5 submedidas:

1. Apoio à tradução de obras literárias (beneficiários finais – editores e livreiros) e Apoio à edição de audiobooks (beneficiários finais – editores e livreiros)
Meta conjunta: 2.250 obras (T4/2025)

Tendo existido algumas dificuldades em obter candidaturas (no caso dos audiobooks) e pelo facto das metas serem conjuntas, foram propostas alterações no âmbito da reprogramação, passando a meta para 2.250 obras, nas três modalidades. O aviso de abertura de concurso foi republicado para a modalidade de abertura em contínuo.

Em termos de execução, existem 5 candidaturas em fase de contratualização no caso do apoio à tradução e 35 candidaturas (227 projetos) no que concerne aos ebooks e audiobooks.

2. Apoio financeiro para a transição digital e livrarias (beneficiários finais – editores e livreiros)
Meta: 200 livrarias (T4/2025)

Neste investimento verificam-se também menos candidaturas do que o expectável (33 projetos contratualizados), tendo sido alterado o aviso de abertura de concurso para a modalidade de abertura em contínuo.

3. Apoio à tradução da obra "Os Lusíadas" nas línguas oficiais da União Europeia (beneficiários finais – empresas)

Não há candidaturas para este investimento. Foi efetuada alteração no aviso de abertura de concurso, passando para a modalidade de abertura em contínuo.

4. Plataforma de empréstimo de livros eletrónicos a bibliotecas públicas
Meta: 300 bibliotecas públicas

Encontra-se concluído, tendo sido superada a meta, integrando 427 bibliotecas. Será elaborado um relatório, onde será também definida a possibilidade de continuidade da medida.

Apreciação e recomendações

Modernização da infraestrutura tecnológica da rede de equipamentos culturais

Considera-se este investimento **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**.

Tal como referido no anterior relatório, inclui uma diversidade de medidas e intervenientes, recomenda-se:

- i) Um acompanhamento de proximidade e intenso relativo à implementação da rede wi-fi nos museus, em virtude da necessidade de coordenação com os investimentos nos edifícios, passíveis de atrasos;
- ii) Que se mantenha e intensifique a centralização de informação, com atualização frequente, em particular junto das autarquias e CIM;

iii) Que seja feita uma análise célere dos pedidos de pagamento.

Digitalização de artes e património

Consideram-se estas medidas **PREOCUPANTE**.

Tal como referido no anterior relatório, inclui uma diversidade de medidas e intervenientes, pelo que se recomenda que se mantenha e intensifique a centralização de informação, com atualização frequente e identificação dos constrangimentos e riscos. São várias as entidades envolvidas, muitas delas que se interligam, com uma complexidade que advém das alterações orgânicas e de competências, na área da Cultura.

Alerta-se, contudo, para o investimento relacionado com a disponibilização pública dos arquivos televisivos, cuja apreciação é de crítico. Recomenda-se que seja encontrada urgentemente uma solução para o obstáculo identificado.

Internacionalização, modernização e transição digital do livro e dos autores

Agrava-se a apreciação para **CRÍTICO**.

A adesão a este investimento ficou muito aquém das expetativas. O diagnóstico inicial foi demasiado ambicioso, o envolvimento da comunidade também foi reduzido e os valores praticados e disponibilidade de tradutores, revelaram-se insuficientes.

A capacidade de mobilizar as livrarias para o processo de digitalização, para se alcançar a meta de 200, afigura-se extremamente complexo.

Realçam-se, no entanto, os casos em que foi identificada a possibilidade de executar para além da meta, com o mesmo investimento (p.ex. digitalização de acervos de museus, visitas virtuais a museus ou bibliotecas incluídas na plataforma de empréstimo de livros eletrónicos).

C04-i02 Património Cultural

C04-i02	Património Cultural (obras de requalificação de museus e teatros) BI - FSPC - FUNDO DE SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CULTURAL (Direção Geral do Património Cultural)
---------	---

Reprogramação: foi aprovado o reforço de ambição para mais 9 espaços culturais, bem como para a conclusão do Arquivo Nacional do Som (Mafra).

Meta: conclusão de 85 obras de requalificação e conservação de edifícios que são património cultural e de teatros nacionais (T/26).

No total, este investimento integra intervenções em:

- 73 Museus, Monumentos e Palácios (165,8 M€)
- 3 Teatros Nacionais (48,3 M€)
- 8 Edifícios no âmbito de Évora – Capital Europeia da Cultura (27 M€)

Tal como mencionado no anterior relatório da CNA-PRR, estes são investimentos que se revelam complexos de acompanhar, devido a vários fatores:

- Dispersão por todo o território nacional;
- Impacto nas entidades gestoras, de reporte e acompanhamento, devido às mudanças orgânicas na área da Cultura, quer com a criação de novas

entidades, quer pela passagem de competências da área da cultura para as CCDR;

- A complexidade própria de obras de reabilitação e restauro na área do património cultural;
- A pouca experiência das entidades gestoras neste tipo de investimentos (muitas entidades não tinham há alguns anos e outras mesmo há décadas) e que foram chamadas a gerir todo o processo, desde a gestão de projeto, à preparação de cadernos de encargos e lançamento de concursos públicos;
- Desafios relacionados com a complexidade dos projetos, uma vez que as obras arquitetónicas apresentam especificidades diferentes de outras obras de construção civil, quer no design, quer mesmo na adequação de obrigações impostas pela eficiência energética de edifícios, em virtude da antiguidade e valores histórico e arquitetónico não poder ser colocada em causa.;
- A especificidade destas intervenções exige empresas de prestação de serviços especializados, que tiveram uma grande procura nestes últimos 2 anos (algumas tiveram que terminar intervenções no âmbito de outros programas de financiamento);
- A associação de vários fatores, como a inflação, o custo dos materiais (que estabilizou, mas manteve valores acima dos orçamentados) e a grande quantidade de obras em concorrência, têm colocado uma pressão muito grande na adequação do financiamento disponível aos custos apresentados pelos fornecedores;
- No âmbito da primeira reprogramação do PRR, foram ainda previstos mais investimentos adicionais, sendo que muitos deles estão em gestão pelos municípios, o que adiciona mais uma tipologia de intervenientes.

De acordo com a informação prestada pelo Ministério da Cultura (mar/25), efetuou-se o quadro resumo abaixo, onde se podem identificar todos os edifícios e as datas previstas de conclusão.

A partir de uma análise a este quadro, ressaltam as seguintes observações:

- Dos 79 edifícios em intervenção, 7 encontram-se concluídos;
- Dos restantes 72, há a indicação de estimativa de término em 1T/2026 relativamente a 45;
- Desses 72 ainda em curso, em mais de 20 existe a indicação de que ainda estão em preparação os concursos de empreitada;
- Existem 9 edifícios onde foram reportadas conclusões parciais (p.ex. escavações prévias, fachadas, ou restauros parciais);
- Falta informação sobre os edifícios a intervencionar no âmbito de Évora – Capital Europeia da Cultura, da responsabilidade da autarquia e do Património Cultural.

Designação do Espaço Cultural (Museu, Teatro, monumento, palácio, arquivo...)	Entidade responsável pelas obras	Financiamento aprovado	Data prevista de conclusão das últimas obras (em curso/concurso)	Estado da obra/descrição
Teatro Nacional de São Carlos, Lisboa	Opart–Organismo de produção artística, E.P.E	32 766 548,59	1T/2026	Em curso- Conservação e restauro da sala principal, Conservação , restauro dos lustres e adaptação a LED e Aquisição de serviços de conservação e restauro de reabilitação de cadeiras de plateia e dos camarotes e outro mobiliário de assento do foyer; Em preparação de concurso- Conservação e restauro de estofos e tecidos adamascados das paredes dos camarotes; em concurso- Conservação, e restauro, requalificação e modernização do teatro e Fiscalização da empreitada Conservação, e restauro, requalificação e modernização do teatro; Concluído- Conservação e restauro de paredes, perfis dourados na zona pública do teatro
Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa	A ASSOCIAÇÃO TURISMO DE LISBOA, VISITORS AND CONVENTION BUREAU	32 692 636,60	1T/2026	Em curso- Escavações arqueológicas na Torre Ôca, Remodelação do museu FASE I e Arranjos exteriores da frente ribeirinha
Teatro Nacional D. Maria II, Lisboa	Teatro Nacional D. Maria II EPE	9 658 825,00	n.d.	Em preparação de concurso- Fornecimento e instalação de iluminação LED na Sala Garrett, Fornecimento e instalação de iluminação LED na Sala Garrett e Remodelação do mecanismo rotativo do palco e iluminação; Em curso- Reconversão da área de cenografia em espaços de trabalho do Teatro D. Maria II; Concluído- Adaptação das condições de acessibilidade aos

Designação do Espaço Cultural (Museu, Teatro, monumento, palácio, arquivo...)	Entidade responsável pelas obras	Financiamento aprovado	Data prevista de conclusão das últimas obras (em curso/concurso)	Estado da obra/descrição
				camarins e instalação sanitária do 2º piso, e Instalação de motor, enrolador e comandos do lustre da sala Garrett
Museu Nacional do Traje, Lisboa	A ASSOCIAÇÃO TURISMO DE LISBOA, VISITORS AND CONVENTION BUREAU	7 421 077,09	1T/2026	Contrato em rescisão com a projetista - PC IP a preparar projeto de fachadas, vãos e coberturas; Em curso - recuperação das casas no parque; Requalificação dos espaços exteriores no Parque do Monteiro-Mor. Sem informação - Remodelação e ampliação do museu
Palácio Nacional de Mafra	Município de Mafra	6 232 560,09	4T/2025	Em curso - Conservação e reabilitação da envolvente exterior (fachadas) e Conservação e restauro da Basílica e Biblioteca
Convento da Saudação, Montemor-o-Novo	Município de Montemor-o-Novo	5 900 000,00	1T/2026	Em preparação novo concurso de empreitada para base inferior €3.200.000,00 cortando nos trabalhos do projeto para Consolidação estrutural e reabilitação
Teatro Camões, Lisboa	Opart-Organismo de produção artística, E.P.E	5 894 175,00	n.d.	Em curso - Fornecimento de equipamento de som para direção de cena, videoprojetores, lente para videoprojetor e barra de inox para ballet)- Concluído - Reabilitação, Requalificação do teatro, Reparação do teto da plateia, Reparação de cadeiras da plateia, Fornecimento de projetores de luz e equipamento de som
Museu Monográfico de Conímbriga, Condeixa-a-Nova	Município de Condeixa-a-Nova	5 878 783,68	1T/2026	Em curso -ampliação e remodelação. Concursos suspensos por verba insuficiente
Museu Nacional Música, no Palácio Nacional de Mafra	Município de Mafra	5 750 000,00	n.d.	Em conclusão - Instalação do Museu Nacional da música no Palácio Nacional de Mafra

Designação do Espaço Cultural (Museu, Teatro, monumento, palácio, arquivo...)	Entidade responsável pelas obras	Financiamento aprovado	Data prevista de conclusão das últimas obras (em curso/concurso)	Estado da obra/descrição
Convento de Cristo, Tomar	Património Cultural IP, Ex Direção-Geral do Património Cultural	5 213 233,32	1T/2026	Em curso- Reabilitação do Paço Henriquino e Castelo Fase I; em preparação de concurso de empreitada- Conservação e restauro dos claustros de D. João II e Santa Bárbara
Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa	A ASSOCIAÇÃO TURISMO DE LISBOA, VISITORS AND CONVENTION BUREAU	4 968 895,09	1T/2026	Em curso- Recuperação da envolvente exterior, Remodelação do sistema AVAC e Remodelação museográfica do Piso intermédio; em preparação de concurso de empreitada- Conservação e restauro da Capela das Albertas
Mosteiro de Alcobaça	Município de Alcobaça	4 949 535,76	1T/2026	Em curso- Reabilitação do Paço Abacial e claustro do Cardeal, Requalificação do jardim do Obelisco inclui tanque e Reabilitação do Celeiro e área envolvente
Museu Nacional do Azulejo, Lisboa	A ASSOCIAÇÃO TURISMO DE LISBOA, VISITORS AND CONVENTION BUREAU	4 936 629,54	1T/2026	Projeto em preparação para a remodelação e ampliação do museu; Em preparação concurso de empreitada- Recuperação de coberturas, caixilhos e fachadas; sem informação- Consolidação estrutural do claustro e claustinho
Arquivo Nacional do Som, Mafra	Município de Mafra	4 500 000,00	1T/2026	Em preparação novo concurso de empreitada para base superior €6.500.000 para Construção do novo edifício para o Arquivo Nacional do Som

Designação do Espaço Cultural (Museu, Teatro, monumento, palácio, arquivo...)	Entidade responsável pelas obras	Financiamento aprovado	Data prevista de conclusão das últimas obras (em curso/concurso)	Estado da obra/descrição
Palácio Nacional da Ajuda, Lisboa	A ASSOCIAÇÃO TURISMO DE LISBOA, VISITORS AND CONVENTION BUREAU	4 368 755,82	1T/2026	Em preparação do concurso de empreitada- Conservação e restauro do torreão sul e escadas de acesso e Conservação e restauro de três salas a nascente/ norte do Palácio; em curso- Conservação e restauro das fachadas norte, sul e caixilharias, Elevador 7, átrios da envolvente do saguão e remate do torreão sul/ Museu do Tesouro Real e Reabilitação de 8 saguões e obras diversas, inclui caixilharias. 2 concursos suspensos por incapacidade de realização. Concluído- Conservação e restauro das fachadas do pátio
Mosteiro dos Jerónimos, Lisboa	A ASSOCIAÇÃO TURISMO DE LISBOA, VISITORS AND CONVENTION BUREAU	3 658 913,66	1T/2026	Em curso- Conservação e restauro das Abóbadas, fases 14, 15 e 16; em preparação de concurso de empreitada- Conservação e restauro das fachadas do corpo sul; concluído- Conservação e restauro da fachada sul, fases E3 e E4
Mosteiro de São Martinho de Tibães, Braga	Município de Braga	3 549 210,78	1T/2026	Em curso- Reabilitação das fachadas da Igreja, interiores das Torres e sistemas de iluminação e som e Reabilitação da Cerca e escadório de S. Bento e calçada da Horta; em preparação de concurso de empreitada- Substituição das coberturas do Mosteiro
IGREJA DE S. VICENTE DE FORA, LISBOA (substituiu o Laboratório das Arqueociências)		3 500 000,00	1T/2026	Em preparação o concurso de empreitada
Museu de Arte Popular, Lisboa	A ASSOCIAÇÃO TURISMO DE LISBOA, VISITORS AND	3 194 289,70	1T/2026	Em preparação de concurso de empreitada - Recuperação e remodelação do Museu

Designação do Espaço Cultural (Museu, Teatro, monumento, palácio, arquivo...)	Entidade responsável pelas obras	Financiamento aprovado	Data prevista de conclusão das últimas obras (em curso/concurso)	Estado da obra/descrição
	CONVENTION BUREAU			
Museu Regional de Beja	Património Cultural IP, Ex Direção Regional de Cultura do Alentejo	3 097 493,05	???	Em curso - Reabilitação do Museu II Fase; Conservação e restauro da Igreja, sala do capítulo e claustro; Museografia do museu
Museu Nacional do Teatro e da Dança, Lisboa	A ASSOCIAÇÃO TURISMO DE LISBOA, VISITORS AND CONVENTION BUREAU	2 619 962,87	n.d.	Em curso - Recuperação e reabilitação do museu
Muralhas de Santarém	Município de Santarém	2 500 000,00	1T/2026	Município só irá lançar concurso de empreitada para dois troços (Consolidação estrutural e reabilitação Troço L1 ou L2 ou L3)
Mosteiro de Santa Clara a Velha, Coimbra	Município de Coimbra	2 155 338,91	1T/2026	Em curso - Escavações arqueológicas prévias e requalificação do centro interpretativo a aguardar a entrega de projeto de execução
Museu Nacional de Arte Contemporânea do Chiado, Lisboa	A ASSOCIAÇÃO TURISMO DE LISBOA, VISITORS AND CONVENTION BUREAU	2 130 171,78	1T/2026	Em curso - Recuperação da envolvente exterior
Mosteiro da Batalha	Município da Batalha	1 889 470,76	1T/2026	Em curso - conservação e restauro das Capelas Imperfeitas; em preparação de concurso de empreitada a requalificação do jardim do Claustro Real; concluído - recuperação das coberturas da Sala do Capítulo

Designação do Espaço Cultural (Museu, Teatro, monumento, palácio, arquivo...)	Entidade responsável pelas obras	Financiamento aprovado	Data prevista de conclusão das últimas obras (em curso/concurso)	Estado da obra/descrição
Palácio de S. Lourenço, Funchal - Madeira	Património Cultural IP, Ex Direção-Geral do Património Cultural	1 850 000,00	n.d.	Em curso - Empreitada Recuperação do Palácio de S. Lourenço (zona afeta ao gabinete do representante da República da Região Autónoma da Madeira); Sem informação - Acessibilidades (elevador e plataforma), recuperação de coberturas, vãos e cúpula da Guarita e Instalações elétricas e redes de águas
Museu Nacional Machado de Castro, Coimbra	Município de Coimbra	1 845 589,61	1T/2026	Concluído - obra de fachadas - Conservação e restauro da Loggia e escadarias do Pátio. Em preparação concurso de empreitada para instalações técnicas
Muralhas de Castelo de Mendo, Almeida	Município de Almeida	1 700 000,00	1T/2026	Em curso - Consolidação estrutural de Muralhas
Paço dos Duques de Bragança, Guimarães	Património Cultural IP, Ex Direção Regional de Cultura do Norte	1 651 996,29	1T/2026	Em curso . Em análise proposta de trabalhos complementares.
Igreja do Mosteiro de Santa Clara, Vila do Conde	Município de Vila do Conde	1 650 000,00	1T/2026	Em curso - Consolidação estrutural do coro alto e reabilitação de coberturas e Conservação e restauro de património móvel e integrado, museografia
Muralhas de Alcácer do Sal	Património Cultural IP, Ex Direção Regional de Cultura do Alentejo	1 600 000,00	1T/2026	Em curso (estudo prévio entregue)- Consolidação e conservação de paramentos das Muralhas
Torre e muralhas da Fortaleza de Sagres	Património Cultural IP, Ex Direção Regional de Cultura do Algarve	1 600 000,00	1T/2026	Em curso - Conservação e restauro da Muralha
Museu de Lamego	Município de Lamego	1 584 168,99	1T/2026	Em curso - Recuperação e reabilitação do museu
Igreja de Almedina, Coimbra	Património Cultural IP, Ex Direção-Geral do	1 500 000,00	1T/2026	Em curso - Recuperação e adaptação de Igreja de S.

Designação do Espaço Cultural (Museu, Teatro, monumento, palácio, arquivo...)	Entidade responsável pelas obras	Financiamento aprovado	Data prevista de conclusão das últimas obras (em curso/concurso)	Estado da obra/descrição
	Património Cultural			João de Almedina a auditório
Museu Nacional da Música - Museografia	Município de Mafra	1 392 214,13	2T/2025	Em curso - Museografia, Multimédia e Equipamento
Museu dos Biscaínhos, Braga	Município de Braga	1 316 434,54	1T/2025	Em curso - Requalificação do jardim do Museu e Correção de patologias e acessibilidades
Torre de Belém, Lisboa	A ASSOCIAÇÃO TURISMO DE LISBOA, VISITORS AND CONVENTION BUREAU	1 309 981,43	1T/2026	Concurso - Conservação e restauro exterior e interior (Base 1.182.192€)
Museu Nacional de Etnologia, Lisboa	A ASSOCIAÇÃO TURISMO DE LISBOA, VISITORS AND CONVENTION BUREAU	1 217 056,64	1T/2026	Em preparação de concurso de empreitada - Recuperação e reabilitação, impermeabilização de coberturas, AVAC
Igreja Matriz de Freixo de Espada-à-Cinta	Património Cultural IP, Ex Direção Regional de Cultura do Norte	1 200 000,00	1T/2026	Em curso - Reabilitação, consolidação estrutural e instalações elétricas
Mosteiro da Serra do Pilar, Vila Nova de Gaia	Património Cultural IP, Ex Direção Regional de Cultura do Norte	1 200 000,00	1T/2026	Em curso - Beneficiação geral , coberturas, acessibilidades, restauro de património integrado, Construção de Centro Interpretativo e Museografia
Museu Nacional Soares dos Reis, Porto	Património Cultural IP, Ex Direção-Geral do Património Cultural	1 193 825,44	1T/2026	Em curso - Conservação e restauro do Museu
Panteão Nacional, Lisboa	A ASSOCIAÇÃO TURISMO DE LISBOA, VISITORS AND CONVENTION BUREAU	1 109 935,01	4T/2025	Em curso - Recuperação e instalação de bilheteira e loja exterior; em preparação de concurso de empreitada.

Designação do Espaço Cultural (Museu, Teatro, monumento, palácio, arquivo...)	Entidade responsável pelas obras	Financiamento aprovado	Data prevista de conclusão das últimas obras (em curso/concurso)	Estado da obra/descrição
Forte de S. Filipe, Setúbal	Município de Setúbal	1 100 000,00	1T/2026	Projeto atrasado e sem responder ao solicitado em análise com auxílio do PC IP (Consolidação estrutural, conservação e restauro do Forte de S. Filipe)
Mosteiro de Santa Clara-a-Nova, Coimbra	Património Cultural IP, Ex Direção Regional de Cultura do Centro	1 100 000,00	1T/2026	Em curso - Recuperação e restauro da igreja inclui consolidação estrutural do coro alto
Museu de Lamego - Museografia	Património Cultural IP, Ex Direção-Geral do Património Cultural	1 000 000,00	1T/2026	Em curso - Instalação de novo programa museológico e projeto museográfico
Abrigo do Lagar Velho - Criança do Lapedo, Leiria	Município de Leiria	900 000,00	1T/2026	Em curso - Consolidação estrutural e reabilitação
Igreja das Mercês, Évora	Património Cultural IP, Ex Direção-Geral do Património Cultural	900 000,00	4T/2025	Em curso - Reabilitação e consolidação estrutural
Castelo e Muralhas de Trancoso	Município de Trancoso	890 000,00	1T/2026	Em curso - Consolidação estrutural da Muralha
Casa das Artes, Porto	Património Cultural IP, Ex Direção Regional de Cultura do Norte	850 000,00	1T/2026	Em curso - Requalificação da casa das Artes
Sé de Viseu	Património Cultural IP, Ex Direção Regional de Cultura do Centro	800 000,00	1T/2026	Em curso - Requalificação do património, conservação, restauro e reparações diversas
Fortaleza de Sagres, Vila do Bispo	Património Cultural IP, Ex Direção Regional de Cultura do Algarve	729 201,49	1T/2026	Em curso - recuperação de coberturas e fachadas; em preparação de concurso de empreitada - requalificações várias e Rosa dos Ventos; concluídos alguns trabalhos
Museu Nacional Grão Vasco, Viseu	Património Cultural IP, Ex Direção-Geral do	726 000,00		✓CONCLUÍDO

Designação do Espaço Cultural (Museu, Teatro, monumento, palácio, arquivo...)	Entidade responsável pelas obras	Financiamento aprovado	Data prevista de conclusão das últimas obras (em curso/concurso)	Estado da obra/descrição
	Património Cultural			
Igreja de S. João Baptista e Centro Interpretativo da Fortaleza de S. João Baptista, Angra do Heroísmo - Açores	Município de Angra do Heroísmo	700 000,00	3T/2025	Em curso - Reabilitação da Igreja II fase, Recuperação de edifício para centro interpretativo e Consolidação do material pétreo da igreja
Museu da Terra de Miranda, Miranda do Douro	Património Cultural IP, Ex Direção Regional de Cultura do Norte	700 000,00	4T/2025	Em curso - Museografia e Museografia - melhoria das condições do acervo e instalação de nova exposição permanente; Concluído - Fornecimento e montagem de quadros elétricos
Forte de Sacavém, Loures	Património Cultural IP, Ex Direção-Geral do Património Cultural	645 311,05	1T/2026	Em curso - Recuperação geral de instalações técnicas
Museu Nacional dos Coches - Picadeiro Real, Lisboa	A ASSOCIAÇÃO TURISMO DE LISBOA, VISITORS AND CONVENTION BUREAU	645 311,05	1T/2026	em preparação do concurso de empreitada - Restauro e conservação do Picadeiro Real, fase I (construção civil) e Restauro e conservação do Picadeiro Real, fase I (construção civil)
Igreja do Colégio - Santo Inácio de Loyola, Angra do Heroísmo - Açores	Município de Angra do Heroísmo	600 000,00	4T/2025	Em curso - Conservação e restauro de pinturas sobre tela, Esculturas da igreja, Reconstrução do Órgão de tubos, Restauro de pintura retábulos laterais e Restauro de pintura sobre tela I (I-V)
Castelo de Guimarães	Património Cultural IP, Ex Direção Regional de Cultura do Norte	580 779,95	3//2025	Em curso - Box acolhimento receção (restantes concluídos)
Ruínas de Milreu, Estoi-Faro	Património Cultural IP, Ex Direção Regional de Cultura do Algarve	580 779,95	1T/2026	2 Concursos de empreita em preparação ; 1 concurso suspenso por erros de conceção

Designação do Espaço Cultural (Museu, Teatro, monumento, palácio, arquivo...)	Entidade responsável pelas obras	Financiamento aprovado	Data prevista de conclusão das últimas obras (em curso/concurso)	Estado da obra/descrição
Museu de Arqueologia D. Diogo de Sousa, Braga	Município de Braga	535 608,17		✓CONCLUÍDO
Museu José Malhoa, Caldas da Rainha	Património Cultural IP, Ex Direção Regional de Cultura do Centro	503 342,62		✓CONCLUÍDO
Museu do Abade de Baçal, Bragança	Município de Bragança	483 983,29	1T/2025	Em curso - Requalificação e conservação do edifício e beneficiação do sistema AVAC e Instalações e equipamentos de comunicação ITED no museu
Concatedral de Miranda do Douro	Património Cultural IP, Ex Direção Regional de Cultura do Norte	451 717,74	1T/2025	Em curso. Adenda ao contrato para execução de trabalhos complementares
Órgão da Sé da Guarda	Município de Guarda	450 000,00	1T/2026	Em curso- Reconstrução e restauro do órgão de tubos e plataforma de suporte
Igreja de Nossa Senhora das Salvas, Sines	Município de Sines	450 000,00	3T/2025	Em preparação o concurso de empreitada para Recuperação e reabilitação da igreja. Em conclusão Escavações arqueológicas
Igreja de São Miguel, Guimarães	Património Cultural IP, Ex Direção Regional de Cultura do Norte	361 374,19		✓CONCLUÍDO
Muralhas de Pinhel	Município de Pinhel	360 000,00	4T/2025	Em curso- Consolidação estrutural de coberturas de torres e recuperação de paramentos de muralha
Villa Romana de Torre de Palma, Monforte	Município de Monforte	300 000,00	4T/2025	Em curso- Conservação e restauro do Batistério e Recuperação e reabilitação das coberturas
Sítio Arqueológico de São Cucufate, Vidigueira	Património Cultural IP, Ex Direção Regional de Cultura do Alentejo	251 671,31		✓CONCLUÍDO

Designação do Espaço Cultural (Museu, Teatro, monumento, palácio, arquivo...)	Entidade responsável pelas obras	Financiamento aprovado	Data prevista de conclusão das últimas obras (em curso/concurso)	Estado da obra/descrição
Museu Nacional dos Coches - Novo, Lisboa	A ASSOCIAÇÃO TURISMO DE LISBOA, VISITORS AND CONVENTION BUREAU	251 671,31	3T/2025	Em curso - Revisão dos sistemas AVAC
Igreja Matriz de Vila do Conde	Município de Vila do Conde	250 000,00	3T/2025	Em curso - Conservação e restauro do património integrado e retábulos.
Arco da Vila, Faro	Município de Faro	250 000,00	2T/2025	Em conclusão - Conservação do Arco da Vila
Museu de Alberto Sampaio; Guimarães	Património Cultural IP, Ex Direção Regional de Cultura do Norte	193 593,32		✓CONCLUÍDO
Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo, Évora	Património Cultural IP, Ex Direção-Geral do Património Cultural	154 000,00		✓CONCLUÍDO
Ermida de Nossa Senhora de Guadalupe, Vila Nova do Bispo	Património Cultural IP, Ex Direção Regional de Cultura do Algarve	122 609,10	3T/2025	Em curso - Requalificação da Capela e Casa Rural
Casa Museu Anastácio Gonçalves, Lisboa	A ASSOCIAÇÃO TURISMO DE LISBOA, VISITORS AND CONVENTION BUREAU	55 000,00	2T/2025	Em curso - instalação e beneficiação de sinalética e sistema AVAC
Domus Municipalis - Bragança	Município de Bragança	32 265,55	31/12/2024	Em curso - beneficiação e instalação de equipamentos e sistemas elétricos
CAPELA DA BEMPOSTA (substituiu o Laboratório José de Figueiredo)			1T/2026	Em preparação o concurso de empreitada -coberturas
Edifício da Torre do Tombo (substituiu as Muralhas e Porta da Almedina de Silves)				Empreitada de coberturas e painéis fotovoltaicos e Empreitada de Recuperação do auditório

Apreciação e recomendações

Considera-se ser de agravar a apreciação para **CRÍTICO**.

A quantidade de obras em gestão é muito elevada, pelo que se recomenda:

i) Uma intensificação dos contactos e do apoio aos beneficiários finais (donos de obra), por parte, quer da tutela, quer dos organismos intermédios da área da Cultura, com acompanhamento de proximidade:

ii) A possibilidade de se utilizar o 2º trimestre de 2026 para conclusão das obras, em virtude deste investimento estar incluído no 10º pedido de pagamento, em virtude de muitas obras só agora se estarem a iniciar e outras só se iniciarão no 2º semestre, todas com complexidade elevada.

C04-i02	Património cultural (Programa Saber Fazer) BI - FSPC - FUNDO DE SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO CULTURAL (Direção Geral do Património Cultural)
---------	--

Marcos: Instituição da rede «Saber Fazer» (T4/2022) e Instalação de laboratórios e rotas do centro tecnológico da iniciativa e criação de atividades pedagógicas e informativas sobre técnicas tradicionais (T4/2025).

No relatório anterior, considerou-se este investimento como concluído, uma vez que foram atingidos todos os objetivos relacionados com os marcos, nomeadamente a criação da rede, as 15 rotas/laboratórios e as 14 atividades pedagógicas.

Apesar de concluído para efeitos de cumprimento de meta, o projeto continua a sua execução, pelo que se apresentam alguns dados fornecidos pelo Ministério da Cultura, com atualização.

- 1- O programa nacional “Saber Fazer” pode ser consultado em <https://programasaberfazer.gov.pt>

O repositório associado contém 1.426 artesãos ou pequenas unidades de produção e 31 artes identificadas com informação e fotos relacionadas.

- 2- A informação sobre as 15 rotas já disponibilizadas, inclui a informação sobre a localização dos artesãos/comércio associados a cada uma, que se listam:

- ✓ Rota: Ao som das Violas de Arame;
- ✓ Rota: Bilhas para a Água;
- ✓ Rota: Cestaria de Vime;
- ✓ Rota: Cesto de Madeira;
- ✓ Rota: Cortiça;
- ✓ Rota: Cutelaria;
- ✓ Rota: Empreita de Palma;
- ✓ Rota: Fio de Seda;
- ✓ Rota: Latoaria;
- ✓ Rota: Mantas e Cobertores de Lã;
- ✓ Rota: Mobiliário de Bunho;
- ✓ Rota: Olaria de Barro Negro;
- ✓ Rota: Palitos de Lorvão;
- ✓ Rota: Renda de Bilros;
- ✓ Rota: Talhas.

- 3- Foram implementados 6 laboratórios de intervenção territorial:
- ✓ LIT | Ponte de Sor: Criar no tempo da cortiça (7 de dezembro 2024 a 7 de março 2025)
 - ✓ LIT | Odemira: Da paisagem à sonoridade (31 de maio a 17 de agosto 2024)
 - ✓ LIT | Bordado, Cerâmica e Cutelaria: diálogos nas Caldas da Rainha (21 março a 6 maio 2024)
 - ✓ LIT | O fio de seda: Saberes partilhados (19 a 21 de outubro 2023)
 - ✓ LIT | Palitos de Lorvão: Saberes partilhados (13 e 14 de outubro 2023)
 - ✓ LIT | Encontros do barro negro de Castro Daire (15 - 23 de setembro 2023)

4- Foram desenvolvidos 77 eventos/iniciativas:

Atividades pedagógicas e informativas sobre técnicas tradicionais	Artesão/formadores	Professores/técnicos	Participantes	Escolas envolvidas
	43	58	1.054	14

- 5- O programa tem associada uma estratégia de comunicação em redes sociais (Facebook e instagram).

Apreciação e recomendações

Este investimento encontra-se **CONCLUÍDO**.
Verifica-se a continuidade da iniciativa e de eventos.

Componente C06 | Qualificações E Competências

C06-i01.01	Instalação e/ou modernização dos Centros Tecnológicos Especializados (CTE) BI - IGeFE - INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA DA EDUCAÇÃO, I.P.
------------	---

Reprogramação: foi **aprovada** a eliminação da meta intermédia de 310 CTE em T1/2025. .

Meta – 365 CTE renovados ou construídos, até T4/2025

Este investimento, tem como objetivo criar 365 centros tecnológicos especializados (CTE), renovados ou construídos, para os quais são elegíveis 744 entidades (de entre Escolas públicas e privadas).

No relatório anterior da CNA-PRR, foram reportados vários constrangimentos de comunicação e operacionalização deste investimento, que estavam a ter como consequência a falta de conhecimento e confiança nas regras para executar, bem como a falta de liquidez (especialmente das Escolas públicas), para poderem avançar (o que levou a considerar este investimento como CRÍTICO).

Existiram avanços positivos, de acordo com o ponto de situação e reunião com o Ministério da Educação, Ciência e Inovação, testemunhado pela CNA-PRR nas várias reuniões realizadas e nos contatos com os BF, que levam às seguintes notas:

- Foi criado um “Grupo de trabalho de respostas rápidas”³⁵, sendo atualmente as perguntas colocadas por telefone ou email e respondidas de imediato;
- Foram elaboradas e disponibilizadas minutas para os procedimentos concursais inerentes aos CTE, com site dedicado³⁶;
- No geral, as autarquias têm apoiado os seus CTE, no âmbito dos procedimentos de contratação pública, quer em apoio direto, quer através da atribuição de verbas para contratação de consultoria;
- Foi atribuído um crédito de 5h letivas, ao Professor responsável de cada CTE no Agrupamento/Escola pública³⁷;
- Foram agilizadas as ligações entre o MECI, IGeFE, AMA e eSPap, para a resolução dos casos identificados junto do Grupo de trabalho de respostas rápidas;
- Foi criado um mecanismo de adiantamento de 50%, para fazer face às necessidades de liquidez, estando a esta data adiantados cerca de 34% (cerca de 163 milhões de euros), o que permitiu um maior foco na execução e menos nas tarefas administrativas de preparação de pedidos de reembolso;
- De acordo com as disponibilidades financeiras do IGeFE, foi autorizado o pagamento do IVA suportado, no caso das escolas públicas.

Em termos de execução física, o ponto de situação é o seguinte:

- Concluídos 32 CTE, prevendo-se a conclusão de mais 55 até final de junho e de mais 20 até final de agosto. Isto significa que no próximo ano letivo, estarão em funcionamento 107 CTE renovados. Dos que estão elegíveis, há uma folga de 31 para além da meta, existindo ainda um 4º aviso cujos resultados foram publicados em meados de maio, tendo aprovado o financiamento para mais 8 CTE.;
- Apesar da maior parte ser de aquisição de equipamentos, há algumas obras de remodelação ou mesmo de construção de base, em particular nos CTEs industriais, que podem fazer atrasar a conclusão;

³⁵ Este grupo foi iniciado no dia 21 de junho de 2024 e teve a primeira reunião no dia 25 de junho. A interação acontece sobretudo através de equipa teams criadas para o efeito. Face às ligações que se querem rápidas, foram agilizados os contactos por telefone ou e-mail. Existe pelo menos um reporte mensal de todos os CTE aprovados feito pela DGEstE, sendo que muitos CTE, sobretudo da 1.ª Fase estão a ser acompanhados numa base semanal/bissemanal, dependendo do grau de risco de execução.

³⁶ Encontra-se disponível no site <https://centrostecnologicos.gov.pt/> um conjunto de minutas para apoio a elaboração dos projetos e outra documentação de apoio. Os cadernos de encargos não foram partilhados por uma questão de proteção de dados e tempo para validação do conteúdo dos cadernos.

³⁷ Comunicação do crédito horário para a execução dos projetos CTE (31/07/2024), estando na autonomia das escolas aplicar este crédito horário.
https://centrostecnologicos.gov.pt/docs/NI_ComunicacaoCreditoHorario_CTE_v31-07-2024.pdf

No que diz respeito à devolução do IVA não elegível para financiamento, tal como na generalidade dos beneficiários intermediários, a operacionalização da reposição ainda não está a ser conseguida.

Apreciação e recomendações

Tendo em conta a implementação das várias ações por parte do MECI, bem como a eliminação da meta intermédia, em sede de reprogramação, considera-se que foram dados passos importantes para que estes investimentos tenham sucesso, especialmente através da criação de canais de comunicação e informação fluídos (grupo de trabalho) e da reorganização financeira e administrativa (reforço de adiantamento e menor pressão administrativa na fase de construção/aquisição).

A apreciação deste investimento considera-se ser de **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**, recomendando-se:

- i) A continuidade da manutenção da comunicação com os CTE e entre as várias entidades públicas intervenientes, tendo em atenção que os trabalhos administrativos terão que ser terminados, o que levará, necessariamente, a muita pressão de ambos os lados;
- ii) A operacionalização do mecanismo de reposição do IVA.

C06-i01.02	Modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional - Modernização da Formação Profissional BD - INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P. (IEFP)
------------	--

Meta: renovar 111 locais de formação (incluindo escolas de turismo) até dezembro/25

Requalificação e modernização de infraestruturas, devendo incluir a aquisição equipamentos, laboratórios, na rede do IEFP (áreas formativas: digital, indústria 4.0 e modernização setorial, ambiente, energias renováveis e eficiência energética, e saúde, gerontologia e serviços pessoais):

- Foram largamente ultrapassados os objetivos deste investimento, com 23.732 postos de formação beneficiados e 160 locais de formação. No total estão contratados 43.776 postos de formação para beneficiação.

A beneficiação dos postos de formação inclui essencialmente a aquisição de equipamentos atualizados e melhoria das instalações. No caso de obras de fundo (também possíveis), não tem sido o foco, mas a acontecer são acompanhadas de ganhos de eficiência energética.

A exemplo de modernização, nos cursos de soldadura, foram equipados com soldadura virtual, garantindo maior eficiência, devido a diminuição de gastos de consumíveis, permitindo um contacto inicial dos alunos para identificar a aptidão e interesse.

A exemplo de equipamentos para novas áreas, identificaram-se o solar ou o hidrogénio (embora este último com algumas reservas face à imaturidade do mercado).

Com esta modernização foi possível chegar a cerca de 50% da rede IEFP.

De acordo com a informação prestada pelo IEFP, estes investimentos partiram de um levantamento de diagnóstico de necessidades e que resultam da ligação e do conhecimento do tecido socioeconómico local, pelo que as aquisições tiveram em

linha de conta ofertas já existentes localmente nas outras instituições de ensino. São beneficiários destes investimentos, para além da população desempregada, as empresas, por via da formação de ativos empregados.

Criação de 6 novos centros de formação profissional:

De acordo com a informação prestada pelo IEFP, era a seguinte a situação, em meados de maio, em cada um dos novos centros:

Centro de formação/localização	Valor previsto	Duração prevista (dias)	Fase em 16/05/25
Polo de formação de Albufeira (Ferreiras)	4 M€	300	Autorizada a abertura de um novo procedimento. O anterior ficou deserto
Polo de formação Figueira da Foz	3,7 M€	300	Obra adjudicada, em fase de assinatura de contrato
Polo de formação profissional Lisboa Norte (Odivelas)	18,3 M€	570	Obra adjudicada, em fase de assinatura de contrato
Serviço de formação profissional da Maia	6 M€	300	Em concurso público. Aguarda propostas
Polo de formação Tâmega e Sousa (Lousada)	18,6 M€	570	Em análise de propostas
Polo de formação Tâmega e Sousa (Castelo de Paiva)	7 M€	300	Em concurso público. Aguarda propostas

Embora se perspetive o cumprimento das metas e marcos a dezembro de 2025, de acordo com compromisso estabelecido, a conclusão das obras revela-se muito complicada. De acordo com a informação constante no quadro acima, teremos dois centros que apenas estarão concluídos em final de 2026 e os restantes quatro entre junho e dezembro de 2026. Deve ser equacionada a possibilidade de execução das obras durante o ano de 2026.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento com **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**, em virtude da situação novos polos de formação (construção nova), que ainda não iniciaram empreitada cuja conclusão apenas se estima para o 2º semestre de 2026.

C06-i01.03	Modernização das instituições de ensino e formação profissionais - Instalação e/ou modernização dos Centros Tecnológicos Especializados – Turismo BD - TURISMO DE PORTUGAL I.P.
------------	---

Este é um investimento acompanhado pela 1ª vez para este relatório.

De acordo com a informação obtida junto do Turismo de Portugal, o objetivo é intervir em 11 das 12 Escolas (a exceção será a do Estoril). Apesar deste ser um projeto estimado em cerca de 30 M€, redimensionaram e priorizaram para conseguir executar dentro dos 20M€ disponíveis no PRR. Apesar disso, os restantes investimentos poderão ser executados no pós-PRR, com recurso a outras fontes de financiamento.

Os trabalhos iniciaram-se em 2023, com a execução dos projetos. Os maiores são respeitantes às Escolas de Lamego, Faro, Óbidos (academia do chocolate) e Coimbra, que terão as grandes empreitadas. No caso das restantes, que são obras de remodelação, ainda decorrem os respetivos projetos.

Após a fase de projetos, procedimentos, autorizações e licenciamentos, consideram que em jun/25 serão lançados os concursos de empreitada, com a adjudicação até set/out/25. Com uma execução prevista para 6/7 meses de obra, a expectativa é de ter obra pronta em jun/26. Sendo esta uma meta para dez/25, deverá ainda ser solicitada a respetiva autorização de prorrogação de contrato.

Para além da obra, estão ainda previstas as seguintes aquisições (algumas com concursos abertos, outros ainda em preparação):

- Equipamentos diversos, como p.ex. computadores ou mobiliário escolar;
- Equipamentos hoteleiros pedagógicos;
- Rede wifi interna (o Ministério de Educação preparou o processo de aquisição de wifi até à porta das escolas, mas ainda precisam de aguardar pelas respetivas características, uma vez que o procedimento foi confidencial);
- Equipamento hoteleiro: cozinhas profissionais, modernas, no caso das instalações totalmente remodeladas (existe a preocupação com a armazenagem do material antes do término de obras).

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento **CRÍTICO**.

Apesar de em teoria ainda serem possíveis de executar todos as empreitadas e aquisições de equipamentos dentro do prazo do PRR, o risco de concursos desertos, propostas de preço acima do valor de concurso ou posterior litigância, não permitem margem de manobra.

Recomenda-se:

- i) Que seja solicitada prorrogação do prazo de execução do investimento até junho de 2026, em articulação com a tutela;
- ii) Uma apertada gestão centralizada de todos os processos, bem como uma proximidade proativa por parte da tutela, para que sejam possíveis de ultrapassar, no mais curto espaço de tempo, os constrangimentos identificados.

C06-i02	Compromisso Emprego Sustentável BI - INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL, I.P.
---------	--

Meta: 30.000 contratos permanentes apoiados financeiramente, até dezembro/24.

Foi cumprido o valor definido na meta. Tendo em conta a possibilidade de incumprimentos das regras, foi determinado overbooking (34.731). Para que a meta seja cumprida, os contratos devem manter-se durante 2 anos e não haver redução de postos de trabalho na entidade (ainda que haja alteração nas pessoas contratadas). Caso esta situação não se verifique, o valor do incentivo tem que ser devolvido.

Os resultados alcançados permitem concluir que a medida cumpriu os seus objetivos, ou seja, permitiu a celebração de mais de 30 mil contratos permanentes, contribuindo para a redução da precariedade, tal como prevista na reforma na Agenda do Trabalho Digno.

A partir dos dados enviados à CNA-PRR efetuou-se um quadro para verificação do número de contratos/valor dos contratos, considerando-se os limites das retribuições mensais mínimas garantidas (RMMG) de 2022 (705€), 2023 (760€) e 2024 (820€), de forma a perceber se a medida contribuiu para um incremento dos montantes praticados. Os valores revelam que a larga maioria dos contratos está alinhado com o valor da RMMG (cerca de 75%). Uma análise mais fina, revela que, em 56% dos contratos celebrados, o valor da remuneração contratado é o do salário mínimo. Em cerca de 88% dos contratos o salário praticado está abaixo dos 1.000€.

Nº de contratos	Valor dos contratos (abrangência)	Valor médio dos contratos
756	Inferior a 705€	436€
25.627	Maior ou igual a 705€ e Menor ou igual a 820€	745€
4.097	Maior que 820€ e menor que 1.000€	892€
3.671	Maior ou igual a 1.000 e menor que 1.500€	1.132€
580	Maior ou igual a 1.500€	1.944€
Total: 34.731		816€

Numa primeira análise, se é verdade que o CES contribuiu para a diminuição da precariedade, a sua influência na prática de salários mais elevados, parece não se verificar. Precisamos de dados adicionais, para maior robustez desta conclusão, que apenas um estudo de impacto permitirá determinar, onde se comparem, por exemplo, qualificações, setores de atividade e se incluam grupos de controlo. Este é o objetivo que deve nortear as entidades responsáveis pela avaliação do PRR e pelas políticas públicas na área do emprego.

Num trabalho recente (“De Hoje para Amanhã: Avaliação de Política numa perspetiva Intergeracional”), a Fundação Calouste Gulbenkian e a Nova SBE analisaram os resultados preliminares desta medida, tendo por base os dados relativos a 2022, com aplicação de um inquérito a empresas. De destacar a

percentagem elevada de empresas que beneficiaram do apoio (cerca de 80%), que respondeu que faria a contratação mesmo se a medida não existisse e que o salário que pagariam seria semelhante. Este trabalho aponta para a necessidade de avaliação desta medida, identificando um conjunto de questões que devem ser tidas em consideração.

Esta medida, após o seu *terminus* no âmbito do PRR, foi renovada, com algumas adaptações e uma nova denominação³⁸.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento **CONCLUÍDO**.

C06-i03.01	Incentivo Adultos - Projetos Locais Promotores de Qualificações de Nível B1/B2/B3 BI - AGÊNCIA NACIONAL PARA A QUALIFICAÇÃO E O ENSINO PROFISSIONAL, I.P.
------------	---

O objetivo deste investimento, no final de 2025, é de que sejam mobilizadas pelo menos 22.500³⁹ pessoas com qualificação inferior ao 9ºano, para integrar pelo menos 1 ação de formação (com ou sem certificado no final). Estas ações abrangem todos os inscritos em centros qualifica (com escolaridade inferior ao 9º ano, e até sem escolaridade), incluindo estrangeiros (desde que tenham a documentação legal). Para atingir este objetivo, deverão ser criadas condições nos Centros Qualifica, para acolher 226 Projetos Locais de Promotores de Qualificações (níveis B1/B2/B3), com cada um desses Projetos a envolver pelo menos 100 pessoas.

De acordo com a informação prestada pela ANQEP, à data de jan/25 existiam 12.514 participantes adicionais em medidas de apoio à melhoria das qualificações dos adultos (relativos a 226 Projetos Locais):

- ✓ Adultos no estado “Certificação Total”: 787
- ✓ Adultos no estado “Certificação Parcial”: 679
- ✓ Adultos mobilizados/encaminhados⁴⁰: 11.048

Face aos números apresentados no anterior relatório da CNA-PRR, houve um incremento de 11.085 participantes e de 113 Projetos Locais.

A ANQEP indicou ainda ter identificado os Centros Qualifica com níveis de execução mais baixos, tendo realizado 37 reuniões online de acompanhamento, de jul/24 a jan/25. Para acompanhamento no terreno, foram também realizadas 12 visitas (abrangendo 41 Centros Qualifica).

³⁸ À Portaria n.º 38/2022, de 17 de janeiro sucedeu a Portaria n.º 220/2024/1, de 23 de setembro, com algumas alterações, passando o financiamento a ser via PT2030.

³⁹Nota CNA-PRR: de acordo com os dados da Pordata, em 2023 existiam em Portugal cerca de 323 mil pessoas sem nível de escolaridade (essencialmente com mais de 65 anos); 1,6 milhões de pessoas com o 1º ciclo (dos quais 1,1 milhão com mais de 65 anos), 760 mil com o 2º ciclo (dos quais 139 mil com mais de 65 anos) e 1,6 milhões de pessoas com o 3º ciclo (dos quais 275 mil com mais de 65 anos).

⁴⁰ Adultos com inscrição em Projeto Local, cujos processos se encontram nas etapas iniciais de mobilização, orientação e encaminhamento; a participar em ofertas de ensino e formação de adultos; a participar em outras atividades de aprendizagem ao longo da vida ou outras atividades de educação não formal. Os dados segmentados pelos vários estados: Mobilização, Orientação e encaminhamento – 3.537; Não desistente – 7.432; Atividades de Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV) – 32; Outros – 47.

De acordo com as informações da ANQEP, os atrasos iniciais na contratação de técnicos tiveram implicações na implementação da medida, pelo que esperam um avanço mais significativo.

No caso desta medida, não há garantias de continuidade no pós-PRR.

Apreciação e recomendações

Considera-se que é **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**.

Reconhece-se o incremento significativo de participantes desde o último relatório, no entanto, face aos números necessários para atingir a meta, reforça-se a necessidade da manutenção do acompanhamento dos Centros Qualifica por parte da ANQEP.

Recomenda-se a avaliação da necessidade de continuidade desta medida no pós-PRR, conjuntamente com a tutela, de forma a poder ser potenciada a implementação via PRR, caso seja de continuar.

C06-i03.02	Incentivo Adultos - Acelerador Qualifica BI - AGÊNCIA NACIONAL PARA A QUALIFICAÇÃO E O ENSINO PROFISSIONAL, I.P.
------------	--

Este investimento tem como objetivo aumentar a taxa de participação e de certificação de adultos, no âmbito de processos de RVCC⁴¹ de nível não superior, através da introdução de um apoio financeiro individual (1,25 IAS) e abrange a rede de 313 centros qualifica. Em termos de meta, espera-se que 100.000⁴² adultos melhorem as suas qualificações, sendo que a base de abrangência se refere a adultos com nível de qualificação inferior a 5⁴³,

Em abr/25 o número de certificações era de 74.438. Após uma fase inicial mais lenta, verificou-se uma aceleração. De acordo com a ANQEP, pode ter tido influência o facto da disseminação da informação sobre existência de incentivo financeiro, bem como a eliminação da obrigação de entregar declarações de não dívida, após justificação de que se tratava de uma bolsa e respetiva alteração legislativa.

⁴¹ O Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências Escolares (RVCC Escolar) é um processo que permite obter uma certificação escolar com base na demonstração de aprendizagens realizadas ao longo da vida e de competências adquiridas através da experiência profissional ou noutros contextos. O processo de RVCC constitui-se numa via de acesso à obtenção de uma qualificação, que permite a atribuição de um nível de qualificação 1, 2, 3, 4 ou 5 do Quadro Nacional de Qualificações (QNQ), permitindo ainda o desenvolvimento de um percurso de curta e média duração do Catálogo Nacional de Qualificações (CNQ)

⁴² Esta é uma meta conjunta com as medidas Projetos Locais promotores de qualificações (22.500 participantes) e com a medida Impulso Adultos (23.000 participantes) e no total deverá atingir 145.500 pessoas.

⁴³ Nota CNA-PRR: de acordo com os dados da Pordata, em 2023 existiam em Portugal cerca de 323 mil pessoas sem nível de escolaridade (essencialmente com mais de 65 anos); 1,6 milhões de pessoas com o 1º ciclo (dos quais 1,1 milhão com mais de 65 anos), 760 mil com o 2º ciclo (dos quais 139 mil com mais de 65 anos) e 1,6 milhões de pessoas com o 3º ciclo (dos quais 275 mil com mais de 65 anos).

De acordo com os dados fornecidos pela ANQEP, a monitorização de dados indicava que em jan/25, estavam registados 39.957 adultos a frequentar um processo RVCC.

Quanto aos efeitos deste investimento, embora ainda seja cedo e haja outras ações de capacitação que concorram para a melhoria das qualificações da população (certificações totais ou parciais), a ANQEP informou os seus dados a 07/02/25 (ainda provisórios). De acordo com estes dados, desde o início da implementação do Programa Qualifica (2017), o ano de 2024 é, comparativamente com os restantes anos de execução do Programa, o que apresenta um maior volume de certificações RVCC, verificando-se mais 10.663 certificações (i.e., +105%), do que no ano de início do Programa Qualifica, mais 7.106 certificações (i.e., +52 %) do que no ano da contratualização do investimento (2021) e mais 5.220 certificações (i.e. +33%) do que no ano do arranque efetivo da execução financeira do investimento na rede de Centros Qualifica (2022).

Os dados podem ser visualizados na tabela seguinte:

Ano	N.º Total de Certificações
2017	10 157
2018	16 945
2019	16 724
2020	13 658
2021	13 714
2022	15 600
2023	19 644
2024	20 820

Fonte dos dados: ANQEP (Relatório de Monitorização Programa Qualifica (Relatório n.º 12/2024).

No caso desta medida, não há garantias de continuidade no pós-PRR.

Apreciação e recomendações

Considera-se que este investimento está **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**.

C06-i03.03	Impulso Adultos BI - DGES - DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO SUPERIOR
------------	--

Metas⁴⁴: as metas de desembolso (A) relacionadas com os números de estudantes formados são conjuntas com outros investimentos relacionados com formação, pelo que os respetivos valores terão que ser apurados em conjunto.

⁴⁴ No conjunto:

- Graduar, com formação superior, mais de 18 mil estudantes em domínios de ciência, engenharia, tecnologia, artes e matemática (STEAM) até final de 2025, face ao total de graduados de 2020;
- Implementar, pelo menos, 25 novos programas de formação superior em áreas STEAM até ao segundo trimestre de 2025, com mais de 10 mil estudantes apoiados por esses programas;
- Qualificar quase 100 mil adultos até final de 2025;

Para além da meta com a Comissão Europeia, foram contratadas metas mais ambiciosas entre a DGES e as IES, tais como mais estudantes graduados, a beneficiação ou construção de edifícios, aquisição de equipamentos, bem como a criação de novas ofertas formativas ou Alianças para a formação pós-graduada em parceria com empresas.

Este tem sido um investimento considerado dentro do planeamento, com a DGES a publicitar todas as regras e a fazer um acompanhamento de proximidade e regularidade com todas as instituições de ensino superior. Para além da previsibilidade em termos de pedidos de pagamento e respetivos reembolsos, verifica-se também a visita regular às instituições (até início de 2025, todas foram objeto de 2ª ronda). De acordo com a informação prestada pela DGES, este formato tem permitido ter uma perceção atempada dos problemas, bem como uma resposta célere às dúvidas que vão surgindo. Há ainda a regular publicitação de resultados⁴⁵.

No que diz respeito aos estudantes participantes em ações de formação, apesar da meta A estar praticamente cumprida, verifica-se uma disparidade em termos de IES, no que diz respeito ao seu apuramento/cumprimento⁴⁶, situação que a DGES acompanha.

A meta nacional referente à qualificação de Adultos (63.952 participantes), permite antecipar o seu cumprimento face ao contratualizado com a Comissão Europeia (23.000), embora ainda longe do contratualizado entre a DGES e os consórcios de IES (94 111), estando estes processos a ser monitorizados e ser implementados planos de recuperação.

Obras (construção e requalificação)

Toda a parte relacionada com obra é a mais complexa. A DGES encontra-se a acompanhar todos os beneficiários finais e a avaliar as necessidades de pedidos de prorrogação de prazo para conseguir acomodar o máximo de projetos possível. Há algumas instituições com obras mais atrasadas, existindo a possibilidade de alguma (s) desta(s) obra(s) não ser(em) concretizada(s).

Apesar disso, o apuramento de estudantes beneficiados é de 419 547, o que, face ao contratualizado, quer com a Comissão Europeia (9 750), quer com os consórcios de IES (260 262), permite a superação de ambos. No entanto, a construção ou beneficiação de espaços para utilização das comunidades académicas e territoriais, pelo seu carácter e contributo transformadores e duradouros no pós-PRR, estão também a ser acompanhados de perto, para que possam ser executadas no máximo possível.

-
- Beneficiar cerca de 260.000 estudantes todos os anos pela modernização de infraestruturas e de equipamentos;
 - Implementar e promover 14 “escolas” ou “alianças” para a formação pós-graduada em colaboração com empresas, com pelo menos 4 no interior do país.

⁴⁵ Disponível em: [Impulso Jovens STEAM e Adultos - Acompanhamento e monitorização \(FASE III\)](#)

⁴⁶ Existem ainda algumas IES a reportar todos os diplomados e não apenas a adicionalidade dos mesmos, face à situação antes das formações implementadas com o PRR.

Estão em curso 103 obras, de 22 IES. Destas, 77 encontram-se concluídas, 10 estão em curso e as restantes 16 ainda se encontram por iniciar. Destas últimas, algumas poderão não ser executadas, podendo ainda existir possibilidade de reforçar algum do orçamento de outras já adiantadas.

Deixa-se, no quadro abaixo uma lista demonstrativa das construções já concluídas (77 no total) – escolheram-se aquelas que representaram mais de 200 mil euros de investimento PRR:

Beneficiário	Intervenção
Instituto Politécnico de Castelo Branco	IPCB - intervenções e melhorias nos edifícios da ESA e da ESE ao abrigo do RP-A23
Universidade de Lisboa	Recuperação de fachadas, pavimentos exteriores e coberturas do edifício da Reitoria/Aula Magna da ULisboa para a Escola de Pós-Graduação da ULisboa
Universidade do Porto	Empreitada de Recuperação do Edifício do Largo Abel Salazar - Instalações Reitoria e ICBAS
ISCTE	Empreitada de trabalhos de adaptação funcional do edifício designado por "Palacete Sintra" para instalação da Escola de Tecnologias Digitais, Economia e Sociedade
Instituto Politécnico do Porto	Experimental Labs
Universidade de Aveiro	Empreitada para substituição de revestimentos dos pavimentos e tetos, pinturas de paredes e beneficiação acústica de diferentes espaços localizados nos edifícios da Universidade
Universidade Nova de Lisboa	Reabilitação das fachadas e coberturas do edifício VIII do Campus da FCT da Nova
Universidade de Coimbra	Empreitada de reabilitação de espaços para instalação de Salas Híbridas no antigo edifício da Faculdade de Medicina da UC, no Polo I
Universidade Católica Portuguesa	Empreitada de Construção Civil da "Requalificação do Edifício UCP de Sintra"
Valor de investimento	21 M €
Valor de financiamento PRR	10,5 M €

Relativamente às construções em curso (10 no total), deixa-se também um quadro demonstrativo, para o qual se escolheram também aquelas que representaram mais de 200 mil euros de investimento PRR:

Beneficiário	Intervenção
Universidade de Lisboa	Construção do novo edifício da Faculdade de Letras
Instituto Politécnico de Viseu	Edifício da Escola Superior Agrária de Viseu - "Bright Learning Farm"
Instituto Politécnico do Cávado e Ave	Construção B-CRIC
Instituto Politécnico de Leiria	Empreitada para Execução da criação do Laboratório de Reabilitação - HUB de inovação em Saúde

Instituto Politécnico de Portalegre	Empreitada de construção da Escola de Pós-Graduações do Politécnico de Portalegre, no Campus Politécnico
Valor de investimento	32,7 M €
Valor de financiamento PRR	13,4 M €

Apesar de ainda não iniciadas (16 no total), algumas construções dizem respeito a novas Escolas, sendo as seguintes as maiores, representando 35,9 M€ de investimento e 10,1 M€ de financiamento PRR:

- Empreitada de conceção/construção da Nova Escola Superior de Educação e Ciências Sociais de Leiria, do Instituto Politécnico de Leiria;
- Construção da Escola Superior de Saúde, do Instituto Politécnico de Setúbal;
- Reabilitação do Convento de S. Francisco para a Faculdade de Belas-Artes, da Universidade de Lisboa;
- STEAM Education Center, do Instituto Politécnico do Porto;
- Espaço U – Escola CTeSP e Pós-Graduações, do Instituto Politécnico de Coimbra;
- Diversas reabilitações, da Universidade de Coimbra.

No que se refere às Alianças, contratado unicamente entre a DGES e os consórcios de IES, estão cumpridos os objetivos, com a implementação de 75 escolas ou alianças, das quais 21 no interior.

Relativamente aos apoios a estudantes, sob a forma de bolsas, bolsas de mérito e/ou outras, verifica-se um aumento da execução desta rubrica, indiciando esforço para atração do público-alvo, considerado o mais desafiante de atrair.

Estudos de Impacto das medidas

Esta é uma das atividades para a qual a CNA-PRR tem deixado notas e recomendações em todas as reuniões com todas as entidades, não sendo diferente no caso da DGES.

Também aqui não está previsto nenhum estudo relativo aos impactos destes investimentos, nem foram indicadas linhas orientadoras. Apesar de poderem efetuar essa aquisição externamente, indicarem ser necessária uma definição clara dessas linhas orientadoras, transversais para todo o programa, para que seja posteriormente possível uma análise macroeconómica e de impactos e interligações entre investimentos.

Desafios no pós-PRR

Tal como mencionado em anteriores relatórios da CNA-PRR, evidenciam-se os seguintes:

- Capacidade, em termos de recursos humanos docentes e não docentes, para continuar a lecionação de todos os cursos abertos adicionalmente, no âmbito do PRR (incluindo licenciaturas, mestrados, pós-graduações ou cursos de curta duração) e que tenham obtido bons resultados;

- Condições de atração (sem bolsas financeiras), para públicos adultos, para estas formações;
- Capacidade para utilização pedagógica e de investigação, de todas as instalações, laboratórios e equipamentos, construídos ou adquiridos de novo no âmbito do PRR;
- Continuidade da alteração e modernização de práticas pedagógicas, transversalmente, quer internamente (efeito contágio dentro das IES), quer nas várias IES (efeito competição entre IES).

O acompanhamento da DGES, bem como de entidades externas de avaliação e acompanhamento de impactos, podem vir a ser importantes para identificar a superação desses desafios.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**.

Existindo ainda a possibilidade (quer em orçamento, quer em tempo), de se conseguirem executar obras relativas a novas Escolas ou espaços em Escolas, recomenda-se um esforço adicional a todas as IES envolvidas, para que estes investimentos fiquem realizados, sob pena de se perder uma oportunidade que dificilmente se repetirá em próximos tempos.

C06-i04.01	Impulso Jovens STEAM BI - DGES - DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO SUPERIOR
------------	---

Metas: as metas de desembolso (A) A relacionadas com os números de estudantes formados são conjuntas com outros investimentos relacionados com formação, pelo que os respetivos valores terão que ser apurados em conjunto (ver nota de rodapé no Impulso Adultos). Para além da meta com a Comissão Europeia, foram contratadas metas mais ambiciosas entre a DGES e as IES, tais como mais estudantes graduados, a criação de novos programas de formação superior em áreas STEAM e a construção ou reabilitação de edifícios.

Consideram-se para este investimento, as mesmas notas do Impulso Adultos, relativas ao acompanhamento efetuado pela DGES junto das IES, aos estudos de impacto e aos desafios no pós-PRR.

Para a meta A contratada com a Comissão Europeia (10.000), referente ao aumento (adicional) de Jovens diplomados em áreas STEAM (unicamente licenciaturas e cursos técnicos superiores profissionais classificados em áreas STEAM) já foram alcançados 15.180 diplomados, permitindo antecipar a mesma. Apesar disso, faltam ainda cumprir os compromissos contratualizados entre a DGES e os consórcios de IES (cerca de 18 000, ou seja, incluindo microcredenciais e outros cursos curtos), estando em cursos planos de recuperação.

No que se refere à meta de criação de pelo menos 25 novos programas de formação superior em áreas STEAM, foi registada na DGES a criação de um total de 236 novos programas (licenciaturas e cursos técnicos superiores profissionais) de 2021 a 2024.

Relativamente aos apoios a estudantes, sob a forma de bolsas, bolsas de mérito e/ou outras, não se verifica a mesma intensidade que no Impulso Adultos.

No caso das construções e à semelhança do que foi apresentado para o Impulso Adultos, apresentam-se quadros exemplificativos de obras concluídas e em curso – escolheram-se apenas obras com valor de financiamento PRR superior a 200 mil euros. Realça-se o facto de que algumas das construções constantes destas tabelas também está referenciado no Impulso Adultos.

Construções concluídas (119 no total)

Beneficiário	Intervenção
Instituto Politécnico de Castelo Branco	IPCB - intervenções e melhorias nos edifícios da ESA e da ESE ao abrigo do RP-A23
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	Construção de salas de formação e gabinetes de apoio - Lote 2
	Edifício de apoio à formação multidisciplinar
Instituto Politécnico de Bragança	Requalificação e reconversão de espaços na ESA, ESTiG e Cantina do IPB - Lote 1
Universidade do Minho	Empreitada de requalificação - Edifício nº 6 - Campus de Azurém - Guimarães
Universidade do Porto	Empreitada de Recuperação do Edifício do Largo Abel Salazar - Instalações Reitoria e ICBAS
Instituto Politécnico de Lisboa	Empreitada de Recuperação do Edifício do Largo Abel Salazar - Instalações Reitoria e ICBAS
	Empreitada de Recuperação do Edifício do Largo Abel Salazar - Instalações Reitoria e ICBAS
ISCTE	Empreitada de trabalhos de adaptação funcional do edifício designado por "Palacete Sintra" para instalação da Escola de Tecnologias Digitais, Economia e Sociedade
Instituto Politécnico do Porto	Experimental Labs
Instituto Politécnico de Leiria	Criação do Learning Factory
	Empreitada de Requalificação dos Espaços Laboratoriais da ESTM
Instituto Politécnico de Coimbra	Remodelação de edifícios da ESAC para adaptação a Laboratório de Ciência Animal
Instituto Politécnico de Viana do Castelo	Lote 1 - Remodelação do Complexo Zootécnico da ESA, Refoios do Lima
	Ampliação do Corpo Norte do Complexo Pedagógico Principal da ESTG
	Adaptação do Edifício da Escola Superior de Educação (Ese) do IpvC
Universidade Nova de Lisboa	Reabilitação das fachadas e coberturas do edifício VIII do Campus da FCT da Nova
	Requalificação de espaços no edifício do Colégio Almada Negreiros (várias salas, incluindo a nova construção Modular anexa ao CAN) com mobiliário, equipamentos e infraestruturas informáticas.
Universidade de Coimbra	Empreitada de alteração da Sala Desportiva para Sala de Leitura do Pavilhão 2, no Estádio Universitário da Universidade de Coimbra
Universidade Católica Portuguesa	Empreitada de Construção Civil da "Requalificação da Edifício UCP de Sintra"

Valor de investimento	24,4 M€
Valor de financiamento PRR	11,2 M€

Construções em curso (17 no total)

Beneficiário	Intervenção
Instituto Politécnico de Viseu	Edifício da Escola Superior Agrária de Viseu - "Bright Learning Farm"
Instituto Politécnico do Cávado e Ave	Construção B-CRIC
Instituto Politécnico de Santarém	Construção do Laboratório de Inovação e Ensino Experimental em Saúde
Instituto Politécnico do Porto	Reabilitação das Áreas a Afetar à Escola Superior de Saúde nos pisos 1,2 e 3 do Edifício Portic
Instituto Politécnico de Leiria	Empreitada de Requalificação do Edifício EP2
	Empreitada de Requalificação do Auditório da ESTM
Universidade da Beira Interior	Empreitada de Ampliação de um Piso no Corpo A da 4ª Fase da UBI - Centro Interativo de Ciências (CIC-UBI)
Universidade Lusófona	Empreitada da obra de adaptação e ampliação das instalações do Centro Universitário do Porto - 1.ª fase
Universidade de Coimbra	Empreitada de reabilitação de espaços para instalação de Auditório Híbrido no ICBR da Faculdade de Medicina da UC (Polo III)
	Empreitada de reabilitação de espaços para instalação de Laboratórios Pedagógicos no edifício do departamento de Química da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UC
	Reconversão de Espaços da Biblioteca do Pólo das Ciências da Saúde da UC em Salas Híbridas
Instituto Politécnico de Santarém	Construção do Polo de Pós-Graduações de Santarém
CESPU - Cooperativa de Ensino Superior Politécnico e Universitário, CRL	Empreitada de ampliação do edifício sede da ESEP
Valor de investimento	29,3 M€
Valor de financiamento PRR	11,7 M€

Por iniciar encontra-se apenas 2 projetos, ambos do Instituto Politécnico de Leiria, com investimento no valor de 1,2M€.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**.

C06-i04.02	Impulso Jovens STEAM – Rede Ciência Viva BI - CIÊNCIA VIVA - AGÊNCIA NACIONAL PARA A CULTURA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA
------------	--

Meta: reforço de 650 Clubes de Ciência Viva à respetiva rede nas Escolas.

Este investimento tem como objetivo reforçar a Rede de Clubes Ciência Viva na Escola.

De acordo com as informações prestadas pela Ciência Viva, à data de mar/25, a Rede de Clubes Ciência Viva tem 897 projetos em funcionamento (dos quais 651 financiados com o apoio PRR). Envolve 3.968 entidades parceiras, mais de 718 mil alunos e mais de 3.500 docentes em diversas áreas científicas. Existe pelo menos um Clube Ciência Viva nos 718 agrupamentos de escolas. Os Clubes estão instalados em estabelecimentos de ensino desde o pré-escolar até ao ensino básico, secundário e profissional. Esta rede está presente em todo o território nacional, bem como nas escolas portuguesas em Timor-Leste, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Macau.

No que diz respeito aos recursos humanos necessários para esta operação, o acordo com a Direção-Geral de Educação prevê que cada Clube Ciência Viva na Escola tenha alocado um ou mais professores com tempo de dedicação adequado ao funcionamento do Clube no mínimo de 3 horas semanais. De acordo com a informação recolhida pela Ciência Viva e a informação enviada à CNA-PRR, há informações de que nem sempre é disponibilizado este tempo de dedicação por parte da direção, sendo que a gestão burocrática do projeto tem ficando também a cargo dos professores.

No âmbito da execução destes projetos, um dos maiores constrangimentos reportados pelas Escolas e pela Ciência Viva, tem sido precisamente a carga burocrática, nomeadamente a complexa forma de submissão de despesas, bem como as verificações relativas ao conflito de interesses, por impactarem milhares de pessoas. De acordo com a informação da Ciência Viva, houve melhorias ao nível da plataforma de submissão de despesas. Mas continuam a registar-se problemas, como é o caso da validação de faturas, que por serem submetidas em plataformas diferentes (plataforma SRTD e e-fatura), é preciso corrigir frequentemente erros de inserção (p.ex. espaços, vírgulas, formato), o que acarreta atrasos significativos e sobrecarga administrativa.

Há ainda indicação de que continuam por resolver situações reportadas há vários meses. Por exemplo, não conseguem reportar despesa com base em faturas inseridas pelo adquirente no e-fatura porque o fornecedor não a reportou automaticamente, nem despesas que mesmo reportadas pelo emitente tenham sido registadas tardiamente. Também não conseguem reportar despesa reportada por boletins itinerários porque o sistema informático não desenvolveu esta possibilidade.

Há ainda o reporte de dificuldades e demora na requisição da verba disponibilizada aos agrupamentos de escolas via IGeFE que, sendo uma questão externa ao PRR, tem atrasado a realização das ações/atividades no calendário definido.

Quanto ao ressarcimento do IVA não elegível, foi feito um reembolso, com constrangimentos relacionados com as dificuldades referidas relativas à submissão de despesa.

Quer os atrasos na disponibilização de verbas por parte da IGeFE, quer o reembolso do IVA, criam dificuldades de tesouraria para adiantar fundos na execução de

projetos, uma vez que os beneficiários finais são agrupamentos de escolas sem esta capacidade.

Existe alto risco de que os projetos encerrem abaixo do valor aprovado.

Apreciação e recomendações

Considera-se que para este investimento é **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**. Apesar de estarem a ser cumpridas as metas, considera-se ser preocupante que um investimento que seria (teoricamente) de fácil implementação, evidencie muita entropia no relacionamento entre plataformas informáticas da administração pública, bem como dificuldades de alinhamento em termos de fontes de financiamento.

Recomenda-se:

- i) A identificação proativa por parte da EMRP, sobre os constrangimentos reportados e a sua resolução, ainda que com necessidade de contacto com outras entidades públicas. Apesar de se reconhecer que há muitos pormenores e funcionalidades que são específicas de determinados organismos, nenhum deve ser descurado;
- ii) Que seja avaliado pela Ciência Viva, em conjunto com a EMRP, da possibilidade de prorrogação de execução em pelo menos 1 trimestre, para que, resolvidas todas as condicionantes financeiras, se possam efetuar todos os investimentos, o que se considera ser a situação ideal, em virtude de ter como resultado maior capacidade para a promoção da Ciência junto dos jovens alunos;
- iii) Que seja avaliado em conjunto com o Ministério da Educação, Ciência e Inovação, os constrangimentos existentes na operação de cada um dos Clubes de Ciência, ultrapassada que seja a fase de execução, para que não se corra o risco de ter Clubes de Ciência equipados, mas sem capacidade de funcionamento em pleno.

C06-i06	Ciência Mais Capacitação BI - FCT
---------	--------------------------------------

Programas de Atração e Retenção de Talentos ERC-Portugal e FCT-Tenure

Objetivo: assinatura de 230 contratos permanentes com investigadores doutorados selecionados através de concursos e de 25 contratos com investigadores cujos projetos sejam recomendados para financiamento a nível europeu ou nacional e com investigadores cujas candidaturas ao ERC tenham sido recomendadas para financiamento ou cujas candidaturas tenham sido recomendadas para financiamento, mas acabaram por não ser financiadas.

Ponto de situação:

- Todos os avisos foram lançados;
- Em contratualização as candidaturas recebidas;
- No caso das posições FCT-TENURE, foram candidatas 2.211, muito acima do objetivo. Deverão ser consideradas mais 116, com financiamento PRR.

Reforço do financiamento de Parcerias Internacionais em Ciência, Tecnologia e Inovação

Objetivo: assinatura de 6 contratos para parcerias internacionais nos domínios da ciência, tecnologia e inovação com as instituições nacionais de acolhimento; apoio a 30 projetos, alianças e infraestruturas com participação nacional selecionados a nível europeu; apoio à mobilidade internacional de 100 investigadores nacionais.

Ponto de situação:

- Há ainda alguma indefinição sobre se é possível atingir os objetivos quantitativos em cada uma das tipologias, no entanto está em avaliação a reprogramação, uma vez que podem ser executados contratos, sem execução financeira total nuns casos e o contrário noutros.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento como **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**.
Recomenda-se que:

- i) Seja definida rapidamente, entre a FCT e EMRP, os indicadores em cada uma das subcategorias dos investimentos;
- ii) Caso não seja possível considerar a meta global, mas sim metas parciais, sugere-se o reforço das ações de comunicação por parte da FCT, de forma a conseguir candidatos adicionais.

C06-i07	Impulso Mais Digital BI - DGES
---------	-----------------------------------

Metas: em dezembro/24, criação de 5 centros de excelência, sendo os restantes para março/26.

O investimento está dividido em cinco submedidas:

Ciência agrárias: destaca-se o objetivo de reformar o ensino na área das ciências agrárias e áreas afins, tendo em vista a sua modernização e a sua adaptação aos desafios tecnológicos, ambientais e climáticos.

Medicina: destaca-se o objetivo de apoiar e assegurar a transição da área da saúde, especialmente a Medicina, para um futuro tecnológico, aumentando a resiliência formativa e a adaptabilidade de futuros e atuais profissionais, num contexto de profundas mudanças tecnológicas, científicas e sociais.

Competência digitais: destaca-se o objetivo de estimular a modernização da rede de ensino superior, com particular ênfase em áreas-chave para a resiliência e o aumento das competências, reforçando e acelerando a execução dos programas “Impulso”.

Centros de Excelência: destaca-se o objetivo da criação de cinco centros de excelência para a inovação pedagógica, com destaque para as áreas não tecnológicas (ciências sociais, ciências humanas e artes) e a criação do Conselho Nacional de Inovação Pedagógica no Ensino Superior.

Promoção do sucesso e redução do abandono: destaca-se o objetivo de estimular o desenvolvimento de programas de apoios à integração académica dos novos

estudantes e à promoção do seu sucesso, especialmente através de mecanismos de mentoria e acompanhamento por docentes e por pares, pela adoção de práticas inovadoras de ensino e aprendizagem, pela diversificação das metodologias pedagógicas e instrumentos tecnológicos, pela predição de situações de abandono do ensino superior e pelo fortalecimento das práticas de autoaprendizagem e de trabalho em equipa.

No quadro seguinte apresentam-se as candidaturas aprovadas:

Submedida	Candidaturas aprovadas (entre janeiro e março de 2024)
Ciências agrárias	5
Medicina	5
Competências Digitais	23
Centros de excelência	7
Promoção do sucesso e redução do abandono	34

Relativamente ao ponto de situação do investimento, de acordo com a informação da DGES, foram entregues em abr/25 os primeiros pedidos de pagamento e até junho de 2025 será entregue o primeiro relatório intercalar. A DGES fará um acompanhamento de proximidade, à semelhança dos Impulsos Adulto e Jovem STEAM.

Apreciação e recomendações

Considera-se que para este investimento é **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**. Recomenda-se que após a submissão do relatório intercalar, a DGES promova reuniões com cada um dos consórcios para identificar eventuais desvios e definir um plano de ação que os permitam recuperar.

C06-i09	Escolas novas ou reabilitadas BI – CCDRs Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve
---------	--

Reprogramação: foi **aprovada** a inclusão adicional de 2 Estabelecimentos de Ensino Militar.

Meta e Resultados esperados:

Este investimento prevê a construção e/ou renovação de 77 escolas no país.

Ponto de situação das obras, de acordo com a informação prestada pelas CCDRs:

CCDR Algarve

Município	Estabelecimento	Execução				Observações
		Sim/Não	Prazo Execução	Data Início	Data de Conclusão	

Monchique	Escola EB Manuel do Nascimento	Sim	720 dias	20/05/24	10/05/26	
Vila Real de Santo António	Escola EB 2/3 D. José I	Sim	287 dias	09/04/25	21/01/26	
Albufeira	Escola Básica Integrada de Ferreira	Sim	545 dias	17/12/24	15/06/26	
	Escola Secundária de Albufeira	Não				Em finalização de projeto de especialidades
	Escola Básica Dr. Francisco Cabrita	Não				Concurso de empreitada em curso
Lagos	Escola EB 2/3 das Naus	Não	510 dias		31/08/26 (previsível)	Adjudicada em 08/04/25
São Brás de Alportel	Escola EB 2/3 Poeta Bernardo Passos	Não				Em revisão de projeto e pareceres vários
Tavira	Escola Secundária Dr. Jorge Augusto Correia	Não				Terminado o estudo prévio
Lagoa	Escola Secundária Padre António Martins de Oliveira	Não				Em fase de revisão de projeto
	Escola EB 2/3 Jacinto Correia	Não				Em fase de revisão de projeto
Castro Marim	Escola EB 2.3 de Castro Marim	Não				Em fase de análise do projeto de execução
Faro	Escola EB 2/3 Dr. José de Jesus Neves Júnior	Não				Concursos desertos ou acima do valor. Irá sair do PRR e ser proposto a financiamento BEI
	Escola EB 2/3 D. Afonso III	Não				

CCDR Alentejo

Município	Estabelecimento	Execução	Observações
-----------	-----------------	----------	-------------

		Sim/Não	Prazo Execução	Data Início	Data de Conclusão	
Almodôvar	Escola Básica e Secundária Dr. João Brito Camacho, Almodôvar	Não	548 dias			Concurso Público Internacional sem propostas.
Alter do Chão	Escola Básica e Secundária Padre José Agostinho Rodrigues, Alter do Chão	Sim	546 dias	20/12/24	19/06/26	
Évora	Escola Básica Conde de Vialva, Évora	Não	14 meses			Concurso Público sem propostas apresentadas.
Fronteira	Escola Básica Frei Manuel Cardoso, Fronteira	Sim	300 dias	jan/24	fev/25	Obra concluída
Ponte de Sor	Escola Básica João Pedro de Andrade, Ponte de Sor	Sim	450 dias	21/03/25	21/06/26	

CCDR Lisboa e Vale do Tejo

Município	Estabelecimento	Execução				Observações
		Sim/Não	Prazo Execução	Data Início	Data de Conclusão	
Mafra	Escola B/S Professor Armando de Lucena	Sim			14/03/26	
	Escola B / António Bento Franco	Sim			15/03/26	
Alcanena	Escola Secundária de Alcanena	Sim			30/04/26	
Ferreira do Zêzere	Escola B 2,3/S Pedro Ferreiro	Sim			20/03/26	
Vila Franca de Xira	Escola B/S de Vialonga	Sim			23/10/26	
Mafra	Escola EB 2/3 do Milharado	Sim			11/04/26	
Alcobaça	Escola EB2,3 Frei Estevão Martins	Sim			31/12/24	

Município	Estabelecimento	Execução				Observações
		Sim/Não	Prazo Execução	Data Início	Data de Conclusão	
Chamusca	Escola Secundária da Chamusca	Sim			30/06/25	
Oeiras	Escola Secundária Professor J. Augusto Lucas	Não			02/02/27	Em consignação. Em avaliação pelo município para financiamento extra PRR
Loures	Escola Básica Gaspar Correia	Sim			22/10/25	
Cascais	Escola Secundária de Cascais	Sim			30/12/26	
	Escola Secundária S. João do Estoril	Sim			30/11/26	
	Escola B/S Ibn Mucana	Sim			28/06/26	
Tomar	Escola Básica Gualdim Pais	Sim			19/07/26	
Amadora	Escola B2,3 de Alfovelos	Sim			31/12/25	
Barreiro	Escola B/S de Santo António	Não				Concurso deserto. Projeto em reformulação para diminuir prazo de execução para 365 dias.
Loures	Escola B 2/3 Maria Veleda	Sim			30/03/26	
Golegã	Escola B/S Mestre Martins Correia	Não	13 meses			Em consignação
Cartaxo	Escola B 2/3 de D. Sancho I	Sim			29/09/26	
Odivelas	Escola Secundária da Ramada	Não	12 meses			Consignação prevista para 05/05/25
Amadora	Escola Secundária da Amadora	Não	455 dias			
	Escola Pedro d'Orey da Cunha	Sim			31/12/25	
	Escola B 2/3 José Cardoso Pires	Sim			31/11/25	

Município	Estabelecimento	Execução				Observações
		Sim/Não	Prazo Execução	Data Início	Data de Conclusão	
Lourinhã	Escola Secundária Dr. João da Costa Delgado	Sim			30/06/26	

CCDR Centro

Município	Estabelecimento	Execução				Observações
		Sim/Não	Prazo Execução	Data Início	Data de Conclusão	
Aguiar da Beira	Escola Básica e Secundária Padre José Augusto da Fonseca	Não				Concurso não lançado
Alvaiázere	Escola Básica e Secundária Dr. Manuel Ribeiro Ferreira	Sim	540 dias	14/01/25	08/07/26	
Anadia	Escola Básica de Vilarinho do Bairro	Sim	300 dias	30/10/24	30/08/25	
Arganil	Escola Secundária de Arganil	Sim	540 dias	27/07/24	18/01/26	
	Escola Básica Professor Mendes Ferrão, Coja	Sim	365 dias	03/01/25	03/01/26	
Cantanhede	Escola Secundária Lima-de-Faria	Sim	720 dias	04/01/24	30/06/26	
Carregal do Sal	Escola Secundária de Carregal do Sal	Sim	330 dias	13/01/25	09/12/25	
Castanheira de Pêra	Escola Básica Dr. Bissaya Barreto	Sim	450 dias	07/04/25	01/07/26	
Castro Daire	Requalificação da Escola EB 123 de Castro Daire	Sim	365 dias	23/10/24	23/10/25	
Coimbra	Escola Básica Eugénio de Castro	Sim	540 dias	23/01/25	17/07/26	
Condeixa-a-Nova	Escola Secundária Fernando Namora	Não				Concurso não lançado
Figueira da Foz	Escola Secundária Dr. Bernardino Machado	Sim	18 meses	29/01/25	26/02/26	

Município	Estabelecimento	Execução				Observações
		Sim/Não	Prazo Execução	Data Início	Data de Conclusão	
Fundão	Escola Básica Serra da Gardunha	Não	365 dias		abr/26 (previsão)	Em fase de consignação
	Escola Básica de Silvares	Não	540 dias		set/26 (previsão)	Em fase de consignação
Ílhavo	Escola Básica José Ferreira Pinto Basto	Sim	12 meses	17/03/25	16/03/26	
	Requalificação da Escola Básica Professor Fernando Martins	Sim	12 meses	12/02/25	11/02/26	
	Escola Secundária Dr. João Carlos Celestino Gomes	Sim	14 meses	17/03/25	16/05/26	
Leiria	Escola Básica D. Dinis	Sim	660 dias	25/03/24	09/02/26	
	Escola Secundária Afonso Lopes Vieira	Sim	660 dias	04/03/24	16/01/26	
Lousã	Escola Secundária de Lousã	Sim	630 dias	30/09/24	22/06/26	
Mangualde	Escola Secundária Dr.ª Felismina Alcântara	Não	540 dias		Após set/26 (previsão)	Não consignada
Mealhada	Escola Básica n.º 2 de Mealhada	Sim	365 dias	17/02/25	17/02/26	
Mira	Escola Secundária Dr.ª Maria Cândida	Não				Concurso não lançado
Montemor-o-Novo	Requalificação da Escola EB 2/3 Dr. José dos Santos Bessa	Não				Concurso deserto. Em preparação novo concurso (prazo execução:12 meses)
Nelas	Escola Secundária de Nelas	Não	450		julho/26	Obra adjudicada
	Escola Básica e Secundária Eng. Dionísio Augusto Cunha, Canas de Senhorim	Não	450		julho/26	Obra adjudicada
Oliveira do Bairro	Escola Secundária de Oliveira do Bairro	Sim	36 meses	03/12/24	17/03/26	

Município	Estabelecimento	Execução				Observações
		Sim/Não	Prazo Execução	Data Início	Data de Conclusão	
Penacova	Escola Básica e Secundária de Penacova	Não				Em fase de adjudicação
Pombal	Escola Básica Gualdim Pais	Sim	540 dias	17/02/25	11/08/26	
Porto de Mós	Escola Secundária de Porto de Mós	Sim	540 dias	18/11/24	30/06/26	
Proença-a-Nova	Escola Básica e Secundária Pedro da Fonseca	Sim	365 dias	20/11/24	20/11/25	
Sátão	Escola Secundária Frei Rosa Viterbo	Sim	540 dias	08/01/25	02/07/26	
Seia	Escola Secundária de Seia	Sim	22 meses	30/01/25	30/11/26	
Sertão	Escola Básica Padre António Lourenço Farinha	Não			Após set/26 (previsão)	Não consignada (prazo de execução: 540 dias)
Tábua	Escola Secundária de Tábua	Não			Após set/26 (previsão)	Não consignada (prazo de execução: 540 dias)
Vila de Rei	Escola Básica e Secundária do Centro de Portugal	Sim	12 meses	03/01/24	08/11/25	
Vila Velha de Ródão	Novo Edifício do 2.º e 3.º Ciclo do Agrupamento de Escolas de VVR	Não			abr/26 (previsão)	Em fase de consignação (prazo de execução: 12 meses)
Viseu	Escola Básica D. Duarte, Vil de Soito	Sim	546 dias	10/02/25	30/06/26	
	Escola Básica Dr. Azeredo Perdigão, Abraveses	Sim	546 dias	11/03/25	30/06/26	

CCDR Norte

Município	Estabelecimento	Execução				Observações
		Sim/Não	Prazo Execução	Data Início	Data de Conclusão	
Mogadouro	EB2,3+S de Mogadouro	Sim	548 dias	Out/24	Abr/26	
Vila do Conde	Escola da Ribeirinha X 03	Sim	577 dias	Dez/24	Jul/26	
Trofa	Escola Básica e Secundária de Coronado e Castro	Sim	365 dias	Jul/24	Jul/25	
Penafiel	Escola Básica e Secundária de Pinheiro	Sim	330 dias	Out/24	Set/25	
	Escola D. António Ferreira Gomes - 2ª Fase	Sim	330 dias	Out/24	Set/25	
	Escola Básica de Paço de Sousa X 16	Sim	330 dias	Out/24	Set/25	
Sabrosa	Escola Básica e Secundária Miguel Torga	Sim	540 dias	Fev/25	Ago/26	
Monção	Escola secundária de Monção	Não	455 dias		Jul/26 (previsão)	Em fase de assinatura de contrato de consignação
Santo Tirso	Escola EB 2/3 de Agrela	Sim	570 dias	Nov/24	Jun/26	
Paços de Ferreira	Escola Básica e Secundária Dr. Manuel Pinto de Vasconcelos	Sim	540 dias	Jan/25	Jul/26	
	Escola Básica de Frazão	Sim	540 dias	Fev/25	Ago/26	
	Escola Básica de Eiriz	Sim	600 dias	Fev/25	Out/26	
	Escola Básica de Paços de Ferreira	Sim	600 dias	Fev/25	Ou/26	
Esposende	Escola Secundária Henrique Medina – 2.ª Fase	Não	n.d.			Consignação (respostas a erros e omissões)
Viana do Castelo	Escola Básica Dr. Pedro Barbosa	Sim	450 dias	Jan/25	Abr/26	
	Escola Básica da Abelheira	Sim	540 dias	Dez/24	Jun/26	
Chaves	Escola Básica e Secundária Fernão de Magalhães	Não	540 dias			Em fase de adjudicação
	Escola Básica e Secundária Tenente	-	-	-	-	Concluída

Município	Estabelecimento	Execução				Observações
		Sim/Não	Prazo Execução	Data Início	Data de Conclusão	
Vila Nova de Foz Côa	Coronel- Adão Carrapatoso- Fase 1 e 2					
	Escola Básica e Secundária Tenente Coronel- Adão Carrapatoso- Fase 3	Não	540 dias		set/26 (previsão)	Em fase de consignação
Penedono	Escola Básica 2/3, Álvaro Coutinho – "O Magriço"	Sim	450 dias	Fev/25	Mai/26	
Maia	Escola Básica e Secundária Dr. José Vieira de Carvalho (2.ª fase)	Não	12 meses	-	abr/26 (previsão)	Em fase de assinatura de contrato de consignação
Vila Nova de Famalicão	Escola Padre Benjamim Salgado	Sim	480 dias	Jan/25	Mai/26	
Barcelos	Escola Secundária de Barcelinhos	Não	390 dias	-	-	Em fase de elaboração do relatório preliminar
Valongo	Escola Secundária de Valongo- fase 1	-	-	-	-	Concluída
	Escola Secundária de Valongo- fase 2	Não				Procedimento de empreitada ainda não aberto
Guimarães	Escola Básica do Vale de São Torcato- fase 1	-	-	-	-	Concluída
	Escola Básica do Vale de São Torcato- fase 2	Não	-	-	-	Procedimento de consignação a decorrer
Vila Nova de Gaia	Escola Básica de Santa Marinha- fase 1	-	-	-	-	Concluída
	Escola Básica de Santa Marinha- fase 2	Não	-	-	-	Procedimento de empreitada ainda não aberto
Penafiel	Escola Básica de Penafiel Sudeste	Não	300 dias	--		Aguarda o visto Tribunal de Contas para consignação
Arcos de Valdevez	EB 2,3/S de Arcos de Valdevez	Sim	420 dias	Fev/25	Abr/26	

Município	Estabelecimento	Execução				Observações
		Sim/Não	Prazo Execução	Data Início	Data de Conclusão	
Moimenta da Beira	Escola Básica e Secundária de Moimenta da Beira	Sim	480 dias	-	Jun/26	
Paredes	Escola Básica de Paredes	Sim	610 dias	Dez/24	Ago/26	
Lamego	Escola Básica de Lamego	Não	24 meses		Final 2026 (previsão)	Em fase de assinatura de contrato de consignação

Após o envio do ponto de situação de todas as Escolas, por parte das CCDRs, verifica-se que existem ainda muitos procedimentos em fases anteriores à empreitada. De forma geral:

- Concluídas: 5 Escolas
- Ainda sem obra iniciada ou com início em abril/maio/25: 41 Escolas
- Com prazos de conclusão em junho de 2026 ou após: 41 Escolas

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento como **PREOCUPANTE**.

Este investimento foi considerado no anterior relatório como estando alinhado com o planeamento, tendo em atenção que as candidaturas foram efetuadas mediante graus de prioridade e com o pressuposto de que o grau de maturidade dos projetos permitia o seu término dentro do PRR, tendo as CCDRs sido céleres na análise das candidaturas.

Com o ponto de situação enviado para este relatório, a evolução não é a que se esperava. Apesar de estarem contratadas Escolas suficientes para cumprir a meta, o ritmo, quer de obra, quer de lançamento dos respetivos concursos anteriores, tem sido lento face ao expectável, ficando a interrogação sobre qual a maturidade efetiva em que os projetos se encontravam na data de assinatura dos contratos.

Recomenda-se:

Aos municípios:

- que procurem identificar o mais precocemente possível os constrangimentos (expectáveis ou não previstos), com planos de mitigação de riscos e decisões rápidas;

Às CCDRs:

- que acompanhem, de forma proativa, todos os projetos na sua região de intervenção e que assegurem a possibilidade de entrega das evidências necessárias para cumprimento da meta com a Comissão Europeia, dentro do prazo;

- que assegurem, em conjunto com a EMRP e os municípios, as necessidades de adendas aos contratos (sendo possível), para a prorrogação de prazos de execução física e financeira.



CNA | PRR

Comissão Nacional de
Acompanhamento do PRR

Anexo I

LISTA DE REUNIÕES* COMISSÃO ESPECIALIZADA SOCIAL

* NAS REUNIÕES COM AS ENTIDADES ACOMPANHADAS, INCLUINDO OS RESPECTIVOS MINISTÉRIOS DE TUTELA, ESTEVE PRESENTE O PRESIDENTE DA CNA-PRR, SENDO ACOMPANHADO, QUANDO POSSÍVEL, PELO/A RESPECTIVO/A COORDENADOR/A DA COMISSÃO ESPECIALIZADA. FORAM PRODUZIDOS RESUMOS DE TODAS AS REUNIÕES, QUE SE ENCONTRAM NOS ARQUIVOS DA CNA-PRR, PARA MEMÓRIA FUTURA.

Anexo I

Lista das reuniões da Comissão Especializada Social

Data	Entidade	Investimento acompanhado
23/08/2024	Secretária de Estado da Habitação	Habitação
18/09/2024	ACSS	Saúde
24/09/2024	Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa	Saúde Habitação Acessibilidades 360°
03/10/2024	Comunidade Intermunicipal de Aveiro	Saúde Habitação
11/10/2024	Câmara Municipal de Setúbal	Saúde Habitação Operações Integradas Locais Escolas
22/10/2024	Escola Náutica Infante D. Henrique	Impulsos Jovem/Adultos
23/10/2024	Câmara Municipal do Barreiro	Habitação Saúde Acessibilidade 360° Escolas Operações Integradas Locais Radar Social
07/11/2024	Universidade do Minho (Braga)	Impulsos Jovem e Adulto Residências Estudantis
07/11/2024	Câmara Municipal de Braga	Saúde Acessibilidades 360° Cultura Residências Estudantis Habitação Radar Social
08/11/2024	Comunidade Intermunicipal do Cávado	Habitação Saúde Radar Social
08/11/2024	Centro Social do Vale do Homem (Vila Verde)	Respostas Sociais (creche, residências sénior)
08/11/2024	Instituto Politécnico do Cávado e Ave (Barcelos)	Impulsos Jovem e Adultos Inovação pedagógica
12/11/2024	Câmara Municipal de Nelas	Saúde Habitação Acessibilidades 360° Escolas
12/11/2024	Museu Grão Vasco (Viseu)	Cultura
13/11/2024	Instituto Politécnico de Viseu	Impulsos Jovem e Adultos Residências Estudantis
13/11/2024	Escola Profissional de Tondela	Centros Tecnológicos Especializados Acelerador Qualifica Projetos Locais promotores de qualificação de nível B1/B2/B3

20/11/2024	Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) (Lisboa)	Habitação
26/11/2024	Evento- Comunidades em ação Área Metropolitana de Lisboa (Sintra)	Operações Integradas Locais
28/11/2024	Câmara Municipal do Entroncamento	Habitação Escolas
09/12/2024	Câmara Municipal de Mafra	Saúde Habitação Operações Integradas Locais Cultura Escolas
13/12/2024	Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões	Habitação Acessibilidades 360°
10/01/2025	Câmara Municipal de Rio Maior	Residências Estudantis
13/01/2025	Câmara Municipal de Montemor-o-Novo	Cultura
24/01/2025	Câmara Municipal do Cartaxo	Respostas sociais
30/01/2025	Câmara Municipal de Fronteira	Escolas
30/01/2025	Câmara Municipal de Alter do Chão	Escolas
30/01/2025	Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere	Saúde Habitação Radar Social Cultura Escolas
12/02/2025	Ministério da Educação	Centros Tecnológicos Especializados
18/02/2025	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, incluindo as entidades ISS, INR, II, ANQEP e IEFP	Respostas sociais Radar social Acessibilidades 360° Transição Digital na Segurança Social Modernização da formação profissional Compromisso emprego sustentável Incentivo Adultos (B1/B2/B3) Acelerador Qualifica Emprego +Digital
21/02/2025	Agência ERASMUS+	Residências Estudantis
10/03/2025	ACSS	Cuidados de saúde primários Saúde Mental Rede Nacional de Cuidados Integrados/Paliativos Hospital de Sintra
20/03/2025	Ministério da Cultura	Cultura
21/03/2025	Área Metropolitana do Porto	Operações Integradas Locais (AMP)
26/03/2025	IHRU	Habitação
26/03/2025	Palbit e parceiros da Agenda Mobilizadora Hi-Rev	Agendas Mobilizadoras
27/03/2025	Turismo de Portugal	Modernização das Escolas de Turismo
28/03/2025	Fundação para a Ciência e Tecnologia	Ciência Mais Capacitação
02/04/2025	DGES	Impulsos Jovem e Adultos

		Impulso Mais Digital
16/04/2025	Área Metropolitana de Lisboa	Operações Integradas Locais (AML)
12/05/2025	Universidade do Algarve	Residências Estudantis
13/05/2025	Grupo Domusvi	Rede Nacional de Cuidados Integrados/Paliativos



CNA | PRR

Comissão Nacional de
Acompanhamento do PRR

COMISSÃO ESPECIALIZADA TRANSIÇÃO DIGITAL



PRR
Plano de Recuperação
e Resiliência



REPÚBLICA
PORTUGUESA



Financiado pela
União Europeia
NextGenerationEU

Comissão Especializada Transição Digital

Relatório detalhado

No âmbito das suas atribuições, a Comissão Especializada Transição Digital⁴⁷ (CETD) reuniu no dia **23/05/2025**, tendo **aprovado por unanimidade** o presente relatório.

Esta Comissão monitoriza as componentes C16 (Empresas 4.0), que também é acompanhada pela Comissão “Economia e Empresas”, C17 (Qualidade e Sustentabilidade Finanças Públicas), C18 (Justiça Económica e Ambiente de Negócios), C19 (Administração Pública Mais Eficiente), C20 (Escola Digital) e ainda, desde o início de 2022, a subcomponente C01-i06 relativa à Transição Digital na Saúde.

No quadro abaixo sintetizam-se as apreciações desta Comissão Especializada, comparando com as apreciações do relatório anterior⁴⁸, sendo apresentados de seguida os detalhes do acompanhamento e respetivas recomendações.

Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2024	Apreciação 1/2025
C01-i06	Transição Digital na Saúde	PREOCUPANTE	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO
C05-i08	Ciência Mais Digital	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO
C16-i01	Capacitação Digital das Empresas Emprego +Digital	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO
C16-i01	Capacitação Digital das Empresas Academia Portugal Digital	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	CRÍTICO
C16.i02	Transição Digital das Empresas (Rede nacional de Test Beds)	PREOCUPANTE	PREOCUPANTE
C16.i02	Transição Digital das Empresas (Aceleradoras de Comércio Digital)	CRÍTICO	CRÍTICO
C16.i02	Transição Digital das Empresas (Bairros Digitais)	PREOCUPANTE	PREOCUPANTE
C16.i02	Transição Digital das Empresas (Internacionalização via e-commerce)	PREOCUPANTE	PREOCUPANTE

⁴⁷ A composição das Comissões Especializadas pode ser consultada no website da CNA-PRR em www.cnappr.pt

⁴⁸ Um quadro global, com as apreciações de todos os investimentos, pode ser verificado na parte A do relatório.

Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2024	Apreciação 1/2025
C16-i02	Transição Digital das Empresas (Coaching 4.0)	NÃO ACOMPANHADO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO
C16-i03	Catalisação da Transição Digital das Empresas (DIH)	CRÍTICO	CRÍTICO
C16-i03	Catalisação da Transição Digital das Empresas (Desmaterialização da faturação e selos de certificação)	CONCLUÍDO	CONCLUÍDO
C16-i04	Indústria 4.0	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO
C17-i01	Sistemas de informação de Gestão Financeira Pública	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO
C17-i02	Modernização da infraestrutura do sistema de informação patrimonial da Autoridade Tributária	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO
C17-i03	Transição digital da Segurança Social	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO
C18-i01	Justiça económica e ambiente de negócios	NÃO ACOMPANHADO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO
C19-i01	Reformular o atendimento dos serviços públicos, com a criação do Portal Digital Único nacional, o redesenho de serviços digitais mais utilizados e o desenvolvimento da capacidade de atendimento multicanal (investimentos coordenados pela AMA)	PREOCUPANTE	PREOCUPANTE
C19-i01	Reformular o atendimento dos serviços públicos, com a criação do Portal Digital Único nacional, o redesenho de serviços digitais mais utilizados e o desenvolvimento da capacidade de atendimento multicanal (investimentos coordenados pela SGMNE)	NÃO ACOMPANHADO	NÃO ACOMPANHADO
C19-i02	Serviços eletrónicos sustentáveis (AMA)	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	CONCLUÍDO
C19-i02	Serviços eletrónicos sustentáveis (INE)	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO

Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2024	Apreciação 1/2025
C19-i03	Reforço do quadro geral de cibersegurança na base da confiança para a adoção dos serviços electrónicos	NÃO ACOMPANHADO	PREOCUPANTE
C19-i04	Infraestruturas críticas digitais eficientes, seguras e partilhadas (Rede informática do Governo)	NÃO ACOMPANHADO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO
C19-i04	Infraestruturas críticas digitais eficientes, seguras e partilhadas (sistema informático das forças e serviços de segurança)	NÃO ACOMPANHADO	NÃO ACOMPANHADO
C19-i07.01	Capacitação da administração pública-formação dos trabalhadores e gestão do futuro	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO
C19-i07.01	Capacitação da administração pública-estágios e teletrabalho	NÃO ACOMPANHADO	CONCLUÍDO
C19-i08	Territórios Inteligentes	PREOCUPANTE	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO
C20-i01	Transição digital na educação (provas digitais e redes locais das escolas)	CRÍTICO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO
C20-i01	Transição digital na educação (restantes investimentos)	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO

Componente C01 | Serviço Nacional de Saúde

C01-i06	Transição Digital na Saúde BD - SPMS - SERVIÇOS PARTILHADOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, E.P.E.
---------	---

Metas e respetivo cumprimento (até 30/06/26):

Meta: Renovação de redes locais | Objetivo 90%

Cumprimento: | taxa de execução cumprida em 31/03/2023, numa fase antes da entrada em funcionamento das atuais 39 Unidades Locais de Saúde (ULS). As evidências entregues foram as listagens das localizações dos *switch* e os respetivos termos de entrega assinados pelas entidades (5 Administrações Regionais de saúde (ARS) e 8 ULS)

Meta: Funcionalidades para a telessaúde e telemonitorização | Objetivo 15%

Cumprimento: estas funcionalidades estão disponíveis para 100% dos utentes. As evidências foram as entregas do hardware - (41.000 equipamentos para teleconsulta e telemonitorização e 15.593 bundles de computadores) – e a existência de software (plataforma Telecuidados e app Telemonit SNS 24).

Meta: Módulos administrativos, clínicos base e clínicos de urgência | Objetivo 15%

Cumprimento: **estas funcionalidades estão disponíveis nas 39 ULS e 3 IPO** (para mais de 100.000 profissionais), continuando o seu processo de expansão. As evidências referem-se ao acesso assegurado a profissionais de ambos os níveis de cuidados — primários e hospitalares

Tem sido referenciado em todos os relatórios da CNA-PRR, que este é um dos investimentos considerados mais complexos e também mais críticos para o país.

Ao contrário de outros investimentos em transição digital, em que a regra é a aquisição de soluções tecnológicas prontas a operar, no caso da SPMS o desenvolvimento é executado internamente, a partir da estrutura especializada desta entidade. Mas para além dessa implementação, é preciso manter (agora e no futuro) toda a estrutura de apoio tecnológico, para apoio a todo o Sistema Nacional de Saúde e que fica centrada na SPMS. Isto exige uma estrutura adequada e estável de recursos humanos altamente qualificados e tecnicamente muito bem preparados.

De acordo com a informação da SPMS, há neste momento um recurso a consultores externos, para a implementação dos projetos PRR, encontrando-se em discussão o dimensionamento do quadro de pessoal para a continuidade futura e que deverá incluir:

- Gestores de projeto: para coordenar e gerir os 50 sistemas e garantir a evolução alinhada ao PRR.
- Consultores tecnológicos e funcionais: para desenvolvimento, análise de requisitos e suporte aos sistemas.
- Especialistas em operações e infraestrutura: para manter e operar a infraestrutura técnica.

A transição digital na saúde está a ser efetuada em várias frentes, de que se apresentam os respetivos resumos, de acordo com a informação prestada pela SPMS e referente a finais de fev/2025.

Infraestruturas, rede básica e hardware

A SPMS foi responsável pela aquisição de equipamento básico, já entregue às ULS, todos com 36 meses de garantia:

- ✓ 9.211 portáteis;
- ✓ 6.382 desktops;
- ✓ 15.593 monitores;
- ✓ 3.154 ratos scanner.

Foram também instalados 1.930 switch de distribuição de rede. Para uma 2ª fase de instalação, a SPMS encontra-se a aguardar visto do Tribunal de Contas.

Paralelamente a estas instalações, estão a ser capacitadas equipas de suporte em cada uma das ULS, uma vez que, com a extinção das ARS (que prestavam esse serviço), passarão agora a ser as próprias ULS responsáveis por esse suporte interno

aos utilizadores. É também da responsabilidade de cada ULS a forma de atribuição e utilização de todo o equipamento.

Teleconsultas e telemonitorização

A teleconsulta não é um meio habitualmente utilizado em Portugal, especialmente no SNS, sendo, no entanto, um serviço que oferece conveniência, eficiência e segurança, tanto para os profissionais quanto para os utentes.

Até à data, foram adquiridos e implementados cerca de 41.000 equipamentos que permitem a atividade de telessaúde, por parte das 39 Unidades Locais de Saúde e dos 3 Institutos Portugueses de Oncologia. Esta distribuição equitativa assegura equipamento para alavancar a prestação de cuidados à distância, no contexto da Transição Digital. A implementação foi direcionada e dividida em 2 âmbitos:

- Teleconsulta: 15.000 Câmaras Web + 15.000 Auscultadores;
- Monitorização remota: 5.000 Esfigmomanómetros + 5.000 Glucómetros + 1.000 Tablets (competem ao médico determinar os doentes que podem ficar em telemonitorização)

Para além dos equipamentos, a SPMS informou que a plataforma Telemonitorização SNS, agora denominada Telecuidados SNS, foi alvo de um upgrade tecnológico significativo, oferecendo mais funcionalidades, como a prescrição de exercícios do Plano Integrado de Telecuidados, o agendamento de sessões remotas de reabilitação e uma melhor interação entre profissionais de saúde e utentes.

No que diz respeito à formação aos profissionais de saúde, após o processo de entrega, foi dado início a um plano de ação, tendo sido realizadas 16 ações presenciais em Unidades Hospitalares (15 Unidades Locais de Saúde + 1 Instituto Português de Oncologia).

Foram contabilizadas 9.500 teleconsultas e 340 telemonitorizações.

Infraestrutura de centro de dados

A SPMS está a tornar a sua infraestrutura mais resiliente, segura, sustentável e escalável, tendo atualmente capacidade para dar suporte a toda a rede do SNS, tendo sido efetuadas várias aquisições/soluções:

- ✓ Segurança: backups, firewalls e balanceadores de rede, permitindo garantir a proteção de dados conforme RGPD e normas europeias;
- ✓ Plataformas de virtualização: computação convergente, hiperconvergente, exadata e PCA;
- ✓ Armazenamento de dados;
- ✓ Capacidade de comunicação para os *datacenter*.

Datacenters

Para além do datacenter do Porto, foram também criados mais 2, em Évora e Lisboa. De acordo com as informações obtidas, encontram-se testadas as redundâncias, estando todo o sistema operacional.

Sistema de call back e sms- sistema SARA

Esta é uma funcionalidade que já existia nalguns Centros de Saúde e que está a ser ampliada para a totalidade, permitindo que nenhuma chamada dos utentes se perca (ficando o registo numa central). Para além disso, os doentes receberão também um sms com a informação da marcação e desmarcação da consulta. Foram instalados 752 sistemas, estando ainda 43 em ativação.

Todos os restantes Centros de Saúde irão ficar com o sistema SARA implementado, sendo necessário ainda abrir um novo concurso público, cuja estimativa é de que aconteça ainda no 1º trimestre/2025.

Substituição dos sistemas de informação dos Cuidados de Saúde Primários (CSP)

Este projeto, teve como objetivo uniformizar o SClínico nos CSP, permitindo ainda a atualização tecnológica e a evolução da base de dados do SClínico para a versão 19 da Oracle e aplicativos para a versão Forms 12.

Desde ago/24, que o sistema de informação SClínico CSP 4.x já está a funcionar em todas as unidades de CSP do SNS, estando centralizado, a nível nacional, numa única infraestrutura e disponibilizado às Unidades Locais de Saúde (ULS) por Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES). O processo ficou concluído com a migração do Sistema de Informação Nacional de Unidades de Saúde (SINUS) na ULS de Matosinhos, no final de julho/24, representando a descontinuidade total de quatro sistemas de informação obsoletos, designadamente o SINUS, a versão anterior do SClínico CSP, o UNO e o Módulo de Apoio para Registo de Taxas de Atos (MARTA). Sendo expectável que as melhorias tecnológicas tragam ganhos relevantes para todos os envolvidos, deverão ser montados processos que permitam conhecer o grau de satisfação e melhoria de condições, de todos os utilizadores, ou seja, dos profissionais de saúde, assistentes administrativos e utentes.

A gestão e manutenção da solução é assegurada pela SPMS, E.P.E.

O que está em desenvolvimento:

- O Sistema de Cuidados de Saúde (S3) que permite às ULS utilizar um único sistema de informação, quer nos CSP, quer nos Cuidados de Saúde Hospitalares. O referido sistema já se encontra disponível aos profissionais com a categoria de Assistentes Técnicos, no Serviço de Urgência da Unidade Local de Saúde da Lezíria, E.P.E.
- Partilha de informação entre instituições, com integração dos atos médicos (contactos do utente) na Área do Profissional, estando atualmente acessível através dos Processos Clínicos Eletrónicos (Cuidados de Saúde Hospitalares).
- Evolução de uma ferramenta de Visão Clínica Integrada (VCI), que irá permitir o acompanhamento do utente inter/intra ULS.

De acordo com a SPMS, os resultados destas implementações são monitorizados através de *dashboards* de monitorização, *dismonitor*, proximidade com as entidades, entre outros.

Substituição das componentes administrativa, clínica e de gestão hospitalar dos sistemas de informação dos cuidados de saúde hospitalares

A substituição da componente administrativa e de gestão hospitalar está em curso (ou ativação) nos Hospitais de 12 Unidades Locais de Saúde, sendo que a Unidade Local de Saúde da Lezíria já utiliza, em produção e como piloto, no Serviço de Urgência.

A componente clínica está em curso, à semelhança da componente administrativa, sendo também objetivo disponibilizar em primeiro lugar nos Serviços de Urgência. A substituição para o Sistema de Cuidados de Saúde (S3) será gradual, por serviço e funcionalidade, de forma a não gerar indisponibilidade de serviço.

A expectativa da SPMS é de que em jun/2025 seja possível a disponibilização nas 12 Unidades Locais de Saúde, do módulo de Urgência, módulo clínico e administrativo.

A substituição de sistemas de informação em área hospitalar revela-se mais complexo do que nos CSP. Existem muitos sistemas diferentes, que interligam com as várias áreas de um hospital. No entanto, de acordo com a informação da SPMS, são já vários os hospitais a solicitarem a adesão ao S3. Paralelamente, têm também sido solicitadas as substituições de postos de trabalho mais antigos (alguns com mais de 10 anos).

Registo de Saúde Eletrónico (RSE)

A existência de um RSE, tem sido uma das questões mais discutidas, com o objetivo de criar um sistema digital que armazene informações de saúde de uma pessoa, como histórico médico, diagnósticos, medicamentos prescritos, resultados de exames e outros dados clínicos relevantes e que permita que os cidadãos e profissionais de saúde acessem rapidamente a informações atualizadas, independentemente do local de registo das mesmas.

Mas as complexas questões associadas, tais como a definição da informação que deve estar contida no RSE ou a confidencialidade e segurança da mesma, tem levado a um trabalho de definição por parte dos Estados-Membros da União Europeia, tendo sido criado o Espaço Europeu de Dados de Saúde (EEDS), uma iniciativa que visa facilitar esse acesso e partilha. As regras e definições têm também sido criadas, estando previstas implementações faseadas até 2030. A SPMS encontra-se a trabalhar em duas propostas de quadros normativos, que irão regular o seu funcionamento em Portugal (Quadro normativo da Plataforma Nacional de Partilha de Dados de Saúde e Quadro normativo do Serviço Nacional de Acesso e Partilha de Resultados de MCDT).

A SPMS encontra-se a trabalhar nessa plataforma nacional, que pode englobar qualquer um dos sistemas de informação, permitindo assim a criação do registo de cada utente.

O processo engloba muitos procedimentos de integração, de operadores públicos e privados e de fornecedores de soluções, bem como questões de governança e localização dos dados, entre outros.

Para que o RSE esteja operacional, é necessário que as instituições de saúde consigam comunicar digitalmente, algo que não acontece atualmente, pelo que os passos em direção à uniformização dos sistemas de informação, quer nos CSP, quer nos hospitais, são indispensáveis.

O primeiro serviço a ser expandido será o serviço de partilha de informações relativas a alergias e reações adversas, que estará disponível na primeira metade de 2025, estando previsto seguirem-se o serviço de partilha de resultados de meios complementares de diagnóstico e terapêutica (MVDT) sem requisição, os dados de inoculações, o historial de gravidez ou os hábitos sociais.

A adoção do RSE será integralmente concretizada apenas após a publicação oficial das normas pela Comissão Europeia, juntamente com os seus subsequentes atos de execução (nos quais estarão definidas as especificações técnicas da Comissão). Até lá, todo o processo de implementação do RSE é um exercício antecipatório por parte de Portugal.

O financiamento dos serviços do RSE deverá ser garantido por múltiplas fontes, como é o contrato-programa e o contrato de manutenção com a ACSS - Administração Central do Sistema de Saúde, I.P., bem como fontes alternativas de financiamento (p.ex. europeias) e eventual cobrança de prestação de serviços de armazenamento de dados.

Apesar de não existir uma meta PRR associada aos desenvolvimentos relacionados com o RSE em Portugal, A SPMS indicou que vários projetos em curso contribuem indiretamente para a sua concretização futura e são (a título exemplificativo), os seguintes:

- Quadro normativo do Registo de Saúde Eletrónico
- Registo de Saúde Eletrónico Único – Componente Central
- Plataforma de conformidade de serviços digitais
- Repositório central de MCDT
- Serviços de integração

Apreciação e recomendações

Considera-se que tem sido realizado um trabalho de grande complexidade na área da transição digital na saúde, que antes de ser visível para os utentes, passa por fases demoradas de preparação de *backoffice*, que permitem que seja possível mudar os sistemas legados existentes, por outros que se interliguem e que garantam a segurança e fiabilidade dos dados de saúde, esperando-se, por isso, uma melhoria significativa na eficiência dos profissionais de saúde.

Apesar de ter sido indicado pela SPMS que as metas definidas podem ser consideradas cumpridas, é imprescindível a continuidade dos investimentos, sob pena de se colocar em risco o que já foi alcançado.

Considera-se por isso que para este investimento é **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**.

Recomenda-se:

- i) Que se mantenha e intensifique o ritmo de atualização dos sistemas de informação nos cuidados hospitalares, de forma a aproveitar ao máximo esses trabalhos durante o tempo do PRR, aproveitando também o máximo de sinergias existentes com investimentos em curso;
- ii) Que se preparem processos de verificação do grau de utilização e satisfação dos novos sistemas, bem como *dashboards* de monitorização de atividades, para identificação de riscos ou falhas de sistema, garantindo capacidade de atuação na sua correção;
- iii) Que seja acompanhada pela tutela a necessidade de autorizações ou alterações legislativas, para prover a SPMS do quadro de recursos humanos necessários ao acompanhamento futuro da transição digital em implementação, para que não se corra o risco de disrupções tecnológicas ou perdas de capacidade;
- iv) Que se aumente significativamente a comunicação e disseminação das alterações tecnológicas, junto dos profissionais de saúde, dos utentes, mas também da sociedade em geral, uma vez que a utilização de novas funcionalidades que ficam disponíveis, serão mais impactantes em termos de eficiência, se todos souberem que elas existem, aumentando a sua utilização e promovendo a sua democratização;
- v) Que se monitorize, de forma proativa, a existência de projetos de investigação robustos, financiados (essencialmente) por fundos europeus e que compreendam áreas de atuação tecnológica na saúde, identificando os que podem vir a ser uma mais-valia para qualquer uma das fases de transição digital na saúde e onde a SPMS se possa constituir como parceiro, associado ou parte interessada;
- vi) Que sejam definidos planos de adoção e expansão da telessaúde e telemonitorização, em cada ULS e IPO, de forma que o investimento realizado se concretize na prestação, disponibilidade e flexibilidade, de cuidados de saúde à população;
- vii) Que se clarifique, com um alto grau de certeza, junto da EMRP e da Comissão Europeia, as concretas evidências necessárias para comprovar o cumprimento integral das mestas associadas a estes investimentos.

Componente C05 | Capitalização e Inovação Empresarial

C05-i08	Ciência Mais Digital BI e BD – Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)
<u>Reprogramação:</u> foi aprovado um aumento de ambição (20 M€), relativo ao desenvolvimento de soluções de Inteligência Artificial em processos da Administração Pública. Foi também aprovado o aumento de ambição (27,1 M€), através da Inclusão de investimento relativo à criação de um Modelo de Linguagem em Grande Escala de língua portuguesa de Portugal (LLM Português ou AMÁLIA).	

Campus Ciência XXI e Balcão da Ciência

Objetivo: disponibilizar, num único local, os principais serviços e mecanismos de financiamento aos investigadores, entidades de I&D e instituições do ensino superior. Para além do local físico há o desenvolvimento de plataforma digital.

Ponto de situação:

- Houve atrasos no lançamento do concurso, devidos à necessidade de identificar corretamente a titularidade do imóvel, de atrasos na elaboração do projeto de engenharia, tendo sido ainda necessário o parecer da C.M. Lisboa, por ser património classificado;
- Após lançamento de concurso, está em fase final o relatório de audiência prévia;
- Prazo estimado de obra é de 9 meses;
- No caso da plataforma digital myFCT, estavam em contratação os serviços de desenvolvimento de software, com o objetivo de concluir os vários módulos.

Centro Nacional de Computação Avançada (CNCA)

Objetivo: criação do Centro Nacional de Computação Avançada- CNCA (que reorganizará as redes e centros informáticos portugueses existentes numa única entidade) e apoio ao funcionamento de 2 supercomputadores (Deucalion e Mare Nostrum 5). Conclusão da infraestrutura de apoio e do centro de dados do CNCA.

O Deucalion é o sétimo supercomputador da União Europeia (no âmbito da empresa comum EuroHPC) e foi instalado em setembro/23, no campus da Universidade do Minho, em Guimarães.

O supercomputador Mare Nostrum 5 será o terceiro supercomputador europeu à pré-exaescala, será instalado em Espanha, contribuindo Portugal com 5% do valor.

Ponto de situação:

- Está terminada a criação do CNCA, a aquisição do supercomputador Deucalion e o cofinanciamento de 5% do Mare Nostrum 5;
- O concurso público de empreitada recebeu candidaturas até 07/04/25;
- Em preparação: processo de contratação dos recursos humanos e preparação de infraestruturas de apoio para o CNCA, que ficará localizado em Braga.

Programa de I&D em IA e estímulo à investigação na Administração Pública

Objetivo: conclusão de 94 projetos financiados no âmbito do programa de I&D na administração pública (incluindo nos domínios da inteligência artificial (IA), da cibersegurança e da ciência dos dados).

Ponto de situação:

- Foram contratualizados 96 projetos (apenas em abril/25);

- Regista algum atraso, com prorrogação do fim dos projetos de 31/10/25 pra 31/01/26, podendo ainda ser adicionado mais tempo, tomando como referência a meta contratualizada com a Comissão Europeia (junho 2026).

Plataforma nacional de cursos massivos online (NAU)

Objetivo: aumentar em 50 os cursos oferecidos por esta plataforma

Ponto de situação:

- Foram lançados 53 cursos – em 2024 a média foi de 4.108 inscritos por curso;
- Em preparação: avaliação da performance do hardware e desenvolvimento de páginas personalizáveis.

Programa Nacional de Ciência Aberta e Dados Abertos de Investigação (PNCA-DAI)

Objetivo: criação de 7 novos serviços digitais⁴⁹, de um centro de dados e de um serviço de gestão de dados.

Ponto de situação:

- Em lançamento o concurso para aquisição de infraestrutura;
- Em execução os planos de atividades dos consórcios selecionados para os Centros de Gestão de Dados;
- Em organização: eventos de comunicação;
- Em preparação: presença digital de serviços de apoio à Ciência Aberta e Dados Abertos e respetiva proposta de legislação (Portugal ainda não tem política de dados abertos).

Projeto LLM Amália e fábrica de Inteligência Artificial (novo investimento-reprogramação)

Não foi ainda possível obter informações que permitam apreciar este projeto. De acordo com a informação prestada pela FCT, terá sido concluída a primeira versão beta, embora não seja do conhecimento público os resultados alcançados.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**.

Relativamente aos investimentos em Inteligência Artificial, tendo em atenção que se trata de áreas inovadoras e em que o país ainda não é suficientemente robusto, recomenda-se uma articulação forte entre as várias entidades nacionais, nomeadamente as 14 que integram o Conselho para o Digital na Administração Pública (CDAP) e uma análise constante à legislação existente e/ou necessária. É essencial aumentar a transparência do LLM Amália, quer nas entidades participantes quer nos resultados intermédios que sejam alcançados.

⁴⁹ Gestão de Dados Ativos de Investigação; Sistema de Planos de Gestão de Dados de Investigação; Serviço de Repositório de Dados de Investigação; Research Portal; Serviço de Indicadores de Ciência Aberta; Serviço de Monitorização de Ciência Aberta; Serviço de Identificadores Persistentes

Componente C16 |Empresas 4.0

C16-i01	Capacitação Digital das Empresas (Emprego +Digital) BD - Instituto do Emprego e Formação Profissional
---------	--

Reprogramação: foi **aprovado** um aumento de ambição de 200.000 para 225.000 participantes na formação, mantendo-se a dotação.

Meta: 225.000 pessoas que frequentem ações de formação on-line, em regime de b-learning ou presencial (set/25)

Foram criados vários programas (para públicos-alvo diferentes, empregados). O ponto de situação à data de abr/25, de acordo com informação prestada pelo IEFP era o seguinte:

Medida	Execução (formandos)	Submissão/análise ou aprovação	Nº de empresas envolvidas; respetivo setor de atividade e NUTS II	Áreas tecnológicas de formação mais representadas	Habilitações literárias dos formandos
Formação Emprego +Digital (dirigido a trabalhadores)	209.282	365.538 (formandos abrangidos pelas ações submetidas)	26.293 (maior prevalência Norte e Centro) Setores: outros (40%) e Comércio (18%)	Ferramentas de produtividade e colaboração (40%) e Comércio Digital - estratégia de empresa & operacionalização (25%)	Maior parte com ensino secundário (44%), licenciatura (23%) ou 9º ano (17%)
Cheque-Formação +Digital (dirigido a trabalhadores)	3.261	Aprovadas 4.930 de 8.185 submetidas	1.860 (maior prevalência Norte e Lisboa e Vale do Tejo)	A maior parte (97%) com formação extra Catálogo Nacional de Qualificações	Maior parte com licenciatura (45%) ou mestrado (30%)
Líder +Digital (dirigido a gestores e dirigentes)	28	Aprovadas 41 de 46 submetidas	816 (maior prevalência Norte e Centro); essencialmente micro (53%) e pequenas (28%) empresas	-	Maior parte com licenciatura (43%) ou ensino secundário (18%)
Formador +Digital (dirigido a formadores)	1.820	-	-	-	-
Total	214.391				

A CNA-PRR questionou ainda o IEFP sobre os instrumentos de monitorização que foram criados para acompanhar a implementação destas medidas, tanto no curto como no médio prazo, as respetivas entidades envolvidas e as medidas de comunicação previstas.

De acordo com as respostas enviadas, são as seguintes as formas de acompanhamento destas medidas:

➤ Curto prazo:

Todos os formandos são reportados através do Sistema de Gestão de Candidaturas, onde são recolhidos vários dados (p.ex. formação frequentada, habilitações Literárias, dados da entidade empregadora, região onde a formação é executada, a área tecnológica da formação).

➤ Médio prazo/longo prazo

Foi dado o exemplo da medida Líder+Digital, em que, através da monitorização dos participantes e certificação das ações, é possível quantificar quais os projetos de transformação digital operados, por via do número de Planos de Ação de Transformação Digital (PATD) que foram implementados nas empresas (os Projetos de Formação e Ação de Transformação Digital, incluem para além do percurso formativo, a conceção/criação e implementação dos Planos de Ação de Transformação Digital). Na medida Formação Emprego + Digital, foi criado um Modelo de Acompanhamento técnico-pedagógico e financeiro executado pela respetivas Delegações Regionais do IEFP, I.P., bem como foi concebido um Dispositivo de Avaliação (de aplicação obrigatória). Integra ainda um modelo de relatório de avaliação do projeto/plano de formação que deve ser apresentado pela entidade em sede de saldo final.

Com estas informações, considera o IEFP ficar munido de informação para eventuais ajustes e melhorias a desenvolver na implementação desta Medida, bem como avaliar a qualidade e a satisfação da formação desenvolvida por cada uma das entidades formadoras e a pertinência e utilidade da mesma para os trabalhadores/empresas.

➤ Comissão de Acompanhamento do Programa “Emprego + Digital 2025”

Para além de outras competências, esta Comissão é responsável pela análise dos relatórios de execução apresentados pelo IEFP, I.P. e produzir recomendações relativas à execução e implementação das respetivas medidas, bem como produzir recomendações quanto à sua gestão. Esta comissão reúne bimestralmente, ou mediante solicitação de qualquer um dos seus membros, sendo constituída por dois representantes do IEFP, I. P., que preside; dois representantes da EMPD (posteriormente substituída pela AMA); dois representantes de cada uma das confederações sindicais (CGTP e UGT) e um representante de cada uma das confederações patronais com assento na CPCS (CAP, CCP, CIP e CTP); dois representantes das entidades representativas do setor social e solidário (CASES e UMP); dois representantes das instituições do ensino superior (CCISP e CRUP); e um representante das estruturas representativas das entidades formadoras (APEFOR) certificadas pela DGERT. Esta comissão já se reuniu por 11 vezes, tendo a última sido realizada a 29 de janeiro de 2025.

Está prevista uma campanha de comunicação para divulgação dos resultados do programa (lançado procedimento de contratação pública).

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**.

C16-i01	Capacitação Digital das Empresas (Academia Portugal Digital) BF – Agência para a Modernização Administrativa (AMA)- inicialmente atribuído à Estrutura de Missão Portugal Digital, entretanto extinta e incorporada na AMA
---------	---

Reprogramação: foi **aprovada** a alteração da meta para 500 000 diagnósticos de competências digitais, 50 000 participantes em formações sobre competências digitais, online, mistas e presenciais, bem como a criação de 30 MOOC específicos a disponibilizar na plataforma online. O prazo passa de set/25 para dez/25.

Esta tem sido uma das medidas difíceis de acompanhar, face às alterações dos respetivos gestores. Apesar de estar inicialmente sob a alçada do IAPMEI, foi atribuída à Estrutura de Missão Portugal Digital, extinta em 2024 e cujas competências foram integradas na AMA.

De acordo com a informação prestada em fev/25 pela AMA, a expectativa era de que fosse aprovado o pedido de reprogramação, permitindo assim cumprir a meta. Apesar de ter sido aprovada uma parte da proposta e de ter sido prorrogado o prazo de finalização, houve um acréscimo o número de diagnósticos digitais a realizar (500.000).

De acordo com a AMA, foram identificados os seguintes constrangimentos e desafios a superar:

- Após uma auditoria à plataforma de formação, foram detetados bugs, indisponibilidades não previstas e ausência de contratos de manutenção e informação/documentação sobre a solução;
- Produção dos MOOC irá avançar com desenvolvimento interno;
- Necessidade de campanhas de comunicação junto de parceiros.

Em termos de resultados, obtidos junto da AMA, a 31/01/25, eram os seguintes:

- 160.677 diagnósticos concluídos;
- 21.342 formandos que completaram um módulo em linha, misto ou presencial no programa Academia Portugal Digital;
- 68.265 utilizadores registados no site Academia Portugal Digital;
- 3 MOOC disponibilizados (12 previstos até final de mar/25).

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento como **CRÍTICO**.

Apesar da proposta de diminuição da meta em reprogramação, mantêm-se muito ambiciosos os resultados, tendo em conta que há problemas entretanto identificados com a plataforma. O número de MOOCs disponibilizados (e que são a base para a formação), é muito curto e o tempo disponível para serem efetivamente testados e utilizados em processos de formação é muito curto. A qualidade do processo, dos materiais e da formação precisa de ser garantida.

Recomenda-se:

- i) Que sejam intensificadas as ações de disseminação dos cursos;

- ii) Que seja efetuada uma análise ao potencial de duplicação de cursos, MOOC, incluindo as respetivas temáticas, de modo a evitar a proliferação de plataformas, cursos ou materiais, que rapidamente ficam obsoletos e sem capacidade de manutenção ou atualização.
- iii) Que seja realizada uma análise criteriosa da qualidade e dos respetivos recursos humanos especializados associados, que garantam a mesma.

C16-i02	Transição Digital das Empresas BI-ANI (Rede Nacional de Test Beds) (apoio IAPMEI)
---------	--

Reprogramação: foi **aprovada** uma extensão de prazo de T3/25 para T2/26; uma redução de ambição (-19 M€); e a alteração da meta, passando de número de produtos e serviços em fase piloto da Rede Nacional de Test Beds para apoio pago às Test Beds, tendo como argumentação a necessidade de mitigar o risco de duplo financiamento, em virtude de serem vários os programas de apoio nacionais e comunitários, que podem ser utilizados para o desenvolvimento destes produtos.

Meta de execução física:

3.600 produtos-piloto desenvolvidos na rede nacional de *Test beds*.

Apesar da meta com a Comissão Europeia ter passado para execução financeira, mantém-se a contratualização das Test Beds (conforme definido no Aviso de Abertura de Concurso). Cada Test Bed deverá desenvolver de acordo com a respetiva categoria (líder, excelência ou excelência Europa), um número mínimo de produtos piloto (KPI) a serem alcançados até 30/06/2026, devendo cada Test Bed ter cumprido 15% da meta final proposta até junho de 2024.

A alteração da forma de verificação da meta, que passou a ser financeira (montante de apoio pago) e não de apresentação de evidências relativas aos Test beds efetuados, permite a simplificação de alguns procedimentos administrativos. Apesar disso e mantendo-se a necessidade de cumprir a contratualização, foi definida a metodologia de avaliação de resultados⁵⁰, pelo que devem ser mantidos os esforços de qualidade dos serviços a realizar e a comunicação junto do público-alvo. Haverá lugar a correções para baixo ao incentivo contratualizado no caso de Test beds com grau de cumprimento abaixo dos 75%.

Em termos de resultados, no final de fev/25 estavam reportados 653 produtos-piloto desenvolvidos e uma execução financeira de 31%.

A comunicação e a angariação de startups e empresas para a prestação de serviços tem sido um dos maiores desafios das Test beds, que continuam a executar diferentes estratégias. Há ainda que aguardar pelos que foram aprovados no âmbito do último Aviso, com início de trabalhos a partir de fev/mar/25.

No que diz respeito às regras de faturação por parte das entidades que estão a executar o investimento, têm sido muitas as dúvidas:

⁵⁰ Conforme Orientação Técnica N.º 2/IAPMEI/2025, acessível em:
[OT_N2_IAPMEI_2025_MetodologiaAvaliacaoResultad-\(1\).aspx](https://www.iapmei.pt/OT_N2_IAPMEI_2025_MetodologiaAvaliacaoResultad-(1).aspx)

- Desde o início do investimento que as entidades de Test bed colocaram a dúvida sobre se poderiam fazer faturas com valor zero, ou seja, com desconto de 100% sobre o valor de tabela.
 - Não tendo existido uma resposta célere da parte da ANI e mencionando a mesma que tal resposta teria que ser obtida junto da Autoridade Tributária, as Test beds optaram por emitir faturas com o mínimo de 1€, para ultrapassar essa questão;
- Modelo de penalização caso os resultados contratualizados não sejam alcançados
 - A ANI apresentou o modelo de apuramento das penalizações financeiras, caso cada Test Bed não cumpra os resultados contratualizados.
- Mas a questão principal foi a de saber sobre qual o valor base para apuramento do IVA.
 - Após vários meses de dúvidas e questionamento por parte das Test beds, uma FAQ da ANI esclarecia que o valor do IVA deveria ser apurado a partir do valor final do serviço (após desconto);
 - No entanto, numa FAQ subsequente (fev/25), a ANI vem esclarecer que, após informação da Autoridade Tributária e em virtude do valor descontado ser considerado uma subvenção à empresa objeto do serviço⁵¹, o IVA deveria ser apurado sobre o valor global da fatura;
 - Tendo em atenção que muitas faturas já tinham sido emitidas e até pagas, seria necessário alterar as mesmas e as empresas procederem ao pagamento do IVA em falta, com processos de alteração e entrega de IVA junto da AT.

A CNA-PRR teve oportunidade de participar numa reunião da Rede Nacional de Test Beds (estrutura informal que junta as Test Beds aprovada e que reúne de forma regular) onde teve oportunidade de auscultar as principais preocupações destas infraestruturas, já após envio da informação, por parte da ANI, da alteração das questões relacionados com o apuramento do IVA. Foi possível perceber um sentimento de forte desagrado, motivado por alterações de regras no decorrer do programa e depois de terem sido faturados vários serviços. Esta situação está a criar desmotivação junto das Test Beds e cria dificuldades objetivas para angariação de novos startups e PMes. Está, ainda, a criar alguma tensão entre os Test Beds e as empresas a quem foi prestado o serviço, e pagaram o IVA respetivo, pois está a ser solicitado que paguem um valor superior.

Em relatórios anteriores, a CNA-PRR chamou à atenção para a definição atempada das regras fiscais a aplicar, algo a que não foi dada a devida atenção e que agora se revelou crítico. Este exemplo mostra, à saciedade, a necessidade de equipas multidisciplinares na definição e gestão dos programas, pois os seus impactos são

⁵¹ No caso de um desconto comercial, o valor base para apuramento do IVA é o valor faturado ao cliente final. No caso dos descontos aplicados nos test beds, esse valor irá contar para a majoração dos incentivos das entidades responsáveis pelos test beds, pelo que são consideradas subvenções ao cliente final. Nestas situações a legislação determina que o IVA deve ser aplicado pelo valor global da fatura (desconto incluído).

múltiplos e complexos. Revela ainda, e como tem recomendado a CNA, a necessidade de discussão prévia das regras com os beneficiários finais, numa verdadeira estratégia de co-criação, de forma a garantir uma linguagem comum e a antecipar as várias áreas de tensão que necessitam de ser resolvidas de forma antecipada

Apreciação e recomendações

Considera-se ser de manter a apreciação deste investimento como **PREOCUPANTE**.

Com a alteração da meta para execução financeira, que representa uma alteração profunda da estratégia inicial, que é a de potenciar a inovação de novos produtos e serviços, retirou-se pressão sobre a execução física. Apesar desse facto poder representar melhorias ao nível de procedimentos administrativos, recomenda-se que as entidades responsáveis pelos Test beds mantenham uma postura de intensificação de comunicação e prestação de serviços, uma vez que será a prestação de serviços de produtos-piloto que trará resultados e impactos positivos para a economia.

Recomenda-se ainda à ANI:

- i) Que mantenha o acompanhamento permanente às equipas de gestão dos Test beds (FAQ atualizadas, reuniões e atendimento) e com uma postura pré-ativa, de forma a potenciar a criação de novos produtos e serviços;
- ii) Que apoie as empresas na resolução da problemática da regularização do IVA não cobrado na faturação;
- iii) Que intensifique a análise e propostas de manutenção e fortalecimento da rede nacional de Test beds, em interligação com outras iniciativas, como os DIH ou as Zonas Livres Tecnológicas (ou outras), de forma que possam manter-se e reforçar-se no futuro, tornando-as estruturas resistentes e resilientes, de apoio às startups e empresas;
- iv) Que avalie a possibilidade da realização de pelo menos um evento de mostra e demonstração de resultados, como parte de uma estratégia mais lata de disseminação de apoios disponíveis para empresas.

C16-i02	Transição Digital das Empresas BI – DGAE (Aceleradoras de Comércio Digital e Bairros Digitais) (apoio IAPMEI)
---------	--

Reprogramação: foi **aprovada** a diminuição de ambição (-6,5 M€) através da redução da meta de 25.000 para 20.000 PMEs apoiadas por aceleradoras de comércio digital. Foi retirada a meta intermédia.

Aceleradoras de comércio digital

Meta: 25 aceleradoras e 20.000 PME apoiadas⁵² até 9/2025.

⁵² O apoio será prestado através da criação de um sistema de incentivos financeiros à digitalização dos modelos de negócio das PME. O apoio consistirá numa avaliação e diagnóstico do nível de digitalização das PME beneficiárias, bem como na prestação de serviços e incentivos específicos para aumentar a adoção de tecnologias digitais no modelo de negócio dos beneficiários

Com este investimento pretende-se a transformação digital de micro e PME⁵³, com processos que envolvem definição de estratégia, ferramentas digitais, novas soluções tecnológicas e conhecimento. Este processo inicia-se com o diagnóstico da maturidade digital do negócio, a elaboração de plano de ação, passando por apoios à contratação de serviços e iniciativas para a capacitação digital das empresas e dos seus colaboradores, através da forma de vouchers atribuídos às empresas, que podem ir de 500€ a 2.000€.

Diagnóstico de maturidade digital

Para este efeito é utilizada uma plataforma específica, disponibilizada desde outubro/23 (pela Portugal Digital). Foram identificados vários problemas (falta de contrato de manutenção, segurança, etc), ultrapassados desde set/24 e estando atualmente a plataforma a ser gerida pela AMA.

Este diagnóstico permite alinhar as necessidades da empresa com o serviço a contratar. De acordo com a DGAE, no caso de empresas que possam discordar do diagnóstico efetuado, está disponível desde fev/25 a possibilidade das mesmas rejeitarem os serviços diagnosticados

Serviços a prestar às empresas

Estes serviços constam de um catálogo próprio, com prestadores de serviços acreditados. O catálogo está disponível desde ago/24. Os pacotes estão alinhados com os diagnósticos da maturidade digital. Para além dos fornecedores disponíveis (que se mantém desde o início), foi lançado em mar/25 um novo aviso para angariação de novos, embora seja um tempo muito curto para se efetuarem as avaliações de candidaturas, publicitação e prestação de serviços, antes de set/25. Só 4 empresas de prestação de serviços (catálogo) solicitaram pedidos de pagamento relativo aos vales já terminados (algumas com dezenas) até mar/25, sendo necessário que a DGAE valide todos os procedimentos antes de poder ser feito o ressarcimento.

Vales atribuídos

De acordo com a informação prestada pela DGAE, era o seguinte o ponto de situação relativos aos vouchers atribuídos e utilizados, por região, à data de 24/04/25:

Região	Meta	Vouchers Atribuídos	Vouchers utilizados		Execução
		Número	Número	Valor (€)	
Alentejo	1.326	723	203	237.000	15,3%
Centro	4.310	3.368	1.359	1.463.500	31,5%
Norte	6.965	2.764	1.299	1.480.000	18,6%

⁵³ São abrangidos os CAE:

45 – Comércio, manutenção e reparação, de veículos automóveis e motociclos

46 – Comércio por grosso (inclui agentes), exceto de veículos automóveis e motociclos

47 – Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos

56 – Restauração e similares

79 – Agências de viagem, operadores turísticos, outros serviços de reservas e atividades relacionadas

95 – Reparação de computadores e de bens de uso pessoal e doméstico

96 – Outras atividades de serviços pessoais

Região	Meta	Vouchers Atribuídos	Vouchers utilizados		Execução
		Número	Número	Valor (€)	
Algarve	1.295	218	116	136.500	8,9%
Madeira	359	176	51	52.000	14,2%
Açores	324	91	46	45.000	14,2%
AM Lisboa	5.570	440	208	199.000	3,7%
Total	20.085	7.780	3.282	3.613.000	16,3%

Nota: Os números da meta apresentados são os valores após a reprogramação de abril/2025. De recordar que o número inicial era de 31.000, que passou para 25.750 após a reprogramação de out/2023.

Como podemos verificar, a taxa global situa-se nos 16,3%, variando de 3,7% na AM de Lisboa até aos 31,5% no Centro. A pouco mais de 5 meses do final da execução física (set/25) afigura-se como extremamente difícil alcançar a meta proposta, o que significa que muito menos micro e PMEs serão objeto de um qualquer processo de digitalização.

Este foi um processo que sofreu várias vicissitudes, sendo a mais relevante a disponibilização tardia da plataforma das entidades acreditadas para atribuir os vales às empresas, que apenas ocorreu em setembro de 2024, o que limitou de forma significativa o tempo útil para subscrição dos mesmos (cerca de um ano).

Mais de 30% dos vouchers atribuídos não são utilizados após os 90 dias de prazo. Apesar de ainda ser possível recuperar, com 2ª ou 3ª atribuição, o facto de serem necessárias várias intervenções relativas a um mesmo vale, é um fator de perda de tempo para as aceleradoras.

Recentemente foi aberto novo Aviso para acreditação de entidades para prestação de serviços, bem como a possibilidade de atribuição de vales no valor de 2.000€ (valor inexistente no concurso anterior, apesar da CNA ter sugerido que esse valor fosse considerado).

Potencial de continuidade e escala pós-PRR

Esta é uma das dúvidas relacionadas com este investimento, uma vez que a continuidade depende essencialmente do interesse, da capacidade e dos recursos das associações.

Este financiamento, via PRR, veio permitir aumentar o leque de apoios disponíveis às empresas, juntando a outros que as associações já promoviam (p.ex. formação), criando oportunidades de encontrar novos públicos.

De acordo com as notas partilhadas com a DGAE, no âmbito das várias sessões com empresários, identificam ainda que os níveis de literacia digital, financeira e económica, bem como a respetiva dinâmica empresarial são muito baixos e deixam ainda muitas dúvidas quanto ao potencial futuro da medida. Consideram que, sem a intervenção das próprias associações, complementada com outros apoios, a transição e transformação digital no setor do comércio será mais lenta, sendo, no entanto, necessário que as próprias associações se capacitem, para conseguirem ter uma boa aproximação às empresas e um conhecimento aprofundado do tecido empresarial das respetivas regiões.

Bairros Comerciais Digitais

Meta: 75 bairros de comércio digital a funcionar⁵⁴ até set/25.

Execução

De acordo com a informação prestada pela DGAE, dos 96 bairros elegíveis, 4 desistiram⁵⁵.

Dos 92 em execução, a execução (a 26/03/25) encontrava-se, no geral, entre os 20% e os 30%.

Do ponto de situação resumido, enviado pela DGAE, foi possível retirar algumas apreciações globais:

- A quase totalidade dos Bairros contratou o gestor de Bairro até final de 2024, com vários a contratarem em set/24. Embora em número residual, alguns gestores foram contratados já em 2025;
- As atividades iniciais executadas foram as de criações de marca, identidade visual, bem como ferramentas de recolha de indicadores;
- Os procedimentos de contratação pública têm estado a ser colocados em prática, sendo que no início de 2025 se verificaram muitas aberturas de concursos, com resultados a ser obtidos durante o 1º semestre/25, mas as execuções ainda sem data prevista;
- Identifica-se uma tentativa de acelerar as aquisições, através de abertura de concursos públicos que permitam suprir todas as necessidades (p.ex. cobertura wifi, mas também os elementos físicos);
- Nas situações em que há reporte de contactos com os comerciantes para que adotem as novas estratégias tecnológicas e digitais, identificam-se barreiras de literacia que podem ter impactos negativos na adoção.

Gestores de Bairro

Cada Bairro contratou um gestor dedicado para este investimento, mas a maior parte dos contratos terminará em set/25.

De acordo com a informação prestada pela DGAE, bem como outra recolhida pela CNA-PRR junto de alguns municípios, há diversas estratégias a serem seguidas e que poderão ditar a continuidade e impactos deste investimento. Alguns municípios decidiram desde o início alocar técnicos internos, outros estão a integrar os gestores de bairro contratados como parte estratégica nas divisões de apoio às empresas ou de empreendedorismo.

Evidências de cumprimento de meta

⁵⁴ A meta que está definida pela Comissão Europeia é: Número de bairros de comércio digital em centros urbanos e zonas suburbanas ou rurais. Estes investimentos deverão abranger a conectividade e a infraestrutura digital local, em particular a instalação (ou melhoria) dos equipamentos e instalações existentes de acesso à Internet sem fios para os clientes das zonas comerciais. Deverão abranger também a integração de soluções tecnológicas de gestão de entrega de encomendas e a adoção de meios de pagamento eletrónicos, de forma a digitalizar a experiência de consumo, assim como o modelo de negócio das lojas.

⁵⁵ Alvalade | Lisboa - Freguesia de Alvalade; Baixa de Albufeira | Município de Albufeira; Viva Monsar@z | Município de Reguengos de Monsaraz; Matosinhos | Município de Matosinhos

Não está ainda clarificado qual o nível de implementação de cada Bairro, para efeitos de cumprimento de meta junto da Comissão Europeia. Para além dessa meta, cada Bairro comprometeu-se com determinado nível de indicadores, no âmbito do seu contrato com a DGAE. Alguns destes indicadores são bastante ambiciosos (p.ex. atingir determinado nível de faturação, envolvimento de % de empresas aderentes ou até contratação de doutorados) e pode não ser atingido, pelo que será necessário também a definição de penalizações, caso não seja atingido ou atingido apenas parcialmente.

Estudos de impacto

De acordo com a DGAE, seria importante perceber qual o impacto desta medida, ao longo dos anos e os bairros que continuaram ou terminaram e as respetivas causas. No entanto, consideram não ter capacidade para criar e manter um estudo desta dimensão.

Plataforma informática de gestão de ambas as medidas e acompanhamento interno

Estas foram questões consideradas críticas no último relatório da CNA-PRR, sendo o seguinte o ponto de situação recolhido junto da DGAE, a mar/25:

- A plataforma informática para gestão de pedidos de pagamento está disponível desde jul/24 (para as aceleradoras), mas só desde out/24 para a DGAE. Isso fez com que houvesse um desfasamento no tempo para a análise dos pedidos, estando regularizado em 2025.
- Os pedidos de pagamento têm sido respondidos em menos de 60 dias (exceto Norte, devido à maior complexidade e pedidos de esclarecimento).
- Os pagamentos, quer aos bairros, quer às aceleradoras, têm estado a demorar em média 8 dias, sendo efetuados pelo IAPMEI.
- O tempo de resposta a questões colocadas (quer pelas aceleradoras, quer pelos bairros) tem sido em média de 72 horas, sendo respondidas todas as questões, a maior parte no próprio dia (no caso de questões simples).
- Foi implementado um dashboard de acompanhamento interno, com informação agregada, que é também partilhada com a tutela.
- À data de mar/25 já tinham sido realizadas mais de 110 reuniões com bairros e aceleradoras, tanto de carácter técnico, como de acompanhamento no terreno.
- Há um pedido de reporte periódico por parte dos 3 técnicos da DGAE que acompanham estas medidas e que abrange resultados, contratação pública, resulta, etc.

Ressarcimento do IVA não dedutível

A ferramenta informática pré-valida as faturas automaticamente pela AT, bem como o respetivo valor do IVA. No entanto ainda não foram efetuados pagamentos.

Apreciação e recomendações

Aceleradoras digitais: considera-se ser de manter a apreciação de **CRÍTICO**.

Os vales subscritos pelas empresas apresentam um valor reduzido, quando faltam cerca de 5 meses para a conclusão do investimento. De notar ainda a % muito reduzida em Lisboa. O processo até à subscrição do vale é moroso e exige uma forte intervenção das aceleradoras junto dos empresários.

Realça-se, no entanto, o facto de terem sido acauteladas as questões relativas à operacionalização da plataforma informática, bem como o facto de estar implementado um modelo de acompanhamento das aceleradoras, quer ao nível das questões técnicas, quer no terreno.

Recomenda-se que:

- i) que seja alargado o período de execução até dezembro de 2025, data final do 8º pedido de pagamento;
- ii) Seja reforçada a equipa da DGAE, de forma a garantir celeridade na validação dos vales e nos pedidos de pagamento.
- iii) Seja operacionalizado o mecanismo de reposição do IVA.

Bairros Comerciais Digitais: considera-se ser de manter a apreciação em **PREOCUPANTE**.

Apesar de todos os 94 Bairros estarem em execução, as fases em que os mesmos se encontram são ainda muito iniciais. O trabalho de intervenção junto dos comerciantes e a sua adoção digital está ainda longe de se poderem vislumbrar quaisquer resultados ou impactos. Para além disso, e por este motivo, há sérios riscos dos objetivos acordados em cada bairro não serem cumpridos, criando uma situação complexa, pois Portugal cumprirá a meta acordada com a Comissão Europeia, mas os Bairros Comerciais não cumprirem os objetivos assinados com a DGAE. Recomenda-se que:

- i) que seja alargado o período de execução até dezembro de 2025, data final do 8º pedido de pagamento;
- ii) Seja reforçada a equipa da DGAE, de forma a garantir celeridade na nos pedidos de pagamento.
- iii) Seja operacionalizado o mecanismo de reposição do IVA.

C16-i02	Transição Digital das Empresas BI e BF - AICEP (internacionalização via e-commerce)
---------	--

Meta: apoio a 1.500 PME⁵⁶ em processos de internacionalização através do comércio eletrónico.

De acordo com a informação da AICEP, não está previsto ser feita qualquer verificação de vendas ou atividade em e-commerce, sendo a criação ou melhoria de loja online para o exterior o ponto de chegada.

De acordo com a informação prestada pela AICEP, o ponto de situação à data de mar/25, era o seguinte:

⁵⁶ Em termos de meta PRR, estes números deverão ser conjugados com o número de PME apoiadas no Coaching 4.0, nos vouchers para start-ups e nos vales para incubadoras, perfazendo um total de 5.600 empresas/associações apoiadas.

Foram publicados 3 Avisos de Concurso (2022, 2023 e 2024), registrando-se um número total de **2.041 candidaturas submetidas**, encontrando-se **contratualizados 755 projetos**, com um montante de incentivo que ascende a 15,7 M€.

Verificam-se ainda atrasos nas contratualizações, após as notificações de agosto/setembro de 2024, bem como o processo de análise de candidaturas do aviso de 2024 (872 candidaturas submetidas), pelo que, para que seja permitido um mínimo de 12 meses para execução dos projetos, será necessário prorrogar a medida para junho de 2026.

Diagnóstico de auto-avaliação (empresas)

Este diagnóstico de autoavaliação para a maturidade digital/diagnóstico de e-commerce é realizado em área aberta da página web da AICEP e não carece de qualquer registo por parte do utilizador – os únicos elementos obrigatórios são o NIPC e o e-mail – sendo que no final do questionário o utilizador recebe através do seu e-mail a pontuação e as recomendações produzidas.

Desde 2022, foram realizados 5.985 diagnósticos no total. Não existem dados que permitam saber quais as empresas já acompanhadas pela AICEP antes da realização desse diagnóstico inicial, para além de que as empresas podem fazer a atualização do diagnóstico decorrido 1 ano da realização do anterior. No total, 5.652 entidades únicas realizaram essa atualização de diagnóstico e, dessas entidades, 3.435 diagnósticos foram realizados por empresas que têm um Gestor de Cliente (GC) atribuído pela direção comercial (DC) da AICEP.

A oferta de Planos de E-commerce internacional está aberta em contínuo desde 2023, podendo as empresas solicitar um Plano em qualquer altura, mas desde 2024, é também enviado um e-mail automático de convite para a elaboração de Planos para todos os utilizadores do diagnóstico. Entre agosto de 2022 e março de 2025, foram solicitados 972 pedidos de apoio que, após análise e pedido de esclarecimento, deram origem a 914 planos entregues.

Não obstante, este apoio da AICEP não foi de apresentação obrigatória para candidatura a este incentivo financeiro. Dada a maturidade digital das empresas, os prazos limitados de candidatura e o tempo necessário para elaboração dos Planos (20 dias) pela AICEP, muitas empresas optaram por apresentar o seu Plano de E-commerce elaborado de forma autónoma. Dos 914 planos desenvolvidos pela AICEP, 500 foram apresentados em sede destas candidaturas e destes planos 182 obtiveram parecer de elegibilidade positivo, com 146 com contrato assinado. Existem 244 empresas com planos de E-commerce desenvolvidos pela AICEP com candidaturas ainda em análise.

Modelo de acompanhamento das empresas apoiadas

Todas as empresas que realizaram um Plano de E-commerce com a AICEP, independentemente de terem apresentado candidatura, efetuaram o seu registo no Portal de Cliente da AICEP. Através dessa plataforma, têm acesso a uma ampla gama de informações e recursos sobre internacionalização. As empresas com

candidaturas aprovadas beneficiam de um acompanhamento ativo por parte dos gestores da DC, que atuam como facilitadores do processo de internacionalização. Os gestores de cliente da DC têm um programa de reuniões e visitas anual. Esse acompanhamento visa não apenas apoiar a implementação dos projetos, mas também complementar o apoio financeiro na área de internacionalização via e-commerce com os diversos produtos e serviços disponibilizados pela AICEP para a internacionalização em sentido mais lato.

Em 17-01-2025 foi disponibilizada a nova funcionalidade “Contacte o Gestor” para o envio de mensagens por parte dos beneficiários de Projetos PRR. Esta funcionalidade, que consiste num mecanismo de troca de mensagens, permite agilizar e agregar a comunicação entre o beneficiário e o Gestor de Projeto.

Eventos de comunicação, disseminação ou networking e ferramentas de monitorização

As empresas com candidaturas ao incentivo integrarão uma lista prioritária para o envio de informação e divulgação das ações do programa “Exportar Online” (EOL) – um programa em curso na AICEP desde 2018 que inclui diversos produtos de apoio à internacionalização via e-commerce, nomeadamente produtos de capacitação e informação. Neste contexto, está prevista a realização da Conferência Exportar Online em setembro de 2025; em 2024 a conferência anual decorreu em modo híbrido a partir de Aveiro. A conferência anual é habitualmente uma oportunidade importante para “networking”, sendo as empresas candidatas convidadas especialmente a participar, promovendo a troca de experiências e o reforço das suas capacidades de internacionalização através do e-commerce.

Como parte desse acompanhamento contínuo, o programa EOL propõe a realização de questionários automáticos dirigidos a: empresas que beneficiaram do Plano de E-commerce, para avaliar a sua eficácia – no final de 2025, período em que termina a oferta; empresas com projetos concluídos no âmbito da medida C16, para compreender a adequação do apoio às suas necessidades e identificar oportunidades para o desenvolvimento de novos produtos e serviços – em 2026, fim da medida. Para além disso, está prevista uma ação de disseminação dos resultados deste incentivo junto das principais associações empresariais nacionais, reforçando a partilha de boas práticas e impactos do apoio prestado.

Plataforma informática de gestão de candidaturas, pedidos de reembolso e gestão administrativa

Constrangimentos reportados pelos beneficiários finais:

- Na submissão de pedidos de pagamento, na validação dos documentos no efatura (morosidade do processo e erros na validação dos documentos de despesa), que em muitas situações implicam a articulação e intervenção do IAPMEI para a resolução dos mesmos.

Foram feitas algumas propostas de melhoria ao IAPMEI, no processo de análise dos pedidos de pagamento, bem como no Relatório de Progresso Final, no sentido de

passar a exigir o Relatório em sede de pedido de pagamento final por forma a validar as ações realizadas e o cumprimento dos resultados alcançados com o projeto face ao previsto (exemplos - mercados e marketplaces).

Nos pedidos de pagamento final, encontram-se em definição os pressupostos da avaliação/validação para os casos em que as metas/resultados não são atingidos.

Haverá ainda necessidade de desenvolvimentos adicionais na ferramenta informática, em virtude de os critérios de avaliação do grau de cumprimento dos resultados previstos serem apresentados/calculados na ferramenta de análise dos pedidos de pagamento final.

A partir de 06-12-2024 passou a ser possível o registo da avaliação do risco do duplo financiamento no Sistema Integrado de Gestão de Incentivos do IAPMEI.

Apreciação e recomendações

Considera-se que a apreciação deste investimento como **PREOCUPANTE**. Apesar de terem existido recuperações face à apreciação anterior, nomeadamente o modelo de acompanhamento das empresas, subsistem ainda candidaturas por avaliar e por contratualizar.
Recomenda-se:
i) Avaliação urgente das candidaturas em falta e posterior contratualização.

C16-i02	Transição Digital das Empresas (Apoio a Modelos de Negócio para a Transição Digital - Coaching 4.0)) BI – AMA e IAPMEI
---------	---

Reprogramação: foi **aprovada** a diminuição de ambição de (-50 M€) de 8.600 para 5.600 PME e incubadoras de empresas diretamente apoiadas por programas de digitalização, através da redução do valor nas medidas de “Coaching 4.0” e “Vouchers para Startups”. Foi aprovada extensão de prazo.

Meta: apoiar 2.000 PME (antes de reprogramação eram 4.000) até 30/06/26.

Este processo iniciou-se em julho de 2024, com um aviso destinado à acreditação das empresas fornecedoras de serviços⁵⁷.

Este procedimento apenas ficou concluído em abril de 2025. No mesmo mês, foi aberto um aviso destinado às PMEs⁵⁸, com o objetivo de apoiar 2.000 empresas, após a reprogramação aprovada em abril de 2025 ter reduzido a ambição (inicialmente o objetivo era o apoio a 4.000 empresas).

Este foi um concurso conturbado, tal como se descreve:

- Previsão de disponibilização do formulário em 21/04/25;
- Adiamento deste prazo para 28/04/25;
- Atendendo ao apagão ocorrido e à indisponibilidade da plataforma e-gov, não foi possível a candidatura;

⁵⁷ Informação relativa ao aviso disponível [aqui](#)

⁵⁸ Informação disponível [aqui](#)

- Disponibilização do formulário, no dia 29/04/25, com instabilidade nas plataformas, o que gerou dificuldades nos acesso e impossibilidade de submissão de candidaturas durante alguns dias;
- Encerramento das candidaturas no dia seguinte, após período de estabilidade da plataforma;
- A forma como o formulário foi construído, exigia submissão de vários documentos em PDF (p.ex. as Informações Empresariais Simplificadas) e preenchimento manual de algumas informações, o que não se compreende, pois é informação que o Estado possui, não estando a ser aplicado o princípio *only once*.
- O próprio processo de candidatura não permitia uma escolha totalmente competitiva dos fornecedores de serviços, porquanto eles foram acreditados com as suas propostas comerciais, dentro de categorias pré-definidas, limitando a escolha quando as empresas pretendiam concorrer.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento como **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**. Apesar do lançamento tardio do aviso, a prorrogação do prazo para o 2º trimestre de 2026, decorrente da reprogramação aprovada em abril de 2025, torna possível a sua execução.

Recomenda-se:

i. Definição de modelo de acompanhamento da implementação dos vales por parte das PMEs.

C16-i03	Catalisação da Transição Digital das Empresas – Digital Innovation HUBS BI- IAPMEI, com competências delegadas na ANI
---------	--

Reprogramação: foi aprovada uma extensão de prazo da meta⁵⁹ de T3 2025 para T2 2026. Foi aprovada a alteração do comprovativo da meta, passando a ser de execução financeira (43M€)

Metas: Pagamento de, pelos menos, 43 M€ aos DIH, até 30/06/26. A meta passou a ser de execução financeira.

Foram selecionados 17 DIH, dos quais 13 são de abrangência nacional (todos com atribuição de selo europeu de excelência, mas sem financiamento europeu associado) e 4 têm um foco regional (Região Norte, Região Centro, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira)⁶⁰.

Este é um investimento que não teve praticamente desenvolvimentos reportados desde o último relatório da CNA-PRR. Em fev/25 estavam contabilizados 112 serviços, na sua maioria workshops, formações breves, ou sessões de sensibilização.

Não estão publicadas listas de preços de serviços, sendo que os DIH alegam que não há valores de mercado para os serviços a prestar.

⁵⁹ “Beneficiários de serviços de consultoria dos Digital Innovation Hubs”.

⁶⁰ Informação disponível em: [IAPMEI - Rede de Polos de Inovação Digital](#)

Apesar dos DIH considerarem que o processo administrativo e de reporte é muito pesado, de acordo com a ANI, esses documentos e reportes são idênticos aos exigidos para os DIH Europeus, pelo que tal indicação não faz sentido. Recentemente a ANI apresentou as regras de faturação e enquadramento do IVA, em tudo semelhantes aos Test Beds.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento como **CRÍTICO**.
Passados mais de 2 anos do lançamento da iniciativa, as entidades beneficiárias não conseguiram encontrar formas de angariar clientes e de prestar serviços impactantes no público-alvo. Os serviços prestados são diminutos. Várias entidades manifestaram junto da CNA-PRR a intenção de desistir deste investimento.
Apesar da alteração profunda na reprogramação, passando a meta a ser financeira e o prazo estendido, instam-se todos os intervenientes a manterem o seu foco na prestação de serviços, em virtude dessa ser a medida em que se operam resultados e impactos nas empresas.
Recomenda-se que:
i. A ANI possa efetuar uma análise detalhada das causas que levaram a esta situação, comparando com as condições, serviços definidos e entidades criadas a nível europeu, para efeitos de *benchmarking* e de avaliação sobre a adequação e continuidade duma medida deste género em Portugal.
ii. Seja realizada reunião urgente entre a ANI e os DIH, para definir um *roadmap* até final do investimento.

C16-i03	Catalisação da Transição Digital das Empresas BI- IAPMEI BF- AMA (Desmaterialização da faturação) BI-IAPMEI BF-AMA e INCM (Selos de certificação)
---------	---

Apesar deste investimento estar concluído, a CNA-PRR solicitou informações sobre os respetivos resultados. De acordo com a informação da AMA, até final jan/25 eram os seguintes:

Desmaterialização da faturação- fatura sem papel (FSP)

Apesar destas funcionalidades terem sido disponibilizadas desde 2022, continuam a verificar-se constrangimentos com a sua adoção plena, sendo que o principal é o facto dos ERP não estarem preparados e ser necessário fazer os respetivos protocolos com as empresas de software (eram 4 à data do último relatório da CNA-PRR e são agora 7), a maioria mais adequado a B2C e não B2B (onde poderia haver um interesse acrescido). Contudo esse objetivo não nos parece suficiente para que o sistema seja usado havendo que encontrar incentivos adicionais para quem o use numa época em que as empresas e os individuais já estão habituados a trocar faturas por e-mail por exemplo.

Existem apenas 41 faturas eletrónicas registadas no sistema, sendo que tal número certamente correspondeu apenas a um teste. Podemos assim concluir que o sistema que foi desenvolvido não é usado. Convém clarificar quais as razões que levaram a essa situação. A expectativa da AMA é de que, com a integração desta funcionalidade na app Cidadão (prevista para mar/25), esta definição passe a estar definida e esse número possa aumentar. Há ainda um esforço na captação de mais ERP associados e o aumento da disseminação, cujo efeito de aumento de utilizadores registados é visível (158.333). Note-se que o número de utilizadores registados não é relevante, o que é relevante como indicador de utilização é o número de faturas trocadas através do sistema.

Selos de certificação de maturidade digital⁶¹

O objetivo é disponibilizar a qualquer organização, do setor privado ou público, a certificação nas dimensões que considerar mais relevantes e/ou prioritárias para o seu negócio, desde que cumpram um conjunto de normativas e orientações.

A arquitetura destes selos é constituída por um símbolo, um nome, um nível de maturidade digital, uma entidade reconhedora de cada área e um código QRCode que garante a autenticidade do selo.

A certificação é feita de acordo com o nível de maturidade (bronze, prata ou ouro) e em quatro dimensões: Sustentabilidade, Cibersegurança, Privacidade e Proteção de Dados Pessoais e Acessibilidade. A conjugação dos 4 selos permite a obtenção de um selo digital global.

As entidades acreditadas para atribuição dos selos podem fazê-lo junto do Instituto Português de Acreditação (IPAC).

Os selos são atribuídos pela respetiva entidade certificadora escolhida, que faz a análise documental e aceita ou rejeita a candidatura. Caso aceite, efetua a avaliação e auditoria, emitindo o respetivo certificado. Está previsto um incentivo de 1.686€ (acrescido de IVA), por cada certificação, pago pela Imprensa Nacional Casa da Moeda às entidades certificadoras.

A Agência para a Modernização Administrativa (AMA) passará a ser responsável pela operacionalização desta medida apenas após a atribuição de 1.250 selos, ou da possibilidade da disponibilização dos selos via Catálogo de Serviços de Transição Digital (CSTD).

De acordo com as informações disponíveis no respetivo website, os dados a 13/03/25 indicavam o seguinte:

⁶¹ Informação disponível em: [Certificação](#)

Selo	Entidades certificadoras	Entidades parceiras	Nº de entidades certificadas
Sustentabilidade	<ul style="list-style-type: none"> APCER Bureau Veritas Certification Portugal 	<ul style="list-style-type: none"> Direção-Geral das Atividades Económicas 	1 (bronze) 1 (prata)
Cibersegurança	<ul style="list-style-type: none"> APCER Bureau Veritas Certification Portugal SGS ICS EIC 	<ul style="list-style-type: none"> Centro Nacional de Cibersegurança 	4 (bronze) 5 (prata) 7 (ouro)
Privacidade e Proteção de Dados Pessoais	<ul style="list-style-type: none"> APCER SGS ICS 	<ul style="list-style-type: none"> Comissão Nacional de Proteção de Dados 	0
Acessibilidade	<ul style="list-style-type: none"> APCER 	<ul style="list-style-type: none"> AMA 	1 (bronze) 1 (prata)
Total			20

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento como **CONCLUÍDO**.

Este é um exemplo claro em que, apesar do investimento estar concluído, a sua utilidade levanta sérias dúvidas.

Face aos fracos resultados obtidos, recomenda-se:

Desmaterialização da faturação- Tal como está, o investimento está formalmente concluído, mas o seu objetivo encontra-se totalmente comprometido. É necessário encontrar novos incentivos para o sistema ser usado sem o que este investimento falhará completamente.

Selos de certificação- é necessário continuar a ser monitorizado em próximo relatório. Da mesma forma será necessário que sejam prestadas informações claras aos potenciais utilizadores sobre quais as mais-valias da utilização destas funcionalidades.

C16-i04	Indústria 4.0 BI – IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.
---------	--

Reprogramação: foi **aprovada** a alteração da meta de 200 para 300 projetos, com reforço financeiro de 30M€ e a alteração do prazo de T4/25 para T2/26.

O objetivo deste investimento é apoiar a investigação industrial, o desenvolvimento experimental, os projetos de inovação organizacional e de processos, promover a transformação digital das empresas.

Estão em execução 407 projetos, que foram aprovados num formato simplificado, não se registando constrangimentos, com pagamentos pouco acima dos 30%.

Foi lançado novo concurso com forte adesão pro parte das empresas. Verificou-se que no mesmo dia que foi lançado o aviso esgotou-se a dotação, uma vez que o critério de avaliação era a ordem de entrada das candidaturas, garantindo-se o cumprimento dos critérios de elegibilidade, num modelo simplificado.

Apesar de não existirem indicadores de resultado, o IAPMEI requer a entrega de relatórios, onde os promotores devem explicar como as aquisições estão a contribuir para a transição digital. Estas são áreas que precisam de análises mais técnicas e que são muitas vezes difíceis de fazer, sendo que muitos investimentos poderão ser também enquadrados em investimento produtivo.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**.

Componente C17 | Qualidade e Sustentabilidade das Finanças Públicas

C17-i01.01 e C17-i01.02	Sistemas de informação de Gestão Financeira Pública BD - ENTIDADE DE SERVIÇOS PARTILHADOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, I.P. (ESPAP)
-------------------------------	--

Reprogramação: foram **aprovadas** alterações de datas de cumprimento de prazo, antecipando ou prorrogando. Houve ainda o ajustamento de texto da reforma r32⁶² por forma a torná-lo mais claro e reduzir custos administrativos.

Metas/marcos:

- ❖ Conclusão da implementação da Entidade Contabilística Estado | T2/24
- ❖ Conclusão e entrada em funcionamento do sistema de informação para a reformulação e a execução do processo orçamental | T4/25
- ❖ 11 sistemas de informação do sistema nacional central de contratação pública modernizados e simplificados | T4/24
- ❖ Execução concluída do SIGPIP e entrada em funcionamento dos sistemas de informação sobre veículos do Estado | T2/26
- ❖ Conclusão da implementação do centro de operações de segurança | T4/25

Apesar da ESPAP ser o beneficiário direto, vários dos projetos (e reformas), são geridos em conjunto com a Direção-Geral do Orçamento (DGO) e a Unidade de Implementação da Lei de Enquadramento Orçamental (UniLEO).

A interligação direta dos investimentos com a reforma r32, obriga a que se faça uma apreciação conjunta.

No quadro seguinte, indicam-se as responsabilidades de cada entidade, relativas aos projetos (reformas e investimentos), incluídos no PRR:

⁶² A reforma r32 tem como objetivo implementar um leque alargado de mudanças estruturais, impulsionadas pelas Recomendações Específicas (REP 1 de 2019 e 2020 que apontam para a necessidade de promover o controlo, da sustentabilidade e da qualidade da gestão das finanças públicas, favorecendo despesas favoráveis ao crescimento) e pelas leis estruturantes na Gestão Financeira Pública, designadamente a nova Lei de Enquadramento Orçamental e o SNC-AP, com enfoque na reforma do processo orçamental, da contabilidade, dos sistemas de controlo e da gestão das finanças públicas, na racionalização da despesa da Administração Pública, bem como na Modernização do Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP).

Reforma/investimento	Entidade(s) responsável(eis)	Objetivos e Resultados esperados
Reforma Modernização da gestão financeira pública, através da implementação das Reformas Estruturais previstas na LEO e no SNC-AP	UniLEO/DGO/ESPAP	Objetivo: Modernização do processo orçamental, da contabilidade, dos sistemas de controlo, com impacto na melhoria do planeamento e gestão de recursos públicos. Resultado esperado: Regulamentação, redesenho e definição de modelos e procedimentos com vista à adequação e desenvolvimentos dos sistemas de informação do Ministério das Finanças.
Reforma Implementação de novos modelos de planeamento, monitorização e controlo das compras públicas	ESPAP	Objetivo: Modernizar e simplificar os procedimentos de contratação pública, implementando uma lógica de gestão da despesa com base nas suas características, e não apenas em limites financeiros. Resultado esperado: Regulamentação, redesenho do modelo de governação e definição de modelos e procedimentos com vista à adequação e desenvolvimentos dos sistemas de informação do Sistema Nacional de Compras Públicas.
Investimento Projetos 1 a 10: Modernização da gestão financeira pública através da disponibilização de soluções transacionais e Desenvolvimento de sistemas centralizados de reporte de informação ao Ministério das Finanças	UniLEO/DGO/ESPAP	-
Investimento Projetos 11 a 13: Modernização dos Sistemas de Informação do Sistema Nacional de Compras Públicas e do Parque de Veículos do Estado	ESPAP	-
Investimento Projetos 14 a 16: Evolução tecnológica dos sistemas de informação nas áreas transversais, redesenho e implementação de arquiteturas de sistemas e implementação do SOC	ESPAP	-

Este investimento tem associados 6 metas de desembolso, 3 já cumpridas até dez/24 e outras 3 ainda por cumprir.

Para uma melhor compreensão da execução realizada, bem como da que ainda está em falta, apresenta-se um ponto de situação simplificado de cada um dos 16 projetos definidos, de acordo com a informação enviada pela ESPAP, à data de abr/25:

Projeto/objetivos	Meta/marco desembolso associado	Ponto de situação
1 - Solução processual integrada de gestão dos ciclos de receita e despesa	Não	Em curso/atrasado Foi desenvolvido projeto de Enterprise Architecture Foi concluída consulta preliminar ao mercado e foi publicada autorização de despesa e repartição de encargos relativa às verbas do PRR que permitem enquadrar a instrução em curso das peças concursais para aquisição de solução. Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2025 revoga o Despacho MF n.º 3015/2024, de 21 de março. Peças de concurso público em fase de revisão final
2- Solução integrada de gestão financeira central do MF no âmbito da Gestão da Tesouraria Pública	Não	Concluído Disponibilização de solução de Receita Eletrónica 2022 Em curso/atrasado Foi concluída consulta preliminar ao mercado e foi publicada autorização de despesa e repartição de encargos relativa às verbas do PRR que permitem enquadrar a instrução em curso das peças concursais para aquisição de solução. Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2025 de 20 de fevereiro, que revoga o Despacho MF n.º 3015/2024, de 21 de março. Peças de concurso público em fase de revisão final Em curso/atrasado <u>Reforma associada</u> - Definição do modelo de gestão e controlo de tesouraria
3 - Solução integrada de gestão financeira central do MF - Faturação Eletrónica nas APs	Não	Concluído Piloto de contabilização automática da Fatura Eletrónica 2021
4 - Sistema de informação para operações gerais do Estado - Entidade Contabilística Estado (ECE)	Sim	Concluído Disponibilização de solução Entidade Contabilística Estado, com verificação pela Comissão Europeia Concluído <u>Reforma associada</u> - Modelo de regulamentação do conteúdo do Orçamento da ECE - Despacho MF n.º 274/2023, de 21/12/2022
5 - Processo orçamental incorporando a orçamentação por programas	Sim	Concluído Disponibilização de solução que implementa o processo orçamental, incorporando a orçamentação por programas Em curso/dentro do prazo <u>Reforma associada</u> -Modelo de custeio associado a orçamentação por programas Em curso/atrasado <u>Reforma associada</u> - Regulamentação MTBF e Orçamento por programas – Encontra-se em circuito legislativo Concluído <u>Reforma associada</u> - Implementação do Projeto Piloto de Orçamento por Programas
6 - Novo modelo de Controlo Orçamental Económico e Financeiro	Sim	Em curso/dentro do prazo Solução de suporte ao novo modelo de Controlo Orçamental e Económico-Financeiro Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2025 de 20 de fevereiro, que revoga o Despacho MF n.º 3015/2024, de 21 de março. Peças de concurso público em fase de revisão final Concluídas 3 reformas associadas Modelo para acompanhamento da execução orçamental e financeira das administrações públicas Definição do modelo de Centro de Competências e parceiros

Projeto/objetivos	Meta/marco desembolso associado	Ponto de situação
		Novo modelo da Conta Geral do Estado
7- Sistema de informação integrado para gestão financeira central do Ministério das Finanças-recolha de dados e reporte de informação	Não	-
8 - Sistema de informação integrada de gestão financeira central do MF para consolidação das contas das APs	Não	<p>Em curso/dentro do prazo</p> <p>Solução de consolidação de demonstrações financeiras para total das AP e sua integração na produção dos indicadores e contas da República Resolução do Conselho de Ministros n.º 31/2025 de 20 de fevereiro, que revoga o Despacho MF n.º 3015/2024, de 21 de março.</p> <p>Peças de concurso público em fase de revisão final</p> <p>Em curso/atrasado</p> <p><u>Reforma associada</u>- Modelo de consolidação de contas</p>
9-Projeto de financiamento de soluções que garantam a interoperabilidade dos sistemas locais com o sistema central	Não	-
10- Contratação de PMO (Project Management Officer) para totalidade dos projetos entre 2021-26	Não	-
11 - Revisão legislativa e reengenharia de processos	Sim	<p>Concluído</p> <p>Este projeto é constituído por <u>3 reformas associadas</u>.</p> <p><u>Propostas de revisão legislativa dos diplomas legais que regulam o SNCP</u> - Alterações publicadas</p> <p><u>Total implementação dos novos modelos de processos e procedimentos de simplificação do SNCP</u> 10 medidas em 3 áreas: Processos e organização; modelos contratuais; e em sistemas de informação</p> <p><u>Concluir a conceção e aplicação de novos modelos de contratação pública para o sistema nacional central de contratação pública, conforme previsto no plano estratégico para 2020-2023 da ESPAP</u> Novos acordos-quadro em vigor desde 2021/2022.</p>
12 - Modernização dos SI do SNCP	Sim	<p>Concluído</p> <p>Concluir a modernização e a simplificação dos sistemas de informação do sistema nacional central de contratação pública foram concluídos 13 sistemas (para além da meta que eram 11)</p>
13 - Modernização dos sistemas de informação do Parque de Veículos do Estado (PVE	Sim	<p>Em curso/dentro do prazo</p> <p>Conclusão da implementação do Sistema de Gestão de Património Imobiliário Público (SIGPIP) e da modernização dos sistemas de informação sobre os veículos do Estado</p> <p>SGPVE - a eSPap tem em preparação o procedimento para lançamento ao mercado</p> <p>SIGPIP - a ESTAMO tem a plataforma implementada e irá fazer o upgrade e implementação de novos processos de gestão do património do Estado ao abrigo do PRR</p>

Projeto/objetivos	Meta/marco desembolso associado	Ponto de situação
14- Evolução tecnológica dos sistemas de informação nas áreas transversais à gestão financeira	Não	-
15 - Redesenho e implementação de arquiteturas de sistemas que otimizem a interoperabilidade entre sistemas e a partilha de informação	Não	Concluído Redesenho e implementação de arquiteturas de sistemas que otimizem a interoperabilidade entre sistemas e a partilha de informação (21 sistemas)
16 - Implementação do Security Operations Center (SOC)	Sim	Em curso/dentro do prazo Concluir a implementação do centro de operações de segurança

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**.

Recomenda-se:

- i. Um acompanhamento proativo da tutela, para que as alterações/aprovações legislativas sejam atempadamente avaliadas e publicadas;
- ii. Uma avaliação profunda da capacidade e competências de recursos humanos internos, para acompanhar a transformação tecnológica interna, bem como assegurar que no futuro, se garante que as soluções tecnológicas implementadas são devidamente monitorizadas e sustentadas;
- iii. Uma avaliação proativa, junto de outras entidades públicas (o máximo número possível), que irão interligar com os novos sistemas, para garantir que também estas têm capacidade e conhecimento interno suficiente, para os adotar e utilizar.

C17-i02	Modernização da infraestrutura do sistema de informação patrimonial da Autoridade Tributária BD - AT - AUTORIDADE TRIBUTÁRIA E ADUANEIRA (AT)
---------	--

Metas/marcos:

- ❖ Conclusão da implementação do preenchimento prévio para transações específicas sujeitas ao imposto de selo | T4/23
- ❖ Disponibilização e operacionalização da versão final do sistema de informação que apoia a avaliação simplificada da propriedade rústica | T4/25
- ❖ 90% da área rural em Portugal continental com caracterização edafo-climato-morfológica (solo e clima) e avaliação do potencial económico concluídas | T4/25

São várias as medidas associadas a este investimento, que deverão ter como resultados mais evidentes a implementação do processo de avaliação geral dos

prédios rústicos, com a digitalização da informação de suporte às matrizes prediais. Durante a implementação do investimento, deverá ter lugar o reforço da infraestrutura tecnológica da AT.

No quadro seguinte pode ser visualizado o ponto de situação, de acordo com a informação prestada pela AT (final de abr/25) e de acordo com os marcos e metas definidos para este investimento:

Marco/meta	Data	Ponto de situação
Concluir a aplicação do pré-preenchimento da declaração Modelo 1 do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), com base nos dados de que a Autoridade Tributária e Aduaneira dispõe	T2-2022	Concluído Serviço disponibilizado em https://imoveis.portaldasfinancas.gov.pt/modlimi/portal Mecanismo de verificação concretizado no cumprimento das especificações recebidas da Comissão Europeia e entregue em outubro de 2022
Disponibilização e operacionalização da versão final do sistema de informação que apoia a avaliação simplificada da propriedade rústica	T4-2025	Continuam em desenvolvimento os trabalhos de implementação incluindo a especificação fina de requisitos funcionais do modelo de caracterização da paisagem e demais parâmetros de uma fórmula de avaliação de prédios rústicos. Está também em curso a seleção de conjuntos de dados geográficos de suporte, bem como a elaboração de proposta alteração do regime jurídico em vigor de forma a suportar a alteração da metodologia de avaliação de prédios rústicos. Continua a decorrer a implementação do sistema de informação de apoio aos procedimentos de avaliação simplificada da propriedade rústica, a preparação de provas de conceito que sirvam de enquadramento das alternativas a prosseguir e o desenvolvimento das funcionalidades que permitam o consumo e o geoprocessamento das configurações geométricas dos prédios provenientes do SICS e do SNIC.
Conclusão da caracterização edafo-climato-morfológica (solo e clima) e avaliação do potencial económico da propriedade rústica	T4-2025	Desenvolvimento de prova de conceito de visualizador de dados georreferenciados de caracterização da terra e dos prédios rústicos, para apreciação/validação pela AT, e de contributos por entidades parceiras, integradas nomeadamente nas Tutelas da Agricultura, do Ambiente e do Ordenamento do Território. Recolha e exploração de fontes de dados de suporte e de soluções técnicas. Até ao final do quarto trimestre de 2025 (prazo contratualizado para este marco) será assegurado o cumprimento do estipulado como mecanismo de verificação: documento de reporte final que justifique como a meta (incluindo todas os seus elementos constitutivos) foi atingida, o qual integrará como anexo um relatório de implementação que indique (em termos percentuais face ao total) a percentagem da área de propriedades rústicas de Portugal continental cuja caracterização edafo-climato-morfológica (solo e clima) e avaliação do potencial económico foi completada, com suporte no desenvolvimento de um sistema de gestão de informação georreferenciada.
Concluir a implementação do preenchimento prévio para transações	T4-2023	Concluído Serviço disponibilizado https://imoveis.portaldasfinancas.gov.pt/modlistg/portal

Marco/meta	Data	Ponto de situação
específicas sujeitas ao imposto de selo		Mecanismo de verificação concretizado no cumprimento das especificações recebidas da Comissão Europeia e entregue em abril de 2024
Relatório sobre os progressos alcançados no sentido da disponibilização e operacionalização da versão final do sistema de informação que apoia a avaliação simplificada da propriedade rústica	T4-2023	Concluído Relatório intercalar submetido a 12 de fevereiro de 2024 sobre os progressos alcançados, com referência à data de 31 de dezembro de 2023, no sentido da disponibilização e operacionalização da versão final do sistema de informação que apoia a avaliação simplificada da propriedade rústica

Até 31 de dezembro de 2024 puderam beneficiar dos serviços de pré preenchimento disponibilizados 102.683 declarações Modelo 1 de IMI entregues pela internet e 3.046 declarações Modelo 1 de Imposto de Selo entregues pelo contribuinte no Portal das Finanças ou nas Conservatórias.

Existe uma ligação direta entre este investimento e o C08-i02.01 (Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo (SMOS), sendo necessária a interligação com a Direção-Geral do Território (responsável pela cartografia terrestre) e a eBUPI (responsável pelo registo do cadastro). Esta necessidade de interligação, obriga a um esforço e reforço da comunicação entre as equipas, para concertar tarefas, sendo também necessário articular todas as necessidades de medidas legislativas e de interações entre as tutelas. Com o aproximar do final do prazo do PRR, há a necessidade de colocar ainda mais o sentido de urgência nestes trabalhos conjuntos.

A cartografia terrestre, encontra-se ainda em fase de preparação, sendo que o registo do cadastro também não está em fase adiantada.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**.

Recomenda-se, no entanto:

- Que seja aprovado, atempadamente, o regime jurídico de suporte à alteração da metodologia de avaliação e de tributação dos prédios rústicos e subsequente aprovação das alterações legislativas;
- Que sejam reforçadas, com carácter de urgência, os grupos de trabalho conjuntos com outras entidades (eBUPi, DGT ou INR) relativos à implementação do processo de avaliação global de prédios rústicos;
- Uma avaliação profunda da capacidade e competências de recursos humanos internos, para acompanhar a transformação tecnológica interna, bem como assegurar que no futuro, se garante que as soluções tecnológicas implementadas são devidamente monitorizadas e sustentadas;
- Que sejam reavaliadas todas as necessidades de transformação tecnológica e as capacidades implementadas, tendo em atenção as possibilidades de utilização da

capacidade de computação e soluções de armazenamento dos supercomputadores Deucalion e Marenostum, bem como do novo investimento PRR para implementação de inteligência artificial na administração pública.

C17-i03.01/02	Transição digital da Segurança Social BD - INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P. (ISS)
---------------	---

Metas:

- Expansão das funcionalidades do sítio Web Segurança Social Direta, adicionando cinco novos serviços em linha (dez/25)
- Redução do tempo médio de deferimento de prestações sociais de natureza contributiva em 80 %, para as que tenham um tempo médio superior a 10 dias (dez/25)
- Implementação de 2 modelos de vigilância inteligentes para apoiar a prevenção da fraude, assentes em processos de aprendizagem automática (dez/25)⁶³

De acordo com a informação prestada pelo ISS, até ao final de jan/25, era o seguinte o ponto de situação, relativo ao cumprimento das metas:

- ✓ Estavam executados 4 dos 5 serviços em linha;
- ✓ Foi conseguido um tempo de resposta de 17 dias em média, nas prestações sociais de natureza contributiva, face aos 22 dias como meta (84% de redução de tempo, face ao objetivo de redução de 80%), mantendo-se em curso as ações para melhorar o mesmo. A contínua integração de serviços pode prejudicar estes tempos, com recuperações à frente;
- ✓ Estava em curso a implementação dos 2 modelos de vigilância.

Para alcançar a transição digital, têm sido implementadas alterações substanciais na automatização de vários serviços e pedidos de prestações, informações ou outras. Até ao final de jan/25 tinham sido implementados 32 novos serviços. No quadro seguinte apresentam-se os resultados obtidos, bem como a comparação com os resultados comunicados no anterior relatório da CNA-PRR:

Área	Novos serviços implementados (online)	Resultados Jan/25	Resultados Mar/24
Pensões	Pensão social de velhice online	9.260 pedidos	6.417 pedidos
	Pensão social de invalidez em regime especial online		416 pedidos

⁶³ Estes modelos de vigilância inteligentes deverão incidir sobre risco das entidades empregadoras e risco dos beneficiários, permitindo detetar risco de fraude ou outros riscos o que terá impactos no valor pago e na eficiência de atuação de fiscalização do ISS. P.ex., pode ser possível prever com antecedência o risco de insolvência, de acordo com o aumento de prestações associadas a trabalhadores de uma empresa.

Área	Novos serviços implementados (online)	Resultados Jan/25	Resultados Mar/24
	Pensão de velhice na hora	145.192 deferimentos automáticos	115.973 deferimentos automáticos
	Prestações por morte	65.827 pedidos	32.631 pedidos
	Pensão de invalidez	731 pedidos	n.d
	Pensão de sobrevivência	67.976 pedidos	n.d
	Pensão antecipada	240 pedidos	n.d
	Pedidos de recurso de decisão médica PSInv	16 pedidos	n.d.
	Pensão ao estrangeiro	4.764 pedidos	n.d.
Prestações familiares	Abono de Família automático	99.399 pedidos de reavaliação; 11.724 pedidos aceites; 4.508 sms; 3.171 proc. Registados após sms	3.478 pedidos Aceites; 1.521 SMS Enviados;
Profissionais da Cultura	Subsídio de suspensão de atividade	6.140 pedidos	6.140 pedidos
	Recibos em RFE	374.054	242.385
Prestações compensatórias	Prestações compensatórias	521.669 pedidos online; 1,8 dias tempo médio de deferimento	383.653 pedidos; 2,6 dias tempo médio deferimento (2023)
Emprego	Subsídio social desemprego subsequente	65.383 pedidos online	40.138 pedidos online
	Subsídio parcial de Desemprego	6.065 pedidos; 21 pedidos de serviço doméstico	2.016 pedidos registados
	Apoio extraordinário desempregados longa duração	217 pedidos criados cidadão + funcionário	38 pedidos criados cidadão + funcionário
	Subsídio de desemprego-medidas excecionais incentivo ao regresso ao trabalho	236 pedidos	n.d.
Simplificação do Ciclo contributivo	Incentivo à Contratação	55.542 pedidos; 47.391 deferidos	22.958 pedidos;

Área	Novos serviços implementados (online)	Resultados Jan/25	Resultados Mar/24
			19.376 deferidos
	Serviço Doméstico	18.577 inscrições	9.974 inscrições
	Simplificação Ciclo Contributivo – vínculos	46.204 vínculos de trabalhadores; 21.798 comunicações de suspensão de contrato trabalho; 42.812 transferências de local de trabalho; 149 vínculos lanifícios e carris; 963 vínculos praticantes de desporto; 5.788 vínculos jovens férias escolares	10.202 vínculos trabalhadores ;11.901 comunicações suspensão de contrato de trabalho; 23.842 transferências de local trabalho; 56 vínculos Lanifícios e carris
	Documentos de pagamento	691 obtenção de comprovativo; 531 consulta de documento	n.d
Sistema de execuções fiscais	Notificações e Citações eletrónicas	486.406 citações; 4.449 notificações	248.781 citações; 2.742 notificações
	Penhoras	39.860 penhoras de prestações; 536.874 averiguações	34.838 penhoras de Prestações; 451.999 averiguações
	Simplificação Sistema Execução Fiscais	513.528 planos prestacionais c/notificações eletrónicas	238.801 planos prestacionais c/notificações eletrónicas
	Planos SEF	313.163 notificações deferimento	n.d.
	Notificações e citações	27.451 notificações de audiência prévia; 1.141 notificações de deferimento planos prestacionais em reversão; 13.752	n.d

Área	Novos serviços implementados (online)	Resultados Jan/25	Resultados Mar/24
		citações eletrônicas em reversão	
Canais pagamento	Canais de Pagamento – Débitos Diretos	14.088 alterações online	12.621 alterações
Prestações doença	Regresso Antecipado ao Trabalho	56.888 comunicações;	18.954 comunicações
	Deferimento prestações de doença	1.609.501 mensagens inbox cidadão	n.d
Agregado familiar	Agregados Familiares – situação familiar	267.488 declarações submetidas	22.385 declarações submetidas
Relacionamento	Visão 360°	1.767.105 pedidos entrados via e-clic; 91% pedidos concluídos via canal e-clic; 13,9 dias tempo médio resposta	756.824 pedidos entrados via canal e-clic; 87% concluídas via mesmo canal; 10,9 dias tempo médio de resposta
		20.361.585 relacionamentos registados	n.d
		1.622.762 cidadãos/empresas acederam pelo menos 1x	n.d
Ação Social	Assessoria Técnica aos Tribunais	198.994 processos tratados no novo sistema	85.366 processos tratados no novo sistema
	Novo Sistema Ação Social- atendimentos	587 atendimentos	99 Atendimentos
	Sinalizações radar social	675 sinalizações; 304 tratadas	n.d
Portais informativos	Portal Garantia para a Infância	49.830 acessos	22.801 acessos
Plataforma de serviços de interoperabilidade	Atribuição automática de NISS	8.008 invocações	n.d.
	Justiça-filiação	135.551 invocações	n.d.
	Saúde- benefícios adicionais	169.712 invocações	n.d

Área	Novos serviços implementados (online)	Resultados Jan/25	Resultados Mar/24
	Finanças (At)- recibos cultura	462.700 invocações	n.d.
	Cultura- registo no RPAC	1.206 invocações	n.d
	Saúde- faturação SPMS	13.168.489 invocações	n.d
	CPAS- dívida	11.714 invocações	n.d
Agenda do Trabalho Digno	Licença parentalidade exclusiva do pai (28 dias)	108.749 pedidos	n.d
	Subsídio de adoção (famílias de acolhimento)	81 pedidos	n.d
	Majoração licença parental 180 dias	6.015 pedidos	n.d
	Subsídio parental a tempo parcial	204 pedidos	n.d
	Subsídio de adoção exclusivo do pai	62 pedidos	n.d

Relativamente a substituição de equipamentos informáticos, foram adquiridos e instalados, 18.623 equipamentos (postos de trabalho) e 331 equipamentos (infraestrutura)⁶⁴, estando implementadas 15 soluções (Office 365 e outras) e 8 soluções de segurança.

Para acompanhar todo o processo de transição digital na segurança social, estão ainda em preparação os seguintes investimentos:

Área de atuação	Ponto de situação
Reengenharia de processos e qualificação de profissionais	Contratados: 204 Assistentes Técnicos e 10 Técnicos Superiores para a melhoria dos dados no sistema. Estão distribuídos por todo o território e atuam em vários eixos, em backoffice, no âmbito dos processos de carreiras contributivas integradas (verificação de carregamento de dados, muitos disponíveis apenas em microfilmagem). A funcionalidade de pedir a revisão da carreira carregada já está disponível no sistema (ainda só SS).
Produção de conteúdos para novo portal	Em curso

⁶⁴ No anterior relatório da CNA-PRR, o valor apurado era de 17.927 e 303 equipamentos (infraestrutura).

Revisão e implementação do modelo de atendimento	Em reavaliação
Gestão da Mudança e Comunicação do Ciclo Contributivo	Em adjudicação – fase de escolha das propostas
Reengenharia de processos (Plataforma Integrada de Gestão de Risco)	Em adjudicação – fase de escolha das propostas
Produção de conteúdos e-learning para atualização de competências	Em preparação
Canais de pagamento- MBway	Aguarda lançamento de concurso internacional
Novo portal unificado	Adequação efetuada após inquérito a cidadão, testes e análises. Deverá permitir novas funcionalidades que não tinham sido previstas (p.ex. emissão e impressão de extratos de carreira)
Identificação dos tempos gastos por cidadãos e empresas para cumprir as obrigações e respetivos mecanismo de interoperabilidade necessários	Em fase de estudo
Sistema de Power BI, para medir resultados antes e depois de implementação de ações	Em curso

Na reunião com o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, houve o reconhecimento de que será necessário atingir uma mudança estrutural, na forma de olhar para as alterações de processos informáticos, ou seja implementar uma lógica de acompanhamento do que é feito, após a implementação e fazer ajustes a todo o tempo.

Outro dos objetivos reconhecidos é a proatividade em que seja a Segurança Social a prestar informação aos cidadãos sobre o que têm direito, sendo que o grande desafio é que o sistema se consiga adaptar às alterações legislativas, o que seria um grande salto qualitativo e de mais-valia para os cidadãos.

Para além dos investimentos, estão previstas Reformas (a maior parte já concluídas), que embora não sejam objeto de apreciação neste relatório, deixam-se aqui algumas notas:

➤ Combate às desigualdades entre mulheres e homens (dez/24)

Foi reunida evidência. A diferença salarial é calculada através da diferença salarial, de acordo com metodologia europeia validada, sendo criado um barómetro e notificação às empresas que se encontram fora. A Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT) já está no 2º ano de notificações, após a qual as empresas têm que apresentar justificação ou fazer um plano para diminuir essa diferença, tendo 1 ano para implementar.

Não há indicação de que exista ou esteja previsto um relatório público sobre se as desigualdades foram ou não diminuídas.

➤ Simplificação e eficácia do sistema de prestações sociais (jun/26)

Ainda se aguarda a publicação do relatório do grupo de trabalho sobre a prestação social única, a cargo da OCDE, tendo sido atrasada para maio/junho de 2025 a disponibilização que estava prevista para março/25.

Estão a ser testados cenários para avaliar se irá ou não ser implementada uma Pensão Social Única.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**.

Reconhece-se a importância de todas as transformações digitais em curso e que terão impactos significativos na vida dos cidadãos e empresas.

Recomenda-se:

- i. A continuação do acompanhamento de proximidade na implementação destes projetos, em particular os que dependem de fornecimento de serviços de terceiros, atendendo à pressão que o mercado das tecnologias de informação está sujeito;
- ii. A intensificação da procura de soluções que permitem a continuidade da medição dos resultados dos projetos implementados, com particular ênfase nos ganhos para os cidadãos e para as empresas, ao longo do ciclo de vida dos vários processos de interação com a Segurança Social;
- iii. Uma especial atenção a atividades de comunicação e disseminação dos serviços disponíveis (para cidadãos e empresas), de modo a intensificar o uso dos mesmos, bem como uma particular atenção às necessidades de reforço de atividades de melhoria da literacia tecnológica, no âmbito de uma maior inclusão dos cidadãos excluídos destes processos e que, por norma, são os mais carenciados.
- iv. Apresentação de relatório público relativo às diferenças salariais entre homens e mulheres, designadamente os resultados das medidas implementadas.
- v. A aplicação de lógicas de simplificação e redução do número de regimes diferentes, para que os processos da segurança social possam ser mais simples e o apoio dos sistemas de informação aos utentes mais eficaz, tendo em conta que existe uma grande diversidade de regimes, sendo que cada pessoa pode ao longo da sua carreira contributiva passar por vários.

Componente C18 | Justiça Económica e Ambiente de Negócios

Reprogramação: foram aprovadas clarificações de texto descritivo de metas/marcos. Foi adicionado um marco na reforma r33⁶⁵

Metas/marcos:

⁶⁵ Marco 18.10- Estatuto dos funcionários judiciais até T2/25. Define a entrada em vigor do estatuto dos funcionários judiciais revisto. A revisão deve incluir: a) Uma carreira em várias categorias; b) Um novo regime para os cargos de gestão; c) Uma nova tabela de remunerações aplicável aos funcionários judiciais atuais e futuros; d) Um novo subsídio de disponibilidade. Está publicado o [Decreto-Lei 27/2025](#), de 20/03/25

- ❖ Sistema informático modernizado para a investigação criminal em funcionamento | T4/23
- ❖ Sistema de informação «Empresa 2.0» em funcionamento | T1/24
- ❖ Novo sistema de informação para a transformação digital dos tribunais e do Ministério Público em funcionamento | T4/25
- ❖ Execução do novo Plano Tecnológico | T4/25
- ❖ Plataformas de gestão de conhecimento na justiça em funcionamento | T4/25

Os investimentos na área da Justiça estão distribuídos por 15 entidades. A gestão dos mesmos é feita centralmente pela Direção-Geral da Política de Justiça, que compila os indicadores e os respetivos pontos de situação. O investimento atribuído, embora designado para determinada entidade, é gerido de forma conjunta, podendo existir transições de verbas entre entidades, consoante o desenvolvimento e custo efetivo de cada medida implementada.

As entidades são as seguintes:

- Direção Geral da Política de Justiça (DGPJ)
- Comissão para o Acompanhamento dos Auxiliares da Justiça (CAAJ)
- Comissão de Proteção às Vítimas de Crimes (CPVC)
- Conselho Superior da Magistratura (CSM)
- Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais (CSTAF)
- Direção-Geral da Administração da Justiça (DGAJ)
- e-BUPi - Estrutura de Missão para a Expansão do Sistema de Informação Cadastral Simplificado (e-BUPi)
- Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos de Justiça (IGFEJ)
- Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses (INMLCF)
- Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)
- Instituto dos Registos e do Notariado (IRN)
- MENAC- Mecanismo Nacional Anti-Corrupção (MENAC)
- Procuradoria-Geral da República (PGR)
- Polícia Judiciária (PJ)
- Secretaria-Geral do Ministério da Justiça (SGMJ)

Dada a diversidade de atores e a forma conjunta de gestão deste investimento, optou-se por fazer também uma apreciação conjunta, através de 3 quadros: i) ponto de situação das metas/marcos de desembolso associadas; ii) lista de projetos concluídos; iii) ponto de situação da execução física dos projetos a executar, por entidade.

O acompanhamento destes investimentos, por parte da CNA-PRR, foi efetuado essencialmente através de reuniões com o Ministérios da Justiça e com a Direção-Geral da Política da Justiça, bem como através da análise de documentação de reporte. Ainda não foram realizadas visitas para identificação de resultados dos

projetos junto dos funcionários ou utilizadores dos vários serviços. Este é um acompanhamento que se prevê fazer durante o 2º semestre de 2025, data em que se espera existirem já execuções terminadas, uma vez que, na sua essência, são projetos de cariz de transformação e transição digital e tecnológica.

O ponto de situação destes investimentos reporta-se a 31/03/25.

Ponto de situação das metas/marcos de desembolso associadas:

Metas/marcos de desembolso associadas	Data	Ponto de situação
Secções especializadas nos tribunais administrativos e fiscais superiores - Criação de secções especializadas para decisões administrativas e fiscais.	T1 2023	✓ Concluída e aprovada pela COM
Regime de incentivo à extinção da instância - Entrada em vigor do quadro jurídico que incentiva a extinção da instância.	T1 2023	✓ Concluída e aprovada pela COM
Revisão do Código da Insolvência - Revisão do Código com tramitação eletrónica e otimização de processos, incluindo criação de secções comerciais.	T2 2024	❖ Concluída. Em validação de evidências
Sistema informático para investigação criminal - Implementação de sistema modernizado com interoperabilidade europeia.	T4 2023	✓ Concluída e aprovada pela COM
Sistema Empresa 2.0 - Nova plataforma que integra informações sobre o ciclo de vida das empresas.	T1 2024	❖ Concluída. Em avaliação pela COM
Sistema judicial eletrónico - Sistema de tramitação eletrónica em 400 tribunais, com IA e interoperabilidade com CITIUS e SITAF.	T4 2025	➤ Em execução
Plano Tecnológico da Justiça - Inclui novo Data Center, Plataforma de dados abertos e Gestão de Identidades Digitais.	T4 2025	➤ Em execução
Plataformas de Gestão de Conhecimento - Inclui serviços de apoio partilhados, estatísticas e sistema de gestão documental.	T4 2025	➤ Em execução
Revisão do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas (<u>marco</u>)	T3 2022	✓ A reforma legislativa foi concretizada com a publicação da Lei n.º 9/2022, de 11 de janeiro, e do Decreto-Lei n.º 57/2022, de 25 de agosto, que introduziram alterações ao regime de insolvência, incluindo a simplificação da tramitação de verificação do passivo e graduação de créditos.
STEPI+ -entrada em produção do sistema informático para a insolvência (<u>marco</u>)	T4 2023	❖ O sistema encontra-se em fase de análise técnica e validação pelo IGFEJ, assegurando a interoperabilidade necessária para a sua operacionalização.

Lista de projetos concluídos (encontram-se em execução mais 8 projetos, estando 7 ainda por iniciar):

Entidade	Projeto/objetivo (data de conclusão)
PJ	Sistema de gestão da atividade laboratorial forense - Implementação de um sistema de gestão para melhorar a eficiência dos laboratórios Forenses (11/2021)
PJ	Lab-i9 - Criação de um laboratório de inovação para experimentação de novas soluções tecnológicas (12/2021)
PJ	Nova interface do investigador criminal - Modernização do sistema de tratamento de informação sobre o crime organizado (03/2022)
INMLCF	Atualização e reforço da capacidade de resposta pericial do INMLCF - Aquisição e instalação de novos equipamentos periciais para reforço da capacidade de resposta (06/22)
PJ	Projeto RH + - Desenvolvimento de uma nova estrutura aplicacional para a gestão de recursos humanos na PJ (06/2022)
INPI	Semana da Anti Contrafação / Evento Authenticity cities - Promoção da importância da propriedade industrial e combate à contrafação (10/22)
CAAJ	Criação de plataforma informática de suporte às liquidações dos processos executivos - Desenvolvimento de uma plataforma para agilizar liquidações de processos executivos (02/2023)
DGRSP	Projeto "MITI - Modelo de Intervenção Técnica Integrada" - Criação de um modelo de intervenção técnica integrada para a execução de penas (03/2023)
DGPJ	Sistema de indicadores de gestão para os tribunais administrativos e fiscais - Disponibilização de um sistema de indicadores de gestão para os tribunais administrativos e fiscais (04/2023)
IGFEJ	Justiça + Sustentável - Desenvolver e implementar um plano de sustentabilidade e eficiência energética na Justiça, estabelecendo princípios e critérios para a aquisição sustentável de bens e serviços (02/2025)

Ponto de situação da execução física dos projetos a executar, por entidade:

Entidade	Percentagem de execução física dos projetos atribuídos	Observações/constrangimentos
DGPJ	62%	17 projetos 5 concluídos
CAAJ	71%	1 projeto Concurso público lançado dependência de outras entidades para interoperabilidade
CPVC	70%	1 projeto Necessidade de alteração legislativa (em parecer e aprovação desde 11/24). Risco de atraso na adjudicação de contrato
CSM	27%	1 projeto Concurso lançado que ficou deserto em jan/25. Novo concurso lançado em avaliação de propostas
CSTAF	53%	1 projeto Em fase de desenvolvimento de peças procedimentais para aquisição de equipamentos
DGAJ	71%	9 projetos 1 concluído Concursos públicos em preparação, em lançamento ou em avaliação de propostas. Alguns contratos em assinatura e início de execução. Alterações legislativas pendentes

Entidade	Percentagem de execução física dos projetos atribuídos	Observações/constrangimentos
		Cabimentações de verbas efetuadas com atraso Recursos humanos (escassez, passagem a reforma e acautelar o pós-PRR)
e-BUPi	70%	1 projeto (Nota: este projeto é apreciado individualmente no investimento da C08)
IGFEJ	64%	34 projetos 3 concluídos Vários projetos de formação e capacitação, modernização de sistemas, integração de sistemas, desmaterialização de processos e necessidade de interoperabilidade com outras entidades (desalinhamento) Vários concursos públicos em preparação Necessidade de alterações legislativas, incluindo Estatutos de carreiras Recursos humanos (reforço de equipas)
INML	90%	1 projeto Em fase de auditorias de eficácia
INPI	63%	1 projeto Contratação pública em elaboração
IRN	34%	14 projetos 1 concluído Plataforma de Atendimento à Distância – PAD indisponível a partir de 05/04/25 para atos autênticos, termos de autenticação de documentos particulares e reconhecimentos, através de videoconferência (revogação do Decreto-Lei n.º126/2021) Várias dependências de atribuição de horas da “Fábrica de software” Necessidades de interoperabilidade com outras entidades Necessidades de alterações legislativas
MENAC	61%	1 projeto Em fase de conceção da estrutura e arquitetura
PGR	71%	1 projeto Concursos em execução e outros em preparação de procedimentos
PJ	58%	2 projetos Concursos públicos em preparação de procedimentos
SGMJ	76%	3 projetos Necessária interoperabilidade com outras entidades Contratos em início de execução

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento como **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**, tendo em atenção que se encontram cumpridos os prazos definidos para metas/marcos, mas que subsistem muitos projetos a ser executados e outros por iniciar. Este é, no entanto, um investimento que se distribui por 15 entidades e 88 projetos. Para se atingirem as metas propostas, são necessárias alterações profundas, não só nos sistemas digitais e equipamentos tecnológicos, mas também (principalmente), na capacitação dos recursos humanos que os operam. Esta capacidade (e disponibilidade) humana é imprescindível para que os projetos sejam implementados, mas acima de tudo, para que sejam continuados, no pós-PRR. E das conversas havidas subsistem muitas dúvidas sobre alterações aos mapas de pessoas que acomodem essas necessidades, por um lado, e por outro à capacidade de atração, de acordo com as condições financeiras e de trabalho, para

atração de profissionais qualificados, que garantam a operacionalidade, manutenção e melhoria contínua destes sistemas no futuro

Recomenda-se:

- i. Um acompanhamento proativo junto dos fornecedores de contratos públicos, especialmente de desenvolvimento tecnológico, face à pressão de procura no mercado e os riscos associados;
- ii. Uma avaliação transversal a todas as entidades, relativamente à adequação de recursos humanos em número e capacitação, face aos desafios de operação e manutenção futura das plataformas tecnológicas ou dos sistemas;
- iii. Que sejam avaliadas as possibilidades de utilização dos novos investimentos PRR relacionados com a inteligência artificial para a função pública ou da capacidade de computação dos supercomputadores Deucalion e MareNostrum, no âmbito dos projetos em curso;
- iv. Que todas as entidades públicas, cujo envolvimento seja necessário para processos de interoperabilidade, possam criar pontos de contacto ou equipas internas, para que os vários projetos em curso possam ser executados dentro dos prazos definidos.

Componente C19 | Administração Pública – Digitalização, Interoperabilidade e Cibersegurança

C19-i01	Reformular o atendimento dos serviços públicos, com a criação do Portal Digital Único nacional, o redesenho de serviços digitais mais utilizados e o desenvolvimento da capacidade de atendimento multicanal BD- AMA
---------	---

Metas:

- ❖ 31 novas lojas de cidadão e 400 novos espaços cidadão, a funcionar em T1/2026.
- ❖ Lançamento de uma aplicação para cidadãos | T1/25
- ❖ 25 serviços públicos disponíveis de forma simplificada e coerente através de diferentes canais⁶⁶ (sendo 5 até T4/22 e os restantes até T1/26)

Segundo informação da AMA, o valor de referência de financiamento para as lojas do cidadão foi incrementado.

De acordo com a informação prestada pela AMA, à data de 28/02/25, era o seguinte o ponto de situação:

Das 31 Lojas de Cidadão previstas (por fase de maturidade):

Em elaboração de layout	Em elaboração de projeto de execução	Em lançamento de concurso de empreitada	Em empreitada	Em funcionamento
-------------------------	--------------------------------------	---	---------------	------------------

⁶⁶ Número de serviços registados no Catálogo de Entidades e Serviços reforçado e disponíveis através de vários canais: portal único de serviços digitais, centro de contacto, Lojas do Cidadãos, Espaços Cidadão. Este indicador implica a reconfiguração destes serviços de acordo com o princípio «uma só vez» e a sua disponibilização numa lógica omnicanal.

2	8	2	10	10
---	---	---	----	----

Dos 400 Espaços Cidadão previstos:

- 195 estão a funcionar;
- Até final de 2025 está prevista a abertura de mais 91.

Para complementar este investimento, foi publicado a 31/01/25 (e até 31/12/25) um aviso para candidaturas (dotação de 1M€), destinado a obras de adaptação que tenham por base as necessidades identificadas no parecer emitido pela AMA, para a instalação do Espaço Cidadão, cujo valor elegível é de 2.500 €.

Estão a ser preparados avisos-convite para municípios com obra mais avançada mas que não se tinham candidatado.

Existe ainda prevista uma App Cidadão (com prazo para o março/2025), cujo ponto de situação a fev/25, de acordo com a informação prestada pela AMA, era o seguinte:

- A primeira fase de disponibilização da App Cidadão (sob a marca GOV.PT) ocorreu no final de 2024, tendo sido disponibilizada uma versão inicial (MVP) que integrou as funcionalidades de documentos digitais e autenticação das aplicações “id.gov.pt” e “Autenticação.gov”, promovendo a convergência das aplicações móveis na administração pública e criando uma base imprescindível para a evolução de funcionalidades.
- Em mar/25 será disponibilizada uma nova versão da App Cidadão, que irá incluir novos documentos digitais e novas funcionalidades, tais como:
 - Área Reservada (Alertas e notificações oficiais relativas aos seus deveres para com o Estado e Faturas sem Papel)
 - Renovação do Cartão de Cidadão
 - Pagamentos na app para a Renovação do Cartão de Cidadão
 - Cartão de Associado

A evolução planeada do produto está associada a um *roadmap* que prevê a disponibilização de funcionalidades adicionais, nomeadamente aquelas que decorrem do alinhamento com o calendário previsto na regulação comunitária eIDAS, assim como de regulação nacional como o DL 49/2024. Este *roadmap* depende da disponibilidade e da colaboração das entidades para integrar aplicações e serviços, respeitando precedências e implementando melhorias continuamente, baseando-se também no feedback do próprio cidadão.

Quanto aos serviços disponibilizados de forma simplificada em diferentes canais, de acordo com a informação obtida junto da AMA, até final de jan/25 estavam disponibilizados 15 novos serviços nos 3 canais disponíveis (presencial, online e app), conforme lista seguinte:

- ✓ Consultar os pontos da carta de condução
- ✓ Consultar o histórico de contraordenações
- ✓ Ativar a Chave Móvel Digital com recurso a biometria
- ✓ Confirmar a alteração da morada no Cartão Cidadão

- ✓ Pedir o certificado de registo criminal de pessoas singulares
- ✓ Renovar a carta de condução de forma automatizada
- ✓ Alteração de Dados associados à Chave Móvel Digital
- ✓ Exercer a atividade de feirante
- ✓ Pedir Ocupação de espaço público
- ✓ Pedir Certidão - Deferimento tácito
- ✓ Comunicar a realização de saldos
- ✓ Comunicar realização de Liquidações
- ✓ Comunicar a venda especial esporádica
- ✓ Pedir cheque Nutricionista
- ✓ Pedir cheque Psicólogo

Em curso está a preparação do serviço de pedido dos números de identificação fiscal, segurança social e utente de saúde para estrangeiros, estando em preparação mais 10 até ao final de 2025.

Conselho para o Digital na Administração Pública (CDAP)

Este foi um dos marcos de governação, previstos no PRR e que foi criado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 94/2024, de 25 de julho. É o grupo de projeto que visa promover a articulação e tomada de decisão entre todas as áreas governativas, no sentido de assegurar que existe uma visão única relativa ao desenvolvimento tecnológico e à simplificação administrativa dos serviços públicos em Portugal, permitindo a implementação coordenada da Estratégia Digital Nacional.

De acordo com a informação obtida junto da AMA, esta medida é particularmente importante porque é um paralelo à existência de um “*Chief Information Officer*” da Administração Pública (AP). Com 3 níveis de atuação (estratégico, operacional e consultivo). Os 8 grupos de trabalho constituídos estão focados em áreas temáticas e reúnem mensalmente. O objetivo é que seja possível uniformizar o que está a ser preparado de forma transversal da AP e em cada uma das áreas governamentais, alinhando com a Estratégia Digital 2030.

Com a criação destes grupos, foram incorporados alguns dos grupos de trabalho que trabalhavam de forma autónoma.

Será neste âmbito que deverá ser encontrado o melhor caminho para chegar à aplicação abrangente do princípio *only once* (que define que os cidadãos e empresas só precisam de entregar uma só vez informação à AP). Esta é uma das ações que mais têm sido reclamadas por cidadãos e empresas e que, apesar da AMA reconhecer não ser um caminho fácil, identificou também que teve um crescimento exponencial no último ano.

Um dos maiores problemas identificados é a existência de milhares de portais (mais de 1.200), que operam de forma não interligada e sem capacitação dos recursos humanos que os operam, agravado pela situação em que as próprias entidades solicitam informações ou documentos que já estão na posse da própria entidade ou que são prestados por essa entidade.

Portal único e novos serviços (lançado a 30/09/24)

A centralização num único portal (gov.pt) é também parte desta nova governação.

O Decreto-Lei 49/24, de agosto/24 foi também um marco PRR.

A partir desta publicação, todos os serviços e portais que sejam criados (ou adaptados) devem obrigatoriamente seguir o MOSAICO e a infraestrutura da AMA (a autenticação), caso contrário será emitido parecer negativo. Para o que lhe é anterior, irá ser adaptado, de acordo com cronogramas definidos e publicados, após a definição em cada um dos Ministérios.

Antes do DL 49/24, apenas era possível que a AMA fizesse recomendações nos pedidos de autorização de projetos acima de 10.000€.

Assistente virtual (portal gov.pt)

Está disponibilizado em projeto-piloto, baseado em chatgpt, permitindo pedir informações várias sobre serviços, nomeadamente o nome dos próprios serviços onde se devem dirigir, em 12 línguas.

De acordo com a AMA os resultados são promissores (registadas 17.044 conversas).

Apreciação e recomendações

Faltando sensivelmente 1 ano até à data prevista de entrega das lojas e espaços cidadão, mantém-se a apreciação de **PREOCUPANTE**.

Recomenda-se:

i. Intensificação dos contatos com a autarquias para angariação de novas candidaturas, de forma que se consiga alcançar as metas definidas no prazo estabelecido;

ii. Atribuição de financiamento semelhante a todas as lojas do cidadão (de acordo com os custos reais), mesmo a que já estejam em funcionamento, garantido desta forma igualdade de tratamento.

iii. Alargamento do prazo de execução do prazo para o 2º trimestre de 2026, que coincide com o limite do 10º pedido de pagamento

Considera-se o investimento App do Cidadão **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**.

Considera-se o investimento em serviços disponibilizados em diversos canais **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**.

C19-i01	Reformular o atendimento dos serviços públicos, com a criação do Portal Digital Único nacional, o redesenho de serviços digitais mais utilizados e o desenvolvimento da capacidade de atendimento multicanal BD- Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros (SGMNE)
---------	--

Marco: novo modelo de gestão consular em vigor⁶⁷

Não foi possível acompanhar este investimento, no âmbito deste relatório.

Apreciação e recomendações

Este investimento **NÃO FOI ACOMPANHADO**.

⁶⁷ Plena aplicação do novo modelo de gestão consular: i) serviços consulares desmaterializados disponibilizados a nacionais e não nacionais residentes no estrangeiro, com digitalização de 80 % dos serviços prestados pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros; ii) centro de atendimento consular a funcionar e disponível em, pelo menos, 15 países.

C19-i02	Serviços Eletrónicos sustentáveis (AMA) BD- AMA
---------	--

Reprogramação: foi diminuído o número de serviços públicos (passou de 25 para 5).

Meta: 5 serviços públicos digitais disponíveis aos cidadãos e às empresas que reutilizam dados disponíveis no catálogo da iAP (dados abertos) | T3/22

Apreciação e recomendações

Este investimento encontra-se **CONCLUÍDO**.

C19-i02	Serviços Eletrónicos sustentáveis (INE) BD- INE
---------	--

Meta: 150 fontes de dados integradas na infraestrutura de informação territorial | T1/26

São três os projetos em desenvolvimento pelo INE, todos incluídos no plano de atividades da entidade, acelerados e alavancados com o apoio do PRR e também importantes para o processo de certificação da ISO 9001, que se encontra a decorrer. O INE é a autoridade estatística nacional, pelo que a Lei lhe confere autoridade para recolher dados, estando impedido, por regras nacionais e europeias, de os transferir na sua forma pura, ou seja, sem estarem tratados e anonimizados.

De acordo com a informação recolhida junto da entidade, o ponto de situação apurado, para os três projetos em curso, é o seguinte:

Infraestrutura de dados para a investigação

A 31/12/24 estavam ativos 236 projetos de investigação (75 individuais e 161 equipas), que envolviam:

- 575 investigadores;
- 830 bases de micro-dados (utilizadas em média 3,5 bases de micro-dados)

Continuam em curso os processos de tratamento das bases de dados a disponibilizar em Safe Center (SF), como por exemplo as declarações mensais de Remuneração, o Imposto sobre Imóveis ou sobre Transações. Para uma integração mais fácil das diversas bases de dados, está em curso um processo de segurança, bem como a possibilidade de disponibilizar dados a utilizadores fora dos Safe Centers.

Salas de Safe Center:

- Lisboa: está elaborada uma memória descritiva para orientação de um projeto de arquitetura e construção. Está em processo de contratação a fase de arquitetura. Está prevista a instalação de um Remote Safe Center no Campus XXI (2025)
- Porto (identificado espaço); Coimbra e Évora (localizações em estudo).

Capacitação em Ciência de dados

O projeto de capacitação, tinha como principais destinatários os técnicos das entidades do Sistema Estatístico Nacional e esse tem sido o foco. Estava previsto também o seu alargamento à Administração Pública, em particular os fornecedores de dados (micro-dados) ao INE.

As ações de formação na maioria das áreas cobertas, é muito específica para os processos de produção de estatísticas. A ação de formação em ciência de dados, na sua maioria, tem como formadores, Técnicos Superiores Especialistas em Estatística.

Embora exista formação no mercado em algumas das ferramentas utilizadas, estas ações estão orientadas para o processo de produção estatística, tanto, nos dados utilizados, como os casos exemplo, abordados na formação.

O total de formandos ascende a 567 (444 internos e 123 externos). Algumas das entidades que enviaram técnicos às formações: Autoridade Tributária e Aduaneira; Banco de Portugal; Direção-Geral da Saúde; Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC); Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM); Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM); Direção Regional de Estatística da Madeira (DREM); Gabinete de Estratégia e Planeamento (GEP); Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (GEP); Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ); Direção-Geral da Política de Justiça do Ministério da Justiça (DGPJ); Serviço Regional de Estatística dos Açores (SREA).

As formações ministradas foram nas seguintes temáticas: Matemática e Estatística Comunicação e visualização; Ferramentas de análise e manipulação de dados; Bases de Dados; Segurança da Informação e proteção de dados; Formação de Formadores; Arquitetura e desenvolvimento de sistemas de informação.

Infraestrutura de informação territorial

O projeto encontra-se em produção e disponível na internet em <https://iit.ine.pt/IIT/IIT>, embora ainda em fase de testes (1ª fase) e de integração de mais funcionalidades e maior cobertura de conteúdos.

Atualmente estão disponíveis, das diferentes áreas sectoriais, 134 conjuntos de dados e 5 serviços de análise avançada, com dados reais e finais.

Está a ser finalizado o caderno de encargos para aquisição de serviços, para a implementação da 2ª fase.

Interligações com outros investimentos PRR:

Na recolha de dados para o último relatório da CNA-PRR, identificou-se a relação do projeto da infraestrutura de informação territorial, com o investimento denominado “Territórios Inteligentes”, da responsabilidade da AMA.

De acordo com as indicações do INE, os projetos complementam-se, tendo o INE demonstrado interesse em ser consumidores de alguns dados previstos para recolha, bem como para fornecimento de outros.

Aguarda-se o desenvolvimento de ambos os projetos, para que se possam melhor identificar as sinergias.

Comunicação e disseminação

Devido a dificuldade de recursos, o INE informa que não foram ainda realizadas ações de divulgação em massa, a não ser para o projeto de Infraestrutura de Informação Territorial, com dois workshops para recolha de contributos, de investigadores e técnicos da AP, para além de outras apresentações sobre a Infraestrutura Nacional de Dados, onde são referidos os projetos do PRR.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**.

Reforça-se a recomendação do anterior relatório:

i) Que sejam reforçados ou criados, diferentes formatos de comunicação e disseminação dos projetos em curso, por vários meios, para que a população em geral, bem como os investigadores (nacionais e internacionais), possam ter conhecimento da informação e dos acessos à mesma.

Realça-se o facto de que, à semelhança de outros investimentos PRR (e bem assim como com outros fundos), a grande mais-valia não pode ser o término do projeto, mas sim a sua mais ampla divulgação e utilização, ao serviço da sociedade.

C19-i03	Reforço do quadro geral de cibersegurança BD- Gabinete Nacional de Segurança (GNS)
---------	---

Reprogramação: foram **aprovadas** alterações de descritivo das metas⁶⁸.

Metas:

- ❖ 7 centros de competências para apoiar o desenvolvimento de capacidades de cibersegurança e 9.800 participantes formados na C-Academy | T1/26
- ❖ 150 equipamentos criptográficos entregues a entidades públicas | T1/26
- ❖ 47 novas entidades da administração pública abrangidas pelo quadro nacional de cibersegurança.
- ❖ Conclusão de remodelação de edifício | T1/26

De acordo com a informação prestada pelo GNS, à data de abr/25, era o seguinte o ponto de situação dos investimentos planeados:

C-Academy

Este é o programa de formação avançada em cibersegurança promovido pelo Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS).

Formações realizadas até à data: 75 ações e 1.642 formandos.

A entidade promotora é o CNCS e tem como parceiros operacionais os Digital Innovation Hubs (DIH) regionais, os Centros de Competência em Cibersegurança (CCCs) locais, Universidades e Politécnicos (ex. UA, UBI, IP Leiria, IP Tomar, IP Castelo

⁶⁸ Foi eliminada a obrigação de construção de edifício de raiz, para permitir enquadrar a remodelação de um já existente; foi retirada a referência a estágios e reduzido o custo associado.

Branco), Empresas/formadores acreditados e os Clusters tecnológicos (p.ex. TICE.PT, IT).

Na elaboração dos cursos foi avaliada a oferta no mercado. Os cursos ministrados foram preparados pelo CNCS, com base na identificação das necessidades. Foi ainda feita uma articulação com as entidades SPMS, IGFEJ e INA.

Rede de Centros de Competência (C-Network)

Esta é uma rede nacional de 7 Centros de Competência em Cibersegurança (um por NUT II), que liga centros regionais – liderados por universidades e politécnicos – à coordenação nacional do Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS). Tem como missão apoiar diretamente as entidades de cada região (PME e entidades públicas regionais e locais) em matérias de cibersegurança (p.ex. auditorias, resposta a incidentes, sensibilização, formação e orientação estratégica, etc), promovendo a troca de boas práticas entre regiões. Não é objetivo desta rede ministrar cursos.

O modelo de governança assenta numa execução descentralizada a nível regional, com responsabilidade distribuída pelos vários agentes, sendo o CNCS o órgão coordenador.

Estão criados 6 centros: Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve e Região autónoma dos Açores, encontrando-se em preparação o sétimo, na Região Autónoma da Madeira.

Ainda não há informação centralizada sobre os recursos humanos afetos a cada centro regional, nem resultados obtidos com as ações desenvolvidas.

Preservação digital de informação com requisitos especiais de segurança

Está elaborada a proposta de procedimento de concurso público de aquisição, bem como o material que será objeto de projeto-piloto.

A articulação está a ser efetuada com a Direção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas (DGLAB), em virtude desta entidade ser a responsável nacional pelos arquivos.

Caso o projeto-piloto tenha sucesso, o objetivo é disseminar o mesmo, que pode posteriormente ser replicado noutras entidades.

Há desafios relativos à capacidade instalada de recursos humanos no GNS, para alocar a esta tipologia de projetos.

Gestão da atividade de inspeção e auditoria- GAIA

Este é um sistema promovido pelo Gabinete Nacional de Segurança (GNS), no âmbito do Centro Nacional de Cibersegurança (CNCS), que visa gerir de forma integrada e padronizada todas as inspeções e auditorias em matéria de cibersegurança.

O projeto foi iniciado em 2023, estando concluído o desenvolvimento funcional, faltando a configuração da infraestrutura e a entrada em produção.

Durante o 1º semestre/25 é expectável que as inspeções de segurança à Rede Diplomática Nacional já sejam suportadas pela GAIA.

Posteriormente, a GAIA será estendida aos procedimentos de auditoria inerentes ao GNS, podendo vir a servir às congéneres do CNCS, enquanto Autoridade Nacional de Cibersegurança, no âmbito da transposição da NIS2⁶⁹ em curso.

Máquinas criptográficas nacionais

O objetivo destas máquinas é garantir a confidencialidade, integridade, disponibilidade, autenticidade e não-repúdio da informação classificada que tramita entre todas as entidades da Administração Pública, Forças e Serviços de Segurança e demais entidades públicas e privadas, no âmbito das infraestruturas críticas.

Permitirá limitar a dependência de equipamentos criptográficos produzidos noutros países, garantindo um aumento substancial na soberania nacional criptográfica.

Estes equipamentos são totalmente desenvolvidos pela academia e pequenas e médias empresas nacionais, baseados em requisitos técnicos e operacionais, estipuladas pelo GNS, sendo auscultadas as necessidades específicas dos utilizadores.

Até ao final de 2024 foram entregues 40 máquinas, prevendo-se a produção posterior de mais algumas centenas (em versão atualizada), sendo que esse número irá depender da adesão dos utilizadores.

Modelo de Governação, colaboração e partilha de capacidades para a segurança de dados da informação e do conhecimento

No âmbito do processo de transposição da diretiva NIS2, em curso, está preconizado um quadro institucional da segurança do ciberespaço que estabelecerá as relações neste âmbito.

Este quadro institucional de cibersegurança, é liderado pelo CNCS, que funciona como autoridade nacional e ponto único de contacto com a UE, coordenando a definição de normas e a supervisão geral da implementação.

Em paralelo, autoridades nacionais setoriais como o GNS — que operacionaliza inspeções e auditorias via o sistema GAIA — e a ANACOM — reguladora do setor das comunicações — aplicam e fiscalizam os requisitos específicos dos seus domínios. No setor financeiro, a resiliência operacional digital é assegurada pelas autoridades especializadas Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) e Banco de Portugal (BdP), integradas num modelo de governação que garante conformidade com obrigações de reporte e gestão de risco.

Para assegurar coerência estratégica, foi criado o Conselho Superior de Segurança do Ciberespaço — órgão consultivo do Primeiro-Ministro, presidido por este e

⁶⁹ A proposta de lei de autorização legislativa para aprovação do novo Regime Jurídico da Cibersegurança, transpondo a Diretiva (UE) 2022/2555, destinada a garantir um elevado nível comum de cibersegurança em toda a União Europeia (NIS2), terminou em 31/12/24. O objetivo é a utilização de novos padrões e obrigações a uma vasta gama de setores essenciais e importantes. Isso inclui a gestão mais rigorosa de riscos de cibersegurança, a necessidade de coordenação entre entidades públicas e privadas, e uma supervisão mais abrangente. O novo regime jurídico vai criar uma Comissão de Avaliação de Segurança do Ciberespaço, aumentar o número de setores, empresas e entidades públicas fiscalizadas e agravar o quadro sancionatório para quem não cumprir as novas regras.

composto pelas lideranças de todas as entidades envolvidas — que orienta a política nacional de cibersegurança

Este modelo colaborativo irá facilitar a partilha de capacidades, evitar sobreposições e garantir uma supervisão uniforme e alcançar um elevado nível comum de segurança cibernética.

Construção/remodelação das instalações do GNS

- Está em curso a adjudicação de um serviço para a consolidação do caderno de encargos, especificações técnicas e matriz de avaliação a fim de se selecionar um Gabinete projetista (conclusão estimada para final do 1º trim/25), seguindo-se adjudicação do “Projeto de Arquitetura e Especialidades” e elaboração do caderno de encargos para lançamento de procedimento de adjudicação de empreitada;
- A estimativa de adjudicação de empreitada e início das obras situa-se no 4º trim/25.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento como **PROCUPANTE**. O número de formandos formados representa, a esta data, apenas 17% do objetivo final e, no caso da remodelação do edifício, apenas está prevista a sua adjudicação no final do ano de 2025.

Recomenda-se:

- i. Intensificação das ações de sensibilização e comunicação para angariação de candidatos para as formações em Cibersegurança;
- ii. Aceleração dos procedimentos relativos à concretização da remodelação do edifício.

C19-i04	Infraestruturas críticas digitais eficientes, seguras e partilhadas BD- CEGER (Rede Informática do Governo)
---------	--

Metas:

- ❖ 95% de funcionários do setor público⁷⁰ com acesso a um sistema seguro de comunicações de voz, mensagens e vídeo | T2/22
- ❖ Melhoria das cinco infraestruturas tecnológicas críticas da Rede Informática do Governo (RING) | T1/26

De acordo com a informação prestada pela entidade, o ponto de situação do investimento (abr/25) é o seguinte:

Rejuvenescimento das infraestruturas tecnológicas da Rede Informática do Governo (RING)

⁷⁰ Por «funcionários do setor público» deve- se entender os funcionários do Governo utilizadores da Rede Informática do Governo (RING)

Foram intervencionadas 5 infraestruturas tecnológicas, (i) Infraestrutura de Voz sobre IP, (ii) infraestrutura de Computação e Storage, (iii) Ecossistema Aplicacional e Cloud, (iv) Videoconferência, e (v) componentes de segurança que englobou a infraestrutura de Firewall bem como, a componente de Cibersegurança (Serviços de Operação de Security Operations Center – SOC), a qual consubstanciou-se na atualização tecnológica do hardware e software de base, bem como, no aumento da conformidade ao nível da Segurança da Informação e Cibersegurança.

Como consequência, houve melhorias ao nível das aplicações e sistemas, as quais motivaram evoluções funcionais, complementado por ganhos na escalabilidade, resiliência e segurança dos sistemas críticos.

Paralelamente, deu-se prossecução à evolução do sistema integrado de gestão de serviços de tecnologias de informação – ITSM, implementando, concomitantemente, um conjunto de boas práticas internacionais com base no Information Technology Infrastructure Library – ITIL.

Robustecimento do sistema de multimédia integrado do Governo e disponibilização de conteúdos

Até à presente resposta estão disponibilizados na Intranet 101 de 200 conteúdos previstos na meta.

Considerando que os conteúdos são de âmbito pedagógico, os mesmos contribuíram para o aumento da literacia digital, no que concerne às várias áreas de atuação do CEGER.

Sistema seguro de comunicações móveis seguras de voz e mensagens nas áreas governativas

Após a implementação do sistema, a sua utilização está subordinada à escolha dos utilizadores da rede informática do Governo, ou seja, a sua utilização depende da vontade e aceitação de cada utilizador na escolha da plataforma.

Foram reportados 109 utilizadores, não tendo sido ainda possível (apesar de solicitado), identificar o universo de utilizadores.

Capacitação de trabalhadores do CEGER

Foram capacitados 100% dos trabalhadores.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**.

Recomenda-se a verificação da adequação do sistema seguro de comunicações móveis seguras de voz e mensagens nas áreas governativas.

CT19-i04	Infraestruturas críticas digitais eficientes, seguras e partilhadas BD- AIMA
----------	---

Reprogramação: foi **aprovada** a extensão de prazo para T2/25.

Marco: atualização e partilha dos sistemas informáticos das forças e serviços de segurança (AIMA e do SSI- gestão e controlo de fronteiras, cooperação policial e judiciária e Sistema Europeu Comum de Asilo).

Os principais objetivos deste investimento são a renovação da arquitetura dos sistemas de informação e processos, permitindo a redução da carga burocrática dos serviços da Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA), bem como a eliminação de redundâncias nos processos técnico-administrativos. Esta renovação deverá criar condições que possibilitem a afetação de recursos a funções operacionais, potenciando, assim, a redução dos custos de funcionamento. Tal será alcançado através do aproveitamento de soluções e capacidades de uso comum, da diminuição do esforço administrativo resultante da uniformização dos procedimentos, bem como da integração e automatização dos processos.

Para um ponto de situação deste investimento, foi solicitada informação ao Ministério da Presidência. Apesar de ter sido disponibilizada alguma informação sobre os nomes dos projetos a executar e as suas datas prováveis de início e fim, a mesma não continha informação suficientemente detalhada que permitisse uma apreciação por parte da CNA-PRR. Apesar de ter sido solicitado o maior detalhe, tal não foi enviado pela entidade, em tempo útil para este relatório.

Apreciação e recomendações

Este investimento **NÃO FOI ACOMPANHADO**, devido ao não envio de informação suficientemente detalhada, que permitisse uma apreciação crítica fundamentada.

C19-i04	Infraestruturas críticas digitais eficientes, seguras e partilhadas BD- Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna (SGMAI)
---------	--

Reprogramação: foi **aprovado** o aumento de ambição, com a adicionalidade de melhorias em mais infraestruturas críticas, até T2/26.

Metas (T1/24):

Conclusão de melhorias em infraestruturas digitais críticas:

- ❖ 112 projetos do Centro Operacional e da Rede Nacional de Segurança Interna, com exceção da instalação e operacionalização de um novo centro de dados;
- ❖ Alteração da tecnologia da infraestrutura terrestre (rede principal) de E1 para IP (Protocolo Internet) e aumento da capacidade da Rede de Comunicações de Emergência do Estado (SIRESP).

Metas (T2/26):

Conclusão de melhorias em infraestruturas digitais críticas:

- ❖ Instalação e operacionalização de um novo centro de dados da Rede Nacional de Segurança Interna (RNSI);
- ❖ Criação de um centro de recuperação de catástrofes para sistemas de informação associados à Rede de Comunicações de Emergência do Estado (SIRESP), alcançando a cobertura territorial completa e melhorando as redundâncias do SIRESP;

- ❖ Entrada em funcionamento do sistema de informação para a gestão de acidentes e infrações rodoviárias;
- ❖ Entrada em funcionamento do sistema de informação para a gestão de incidentes, emergências e catástrofes no domínio da proteção civil.

Apreciação e recomendações

Este investimento **NÃO FOI ACOMPANHADO**.

C19-i07.01	Capacitação da Administração Pública – formação de trabalhadores e gestão do futuro BI e BD- Instituto Nacional de Administração I.P. (INA)
------------	--

Reprogramação: foi **aprovado** um ajuste no texto da meta 19.21 no que concerne à componente da PlanAPP e à criação de espaços de trabalho partilhados⁷¹.

Meta: 96.400 participantes em formação (diversos programas) | T1/26

Este investimento visa desenvolver a oferta da formação para os trabalhadores e dirigentes da administração pública, sendo composto por quatro programas.

As metas estão definidas em cada um dos programas, sendo o critério da evidência o certificado digital emitido. A certificação pode ser total, parcial ou de encaminhamento (identificação para outro percurso formativo).

De acordo com a informação prestada pela entidade, o ponto de situação do investimento é o seguinte:

Programa de Capacitação Digital

Infoexclusão Zero

Meta: 2.500

À data de 05/03/2025, estão disponíveis 5 dos 16 cursos previstos, estando prevista a disponibilização dos restantes até final de 2025.

Foram emitidos 2.165 certificados.

Este programa prevê a aquisição e/ou consolidação de competências digitais essenciais, estando disponível para qualquer trabalhador em funções públicas que sinta necessidade ou tenha interesse em 'ser mais digital'. As aprendizagens realizadas são mobilizáveis para o reconhecimento do 6.º ano de escolaridade no que toca à vertente digital, pois os conteúdos disponibilizados correspondem ao Nível Básico de Proficiência digital do Programa "Certificado de Competências Digitais" da ANQEP – Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P..

⁷¹ Além disso, o Centro de Competências de Planeamento, de Políticas e de Prospetiva publicará no seu sítio Web 65 relatórios, estudos ou notas informativas sobre temas políticos da sua competência. Serão também criados 23 espaços de trabalho partilhados.

Este percurso formativo, disponibilizado com o nome “AP Digital” e “competências digitais essenciais” é composto por 16 cursos MOOC, que correspondem a um total 100 horas de aprendizagem em torno de 4 Unidades de Competência, cada uma com 25 horas.

AP Digital 4.0- Formação para a carreira de especialista e técnicos de informática

Meta: 1.000 trabalhadores

A portaria prevista no artigo 6.º Decreto-Lei 88/2023 de 10 de outubro não está ainda publicada, o que impossibilita o INA, I.P. de iniciar os processos de planeamento e coordenação desta oferta formativa para posterior disponibilização.

Enquanto a Portaria não é publicada, o INA tem vindo a promover, nos últimos meses, uma reflexão interna para definir possíveis abordagens para a construção desta formação, com o intuito de auscultar e integrar reflexões e contributos de parceiros estratégicos e de avaliar as condições e recursos necessários à implementação desta oferta formativa. Desta reflexão resultou um documento draft que estrutura as linhas mestras de uma proposta formativa focada na retenção de talentos já integrados da Administração Pública, e que constituiria uma primeira fase. A abordagem pensada prevê cinco percursos formativos para os 32 perfis definidos pelo Centro de Competências Digitais da Administração Pública (TicAPP). Esta certificação permitiria a entrada ou a consolidação na Carreira Especial criada, pois poderia também ser realizada durante o respetivo período experimental. Este documento é apenas um ponto de partida e um possível cenário que poderá ser apresentado e partilhado em qualquer momento.

AP Digital 4.0-Formação em ferramentas de produtividade e tecnologias emergentes e de gestão

Meta: 60.000 (ferramentas produtividade)

Meta: 10.000 (tecnologias emergentes e de gestão)

Certificados emitidos:

47.787 em ferramentas de produtividade;

14.569 em tecnologias emergentes de gestão

A implementação do AP Digital 4.0 decorre dentro do planeado e sem recurso a solução tecnológica para a realização de diagnósticos de necessidades (não contemplada nesta medida). A oferta formativa em curso, prevê a participação autoproposta pelos trabalhadores com base nas suas necessidades e expectativas ou através dos organismos, na sequência dos seus diagnósticos de necessidades internos..

O foco do INA tem sido na construção de formação assíncrona de curta duração (regra geral, 6 horas) a disponibilizar na Plataforma NAU, permitindo multiplicar exponencialmente o número de trabalhadores abrangidos e permitindo que

qualquer trabalhador possa tirar partido das oportunidades formativas disponibilizadas, sem quaisquer restrições.

Presentemente estão disponíveis cursos de Ferramentas de produtividade (FP) e Tecnologias Emergentes e Gestão (TEG) em duas modalidades - síncronos online (via Zoom) e cursos assíncronos online (Plataforma NAU). De forma mais pontual têm sido ministrados alguns cursos síncronos presenciais.

Estão disponíveis 34 cursos, dos quais 15 estão em conversão e mais de 40 em planeamento para disponibilização na Plataforma NAU.

Formação Superior Avançada nas Áreas da Gestão, Administração e Políticas Públicas

Meta: 5.000

Foram criados 4 consórcios⁷², com instituições de ensino superior (IES), que permitirão alavancar as 4 grandes áreas de formação definidas, utilizando o potencial das formações (e da comunicação) existentes em cada uma das IES. Foi criado um modelo de negócio, que permite que as IES reconheçam ganhos financeiros na participação nestes consórcios, para além dos ganhos de escala que os cursos ganham. Em termos de localização geográfica, o sul não está coberto.

Formação Avançada

Foram formadas 87 pessoas (61 dirigentes intermédios e 26 dirigentes superiores), estando em formação mais 101.

Liderança Executiva

Foram formadas 78 pessoas (em Liderança executiva na administração pública), estando em formação mais 120.

Contabilidade e Auditoria para a Administração Pública

Foram formadas 82 pessoas em Pós-graduação em Contabilidade e Gestão Financeira na Administração Pública e 24 em Auditoria Pública. Estão em formação mais 37.

Impulso Digital para a Administração Pública

Foram formadas 287 pessoas, das quais 195 na AI Business School AP, encontrando-se em formação mais 39.

Programa Qualifica AP

Meta: 14.400

Certificado emitidos: 4.712 certificados

⁷² Informação detalhada disponível em [Consórcios - INA, I.P.](#)

Na Rede Qualifica AP, uma das CCDRs não teve condições para executar o programa (CCDR Algarve), tendo rescindido o contrato. O Centro Qualifica da FEFAL pediu uma redução da meta resultante da dificuldade de executar a meta prevista, tendo reduzido de 4.800 para 3.600. À exceção do CQ do Algarve, os restantes centros estão a funcionar em pleno.

Plataforma digital COFAP

A plataforma digital COFAP ou Portal de Formação da AP é um ecossistema que se pretende que venha a ser composto por 4 módulos, cada um dedicado a uma fase do ciclo de gestão de formação, estando terminado o Módulo 4 dedicado ao reporte e estando a em curso a fase de registo de utilizadores e assinatura de termos de adesão.

Estão previstas, no curto prazo, as seguintes integrações:

- Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública (iAP): a integração visa a recolha automática de dados sobre as entidades públicas. A integração depende da conclusão da integração entre o SIOE e a iAP, uma vez que a fonte de dados das entidades é o SIOE;
- Sistemas de gestão de formação de entidades de grande dimensão e/ou com capacidade de desenvolvimento de webservices para comunicação automatizada de dados com o COFAP.

De futuro, está prevista a integração com o SIOE, com vista à recolha de dados da formação diretamente do SIOE, sistema que recolhe dados da formação no âmbito do Balanço Social. Esta evolução depende da conclusão do desenvolvimento do SIOE.

No âmbito do PRR, o INA transformou-se em Instituto Público, dando cumprimento uma reforma prevista no PRR. Recentemente, foi proposta a integração do INA, conjuntamente com outras duas entidades (Direção Geral Administração e Emprego Público e Serviços Sociais Administração Pública) na Autoridade da Administração Pública – Centro de Pessoas e Administração Pública. O diploma foi vetado pelo Senhor Presidente da República e devolvido ao Governo. Durante este período, o INA conseguiu desenvolver um conjunto de parcerias, essencialmente com as Instituições de Ensino Superior, que criaram uma nova era e uma nova dinâmica de formação de quadros superior da Administração Pública. É essencial que se analise o desempenho do INA e se crie um ambiente de estabilidade no funcionamento das entidades, sob pena de estarmos constantemente a alterar estruturas orgânicas sem que sejam avaliados os seus resultados.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**.

Recomenda-se:

i. A máxima atenção e urgência para a questão da portaria prevista no artigo 6.º Decreto-Lei 88/2023 de 10 de outubro, cuja não publicação está a impossibilitar o

INA de iniciar os processos de planeamento e coordenação da oferta formativa AP Digital 4.0- Formação para a carreira de especialista e técnicos de informática. Realça-se a importância desta carreira na Administração Pública, evidente de forma transversal, em praticamente todos os investimentos PRR, sendo imprescindível para a manutenção dos investimentos de transição digital.

C19-i07.01	Capacitação da Administração Pública – estágios e teletrabalho BD- Direção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP)
------------	---

Metas:

- ❖ 1.500 diplomados em programas de estágio da administração pública
- ❖ 17.500 equipamentos informáticos adquiridos

Apesar deste investimento ter como data de término T4/23, ainda não foi possível à CNA-PRR acompanhar o mesmo, nem apreciar os seus resultados ou impactos.

Apreciação e recomendações

Este investimento está **CONCLUÍDO**.

C19-i08	Territórios Inteligentes BI - AMA - AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P.
---------	---

Reprogramação: foi **aprovado** o aumento de ambição (12 M€), de 75 para 129 Plataformas de Gestão Urbana (PGU).

Metas:

- ❖ 129 PGU (por município); 5 gémeos digitais; disponibilização do painel de indicadores para os intervenientes centrais e regionais.
- ❖ 650 trabalhadores do setor público que concluíram formação em matéria de recolha e gestão de dados

O objetivo deste investimento é criar um novo paradigma de planeamento e gestão das cidades e territórios baseado em dados:

- Disponibilizar um Portal dos Territórios Inteligentes
- Disponibilizar plataformas integradas de gestão urbana
- Desenvolvimento de pelo menos 5 protótipos de gémeos digitais
- Disponibilizar *Dashboard* de Políticas Públicas
- Disponibilizar formação para disseminação de conhecimento sobre Territórios Inteligentes

Ao aviso lançado candidataram-se 297 municípios (agrupados em 38 candidaturas). De acordo com a informação prestada pela AMA, até final de jan/25 todas as autarquias já receberam os resultados, estando a decorrer a fase de audiência prévia, com assinatura dos termos de aceitação e contratos já concretizadas. O reforço financeiro da medida foi autorizado, para que todas as candidaturas elegíveis fossem aceites.

Com a execução desta medida espera-se:

- Ter pelo menos 650 pessoas capacitadas para a utilização das plataformas de gestão urbana, de gémeos digitais, painéis de indicadores de políticas públicas;
- Ter 5 gémeos digitais em funcionamento - aviso lançado e com resultados publicados, que financiarão 8 projetos nas áreas da Saúde, Mobilidade, Descarbonização, Turismo, Proteção Civil, Resiliência Climática, Agricultura e Gestão da Água;
- Centralização de aquisição de alguns dados na AMA e que estavam a ser adquiridos autarquia a autarquia (p.ex. os dados dos telemóveis).
- Integração de outros fornecedores de dados nacionais pela AMA (p.ex. DGT, IPMA ou eBUPI).

Apreciação e recomendações

Considera-se esta medida como sendo **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**.

Recomenda-se:

- Uma especial atenção da AMA a estes projetos, em virtude do pouco tempo restante para execução e da pouca experiência existente no território com este tipo de projetos;
- Celeridade à formação e capacitação dos técnicos que ficarão responsáveis pela operação das PGU, garantindo-se uma rede de contactos e de agilização de informações.

Componente C20 | Escola Digital

C20-i01	Transição digital na Educação BI - SECRETARIA-GERAL DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA
---------	--

Reprogramação: foram aprovadas alterações, em particular, na eliminação de metas intermédias (CTE), alargamento de prazos e ajustes de descritivos e clarificações de textos associados às metas.

Estes são investimentos que têm sofrido vários atrasos desde o início do PRR, que levaram a apreciações de “preocupante” e “crítico” por parte da CNA-PRR, primeiramente relacionado com os processos de entrega dos computadores e depois com os investimentos associados às provas digitais e redes locais das escolas.

Mas estes são investimentos estratégicos, que, para além de um processo global de transição digital, integram também a aquisição de computadores (2021/22) e representam passos muito importantes rumo à modernização e à inovação do sistema educativo nacional, pelo que a sua correta implementação e garantia de continuidade e sustentabilidade, são pontos cruciais para a apreciação dos mesmos.

Para além da integração de tecnologias digitais nas práticas pedagógicas, a apreciação baseia-se também na capacidade de transformação da aprendizagem e da gestão escolar, bem como na promoção de uma educação inclusiva, equitativa e preparada para os desafios do século XXI.

Os resultados esperados com a implementação deste programa incluem uma melhoria significativa na eficiência e na qualidade dos processos de ensino e aprendizagem, a diminuição das desigualdades de acesso à tecnologia, e a

consolidação de um ecossistema educativo dinâmico e sustentável, alinhado com as exigências do mercado de trabalho e da sociedade digital.

Mas este percurso enfrenta muitos desafios, que é preciso acautelar e ter sempre presente, quer na implementação, quer na posterior gestão, no âmbito das comunidades escolares e das entidades de suporte e tutela.

Se, no **curto prazo**, a prioridade reside na implementação rápida e eficaz das novas infraestruturas, bem como na formação adequada dos profissionais, superando resistências à mudança e assegurando uma integração harmoniosa entre as tecnologias e as práticas pedagógicas, no **médio prazo**, os desafios incluem a constante adaptação e interligação entre currículos e evoluções tecnológicas, a manutenção e atualização contínua dos recursos digitais, e a garantia de que a transformação digital se consolide de forma equitativa por todo o sistema educativo.

O ponto de situação destes investimentos foi obtido junto do Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI), em meados de fevereiro/25:

Aquisição de vídeo projetores para equipar 40.000 salas

Instalação concluída em meados de 2024. Pagamentos concluídos.

Monitorização do estado de conservação e manutenção:

- Existe uma plataforma de monitorização que é acedida pelas escolas para registo do estado de cada equipamento e que é monitorizada permanentemente pela equipa que gere os contratos da Secretaria-Geral da Educação e Ciência (SGEC) e pela equipa do suporte da Escola Digital da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares(DGEstE).
- Os videoprojetores foram adquiridos com uma garantia de 6 anos. As taxas de avarias são muito baixas e maioritariamente abrangidas pelas reparações previstas no âmbito da garantia.

Resultados expectáveis (ainda sem tempo de implementação suficiente para estudos relacionados):

- Atividades letivas podem ser mais diferenciadas e não condicionadas;
- Poderão ainda expandir as competências necessárias à realização de apresentações e potenciar o uso dos manuais digitais;
- Realização de atividades diversificadas que podem mais facilmente adequar-se à realidade atual e à diversidade de alunos.

Instalação de 1.300 Laboratórios de Educação Digital (LED)

Criação e instalação concluída em 31/12/2024 na rede escolar pública, abrangendo 803 Agrupamentos de Escolas/Escolas não Agrupadas (AE/EnA) com 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário e um total de 168.753 equipamentos.

Cada Escola procedeu/ou está a proceder, à instalação de cada espaço/sala LED, efetuando posteriormente o registo na Plataforma Escola Digital da sala onde foi feita a instalação.

Monitorização do estado de conservação e manutenção:

- A totalidade dos equipamentos que compõem LED, está registada e inventariada na Plataforma Escola Digital, pelo que os equipamentos são identificáveis pelo n.º de série e de imobilizado, o que permite atualizar o seu ciclo de vida. O sistema de informação online, permite realizar a qualquer momento a atualização do estado dos equipamentos pelas Escolas e pela SGECE/DGEstE.
- A manutenção dos LED tem abrangência pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2023, de 25 julho⁷³;
- Os equipamentos LED estão cobertos, nos termos da legislação vigente, por 3 anos de garantia no âmbito dos 5 contratos de fornecimento de LED.
- As despesas correntes associadas à utilização dos LED são enquadráveis no orçamento de despesa dos AE/EnA, à semelhança das demais despesas com materiais consumíveis e bens não duradouros efetuada pelas Escolas no âmbito das suas atividades.

Resultados expectáveis

As primeiras conclusões sobre o impacto educativo e pedagógico dos LED só deverá ser possível após a passagem de tempo na implementação e a produção de mudança, pelo que será necessária a passagem de 1-2 anos letivos consecutivos de utilização.

Foram, no entanto, indicados alguns indicadores de dimensão mais objetiva, tais como n.º e perfil de participantes nas formações orientadas para os LED organizadas pela DGE; monitorização da criação de clubes nas Escolas (por tipo); registo de áreas disciplinares que utilizaram os LED ao longo de 1 ano letivo; registo dos anos de escolaridade dos alunos que utilizaram os LED, entre outros.

As perspetivas iniciais deste investimento preconizavam como objetivos gerais:

- i) desenvolver e multiplicar os Clubes Maker, de Computação Experimental, robótica ou outros;
- ii) potenciar experiências educativas ao nível da programação, do ensino da robótica e da disciplina de Tecnologias de Informação e Comunicação e outras disciplinas,

⁷³ Autoriza a Secretaria -Geral da Educação e Ciência a realizar a despesa com a aquisição de bens e serviços no âmbito do projeto «Acompanhamento, gestão e controlo de meios digitais da Educação — UED», a qual foi posteriormente alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/2024, de 30 de agosto (primeira alteração à Resolução do Conselho de Ministros n.º 82/2023, de 25 de julho), que vem determinar que os encargos financeiros são satisfeitos por verbas adequadas a inscrever no orçamento da DGEstE, as quais, relativamente ao ano económico de 2024, tiveram por contrapartida quantias transferidas do orçamento da SGECE

nomeadamente nas áreas STEAM, como, por exemplo, as áreas disciplinares de Físico-Química e Biologia e Matemática;

iii) cumprir o objetivo da integração transversal das tecnologias no currículo e colocar os alunos, desde cedo, em contacto com as referidas tecnologias;

iv) e, igualmente, servir de suporte e alojar Clubes Maker, de Robótica e outros.

Adotar processos desmaterializados de elaboração, distribuição, aplicação realização e classificação de provas de avaliação

Estes foram investimentos considerados complexos e mais atrasados, tendo em conta as metas que estavam definidas.

Na reprogramação, foram alteradas as metas, passando a ser 31/07/2026 o prazo para “Provas do ensino básico abrangidas por *e-assessment* (processo de realização e classificação digitais)” e “Provas do ensino secundário abrangidas por *e-marking* (processo de classificação digital)”.

Estes processos estão a ser implementados através do projeto DAVE-Desmaterialização da Avaliação Externa, que é considerado uma mudança de paradigma, ou seja, a avaliação externa, tradicionalmente avaliada em papel, passou, a partir do ano letivo 2021-2022 por um processo gradual de transição para o suporte eletrónico, em algum momento/procedimento relacionado com avaliação externa.

O DAVE constitui-se, portanto, como um processo de grande importância pedagógica, curricular e social para o sistema educativo português, cujo papel concorre para a regulação do desenvolvimento do currículo nas escolas, bem como para o processo de ensino e de aprendizagem, sendo por isso um enorme desafio para todos os agentes envolvidos na avaliação externa.

Projeto DAVE

- Criação de todas as condições técnicas e tecnológicas no sistema educativo português, a nível central, no que às competências do Instituto de Avaliação Educativa (IAVE) e do Júri Nacional de Exames (JNE) diz respeito, para a conceção, elaboração, realização, classificação, produção e divulgação de resultados das provas de avaliação externa;
- Não engloba as questões relacionadas com o apetrechamento tecnológico das escolas, no que diz respeito ao equipamento informático e à qualidade e capacidade das redes de comunicação;
- Focado no desenvolvimento de plataformas informáticas, bem como de infraestruturas tecnológicas ao nível do IAVE e do JNE, que assegurem de forma eficaz o bom funcionamento do sistema em suporte digital
- O financiamento não se encontra dependente do número de provas e exames desmaterializados, pelo que todas as aplicações e equipamentos teriam que ser desenvolvidos independentemente da decisão de os exames nacionais do ensino secundário não transitarem de momento para o suporte digital.

- O sistema ficará preparado para qualquer decisão que seja tomada no futuro sobre a inclusão de todas as provas de avaliação externa no paradigma digital, com os seguintes subprojectos em desenvolvimento:
 - Plataforma de realização de provas do IAVE
 - Plataforma de Classificação e Supervisão do IAVE
 - Plataforma de Conceção e Monitorização do Percurso de Prova
 - Plataforma de Gestão da Aplicação das Provas de Avaliação Externa do Ensino Básico e Secundário (GAEBS)
 - Plataforma de publicação de resultados da avaliação externa
 - Aquisição de equipamentos informáticos
 - Sala de sistemas e sala multimédia do IAVE.

Provas ensaio⁷⁴ e provas de monitorização de aprendizagem (ModA)⁷⁵

Uma das medidas introduzidas no âmbito da preparação foi a realização, em fev/25, de provas-ensaio para os alunos dos 4.º, 6.º e 9.º anos de escolaridade, nas disciplinas nas quais se aplicarão provas ModA ou provas finais do ensino básico, com o objetivo de serem um momento de familiarização por parte dos alunos, com o suporte digital em contexto de avaliação. Por outro lado, ajudarão as escolas a testar os seus procedimentos de organização das provas de avaliação externa, e contribuirão para os serviços do MECI identificarem áreas de melhoria.

Em 2023, as provas de aferição foram realizadas pela primeira vez, de forma generalizada, em suporte digital. Em 2024, todas as provas de aferição foram feitas em suporte digital à exceção das provas práticas do 2º ano e da componente de produção e interação orais da prova de Inglês (81), que assumiram o seu formato de aplicação e classificação por observação direta. A expectativa dos decisores é de que as eventuais diferenças entre o desempenho dos alunos em suporte papel e digital se irão esbatendo com a utilização mais frequente e mais precoce dos recursos digitais.

Os resultados nacionais das provas de aferição de 2023⁷⁶ parecem indicar que o modo de aplicação digital não tenha tido um impacto significativo nos resultados dos alunos, sendo as oscilações de desempenho em cada domínio de aferição também existentes em suporte papel.

Inclusão digital

Para garantir a todos os alunos o direito à participação no processo de avaliação externa, são disponibilizadas versões adaptadas, em papel ou em suporte digital,

⁷⁴ As provas-ensaio irão decorrer nas escolas, ao longo do mês de fevereiro (Guia para a Realização das Provas-Ensaio, 2024-2025, JNE), página 24:

<https://iave.pt/wp-content/uploads/2025/01/Guia-Provas-Ensaio-21-JAN.pdf>

⁷⁵ As provas ModA irão decorrer nas escolas, em finais de maio e início de junho, segundo a calendarização publicada no site do IAVE:

<https://iave.pt/provas-e-exames/calendario/>

⁷⁶ Resultados Nacionais das Provas de aferição, 2023:

https://iave.pt/wp-content/uploads/2024/01/Relato%CC%81rio-Provas-de-Aferic%CC%A7a%CC%83o_Resultados-Nacionais_2023.pdf

para todas as provas, sendo a oferta decorrente da solicitação feita pelo JNE, após consulta ao IAVE.

No último Relatório Nacional de Literacia em Tecnologias da Informação e Comunicação (ICILS, 2023⁷⁷), foram apuradas algumas conclusões relativamente aos resultados médios e utilização dos dispositivos digitais, revelando avanços significativos na literacia digital dos alunos portugueses face aos dados de 2018. Os resultados apontam melhorias expressivas na utilização crítica, segura e criativa das tecnologias, com uma evolução na capacidade de resolver problemas digitais e integrar ferramentas TIC no processo de aprendizagem.

A essa data, verificava-se que no caso dos alunos portugueses, 57% utilizavam computadores (incluindo portáteis, notebooks, netbooks e tablets) há 5 ou mais anos, percentagem superior à verificada na média dos países participantes (51%). Existia uma relação, ainda que fraca, entre a experiência de utilização das TIC em Portugal e o desempenho médio em CIL (Literacia em Computadores e Informação) e em CT (Pensamento computacional). Os alunos que utilizavam equipamentos TIC há pelo menos 5 anos pontuaram, em média, mais 32 pontos estatisticamente significativos em CT do que os seus colegas que tinham menos anos de prática na sua utilização. Em CIL, a diferença é de 26 pontos, também estatisticamente significativos.

Potenciais impactos relacionados com estes investimentos em transição digital na educação, só deverão ser possíveis de identificar em próximos inquéritos, sendo necessário monitorizar a plena adoção das ferramentas e os constrangimentos que forem sendo identificados ao longo do caminho.

Formação de professores para utilização de plataformas e aplicação de provas em formato digital

No quadro seguinte constam o número de professores formados em 2024, com formação IAVE, que tem como finalidade desenvolver competências profissionais de forma a assegurar a qualidade da classificação e os princípios de equidade e de justiça essenciais na validação dos resultados da avaliação, promovendo o desenvolvimento de competências na construção de instrumentos de avaliação e análise de resultados.

Formações 2024 (IAVE)	
Designação	Professores formados
Classificação de provas em ambiente digital	408
Formação de professores classificadores	794

⁷⁷ Relatório com os resultados nacionais do estudo internacional ICILS, 2023: <https://iave.pt/wp-content/uploads/2024/11/Relatorio-Final-ICILS.pdf>

Formação de professores supervisores	247
Ação de curta duração (ACD) de avaliação externa	325 (supervisores)
Construção de instrumentos de avaliação	185

Fonte: MECI

Ganhos administrativos e de tempo (professores)

De acordo com os dados fornecidos pelo MECI, foi automatizado um volume significativo de tarefas que eram anteriormente manuais (nomeadamente a classificação), resultando em maior disponibilidade por parte dos professores⁷⁸. Em 2025 é previsto um aumento dessa disponibilidade.

Provas digitais (2024)	
Número de provas realizadas	409.742
Número de itens realizados	8.923.665
Número de itens de construção classificados manualmente	1.313.534
Número de itens de construção classificados automaticamente	7.610.131

Fonte: MECI

Produzir e disponibilizar recursos e conteúdos educativos digitais de qualidade, generalizando a sua utilização a todas as Escolas, Alunos e Professores

Em setembro de 2024, foi concluído, com atraso, o desenvolvimento do recurso "Viver Melhor na Terra, garantindo a sustentabilidade do Planeta", com a aprovação de todos os entregáveis conforme o Caderno de Encargos. A explicação para o atraso foi de que houve expansão de âmbito ao nível de didática, bem como um processo de revisão mais aprofundado necessário à garantia da qualidade do recurso por parte dos especialistas DGE. Face ao tamanho considerável em termos de tempo de processamento, que impactava a usabilidade, foi também necessário reduzir o tamanho para 1.3 GB. Estando alojado em cloud temporária, aguarda ainda a disponibilização de plataforma temporária de alojamento.

Está em curso o desenvolvimento dos outros 3 recursos educativos digitais:

- 3 RED em curso (RED 2 "Jogar, Lutar e Agir"; RED 3 "Fibonacci e o número de ouro"; RED 4 "How to Be an Astronaut for the Day") –prevê-se a realização de pilotagens dos recursos em escolas selecionadas durante o mês de fevereiro

⁷⁸ O número aproximado de professores classificadores passou de 12.000 em 2022 para 5.700 em 2024. Em 2024 o número médio de provas por professor classificador foi de 11,45, estando 150 supervisores envolvidos no processo de classificação (Fonte dos dados: MECI)

de 2025, e a conclusão e disponibilização dos recursos até ao final de março de 2025;

- **2 grandes concursos de RED (RED Ensino Básico, PLNM e Línguas Estrangeiras; RED Ensino Secundário e Ensino Profissional)** – Os concursos encontram-se a decorrer, estando de momento na fase de apresentação de propostas, com data de submissão pelos concorrentes estipulada a 13 de março de 2025;
- **1 concurso de Ecossistema de Aprendizagem para alojamento de todos os RED** – O concurso encontra-se a decorrer, estando de momento a aguardar pela elaboração do 1º relatório final da fase de propostas por parte do júri do concurso.

Ampliar a rede de área local das Escolas (wi-fi) e Projeto Integração de sistemas de informação de Gestão Educativa

O concurso foi lançado e encontra-se nesta data em fase de análise de propostas. Por ser um concurso classificado, a análise será efetuada por parte do Gabinete Nacional de Segurança (GNS), estando a ser preparada a respetiva sala segura. A adjudicação está prevista para o 1º sem/25.

Devido à particularidade preparação deste concurso (que o tornou confidencial) e porque houve dúvidas sobre a restrição e conjugação de códigos de atividade económica (situação reportada nos relatórios da CNA-PRR), está solicitada uma auditoria por parte do IGEFE, estando a aguardar a classificação do respetivo pessoal, para que possam ter acesso às peças e poder avaliar.

Após esta ampliação e segundo informação do MECI, não existirão escolas sem wifi ou rede estruturada.

Projeto Expandir a conectividade à internet de rede alargada da Educação e Projeto Redimensionar a ligação das escolas à rede alargada da Educação

A instalação dos equipamentos nas escolas e nos dois pontos focais estão terminados.

Todas as escolas têm um par de routers de 1Gb ou 4Gb. Os novos pontos focais a 300Gb estão instalados e testados.

Estão em falta expandir os circuitos de operador que interligam escolas e pontos focais e está um curso um último concurso de aquisição. Só após a conclusão desta implementação é que será possível ter todas as Escolas a funcionar com as mesmas condições e perceber os impactos.

Projeto Integração de sistemas de informação de Gestão Educativa

Está em curso a consolidação da base de dados, *sendo que os sistemas necessários estão instalados e testados. As atividades são de migração e consolidação de dados e bases de dados.*

Encontra-se concluído o plano estratégico de sistemas de informação (respetivos entregáveis).

A centralização de processamentos e dos sistemas de segurança e salvaguarda da informação está *em fase de conclusão do concurso, com elaboração de relatório final*.

O MECI identificou algumas áreas que permitirão dar passos maiores rumo à digitalização da Educação, nomeadamente:

- Robustecimento de dados e analítica - a integração dos sistemas permitirá uma centralização de dados e o acesso a dados atualizados;
- A digitalização dos processos de carreira docente;
- Reforço de cibersegurança;
- Processo de certificação de fornecedores para o Ministério da Educação;
- Robustecimento do processo de matrícula online, que irá abarcar o ensino pré-escolar, público e privado- 2025/26 será o ano de teste;
- Centralização de informação sobre abandono escolar.

Sistema único de identidade de alunos, docentes e outros trabalhadores das Escolas

Está concluída a instalação e integração, sendo que já será usado no novo Portal das Matrículas, sendo expectável como principais impactos um maior controlo de acessos aos sistemas centrais do MECI, com maior segurança e a possibilidade de uso de MFA (multi-factor authentication)

Adoção de manuais digitais

De acordo com a informação obtida e com base nas experiências feitas nos projetos-piloto e as práticas internacionais, o uso de manuais digitais na sua generalidade não será feito. Uma das razões fundamentais é de que a prática da escrita é importante para o raciocínio mental, bem como existirem matérias que não devem ser feitas só no digital.

Para já a decisão foi tomada para os 1º e 2º ciclo, onde não é mesmo considerado adequado, sendo que nos restantes anos é preciso continuar a avaliação.

Esta avaliação não impede, no entanto, a preparação de recursos educativos digitais, para melhorar a diversidade de recursos disponíveis e capacitar digitalmente professores e alunos.

Aquisição de 1 050 000 Computadores para utilização individual por alunos e professores

Este investimento está concluído. Existe uma plataforma de registo das entregas dos computadores, sendo possível saber a quem está entregue.

Após uma fase que revelou alguma complexidade em gerir as entregas às famílias e as necessidades de manutenção dos equipamentos ou o apoio dentro das próprias escolas, o MECI indica estarem ultrapassadas estas situações, com reporte de problemas residuais. Não é, no entanto, possível saber se os computadores são

ou não utilizados, se os alunos mais desfavorecidos ou com maiores necessidades de inclusão digital os utilizam ou que constrangimentos na sua utilização possam existir.

Não existem também estudos (já realizados ou em preparação), que permitam aferir estas questões, pelo que o facto de terem sido entregues os computadores, não é sinónimo da sua utilização, ou da sua utilidade para a comunidade escolar.

Foram indicados à CNA-PRR vários estudos⁷⁹ realizados a pedido da DGE, que de uma forma indireta permitiram recolher informações relevantes sobre a utilização do digital no dia-a-dia das Escolas. A maior parte dos estudos foca-se na adoção do digital durante e após a pandemia COVID-19 e as novas necessidades de formação e adequação digitais evidenciadas com esta situação, estando disponível um relatório intermédio sobre o Projeto-Piloto Manuais Digitais, no ciclo 2023/2024.

Formação/capacitação digital de profissionais não docentes

De acordo com as informações recolhidas, está em curso uma reorganização de pessoal não docente, pelo que ainda não existem planos de formação.

Apreciação e recomendações

Após as alterações propostas na reprogramação, em que o prazo relevante passa a ser 31/07/2026 e o descritivo “Provas do ensino básico abrangidas por e-assessment (processo de realização e classificação digitais)” e “Provas do ensino secundário abrangidas por e-marking (processo de classificação digital)”, considera-se este investimento com **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**.

Encontram-se ainda em curso vários investimentos, mas dentro dos seus prazos expectáveis.

Alguns investimentos já terminados (p.ex. laboratórios de educação digital ou videoprojectores), encontram-se ainda em fase inicial de utilização, pelo que os processos de avaliação são ainda precoces.

Foram elaborados vários estudos relacionados com a avaliação dos impactos da adoção da digitalização nas Escolas, quer relativamente a alunos, quer a professores/diretores, com resultados promissores relativamente à adoção de práticas mais digitais, mas é de ter em atenção que há ainda processos a decorrer

⁷⁹ Site Capacitação Digital das Escolas (CDE) – Documentos CDE

<https://digital.dge.mec.pt/documentos-cde>

Estudo de Avaliação do Efeito do “Projeto de Capacitação dos Docentes em Competências Digitais”

<https://digital.dge.mec.pt/sites/default/files/documents/2024/375-142768445f59be426e004ed26752c4d2.pdf>

Estudo sobre a Implementação e o Impacto dos Planos de Ação de Desenvolvimento Digital das Escolas (PADDE)

<https://digital.dge.mec.pt/sites/default/files/documents/2024/381-8a8e054ddbc614d4dcfcf3406632c3c7.pdf>

Estudo de caso: Portugal's digital transition strategy for education

<https://digital.dge.mec.pt/sites/default/files/documents/2024/399-4e3abac13c0c35525b4bab4bf096f03f.pdf>

Relatório intermédio: Projeto-Piloto Manuais Digitais 2023/2024

<https://digital.dge.mec.pt/sites/default/files/documents/2024/412-831af993f3cec854e7a9a55b2a8f201b.pdf>

e que o processo de mudança tem sido gradual. Serão, no entanto, necessários estudos específicos para avaliar esses impactos.

Há várias implementações, que são críticas, ainda a decorrer (p.ex. wifi, rede alargada de conectividade, recursos digitais, integração de sistemas de informação ou o sistema único de identidade). Está também em curso a capacitação/formação de professores para os processos de avaliação digital, sendo este um processo de mudança de paradigma na educação em Portugal. Os resultados terão que ser continuamente monitorizados e só poderão ser apreciados em fase posterior.

Recomenda-se:

- i. A continuidade da monitorização dos resultados e constrangimentos observados, no âmbito das práticas mais digitais, com a identificação de riscos e a necessidade de medidas corretivas sempre que necessário e a comparação com as melhores práticas internacionais, em virtude do objetivo último de maior capacitação, inclusão, conhecimento e inovação, por parte de alunos, professores e outros profissionais das Escolas;
- ii. Tais monitorizações sejam acompanhadas de estudos de impacto, aplicadas a cada um dos anos de ensino, integrando o conhecimento obtido em práticas internacionais, para que se possa intervir e alterar práticas, num curto espaço de tempo e que tais resultados (ainda que preliminares), sejam partilhados com a comunidade académica e com a sociedade;
- iii. Uma especial atenção à comunicação das atividades em curso, bem como aos resultados (ainda que preliminares), resultantes dos investimentos em curso, junto da população em geral. A sociedade (como um todo) precisa de saber o que está a ser planeado, preparado e executado, para que se possa adequar às mudanças e ser parte interveniente ativa no processo.



CNA | PRR

Comissão Nacional de
Acompanhamento do PRR

Anexo I

LISTA DE REUNIÕES* COMISSÃO ESPECIALIZADA TRANSIÇÃO DIGITAL

* NAS REUNIÕES COM AS ENTIDADES ACOMPANHADAS, INCLUINDO OS RESPECTIVOS MINISTÉRIOS DE TUTELA, ESTEVE PRESENTE O PRESIDENTE DA CNA-PRR, SENDO ACOMPANHADO, QUANDO POSSÍVEL, PELO/A RESPECTIVO/A COORDENADOR/A DA COMISSÃO ESPECIALIZADA. FORAM PRODUZIDOS RESUMOS DE TODAS AS REUNIÕES, QUE SE ENCONTRAM NOS ARQUIVOS DA CNA-PRR, PARA MEMÓRIA FUTURA.

Anexo I

Lista das reuniões da Comissão Especializada Transição Digital

Data	Entidade	Investimento acompanhado
18/09/2024	DIH TICE.PT	Digital Innovation Hubs
01/10/2024	Ubiwhere	Test beds
11/10/2024	Câmara Municipal de Setúbal	Bairros Comerciais Digitais
22/10/2024	Associação de Empresários do Algarve	Aceleradoras Digitais
23/10/2023	Câmara Municipal do Barreiro	Bairros Comerciais Digitais Territórios Inteligentes Lojas cidadão
30/10/2024	Secretário de Estado da Economia	Digital Innovation Hubs Test Beds
07/11/2024	Câmara Municipal de Braga	Bairros Comerciais Digitais Territórios inteligentes

08/11/2024	Comunidade Intermunicipal do Cávado	Bairros Comerciais Digitais Territórios Inteligentes
15/11/2024	Reunião conjunta com aceleradoras digitais do Alentejo	Aceleradoras Digitais
02/12/2024	Confederação do Comércio e Serviços de Portugal	Aceleradoras Digitais
03/12/2024	Evento- Conferência ECO (Gaia)	Contexto económico atual
13/12/2024	Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões	Lojas de cidadão Territórios inteligentes
12/02/2025	Ministério da Educação	Escola Digital
13/02/2025	Ministério da Justiça (sem presença de entidades tuteladas)	Informação diferida para envio posterior
13/02/2025	Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS)	Transição Digital na Saúde
21/02/2025	ANI	Missão Interface
27/02/2025	Evento- VII encontro da rede informal de test beds	Test Beds
28/02/2025	AMA	Lojas de cidadão Portal digital e serviços eletrónicos Faturação eletrónica Territórios Inteligentes
12/03/2025	Ministério da Presidência (sem presença de entidades tuteladas)	Informação diferida para envio posterior
20/03/2025	AICEP	Internacionalização e-commerce
28/03/2025	DGAE	Aceleradoras de comércio digital Bairros comerciais digitais
28/03/2025	Fundação para a Ciência e Tecnologia	Ciência Mais Digital



CNA | PRR

Comissão Nacional de
Acompanhamento do PRR

COMISSÃO ESPECIALIZADA CLIMA E ENERGIA



PRR
Plano de Recuperação
e Resiliência



REPÚBLICA
PORTUGUESA



Financiado pela
União Europeia
NextGenerationEU

Comissão Especializada de Clima e Energia

Relatório detalhado

No âmbito das atribuições da Comissão Especializada de Clima e Energia⁸⁰ (CECE), a mesma reuniu no dia **21/05/2025**, tendo aprovado por unanimidade o presente relatório.

Esta Comissão monitoriza as componentes C10 (Mar), C11 (Descarbonização da Indústria), C12 (Bioeconomia Sustentável), C13 (Eficiência Energética dos Edifícios), C14 (Hidrogénio e Renováveis), C15 (Mobilidade Sustentável) e C21 (REPower EU).

No quadro abaixo sintetizam-se as apreciações desta Comissão Especializada, comparando com as apreciações do relatório anterior⁸¹, sendo apresentados de seguida os detalhes do acompanhamento e respetivas recomendações.

Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2024	Apreciação 1/2025
C10-i01	Hub Azul, Rede de Infraestruturas para a Economia Azul	PREOCUPANTE	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO
C10-i02	Transição Verde e Digital e Segurança nas Pescas	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO
C10-i03.01	Pilar I - Plataforma Naval Multifuncional e Pilar II - Centro de Operações	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO
C10-i03.02	Centro de Operações de Defesa do Atlântico e Plataforma Naval - Pilar III - Academia do Arsenal do Alfeite (Academia 4.0)	CONCLUÍDO	CONCLUÍDO
C10-i07	Green Shipping	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO

⁸⁰ A composição das Comissões Especializadas pode ser consultada no website da CNA-PRR em www.cnaprr.pt

⁸¹ Um quadro global, com as apreciações de todos os investimentos, pode ser verificado na parte A do relatório.

Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2024	Apreciação 1/2025
C11-i01 /C21-i01	Descarbonização da Indústria Empresas	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	PREOCUPANTE
C11-i01 /C21-i01	Descarbonização da Indústria Roteiros	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO
C12-i01.01	Bioeconomia: Projetos Integrados (Têxtil e Vestuário, Calçado e Resina Natural) e Beneficiação de Povoamentos de Pinheiro Bravo com Potencial para a Resinagem (Projetos integrados)	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO
C12-i01.01	Bioeconomia: Projetos Integrados (Têxtil e Vestuário, Calçado e Resina Natural) e Beneficiação de Povoamentos de Pinheiro Bravo com Potencial para a Resinagem (Beneficiação de povoamento de pinheiro bravo)	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO
C12-i01.02	Bioeconomia - Gestão Florestal e Apoio à Resinagem	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO
C12-i02	Reciclagem e valorização de resíduos	N/A	NÃO ACOMPANHADO
C13-i01 /C21-i02	Eficiência energética em edifícios residenciais (programa de apoio a edifícios mais sustentáveis)	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO
C13-i01	Eficiência energética em edifícios residenciais (vale eficiência)	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO
C13-i02	Eficiência energética em edifícios da administração pública central	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO
C13-i03 /C21-i03	Eficiência energética em edifícios de serviços	CRÍTICO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO
C13-i01/02/03	Comunidades de Energia Renovável e Autoconsumo Coletivo (aplicável a edifícios, residenciais, de serviços e da administração pública)	PREOCUPANTE	CRÍTICO
C14-i01 /C21-i06	Hidrogénio e gases renováveis	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	CRÍTICO

Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2024	Apreciação 1/2025
C15-i01	Expansão da Rede de Metro de Lisboa - Linha Vermelha até Alcântara	CRÍTICO	CRÍTICO
C15-i02	Expansão da Rede de Metro do Porto - Casa da Música-Santo Ovídio	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO
C15-i03	Metro Ligeiro de Superfície Odivelas-Loures	CRÍTICO	RETIRADO
C15-i04	Linha BRT Boavista - Império	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO
C15-i05 /C21-i12	Descarbonização dos Transportes Públicos	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO
C15-i06	Digitalização do Transporte Ferroviário	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO
C21-i05	Apoio ao desenvolvimento de uma indústria ecológica	NÃO ACOMPANHADO	PREOCUPANTE
C21-i07.01	Estudos técnicos para potencial energético offshore: Estudos geofísicos, geotécnicos e de parâmetros ambientais	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO
C21-i07.02	Estudos técnicos para potencial energético offshore: Estudos de recurso eólico, ondulação e correntes	NÃO ACOMPANHADO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO
C21-i08	Flexibilidade da Rede e Armazenamento	NÃO ACOMPANHADO	CRÍTICO
C21-i09	One-Stop-Shop para o Licenciamento e Acompanhamento de Projetos de Energias Renováveis	NÃO ACOMPANHADO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO
C21-i14	Sistema de BRT Braga	NÃO ACOMPANHADO	PREOCUPANTE
C21-i16	Funicular da Nazaré	NÃO ACOMPANHADO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO

Componente C10 | Mar

C10-i01	Hub Azul, Rede de Infraestruturas para a Economia Azul BI- Secretaria de Estado do Mar
---------	---

Reprogramação: foi **aprovada** a extensão do prazo (T4/2025 para T2/2026), com exceção dos polos da Escola Náutica Infante D. Henrique e do FORMAR. Foi ainda removido o HUB Azul de Lisboa, da responsabilidade da Câmara Municipal de Lisboa, sendo substituído pelo Hub Azul da Figueira da Foz.

Ponto de situação das obras de reabilitação ou construção, de acordo com a informação obtida pela CNA-PRR junto dos promotores, no início de mai/25:

Polo	Ponto de situação
H1 – HUB da Figueira da Foz (Novo)	Este HUB junta várias entidades, entre as quais a Universidade de Coimbra, o município da Figueira da Foz, a CIM da Região de Coimbra, entre outros. O modelo de governação está a ser definido, para posterior lançamento dos procedimentos concursais.
H2 – Polo IPMA – Oeiras Mar / IPMA	As obras estão a decorrer de acordo com o previsto, sendo expetável a sua conclusão até final de 2025.
H3 – Polo Peniche Smart Ocean Open-Labs / Associação para a Promoção e Desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia do Mar Peniche	Obra em curso, com previsão de conclusão até final de 2025. As obras decorrem a bom ritmo, tendo sido possível observar in loco os seus avanços.
H4 - Desenvolvimento do Projeto de Reforço do Polo de Aveiro / Universidade de Aveiro	As obras do edifício estão a decorrer de acordo com o previsto e os procedimentos para aquisição de equipamento e mobiliário estão a ser desenvolvidos. A previsão de conclusão é de final de 2025.
H5 – Polo Leixões I – INESC TEC - Consórcio do Ocean.Plus (APDL, INESC TEC, INEGI, CIIMAR, Fórum Oceano)	As obras iniciaram-se recentemente (15 de abril) e perspetiva-se a sua conclusão durante o primeiro semestre de 2026, enquadrado no novo prazo após reprogramação.
H6 – Polo Leixões II – FEUP	O espaço cedido pelo Porto de Leixões está formalizado (infraestrutura pré-fabricada que será depois colocada no espaço identificado). Está em preparação o lançamento do concurso para aquisição de equipamento. A estimativa é que possa estar finalizado até final de 2025.
H7 – Polo Algarve / Município Olhão	As obras iniciaram-se recentemente (4 de abril) e perspetiva-se a sua conclusão durante o primeiro semestre de 2026, enquadrado no novo prazo após reprogramação.
H8 - Blue Hub School- Escola Náutica Infante D. Henrique (ENHID) Inclui parte de edifício destinado a atividades do FOR-MAR	O centro de simulação foi inaugurado em 2024 e vários equipamentos foram adquiridos ou em fase de aquisição. No caso da reabilitação do edifício, foi lançado um primeiro concurso, que ficou deserto. A Escola está a remodelar o caderno de encargos, para ser lançado novamente. Subsistem indefinições sobre a mudança de instalações do polo de formação do For-MAR em Lisboa para as instalações da ENIDH, acordada em 2022, designadamente a definição do valor da compensação financeira a pagar pela utilização das instalações.
H8 - Blue Hub School- FOR-MAR	Os equipamentos de simulação estão adquiridos e aguardam a instalação em cada um dos 6 polos de formação, depois de concluídas as obras As obras de modernização estão concluídas no polo da Nazaré, estão adjudicadas em Ílhavo e Peniche, estando em fase de elaboração de relatório final

	em Matosinhos. No caso de Olhão, o concurso ficou deserto por duas vezes e avançar-se-á para ajuste direto. No caso de Lisboa, a situação é mais complexa pois depende da transferência para a ENIDH, conforme referido acima. Caso esta mudança não se concretize, deverão ser realizadas obras nas atuais instalações, comprometidas pelo prazo para conclusão deste investimento (dez/25)
H9 – Modelo de Negócio - Forum Oceano	Foi lançado concurso público para elaboração do estudo do modelo de negócio para a rede de Hubs Azuis. Os termos de referência foram articulados com a rede. Perspetiva-se que durante o mês de maio/25 seja adjudicado, devendo a proposta final ser entregue durante o 4º trimestre de 2025 para ser aprovado pelo Conselho Estratégico. Até final de 2025 será também definido o modelo de governação da rede. Está a ser preparado o concurso para aquisição/desenvolvimento de plataforma digital que possa gerir e promover a rede, onde se incluirão as várias partes interessadas e incluirá também a possibilidade de lançamento de desafios, numa lógica de “open innovation”

No relatório anterior, este investimento foi avaliado como PREOCUPANTE, com diversos atrasos reportados nas várias obras previstas. No decurso da reprogramação recentemente aprovada, foi estendido o prazo de execução para estes investimentos até junho de 2026 e substituído o Polo de Lisboa, da responsabilidade da Autarquia de Lisboa, pelo polo da Figueira da Foz.

Este investimento tem passado por diversas vicissitudes, com alterações da responsabilidade de gestão do Fundo Azul. Começou com a Direção Geral da Política do Mar, tendo transitado para a Secretaria-Geral da Economia (SGE). Com a reforma da Administração Pública, será a Agência para o Clima (ApC) a nova responsável pela gestão deste investimento. Neste momento, estão a decorrer os procedimentos legais para transição dos trabalhadores em funções públicas, bem como publicação dos estatutos da ApC. Esta nova mudança exigirá necessidade de apropriação de todos os procedimentos e funcionamento deste investimento, o que pode gerar alguma entropia inicial.

A gestão operacional tem sido assegurada pela SGE, mas o processo de submissão de despesa não é o adequado. Os beneficiários finais submetem as despesas em ficheiro Excel, que depois é submetido na plataforma SIGA-PRR pelos técnicos da SGE. Este processo é moroso e pouco eficiente. Tem criado dificuldades e atrasos na análise das despesas, o que levou ao pagamento de um segundo adiantamento, para obviar a dificuldades de liquidez dos beneficiários finais. Fruto destas dificuldades, ainda não está operacionalizado o mecanismo de reposição do IVA, criando problemas de tesouraria, sobretudo nesta nova fase em que a obra dos vários Hubs está a avançar e se vai intensificar nos próximos meses.

Também o modelo de governação desta rede foi apontado como contendo algumas disfuncionalidades que merecem ser revisitadas (p.ex. a entidade que prepara ao modelo de negócio não está presente nas reuniões gerais dos Hubs), para tornar mais fácil e coerente a atuação de todos os parceiros.

Apreciação e recomendações

Considera-se que para este investimento é **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**, fruto essencialmente da reprogramação efetuada, que alargou o prazo para a sua concretização.

Recomenda-se:

- i. Decisão urgente sobre a transferência do polo de Lisboa do For-MAR para a Escola Náutica Infante Dom Henrique
- ii. Transferência rápida das competências da Secretaria-Geral da Economia para a Agência para o Clima (ApC), de forma que este investimento possa ser acompanhado de imediato;
- iii. Sejam afetos os recursos humanos necessários, por parte da ApC, a este investimento, em particular nas atividades de acompanhamento e de análise dos pedidos de pagamento;
- iv. Melhoria a plataforma de submissão de despesas;
- v. Operacionalização do mecanismo de reposição do IVA, sob pena de causar problemas de liquidez aos beneficiários finais;
- vi. Reflexão sobre o modelo de governação da rede, de forma a torná-lo mais coerente e fluído.

C10-i02	Transição Verde e Digital e Segurança nas Pescas BI- IFAP I.P
---------	--

Reprogramação: foi **aprovado** o aumento de ambição, passando de 70 projetos para 82.

Meta: aprovação dos relatórios finais relativos a 82 projetos que apoiam a inovação, a transição energética e a redução do impacto ambiental para entidades do setor da pesca.

Este investimento tem como objetivo o apoio a projetos de renovação de frota pesqueira (incluindo digitalização de processos, eficiência energética, substituição de cascos e segurança), bem como projetos de economia circular no setor das pescas e aquicultura.

No âmbito do 1º aviso lançado, já existem embarcações com renovação terminada, objeto de visita por parte da CNA-PRR, tendo sido notórias as melhorias das condições, quer para os pescadores, quer para outras pessoas que levem a bordo (p.ex. viagens de exploração marítima ou investigação).

Exemplo de melhorias implementadas (barcos):

- ✓ Maior segurança;

- ✓ Melhores condições de trabalho, devido a nova disposição de áreas de trabalho no convés;
- ✓ Barcos mais leves (caso de alumínio), logo mais ágeis e com menos consumo de combustível;
- ✓ Menor tempo de viagens (barco mais leve e ágil);
- ✓ Menor necessidade de manutenção (caso de alumínio versus de madeira);
- ✓ Na vertente de descarbonização, diminuição de emissões de CO2.

Este foi um investimento que permitiu de alguma forma alavancar o negócio dos pequenos estaleiros navais nacionais (efeito indireto). Embora não seja possível determinar se no pós-PRR as empresas vão continuar com um nível de negócio idêntico, houve a possibilidade de se modernizarem e demonstrarem as suas capacidades e competências.

Os projetos candidatos a este 1º aviso encontram-se por isso em fase de elaboração de relatórios de execução, o que tem sido encarado como uma especial dificuldade, sendo necessária a intervenção das associações (que também já intervieram nas candidaturas). Subsiste a dúvida relativamente à execução financeira, que poderá ser muito superior ao que está submetido.

Apesar do 1º aviso ter candidaturas em número suficiente para cumprir a meta (70 antes de reprogramação), foi aberto um 2º concurso, com verba restante e destinado a suprir situações de maior dificuldade no cumprimento. Com 60 candidaturas submetidas, um investimento total 10M, financiamento de 5M, foram 46 embarcações candidatas (de menor porte que as do 1º aviso), 13 projetos de indústria transformadora e 3 de aquicultura. De acordo com a informação prestada pela Direção-Geral dos Recursos Marítimos, a análise encontra-se em fase final.

Com esta nova possibilidade de novos projetos, volta a preocupação de existir capacidade nos estaleiros para fazer tantos trabalhos, em tão pouco espaço de tempo, que é agravado pela necessidade de tempo suficiente para a flexibilidade que os pescadores precisam para se adaptar aos tempos de pesca.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**.

C10-i03.01	Pilar I - Plataforma Naval Multifuncional e Pilar II - Centro de Operações BD - Marinha/Autoridade Marítima Nacional
------------	---

Meta: desenvolvimento do sistema baseado nos 3 pilares até T2/2026.

Pilar I

Encontra-se em construção nos estaleiros da empresa Damen Shipyards Group (à qual foi adjudicado o concurso público internacional), na Roménia, o Navio da República Portuguesa (NRP) D.João II. O contrato entrou em vigor a 12/01/24, com um valor de 131,5M€ e tem término estimado para 31/05/26. O término do navio terá lugar em Portugal (após passar pelos estaleiros da empresa nos Países Baixos), onde será equipado com tecnologia especializada e proprietária da Marinha.

De acordo com a Marinha, é o seguinte o ponto de situação (fev/25):

- ✓ O projeto base está a 90%;
- ✓ O projeto de detalhe está a 60% (deveria estar a 80%, pelo que foi retido pagamento);
- ✓ Na construção, encontra-se terminado o 1º bloco.

Foi criada uma equipa especializada de acompanhamento do projeto, que viaja regularmente para o estaleiro e acompanha em permanência o desenvolvimento do projeto e a construção. Cada pagamento é antecipado de um relatório.

Todo a manutenção do navio será integrada no sistema normal da manutenção dos navios da Marinha. Apesar da parte operacional ter diferenças e ser mais automatizado, não se antecipam problemas com essa tarefa, que será realizada ou pelo Arsenal do Alfeite, ou por estaleiros contratados.

Nenhuma Marinha do mundo terá um navio deste calibre, com a capacidade para atuar debaixo de água, no ar e à superfície. Sendo inovador e experimental ao mesmo tempo, será também um grande desafio, incluindo na gestão de dados.

Em maio/25 irá ter lugar um evento nacional, em conjunto com o cluster da aeronáutica, espaço e defesa e será concentrado no Navio D. João II e nessa capacidade inovadora que está a ser criada.

Pilar II

São vários os projetos incluídos neste Pilar, pelo que se apresenta um breve resumo e o ponto de situação, de acordo com as informações prestadas pela Marinha e a visita às instalações da Escola Naval (24/02/25):

Cinav-lab (investimento parcialmente concluído)

Este investimento constitui-se principalmente pela remodelação de instalações oficiais degradadas na Escola Naval e na Escola de Tecnologias Navais e a aquisição de equipamento para ensino e investigação.

Sendo dedicado ao ensino, o retorno é esperado num prazo temporal de 3/4 anos, quando os estudantes cheguem ao exercício da profissão, com novas competências (incluindo capacitação oficial), permitindo maior capacidade de inovação e investigação, bem como a aplicação destas técnicas aos navios.

Exemplos de equipamentos/espacos/atividades- Escola Naval:

- ✓ Eletrónica e automação, com manufatura subtrativa
- ✓ Realidade virtual e computação com elevada capacidade (importante para projetos de investigação)
- ✓ Bancadas técnicas e capacidade de transporte dos equipamentos
- ✓ Sensores e drones, com capacidade de construção de alguns veículos
- ✓ Parte operacional, com torno (autossuficiência em termos de produção)

- ✓ Máquinas CNC para peças mais complexas (ainda em fase de capacitação do pessoal para operar e a aguardar consumíveis)
- ✓ Impressora de polímeros, de metais, com forno para cozimento e acabamento (utilizados em várias unidades curriculares ao longo da licenciatura ou mestrado, bem como em projetos de investigação)
- ✓ Estão a ser criadas capacidades para testes de fadiga das peças e respetivos estudos
- ✓ Prototipagem rápida, com leitura de peça e posterior impressão.
- ✓ Máquina fresadora de placas de aço
- ✓ Laboratório de eletrónica, com possibilidade de construção de veículos robóticos.
- ✓ Veículos robóticos, utilizados em dissertações de mestrado (novos métodos de localização e navegação)
- ✓ Laboratório de mecânica com manufatura aditiva, para prototipagem rápida.

Há a possibilidade de, no futuro, estas tecnologias e o conhecimento gerado, poderem ser abertos a outros cursos e instituições de ensino superior, para complemento e parceria, criando sinergias e aumentando o potencial do país.

Centro de Experimentação Operacional da Marinha (CEOM- Tróia)

Investimento em finalização, com aquisições concluídas

Foi construído um novo hangar (parcialmente utilizado pela Força Aérea), estando 30 pessoas permanentemente no local. Este é um espaço de experimentação e partilha de conhecimento, quer com empresas, quer com outras Marinhas (p.ex. da Ucrânia ou EUA).

A realização de projetos-piloto com startups, indústria ou a academia já é um facto real (p.ex. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Instituto Superior Técnico, etc) e o desafio é identificar PME, que se credenciem junto do Gabinete Nacional de Cibersegurança (GNS), para que, face à Lei de programação militar a 3-6 anos, se possam candidatar aos concursos que vão ser lançados. A mais-valia destes primeiros trabalhos para a Marinha Portuguesa é a abertura de portas para outros contratos, tendo em conta o selo de qualidade da Marinha. A idD Portugal Defense já tem selos de qualidade disponíveis com base nos relatórios da Marinha (p.ex. Navy mission proof)⁸²

Faz também parte do CEOM um centro de computação de dados e salas de comando e controlo de operações não tripuladas. Com 6 pessoas em permanência, inclui também o apoio a ações Search and Rescue (SAR).

Em curso encontra-se o investimento em 4 Unmanned Surface Vehicle (USV), cujo percurso de construção foi alterado, face ao que estava previsto inicialmente,

⁸² Informação disponível em [Marcas de Qualificação | Marinha Portuguesa – idD Portugal Defence](#)

resultando num projeto próprio de desenvolvimento, construção e capacitação da equipa de engenharia da Marinha.

A ideia inicial era a aquisição de 1 único USV, mas face ao concurso ter ficado deserto e o valor ser bastante elevado, a decisão recaiu sobre este processo interno, que terá impactos na estratégia posterior, na capacitação interna, bem como na transferência de tecnologia e conhecimento para a indústria nacional.

Com uma equipa de 130 engenheiros, os trabalhos passam pela robotização de velhas embarcações, o que permitiu reduzir a 1/4 o valor de custo (de 1M€ para 250 mil €). Após certificação e com um TRL9, o conhecimento será passado para a indústria nacional, para industrialização.

O molde e o casco são construídos pela empresa nacional Nautiber, em fibra de carbono, que foi escolhida a partir de visitas a vários estaleiros.

Estes USV podem ser utilizados para levantamentos hidrográficos ou transporte, podendo funcionar sozinhos ou em parelha.

Capacitação

Com a aquisição e necessidade de operação de vários equipamentos que são novos para a Marinha, incluindo um novo Navio, a capacitação é uma área de extrema importância. Embora em cada entrega de novos materiais, as empresas fornecedoras sejam obrigadas a dar formação, isso não é suficiente e é preciso criar capacidades futuras, permanentes e internas.

Parte do investimento PRR está também a ser utilizado para este reforço de capacitação, estando ainda em apuramento algumas verbas que podem não ser utilizadas em equipamentos e poderão ser transferidas para esta área.

Robotic Experimentation and Prototyping with Maritime Unmanned Systems (REPMUS)

É um exercício em formato roadshow, no âmbito do qual são visitadas empresas em várias partes do país, permitindo identificar empresas nacionais para integrar transferência de conhecimento, bem como a capacidade da indústria nacional para próximos projetos.

Sendo necessário que a indústria portuguesa ganhe escala e capacidade de adaptação aos rápidos processos de inovação, este é um exercício que em 2025 pode já contar com os investimentos PRR para mostrar.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento com **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**. Especialmente no Pilar I, a gestão dos prazos e do acompanhamento permanente apresenta-se como um grande desafio, num projeto desta envergadura e complexidade, pelo que se considera que as ações tomadas de acompanhamento por parte da Marinha são as adequadas e não podem ser aliviadas.

Há ainda um desafio significativo em termos de transferência de verbas, por parte da Direção Geral do Orçamento (DGO), em conjunto com a Estrutura de Missão Recuperar Portugal (EMRP).

Recomenda-se uma particular atenção ao reforço da capacitação (transição de verbas para esta rubrica), em ambos os Pilares.

Recomenda-se à EMRP e DGO, uma atenção redobrada para que as questões de liquidez interna não coloquem em causa o pagamento aos fornecedores e o atraso do projeto, cujos prazos se encontram no limite.

C10-i03.02	Pilar III - Academia do Arsenal do Alfeite BD – Arsenal do Alfeite
------------	---

Este é um dos investimentos já **concluídos**, pelo que o acompanhamento irá ser efetuado procurando identificar os resultados já obtidos após esse término.

De acordo com as informações prestadas pelo Arsenal do Alfeite, o ponto de situação a início de abr/25 era o seguinte:

Academia de formação

A academia está certificada pela DGERT (Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho) como entidade formadora para as áreas: 521 - Metalurgia e Metalomecânica; 523 - Eletrónica e Automação; 529 - Engenharia e técnicas afins.

Foram já desenvolvidos os seguintes cursos/programas de formação:

- Técnicas de fabrico e reparação de tubagens - Pipefitting (Metalurgia e Metalomecânica);
- Eletrónica e comunicações (Eletrónica e Automação);
- Simulação e Testes de Sensores (Eletrónica e Automação);
- Introdução Básica AS-i Bus (Eletrónica e Automação);
- Programa de Ferramentas Digitais para processos de Engenharia (Engenharia e técnicas afins).

A partir do 2º trimestre de 2025 estão programados oito cursos de formação, cada um com 12 formandos. A primeira formação certificada (Ferramentas Digitais para Processos de Engenharia) foi preparada, nesta primeira fase, para responder às necessidades da formação contínua, nomeadamente o desenvolvimento de competências técnicas avançadas, alinhadas com as necessidades atuais e futuras da organização.

Capacidade para alavancar projetos de prestação de serviços

Este investimento deve ser visto em conjunto com os Pilares I e II, que em conjunto se designaram por “Centro de Operações de Defesa do Atlântico e Plataforma Naval”. Nesse sentido, há que aguardar pela conclusão de todos, para conseguir melhor perceber as sinergias possíveis.

Mas esta capacidade de alavancar novos projetos está diretamente relacionada com a necessidade de conseguir prestar serviços de maior complexidade, face aos meios navais da Marinha Portuguesa. A exemplo desta situação, são apresentadas a manutenção dos dois submarinos da classe Tridente realizada no Alfeite e o

programa em curso de Modernização de duas fragatas da classe “Vasco da Gama”. Este aumento do nível de exigência evidencia a necessidade da Academia do Arsenal, enquanto meio instrumental para dotar a empresa das competências e capacidades técnicas necessárias e para proporcionar uma base para aprofundar a relação de parceria com a Marinha Portuguesa.

É ainda de notar que o aumento da capacidade de prestação de serviços não se esgota com a Marinha Portuguesa, podendo expandir-se para qualquer Marinha da NATO.

Durante o ano de 2025 está previsto o aprofundar de relacionamento formativo, com a implementação de um conjunto de ações formativas, nomeadamente:

- Gestão de Projetos – Fundamentos;
- Preparação para Certificação PMP®;
- PMI-RMP® (Risk Management Professional); e
- PMI-SP® (Scheduling Professional).

Execução financeira, reembolsos e auditoria

A execução financeira do investimento foi concluída em dezembro de 2024, tendo os últimos pagamentos das despesas incorridas com a realização dos investimentos sido efetuados a 19/12/2024. A 07/01/2025, com a submissão do Relatório de Progresso do 4º Trimestre de 2024, foi feita a última submissão de um pedido de pagamento a título de reembolso, estando este reembolso ainda pendente.

Após o fecho de contas, haverá lugar a uma restituição de 710 mil euros, em virtude do investimento ter ficado abaixo da dotação:

Dotação- 2 M€

Investimento- 1,8 M€

Em abril/maio de 2024 foi realizada uma ação de controlo pela Equipa segregada de Controlo Interno da EMRP. A ação compreendeu extensos pedidos de informação documental e uma visita ao local, realizada a 17/05/2024.

Na sequência da ação de controlo realizada, foi recebida a 30/07/2024 uma Notificação de Recomendações, compreendendo 3 recomendações, a que o Arsenal do Alfeite deu cumprimento e resposta final a 16/09/2024.

Apreciação e recomendações

Este investimento encontra-se **CONCLUÍDO**.

No acompanhamento continuado, verifica-se o início das formações certificadas em 2025, bem como o aprofundar de relações com a Marinha Portuguesa, garantindo-se o alinhamento dos 3 pilares do investimento no “Centro de Operações de Defesa do Atlântico e Plataforma Naval”.

C10-i07	Green Shipping BI- IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.
---------	--

Meta: 10 navios de passageiros e transporte (70% dos quais acima de 5.000 ton, com intervenções de eficiência energética, até T2/2026.

No âmbito do aviso n.º 01/C10-i07/2024, foi lançado um concurso para apresentação de candidaturas para impulsionar as condições para acelerar a transição energética do transporte marítimo de mercadorias e passageiros no médio e longo prazo, promovendo o apoio a intervenções de adaptação a navios de transporte de mercadorias e de passageiros com mais de 400 toneladas de arqueação bruta (GT).

Em set/24 foram aprovadas 12 candidaturas, refletindo um investimento elegível global superior a 44 milhões de euros, prevendo a intervenção em 12 navios, tornando-os “navios não poluentes” ou “navios com nível nulo de emissões”.

As intervenções vão desde a adaptação de navios de cruzeiro transatlânticos à reconversão para um sistema de propulsão elétrica de navios de operação de transporte de passageiros e viaturas, devendo estar concluídas até 30 de junho de 2026.

De acordo com o IAPMEI, até mar/25 estes projetos receberam um adiantamento de 23%, não tendo sido ainda submetidos pedidos de reembolso, estando em curso reuniões com as entidades promotoras dos projetos, para acompanhamento da evolução e esclarecimento de eventuais questões.

Foi aberto um segundo aviso com as verbas restantes, o que permitirá apoiar mais embarcações. À semelhança do investimento da frota pesqueira, também neste investimento os estaleiros nacionais, designadamente Viana do Castelo, estão a desenvolver os trabalhos de remodelação das embarcações, promovendo desta forma a indústria e o valor acrescentado nacionais.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**. Tendo em atenção o tempo curto para o final do PRR, recomenda-se o acompanhamento proativo por parte do IAPMEI a estes projetos, antecipando constrangimentos e identificando o potencial de nova abertura de aviso, em tempo que ainda seja útil para a realização do investimento por parte dos beneficiários finais.

Componente C11 | Descarbonização Da Indústria

C11-i01	Descarbonização da Indústria
C21-i01	BI- Agência para a Competitividade e Inovação I.P. (IAPMEI)

Reprogramação: foi **aprovada** a eliminação da especificação do valor médio dos projetos de descarbonização apoiados na descrição do investimento. Tendo em conta a execução atual deste investimento, a eliminação desta restrição permite a inclusão de projetos abrangidos pelo regime CELE (Sistema de Comércio de Licenças de Emissão da União Europeia).

Meta: Apoio a 310 projetos, de diversas dimensões, até T4/2025.

São duas as medidas incluídas neste investimento.

Apoio à Descarbonização da Indústria

Modalidade A, para projetos simplificados (garantindo um apoio máximo de 200 mil euros, por empresa, em 3 anos, de acordo com regime de auxílios de Estado *minimis*).

Não registou surpresas, com todos os indicadores cumpridos.

Modalidade B, para projetos de tipologia mais complexa e com apoios ao abrigo do RGIC (Regulamento Geral de Isenção por Categoria).

Nesta modalidade, os projetos são mais complexos, especialmente em setores específicos (hidrogénio).

De acordo com as informações prestadas, o IAPMEI tem estado a acompanhar de forma permanente este investimento, tendo também envolvido a Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG) para encontrar soluções. Foram dadas instruções aos promotores de que os projetos podem avançar, desde que fiquem preparados para receber o hidrogénio no futuro, embora possa não estar ainda disponível o combustível (uma vez que esse é o indicador de utilização). Apesar de ter sido dada esta autorização a nível nacional, falta ainda o acordo final de Bruxelas, para efeitos de comprovação de metas.

Um outro problema identificado foi o do financiamento das Unidade de Produção para Autoconsumo (UPAC) de grande dimensão. A decisão foi de financiar como um todo, após serem ultrapassadas questões jurídicas, tendo as empresas já sido informadas (serão enquadradas no regime dos auxílios ao ambiente).

Tendo em conta as várias interligações com outros projetos da Componente 14 (Hidrogénio e outros gases renováveis), o IAPMEI tem também realizado acompanhamentos conjuntos, nomeadamente no âmbito das indústrias de cerâmica e vidro na Marinha Grande.

Uma das dúvidas que existia por parte das empresas era a forma como seria feito o apuramento de resultados, para efeito da comprovação das metas, sendo que esta é uma situação já fechada e aprovada por Bruxelas, tendo sido também comunicada às empresas. O que ficou definido foi a elaboração (por especialista da área) atestando que a tecnologia está de acordo com o que se pretende atingir, a que se seguirá um outro relatório, após 1 ano, elaborado por entidade independente, a atestar o que aconteceu em termos de resultados obtidos.

Há, no entanto, uma outra situação que ainda não está resolvida e que é também muito importante para as empresas e que diz respeito à forma de comprovar o sobrecusto.

Nas visitas efetuadas pela CNA-PRR, foram manifestadas diversas preocupações pelas empresas e reportados atrasos na execução dos projetos. Numa estratégia de avaliação interna da CNA-PRR, identificaram-se nas listagens disponíveis (à data de 15/04/25) 119 projetos (114 já contratados e 5 ainda só aprovados), dos quais 55 apresentavam execução nula. Em virtude de cerca de 40 destes projetos representarem 80% dos incentivos (e destes, metade com execução financeira nula), procedeu-se a contactos telefónicos com estas empresas, com base nos quais se concluiu o seguinte:

- Houve atrasos iniciais, em particular na avaliação das candidaturas (que demorou cerca de um ano), a que se acrescentaram os tempos necessários para assinatura dos contratos;
- Existem dificuldades no licenciamento da generalidade dos projetos, com prazos longos;
- Há indisponibilidade de fornecimento de energia, em particular de hidrogénio, fruto dos atrasos nos investimentos destes projetos;
- Regista-se um aumento dos custos e atrasos na entrega de equipamentos

Fruto destas vicissitudes, algumas destas empresas afirmaram que iriam abandonar os projetos e outras que não conseguem executá-los até dezembro de 2025, podendo, no entanto, finalizá-los em 2026.

Roteiros para a descarbonização

São 21 os Roteiros em curso e serão acompanhados pelo IAPMEI a partir dos relatórios enviados (trimestrais facultativos, semestrais obrigatórios), dos indicadores e atividades enviados juntamente com os pedidos de reembolso e da presença em eventos (mediante convite).

Recolha de informações, relatórios e feedback

A informação sobre indicadores e atividades é recolhida ao longo do tempo e não só no final, o que permite ir acompanhando a execução.

Em todos os relatórios são anexadas as evidências das iniciativas ou atividades, pelo que é possível monitorizar o grau de cumprimento ao longo do tempo, que não sendo uma meta específica, tem objetivos descritos em candidatura (p.ex. workshops, reuniões, plataformas, nº de participantes).

Não há uma resposta formal aos relatórios por parte do IAPMEI, considerando-se que o pagamento corresponde à validação das despesas, sendo, no entanto, enviado parecer informando as entidades de que o que foi enviado no pedido de pagamento foi adequado e está alinhado com o expectável.

Dos 26 pedidos de reembolso recebidos, foram decididos 13.

Eventos de comunicação e disseminação

De acordo com os financiamentos que estão a ser atribuídos, esta é uma área em que foram as associações do setor que definiram as atividades a realizar. Por essa razão, considera o IAPMEI que deverão ser também essas associações a fazer o trabalho de comunicação e disseminação entre as várias empresas do setor e inclusivamente, identificar oportunidades de sessões conjuntas entre Roteiros.

Apreciação e recomendações

No caso da Descarbonização, agrava-se a avaliação para **PREOCUPANTE**, em virtude dos atrasos de vários projetos, que impossibilitam a sua concretização até dezembro de 2025, com impacto negativo na redução dos gases com efeito estufa. Recomenda-se:

- i. Que possa ser estendido o prazo de execução dos projetos que terminam até julho de 2025 para dezembro de 2025;
 - ii. Articulação entre o IAPMEI, EMRP e tutelas de forma que, no caso dos projetos com atrasos e exequíveis dentro do prazo do PRR, possa ser encontrada uma solução para extensão do período de execução;
 - iii. Para os projetos em que os processos registam atrasos devidos a questões de licenciamento, pareceres, certificações ou similares, que seja criada uma equipa especial de emergência, por parte do IAPMEI, para que estes casos sejam tratados caso a caso, intervindo no contacto com as entidades responsáveis por esses licenciamentos ou pareceres, para que se possa avançar de forma mais célere e desbloquear as situações resultantes de demora na comunicação.
 - iv. Que seja definida metodologia de cálculo de sobrecusto.
- No caso dos Roteiros da Descarbonização, mantem-se a apreciação de **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO** e recomenda-se:
- i. A comunicação, no website do IAPMEI, das candidaturas aprovadas;
 - ii. A disponibilização de uma lista de fácil consulta, no website do IAPMEI, que redirecione para cada um dos websites dos Roteiros, para uma maior disseminação, a exemplo do que é já prática noutras entidades públicas;
 - iii. No que diz respeito aos eventos de comunicação e disseminação, reconhecendo-se que devem ser as associações a fazer esse trabalho, recomenda-se que o IAPMEI possa monitorizar essa realização;
 - iv. Que os resultados e conclusões, no âmbito destes Roteiros, sejam incorporados no desenho de políticas públicas nesta área e em programas de financiamento futuro, incluindo o PT2030.

Componente C12 | Bioeconomia Sustentável

C12-i01.01	Bioeconomia: Projetos Integrados (Têxtil e Vestuário, Calçado e Resina Natural) BI- Fundo Ambiental (Projetos integrados)
------------	--

Meta: apoio a 3 projetos das respetivas áreas de atuação, com pelo menos 10 novos produtos ou tecnologias (TRL 6 ou 7) e pelo menos 5 pilotos industriais (TRL 7 a 9), até T4/2026.

A maior preocupação com este investimento tem sido o facto de não ter sido preparada uma plataforma informática para fazer a gestão de candidaturas e pedidos de reembolso, não estando assim garantido um efetivo controlo sobre as despesas efetuadas da parte do Fundo Ambiental, nem a certeza sobre a sua elegibilidade por parte dos promotores.

Apesar desta questão não estar ainda resolvida, foram tomadas medidas de mitigação, que permitem um acompanhamento mais adequado da execução:

- Na plataforma SIGA-PRR (gerida pela EMRP) são carregadas as despesas de recursos humanos;
- Foi desenvolvido um outro módulo na plataforma SIGA-PRR, denominado MyPRR, para carregamento de faturas e validação das mesmas junto da AT. Estão em preparação os primeiros pedidos de reembolso e a partir daí poderá

ser implementado o mecanismo de ressarcimento do IVA não elegível para as entidades não empresariais;

- Foi autorizado pela EMRP o aumento do adiantamento de 30% para 60% para obviar às situações de rotura de liquidez dos consórcios. A adequada execução física está a ser acompanhada pela APA, que validou a mesma através de um Relatório Técnico Intercalar de Acompanhamento de 2024. Esse relatório foi efetuado após a análise das Informações Trimestrais e Relatório Anuais de Execução dos consórcios, sendo complementada com ações de acompanhamento a cada consórcio;

De acordo com as informações prestadas pelo Fundo Ambiental (resultados apurados nos últimos Relatórios Técnicos Intercares de Acompanhamento de 2024 da APA), o ponto de situação é o seguinte:

- **BE@T**

Decorre dentro do previsto e contratualizado, apresentando, tendo em conta os desenvolvimentos descritos para as 58 medidas, um grau de execução médio de aproximadamente 62%;

- **BIOSH0ES4ALL**

Dentro do previsto e contratualizado, apresentando, tendo em conta os desenvolvimentos descritos para as 22 medidas, um grau de execução médio de aproximadamente 65%.

- **RN21**

Decorre dentro do previsto e contratualizado, apresentando, tendo em conta os desenvolvimentos descritos para as 22 medidas, um grau de execução médio de aproximadamente 57%.

Uma das questões relacionadas com estes projetos foi a necessidade de identificar os desafios associados ao desenvolvimento dos futuros produtos, antecipando as necessidades de licenciamento, certificação ou adequação legislativa. Nesse sentido a informação recolhida indica que a APA tem prestado apoio técnico às questões dos consórcios, sendo também realizadas periodicamente reuniões entre a APA e os consórcios, de forma a identificar potenciais constrangimentos a nível de licenciamento.

É de realçar que a APA realiza relatórios técnicos intercares a cada um dos projetos. A CNA-PRR teve acesso aos últimos (datados de dez/24), onde são detalhadas as análises aos trabalhos em curso, à realização e cumprimento dos KPI e das metas e onde são também deixadas recomendações e solicitadas as evidências necessárias. Nestes relatórios é dada nota de várias linhas piloto industriais já em funcionamento.

Está prevista para 2025 uma ação da Divisão de Controlo e Auditoria (DCA) do Fundo Ambiental.

No que diz respeito à divulgação de resultados e comunicação, a informação prestada pelo Fundo Ambiental indica que os consórcios têm realizado diversos

eventos de divulgação dos resultados dos projetos, estando previstas diversas ações para 2025.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**, tendo em atenção o apuramento de execução física acima de 60%, com verificação técnica e acompanhamento detalhado pela APA e a preparação efetiva dos pedidos de reembolso e de IVA.

Recomenda-se:

- i. Melhoria da plataforma de submissão de despesas, que permita a operacionalização do mecanismo de reposição do IVA e pagamento dos custos indiretos, desde já, e não apenas no final do projeto;
- ii. A intensificação de atividades de comunicação e disseminação de resultados, que possam ampliar a transferência de tecnologia e conhecimento para outras empresas, para além das dos consórcios.

C12-i01.01	Bioeconomia: Beneficiação de Povoamentos de Pinheiro Bravo com Potencial para a Resinagem BI- ICNF
------------	---

Reprogramação: foi **aprovada** a extensão de prazo para T2/2026

Meta: Contratualização de 8.500 hectares de povoamento.

De acordo com a informação obtida junto do ICNF e do Fundo Ambiental (responsável pela gestão financeira da medida), descreve-se o ponto de situação, bem como os mecanismos já identificados para a monitorização futura.

Dos Avisos lançados, encontra-se apenas o último em fase final de avaliação, que deverá estar terminada a 30/05. Com as candidaturas deste aviso, a estimativa é chegar aos 10.800 hectares, o que permitirá ultrapassar a meta.

À data de abr/25 estavam contratados 9.131 hectares, dos quais 1.600 totalmente executados, estando em análise pedidos de pagamento que incluem mais 1.500.

Intervenção no terreno

A execução no terreno tem as mesmas vicissitudes das intervenções em plantações de floresta.

Com a aprovação da extensão de prazo para execução até final de jun/26, abre-se a possibilidade de intervenções no terreno até mais tarde do que inicialmente previsto..

Efeitos do Estudo do Potencial de Resinagem (ao abrigo da C12-i01.02) em novos Avisos

O estudo permitiu incluir nos Avisos N.ºs 04/C12-i01.01/2023 e 05/C12-i01.01/2024, novas freguesias e alterar a classe prioritária de várias freguesias, face à primeira listagem de freguesias constante no primeiro Aviso (03/C12i01.01).

Mecanismos de monitorização para os novos pinhais

Sem prejuízo dum acompanhamento de maior proximidade, os mecanismos previstos de monitorização para estes novos pinhais podem ser implementados a dois níveis, através do:

- Inventário Florestal Nacional (IFN) – que consiste num processo de natureza estatística e cartográfica, que tem por objetivo avaliar a abundância, estado e condição dos recursos florestais nacionais. Neste âmbito, será possível avaliar as condições destes povoamentos em termos globais. O recurso à informação do IFN será relevante para avaliação e monitorização das condições destes povoamentos, quando a informação do IFN é recolhida e posteriormente tratada;
- Informação das declarações de extração de resina (Regime Jurídico da resinagem e da circulação da resina de pinheiro no território do Continente, Decreto-Lei n.º 181/2015, de 28 de agosto).

Uma vez que as áreas a beneficiar se destinam à futura atividade de resinagem, sendo um apoio destinado à melhoria das condições dos povoamentos para que seja possível a sua resinagem, ao abrigo do Regime Jurídico da resinagem e da circulação da resina de pinheiro, será obrigatória, previamente ao início desta atividade, declarar uma estimativa da quantidade de resina a extrair destas áreas. Assim, será possível consultar a informação no SiResin, quanto ao exercício da atividade de resinagem, espécie, área, n.º árvores a resinar, quantidades de resina a extrair, tipo de resinagem, e local onde esta realiza.

Em ambos os casos suprarreferidos, a entidade responsável é o ICNF (sendo a entidade responsável pela realização do Inventário Florestal Nacional e pela implementação do Regime jurídico da resinagem).

As metas deste apoio, têm como objetivo estimular a inversão do declínio da área de pinhal bravo, bem como aumentar a sua produtividade, através dos compromissos de diminuição de área ardida e de melhoria da produtividade nacional (8,8 m³/ha/ano para o Pinheiro-bravo em 2050).

A Estratégia Nacional para as Florestal estabelece como meta a inversão da tendência de declínio da área de pinheiro-bravo. A meta é de chegar à área mínima de pinhal de 727 mil hectares, estando prevista a sua revisão (durante os anos 2025/2026).

Mecanismos de monitorização- relação com a produtividade de resina nas áreas beneficiadas

Apesar da quantidade de resina extraída estar dependente das condições climáticas do ano em concreto e que essas condições afetam a realização da atividade em si e a quantidade de resina produzida pelas árvores, é possível fazer esta monitorização através da informação constante das declarações de resina. Pode ser por isso avaliado se a produtividade está a aumentar, mediante a avaliação duma série temporal de dados relativos à extração de resina nas áreas beneficiadas.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**. Apesar de já estar cumprida a meta em termos de contratualização, recomenda-se:

i. O esforço de interligação entre todas as entidades (nomeadamente o Fundo Ambiental e a EMRP), para que possa ser possível, dentro do prazo do PRR, executar todos os hectares aprovados em candidatura.

C12-I01.02	Bioeconomia – Gestão Florestal e Apoio à Resinagem BI- ICNF (programa “Resineiros vigilantes”) BD - ICNF (estudo potencial de resinagem, academia e aquisição de equipamentos e materiais)
------------	--

No âmbito deste subinvestimento, são várias as medidas que concorrem para os objetivos finais e que incluem, para além do programa “Resineiros Vigilantes”, a criação de uma academia do resineiro, a aquisição de equipamentos e materiais relacionados (em aquisições diretas pelo ICNF) e ainda um estudo do potencial de resinagem nas áreas de pinhal privadas e sob gestão do Estado a nível nacional.

Protocolo do Programa ‘Resineiros Vigilantes’ e Adesões anuais ao Programa de ‘Resineiros Vigilantes’: após o protocolo firmado entre o ICNF, I.P. e a RESIPINUS – Associação de Destiladores e Exploradores de Resina, em 21/07/2021, tendo em vista a realização das ações de vigilância. Iniciado em 2019 como projeto piloto, contou nesse ano com 18 equipas de resineiros. Nos anos seguintes as equipas aumentaram: em 2020 (26 equipas); em 2021 (26 equipas); em 2022 (34 equipas); em 2023 (45 equipas). Em 2024 envolveu 42 equipas (98 profissionais; 22 entidades)⁸³.

❖ Resultados obtidos até esta data e forma de monitorização:

De acordo com a informação prestada pelo ICNF, existem Relatórios de Execução Material e Financeira, acompanhados de Mapas de Presença (registo por equipa), indicando o n.º de equipas, n.º de profissionais, n.º de dias de vigilância (de calendário e em volume), a duração dos períodos de vigilância e se foi ou não detetado incêndio.

As equipas de resineiros articulam-se diretamente com as Equipas de Manutenção e Exploração Florestal, cuja atividade de vigilância é coordenada pela GNR.

As metas anuais aprovadas em termos de “Profissionais aderentes ao Programa de Resineiros Vigilantes” estão a ser cumpridas. Em termos globais a meta é de 253 adesões, sendo que a mesma foi superada em 2024 com 380 adesões.

No que diz respeito à aquisição de equipamentos e materiais para a atividade do resineiro e atividades complementares, estão adquiridos todos os equipamentos e distribuídos pelos parceiros, que são resineiros e que prestam, no verão, para apoio ao programa dos Resineiros Vigilantes, que estão integrados no próprio sistema e que comunicam com a GNR no caso de detetarem alguma situação. O

⁸³ Informação disponível em [Resineiros Vigilantes – Resipinus – Associação de Destiladores e Exploradores de Resina](#)

investimento financeiro não consta desta medida, mas sim da C08-i04.02 -Meios de prevenção e combate a incêndios rurais- Subinvestimento Meios terrestres.

Quanto à reabilitação de um edifício público para a instalação da Academia do Resineiro, a solução alternativa à inicialmente programada foi de implementar no concelho de Vila Pouca de Aguiar. Esta alteração não acarreta qualquer encargo financeiro para o ICNF e não se prevêem constrangimentos, prevendo-se um valor financeiro remanescente de 144 mil euros, disponível para outros investimentos (ainda a definir, em função das necessidades).

O estudo do potencial de resinagem em áreas geridas pelo Estado foi concluído no final de 2022, encontrando-se disponível publicamente no website do ICNF⁸⁴.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**.

C12-i02	Reciclagem e valorização de resíduos BI- Fundo Ambiental
---------	---

Reprogramação: foi **aprovada** a introdução deste novo Investimento (30M€), que visa contribuir para a transição ecológica, em especial na reciclagem e reutilização de resíduos, por forma a evitar que sejam depositados em aterro ou incinerados.

Meta: 5 empresas apoiadas⁸⁵, até T4/2025

A proposta de aviso está em avaliação na Agência Portuguesa do Ambiente (APA), devendo ser lançado em mai/25 e terá o formato de aviso convite, que será direcionado a entidades gestoras em alta⁸⁶.

Embora não tenha sido possível acompanhar este investimento, dada o seu início em 2025, foi realizada (a 30/04/25) uma reunião com a Agência para o Clima, que respondeu a questões colocadas pela CNA-PRR. Partilham-se algumas notas, cuja evolução será acompanhada e relatada em próximo relatório:

- Este investimento tem de ser apreciado conjuntamente com a evolução da reforma C12-r3- Promover a economia circular e a gestão mais eficaz dos resíduos, que inclui:

⁸⁴ Acessível [aqui](#)

⁸⁵ Descrição oficial da meta: Número de empresas concessionárias titulares de uma concessão em um ou mais municípios com maior capacidade de reutilização, valorização e reciclagem de resíduos, incluindo as seguintes intervenções em pelo menos uma empresa concessionária por intervenção: a) instalação de uma nova linha de triagem para embalagens de plástico e de metal, b) construção de uma nova instalação de triagem de embalagens, c) veículos para a recolha seletiva e contentores de triagem, d) uma instalação para tratamento pós-compostagem e e) um sistema de tratamento das águas residuais geradas pelas atividades de tratamento de resíduos.

⁸⁶ Gestão em baixa: recolha dos resíduos diretamente nas habitações, geralmente da responsabilidade dos municípios (através de empresas municipais ou intermunicipais).

Gestão em alta: etapas posteriores à recolha, como o transporte, triagem, valorização (reciclagem, compostagem, valorização energética) e eliminação dos resíduos (geridas por sistemas multimunicipais ou intermunicipais)

- o A Portaria 150/2024/1 de 09/04/24, que estabelece os critérios de Ecomodulação, incentivando uma maior conceção ecológica dos produtos manufaturados. As entidades gestoras (EG) estão a preparar requisitos e plataformas de reporte para submissão das evidências de cumprimento dos critérios, bem como a desenvolver o modelo de prestação financeira que integre os bónus associados ao cumprimento dos critérios. Em paralelo, os produtores encontram-se a adaptar linhas de montagem para cumprimento dos critérios;
- o O Sistema de Depósito e Reembolso, com atribuição de licença para a gestão de um Sistema de Depósito e Reembolso (SDR), que entrou em vigor em 01/06/24⁸⁷. Entre a emissão da licença e a entrada em operação decorre um período de cerca de 18 meses para garantir a implementação da rede de recolha, aquisição de equipamentos, marcação de embalagens, entre outros. A licença prevê que o SDR entre em operação a partir de 1 de janeiro de 2026, com exigência de KPI de recolha. Para esta operacionalização, a Entidade Gestora (EG) encontra-se em fase de contratualização com a cadeia de valor e aguarda a definição do valor de contrapartida a pagar pela recolha e tratamento dos resíduos de embalagem. Estão preparadas as especificações técnicas para as máquinas de retoma encontrando-se algumas a funcionar no quadro do sistema de incentivo previamente implementado. A EG encontra-se a desenvolver uma campanha de comunicação⁸⁸ a lançar no segundo semestre de 2025. O modelo de negócio assenta no pagamento de um depósito na compra das embalagens que será devolvido aquando do seu retorno que pode ser efetuado através de máquinas disponibilizadas em locais de acesso público ou através de devolução manual em locais identificados. A retoma destes resíduos será efetuada pelos municípios ou sistemas de gestão de resíduos urbanos ou por logística inversa. Em paralelo os produtores das tipologias de embalagens abrangidas pelo SDR encontram-se a proceder à marcação das suas embalagens.
- o Ato jurídico Sistema de Incentivo à Retoma dos Resíduos Elétricos e Eletrónicos. Encontra-se em desenvolvimento o estudo de viabilidade (apresentação prevista para mai/25), cujos resultados apoiarão a preparação de legislação a publicar no segundo semestre de 2025. O sistema atualmente em vigor permitiu recuperar no ano de 2022 cerca de 56 ton de Resíduos Elétricos e Eletrónicos (REEE), ou seja cerca de 40% de retoma da média dos últimos 3 anos. O futuro sistema de incentivo deverá potenciar uma maior recuperação destes equipamentos.

⁸⁷ Homologada pelo Despacho Conjunto n.1/ME /MAEN/2024, de 31 de maio de 2024

⁸⁸ Foi lançado o processo de concurso internacional para a conceção-execução de uma campanha de comunicação e de sensibilização nacional, cuja primeira fase deverá arrancar no segundo semestre de 2025 e que terá como foco sensibilizar o cidadão para a deposição seletiva de biorresíduos e para a deposição seletiva multimaterial.

Apreciação e recomendações

Este investimento **NÃO FOI ACOMPANHADO**, embora a informação recolhida indique que estão a ser tomados os primeiros passos.

Componente C13 | Eficiência Energética Dos Edifícios

C13-i01	Eficiência Energética em Edifícios Residenciais
C21-i02	BI- Fundo Ambiental

Reprogramação: foi aprovada a diminuição de ambição de 100 00 para 40 000 vales eficiência, com algumas alterações no descritivo da meta⁸⁹.

Foi aprovado um novo investimento, para renovação de 3.500 habitações de agregados familiares em situação de pobreza energética.

Foi aprovada a alteração da descrição da meta “Renovação para a eficiência energética em edifícios residenciais privados”, eliminando a restrição relativa aos edifícios multifamiliares.

No âmbito deste investimento, foram criadas várias medidas, cuja experiência de implementação foi dando lugar a alterações, quer nas condições expressas nos avisos, quer em termos de operacionalização.

Apoio a Edifícios Residenciais

Este é um investimento cujas metas contratualizadas com a Comissão Europeia foram cumpridas, tendo sido reforçada a ambição da mesma. Pelo facto de ter sido lançado novo concurso, sem estarem garantidas as condições de avaliação célere, em mai/25 ainda se encontravam por avaliar vários milhares de candidaturas.

No que diz respeito ao aviso de 2021, as auditorias iniciaram em 2023, com identificação de várias inconformidades, estando a decorrer os processos de devolução de verbas.

Relativamente ao aviso de 2023, as análises de candidaturas serão feitas em duas vezes, sendo o próximo lote de 38.000 (que foram consideradas elegíveis).

O maior constrangimento prende-se com a morosidade da avaliação, uma vez que é preciso aliar a parte técnica, incluindo a verificação de conformidade da documentação entregue pelos beneficiários finais (p.ex. fotos de antes e depois, propriedade, declarações ou certificados). A utilização de processos mais expeditos por parte de inteligência artificial está a ser experimentada, mas ainda com sucesso reduzido.

Houve uma quantidade muito elevada de reclamações relativas a alterações que terão ocorrido entre republicações de avisos. Apesar do Fundo Ambiental garantir que essas republicações foram devidas à necessidade de melhorar explicação de

⁸⁹ 40 000 «vales de eficiência», com um valor médio de 1 300 EUR, distribuídos a agregados familiares em situação de pobreza energética (agregados familiares que beneficiam da tarifa social de energia), para adquirir equipamentos eficientes do ponto de vista energético, como bombas de calor, bem como para realizar obras destinadas a melhorar o desempenho energético da própria habitação. Inclui serviços de instalação e recolha do anterior equipamento (até T2/26)

alguns pontos, dado o número elevado de reclamações, vai ser contratada uma equipa externa para repetir o processo de análise e verificar novamente a elegibilidade.

O ponto de situação (à data de fev/25), de acordo com a informação do Fundo Ambiental era o seguinte:

Avisos	Candidaturas recebidas	Candidaturas aprovadas	Candidaturas executadas	% de execução financeira
Aviso N.º 01/C13-i01/2021 – PAE+S II	106 131 (dotação inicial de 30M€ reforçada para 123M€)	70 403	70 403	100% (pago)
Aviso N.º 05/C13-i01/2023 – PAE+S 2023	81 069 (dotação inicial de 30M€, reforçada com mais 30M€)	21 222 (avaliação de candidaturas ainda em curso)	21 222	100% das executadas (pago ou com autorização de pagamento)

Apoio a Condomínios Residenciais

O Aviso N.º 04/C13-i01/2023 – Programa de Apoio a Condomínios Residenciais encontra-se em fase de avaliação de candidaturas, com uma dotação inicial de 12M€ e 477 candidaturas submetidas.

Vale Eficiência

Esta é uma medida direcionada para famílias carenciadas e em pobreza energética. Apesar da bondade da medida (atribuída através de um Vale), o número de utilizações tem sido muito baixo, pelo que na reprogramação apresentada foi diminuída a ambição para 40.000 vales.

A necessidade e importância de intervenção de um facilitador técnico (que irá identificar as necessidades e as soluções adequadas) esbarra na falta de profissionais desta área, disponíveis para fazer este acompanhamento. Com apenas 27 inscritos na plataforma (estimando-se 50 no final do 1º trim/25), teme-se que o valor associado a este serviço (50€ por candidatura) seja muito baixo para um trabalho que implica recolher e elaborar a análise de informações sobre a habitação, incluindo tipologia do edifício, ano de construção, fontes de energia, entre outros e depois definir e apresentar medidas ao Beneficiário, solicitar orçamentos a fornecedores da Bolsa PVE e fazer o acompanhamento técnico da execução. Considerando os prazos estabelecidos, um processo completo, desde o início da apresentação das medidas ao beneficiário final até à conclusão da obra pelo fornecedor, demora entre 3 a 4 meses, dado que o fornecedor dispõe de cerca de 90 dias para a execução da obra.

De acordo com a informação do Fundo Ambiental, era o seguinte o ponto de situação (fev/25):

Avisos	Candidaturas recebidas	Candidaturas aprovadas	Candidaturas executadas
Aviso N. 02/C13-i01/2021 - Programa Vale Eficiência	23 337 (dotação inicial de 26M€ para 20 000 vales)	16 915 (validade do último vale cessa a 1 de agosto de 2025)	12 470
Aviso N.º 06/C13-i01/2023 - Programa Vale Eficiência - 2ª fase	44 745 (dotação inicial de 104M€ para 80 000 vales)	29 008	70

Nota: no aviso de 2023 foi permitido mais do que 1 vale por família.

A urgência de execução do PRR não terá permitido amadurecer este modelo de apoio às famílias carenciadas, que, de outra forma e tendo também em conta a iliteracia sobre questões energéticas, dificilmente conseguirão aceder a apoios idênticos a estes em próximos anos. Por esse motivo, a tutela decidiu que este modelo seria descontinuado.

Espera-se ainda a operacionalização dos espaços energia (parte de uma reforma prevista no PRR e cujas lojas foram inauguradas durante o 1º semestre/25), para se perceber se esse modelo conseguirá ser de proximidade e onde as autarquias irão ter um papel fundamental no apoio às questões de literacia energética. Não é ainda claro se se irá manter a figura de facilitador técnico (ou dos respetivos serviços e valor de pagamento), da base de dados de fornecedores previamente certificados ou da existência de programas financeiros de apoio (integrados em políticas públicas).

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento como **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**.

Do ponto de vista do cumprimento das metas parece não haver grandes dúvidas sobre o seu cumprimento, com um aumento da ambição inicial no caso dos edifícios residenciais e uma diminuição no caso dos vales eficiência.

Deixa-se, no entanto, a recomendação para que a tutela acompanhe a interligação entre o que foi preparado e os resultados obtidos no âmbito do vale eficiência no PRR e o modelo a utilizar nos espaços energia, bem como em próximas políticas públicas de apoio a famílias em pobreza energética. De acordo com o ponto de situação atual, considera-se que, no caso do vale eficiência, não se atingem os objetivos de diminuição significativa e consistente de pobreza energética.

C13-i02	Eficiência Energética em Edifícios da Administração Pública Central BI- Fundo Ambiental
---------	--

Reprogramação: foi **eliminada** a meta intermédia de T1/2025 (1.065.000 m² de área renovada), para redução de carga administrativa.

Meta: 1.255.000 m² de área de edifícios renovada, até T4/2025.

Foram recebidas 214 candidaturas, das quais 175 aprovadas e 7 desistências.

Tendo em conta a existência de verba sobran­te, no valor de 14M€, foram permitidos pedidos de reprogramação, incluindo com reforço de verba. Até ao início de fev/25 tinham sido recebidos 172 pedidos de reprogramação, dos quais 79 foram deferidos, 15 indeferidos e estando ainda em análise 78.

Os pedidos de reprogramação temporal apresentaram justificações variadas, mas as mais comuns prendem-se com atrasos no início dos trabalhos devido a dificuldade em contratar equipas técnicas ou devido ao facto de concursos iniciais terem ficado desertos e necessitarem de lançar novo procedimento, o que atrasou o início dos trabalhos.

Os pedidos de reprogramação financeira (em alta) apresentaram como justificação fatores como o aumento dos custos de materiais, de equipamentos e de mão-de-obra, principalmente devido à inflação, à guerra na Ucrânia e o seu impacto no mercado da União Europeia (subida generalizada de preços) ou devido à necessidade de realizar trabalhos acessórios complementares, embora algumas candidaturas tenham conseguido reduzir custos devido a que certas tecnologias tenham ficado mais baratas e acessíveis.

As reprogramações físicas prendem-se com melhorias e alterações que resultaram de um maior amadurecimento das candidaturas, permitindo encontrar outras soluções técnicas.

Combinando os pedidos, estão em causa reforços que podem ir até aos 11M€, com a premissa de que as alterações não afetem negativamente as condições de elegibilidade das candidaturas aprovadas, nomeadamente no que diz respeito ao mérito da candidatura (com as alterações propostas em sede de reprogramação não poderá baixar dos 2,5 pontos) ou ao prazo de conclusão do projeto (que não poderá ultrapassar a data 31/12/2025 definida para o final do Aviso).

Após os pedidos de reprogramação, ainda existe verba sobran­te no valor de cerca de 5M€, que poderá ainda acomodar pedidos de reforço financeiro.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**. Apesar dos projetos serem bastante complexos, em termos de análise e com muitos pedidos de reprogramação (temporal e financeira), o reporte indica que estão a ser mitigados os atrasos e que os pedidos de reprogramação permitem encontrar soluções.

C13-i03	Eficiência Energética em Edifícios de Serviços BI- Fundo Ambiental
---------	---

Reprogramação: Foi eliminada a meta intermédia de T1/2025 (315.000 m2 de área renovada), para redução de carga administrativa.

Meta: 360.000 m² de área renovada, até T4/2025.

Estão em execução 245 projetos, com 2,4M€ adiantados e 9,8M€ em pedidos de reembolso em análise.

O valor de área de edifícios de serviços a renovar com vista à eficiência energética contratado é superior a 700 000 m², correspondendo a 66% do valor de 1 060 000 m² estabelecido para o 2º trimestre de 2026 na meta.

O valor da capacidade adicional de produção de energia renovável contratado é de 22 MW, correspondendo a 73% do valor de 30 MW estabelecido para o 4º trimestre de 2025 na meta.

Serão permitidos pedidos de reprogramação física (mas não financeira), embora ainda não exista o módulo de submissão informática e esteja em fase de contratação a equipa técnica de análise. No entanto, de acordo com informação do Fundo Ambiental, existem poucos contactos de beneficiários finais para alterações, pelo que se perspetivam poucos pedidos. As alterações deverão estar concentradas na oportunidade de implementar soluções técnicas mais atuais e vantajosas do que as consideradas aquando da submissão da candidatura (p.ex. sistemas de painéis fotovoltaicos), dada a rápida evolução tecnológica destes sistemas e o tempo decorrido entre a submissão das candidaturas (2022) e a fase de execução dos projetos de investimento (2024/2025).

Ainda se encontram em fase de análise 390 candidaturas, com 170 com avaliação por iniciar e 92 em fase de contratação, num processo de avaliação que iniciou em julho/24.

Apreciação e recomendações

Este foi um dos investimentos considerados críticos no anterior relatório, mas considera-se que houve uma evolução significativa em termos de avaliação dos projetos e início de execução, realçando-se os pedidos de reembolso em análise e os valores de eficiência energética e produção de energia contratados (perto de 70% da meta).

Considera-se assim este investimento com **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**, recomendando-se celeridade na abertura dos módulos de pedidos de reprogramação e contratação da respetiva equipa de análise.

C13-i01/02/03	Comunidades de Energia Renovável e Autoconsumo Coletivo (aplicável a edifícios, residenciais, de serviços e da administração pública) BI- Fundo Ambiental
---------------	--

Reprogramação: foi efetuada a junção das metas (que estavam autonomizadas) relativas à capacidade adicional de produção de energia renovável para autoconsumo e para utilização em comunidades de energia renovável. O apuramento dos valores passa assim a ser efetuado em conjunto com a tipologia (edifícios residenciais, da administração central ou de serviços).

Meta: 35 MW (edifícios residenciais), 28MW (edifícios da administração central) e 30 MW edifícios de serviços), até T4/2025.

Este investimento tem como objetivo desenvolver a capacidade nacional de produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis em regime de Autoconsumo Coletivo (ACC) e Comunidades de Energia Renovável (CER).

O aviso referente ao Apoio à Concretização de Comunidades de Energia Renovável e Autoconsumo Coletivo teve abertura em 14/06/2021 com data de submissão de candidaturas até 31/10/2022, e prorrogado até 17/02/2023.

Esta foi uma medida na qual foram identificados diversos constrangimentos, como a questão dos licenciamentos (da responsabilidade da Direção-Geral de Energia e Geologia e cuja resposta atempada ainda não está assegurada), do modelo de governo deste modo de produção (novo), a que se associou um grande atraso na adjudicação do processo de avaliação, que só foi terminado já em fevereiro/24.

As candidaturas submetidas no 1º aviso tiveram a avaliação suspensa de julho a novembro de 2024, devido a duas providências cautelares. No final de abr/25 estavam avaliadas todas as alegações e a expectativa é de assinatura dos contratos até final de mai/25. Falta ainda terminar a avaliação de candidaturas do 2º aviso.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento **CRÍTICO**.
Concorreram para esta situação uma série de eventos, sendo o mais preponderante (em termos de atraso), duas providências cautelares e a demora da avaliação de candidaturas, que ainda decorre. Apesar de ultrapassadas as questões legais, segue-se agora um processo de aquisições no mercado, que de si já está a responder de forma muito lenta, especialmente na parte dos painéis solares, bem como a necessidade de licenciamento por parte da DGEG.

Componente C14 | Hidrogénio e Renováveis

C14-i01 e C21-i06	Hidrogénio e Gases Renováveis BI- Fundo Ambiental
-------------------------	--

Metas:

- 200 MW de capacidade de produção adicional instalada até T1/2026
- 277 MW de capacidade de produção adicional instalada até T2/2026

Para além do hidrogénio (o mais visível e mediático), existem outros gases renováveis que estão também incorporados nesta medida. A meta PRR definida para este investimento é de ter instalada uma capacidade adicional de produção de hidrogénio e gases renováveis de 200 MW, até março de 2026, com um adicional de 277 MW até junho/26.

De acordo com informação do Fundo Ambiental, o ponto de situação no final de abr/25 era o seguinte:

Avisos	Dotação	Projetos contratados	Desistências	Pedidos de reprogramação	Pagamentos
--------	---------	----------------------	--------------	--------------------------	------------

AAC N.º 01/C14- i01/2021	102 M€ (dotação inicial de 62M €, reforçada pela tutela)	24. Em execução, com capacidade contratada de 104,74MW	0 (a Fusion Fuel Portugal S.A. entrou em insolvência, com 2M€ já recebidos em adiantamento)	2 (repercussão financeira em baixa e redução de contribuição para a meta)	Apenas adiantamentos (20% do apoio PRR)
AAC N.º 02/C14- i01/2023	83M€	16 em execução, com capacidade contratada de 112,51 MW (22 aprovados)	6 desistências e 2 anulações	-	-
AAC N.º 01/RP-C21- i06/2024	70M€	17 aprovadas (26 candidaturas). Em fase de solicitação de condicionantes pré- contratuais, com capacidade contratada de 113,75MW, mais de metade referentes a biometano	-	-	-

De entre as razões invocadas pelas empresas para pedidos de reprogramação ou desistências, estes foram os principais apurados:

- Alteração de tecnologia de eletrólise (de PEM para Alcalina), por ser mais económica e ter prazos de entrega dos equipamentos mais curtos;
- Prazo de entrega dos eletrolisadores;
- Inexequibilidade de alguma componente do projeto contratualizado, tais como um posto de abastecimento de veículos pesados, por não estarem ainda reunidas as condições técnicas e económicas para utilização de hidrogénio verde em componente de mobilidade;
- Limitações e constrangimentos nacionais e internacionais, ao nível de toda a tecnologia da cadeia de valor do hidrogénio verde;
- Preço máximo do primeiro leilão de injeção na rede de gás natural pouco atrativo;
- Necessidade de troca do offtaker industrial por desinteresse comercial e consequente mudança de localização da implantação;
- Prazos alargados para licenciamento ambiental, camarário e industrial ou falta de resposta de entidades da administração pública;
- Dificuldade no financiamento do projeto;

- Complexidades que inviabilizariam a execução face à possibilidade de se arrastarem no tempo e não haver total certeza da sua viabilidade jurídico-administrativa, assim como técnico-económica;
- Impossibilidade de alcançar, dentro do prazo exigido, a definição necessária do projeto para obtenção do registo prévio junto à DGEG;
- Calendarização das atividades incompatível com o calendário do financiamento, até dezembro/2025.

Apesar de todos estes condicionantes, este investimento não foi proposto para reprogramação, apesar do prazo do término definido para os investimentos ser 31/12/25.

De acordo com informação do Fundo Ambiental, todos os beneficiários finais foram chamados para uma reunião presencial, que teve lugar a 10/12/24, com o objetivo de apresentarem as suas reais condições de execução e partilharem as suas preocupações. Dos resultados apurados nessas reuniões terá sido dado conhecimento à EMRP e à tutela.

Em reunião de atualização com a Agência para o Clima no final de abr/25, foi sinalizado o bom desempenho dos projetos de biometano, estando um deles já em fase de testes.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento como **CRÍTICO**.

No relatório anterior, a CNA-PRR deixou vários alertas para as questões técnicas relacionadas com a execução deste investimento e a necessidade de um acompanhamento ao nível da tutela, no que se refere às questões da distribuição e utilização destes gases renováveis.

Apesar deste investimento não ter sido proposto para reprogramação, a evidência da execução e de toda a incerteza que o envolve - desde os equipamentos e respetivos prazos de entrega, até às condições técnicas e económicas de utilização dos gases, passando pela capacidade de distribuição – indicam uma dificuldade muito grande em que se concretize no prazo definido, com dúvidas sobre a sua efetivação, ainda que num prazo mais alargado.

Recomenda-se um acompanhamento, com grupo de trabalho focal, que integre especialistas com experiência e conhecimento neste tipo de tecnologias, bem como nas respetivas condições económicas e de mercado.

Recomenda-se ainda:

- i. Que se avalie a existência de mecanismos de monitorização de integração futura do hidrogénio e gases renováveis (produzida a partir destes e outros investimentos), na infraestrutura energética nacional;
- ii. Que seja estabilizado o quadro regulatório para o biometano.

Componente C15 | Mobilidade Sustentável

C15.i01 e C15.i07	Expansão da Rede de Metro de Lisboa - Linha Vermelha até Alcântara BD- Metropolitano de Lisboa
-------------------------	---

Reprogramação: Foi **aprovada** a redução de ambição (72,3 M€) e ajuste da meta em virtude da impossibilidade de concluir o investimento dentro do prazo do PRR. A fonte do financiamento **altera** de subvenção para empréstimo. Foi removido o marco intermédio (relatório) para diminuição de carga administrativa.

Metas:

- Assinatura do contrato para a expansão da rede de metro de Lisboa, até T4/2023;
- Extensão das obras de construção concluídas para a expansão da rede de metro de Lisboa, incluindo: a) escavação e cobertura primária concluída para 2,797 km de túneis/troços e b) estruturas internas das estações de Campolide/Amoreiras, Campo de Ourique e Infante Santo (totalizando 420 metros de comprimento das estações), até T2/2026.

De acordo com a informação prestada pelo Metropolitano de Lisboa (abr/25), deixa-se o respetivo ponto de situação, bem como um resumo cronológico dos acontecimentos:

- Este investimento **iniciou em 22/12/2023**, com a assinatura do Contrato de Empreitada de Conceção e Construção para o prolongamento da Linha Vermelha entre São Sebastião e Alcântara, adjudicado ao Consórcio «Metro S. Sebastião Alcântara – M.S.A. ACE», constituído pela Mota-Engil – Engenharia e Construção, S.A., e pela SPIE Batignolles Internacional – Sucursal em Portugal;
- Em **janeiro de 2024**, **duas impugnações judiciais** do ato de adjudicação subjacente à celebração do referido contrato por parte de dois dos consórcios excluídos (Acciona Construcción, S.A. e Domingos da Silva Teixeira, S.A. em 02/01/24 e FCC Construcción S.A., Contratas Y Ventas, SAU e Alberto Couto Alves, S.A., em 03/01/24).
- Obtenção de **visto prévio do Tribunal de Contas em 22/03/2024**;
- **Levantamento do efeito suspensivo** associado às impugnações a **16/02/2024** e a **20/05/2024**;
- **Início do contrato a 22/05/24**, que se encontra em curso:
 - Apresentação do Anteprojeto pelo Empreiteiro, em 22/07/2024, cuja **aprovação foi comunicada a 20/08/2024**;
 - Apresentação do Projeto de Execução pelo Empreiteiro, bem como dos elementos para constituição do Relatório de Conformidade Ambiental com o Projeto de Execução (RECAPE) e do Projeto de Segurança contra Incêndios em Edifícios (SCIE), **terminados a 15/10/24**.

- Em 18/10/2024 foi submetida à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) os **processos de Segurança Contra Incêndios em Edifícios** (SCIE) relativos às quatro estações do prolongamento da Linha Vermelha. A decisão de indeferimento levou à preparação de respostas, **cujas apresentação está prevista para 14/05/25**.
- Em 27/02/2025 a Agência Portuguesa do Ambiente I. P., (APA) emitiu Declaração de Conformidade Ambiental do Projeto de Execução (**DCAPE**) **favorável condicionada** (necessidade de apresentar elementos complementares tanto previamente ao início das obras nos respetivos locais, quanto nas fases de obra e de exploração), encontrando-se em fase de consolidação dos elementos a apresentar à APA;

A fase de construção inicia-se apenas com a consignação da obra, que só poderá ocorrer após a aprovação do Projeto de Execução, a obtenção da DCAPE e a obtenção do parecer favorável da ANEPC ao Projeto de Segurança Contra Incêndios.

Apreciação e recomendações

Apesar de ter existido ajustamento de meta no âmbito da reprogramação, face ao tempo necessário para executar estas obras (complexas), considera-se ser de manter a apreciação de **CRÍTICO** neste investimento, em virtude de ainda não ter sido possível proceder à consignação da obra e respetivo início.

C15-i02 e C15.i08	Expansão da Rede de Metro do Porto – Casa da Música-Santo Ovídio BD- Metro do Porto
-------------------------	--

Reprogramação: foi **aprovada** a remoção do marco (relatório intercalar) para diminuição de carga administrativa. Foi **ajustado** o descritivo da meta⁹⁰. A fonte do financiamento altera de subvenção para empréstimo.

Meta:

- Assinatura do contrato para a expansão da rede de metro do Porto, até T4/2023;
- Extensão das obras de construção concluídas para a expansão da rede de metro do Porto (5,5 km) incluindo: a) conclusão das obras de escavação de três túneis (Casa da Música/Campo Alegre, Devesas/Soares dos Reis, Soares dos Reis/Santo Ovídio) e b) obras de escavação e reforço da estrutura de betão armado ao nível da plataforma em oito estações.

As visitas realizadas às obras, no Porto e em Gaia, em várias frentes, e reunião com o Presidente do Conselho de Administração e equipa técnica do Metro do Porto

⁹⁰ Este ajuste decorreu do facto de se terem identificado achados arqueológicos, o que levou ao consequente aumento de custos e prazo de execução (expropriações, revisão de projeto, trabalhos complementares).

evidenciaram o desenvolvimento dos trabalhos, quer nos túneis quer na superfície, estando a desenvolver-se a bom ritmo. A complexidade das obras é elevada e os contratempos podem ocorrer, mas os meios planeados permitem antecipar um elevado nível de compromisso na execução.

Apreciação e recomendações

Considera-se que para este investimento é **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**. A complexidade das obras, a existência de várias frentes em simultâneo, bem como a intervenção em diferentes zonas do Porto e Gaia exigem um acompanhamento de grande proximidade e fiscalização exigente, de forma a garantir o cumprimento dos prazos.

C15-i03	Metro Ligeiro de Superfície Odivelas-Loures BD- Metropolitano de Lisboa
---------	--

Reprogramação: foi **aprovada** a remoção do investimento da construção da linha de metro ligeiro de superfície entre Odivelas e Loures – Linha Violeta.

Este investimento tinha sido apreciado como **crítico** no relatório anterior por parte da CNA-PRR. Neste lapso temporal, foi lançado o concurso, tendo-se rececionado duas propostas com valores muito acima do preço base.

Apreciação e recomendações

Investimento **RETIRADO** de financiamento PRR

C15-i04	Linha BRT Boavista – Império BD- Metro do Porto
---------	--

Reprogramação: foi **aprovada** a extensão de prazo T3/2024 para T2/2025⁹¹.

Metas:

- Assinatura do contrato de execução do projeto entre as autoridades públicas e o contratante selecionado num processo de concurso, até T1/2022;
- Conclusão da construção de uma linha de serviço direto de autocarros entre a Praça do Império e a Praça Mouzinho de Albuquerque, no Porto, até T2/2025.

Este investimento consiste na construção de 3,8 km de extensão e 7 estações, num percurso entre a Praça do Império e a Praça Mouzinho de Albuquerque. As obras no

⁹¹ Devido ao facto de a entrega dos veículos estar fortemente condicionada por fatores externos como a escassez de materiais no mercado, bem como ter havido a necessidade de nova publicação pelo concurso público internacional ter ficado deserto.

canal estão concluídas e no mês de mai/25 estão previstos os testes com os veículos, fornecidos pela Caetano Bus, entre a Casa da Música e a Praça do Império. O início da operação está previsto para o final de jun/25, exigindo assinatura de acordo com os STCP e a Câmara Municipal do Porto.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento **ALINHADO COM O PLANEAMENTO.**

C15-i05 e C21-i12	Descarbonização de Transportes Públicos BI-Fundo Ambiental
-------------------------	---

Reprogramação: foi solicitado o reforço de verba no valor de 137M€, para a C21-i12.

Metas:

- Assinatura de contrato entre os beneficiários e a entidade gestora: fase I até T3/2022 e fase II até T2/2024;
- Aquisição de 145 autocarros, até T4/2023 (áreas metropolitanas de Lisboa e Porto);
- Aquisição de 757 autocarros, com nível nulo de emissões e instalados os respetivos pontos de abastecimento, até T2/2026 (todo o território continental).

De acordo com a informação prestada pelo Fundo Ambiental, a meados de fev/25 era o seguinte o ponto de situação:

Avisos	Projetos contratados	Projetos encerrados ou em conclusão	Execução física
C15-i05	7	3 encerrados (Alsa Todi, Scotturb e STCP); 3 em conclusão de análise dos pedidos de pagamento (Vimeca, JJ Santo António e Carris); 1 suspenso por irregularidades detetadas (Auto-Viação Feirense)	213 autocarros licenciados 137 postos de carregamento
C21-i12	11 (85 candidaturas elegíveis)	-	-

O aviso relativo à C21-i12 (RepowerEU) teve uma característica diferente do anterior, permitindo alargar a candidatura para além das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Foram definidas as categorias 1 (áreas metropolitanas de Lisboa e Porto), com financiamento total de 4 candidaturas e parcial de 1 e na categoria 2 (restante território de Portugal Continental), com financiamento total de 5 candidaturas e parcial de 1. Foi atribuída 100% da dotação disponível de 171M€. Com o pedido de

reforço de verba na reprogramação, será possível financiar a 100% todas as candidaturas elegíveis.

Quando realizado todo o investimento, terá ocorrido a aquisição de 413 autocarros limpos e respetiva infraestrutura de carregamento, o que corresponderá a poupanças de emissões anuais na ordem das 33 208,87 ton CO2eq e a poupanças de energia anuais da ordem das 8 761,30 tep.

Apesar da meta ser de 30/06/2026, os prazos de entrega e posterior licenciamento são apertados, pelo que o Fundo Ambiental implementou uma monitorização mensal para identificação dos constrangimentos à execução.

O Fundo ambiental partilhou o quadro seguinte, com os valores possíveis de alcançar, após o aumento de verba em reprogramação:

Aviso n.º 01/C21-II2/2024 – Descarbonização dos Transportes Públicos				
Distribuição geográfica das candidaturas elegíveis				
Região geográfica (NUTSIII)	Número de candidaturas elegíveis	Número de veículos a financiar em candidatura	Montante a financiar em candidatura	Poupança de emissões em candidatura (ton CO2eq)
Alentejo Central	2	3	738 865,05 €	98,45
Algarve	6	39	10 780 592,28 €	1 594,23
Alto Alentejo	3	4	917 155,75 €	132,60
Alto Minho	3	26	7 570 529,83 €	1 969,47
Área Metropolitana do Porto	8	166	41 308 442,45 €	11 008,15
Ave	4	76	20 230 189,13 €	4 458,62
Beira Baixa	3	10	3 001 174,43 €	399,58
Beiras e Serra da Estrela	10	65	22 856 362,95 €	2 902,12
Cávado	2	44	12 886 075,72 €	3 314,04
Douro	5	17	4 604 245,04 €	967,94
Grande Lisboa	4	141	33 779 058,14 €	10 414,27
Lezíria do Tejo	3	18	5 313 698,05 €	834,40
Médio Tejo	3	13	2 552 870,00 €	561,73
Oeste	3	9	2 429 449,49 €	371,83
Península de Setúbal	4	102	21 083 587,35 €	8 227,71
Região de Aveiro	1	5	1 438 125,00 €	107,68
Região de Coimbra	4	35	9 694 695,11 €	1 853,31
Região de Leiria	6	36	10 320 656,40 €	2 048,47
Tâmega e Sousa	6	41	10 056 946,56 €	2 004,19
Terras de Trás-os-Montes	2	8	2 020 199,03 €	244,12
Viseu Dão Lafões	3	3	851 999,24 €	161,02
TOTAL	85	861	224 434 917,00 €	53 673,91

Apreciação e recomendações

Considera-se que para este investimento é **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**.

Recomenda-se um alinhamento entre o Fundo Ambiental e o IMT, para identificar as necessidades de licenciamento ao longo do processo de execução, para uma maior fluidez e preparação da capacidade de resposta do IMT, tendo em conta o número muito elevado de autocarros a licenciar, em tão pouco espaço de tempo.

C15-i06	Digitalização do transporte ferroviário BD- Infraestruturas de Portugal IP
---------	---

Reprogramação: foi **aprovado** o reforço de ambição (46,4 M€) para o desenvolvimento do sistema ETCS-STM (interoperabilidade de sistemas e cibersegurança). Foi **aprovada** a antecipação do marco de assinatura do contrato relativo aos sistemas eletrónicos de sinalização de T4/2024 para T2/2024.

Metas:

- Assinatura do contrato de execução do projeto entre a Infraestruturas de Portugal e o contratante selecionado, até T2/2024;
- Extensão das linhas ferroviárias com novos sistemas eletrónicos de sinalização instalados na Área Metropolitana de Lisboa. Desenvolvimento de um módulo de transmissão específica (STM) instalado em comboios equipados com o Sistema Europeu de Controlo dos Comboios (ECTS). Formação dos trabalhadores da Infraestruturas de Portugal no domínio da cibersegurança. Aquisição de equipamento para sistemas de telemática, telecomunicações e sinalização, com uma execução orçamental de pelo menos 21 000 000 EUR, até T2/2026.

Objetivo: substituição dos sistemas eletrónicos de sinalização (20 kms)

- Estação de Concentração de Campolide – Cintura;
- Estação de Concentração Oriente;
- Estação de Concentração de Alverca / Azambuja (duas estações de concentração).

De acordo com a informação obtida junto da IP, é o seguinte o ponto de situação:

- A empreitada conceção\construção foi adjudicada à Siemens Mobility. O auto de início de trabalhos é de 20/3/25.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**.

Componente 2I- REPower EU

C21-i05	Apoio ao desenvolvimento de uma indústria ecológica BI- IAPMEI - AGÊNCIA PARA A COMPETITIVIDADE E INOVAÇÃO, I.P.
---------	---

Metas:

- Termos de aceitação assinados, até T2/2024;

- Conclusão de, pelo menos, cinco projetos tecnológicos industriais com TRL mínimo de 7, relacionados com tecnologias estratégicas para a transição climática, até T2/2026.

O 1º aviso recebeu candidaturas até 19/07/24, registando-se apenas 7 projetos contratados, com um valor de financiamento de 17,4M€ (muito abaixo da dotação, de 50M€) e uma taxa de pagamentos a rondar os 23% (adiantamento).

De acordo com a informação prestada pelo IAPMEI, está em avaliação o lançamento de um 2º aviso.

As candidaturas submetidas privilegiaram a área da energia (p.ex. armazenamento).

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento **PREOCUPANTE**.

O tempo disponível para a elaboração de projetos, apresentação, análise, assinatura de contratos, aquisição de equipamentos e instalação começa a escassear.

O histórico dos tempos de análise de candidaturas e a sua contratação indica que tal demorará vários meses, sendo que a situação em que é necessária a encomenda de equipamentos (muitas vezes a fornecedores internacionais), é também demorada.

C21-i07.01	Estudos técnicos para potencial energético offshore: Estudos geofísicos, geotécnicos e de parâmetros ambientais BD- INSTITUTO PORTUGUÊS DO MAR E DA ATMOSFERA, I.P. (IPMA)
------------	---

Metas (conjuntas com C21-i07.02):

- Assinatura de contrato(s) relativo(s) a estudos técnicos para potencial energético offshore, até T2/2024;
- Conclusão dos estudos geofísicos, geotécnicos, eólicos, de ondas e de corrente, destinados a facilitar a instalação de energia eólica offshore e abrangendo uma área de pelo menos 2 000 km², até T2/2026.

Este trabalho será a base para que o Estado português consiga dar esta informação prévia aos promotores do offshore, tendo sido esta a decisão ao invés de cada um dos promotores o fazer. Para além do Estado garantir as corretas caracterizações e posteriores licenciamentos, também pode aumentar o interesse por parte dos promotores.

Para este trabalho, será preciso fazer a caracterização do ambiente na zona das eólicas, uma vez que os recursos da pesca são muito importantes.

Exemplos de algumas informações necessárias:

- Forma como poderão afetar a produção de fitoplâncton (e, portanto, a quantidade de peixe);
- Forma como as correntes marítimas são afetadas;
- Localização e forma como podem afetar as zonas de reprodução;

- A cartografia dos habitats;
- As rotas de migração das aves;
- A quantidade, tipologia e rotas dos mamíferos marinhos.

Há ainda que perceber o impacto positivo que podem ter estas eólicas, ao funcionar como recifes artificiais.

Os estudos irão abranger 3 domínios: vento (na alçada do LNEG); coluna de água (IPMA); e substrato geológico (IPMA). Foram identificados estudos prévios, feitos pelo IPMA, mas é preciso saber com precisão o que existe no fundo do mar (p.ex. aeronaves, bombas não explodidas, etc), sendo que os primeiros estudos são documentais, com base em relatos ou bibliografia. Os passos seguintes são trabalhos de altíssima resolução para confirmar ou identificar outros.

Em 2024 já foi feito um levantamento exploratório e estão previstas para 2025 campanhas de geofísica e geotecnia, que vão poder ser feitos com os novos equipamentos de sonar do navio Mário Ruivo (que tem sido atualizado com investimento PRR e de outras fontes), que deverá fazer várias campanhas, com início em abr/25. Há ainda complementaridade com outras fontes de financiamento, como é o caso do MAR2030, para além de protocolos com todos os laboratórios da área do mar e sociedades privadas.

Tendo em conta que nos aproximamos do final do PRR e que este investimento foi integrado na anterior reprogramação, os prazos são críticos.

À data de mar/25 aguardava-se ainda a emissão de visto do Tribunal de Contas, ao contrato adjudicado em out/24, para as campanhas de mar.

Apreciação e recomendações

Considera-se que para este investimento é **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**. Sendo a parte mais crítica a das campanhas de mar, recomenda-se uma atenção redobrada e a comunicação fluída ente todos os intervenientes, incluindo as tutelas e outras entidades, para que sejam ultrapassados constrangimentos.

C21-i07.02	Estudos técnicos para potencial energético offshore: Estudos de recurso eólico, ondulação e correntes BD- LNEG
------------	---

Metas (conjuntas com C21-i07.01):

- Assinatura de contrato(s) relativo(s) a estudos técnicos para potencial energético offshore, até T2/2024;
- Conclusão dos estudos geofísicos, geotécnicos, eólicos, de ondas e de corrente, destinados a facilitar a instalação de energia eólica offshore e abrangendo uma área de pelo menos 2 000 km², até T2/2026.

Este investimento interliga-se diretamente com o anterior (C21-i07.01), que é da responsabilidade do IPMA.

O objetivo deste investimento é fazer medições para apoiar os estudos relativos à instalação do projeto eólico offshore. Há trabalhos executados com métodos indiretos e agora irão ser efetuados estudos com métodos diretos, nomeadamente com tecnologia Lidar.

Este investimento foi inserido no PRR na última reprogramação, correndo já com algum atraso.

Este concurso internacional foi lançado em ago/24, teve 4 concorrentes e um deles impugnou o concurso após adjudicação. Foi solicitado efeito suspensivo, que foi aceite pelo Tribunal, pelo que o projeto está em execução, com o início dos trabalhos Lidar no mar para breve. No entanto, o contrato ainda não tem visto prévio, estando em preparação do seu envio pra o Tribunal de Contas.

A data de conclusão do projeto é para junho/26, correspondendo à data final do contrato e deverá demorar 12 meses.

No final deste trabalho, será efetuado um relatório, juntamente com o do IPMA e irá ser a base para a abertura do leilão offshore, pelo que todos estes trabalhos terão influência nos cálculos finais.

Apreciação e recomendações

Considera-se que para este investimento é **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**. Sendo a parte mais crítica a das campanhas de mar, recomenda-se uma atenção redobrada e a comunicação fluída ente todos os intervenientes, incluindo as tutelas e outras entidades, para que sejam ultrapassados constrangimentos.

C21-i08	Flexibilidade da Rede e Armazenamento BI- FUNDO AMBIENTAL
---------	--

Metas:

- Condições de aceitação assinadas, até T2/2024;
- Instalação de uma capacidade de armazenamento de eletricidade de pelo menos 500 MW, até T4/2025.

Este investimento sofreu vários atrasos⁹² antes da abertura de aviso, que só foi publicado a 31/07/2024.

⁹² O atraso deveu-se a diversas situações: a preparação do texto do Aviso e da Portaria que o antecedeu, aconteceu por volta da tomada de posse do atual Governo, com a revisão pela DGE (após incorporação dos contributos da ERSE, dos operadores de rede, da APA) e posterior verificação por parte da EMRP e da CNA-PRR. O texto final do Aviso foi terminado em junho/24, após estabilização das propostas de Portaria e o respetivo formulário CTSI, que ocorreu no mês de julho/2024 e que culminou na publicação da Portaria n.º 176-B/2024/1, de 30 de julho, que aprova o Regulamento do Sistema de Incentivo às Empresas «Flexibilidade da Rede e Armazenamento» e na publicação do AAC N.º 01/C21-i08/2024 a 31/07/2024.

Foram submetidas 79 candidaturas, que ainda estão em avaliação pela DGE, após a audiência prévia dos interessados na sequência da emissão do 1º Relatório Preliminar, ocorrida no período entre 08 e 21/01/2025,

Com a finalização da análise das pronúncias recebidas dos candidatos em sede de audiência prévia, deverá existir alteração da lista ordenada de candidaturas para financiamento, pelo que haverá lugar a nova audiência prévia, pelo que ainda não é possível, nesta data, prever com precisão quando será publicado o relatório final e quando ocorrerão as contratações.

Pelo resultado preliminar, o potencial de armazenamento poderá superar 650 MW, portanto, acima da meta de 500 MW, mas é necessário aguardar o fim a conclusão do concurso.

De acordo com a informação do Fundo Ambiental, não antecipam problemas com o cumprimento da meta, mas deverá ser necessário prorrogar a entrega de evidências, devido ao facto do prazo de entrega dos equipamentos ser muito demorado (pelo menos 1 ano). Tendo em conta que a evidência de cumprimento da meta é de que o equipamento deverá estar montado e em condições de ligar à rede (com respetiva declaração técnica).

A instalação dos sistemas de armazenamento à escala das redes de transporte e distribuição prevista neste investimento, será baseada em baterias, com o objetivo de conferir flexibilidade e segurança ao sistema elétrico, permitindo economias de rede, com uso de energia verde armazenada em alternativa a uso de energia fóssil e minimizando falhas de fornecimento de energia e proporcionando serviços de sistemas para apoio à segurança das redes e do Sistema Elétrico Nacional.

A medida visa ainda distribuir e utilizar energias renováveis através do necessário reforço ou alargamento da rede e criar a infraestrutura energética necessária para permitir a descarbonização dos sistemas energéticos, contribuindo substancialmente para as metas nacionais estabelecidas no PNEC 2030.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento **CRÍTICO**.
Não tendo sido incluído na reprogramação e estando ainda em fase de análise, o prazo para execução até 31/12/2025 não se afigura exequível.
Recomenda-se:
i. Que seja avaliada a possibilidade de entrega de evidências até mar/26 e que sejam acompanhados os beneficiários finais para avaliar a possibilidade desse cumprimento, face aos prazos de entrega dos equipamentos.

C21-i09	One-Stop-Shop para o Licenciamento e Acompanhamento de Projetos de Energias Renováveis BD- DGE
---------	---

Reprogramação: foi **aprovada** a extensão do prazo de T2/2025 para T2/2026, eliminando-se um marco intermédio (entrada em funcionamento por módulos).

Meta: entrada em funcionamento dos módulos de balcão único digital para o licenciamento e a monitorização de projetos de energias renováveis e conclusão do processo de desmaterialização dos documentos de licenciamento existentes.

Para recolha de informação, a CNA-PRR reuniu pela 1ª vez com a DGEG em mar/25.

Este investimento está interligado com a criação da Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis (EMER)⁹³, que dá cumprimento a um dos marcos do PRR. Esta nova estrutura, irá gerir o balcão único de licenciamento, fazer a monitorização de projetos e apoiar a concretização de projetos de energia de fonte renovável através de um regime processual mais transparente, ágil e simplificado. A EMER está em fase de implementação, com a equipa a ser constituída em final fev/25 e estando a ser efetuada a análise dos processos internos da DGEG para reorganização das equipas.

A One-stop-shop, é por isso uma responsabilidade híbrida entre a DGEG e a EMER.

O caderno de encargos para a one-stop-shop deverá ser lançado até maio/25 e a execução terá a duração de 6 meses. A esta data estão em curso a recolha de contributos (de todos os intervenientes) para a arquitetura e requisitos do caderno de encargos. É expectável que até final de 2025 exista uma plataforma em que todas as entidades envolvidas num processo de licenciamento estarão incluídas. O portal da energia (pré-existente), está a ser alvo de melhorias e irá ser posteriormente interligado com a plataforma.

Um dos objetivos de agilização das novas funcionalidades é de que de acordo com a localização em que o investimento irá ser implementado, os promotores recebam imediatamente a informação sobre o que irá ser necessário apresentarem, quais as características e condicionantes dos projetos propostos e as entidades com que terão que interagir (na plataforma). O processo deverá ser integrado num workflow, onde todos os intervenientes receberão notificações e indicação clara sobre a fase e local em que o mesmo se encontra.

Está a ser preparada uma bolsa de peritos, que será criada em complementaridade com todas as entidades, apoiando e dando capacitação técnica, como é o caso dos municípios, permitindo assim uma harmonização de conceitos e exigências procedimentais, em todo o território nacional.

⁹³ A reforma r48 tem como objetivos:

- i. Criação da EMER;
- ii. Entrada em vigor do Regulamento relativo ao licenciamento municipal de projetos de energia renovável e de armazenamento;
- iii. Formação do pessoal envolvido no licenciamento de projetos de energias renováveis (500 técnicos);
- iv. Requalificação do pessoal envolvido no licenciamento de projetos de energias renováveis através de 6 conferências de formação, certificando cada uma pelo menos 400 gestores e técnicos;
- v. Adoção de um calendário para a atribuição de novas capacidades em matéria de FER com base em "Go-to áreas".

Em virtude de uma das grandes dificuldades num processo de licenciamento ser a pesquisa, verificação, impressão ou consulta dos processos em papel, está a ser também preparado um serviço de desmaterialização dos processos em papel na DGE, para poder ser interligado com a one-stop-shop, tendo como objetivo final a total digitalização.

Apreciação e recomendações

Considera-se que para este investimento é **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**. Tendo em atenção que os processos de alteração organizacional são complexos e demorados, recomenda-se que seja dada especial atenção às condições de reafecção, contratação e retenção dos recursos humanos, peças cruciais em qualquer processo de transformação e transição digital e sem os quais o investimento pode não ter o sucesso esperado. Recomenda-se ainda a intensificação da interligação com o máximo possível de entidades que possam ser intervenientes nos processos de licenciamento energético, para obviar a situações futuras de não identificação de constrangimentos ou mais-valias.

C21-i14	Sistema de BRT Braga BD- TUB -TRANSPORTES URBANOS DE BRAGA, E.M.
---------	---

Reprogramação: foi **aprovada** a extensão de prazo para a assinatura de contrato de T3/2024 para T2/2025. Foi **aprovada** a redução da ambição, passando de 12,2 km para 6 km de construção e apenas 1 linha.

Metas:

- Assinatura do contrato de execução do projeto entre as autoridades públicas e o contratante selecionado, até T2/25;
- Conclusão das obras de construção, numa extensão de 6 Km, para a linha de trânsito rápido de autocarros em Braga (linha vermelha), até T2/26.

Este foi um investimento introduzido na reprogramação de 2023 e desde então têm sido desenvolvidos diversas atividades para a construção de 2 linhas:

- Aquisição do terreno para instalação de estação de carregamento dos autocarros. Este processo apenas ficou finalizado no passado mês de abril, com autorização de aquisição ao IEFP, após longos meses de interações, com várias entidades, num processo que se arrastou por cerca de 18 meses;
- Acordo com a Universidade do Minho, para escolha do traçado do percurso da linha vermelha;
- Interações com a IP para analisar as implicações e necessidades de intervenção no traçado escolhido (estrada nacional) para passagem da linha amarela em canal dedicado;
- Concurso para aquisição de autocarros.

No âmbito da reprogramação aprovada em abril, p.p., decidiu-se retirar a construção da linha amarela, em virtude de não ser possível, no prazo do PRR, executar todas as atividades necessárias para a sua conclusão.

O concurso de conceção-construção foi lançado na segunda semana de maio, estando a decorrer o prazo para apresentação das propostas.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento como **PREOCUPANTE**, atendendo a que apenas em maio foi lançado o procedimento concursal de conceção-construção, estimando-se apenas para setembro a assinatura do contrato, restando apenas 9 meses para elaboração do projeto e exceção da obra. Recomenda-se um acompanhamento permanente e fiscalização exigente para garantir o cumprimento dos prazos, em conformidade com o definido no PRR.

C21-i16	Funicular da Nazaré BD- MUNICIPIO DA NAZARE
---------	--

Metas:

- Assinatura do contrato de execução do projeto entre as autoridades públicas e o contratante selecionado, até T3/2024;
- Entrada em funcionamento de funicular com uma extensão aproximada de 200 metros, ligando a área de Pederneira à parte baixa da vila de Nazaré, até T1/2026.

Este investimento pretende proporcionar transporte público sustentável no município da Nazaré. A obra incluirá a aplicação de uma solução mecânica de transporte com uma extensão aproximada de 200 metros entre a Praia e a zona da Pederneira. O funicular deve ser integrado na rede de transportes públicos e ser acessível às bicicletas e às pessoas com mobilidade reduzida.

O contrato foi assinado em fev/25, depois de um processo de contestação em tribunal por um dos concorrentes. As obras já se iniciaram e decorrem conforme planeado. A conclusão está prevista para o 2º trimestre de 2026.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**. Deve ser mantido um acompanhamento exigente de forma que os prazos sejam cumpridos.



CNA | PRR

Comissão Nacional de
Acompanhamento do PRR

Anexo I

LISTA DE REUNIÕES* COMISSÃO ESPECIALIZADA CLIMA E ENERGIA

* NAS REUNIÕES COM AS ENTIDADES ACOMPANHADAS, INCLUINDO OS RESPECTIVOS MINISTÉRIOS DE TUTELA, ESTEVE PRESENTE O PRESIDENTE DA CNA-PRR, SENDO ACOMPANHADO, QUANDO POSSÍVEL, PELO/A RESPECTIVO/A COORDENADOR/A DA COMISSÃO ESPECIALIZADA. FORAM PRODUZIDOS RESUMOS DE TODAS AS REUNIÕES, QUE SE ENCONTRAM NOS ARQUIVOS DA CNA-PRR, PARA MEMÓRIA FUTURA.

Anexo I

Lista das reuniões da Comissão Especializada de Clima e Energia

Data	Entidade	Investimento acompanhado
25/09/2024	Navigator (Setúbal)	Descarbonização da indústria
01/10/2024	Bondalti Chemicals (Estarreja)	Descarbonização da indústria
01/10/2024	Vista Alegre (Ílhavo)	Descarbonização da indústria
09/10/2024	Ascenza (Setúbal)	Descarbonização da indústria
22/10/2024	Escola Náutica Infante D. Henrique	Hubs Azuis Eficiência Energética de Edifícios
22/10/2024	Secretaria-Geral da Economia	Fundo Azul/Hubs Azuis
05/11/2024	Ministra do Ambiente	Bioeconomia sustentável Eficiência energética Hidrogénio Descarbonização na indústria Mobilidade sustentável
07/11/2024	Câmara Municipal de Braga	BRT de Braga Descarbonização dos transportes
14/11/2024	Sonae Arauco (Mangualde)	Descarbonização da indústria
08/01/2025	Docapesca (Sesimbra)	Transição Digital nas Pescas
16/01/2025	Universidade Nova de Lisboa	Eficiência energética
21/01/2025	Câmara Municipal da Nazaré	Funicular da Nazaré
31/01/2025	Secretaria-Geral da Economia	Fundo Azul/Hubs Azuis
17/02/2025	Fundo Ambiental	Bioeconomia sustentável Eficiência Energética Hidrogénio Descarbonização nos transportes Redes de armazenamento de energia
19/02/2025	IAPMEI	Descarbonização da Indústria Roteiros para a descarbonização
24/02/2025	Marinha	Plataforma naval e centro de operações
05/03/2025	IFAP	Transição Digital nas Pescas
12/03/2025	IPMA	Hubs Azuis (polo, supercomputador e navio Mário Ruivo) Estudo de eólicas offshore Radares
19/03/2025	LNEG	Estudos técnicos para eólicas offshore Bioeconomia sustentável
31/03/2025	DGEG	One stop shop Comunidades de Energia Renovável Hidrogénio

		Processos de licenciamento de energia (transversais a vários investimentos)
14/04/2025	Direção-Geral do Território	Eficiência Energética
29/04/2025	Fórum Oceano	Hubs Azuis
30/04/2025	Agência para o Clima	Bioeconomia Sustentável Hidrogénio Armazenamento de Energia Eficiência Energética Descarbonização dos Transportes Reciclagem e valorização de resíduos Bairros Sustentáveis
14/05/2025	Associação para a Promoção e Desenvolvimento do Parque de Ciência e Tecnologia do Mar Peniche	Hubs Azuis



CNA | PRR

Comissão Nacional de
Acompanhamento do PRR

COMISSÃO ESPECIALIZADA ECONOMIA E EMPRESAS



PRR
Plano de Recuperação
e Resiliência



REPÚBLICA
PORTUGUESA



Financiado pela
União Europeia
NextGenerationEU

Comissão Especializada de Economia e Empresas

Relatório detalhado

No âmbito das suas atribuições, a Comissão Especializada Economia e Empresas⁹⁴ (CEEE) reuniu no dia **15/05/2025**, tendo **aprovado por unanimidade** o presente relatório.

Esta Comissão monitoriza três componentes, todas em conjunto com outras Comissões, a componente C05 (Capitalização e Inovação Empresarial) que também é acompanhada pela Comissão Especializada Território, a C06 (Qualificações e Competências) que é acompanhada mais diretamente pela Comissão Social e a C16 (Empresas 4.0) que é acompanhada também pela Comissão Transição Digital

No quadro abaixo sintetizam-se as apreciações desta Comissão Especializada, comparando com as apreciações do relatório anterior⁹⁵, sendo apresentados de seguida os detalhes do acompanhamento e respetivas recomendações.

Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2024	Apreciação 1/2025
C05-i01.01 /i09/i11	Agendas/Alianças mobilizadoras para a Inovação Empresarial	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO
C05-i01.02 /i10/i12	Agendas/Alianças Verdes para a Inovação Empresarial	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO
C05-i02	Missão Interface - renovação da rede de suporte C&T e orientação para o tecido produtivo	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO
C05-i03	Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria (Agendas de I&D)	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO
C05-i03	Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria (Polos de Inovação)	PREOCUPANTE	CRÍTICO
C05-i03	Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria (Projetos de transição digital)	PREOCUPANTE	CRÍTICO

⁹⁴ A composição das Comissões Especializadas pode ser consultada no website da CNA-PRR em www.cnappr.pt

⁹⁵ Um quadro global, com as apreciações de todos os investimentos, pode ser verificado na parte A do relatório.

Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2024	Apreciação 1/2025
C05-i06.01 /02	Capitalização de empresas e resiliência financeira/Banco Português de Fomento/IAPMEI	PREOCUPANTE	PREOCUPANTE
C05-i13	Aquisição de equipamentos ou conclusão de projetos para a renovação e/ou modernização de Unidades de Investigação	N/A	NÃO ACOMPANHADO
C05-i14	Inovação Empresarial	N/A	NÃO ACOMPANHADO
C05-i16	Componente dos Estados-Membros no InvestEU	N/A	NÃO ACOMPANHADO
C16-i02	Transição Digital das Empresas (vales e vouchers)	PREOCUPANTE	CRÍTICO
C16-i02	Transição Digital das Empresas (reforço da estrutura nacional para o empreendedorismo)	PREOCUPANTE	PREOCUPANTE

Componente C05 | Capitalização e Inovação Empresarial

C05-i01.01	Agendas/ Alianças mobilizadoras para a Inovação Empresarial
C05-i01.02	Agendas/ Alianças verdes para a Inovação Empresarial
	BI- Agência para a Competitividade e Inovação I.P. (IAPMEI)

Reprogramação: foi **aprovada** a possibilidade de execução dos Produtos, Processos e Serviços (PPS) até 30/06/26 e a execução financeira até 31/12/26.

Na sequência desta reprogramação aprovada pela Comissão Europeia em 11/04/25, o IAPMEI, em articulação com a Estrutura de Missão Recuperar Portugal (EMRP), possibilitou a cada um dos consórcios a reprogramação das atividades e PPS, aumentando ou diminuindo a ambição, de acordo com as atividades realizadas até ao momento, sem colocar em causa os objetivos iniciais aprovados e contratualizados.

Meta: 963 novos produtos, processos ou serviços

Este tem sido um dos investimentos que a CNA-PRR tem considerado ser dos mais complexos de acompanhar. Nos 52 consórcios em atividade, que envolvem mais de 1.800 copromotores, a quantidade e a diversidade de atores envolvidos é grande, sendo que as áreas de ação são também muito diversificadas - praticamente cada consórcio trabalha uma área diferente.

Há uma grande expectativa, da parte das empresas envolvidas, dos respetivos clusters económicos e da sociedade como um todo, sobre os resultados e impactos que estas Agendas Mobilizadoras/Aliações Verdes (Agendas) terão em termos de inovação (novos produtos/serviços), criação de emprego e volume de vendas (interno e exportação).

Enquanto não é possível apurar tais resultados e impactos, o acompanhamento da CNA-PRR tem sido feito a partir de reuniões/visitas a promotores dos consórcios e participações em eventos alargados de apresentação de projetos.

Mas a parte mais visível dos projetos, como é o caso de aquisição de equipamentos, criação de protótipos, resultados de projetos-piloto ou a construção/remodelação de unidades fabris, precisa de ser acompanhada de uma parte menos visível – a gestão de projeto e toda a burocracia que a acompanha, com o necessário cumprimento da legislação nacional e comunitária, as submissões de pedidos de reembolso, os comprovativos de despesas e os relatórios técnico/financeiros.

Esta parte administrativa é (invariavelmente), aquela que mais dificuldades provoca aos gestores dos projetos e não tem sido diferente durante o PRR, com significativos atrasos e ineficiências para todo o sistema. Também para acompanhar esta parte, a CNA-PRR realizou contactos frequentes com o IAPMEI, que culminaram com a colocação de várias perguntas detalhadas, de acordo com os relatos recebidos das Agendas e que foram também pormenorizadamente respondidas pelo IAPMEI. Reconhece-se o desafio que resultou da implementação dos projetos Agendas, que é diferente de qualquer outro até esta data. Para além da necessidade de adaptações na plataforma informática, de uma lógica de consórcios muito alargados (que chegam às centenas de entidades), as próprias temáticas abrangidas são novas e exigem um nível de adaptação, conhecimento técnico-científico e interação com as empresas, que é visivelmente superior ao verificado em anteriores programas de financiamento.

De uma forma resumida, elenca-se um ponto de situação administrativo, de acordo com a informação prestada pelo IAPMEI em fev/25.

Prazos de pagamento às Agendas:

Os prazos de pagamentos às Agendas encontram-se estabilizados, demorando cerca de 40 dias úteis (30 de análise + 10 para esclarecimentos), sendo iniciada a análise imediatamente após o término das datas de submissão. Uma das áreas em que é necessário um maior investimento de tempo é a avaliação de intangíveis, uma vez que a diversidade é muita e nem sempre de identificação direta com as atividades das Agendas.

Há ainda algumas áreas em que houve muitas dúvidas na fase inicial, e que carecem de mais algum tempo para estabilização (p.ex. enquadramento de atividades/despesas em formação/formação avançada/capacitação e a preparação dessa formação ou a participação conjunta em feiras).

Certificação de documentação por parte de Revisor Oficial de Contas (ROC):

Em virtude de esta ser uma atividade que é elegível para efeitos de financiamento dos projetos (exigindo, no entanto, a parte respetiva de capitais próprios, no caso das empresas), é englobada no valor aprovado. Devido ao facto de alguns consórcios não terem considerado esse valor inicialmente (ou não no valor necessário), têm sido solicitados alguns ajustes de orçamento, por parte das Agendas. Tem sido, no

entanto, relatada a dúvida sobre se esta certificação se traduz num efetivo acelerar de análises por parte do IAPMEI.

Esta questão foi colocada pela CNA-PRR ao IAPMEI (e também à Agência Nacional de Inovação - ANI), tendo ambas as entidades confirmado a importância desta certificação prévia, que, no caso do IAPMEI, elimina a necessidade de verificações por amostragem das faturas e processos contabilísticos (como acontece nos programas de incentivos tradicionais), melhorando significativamente a qualidade e adequação das despesas e documentação de suporte nos pedidos de pagamento, permitindo que os técnicos do IAPMEI se concentrem na verificação da adequação ao projeto e outras questões mais técnicas, bem como a interligação com os próprios consórcios.

Alterações de rubricas, de objetivos ou transferência de verbas no orçamento

Especialmente no último ano, estes são pedidos muito frequentes por parte das Agendas e são verdadeiramente complexos para ambas as partes (Agendas e IAPMEI).

Da parte das Agendas, estes pedidos de alterações são o reflexo de necessidades resultantes da adaptação de projetos desenhados em 2020/21/22, cujos enquadramentos de mercado (nacional e internacional) foram, entretanto, alterados (uns mais significativamente do que outros) e que obrigam a novas reflexões e constantes adaptações.

Um outro aspeto que também influencia estes pedidos de alterações, são as dinâmicas empresariais, com algumas empresas a entrarem em processos de incumprimento fiscal (e eventuais processos de insolvência), com implicações na alteração de consórcios.

Apesar destas serem dinâmicas antecipáveis num programa deste género, o formato das mesmas e as implicações específicas não o são. Por esse motivo é necessário muito mais tempo para as análises de cada solicitação, que muitas vezes exigem alterações de termos de aceitação (e novas assinaturas de todo o consórcio) ou de ajustamentos técnicos e nas plataformas informáticas (por exemplo novas rubricas de despesa). Sendo certo que tais atrasos são muito complexos de gerir por parte das empresas (porque implicam incertezas quanto ao investimento e atrasos nos pedidos de pagamento), impactam também o tempo dos técnicos do IAPMEI, pelo que há a necessidade de razoabilidade nestes pedidos, especialmente quando se aproxima o final dos projetos e em que as alterações não farão tanto sentido.

Relatórios de progresso (trimestrais), avaliação de risco (semestrais) e técnico-científicos (anuais)

Todos os relatórios são relatos (com evidências associadas) por parte das Agendas.

Uma das dúvidas frequentemente relatadas pelos líderes de consórcio foi o facto de considerarem não receber feedback por parte do IAPMEI, sobre os relatórios entregues.

Após as conversas com os vários intervenientes, identificou-se o seguinte:

- ✓ O IAPMEI efetua as análises dos relatórios de progresso aquando das análises aos respetivos pedidos de pagamento, procedendo aos pedidos de esclarecimento considerados necessários, pelo que após o pagamento associado e fechado esse pedido de pagamento, fica também aprovado esse relatório (refletido na decisão comunicada);
- ✓ No caso dos relatórios anuais (a esta data só teve lugar 1), serão enviados para uma análise mais pormenorizada por parte de peritos, mas apenas quando são detetados desvios na execução de atividades de I&D ou quando foram detetados riscos nos relatórios semestrais.

Para um maior acompanhamento, a Comissão de Coordenação das Agendas Mobilizadoras para a Inovação Empresarial (CCA) definiu um formato de reuniões semestrais (embora tenha apenas realizado 1 reunião em mar/24). De acordo com a informação obtida junto do IAPMEI, na reunião de março/24 foram analisados os riscos de cada Agenda, tendo sido criado um Grupo de Trabalho para acompanhamento dos casos mais críticos (não foi partilhada a densificação dos casos ou as recomendações/ações).

Necessidades de licenciamentos/certificações

Tendo em conta o curto prazo para execução destes investimentos, a inovação envolvida e as necessidades várias de licenciamentos, certificações ou outros, foi criado um Grupo de Trabalho de Licenciamento (GTL), com o objetivo de identificar, de forma concreta, as dificuldades sentidas na execução dos projetos, bem como formas de procurar ultrapassar as mesmas. O GTL é composto por uma equipa interna do IAPMEI, a funcionar sob a coordenação da Direção de Proximidade Regional - Departamento de Apoio ao Desenvolvimento Industrial e da Direção de Investimento para a Inovação e Competitividade Empresarial – Gestores das Agendas, integrando ainda representantes da Agência Portuguesa do Ambiente (APA); Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG). De acordo com a competência territorial, associada a cada necessidade, são contactadas a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR, IP) ou a Câmara Municipal competentes, podendo ainda, em função da tipologia do projeto, vir a envolver outras entidades.

Muito do trabalho deste GTL é cruzar a informação de várias origens.

Entre julho e dezembro de 2024, foram promovidas, pelo grupo de trabalho, 14 reuniões com as Agendas e foram avaliados 40 projetos.

Foram tomadas as seguintes ações:

- ✓ Identificação das atividades desenvolvidas (CAE) pelos respetivos estabelecimentos das empresas industriais visando aferir o seu enquadramento no Sistema de Indústria Responsável (SIR);
- ✓ Identificação de procedimentos de licenciamento em curso e validado nas Plataformas SIR ou Sistema Integrado de Licenciamento do Ambiente (SILIAMB), da Agência Portuguesa do Ambiente (APA);

- ✓ Questionário para identificar por Agenda e entidades os vários constrangimentos ao nível do licenciamento;
- ✓ Elaboração de plano de ação para cada uma das situações sinalizadas, iniciando pelos estabelecimentos mais exigentes e com maior risco de aportar constrangimentos/limitações;
- ✓ Elaboração de um plano de ação para cada uma das Agendas identificadas com problemas de licenciamento, tendo sido recolhida informação de caracterização dos projetos, com vista a melhor perceber o respetivo enquadramento em matéria de licenciamento
- ✓ Recolha de informação sobre as dificuldades sentidas pelos promotores, quer em resultado do desconhecimento dos procedimentos a adotar, quer por falta/demora na resposta das entidades. Num momento seguinte, ocorreram interações várias entre os promotores e o IAPMEI, visando troca de informação necessária à intervenção de apoio.
- ✓ Foram efetuadas diversas diligências pelo IAPMEI - Departamento de Apoio ao Desenvolvimento Industrial. A exemplo: i) contactos vários com DGEI, para pedido de informação sobre o licenciamento de projetos diversos (maior constrangimento relacionado com tempo elevado de resposta); ii) Contactos com o Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT); iii) Esclarecimentos ao promotor sobre enquadramento da atividade e tramitação dos pedidos de licenciamento na plataforma SIR; iv) Contactos com Câmara Municipal de Oeiras e Parques Tejo; v) Articulação com CCDR de Lisboa e Vale do Tejo para reunião conjunta com promotor, com vista à clarificação de questões prévias à submissão de pedido de licenciamento.

Da nota deixada pelo IAPMEI, identifica-se que muitos dos constrangimentos foram ultrapassados/resolvidos com esta articulação do GTL, mantendo-se ainda constrangimentos relativos à articulação/respostas por parte da DGEI.

Pedidos de dados relativos ao Registo Central de Beneficiário efetivo (RCBE)

Esta foi uma das atividades administrativas com grande número de queixas, tendo em conta que estava a ser exigido, para além do NIF de cada empresa, que fosse solicitado a todos os fornecedores o respetivo RCBE ou outros dados pessoais dos donos dessas empresas.

Com a interligação entre a EMRP e o Instituto Nacional de Registos e Notariado (IRN), essa necessidade de pedidos adicionais foi ultrapassada (a partir do 7º pedido de pagamento das Agendas), pelo que (tal como para todos os outros investimentos), basta a solicitação do NIF (que já é um dado obrigatório).

Plataforma informática - Consola IAPMEI Incentivos PRR

Com 52 projetos em curso e mais de 1.800 copromotores, o volume de pedidos de pagamento tem vindo a aumentar, bem como as dúvidas nas submissões de despesas, o que aumenta os reportes de constrangimentos por parte das entidades, para além da pressão sobre os técnicos do IAPMEI.

De acordo com a informação prestada, esta Consola encontra-se estabilizada em termos técnicos, sendo uma ferramenta robusta do ponto de vista de pista de auditoria e de repositório de toda a informação. A complexidade e volume de trabalho na adequação da plataforma tem sido bastante exigente, com a necessidade de proceder a vários ajustes complexos, nomeadamente para as questões de certificação da despesa e avaliação do cumprimento dos objetivos dos projetos e do necessário reporte à Comissão Europeia. Para além disso, também têm sido realizados ajustes e melhorias frequentes (que deverão continuar), devido à grande dinâmica de alterações nos projetos (p.ex. novas rubricas de despesa, alteração de copromotores ou necessidades que vão sendo identificadas pelos beneficiários finais).

Dashboard com apresentação pública dos dados de execução

Esta tem sido uma recomendação que a CNA-PRR tem deixado nos seus relatórios e com o objetivo de contribuir para a informação e transparência, junto da sociedade. Não estando ainda disponível, foi indicação do IAPMEI de que se encontram a trabalhar para publicar estas informações, incluindo a tipologia e dimensão das empresas nas Agendas, mas não há uma previsão sobre a sua disponibilização.

Estudos de impacto das Agendas

Esta é outra das áreas em que a CNA-PRR tem insistido, sendo o seguinte o ponto de situação:

- ✓ Foi contratado em 2023 o Instituto para as Políticas Públicas e Sociais (IPPS-ISCTE), para definição do modelo de avaliação dos resultados e impactos das Agendas, com um estudo coordenado pelo Professor Doutor Ricardo Paes Mamede.
- ✓ Foi elaborado em janeiro de 2024 o documento "Final Evaluation Plan" para a Componente C05 — Agendas para a Inovação Empresarial". Este plano define as perguntas de avaliação, metodologias propostas e descreve os dados necessários para a sua implementação. Além disso, realiza uma análise preliminar dos dados disponíveis, com o objetivo de descrever a população-alvo, explorar a relação entre variáveis de resultado e características das empresas, e conduzir um estudo preliminar para avaliar a viabilidade e robustez dos métodos selecionados, representando um passo significativo na preparação para a avaliação dos impactos das Agendas.
- ✓ Para antecipar as necessidades de recolha de informação sobre as Agendas, foi assinado um acordo de cooperação com duas entidades (Instituto Nacional de estatística - INE e Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência - DGEEC). Estas entidades procedem periodicamente à realização de inquéritos (IPCTN e CIS - anuais⁹⁶), sendo que, do acordo de cooperação,

⁹⁶ O Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional (IPCTN) e o Inquérito Comunitário à Inovação (CIS) são inquéritos estatísticos que recolhem informações sobre a inovação e investigação e desenvolvimento em Portugal. O IPCTN é o inquérito oficial para recolha de dados sobre I&D em Portugal, enquanto o CIS concentra-se na inovação empresarial.

resultou que passassem a incluir na população objeto dos inquéritos, as entidades aplicáveis que são copromotores na medida das Agendas. Esta cooperação permite a recolha parcial de dados relativamente aos indicadores para avaliação de impacto para definição do modelo de avaliação, não se esgotando na mesma, tendo o IPPS-ISCTE acesso a outras fontes de dados, de forma autónoma.

- ✓ Esta metodologia deverá ser aplicada após 1 a 2 anos do término das Agendas, não estando previstas outras recolhas de dados, para além do que está a ser recolhido nos relatórios trimestrais, semestrais e anuais. No final das Agendas será ainda elaborado um relatório mais abrangente, para acompanhar o pagamento final, permitindo aferir se os objetivos foram cumpridos.

Cada uma das Agendas é bastante complexa do ponto de vista das atividades em execução e dos objetivos a atingir (PPS- Produtos, Processos e Serviços), pelo que não é possível à CNA-PRR visitar todas as Agendas e apresentar, uma análise casuística agenda a agenda.

Deixa-se a nota de que praticamente todas as Agendas têm website dedicado, sendo que muitas efetuam também publicações na rede social LinkedIn. Também no LinkedIn da própria CNA-PRR têm sido publicadas as notas resumidas de todas as visitas efetuadas, bem como os principais resultados apresentados (acompanhados de fotos dos locais, equipamentos ou produtos).

Apesar desta complexidade de acompanhamento, as visitas realizadas pela CNA-PRR a várias das Agendas (algumas a mais do que uma entidade e mais do que uma vez) permitem algumas observações transversais:

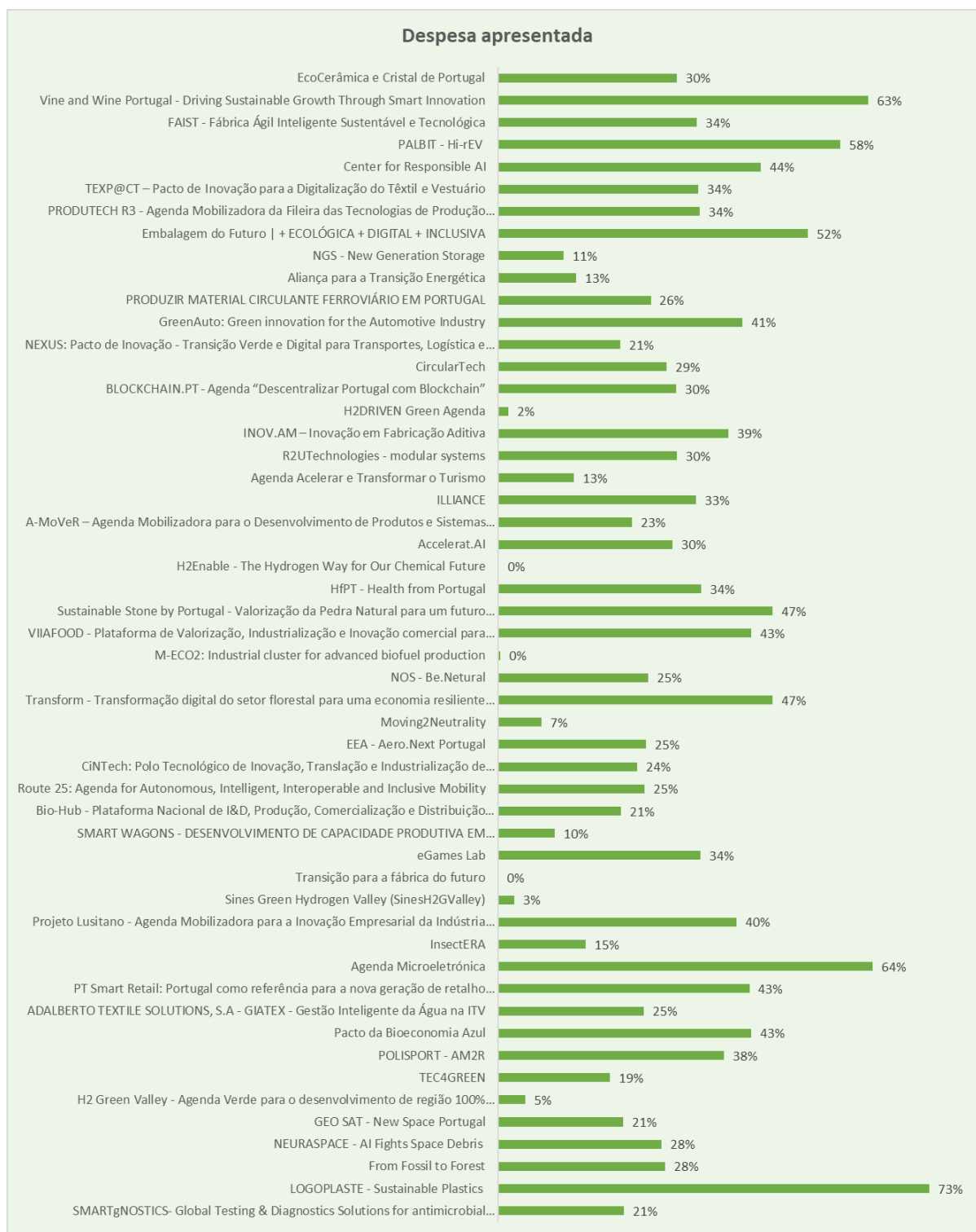
- Depois de uma fase inicial pautada pela dificuldade de contratação de recursos humanos, em particular pelas entidades do sistema científico e tecnológico (processos burocráticos e escassez de pessoas em algumas áreas científicas), a estabilização das equipas criou uma dinâmica interessante em termos de atividades de I&D, potenciando os resultados para níveis mais avançados de TRL⁹⁷, inclusivamente com submissão de dezenas de patentes (não é ainda possível saber os resultados finais), para além de plataformas tecnológicas, muitas delas inovadoras a nível internacional;
- Comercialização de vários produtos, processos e serviços nos mercados internacionais, com realização de vendas de centenas de milhões de euros (só após a compilação dos relatórios finais será possível uma quantificação destes valores);
- Investimentos na área produtiva e também na descarbonização e eficiência energética, promotores da maior competitividade e de maior alinhamento com as metas de redução de emissões de gases com efeitos estufa, com particular incidência em setores eletrointensivos, onde a pressão é mais intensa;

⁹⁷ Define-se Nível de Maturidade Tecnológica (Technology Readiness Level - TRL) como a sistemática que permite avaliar, em um determinado instante, o nível de maturidade de uma tecnologia particular

- Contratação de recursos humanos qualificados, não apenas para o sistema científico e tecnológico, mas também para as empresas, em particular as PMEs;
- Cooperação entre as empresas e as entidades do sistema científico e tecnológico (identificando-se várias situações em que houve reforço significativo), criando dinâmicas de cooperação e de construção de relações de confiança;
- Início do desenvolvimento de novos clusters económicos, com pouca tradição na indústria portuguesa, mas fortemente alinhados com a procura internacional, onde se destacam os videojogos ou o espaço;
- Dificuldades de execução nas agendas da energia, motivadas pelas alterações do contexto competitivo internacional, pelas alterações de mercado, por dificuldades de licenciamento, aumento de custos dos equipamentos e atrasos nos prazos de entrega;
- Forte capacidade de concretização de atividades e projetos nas agendas com um foco forte no mercado, no alinhamento dos projetos com atividades integradas nas estratégias de crescimento, funcionando o PRR como um acelerador e catalisador deste processo;
- Florescimento de uma cultura mais virada para o mercado em várias entidades do Sistema Científico e Tecnológico, fruto de uma maior permeabilidade e fluidez nos contextos de trabalhos, assentes em estratégias de cocriação entre estas entidades e as empresas;
- Reforço das atividades de disseminação em eventos internacionais, possibilitando a interação com *players* globais, ao mesmo tempo que se reforça uma cultura empresarial mais internacional;
- Efeito arrastamento induzido pelas grandes empresas, quer no acesso a cadeias de valor mais densas e internacionais, quer na partilha de práticas de gestão ou ainda acesso a novos projetos;
- Desenvolvimento de novos projetos e atividades, decorrentes das dinâmicas de cooperação entre os parceiros das Agendas,

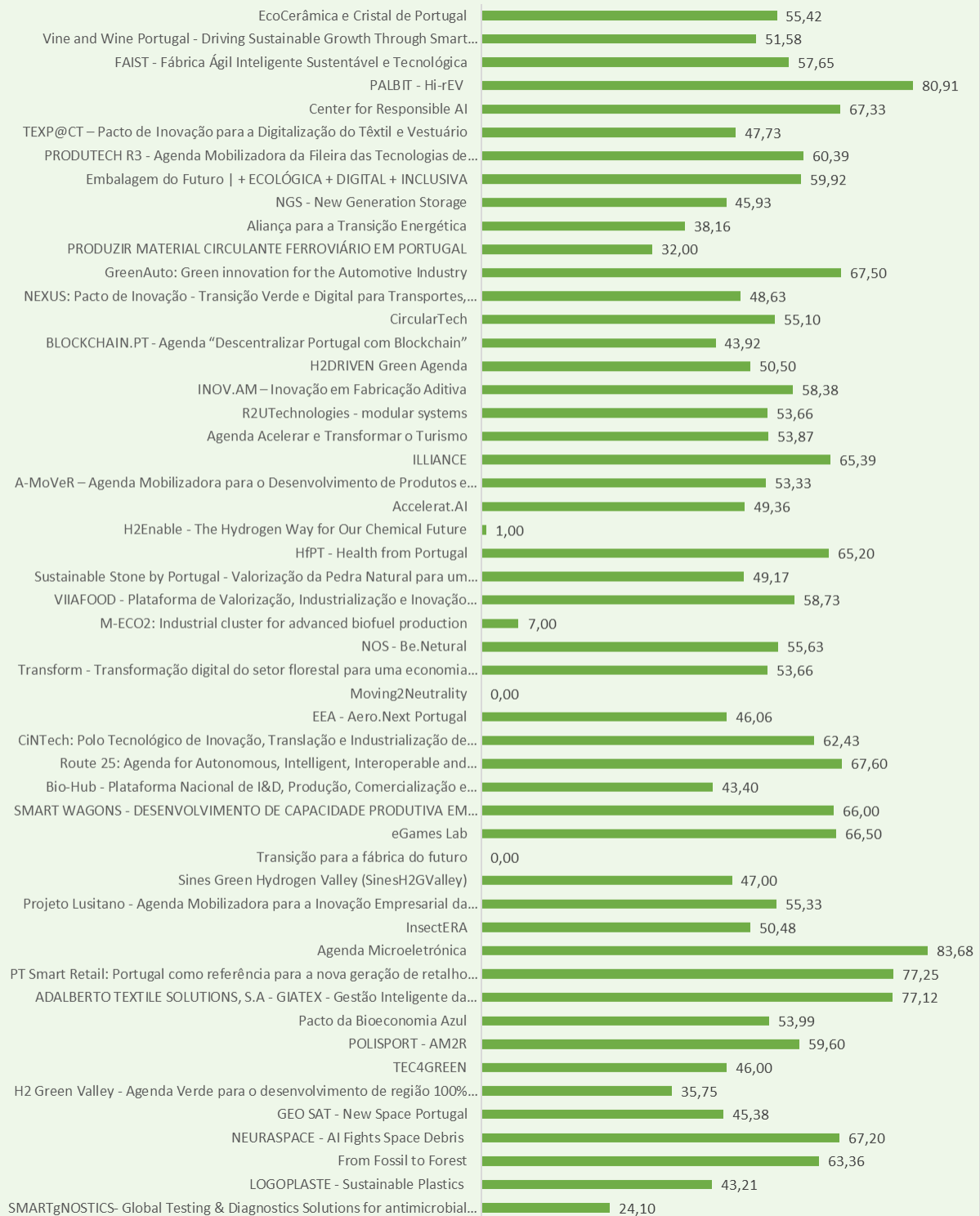
No que diz respeito à execução física e financeira, partilha-se o resumo, após a recolha dos dados (reporte relativo ao 7º pedido de pagamento- dados de nov/24⁹⁸), de acordo com a informação do IAPMEI:

⁹⁸ Os dados referentes ao 8º Pedido de Pagamento foram solicitados às empresas até 16/05/2025, pelo que a respetiva análise e resultados só estarão disponíveis após a apresentação deste relatório.



Fonte: IAPMEI, dados do 7º PP (reportes a nov/24)

Grau de realização média dos PPS



Fonte: IAPMEI, dados do 7º PP (reportes a nov/24). O grau de realização dos PPS é apurado pelo IAPMEI, de acordo com os reportes de realização de cada uma das Agendas e das entidades envolvidas na execução dos referidos PPS.

Apreciação e recomendações

Mantém-se a apreciação desta medida com **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**,

tendo em conta a complexidade deste investimento.

A reprogramação aprovada em abril/25, permitindo a prorrogação do prazo até junho de 2026 e a possibilidade de aumento ou diminuição da ambição de cada um, alinha com as anteriores recomendações da CNA-PRR e aumenta a probabilidade de concretização de todos os Produtos, Processos e Serviços (PPS) contratualizados.

Reconhece-se a evolução positiva em termos de acompanhamento dos consórcios por parte do IAPMEI, com a criação de pontos de contacto e grupos de trabalho, cuja regularidade se recomenda que seja intensificada.

Tendo em atenção que foram muitas as recomendações de relatórios anteriores, reforçam-se aquelas que se consideram não ter sido ainda acolhidas:

- i. Publicação de informação sobre as agendas, nomeadamente, o investimento, financiamento e pagamento efetuados a cada uma (com detalhe de cada parceiro), por concelho e por tipo de entidade (PMEs, empresa não PME, ENESII, outras), bem como informação sobre os PPS comprometidos em cada uma das agendas e a evolução da sua concretização;
- ii. Operacionalização do mecanismo de reposição do IVA para as entidades que beneficiam dessa possibilidade.
- iii. Definição de sistema de acompanhamento estratégico das agendas, nomeadamente de novas cadeias de valor que estejam a ser construídas ou de novos setores ou clusters que se começam a evidenciar;
- iv. Acompanhamento e potenciação das interligações entre os PPS em desenvolvimento em agendas diferentes, para aumentar as sinergias e o valor acrescentado;
- v. Acompanhamento da estratégia de propriedade industrial e da sua sustentabilidade futura e capacidade de retenção em entidades nacionais;
- vi. Avançar desde já com a clarificação e comunicação aos participantes nas agendas sobre a forma de justificar e entregar a certificação de equipamentos no âmbito do DNSH, aquando do término do projeto;

Adicionalmente recomenda-se:

Redobrar os esforços para encontrar soluções para as questões mais complexas. Com a possibilidade de prorrogação de prazo de execução que a reprogramação permitiu, instam-se todos os intervenientes (IAPMEI, líderes de Agendas e todas as entidades envolvidas) a aproveitar este fôlego, entrando em “modo de urgência”. Para além da execução financeira, é importante conseguir aproveitar este tempo adicional para obter melhores resultados e reforçar os resultados e impactos que possam ser alcançados.

Recomenda-se ainda:

- i. Que sejam organizadas e desenvolvidas iniciativas que potenciem a fertilização cruzada de boas práticas entre as agendas, de partilha de resultados alcançados junto de potenciais utilizadores, quer públicos, quer privados. Encontrar ambientes de experimentação é essencial para testar o potencial de mercado de vários produtos e serviços que estão a ser desenvolvidos. Este “Marketplace de PPS” com “selo” PRR pode ser particularmente relevante para muitos dos potenciais clientes, consumidores ou utilizadores;

ii. Que sejam comunicadas, o mais breve possível, quais as condições e penalizações, no caso de não cumprimento por parte das Agendas.

C05-i02	Missão Interface – renovação da rede de suporte científico e tecnológico e orientação para o tecido produtivo BI - AGÊNCIA NACIONAL DE INOVAÇÃO, S.A. (ANI)
---------	--

Este investimento tem como objetivo o apoio financeiro a 66 entidades do sistema científico e tecnológico, das quais 35 Laboratórios Colaborativos (CoLAB) e 31 Centros de Tecnologia e Inovação (CTI).

Apresenta-se de seguida o ponto de situação de várias áreas, de acordo com a informação prestada pela ANI e na sequência de várias reuniões e visitas às entidades.

Pedidos de reembolso por parte das entidades e respetivos tempos médios de análise e pagamento

Um dos constrangimentos reportados pelos Colab e CTI era o facto de considerarem as análises da ANI aos pedidos de pagamento muito demoradas.

De acordo com a informação prestada pela ANI, o primeiro lote de análises (2º sem/22-1º sem/23), registou um prazo médio de análise de 50 dias úteis, aumentando depois no 2ºsem/23 para 75 dias, devido à implementação de procedimentos de validação de faturas, tendo novamente diminuído no 1ºsem/24 para 48 dias úteis.

Visitas regulares ao terreno

Esta questão, bem como o formato dos modelos de acompanhamento, tem sido colocada pela CNA-PRR a todos os beneficiários intermediários. No caso da ANI, essa intenção estava a ser atrasada pela falta de recursos humanos, em virtude da necessidade de dar resposta à elevada carga administrativa que o PRR acarreta para os beneficiários intermediários (p.ex. as verificações de duplo financiamento).

Foi, entretanto, criado o Programa de Visitas Técnicas, com o objetivo de acompanhar *in loco* o desenvolvimento dos projetos, verificar a execução reportada nos relatórios de execução semestral e recolher outro tipo de informação complementar ao acompanhamento realizado através da Plataforma Missão Interface, proporcionando a elaboração de recomendações, para que os resultados e objetivos sejam alcançados. O Programa foi publicado a 29/08/2024⁹⁹, acompanhado dos respetivos documentos de suporte e modelos de relatório. Durante o último trimestre de 2024 foram realizadas as 9 visitas previstas e enviados relatórios de visita com recomendações a 5 entidades, estando previsto o envio dos restantes 4 relatórios no primeiro trimestre de 2025. O programa de visitas irá ter continuidade durante 2025 com 9 visitas planeadas, iniciando em fevereiro de 2025. A ANI incluiu, nos critérios de seleção das primeiras entidades a visitar no âmbito do Programa de Visitas Técnicas, o nível de maturidade dos BF, tendo em conta a sua

⁹⁹ Disponível em [Programa Visitas Tecnicas Missao Interface v01.pdf](#)

data de início de atividade, tendo considerado prioritário verificar no local as suas condições de operação e estabelecer contactos de proximidade.

De uma forma transversal, foi verificado que as entidades mais recentes têm estruturas de recursos humanos menos experientes e precisam de acompanhar o crescimento do quadro de recursos humanos mais técnicos com perfis de gestão e administrativos. Por exemplo, notaram uma maior dificuldade em gerir processos de contratação pública ou uma maior dispersão de tempo dos técnicos de I&D em processos administrativos.

No caso dos CoLAB, verificaram uma maior dificuldade de penetração no mercado e, em particular, de serem conhecidos pelas empresas e de estabelecerem laços de confiança.

De forma também transversal, as estruturas de financiamento das entidades mais recente estão menos estabilizadas, com maior necessidade de financiamento base e com a componente de receitas próprias ainda em desenvolvimento.

Certificação de documentação por parte de Revisor Oficial de Contas (ROC)

Uma questão colocada por várias entidades à CNA-PRR, foi a racionalidade de ser consumida uma parte do orçamento com a certificação obrigatória de despesa por parte dos ROC, para os pedidos de reembolso. A dúvida residia na sua utilidade, uma vez que não compreendiam a necessidade de, mesmo assim, haver uma demora na análise dos pedidos, por parte da ANI.

A explicação por parte da ANI (que é idêntica à também dada pelo IAPMEI), reside no facto de que a certificação do ROC é um fator essencial para a diminuição da carga administrativa da equipa técnica de acompanhamento de projetos. Uma vez que as despesas apresentadas pelos beneficiários finais já foram validadas pelo ROC, do ponto de vista da sua efetiva realização, a equipa técnica pode focar-se na verificação do enquadramento das despesas no âmbito das regras da Missão Interface e dos projetos apoiados. Para além da verificação das despesas, o ROC também verifica se a entidade é adjudicante, atesta a ausência de duplo financiamento, bem como o nível de qualificação dos colaboradores imputados ao projeto.

O custo com este serviço dos ROC é uma despesa elegível nos projetos, garantindo assim uma validação realizada por um terceiro, independente do beneficiário final, aumentando a transparência e qualidade e fiabilidade da informação financeira.

Não há, por isso, uma duplicação de verificações, centrando-se a ANI na verificação técnica das despesas, libertando tempo para acompanhamentos diretos (como é o caso do Programa de Visitas Técnicas).

Outra carga burocrática (conflito de interesses)

Apesar da diminuição de carga administrativa, com a intervenção de ROC, a ANI mantém a responsabilidade de verificar a existência de pagamentos a fornecedores com potencial conflito de interesses com o beneficiário final (BF), o que acontece assim num menor número de transações.

Por outro lado, as ações de controlo periódico, realizadas através de questionários enviados aos BF, seguindo a metodologia implementada pela EMRP, têm uma

carga administrativa elevada, porque obrigam à análise de informação detalhada de cada BF, à produção de relatórios individuais e à notificação aos BF das conclusões finais. Este tipo de controlo exige muitas horas por parte de elementos da equipa da ANI.

Atribuição de verbas PRR para contratação de recursos humanos, processos informáticos ou capacitação da rede

Ao contrário de outros beneficiários intermediários, não foram atribuídas verbas para assistência técnica à ANI. A contratação de 8 RH para gerir o PRR¹⁰⁰ (contratados ao abrigo do regime excecional pelo período do PRR- despacho n.º 11888-B/2021, de 30 de novembro), foi efetuada com o financiamento base da ANI.

No caso dos processos informáticos, estes foram melhorados substancialmente. Foi criado um módulo de preenchimento de despesas que permite aos BF a validação prévia pela Autoridade Tributária (AT) das faturas a afetar aos projetos. Este módulo, desenvolvido pela EMRP, não teve qualquer custo para a ANI, tendo sido inserido na Plataforma Missão Interface, permitindo uma melhoria significativa no processo de validação de faturas (no âmbito do ressarcimento do IVA não dedutível).

Comissão de Acompanhamento Estratégico da Missão Interface

Esta Comissão foi constituída por um painel de especialistas nacionais e internacionais¹⁰¹ e tem por objetivo promover a análise e avaliação estratégica dos progressos do programa e dos resultados alcançados. Espera-se ainda a apresentação de um conjunto consolidado de conclusões e recomendações estratégicas, com vista a contribuir para a tomada de decisão relativamente às políticas públicas a prosseguir no período pós-PRR.

A Comissão realizou as atividades previstas para 2024 e entregou o primeiro relatório no final desse ano, que consistiu num relatório preliminar acerca dos resultados e implementação observados até agora pelo Programa Missão Interface. A Comissão baseou o seu trabalho nas visitas ao local que realizou a 6 BF e na análise de dados quantitativos de KPI e de questionários qualitativos enviados a todos os CoLAB e CTI. O relatório propõe e testa uma metodologia para a avaliação sistemática dos CTI e CoLAB. Apesar dos relatórios serem confidenciais e não estar prevista a sua publicação, destacam-se algumas recomendações preliminares:

- Melhorar o foco estratégico: esclarecer as funções e missões das entidades para evitar a duplicação e melhorar o alinhamento com as necessidades do mercado.

¹⁰⁰ Estes recursos humanos têm como funções: Missão interface (beneficiário intermédio, coordenação e gestão) – 66 entidades; Testbeds (coordenação do grupo de acompanhamento e gestão) – 47 entidades; Polos de Inovação Digital (coordenação do grupo de acompanhamento e gestão) – 17 entidades; Coaching 4.0 (participação no grupo de acompanhamento); Indústria 4.0 (participação no grupo de acompanhamento); Apoio a indústria Ecológica (participação no grupo de acompanhamento); Agendas Mobilizadoras (participação no grupo de acompanhamento)

¹⁰¹ A informação detalhada sobre os peritos que compõem a Comissão pode ser consultada em: <https://ani.pt/missao-interface/>

- Garantir um financiamento estável: defender o aumento do financiamento de base para garantir a estabilidade a longo prazo e reduzir a dependência de subvenções competitivas.
- Promover a colaboração: incentivar as parcerias entre entidades e alinhar com as prioridades da UE para maximizar as oportunidades de financiamento.
- Impulsionar a comercialização: foco na investigação e desenvolvimento de alto TRL e em soluções patenteáveis e inovadoras para melhorar a competitividade do mercado.
- Melhorar a comunicação: uniformizar as práticas de *engagement* para garantir interações consistentes e profissionais com as partes interessadas.

O trabalho da Comissão será relevante, desde já, para o desenho do futuro modelo de financiamento, com a continuação dos trabalhos em 2025 e a entrega do relatório final em dezembro/25.

Médio prazo: financiamento dos Colab e CTI e respetiva estrutura de recursos humanos

Tem sido uma discussão frequente nas visitas aos Colab e CTI, o fato do modelo de financiamento ser de alguma forma rígido, especialmente durante o financiamento PRR.

De acordo com a ANI, o modelo de financiamento preconizado baseia-se nas melhores práticas para esta tipologia de entidades, procurando assegurar o equilíbrio financeiro de longo prazo, enquanto estimula a aposta na capacitação, na melhoria das infraestruturas e no desenvolvimento das atividades de transferência de conhecimento e tecnologia. Mas esse modelo não deve ser limitador das atividades das entidades, mas sim uma meta a alcançar pelo conjunto das entidades das redes de interface, numa base plurianual, de forma a acomodar oscilações normais entre anos.

Tendo em conta as diferenças entre CTI e CoLAB, já que os CoLAB ainda estão a desenvolver as suas ferramentas de abordagem ao mercado, verifica-se também diferenças nas formas de angariação financeira. Por exemplo, em 2023, o valor médio de financiamento via receitas próprias foi de 17% para os CoLAB e de 35% para os CTI.

Uma outra questão que está também a preocupar as entidades, é a continuidade dos RH, cujos contratos estão dependentes do modelo de financiamento definido, no pós-PRR e que tem implicações diretas na sustentabilidade do emprego científico nos Colab e CTI.

Esta é uma questão que ainda não tem resposta, aguardando-se a definição das linhas orientadoras. Este estudo deverá ser efetuado por um grupo de trabalho em fase de constituição.

Apuramento de resultados para comprovação de cumprimento de metas PRR

Esta foi uma dúvida levantada na última reunião com a CNA-PRR, uma vez que não estava ainda estabilizada a metodologia de apuramento, porque as empresas apoiadas pelos Colab e CTI não têm financiamento direto do PRR, sendo antes uma consequência desse apoio.

De acordo com a ANI, essa é uma situação ultrapassada, tendo sido aceite pela Comissão Europeia o marco alcançado a 30/06/2023, correspondendo a 6.444 empresas e o apuramento de 8.820 empresas, até jun/24.

Para cada um dos âmbitos de interação, são entregues as respetivas evidências:

- ✓ Prestação de serviços técnicos ou tecnológicos ou consultoria técnico-científica;
- ✓ Projetos cofinanciados, realizados em consórcio, com a participação de empresas;
- ✓ Formação ou eventos de disseminação de conhecimento técnico, tecnológico ou científico;
- ✓ Protocolos de colaboração estabelecidos entre os CTI/ CoLAB e empresas com respeito a realização de atividades de I&D e Inovação (e.g.: prestação de apoio técnico e tecnológico, vigilância tecnológica, desenvolvimento ou melhoria dos produtos, serviços e processos, difusão de técnicas e tecnologias, capacitação empresarial e formação especializada);
- ✓ Contrato de licenciamento ou de venda dos resultados de propriedade intelectual do BF a empresas.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**.
Recomenda-se:
O acompanhamento das tutelas respetivas, para que seja atempadamente definido o modelo de financiamento público a Colabs e CTI pós PRR e não existam estrangulamentos devido a atrasos na aprovação de legislação necessária ou enquadramento financeiro orçamental.
Realça-se ainda a necessidade de garantir a sustentabilidade do emprego que foi criado. .

C05-i03	Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria (agendas de I&D) BD e BI- IFAP
---------	---

Meta: Desenvolvimento de 100 projetos de inovação e investigação focalizados nos aspetos ecológicos da Agenda de Inovação para a Agricultura 2030, até T3/25.

Estão em desenvolvimento 180 projetos, num formato de parceria (entre empresas, instituições do ensino superior e outras entidades) e não em consórcio, como se verifica, por exemplo, no caso das Agendas Mobilizadoras. Há por isso uma maior responsabilidade, exigência e comprometimento dos líderes, relativamente aos parceiros.

De acordo com a informação prestada pelo IFAP e à recolha junto de beneficiários finais, relatam-se os principais aspetos deste investimento.

Modelo de acompanhamento

Esta foi uma das preocupações manifestadas pela CNA-PRR no último relatório. À data encontra-se já implementado um modelo de acompanhamento, que inclui o envio de relatórios técnicos detalhados por parte das entidades e a análise dos mesmos por parte dos técnicos do IFAP. Desta análise fazem parte a identificação de constrangimentos e respetivas medidas de mitigação. De acordo com a informação obtida junto do IFAP, são frequentes os contactos com os beneficiários finais, bem como as visitas ao terreno para acompanhamento *in loco*, onde são realizadas reuniões e deixadas e recomendações por parte do IFAP aos beneficiários finais.

Os relatórios técnicos (de que a CNA-PRR teve conhecimento através de alguns exemplos), são também importantes para identificar e antecipar riscos e constrangimentos.

Plataforma informática

Tem sido recorrente, por parte dos beneficiários finais, a identificação de que o modelo de submissão e a plataforma dos pedidos de pagamentos, são processos muito morosos e trabalhosos, necessitando da alocação de muito tempo por parte dos recursos humanos. Apesar de várias melhorias já implementadas pelo IFAP, a situação ainda não é a desejável¹⁰². Este tempo gasto em preenchimento manual de muitos campos de informação (alguns repetidos), tem levado a um atraso na submissão de pedidos, o que dificulta a informação correta sobre a execução financeira dos projetos, que se encontra com uma taxa reportada de 37% a março/25 (era de 24% à data de reporte do último relatório da CNA-PRR).

Divulgação e comunicação

De acordo com a informação prestada pelo IFAP, os promotores têm efetuado diversas ações de divulgação (reuniões públicas de apresentação de resultados) das suas iniciativas, estando em curso a respetiva compilação para a constituição do dossier da divulgação em complemento da newsletter (em desenvolvimento).

A recomendação da CNA-PRR (em anteriores relatórios), foi no sentido de ser organizado um encontro anual para partilha de resultados e promoção da aprendizagem cruzada entre os vários projetos, algo que o IFAP considera ser complexo de fazer, tendo em conta que são 10 as áreas de trabalho destes projetos.

Resultados esperados

Estes são projetos de I&D, que, se iniciando com algum atraso os seus trabalhos, poderão não ter tempo para chegar a produtos/processos industrializáveis, fruto essencialmente das especificidades relacionadas com as condições climáticas, especificidades decorrentes das épocas de plantação e/ou colheita entre outras, podendo alguns deles nem conseguir sequer chegar à fase de prototipagem.

Não está pensado um modelo de avaliação de impactos.

Apreciação e recomendações

¹⁰² A 30/05/2025, após o fecho deste relatório, chegou à CNA-PRR a informação de que foram introduzidas novas alterações na plataforma, que a tornaram instável, criando dificuldades adicionais para os promotores, na submissão de despesas.

Considera-se que para este financiamento é **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**, apesar de não se perspetivarem dificuldades em cumprir a meta, fruto da forma como está definida.

Recomenda-se:

- i) Que seja reavaliada a possibilidade de se fazer um ou vários encontros de divulgação e promoção, dedicados à I&D na agricultura, para partilha de resultados, contactos entre trabalhos em curso e a abertura à indústria nacional, para que possam ser potenciados e alavancados os resultados com maior maturidade e potencial de industrialização.
- ii) Seja analisada a possibilidade de extensão de prazo, de forma a possibilitar a execução dos trabalhos durante mais uma estação, fruto das condições específicas da agricultura;
- iii) Que possa ser dinamizado um Marketplace de soluções desenvolvidas por estes projetos, juntando também investidores e empresas, de forma a potenciar o valor económico e exploração comercial destes resultados;
- iv) Que seja analisada a possibilidade de, em programas de financiamento futuros, a continuidade destes projetos ser majorada, com o compromisso de serem alcançados níveis de TRL superiores, potenciado a sua industrialização e chegada ao mercado;
- v) Que seja reavaliada a possibilidade de serem realizados estudos de impacto desta medida, podendo ser enquadrados em estudos mais amplos, relacionados com a I&D na agricultura, com eventual ligação ao que é proposto fazer a partir do investimento e nova governação dos Polos de Inovação.

C05-i03	Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria (polos de inovação) BD e BI- IFAP
---------	--

Meta: Renovação/requalificação de 24 polos de inovação agrícola até T4/2025.

Este investimento tem como objetivo modernizar a rede de inovação e investigação da agricultura, através da renovação e ou requalificação das infraestruturas e equipamentos científicos de laboratórios, estruturas piloto, estações ou centros experimentais, conservação e valorização dos recursos genéticos nacionais (animais e vegetais). Esta rede representa uma estrutura de abrangência territorial, com polos de inovação aptos para a investigação aplicada, desenvolvimento experimental, demonstração e transferência de conhecimento e tecnologia, sob a coordenação do Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, I. P. (INIAV, I. P.). O património dos Polos da Rede de Inovação, está afeto às CCDR, I. P., ao INIAV, I. P., à Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV) e à Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR).

Tendo-se verificado atrasos bastante significativos na contratação das obras de requalificação, especialmente por haver um desajustamento entre os custos estimados e os preços de mercado, houve um reforço de verbas¹⁰³ (via fontes nacionais), decidido ainda sob tutela do XXIII Governo. Por esse motivo, em maio/24

¹⁰³ [Portaria nº 414/2024/2](#)

ainda se encontravam por assinar os novos termos de aceitação, entretanto fechados.

O ponto de situação detalhado (à data de março/25) de cada um dos 25 polos em execução é apresentado no quadro seguinte, de acordo com as informações prestadas pelo IFAP:

Polo e respetiva entidade gestora financeira	Obras/equipamentos/ alfaias	Recursos Humanos	Redes de parceria/preparação de trabalho em rede	Grau de cumprimento /execução financeira
Mirandela (CCDRN)	Adquiridos tratores/alfaia. Restantes apenas finalização de obra	Alguns RH afetos. Concursos a decorrer e outros desertos (mobilidade interna)	Em parceria com projetos I&D, com rede a planear futuramente.	5,28%
Vairão II (CCDRN)				13,18%
Douro (CCDRN)				8,99%
Covilhã (CCDRC)	No geral os equipamentos foram adquiridos. Em Coimbra a verba não foi suficiente para todos.	Foram afetos técnicos superiores, assistentes técnicos e operacionais. Estão a decorrer concursos externo para substituição de RH em aposentação	Aguardam a recuperação das estruturas para iniciar este trabalho	45,36%
Viseu (CCDRC)				15,93%
Nelas (CCDRC)				35,66%
Coimbra (CCDRC)				43,73%
Anadia (CCDRC)				39,22%
Moura (CCDRA)	Atrasadas as aquisições	Em contratação 2 técnicos superiores. Com prestações de serviços para suprir necessidades	Aguardam a recuperação das estruturas para iniciar este trabalho. Há um protocolo com INIAV	31,52%
Serpa (CCDRA)				28,29%
Tavira (CCDRAIg)	Atrasadas as aquisições	Sem RH suficientes para suprir as necessidades	Estão a criar unidades demonstrativas, no âmbito dos projetos de I&D PRR	10,67%
Faro (CCDRAIg)				25,03%
Alcobaça (INIAV)	Adquiridos a quase totalidade dos equipamentos	Assegurados os RH, incluindo altamente qualificados, que estão a ser reforçados	Redes de parceiros estabelecidas; nível de operacionalização alargado; em desenvolvimento projetos em consórcio e vários já aprovados	36,28%
Dois Portos (INIAV)				47,32%
Elvas (INIAV)				45,52%
Braga (INIAV)				41,37%
Vairão (INIAV)				33,34%
Fonte Boa (INIAV)				14,5%
Alvalade do Sado (INIAV)				56,51%
Salvaterra de Magos (INIAV)				99,98%
Fataca (INIAV)				87,59%
Oeiras (INIAV)				22,93%

Escaroupim (DGAV)	Adquiridos os equipamentos	A aguardar autorização de concurso para 10 assistentes técnicos e 10 assistentes operacionais. Com prestações de serviços para suprir necessidades	Aguardam a concretização de RH para avançar.	40,91%
Pegões (CCDRLVT)	Adquiridos os equipamentos. Em fase de execução de obra	Sem RH definidos	Em curso, de acordo com os trabalhos prévios da PORVID	36,62%
Tapada da Ajuda (DGADR)	Equipamentos em aquisição	A disponibilização de RH será feita por outras entidades (investigadores-ISA), quando terminarem as obras	Plano de ação por delinear	10,17%

A partir da informação disponibilizada, verifica-se que a execução não é homogénea, com os polos de Mirandela, Douro, Tavira e Tapada da Ajuda, com taxas muito baixas.

Para além desta baixa execução, verifica-se ainda, de forma transversal, uma indefinição em termos de recursos humanos¹⁰⁴, quer porque se aguardam a finalização das obras para abrir concursos, ou porque estão ainda a ser definidas condições, existindo situações de concursos desertos.

No caso das parcerias ou dos trabalhos em rede, verifica-se também uma preparação insípida, com os trabalhos a serem adiados para quando as infraestruturas estiverem operacionais ou para quando os recursos humanos estiverem contratados.

De acordo com a informação obtida junto do IFAP, existe a intenção de que haja uma entidade responsável pela rede de polos, mas não existe ainda uma proposta formal, nem um modelo de governação definido, embora o INIAV possa vir a desempenhar esse papel, uma vez que já coordena a "Rede de Inovação", composta pelos polos.

Não existem também criados os modelos de governação, ou planos de continuidade de I&D (sendo que a aquisição de equipamentos e obras de modernização serão a base).

¹⁰⁴ De acordo com o contexto de integração das Direções Regionais de Agricultura e Pescas e de transferência das atribuições e competências para as Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional, I. P. (CCDR, I. P.), nos termos do Decreto-Lei n.º 36/2023, de 26 de maio, envolve também a transferência dos recursos humanos, financeiros e patrimoniais, incluindo os recursos afetos aos polos que integram a "Rede de Inovação".

Apreciação e recomendações

Considera-se ser de agravar esta apreciação para **CRÍTICO**.

Para além dos atrasos nas aquisições de equipamentos (que são superáveis), continuam a existir atrasos no lançamento de concursos para as obras de remodelação. No geral a execução mantém-se atrasada, tendo em atenção que o prazo de finalização é dez/25.

Acrescem ainda as questões relativas à falta de modelos de governação, da rede de polos, da I&D, não sendo também evidente um trabalho de preparação de parcerias.

Recomenda-se:

- i) A definição de um modelo de governação da rede;
- ii) A definição de planos de ação para cada um dos polos, incluindo um modelo de trabalho com parcerias e um plano financeiro (que inclua as necessidades de manutenção a médio prazo e as aquisições de consumíveis);
- iii) A definição de quadros de pessoal adequados a cada um dos polos, interligando com a possibilidade de parceria com instituições do sistema científico, no caso de recursos humanos altamente qualificados e interligados com projetos de I&D.

C05-i03	Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria (projetos de transformação digital) BD - IFAP
---------	--

Este investimento destina-se à transformação digital do Ministério da Agricultura e Pescas, a realizar até T3/2025.

Após uma 1ª fase em que foram identificados 150 portais/microsites diferentes, com mais de 600 bases de dados, foi definida como prioridade a intervenção no registo do caderno de campo do agricultor (porque é a base de toda a informação), para permitir que o agricultor possa registar de forma informática e integrada vários elementos (p.ex. os registos de nutrientes, considerado bastante complexo).

A adjudicação deste trabalho deveria ter ocorrido em set/24, mas devido a contestação de concorrentes, só foi iniciada em mar/25, o que pode ser problemático, apesar do IFAP indicar ter prevista uma fase de testes com agricultores e um protótipo funcional até dez/25.

Internamente o IFAP criou uma unidade de capacitação digital para acompanhar este processo.

Apreciação e recomendações

Mantem-se a apreciação deste investimento como **CRÍTICO**.

Recomenda-se que a capacitação digital interna do IFAP seja priorizada, para poder acompanhar no pós-PRR estes projetos, permitindo que o investimento agora iniciado, se possa materializar em efetivas mudanças e melhorias para os trabalhos dos agricultores e a sua relação com as inúmeras interações necessárias. Reforçam-se as recomendações dos anteriores relatórios:

- i. Que seja concedida autorização para contratação dos recursos humanos internos necessários ao acompanhamento do processo de preparação de transição digital;
- ii. Que seja definido um plano de formação para os trabalhadores conseguirem apropriar-se das novas ferramentas e processos de trabalho;
- iii. Que seja efetuado um acompanhamento contínuo do fornecedor do serviço, em virtude de não haver tempo para reconfigurações ou atrasos;
- iv. Por experiências várias por demais conhecidas, é também necessário um contacto atempado com todas as entidades públicas, que irão intervir no processo de interoperabilidade;
- v. Que sejam envolvidos os utilizadores (agricultores, organismos de apoio, consultores), nas fases de desenho e implementação, para garantir que o portal vai responder às suas efetivas necessidades;
- vi. Seja efetuada, junto da EMRP e da Comissão Europeia, a identificação clara de qual a evidência necessária para comprovação da meta, em termos de maturidade do portal e das respetivas funcionalidades.

C05-i06	Capitalização de empresas e resiliência financeira BI - Banco Português de Fomento (BPF)
---------	---

Reprogramação: foi aprovada a extensão do prazo de execução do instrumento de capitalização empresarial, de gestão direta e indireta, para T2/2026. Foi reduzido o montante financeiro associado de 1.300 M€ para 850 M€¹⁰⁵.

No relatório anterior, este investimento foi avaliado como **PREOCUPANTE**, tendo presente os resultados em termos de empresas não financeiras apoiadas e montante financeiro despendido. De notar ainda que o programa Venture Capital estava no início da sua execução.

De forma a perceber a execução desde então, apresentamos os resultados comparativos entre jul/24 e finais de abr/25, tendo como fonte a informação publicada pelo Banco Português de Fomento.

Programa	Montante Global (M €)	jul/24		abr/25		Execução (abril 25)
		Nº Empresas	Pago (M€)	Nº Empresas	Pago (M€)	
Recapitalização Estratégica	200	13	84,7	15	90,4	45,2%
Deal-by-Deal	200	2	12,4	4	20,6	10,3%
Consolidar	500	21	74,9	43	274,8	54,9%
Venture-Capital	400	10	18,7	61	141,9	35,5%
TOTAL	1.300	46	190,7	118	527,7	40,6%

Fonte: Dados públicos disponibilizados pelo Banco de Fomento, com extração a 2 de maio para os dados de abril de 2025.

Nota: Os montantes globais em cada fundo refletem a reprogramação aprovada em 2023. É possível que estes montantes globais possam ser alterados em função da reprogramação agora aprovada.

¹⁰⁵ O valor diferencial de 450 M€ foi atribuído ao investimento C06.i16- Componente dos Estados-Membros no InvestEU

Os **programas sob gestão direta** do BPF continuam a revelar uma procura muito reduzida, traduzida em apenas mais 4 empresas apoiadas, totalizando neste momento 19 empresas, num montante adicional de 13,9 M€. A taxa global de execução destes dois programas situa-se nos 27,7%. A CNA-PRR teve oportunidade de falar com algumas empresas que desistiram do processo, sendo as condições comerciais oferecidas pelo BPF apontadas como a principal razão para não continuar o negócio, quando comparadas com as oferecidas pela banca comercial. Apesar de serem instrumentos financeiros distintos (no caso do BPF falamos de quase capital), as empresas preocupam-se essencialmente com o esforço financeiro que suportam no final do mês, para além de que a entrada de novos sócios (exigida quer na Recapitalização Estratégia, quer no Deal-by-Deal), altera a estrutura de governação dessas mesmas sociedades, na maior parte dos casos, familiares. Tal como já referimos, este foi um programa que não foi acompanhado pelo reforço da literacia financeira dos empresários e pela sua capacitação, o que se tem traduzido numa clara ineficácia, não estando a responder às necessidades de capitalização do tecido empresarial, identificada aquando do diagnóstico de elaboração do PRR.

Já no que respeita aos **programas de gestão indireta**, em que as empresas gestoras de fundos de capital de risco são as responsáveis pelos investimentos nas empresas não financeiras, verificou-se um crescimento significativo, quer nas empresas apoiadas, quer no montante financeiro investido. Passámos de 31 empresas para 104 investidas, mais do que triplicando o número. No que respeita ao montante investido, o valor total mais do que quadruplicou, passando de 93,6 M€ para 416,7 M€, situando-se a taxa de execução nos 46,3%.

Em termos globais, a taxa de execução global destes quatro instrumentos passou de 14,6% para 40,6%, essencialmente pelo crescimento dos investimentos das capitais de risco nas empresas não financeiras.

Nas reuniões realizadas com algumas empresas de capital de risco, foi-nos revelado que o número de empresas em pipeline para investimento é elevado e que as expectativas de concretização dos negócios são promissoras. Referiram também que estes são processos longos, quer pela *due diligence* necessária, quer pelos processos de negociação complexos. A extensão do prazo, até final de junho de 2026 (aprovada no âmbito da reprogramação), permite responder a esta pressão e poderá contribuir para que os fundos contratados possam ser executados na totalidade.

No lapso de tempo que decorreu entre o relatório anterior e este que agora apresentamos, a Administração do BPF mudou uma vez mais, motivada pela renúncia da Presidente do Conselho de Administração e pela não recondução do Conselho de Administração no final de dezembro de 2024.

A CNA-PRR teve oportunidade de reunir, em fevereiro de 2025 com o novo Presidente executivo, Dr. Gonçalo Regalado, onde foram partilhadas as novas orientações estratégicas do Banco Português de Fomento. Damos nota das mais relevantes, com implicações na execução dos investimentos PRR em curso:

- Criação de um programa de garantias financeiras pré-aprovadas, até 450 milhões de euros, operacionalizadas através da banca comercial, com responsabilidade de contratualização do crédito, e que abrange dezenas de milhares de empresas, resultantes da criação da nova linha soberana INVEST EU, com subscrição do fundo por parte de Portugal. Esta estratégia, replicou o que alguns países também já fizeram, permitindo a alavancagem adicional de financiamento com garantias públicas.
- Lançamento de nova geração de garantias para alavancar os investimentos empresariais no âmbito do PRR e PT2030.

No quadro abaixo, resumimos as principais características das linhas de financiamento InvestEU, disponibilizadas no 1º trimestre de 2025, enquadradas neste novo mecanismo:

	Investimento Sustentável	Investimento	Fundo de Maneio	Inovação, Investigação, Digitalização	Mobilidade Urbana Sustentável
Dotação Disponível	1.280 M€	640 M€	640 M€	711 M€	284 M€
Montante máximo de Financiamento	Até 8,25 M€	Até 5 M€	Até 2 M€	Até 10 M€	Até 10 M€
Prazo	De 12 até 180 meses	De 12 até 144 meses	De 12 até 48 meses	De 12 até 180 meses	De 12 a 240 meses
Carência	Até 36 meses	Até 36 meses	Até 36 meses	Até 36 meses	Até 36 meses
Percentagem Garantia Mútua	75%	50%	50%	75%	75%

Fonte: www.bpfomento.pt

Nota: Ao abrigo do limite pré-aprovado, o prazo máximo de financiamento é de 96 meses (8 anos)

De acordo com a informação prestada, os montantes não utilizados nos programas Recapitalização Estratégica e *Deal-by-Deal* podem ser substituídos pelas garantias financeiras pré-aprovadas, até se esgotar a dotação financeira atribuída. Foi ainda referido que as empresas de capital de risco, no âmbito do Consolidar e Venture Capital devem cumprir objetivos intermédios de investimento em empresas não financeiras, sob pena das verbas não utilizadas poderem também ser mobilizadas para este instrumento de garantias pré-aprovadas.

De acordo com informações fornecidas pelo Banco de Fomento, o lançamento deste programa de garantias financeiras pré-aprovadas despertou interesse nas empresas, na medida o formato lhe é familiar (tanto às empresas como à banca comercial) e que apresenta risco mais reduzido e com um custo mais baixo. Por esse motivo as empresas dão grande importância a estas garantias para o financiamento a curto prazo. Contactos efetuados pela CNA-PRR, com alguns bancos comerciais, permitiram perceber que a grande maioria dos empréstimos tem como principal motivo reforçar fundo de maneo das empresas.

A mudança estratégica observada em 2025, com a substituição dos instrumentos de capitalização por garantias financeiras pré-aprovadas, evidencia a persistente incapacidade do BPF em desempenhar plenamente o papel esperado de um banco de desenvolvimento no ecossistema de financiamento português. Desde o primeiro relatório da CNA em 2021, têm sido identificadas falhas estruturais que comprometeram a eficácia dos programas de capitalização: o não envolvimento dos stakeholders no desenho das medidas; a ausência de programas efetivos de literacia financeira dirigidos aos gestores das empresas-alvo; os atrasos e falhas nos processos de decisão. Estas deficiências, apontadas nas recomendações da CNA desde 2021 e reiteradas nos relatórios subsequentes, resultaram numa reduzida procura pelos instrumentos diretos de capital e quase capital, que deveriam responder ao défice de capitalização das PME e MidCaps portuguesas previamente diagnosticado¹⁰⁶.

A estrutura interna do BPF continua a não contar com técnicos suficientemente conhecedores das necessidades específicas de financiamento das empresas-alvo e na forma de comunicar eficazmente com gestores de empresas não financeiras. A instabilidade nas lideranças (três direções executivas em quatro anos) comprometeu adicionalmente a implementação de mecanismos internos de aprendizagem e melhoria contínua, impossibilitando a reflexão sistemática sobre as dificuldades sentidas e o desenvolvimento de benchmarking com outros bancos de fomento europeus. A concentração da atividade no financiamento de intermediários financeiros, com maior sucesso de execução (46,3% versus 27,7% nos instrumentos diretos), demonstra uma opção pelo caminho mais simples, quando o verdadeiro valor acrescentado de um banco de fomento reside precisamente na sua capacidade de intervenção direta e estruturante no tecido empresarial.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento como **PREOCUPANTE**.

Desde o início do PRR, são já 3 as direções executivas do banco, com alterações significativas de percurso e na atuação.

Na apreciação das últimas alterações estratégicas, identifica-se uma mudança objetiva do rumo de capitalização estratégica das empresas portuguesas, passando a imperar a lógica de empréstimos, com garantia pública pré-aprovadas (até 450 M€), para a qual a banca comercial está preparada, para além de se verificar uma redução na ambição nos instrumentos de capitalização (de 1.300 M€ para 850 M€). Esta é uma mudança estratégica relevante, pois voltamos a privilegiar os instrumentos tradicionais, com recurso a endividamento bancário, o que não permite a diversificação nem sofisticação dos instrumentos financeiros utilizados, nem promove a capitalização empresarial, objetivo primordial deste investimento quando foi criado, alinhado com o diagnóstico realizado ex-ante.

¹⁰⁶ O fosso de capitalização das PME portuguesas estava compreendido entre os 545 M€ e os 1.500 M€. O gap de financiamento de venture capital situava-se entre os 292 e 659 M€ (conforme preâmbulo dos Avisos do Programa de Recapitalização Estratégica e do Programa Consolidar).

Conforme o tempo vai escasseando, perde-se a oportunidade de criar instrumentos com escala, credibilidade e efetivo impacto, no âmbito da recapitalização estratégica das empresas (de diferentes dimensões).

Recomenda-se:

- i) Promover uma avaliação independente e exaustiva dos programas implementados, identificando causas concretas para a baixa adesão aos instrumentos diretos, além do custo, junto das empresas que desistiram ou não se candidataram;
- ii) Desenvolver, à luz desta avaliação, novos instrumentos de capitalização mais adequados às necessidades reais do tecido empresarial português, implementando um verdadeiro processo participativo com todos os stakeholders (empresas de diferentes dimensões e setores, associações empresariais, especialistas em finanças empresariais);
- iii) Investir decisivamente na constituição de uma equipa técnica estável e qualificada, com conhecimento direto das realidades empresariais, capacitando-a para o desenvolvimento de relações de longo prazo com o tecido empresarial, essenciais para o papel de um banco de fomento;
- iv) Estabelecer formalmente mecanismos internos de aprendizagem organizacional, incluindo a realização de benchmarking estruturado com congéneres europeus bem-sucedidos, adaptando boas práticas internacionais à realidade portuguesa.

C05-ii3	Aquisição de equipamentos ou conclusão de projetos para a renovação e/ou modernização de Unidades de Investigação BI – Fundação para a Ciência e Tecnologia
---------	--

Este é um novo investimento, introduzido no âmbito da reprogramação.

Meta: execução financeiras de 110 M€ até T2/26.

O objetivo deste investimento é a modernização e reestruturação de unidades de investigação, incluindo sua transformação digital. Visa apoiar itens como grandes equipamentos científicos, conjuntos de instrumentos científicos, arquivos e dados científicos, outros recursos baseados em conhecimento, sistemas de computação e programação, redes de comunicação que promovam o acesso aberto digital e/ou outras infraestruturas instrumentais para estimular a excelência em atividades de investigação e inovação.

Os resultados preliminares da avaliação das unidades de I&D foram divulgados em abr/25 onde também está identificado o montante de investimento em equipamento. Desta foram, aguarda-se a publicação do Aviso onde se definirão os critérios de avaliação e seleção para atribuição do montante financeiro de 110 milhões de euros definidos para este investimento.

Apreciação e recomendações

Este investimento **NÃO FOI ACOMPANHADO**.

C05-i14	Inovação Empresarial BI – Banco Português de Fomento
---------	---

Este é um novo investimento, introduzido no âmbito da reprogramação.

Metas:

- Entrada em vigor do acordo de execução (entre Portugal e o Banco Português de Fomento) até T2/2025;
- Acordos jurídicos assinados com os beneficiários finais¹⁰⁷.

Esta medida consistirá num investimento público num regime de subsídios, com o objetivo de incentivar o investimento privado e melhorar o acesso ao financiamento para empresas que desenvolvam projetos inovadores. O regime funcionará através da concessão de subsídios diretamente ao setor privado. Este regime visa disponibilizar inicialmente, pelo menos, 315 146 000 EUR em subsídios.

O regime incluirá a seguinte linha de produtos:

- ✓ Apoiar projetos de investimento empresarial em atividades inovadoras e qualificadas ou em processos de investigação e desenvolvimento, fomentando a ligação entre as empresas e a ciência, com especial enfoque na inovação relacionada com a transição verde e digital.

A comprovação da meta far-se-á pela verificação da assinatura dos contratos com os beneficiários finais.

Neste momento, aguarda-se a proposta de Aviso competitivo para ser publicado.

Apreciação e recomendações

Este investimento **NÃO FOI ACOMPANHADO**.

C05-i16	Componente dos Estados-Membros no InvestEU BI – Banco Português de Fomento (BPF)
---------	---

Este é um novo investimento, introduzido no âmbito da reprogramação.

Metas:

- Assinatura do acordo de contribuição entre o Governo de Portugal e a Comissão Europeia, num montante mínimo de 450 M€, até T2/2025.

¹⁰⁷ Texto da meta: “O Banco Português de Fomento deve ter celebrado acordos jurídicos de subvenção com os beneficiários finais num montante necessário para utilizar 100 % do investimento do Mecanismo de Resiliência e Recuperação (MRR) no regime (tendo em conta as comissões de gestão). Pelo menos 4 % deste financiamento deve contribuir para os objetivos climáticos e pelo menos 10 % para os objetivos digitais, utilizando a metodologia constante dos anexos VI e VII do Regulamento MRR. Portugal deve transferir 315,146 M€ para o Banco Português de Fomento, destinados ao Mecanismo.

- As operações de financiamento ou de investimento correspondentes a 100 % do montante total dos recursos do MRR afetados ao instrumento devem ter sido aprovadas pelo Comité de Investimento InvestEU, até T2/2026.

Esta medida consiste num investimento público numa componente dos Estados-Membros no InvestEU, a fim de incentivar o investimento privado e melhorar o acesso ao financiamento para PME, pequenas empresas de média capitalização e pessoas singulares. A contribuição para a componente dos Estados-Membros no InvestEU deve ser utilizada para apoio financeiro à competitividade das PME e, eventualmente, também para apoiar: (i) investimentos privados de pequenas empresas de média capitalização e de particulares e (ii) a competitividade das empresas, em especial (mas não exclusivamente) através de investimentos na inovação, digitalização e/ou ecologização das suas atividades.

Este produto financeiro funciona através da concessão de financiamento de dívida ao setor privado, diretamente ou através de intermediários.

Apreciação e recomendações

Este investimento **NÃO FOI ACOMPANHADO**.

Componente C16 |Empresas 4.0

C16-i02.02	Transição Digital das Empresas (vales para incubadoras e vouchers para startups) BI – IAPMEI gestão atribuída à Associação Startup Portugal (Startup Portugal)
------------	---

Reprogramação: foi aprovada a redução de ambição de 8.600 para 5.600 PME e incubadoras de empresas¹⁰⁸. Foi aprovada a extensão de prazo para T2/2026.

Vouchers para startups

Este foi um dos investimentos considerados PREOCUPANTES no último relatório da CNA-PRR e para o qual não se vislumbram melhorias significativas, sendo os problemas de diferentes naturezas:

- 1- Plataforma de submissão de candidaturas, análise e notificações dependente de uma entidade externa e plataforma de pagamentos dependente do IAPMEI

Na reunião com a Startup Portugal continuaram a ser reportados erros relativos às duas plataformas utilizadas para gestão das medidas vouchers e

¹⁰⁸ A contribuição para estas metas é a seguinte

- 1 500 — Internacionalização via comércio eletrónico;
- 2 000 - Coaching 4.0;
- 2 000 Vouchers para Startups para o desenvolvimento de novos produtos digitais;
- 100 incubadoras e aceleradoras de empresas apoiadas por vales.

valores¹⁰⁹. Esta é uma situação que não é compreensível, uma vez que foi identificada há mais de um ano e meio e para a qual ainda não foi encontrada uma solução estável. Se por um lado existe a necessidade de ferramentas que garantam o registo e auditoria dos processos, por outro lado, as ineficiências e os erros reportados, deixam muitas dúvidas sobre a confiança que deve ser depositada nesse registo, para além de conferir muita instabilidade ao processo.

Há inclusivamente erros de plataforma, que obrigaram a repetição de procedimentos de análise e que atrasaram a notificação aos candidatos (alteração de valores de investimento, desaparecimento de candidaturas, desaparecimento de pareceres, etc).

O facto da Startup Portugal estar dependente do IAPMEI, quer para a ferramenta de adiantamentos e reembolsos às empresas, quer para o reporte de erros da plataforma de candidaturas e análises, torna todo este processo altamente ineficiente e sujeito a erros e duplicação de trabalhos, por uma equipa que se deveria focar na análise e acompanhamento das startups apoiadas, para além de comprometer também o tempo dos técnicos do IAPMEI.

2- Tempos de análise, decisão e disponibilização de termos de aceitação muito para além do estipulado

Apesar de estar definido, em aviso, um prazo máximo de comunicação de resultados de 90 dias, o mesmo foi largamente excedido.

As justificações da Startup Portugal para essa situação são:

- Devido ao explanado referente às plataformas informáticas, a equipa só teve acesso às candidaturas após 79 dias do fecho das mesmas;
- Devido ao volume muito grande trabalho foram definidos 10 lotes para análise, com prazos diferentes para notificação.

À data de 07/02/25 encontravam-se notificadas 97% das candidaturas.

3- Muito baixa qualidade das candidaturas ou desadequação às regras

Apesar de ter processos de candidatura e análise de elegibilidade simplificados, existiu um número muito elevado de startups que prestaram informações que lhes permitiam passar no critério de elegibilidade, sem que cumprissem esses requisitos.

Esta situação levou a que existissem situações em que tal só foi detetado quando o termo de aceitação estava em assinatura.

Houve um elevado número de candidaturas (40-44%) que apresentaram atividades de e-commerce e de publicidade, esta última não elegível neste aviso.

Houve ainda uma quantidade relevante de candidaturas que levantaram suspeitas de fraude, que foram remetidas para os órgãos competentes de forma a investigarem a situação.

¹⁰⁹ Uma das plataformas tem como objetivos a gestão de candidaturas e avaliação das mesmas e esta é fornecida pelo COMPETE. A outra plataforma tem como objetivo a gestão de pedidos de pagamento e é fornecida pelo IAPMEI. A Startup Portugal não tem uma plataforma própria.

4- Alegações contrárias

Apesar destes serem processos normais em qualquer processo de candidaturas, os números nesta medida atingem valores alarmantes (1.234, a rondar cerca de 25% das candidaturas).

As razões apontadas estão essencialmente no facto das atividades elegíveis terem uma natureza bastante restritiva (verdes e digitais), sendo muito difícil de cumprir, com as startups a solicitarem reavaliação, muitas vezes baseadas em pormenores ou subtilezas e a utilizarem o cumprimento do DNSH como comprovativo para o facto de ser “verde”.

Houve ainda o reporte de vários pedidos de reanálise, para empresas que se encontravam em dificuldades, situações não elegíveis, mas que obrigam a novo processo de notificação.

5- Prazos de pagamentos e adiantamentos

Tal como as notificações, também os adiantamentos e pagamentos são feitos em plataforma externa à Startup Portugal, neste caso do IAPMEI. Os problemas de interoperabilidade entre uma e outra obrigam a repetições de trabalho por parte da equipa e verificações adicionais, o que consome muito tempo, não garantindo a confiança necessária no sistema.

Acresce a este facto, o baixo nível de literacia das startups, com submissões de termos de aceitação incompletos, sem submissão dos documentos comprovativos necessários ou sem fecharem os seus processos de submissão na plataforma (ficam em suspenso).

Para mitigar uma parte dos atrasos, foi alterada a metodologia de pagamento a partir do aviso 16: 1º adiantamento de 7.500€ (era 5.000€), 2º adiantamento de 15.000€ (era 10.000€), pagamento final de 7.500€ (existia 3º adiantamento de 10.000€ e pagamento final de 5.000€), mas pode ser pago na totalidade caso a empresa já tenha implementado o projeto.

Se este investimento já era considerado preocupante, a falta de ações de melhoria piorou a situação. Apesar dos problemas identificados serem de índoles distintas, verifica-se que o maior entrave operacional são as duas plataformas informáticas (de análise e pagamentos), aliadas à incapacidade da entidade que gere o investimento (Startup Portugal) de intervir, o que a torna uma situação insustentável.

Aquilo a que se poderá estar a assistir, é a um investimento que, sendo de grande mais-valia para o ecossistema empreendedor em Portugal, poderá não ter os efeitos desejáveis (investimento chega tarde às empresas que se candidataram), não há capacidade de monitorizar em tempo real as atividades (equipa da Startup Portugal concentrada em questões administrativas) e há pouca capacidade para fazer avaliação qualitativa do modelo de vouchers, incluindo os resultados obtidos pelas empresas, o potencial de replicação, ajustes, adequação de valores ou setores de atividade.

No novo aviso 21 (com fecho a 14/04/25), foram alteradas as condições de elegibilidade, e deixou de ser exigida a dupla condição verde e digital, uma alteração

profunda relativa aos avisos anteriores, perspetivando-se uma maior percentagem de aprovação das candidaturas.

Resumo das candidaturas/pagamentos. Dados a 01/05/25, de acordo com informação prestada pela Startup Portugal:

Avisos	Candidaturas submetidas	Candidaturas aprovadas	Projetos com pagamentos (em curso ou efetuados)			
			1º	2º	3º	Final
Aviso 10 (fecho a 17/02/23)	1.502	739 das quais, 662 termos de aceitação (TA) assinados; 8 desistências pós contrato, 2 insolvências e 5 revogações contratuais	5 a pagamento e 14 pagos	23 pagos	602 pagos e 1 a pagamento	2 a pagamento
Aviso 16 (fecho a 01/02/2024)	3.499	Análise finalizada. 328 aprovadas em sede de análise e 25 aprovadas em alegações – processo das alegações ainda a decorrer - 237 TA assinados e 1 revogação contratual	116 pagos e 33 a pagamento	88 a pagamento	-	-
Aviso 21 (fecho a 14/04/2025)	2.000 (154 dotação agrotech; 473 dotação contributo positivo transição climática; 1374 dotação geral)	Análises a decorrer	-	-	-	-

Vales para incubadoras

Não sendo tão preocupante como os vouchers, esta medida enfrenta os mesmos constrangimentos administrativos, com os técnicos da Startup Portugal a ter acesso aos formulários para análise apenas em 18/04/2024 (119 dias após o encerramento do prazo para submissão de candidaturas).

Foram apresentadas 110 alegações (relativas ao aviso com prazo de 31/03/2025 para terminar as validações dos termos de aceitação). Também aqui existem submissões não conformes, com falta de documentos, ou que não terminam os processos de submissão.

Em virtude da metodologia ser de adiantamentos, está a ser efetuada uma rotina semanal de emissão de ordens de pagamentos, que é efetuado posteriormente pelo IAPMEI.

També aqui se verifica uma falta de capacidade de monitorizar em tempo real as atividades. Apesar de existirem alguns eventos de partilha de práticas entre as incubadoras em Portugal, através da Rede Nacional de Incubadoras, não há indicação de avaliação qualitativa do modelo de vales, incluindo os resultados obtidos pelas incubadoras e suas incubadas, o potencial de replicação, ajustes, adequação de valores ou setores de atividade. Não é também possível saber se esta medida contribuiu para melhoria das infraestruturas, do acesso a mentoria ou da rede de contactos para as startups incubadas

Não existirá mais nenhum aviso para esta medida.

Resumo das candidaturas/pagamentos. Dados a 01/05/25, de acordo com informação prestada pela Startup Portugal:

Avisos	Candidaturas submetidas	Candidaturas aprovadas	Projetos com pagamentos (em curso ou efetuados)			
			1º	2º	3º	Final
1º aviso vales (fecho a 10/03/23)	95	64 aprovadas 59 TA assinados 4 sem TA assinado 1 com redução de <i>mininis</i> - reclamação	-	24	8 pagos e 22 a pagamento	-
2º aviso de vales (fecho a 22/12/23, com um fecho e reabertura pelo meio)	262	66 aprovadas - 43 aprovadas em análise e 23 em alegações. 41 TA assinados	38 pagos e 3 a pagamento	-	-	-

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento como **CRÍTICO**.

Apesar do afunilamento dos vouchers para startups com a dupla verificação de negócios verdes e digitais (ultrapassado com o aviso 21), o problema aparenta estar para lá dessa questão.

Os dados obtidos revelam uma realidade de fraca literacia por parte do ecossistema de empreendedorismo em Portugal, a avaliar pela amostra de candidaturas e análise das mesmas, apresentada pela Startup Portugal. Estes são dados que devem ser refletidos pelas entidades competentes, incluindo o IAPMEI e o Ministério da Economia e cujas conclusões deverão informar próximas políticas públicas nesta área, incluindo em medidas de empreendedorismo que não são geridas pela Startup Portugal (p.ex. geridas pela ANI).

Existem ainda estrangulamentos operacionais, sendo o mais evidente o das plataformas informáticas, que absorvem muito tempo por parte das equipas da Startup Portugal e do IAPMEI, retirando assim tempo para fazer um acompanhamento de valor acrescentado ao ecossistema, com tempos de visitas e

reuniões no terreno, reflexão e alinhamento com as melhores práticas internacionais, recomendando-se, uma vez mais, que seja reavaliada a possibilidade da Startup Portugal ter melhor acesso na plataforma informática de gestão de candidaturas e pagamentos..

A diminuição de ambição proposta na reprogramação poderá permitir as metas do ponto de vista quantitativo, mas os efeitos de robustecimento do ecossistema de empreendedorismo, bem como de um aumento consistente de startups verdes e digitais, não é visível.

Mantem-se a recomendação de que deve ser feita publicitação dos resultados das candidaturas aprovadas no website da Startup Portugal, uma ação que promove a transparência.

Para além de outras recomendações que a CNA-PRR tem deixado ao longo dos vários relatórios, repete-se a recomendação da realização de estudos mais aprofundados sobre os resultados e impactos dos investimentos PRR (e sua interligação com outros com objetivo idêntico), para que possam incorporar o desenvolvimento de futuras políticas públicas. Apesar de existirem estudos apresentados pela Startup Portugal, são essencialmente de natureza quantitativa, com recurso a dados secundários.

C16-i02.02	Transição Digital das Empresas (reforço da estrutura nacional do empreendedorismo) e (Consórcio Startup Portugal & ESNA) BI – IAPMEI gestão atribuída à Associação Startup Portuga (Startup Portugal)
------------	--

Meta associada: mapeamento de 5.000 startups no ecossistema português, até T3/2025.

Reforço da Estrutura nacional para o empreendedorismo- Startup Portugal

Este investimento prevê o reforço e financiamento da equipa de gestão e operacional da Startup Portugal, no valor de 7,5 milhões de euros e as regras foram definidas na orientação técnica nº 06/C16-i02/2022, de 06/07/2022. A Startup Portugal tem a figura jurídica de associação de direito privado, detendo o Estado uma posição maioritária.

Uma parte deste financiamento destina-se ao desenvolvimento da plataforma informática que irá permitir o mapeamento de startups, mas há ainda a utilização do valor atribuído para o reforço e operacionalização dos recursos humanos da Startup Portugal e espaço físico, equipamentos ou eventos de disseminação.

O processo de contratação pública da plataforma sofreu atrasos, com uma primeira adjudicação à Caixa Mágica Software, S.A., seguida de impugnação pela segunda classificada Leadership Business Consulting, S.A. Após decisão de Tribunal, em 25/11/24 e novo relatório de júri no final de jan/25, o contrato foi atribuído à empresa Leadership Business Consulting, S.A. O contrato está em execução, com um prazo previsto de 9 meses.

Para antecipar necessidades e otimizar o processo de interoperabilidade, a Startup Portugal já realizou reuniões com a Agência para a Modernização Administrativa

(AMA). Mencionaram também já ter efetuado contactos com a Autoridade Tributária (AT), para o mesmo efeito, mas sem sucesso na resposta.

A recolha de dados do ecossistema continua a ser realizada através do Startup & Entrepreneurial Ecosystem Report¹¹⁰, apresentado anualmente na Web Summit em parceria com a IDC Portugal e a Dun&Bradstreet. Além disso, a plataforma atualmente disponível, desenvolvida em colaboração com a Dealroom, continua a ser utilizada para mapeamento e análise do ecossistema empreendedor português.

Reforço da Estrutura Nacional para o Empreendedorismo - Consórcio Startup Portugal & ESNA

A ESNA tem a figura jurídica de associação privada sem fins lucrativos. A sua criação ocorreu durante a Presidência portuguesa do Conselho da União Europeia, enquanto ato consagrado com a participação de 26 Estados-Membros e da Islândia. Nessa data Portugal assumiu o financiamento até 2025 (prazo que coincide com a prova de conceito da estrutura). O financiamento inicial de 1 M€, foi assegurado pelo Horizonte Europa e terminou em junho/24. Após 2025, o financiamento da ESNA deverá ser equitativo entre todos os Estados participantes da ESNA. Em termos de governança, esta entidade tem um *Presidency Board*, que é rotativo, de acordo com a Presidência da União Europeia, sendo este *Board* que nomeia a Direção Executiva, a cada 2 anos.

O valor financeiro deste investimento é de 7,5 M€ e prevê o financiamento do estabelecimento em Portugal da ESNA, de acordo com as atividades previstas no contrato de consórcio. De acordo com as informações prestadas pela ESNA, em abr/25 era o seguinte o ponto de situação de cada uma das atividades:

Objetivo	Atividades	Entidade responsável
Consolidação dos <i>Startup Nations Standards</i> da UE	Desenvolvimento de uma metodologia de suporte (Help-Desk e instalações físicas) para a rede de pontos focais	ESNA/Startup Portugal
Ponto de situação	<ul style="list-style-type: none">✓ Lançamento de mais um relatório anual de monitorização da implementação dos standards (versão 2024) no TechArena (Estocolmo) em fevereiro 2025; relatórios anuais disponíveis no website da ESNA: https://esnalliance.eu/pt/standards✓ 6 países recorreram à Service Line (help desk) da ESNA para o apoio personalizado na implementação dos Standards; 3 pedidos atualmente em pipeline❖ Mudança para o meeting point definitivo no Pavilhão de Portugal em curso (responsabilidade da Startup Portugal no âmbito do consórcio)	
Constrangimentos	<ul style="list-style-type: none">➤ A complexidade e falta de experiência em trabalhar com as regras da contratação pública dificultam a agilidade no desenvolvimento e implementação dos projetos.➤ O adiantamento do PRR foi recebido apenas em novembro de 2023 e a complexidade do processo de reembolso está a impactar a execução	

¹¹⁰ Startup & Entrepreneurial Ecosystem Report 2024: [Aceder ao relatório](#)
Plataforma Dealroom: [Aceder à plataforma](#)

	➤ O atraso nas obras do Pavilhão de Portugal atrasou o processo de mudança.	
Disponibilização de uma plataforma digital de dados do ecossistema de empreendedorismo para todos os parceiros da ESNA	Desenvolvimento de plataforma	ESNA
Ponto de situação	✓ Projeto em curso e produto mínimo viável (MVP) a ser disponibilizado no 2º semestre de 2025 - Trata-se de uma plataforma com dados agregados, comparáveis e atualizados do ecossistema de startups, com recurso a três tipologias de base de dados (macroeconómicos, específicas do ecossistema de startups e disponibilizadas pelos pontos focais nacionais) e que foi solicitada pelos decisores políticos para uma melhor elaboração de políticas favoráveis ao ecossistema europeu startups.	
Constrangimentos	❖ idem	
Consolidação do Ecossistema de trabalho em rede dos parceiros da ESNA	Catálogo de melhores práticas; disseminação de políticas públicas; plataforma <i>tech talent</i> ; advisory board	ESNA
Ponto de situação	✓ Catálogo de melhores práticas disponível no website da ESNA (130 boas práticas de mais de 35 países diferentes): https://esnalliance.eu/pt/explorar ✓ Plataforma de talento: projeto em curso e produto mínimo viável (MVP) disponível no 2º semestre de 2025; trata-se de uma plataforma que impulsionará a atração e retenção de talento tecnológico para a Europa; incluirá a informação necessária em termos de contexto laboral, empresarial, condições de vida, entre outros, para mudar para cada país europeu de acordo com o perfil (fundador, investidor, trabalhador, entre outros) ✓ Advisory Board: novo mandato iniciado em 2025; trabalho em cinco grupos por temas relevantes para a estratégia europeia de start-ups e scale ups que resultará na publicação de 5 papers com recomendações concretas para a nova Comissão Europeia; 2 reports disponíveis do trabalho desenvolvido até à data: https://esnalliance.eu/pt/publicacoes	
Constrangimentos	❖ idem	
Marketing, comunicação e disseminação	Plano de comunicação; participação em eventos; fórum anual	ESNA/Startup Portugal
Ponto de situação	✓ Novo website https://esnalliance.eu/pt e brand book ✓ Participação em 17 eventos ao longo do ano 2024 (em 12 países diferentes) – como oradores ✓ Organização do ESNA Forum anual (responsabilidade da Startup Portugal) com o país da Presidência do Conselho da União Europeia (Espanha em 2023 e Bélgica em 2024); evento de 2024 com 142 participantes, 20 países representados	
Constrangimentos	❖ idem	

Operação geral	Recursos humanos; equipamento tecnológico	ESNA
Ponto de situação	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Equipa de 18 pessoas com perspetiva de crescimento até 20 ✓ Implementação do plano estratégico e operacional anual em linha com o aprovado ✓ Setup dos postos de trabalho e das condições de receção dos representantes de cada membro da ESNA em curso 	
Financiamento base e sustentabilidade futura	Lump sum e modelo futuro	ESNA
Ponto de situação	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Processo de transição da ESNA para uma estrutura europeia (EDIC - European Digital Infrastructure Consortium) em curso. - De acordo com as regras da nova estrutura, o financiamento da ESNA fica assegurado pelas contribuições de cada país. Processo a ser liderado pelo Governo português, uma vez que Portugal se propõe manter a posição de país anfitrião. 	
Constrangimentos	A percentagem de execução prevista até 30/09/25 é de 58%, pelo que há a necessidade de extensão do prazo no PRR para garantir a sustentabilidade da ESNA e a preparação da transição para a nova estrutura (EDIC – European Digital Infrastructure Consortium)	

Apreciação e recomendações

Considera-se ser de manter a apreciação deste investimento como **PREOCUPANTE**.

Apesar de se terem verificado alguns desenvolvimentos, quer no âmbito da nova plataforma de mapeamento de startups nacionais, quer da instalação da ESNA em Portugal, a morosidade dos procedimentos administrativos (que levam a atrasos nas transferências de valores financeiros), têm-se tornado (nestes e noutros investimentos), a nota central de preocupação, retirando peso ao verdadeiramente importante – a execução e os resultados.

Repetem-se, por isso, algumas das recomendações do relatório anterior:

- i. No caso da plataforma de mapeamento de startups nacionais, reforça-se a necessidade de que seja efetuado um acompanhamento contínuo do fornecedor, em virtude de não haver tempo para reconfigurações ou atrasos. O contacto, junto de todas as entidades públicas que irão intervir no processo de certificação de acessos ou ligação de bases de dados, tal como o IRN, a AMA ou a AT deve ser intensificado, instando-se essas e outras entidades públicas a criarem mecanismos internos, para poderem responder a estas necessidades;
- ii. Seja avaliada, em conjunto com o IAPMEI e a EMRP, os apoios que podem ser prestados, para ultrapassar os constrangimentos administrativos que atrasam a elaboração, submissão e pagamento dos pedidos de reembolso;
- iii. Seja efetuada a clarificação sobre a evidência necessária para comprovação da meta, em termos de fontes de dados e tipologia de empresas mapeadas, junto da Comissão Europeia.

- iv. Tendo em atenção o facto de ser imprescindível um acordo dos vários Estados-Membros para a continuidade e suporte financeiro da ESNA, recomenda-se um acompanhamento ao mais alto nível, para que não se corra o risco de haver investimento sem consequências futuras ou sem estar alinhado com as políticas de empreendedorismo europeias e os interesses dos Estados-Membros.
- v. A preparação de um modelo de acompanhamento e avaliação do impacto destes investimentos.



CNA | PRR

Comissão Nacional de
Acompanhamento do PRR

Anexo I

LISTA DE REUNIÕES* COMISSÃO ESPECIALIZADA ECONOMIA E EMPRESAS

* NAS REUNIÕES COM AS ENTIDADES ACOMPANHADAS, INCLUINDO OS RESPECTIVOS MINISTÉRIOS DE TUTELA, ESTEVE PRESENTE O PRESIDENTE DA CNA-PRR, SENDO ACOMPANHADO, QUANDO POSSÍVEL, PELO/A RESPECTIVO/A COORDENADOR/A DA COMISSÃO ESPECIALIZADA. FORAM PRODUZIDOS RESUMOS DE TODAS AS REUNIÕES, QUE SE ENCONTRAM NOS ARQUIVOS DA CNA-PRR, PARA MEMÓRIA FUTURA.

Anexo I

Lista das reuniões da Comissão Especializada de Economia e Empresas

Data	Entidade	Investimento acompanhado
10/09/2024	Agenda Mobilizadora Neuraspace (evento de apresentação de telescópio na Base Aérea de Beja)	Agendas Mobilizadoras
25/09/2024	Navigator (Setúbal)	Agendas Mobilizadoras
01/10/2024	Ubiwhere	Agendas Mobilizadoras
01/10/2024	Bondalti Chemicals (Estarreja)	Agendas Mobilizadoras
02/10/2024	Vista Alegre (Ílhavo)	Agendas Mobilizadoras
02/10/2024	Aquacria (Murtosa)	Capitalização de empresas
03/10/2024	ABIMOTA - Associação Nacional das Indústrias de Duas Rodas (Águeda)	Agendas Mobilizadoras
03/10/2024	Miranda & Miranda (Águeda)	Agendas Mobilizadoras
03/10/2024	Triangle's – Cycling Equipments (Águeda)	Agendas Mobilizadoras
09/10/2024	Ascenza (Setúbal)	Agendas Mobilizadoras
23/10/2024	NOS-Comunicações (Lisboa)	Agendas Mobilizadoras Test Beds
30/10/2024	Secretário de Estado da Economia	Agendas Mobilizadoras Banco Português de Fomento
04/11/2024	Instituto Superior Técnico- Mostra de projetos (Lisboa)	Agendas Mobilizadoras
06/11/2024	Impetus (Barcelos)	Agendas Mobilizadoras
06/11/2024	Instituto Ibérico de Nanotecnologia (Braga)	Agendas Mobilizadoras
06/11/2024	Grupo DST (Braga)	Agendas Mobilizadoras
13/11/2024	Instituto Politécnico de Viseu	Polos de Inovação da Agricultura
13/11/2024	Star Institute (Viseu)	Centro de Tecnologia e Inovação (CTI)
13/11/2024	ALS Life Sciences (Tondela)	Agendas Mobilizadoras
14/11/2024	Evento-Stellantis e mostra de produtos da Agenda Mobilizadora GreenAuto (Mangualde)	Agendas Mobilizadoras

14/11/2024	Capwatt e parceiros da Agenda Mobilizadora H2Driven	Agendas Mobilizadoras
14/11/2024	Sonae Arauco (Mangualde)	Agendas Mobilizadoras
14/11/2024	Evento-2º encontro da Agenda Mobilizadora VIAFOOD	Agendas Mobilizadoras
28/11/2024	Medway e parceiros da Agenda Mobilizadora Smartwagons	Agendas Mobilizadoras
03/12/2024	EFACEC e parceiros da Agenda Mobilizadora ATE	Agendas Mobilizadoras
03 e 04/12/2024	EFACEC (Arroteias e Maia)	Agendas Mobilizadoras
04/12/2024	Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto	Agendas Mobilizadoras
04/12/2024	Toyota Caetano (Ovar)	Agendas Mobilizadoras
11/12/2024	Grupo Purever (Nelas)	Capitalização de empresas
12/12/2024	VOID software e parceiros da Agenda Mobilizadora Blockchain (Leiria)	Agendas Mobilizadoras
12/12/2024	Evento- Agenda Mobilizadora NEXUS (Sines)	Agendas Mobilizadoras
13/12/2024	Bluepharma e parceiros da Agenda Mobilizadora CinTech (Eiras)	Agendas Mobilizadoras
07/01/2025	Sensei e parceiros da Agenda Mobilizadora Smart Retail (Leiria)	Agendas Mobilizadoras
10/01/2025	Entogreen e parceiros da Agenda Mobilizadora Insectera (Santarém)	Agendas Mobilizadoras
17/01/2025	Lifthium, no âmbito da agenda mobilizadora H2Enable (online)	Agendas Mobilizadoras
04/02/2025	Evento- Agenda verde Sustainable plastics (Cascais)	Agendas Mobilizadoras
07/02/2025	Prio e parceiros da Agenda mobilizadora M-Eco2	Agendas Mobilizadoras
13/02/2025	Startup Portugal	Medidas de Empreendedorismo

17/02/2025	Banco Português de Fomento	Capitalização de empresas
19/02/2025	IAPMEI	Agendas Mobilizadoras
21/02/2025	ANI	Missão Interface
25/02/2025	Revigrés e parceiros da Agenda Mobilizadora Illiance (Águeda)	Agendas Mobilizadoras
05/03/2025	IFAP	Agendas de I&D para a Agricultura e polos de I&D
14/03/2025	Capgemini e parceiros da Agenda Mobilizadora Route25 (Gaia)	Agendas Mobilizadoras
20/03/2025	LX Bio Pharmaceuticals e parceiros da Agenda Mobilizadora Bio-Hub	Agendas Mobilizadoras
01/04/2025	Carité Calçados e parceiros da Agenda Mobilizadora FAIST	Agendas Mobilizadoras
14/04/2025	Direção-Geral do Território	Agendas Mobilizadoras
08/05/2025	CEIIA (Matosinhos)	Agendas Mobilizadoras
15/05/2025	Evento- Agenda Mobilizadora Acelerar e Transformar o Turismo (Peniche)	Agendas Mobilizadoras
21/05/2025	Evento- Railway Summit	Agendas Mobilizadoras
22/05/2025	Evento- Agenda Mobilizadora Vine & Wine	Agendas Mobilizadoras



CNA | PRR

Comissão Nacional de
Acompanhamento do PRR

COMISSÃO ESPECIALIZADA TERRITÓRIO



PRR
Plano de Recuperação
e Resiliência



REPÚBLICA
PORTUGUESA



Financiado pela
União Europeia
NextGenerationEU

Comissão Especializada Território

Relatório detalhado

No âmbito das atribuições da Comissão Especializada Território¹¹¹ (CET), a mesma reuniu no dia 19/05/2026 tendo **aprovado por unanimidade** o presente relatório.

Esta Comissão é de âmbito transversal e nesse sentido está envolvida conjuntamente com outras Comissões. Monitoriza diretamente as componentes C07 (Infraestruturas), C08 (Florestas) e C09 (Gestão Hídrica).

No quadro abaixo sintetizam-se as apreciações desta Comissão Especializada, comparando com as apreciações do relatório anterior¹¹², sendo apresentados de seguida os detalhes do acompanhamento e respetivas recomendações.

Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2024	Apreciação 1/2025
C07-i00	Alargamento da rede de carregamento de veículos elétricos	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO
C07-i01	Áreas de acolhimento empresarial (AAE)	PREOCUPANTE	CRÍTICO
C07-i02	Missing links e aumento da capacidade da rede	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO
C07-i03	Ligações transfronteiriças	PREOCUPANTE	CRÍTICO
C07-i04	Áreas de acolhimento empresarial (AAE) Acessibilidades rodoviárias	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO
C08-i01.01	Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis - "Áreas integradas de gestão da paisagem (AIGP)	PREOCUPANTE	CRÍTICO
C08-i01.01	Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis - "Condomínios de Aldeia"	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	CRÍTICO

¹¹¹ A composição das Comissões Especializadas pode ser consultada no website da CNA-PRR em www.cnappr.pt

¹¹² Um quadro global, com as apreciações de todos os investimentos, pode ser verificado na parte A do relatório.

Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2024	Apreciação 1/2025
C08-i01.02	Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis: Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO
C08-i01.03	Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis - Emparcelar para Ordenar	PREOCUPANTE	CRÍTICO
C08-i02.01	Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: SMOS	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO
C08-i02.02	Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: Inventário Florestal Nacional	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO
C08-i02.03/04/05	Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: Sistema Nacional de Cadastro Predial (inclui as dimensões locais das regiões Norte e Centro)	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO
C08-i03	Faixas de gestão de combustível - Rede Primária	PREOCUPANTE	CRÍTICO
C08-i04.01	Meios de prevenção e combate a incêndios rurais – Subinvestimento Meios aéreos	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO
C08-i04.02	Meios de prevenção e combate a incêndios rurais – Subinvestimento Meios terrestres	CONCLUÍDO	CONCLUÍDO
C08-i04.03	Meios de prevenção e combate a incêndios rurais: Rede de radares	CONCLUÍDO	CONCLUÍDO
C08-i05.01	Programa MAIS Floresta: Reforma do sistema de prevenção e combate de incêndios	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO
C08-i05.02	Programa MAIS Floresta: Reforço de atuação das organizações de produtores florestais (OPF) e dos Centros de Competências no setor florestal	PREOCUPANTE	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO

Medida	Descrição da medida	Apreciação 1/2024	Apreciação 1/2025
C08-i05-03	Aplicação de medidas no domínio da prevenção de incêndios rurais e do reforço das capacidades nas zonas do setor florestal	N/A	NÃO ACOMPANHADO
C09-i01.01	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM1 – Reduzir perdas de água no setor urbano	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO
C09-i01.02	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM2 – Reduzir perdas de água e aumentar a eficiência no setor agrícola	PREOCUPANTE	PREOCUPANTE
C09-i01.03	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM3 - Reforçar a governança dos recursos hídricos	ALINHADO COM O PLANEAMENTO	ALINHADO COM O PLANEAMENTO
C09-i01-04	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM4 –Promover a utilização de Água Residual Tratada, SM5 – Aumentar a capacidade disponível e resiliência das albufeiras/sistemas de adução em alta existentes e reforçar com novas origens de água e SM	PREOCUPANTE	NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO
C09-i02/i04	Aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Crato-fases de planeamento e construção	PREOCUPANTE	RETIRADO
C09-i05	Parque Fotovoltaico do Alqueva	N/A	NÃO ACOMPANHADO

Componente C07 | Infraestruturas

C07-i00	Alargamento da Rede de Carregamentos de Veículos Elétricos (sem dotação financeira) Entidade responsável: Mobi.e
---------	---

Meta: 15.000 pontos de carregamento em dezembro/25 e meta intermédia de 10.450 para dezembro/24.

Esta medida não tem financiamento PRR associado.

De acordo com a informação obtida no portal da Mobi.e, à data de 07/05/2025, estavam em funcionamento 12.973 pontos de carregamento.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**.

C07-i01.01	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) BI – CCDR Norte
C07-01.02	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) BI – CCDR Centro
C07-i01.03	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) BI – CCDR Alentejo
C07-i01.04	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) BI – CCDR Algarve
C07-i01.05	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) BI – CCDR Lisboa e Vale do Tejo

Reprogramação: foi **aprovada** a alteração da fonte de financiamento, passando de subvenção para empréstimo.

Este investimento divide-se em 2 partes distintas: as infraestruturas específicas de AAE (que se referem a instalação de centrais fotovoltaicas, depósitos de Hidrogénio, postos de carregamento e antenas 5G) e as Comunidades de Energia Renovável, interligadas com as AAE.

Em virtude do investimento estar organizado de acordo com a localização no território e a sua gestão por parte da CCDR respetiva (no caso das CER, com intervenção da DGEG), efetua-se uma apreciação seguindo essa mesma lógica territorial.

As metas incluem todas as AAE e cumprem-se com a conclusão das intervenções, até ao final de 2025.

Investimentos em gestão pela CCDR Norte e execução pelas autarquias:

Localização	Atualização AAE	Atualização CER
Zona Industrial de Constantim (Vila Real)	Ainda não se encontram abertos procedimentos de empreitada.	Sem desenvolvimentos face ao relatório anterior
Parque Empresarial de Chaves	Procedimento Conceção-Construção, no 2º trimestre de 2025 decorre a fase de seleção de propostas (2ª fase do procedimento concursal), cuja	

	apresentação de propostas tem como data-limite, o dia 13/04/2025. Prazo de contrato 430 dias	
Requalificação da Zona Industrial de Penso (Melgaço)	Procedimento Conceção-Construção. Data previsível de conclusão: out/25	

Investimentos em gestão pela CCDR Centro e execução pelas autarquias:

Localização	Atualização AAE	Atualização CER
Parque Industrial da Guarda	Em período de audiências prévias, com entrega de uma pronúncia de concorrente.	Sem desenvolvimentos face ao relatório anterior
Parque Empresarial de Águeda	Há alguns trabalhos de construção civil em curso; entrega de transformadores de potência prevista para dez/25; concurso de conceção-construção prorrogado para jun/25; empreitada para mobilidade sustentável suspensa em mar/25 a aguardar procedimentos da e-redes; rede de 5G aguarda entrega das peças para abertura de procedimento; medidas de prevenção incêndios em início de empreitada.	Sem desenvolvimentos face ao relatório anterior
Valorização da Zona Industrial de Oliveira do Hospital	Será lançado novo concurso de conceção-construção. Estimativa de início de trabalhos em jul/25.	Sem desenvolvimentos face ao relatório anterior

Investimentos em gestão pela CCDR Alentejo e execução pelas autarquias:

Localização	Atualização AAE	Atualização CER
-------------	-----------------	-----------------

Parque Industrial de Campo Maior	Solicitada prorrogação de prazo para a execução física e financeira (aguarda resposta da EMRP); contratação de serviços de fiscalização em preparação.	Sem desenvolvimentos face ao relatório anterior
Requalificação da Zona de Acolhimento Empresarial Norte (Beja)	Processo de contratação complexo de analisar, com várias reclamações em diferentes fases, o que atrasou a proposta de adjudicação. Foi solicitada a 30/04/25 prorrogação de execução, física e financeira, sem a qual o encargo não é suportável pelo município (15 M€).	Sem desenvolvimentos face ao relatório anterior

Investimentos em gestão pela CCDR Lisboa e Vale do Tejo e execução pelas autarquias:

Localização	Atualização AAE	Atualização CER
Rio Maior New Generation Business	Lançado novo concurso (anterior chumbou no visto do Tribunal de Contas). Em virtude do prazo de execução ser de 455 dias, será necessário solicitar prorrogação de prazo de execução.	Sem desenvolvimentos face ao relatório anterior

Investimentos em gestão pela CCDR Algarve e execução pelas autarquias:

Localização	Atualização AAE	Atualização CER
Área Empresarial de Lagos	Auto de Consignação da empreitada assinado a 05.02.2025.	Sem desenvolvimentos face ao relatório anterior

	Prazo de execução 365 dias (término em 06.02.2026). Será necessário solicitar prorrogação de prazo de execução.	
--	---	--

Apreciação e recomendações

Este foi um investimento onde os desenvolvimentos alcançados foram poucos. Para além disso, o grupo de trabalho existente não realizou qualquer reunião, de acordo com informação recolhida junto dos municípios. Atendendo à fase incipiente dos investimentos, onde apenas dois municípios iniciaram obras, sendo que um deles apenas de forma parcial, agrava-se a apreciação para **CRÍTICO**. Analisando o ponto da situação em que se encontram os procedimentos concursais, é materialmente impossível a conclusão dos investimentos na data prevista em 8 das 10 áreas de acolhimento empresarial. Deve ser equacionada a possibilidade de conclusão das obras durante o primeiro semestre de 2026, sugerindo-se ainda que seja reativado o grupo de trabalho entre a tutela, CCDR, Municípios e DGEG.

C07-i02.01	Missing links e Aumento capacidade da Rede - EN125 (variante a Olhão); Variante à EN211(Quintã/Mesquinhata); IC2 (Meirinhas e Pombal); IP8 (EN121) Ferreira do Alentejo/Beja (Variante a Beringel); IP8 (EN259) Sta. M. S/Ferreira do Alentejo (Variante a Figueira de Cavaleiros); IP8 (A26) Aumento de Capacidade na Ligação entre Sines e a A2; EN14 Trofa/Santana (Pte . sobre o Rio Ave); EN14 Maia/Interface Rodoferroviário da Trofa; EN4 Variante da Atalaia; IC35 Penafiel/Rans; IC35 Rans/Entre-os-Rios; IP2 Variante Nascente de Évora; EN344 Pampilhosa da Serra; Ligação de Baião a Ponte de Ermida. BD- INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, I.P. (IP)
C07-i02.02	Missing links e Aumento capacidade da Rede - Eixo Rodoviário Aveiro – Águeda BI – CCDR Centro

A meta de desembolso, referente à conclusão de 111 kms de estradas (novas ou reabilitadas), está definida para o 4º trimestre de 2025 e inclui quer as obras de responsabilidade da IP, quer da responsabilidade das autarquias. Esta é uma situação que necessita de acompanhamento conjunto. Em termos técnicos, a IP está a prestar assessoria técnica à Câmara Municipal de Águeda.

A informação prestada pela IP indica que, apesar de não estar ainda concluída qualquer empreitada, as obras em curso ou em contratação correspondem a 121 Kms.

Não tendo sido possível reunir com a Infraestruturas de Portugal (IP) foi solicitado um ponto de situação, que aqui se reporta.

Missing links e Aumento capacidade da Rede	Ponto da Situação
EN 125. Variante a Olhão	<ul style="list-style-type: none"> • Obra em curso
Variante à EN211(Quintã/Mesquinhata)	<ul style="list-style-type: none"> • Assinado o auto de consignação a 6/05/25
IC2 (Meirinhas e Pombal)	<ul style="list-style-type: none"> • Em curso (com condicionante de autorização para abate de sobreiros por parte do ICNF)
IP8 (EN121) Ferreira do Alentejo/Beja (Variante a Beringel)	<ul style="list-style-type: none"> • Obra em curso
IP8 (EN259) Sta. M. S/Ferreira do Alentejo (Variante a Figueira de Cavaleiros)	<ul style="list-style-type: none"> • Obra em curso
IP8 (A26) Aumento de Capacidade na Ligação entre Sines e a A2 (1º troço Relvas Verdes/Roncão)	<ul style="list-style-type: none"> • Obra em curso
EN14 Trofa/Santana (Ponte sobre o Rio Ave)	<ul style="list-style-type: none"> • Obra em curso
EN14 Maia (via diagonal) /Interface Rodoferroviário da Trofa	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Empreitada concluída em 07/2024
EN4 Variante da Atalaia	<ul style="list-style-type: none"> • Em curso (com condicionante de autorização para abate de sobreiros por parte do ICNF)
IC35 Penafiel (EN15) /Rans	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Empreitada concluída em 01/07/24
IC35 Rans/Entre-os-Rios	<ul style="list-style-type: none"> • Obra em curso
IP2 Variante Nascente de Évora	<ul style="list-style-type: none"> • Em curso (com condicionante de autorização para abate de sobreiros e azinheiras por parte do ICNF)
EN344 Pampilhosa da Serra	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Empreitada concluída em 12/24
Ligação de Baião a Ponte de Ermida	<ul style="list-style-type: none"> • Obra em curso

No que diz respeito ao Eixo Rodoviário Aveiro – Águeda, em gestão pela CCDR Centro e execução pelo município de Águeda:

Missing links e Aumento capacidade da Rede	Ponto da Situação
Eixo Rodoviário Aveiro – Águeda	<p>Foi recebida decisão favorável condicionada por parte da APA relativamente ao projeto, devendo as recomendações ser implementadas.</p> <p>O custo da obra aumentou significativamente face ao valor</p>

	<p>disponível em PRR, passando para cerca de 140 milhões de euros, face aos 40 milhões inicialmente atribuídos.</p> <p>O prazo de execução estimado da obra é de cerca de 18 meses.</p> <p>Estão a ser preparadas as peças para lançamento do projeto. Face aos prazos de execução da obra, torna-se materialmente impossível a concretização da obra nos prazos previstos no PRR.</p>
--	--

Apreciação e recomendações

Considera-se para este investimento é **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**. Apesar de não ser possível a concretização do eixo rodoviário Águeda-Aveiro no prazo previsto no PRR, o número de km em construção pela IP permitem alcançar a meta.

Revela-se fundamental a concessão de licenças por parte do ICNF, em tempo útil, e de acordo com as condições legais, de forma a não comprometer os prazos de execução das obras. Sugere-se que se equacione a possibilidade de execução material de algumas obras durante os primeiros meses de 2026.

C07-i03.01	Ligações transfronteiriças Ponte internacional sobre o Rio Sever BI – CCDR Alentejo
C07-i03.02	Ligações transfronteiriças Ponte Alcoutim – Saluncar del Guadiana (ES) BI – CCDR Algarve
C07-i03.03	Ligações transfronteiriças EN103. Vinhais / Bragança (variantes) BD: IP - INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A.
C07-i03.04	Ligações transfronteiriças Ligação de Bragança a Puebla de Sanabria (ES) BI – CCDR Norte

Em termos de entidades gestoras, este investimento está organizado de acordo com a localização no território e a sua gestão por parte da CCDR respetiva, sendo que a ligação Vinhais/Bragança (EN103) tem como gestor a IP, pelo que se efetua uma apreciação seguindo essa mesma lógica.

As metas cumprem-se com a conclusão da construção de 30 kms de estrada, até ao final de 2025, sendo que todos os BI deverão contribuir para uma parte da meta.

Investimentos em gestão pela CCDR Alentejo e execução pelas autarquias:

Ligação transfronteiriça	Ponto da Situação
Ponte internacional sobre o Rio Sever (Nisa)	Foi assinado o memorando de entendimento entre Portugal e Espanha, tendo sido já aprovado por Portugal, carecendo de

	ratificação por Espanha. Após autorizações ambientais, foi lançado o concurso de construção, cujo prazo está a decorrer e que se prevê terminar em maio de 2025. O prazo de execução da obra é de 10 meses.
--	---

Investimentos em gestão pela CCDR Algarve e execução pelas autarquias:

Ligação transfronteiriça	Ponto da Situação
Ponte de Alcoutim - San Lucar del Guadiana	Foi assinado o memorando de entendimento entre Portugal e Espanha, tendo sido já aprovado por Portugal, carecendo de ratificação por Espanha. O concurso de construção ainda não foi lançado. Face aos prazos de execução da obra, torna-se materialmente impossível a concretização da obra nos prazos previstos no PRR.

Investimentos em gestão pela CCDR Norte e execução pelas autarquias:

Ligação transfronteiriça	Ponto da Situação
Ligação de Bragança a Puebla de Sanabria (ES)- Construção da ligação de Bragança a Puebla de Sanabria (Espanha)	A autarquia aguarda decisão relativa ao estudo de impacto ambiental, sem a qual não pode avançar com procedimentos subsequentes. Face aos prazos de execução da obra, torna-se materialmente impossível a concretização da obra nos prazos previstos no PRR.

Investimentos em gestão direta pela IP:

Ligação transfronteiriça	Ponto da Situação
Ligações transfronteiriças EN103. Vinhais / Bragança (variantes)	<ul style="list-style-type: none"> Obra em curso

Apreciação e recomendações

Considera-se ser de agravar esta apreciação para **CRÍTICO**. Atualmente, apenas um dos 4 sub-investimentos previsto está em execução.

Apesar de terem sido assinados memorandos de entendimento entre Portugal e Espanha, falta a ratificação da parte de Espanha. Além desse facto, atendendo ao ponto da situação em que se encontram os procedimentos concursais, é materialmente impossível a conclusão de pelo menos 2 investimentos. Deve ser equacionada a possibilidade de conclusão de obras durante o primeiro semestre de 2026, recomendando-se uma reavaliação de todos os prazos e metas contratadas com a Comissão Europeia e um acompanhamento proativo por parte das respetivas tutelas.

C07-i04.01	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias: Ligação à Área Industrial de Fontiscos e Ref. do Nó de Ermida (Sto. Tirso); Variante à EN248 Arruda dos Vinhos; Melhoria de acessibilidades à Zona Industrial Campo Maior; Ligação da Zona Ind. de Rio Maior à EN114; Acessibilidades à Zona Industrial de Riachos; Acesso do Parque Empresarial de Camporês ao IC8 (Ansião); EN229 ex. IP5/Parque Industrial do Mundão; EN229 Viseu/Sátão; Variante a Aljustrel; Ligação da Zona Industrial de Cabeça de Porca (Felgueiras) à A11; Via do Tâmega Variante à EN210 (Celorico de Basto); Melhoria das Acessibilidades à Área de Localização Empresarial de Lavagueiras. BD- IP - INFRAESTRUTURAS DE PORTUGAL, S.A.
C07-i04.02	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias BI – CCDR LVT
C07-i04.03	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias: Ligação do Parque Empresarial do Casarão ao IC2 BI – CCDR Centro
C07-i04.04	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias BI – CCDR Norte
C07-i04.05	Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias - Rotunda na EN246 para acesso à zona industrial de Portalegre BI – CCDR Alentejo

Em termos de entidades gestoras, este investimento está organizado de acordo com a localização no território e a sua gestão por parte da CCDR respetiva, existindo ainda diversas ligações em várias regiões do país que têm como gestor a IP, pelo que se efetua uma apreciação seguindo essa mesma lógica.

As metas cumprem-se com a conclusão da construção de 42 kms de estrada, até ao final de 2025, sendo que todos os BI deverão contribuir para uma parte da meta.

Investimentos em gestão direta pela IP (diversas regiões):

Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias		Ponto da Situação
Variante à EN248 (Arruda dos Vinhos)		✓ Empreitada concluída
EN229 Viseu/ Sátão		✓ Empreitada concluída
Acessibilidades à Zona Industrial de Riachos		✓ Empreitada concluída
Ligação Área Industrial Fontiscos e Nó de Ermida (Santo Tirso)		✓ Empreitada concluída

EN229 ex.IP5/Parque Industrial do Mundão	• Obra em curso
Ligação da Zona Industrial de Rio Maior à EN114	• Obra em curso
Ligação da Zona Industrial de Cabeça de Porca à A11	• Obra em curso
Acessibilidade à Zona Industrial de Campo Maior	✓ Empreitada concluída em 02/2025
Via do Tâmega Variante à EN210 (Celorico de Basto)	• Obra em curso
Acesso ao Parque Empresarial de Camporês ao IC8	• Obra em curso
Variante a Aljustrel	• Obra em curso

Investimentos em gestão pela CCDR Lisboa e Vale do Tejo e execução pelas autarquias:

Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias	Ponto da Situação
Ligação da A8 à Área Empresarial das Palhagueiras em Torres Vedras	Reconhecimento de Interesse Público (RIP) para efeito de ocupação de área de REN; concurso lançado e foram apresentadas 9 propostas. Está a decorrer a fase de análise, que se prevê concluir até junho para depois ser consignada a obra. Um dos critérios é a execução do prazo até maio de 2026.
Requalificação da EN10-4. Setúbal/Mitrena [34] (Setúbal)	✓ Empreitada concluída

Investimentos em gestão pela CCDR Centro e execução pelas autarquias:

Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias	Ponto da Situação
Ligação do Parque Empresarial do Casarão ao IC2 (Águeda)	• Obra em curso

Investimentos em gestão pela CCDR Norte e execução pelas autarquias:

Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias	Ponto da Situação
Acesso rodoviário da zona industrial do Vale do Neiva ao Nó da A28 (Viana do Castelo)	• Obra em curso

Construção da nova Travessia do Rio Lima entre EN 203 - Deocriste e EN202 Nogueira (Viana do Castelo)	<ul style="list-style-type: none"> • Obra em curso
Construção do Acesso ao Avepark - Parque de Ciência e Tecnologia das Taipas (Guimarães)	A situação mantém-se inalterada face ao relatório anterior, ou seja, aguarda-se decisão do Tribunal. Face aos prazos de execução da obra, torna-se materialmente impossível a concretização da obra nos prazos previstos no PRR.

Investimentos em gestão pela CCDR Alentejo e execução pelas autarquias:

Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) – Acessibilidades Rodoviárias	Ponto da Situação
Rotunda na EN246 para acesso à zona industrial de Portalegre	✓ Empreitada concluída

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento como **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**. Apesar de, formalmente o investimento dever ser concluído até dezembro de 2025, existem alguns investimentos com prazo de conclusão autorizado para 2026. É fundamental que esta situação seja clarificada de forma que se garanta igualdade para os vários beneficiários finais.

Componente C08 | Florestas

C08-i01.01	Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis - “Áreas integradas de gestão da paisagem (AIGP) e Condomínios de Aldeia” BI- Fundo Ambiental
------------	--

Reprogramação: foi **aprovada** a antecipação da publicação das OIGP¹¹³ de T3/2025 para T2/2024 e da meta da celebração de contratos para condomínios de Aldeias de T3/2025 para T1/2025. Foi **aprovada** uma redução de ambição nas Aldeias, passando de 800 para 600.

Neste investimento existem 3 grandes medidas, todas inseridas no Programa de Transformação da Paisagem (PTP)¹¹⁴, cujo critério-base para a delimitação dos territórios vulneráveis abrangidos é a perigosidade de incêndio rural. O PTP enquadra os Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP), as Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP), os Condomínios de Aldeia, o programa Emparcelar para Ordenar e o modelo de financiamento das Operações Integradas

¹¹³ Publicação das operações integradas de gestão da paisagem (OIGP) no Diário da República.

¹¹⁴ Conforme Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2020, alterada pelas RCM n.º 2/2022 e n.º - 36/2024

de Gestão da Paisagem (OIGP), que nascem nas AIGP. Todos estes programas são financiados no âmbito do PRR.

O ICNF, I. P., e a Direção-Geral do Território, foram designadas as entidades responsáveis pelo acompanhamento e apoio técnico à implementação das medidas programáticas do PTP.

Áreas integradas de Gestão da paisagem (AIGP)

As AIGP são os instrumentos operativos de gestão e exploração comum dos territórios agrícolas, florestais e silvopastoris, que apresentem fatores críticos de perigosidade de incêndio e vulnerabilidades¹¹⁵ e para os quais deverá ser proposto um conjunto articulado e integrado de intervenções, entre as quais as Operações Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP) e o cadastro da propriedade rural. O objetivo é a criação de escala para operações de gestão, exploração e ordenamento do território.

Preferencialmente integradas em PRGP, a constituição de uma AIGP pode ser promovida pelo Estado, por autarquias locais, por organizações de produtores florestais e agrícolas, por cooperativas, por associações locais, por entidades gestoras de baldios e por organismos de investimento coletivo. Quando o município não seja a entidade promotora, deve ser demonstrado o seu envolvimento e concordância.

O financiamento previsto para as AIGP incluiu o apoio à criação, instalação e funcionamento da entidade gestora desse território, e à elaboração de operações integradas de gestão da paisagem (OIGP).

Operações Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP)

Meta: 60 OIGP aprovadas

Houve uma 1ª fase, em que a intervenção da Direção-Geral do Território foi necessária e que se encontra terminada, com a aprovação de 62 OIGP, de acordo com os respetivos despachos de aprovação publicados:

[Despacho n.º 3088/2024, de 22 de março](#) - Aprovação de 12 OIGP: Alqueidão da Serra; Alva; Alvito; Alva e Alvoco; Envendos; Fórneas; Ortiga; Penafalcão; Serra da Lousã; Terras do Lince da Malcata; Vila de Rei 1; Vouzela.

[Despacho n.º 14844-A/2024, de 16 de dezembro](#) - Aprovação de 40 OIGP: Aboboreira; Açude da Ribeira; Aguda; Alfândega da Fé; Aljão; Alva e Alvoco 2; Alvares; Amêndoa; Carvoeiro; Castelo; Castelos de Alva; Corgas; Falacho de Enxerim; Mação; Malhão; Nova Serra; Palheiras à Pena; Penhascoso; Ponte das três Entradas; Riba d'Alva; Ribeira de Mega; Rio Seia; Saldanha; Serra da Estrela Sul; Sicó; Socorro; Travessa; Ermida e Figueiredo; Vale de Odelouca; Vila de Rei 2; Vila de Rei 3; ZIF Baixa da Lombada; ZIF Serra do Picotino; ZIF de Carregosa; ZIF de Freixo de Espada à Cinta; ZIF de Jales; ZIF de Pinela; ZIF de São Lourenço; ZIF de Valoura;

¹¹⁵ De acordo com a definição constante da Portaria n.º 301/2020 de 24 de dezembro, que aprova a delimitação dos territórios vulneráveis.

[Despacho nº15261 - D/2024, de 31 de Dezembro](#) - Aprovação de 10 OIGP: Área Piloto de Monchique; Caniçal; Cardigos; Carregal do Sal, Carriça; Cepos e Casal Novo; Ribeira de Parrozelos - Vale Grande; Serra da Gardunha; Serra do Norte de Ourém.

Segue-se a fase de execução e implementação por cada uma das entidades gestoras, com o Fundo Ambiental e o ICNF a serem as entidades intermediárias. De acordo com a informação do Fundo Ambiental, até abr/25 estavam contratadas 12, todas com execução em fases avançadas, mas apenas com um pedido de pagamento submetido.

É possível antecipar graus de execução diferentes, face ao nível de experiência e capacidade instalada em cada uma das entidades gestoras, com maior execução naquelas cuja estrutura técnica seja mais robusta e capacitada. Para além das intervenções no terreno, é necessário preparar contratação pública e fazer a sua gestão e muitas entidades nunca geriram processos deste género, nem tão pouco tiveram projetos de montantes tão elevados ou para executar em tão pouco espaço de tempo.

Mas há também desafios de outra ordem, como é o caso das condições meteorológicas, para as intervenções no terreno.

Para ultrapassar algumas destas questões, foi criado um outro apoio financeiro de 2M€ (gerido pelo ICNF) e que ficará disponível para a contratação de equipas técnicas multidisciplinares (p.ex. contratação públicas, relatórios técnicos, outra consultoria ou suporte), quer para as OIGP, quer para os Condomínios de Aldeia Este concurso foi realizado em 60 dias e os técnicos contratados já se encontram disponíveis para as zonas do Norte, Centro e Sul. Não havendo limites ao tipo de apoio a solicitar, espera-se que, pelo menos nesta vertente se possa avançar com toda a execução sem constrangimentos de natureza técnica.

Condomínios de Aldeia:

Foi proposta uma diminuição da ambição na reprogramação, de 800 para 600 aldeias.

Este é um dos investimentos que poderia representar uma alteração profunda na forma de mitigar os efeitos nefastos dos incêndios rurais nas aldeias e que, para além desta diminuição de ambição, sofre também atrasos na sua implementação.

Dados relativos às candidaturas e execução- informação prestada pelo Fundo Ambiental em meados de fev/25:

Avisos	Candidaturas aprovadas	Candidaturas contratadas	Candidaturas em execução	% de execução financeira
02/C08-i01.01/2022	67	66	55	13
04/C08-i01.01/2023	95	93	84	5
05/C08-i01.01/2023	0	0	0	0
08/C08-i01.01/2024	0	0	0	0
Total	162	159	139	

Relativamente aos 2 últimos avisos, as candidaturas ainda se encontram em avaliação, sendo possível acomodar mais alguns condomínios par além da meta reprogramada. As avaliações estão a ser efetuadas por lotes e deverão ficar terminadas até ao final de mai/25.

As razões apontadas para estes atrasos são várias, mas não têm sido ultrapassadas com o passar do tempo, afigurando-se que o tempo necessário para que o ICNF faça a avaliação das candidaturas, pedidos de pagamento ou reprogramações, seja uma das principais¹¹⁶.

Na reunião tida com o ICNF, foram indicados os principais constrangimentos, que têm levado à maior demora em avançar com estes processos:

- A instrução dos pedidos de pagamento, dado a complexidade dos documentos a remeter e porque a Orientação Técnica alterou várias vezes;
- A avaliação das sobreposições geográficas com outros apoios/investimentos da mesma natureza, nomeadamente no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural 2020 (PDR2020), uma vez que não existe uma base de dados única com todos os projetos aprovados de natureza silvícola¹¹⁷.

Considera-se que a comunicação foi intensificada e adequada, de acordo com a informação prestada pelo Fundo Ambiental. Foram efetuadas diversas ações de divulgação (incluindo em conjunto com as Comunidades Intermunicipais); 2 sessões de esclarecimento (cujos documentos ficaram disponíveis online); sessões de divulgação junto de meios de comunicação de especialidade florestal; uma caixa de email dedicada para questões (todas respondidas); e um documento com FAQ.

Na identificação de dificuldades no âmbito, quer das candidaturas, quer da execução, surgem, ainda, a falta de preparação dos beneficiários finais em preparar as respetivas candidaturas, submetendo projetos com atividades não elegíveis, com dificuldades em preparar processos de contratação pública ou documentação inadequada ou entregue com atraso, para a instrução dos projetos.

Apesar de ser imprescindível a identificação dos constrangimentos e estrangulamentos, é necessário que haja definições concretas e decisões urgentes, sob pena de se continuar a desperdiçar oportunidades de investimento.

Apreciação e recomendações

¹¹⁶ Embora o beneficiário intermediário e responsável pela receção das candidaturas e pagamentos seja o Fundo Ambiental, a análise das candidaturas é o Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF). Estas são situações que se repetem nos investimentos da Floresta, tendo potencial de criar disfunções e tornar o processo mais complexo, demorado e menos fluído.

¹¹⁷ Para efeitos de avaliação da sobreposição de investimentos, o ICNF, na fase de análise de candidaturas, avalia se o investimento proposto está em sobreposição com outros investimentos PRR, nomeadamente a “Beneficiação de Povoamentos de Pinheiro-Bravo com Potencial para Resinagem” e as “Faixas de gestão de combustível - Rede Primária”, em virtude de a natureza destes investimentos ser semelhante ou pelo facto de estarmos perante investimentos que elimina, parcialmente, vegetação, como é o caso das “Faixas de gestão de combustível - Rede Primária”.

Consideram-se estes investimentos como **CRÍTICOS**.

Todas as ações relacionadas com a Floresta devem ter prioridade na avaliação de todo e qualquer constrangimento que aí se identifique.

As OIGP e os condomínios de Aldeia, pelo seu carácter preventivo e de ações a longo prazo na alteração do mosaico da Floresta e das pessoas que nela vivem, apresentavam-se como um dos investimentos com impacto promissor nestes territórios.

Estes são atrasos muito difíceis de recuperar, tendo em conta os tempos necessários para intervenções desta natureza, na Natureza e a existência de um programa com este nível de financiamento.

Apesar desta apreciação, considera-se que a ação tomada pelo ICNF, de encontrar uma solução de suporte técnico para as entidades gestoras das OIGP e dos condomínios de Aldeia, apresenta-se como um passo muito positivo, que se espera tenha resultados visíveis.

Recomenda-se:

i) Que seja feita uma avaliação em conjunto com as tutelas e a EMRP, para avaliar o potencial de pedido de reprogramação de metas, garantindo início da intervenção no terreno florestal e de Aldeias dentro do prazo PRR, ainda que com confirmação de término posterior, à semelhança de outras medidas, com medição de resultados em 2027;

ii) Que seja avaliada a possibilidade de reforço de recursos humanos para a avaliação de candidaturas, controlo de duplo financiamento ou pedidos de pagamento, por parte do ICNF, eventualmente com recurso à equipa técnica contratada pela EMRP, com essa mesma finalidade;

iii) Tendo em conta o potencial demonstrador dos trabalhos a executar, quer nas OIGP, quer nos Condomínios de Aldeia, que se preparem formas de documentar e disseminar os trabalhos e posteriores resultados, para que outros locais do país possam seguir esses exemplos, caso atinjam os resultados/impactos expectáveis.

C08-i01.02	Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis: Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP) BD- Direção-Geral do Território (DGT)
------------	--

Este investimento tem como objetivo a aprovação de Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP) para 20 zonas vulneráveis homogéneas ou áreas afetadas por grandes incêndios, tendo em conta a Carta das Unidades de Paisagem de Portugal Continental e o Modelo Territorial do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), até setembro de 2025. Os PRGP visam promover o desenho da paisagem como referência para uma nova economia em territórios rurais que promova uma floresta multifuncional, biodiversa e resiliente, mais rentável, com maior capacidade de sequestro de carbono e capaz de produzir melhores serviços a partir dos ecossistemas. Ou seja, o objetivo é promover uma mudança estrutural nos modelos de ocupação e gestão de solos.

Para além da aprovação destas 20 PRGP (que representam cerca de 1 milhão de hectares), a alteração estrutural só se operacionaliza com a aprovação de pelo menos 60 Operações Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP), onde ficarão

definidos a programação das intervenções, o modelo operacional, os recursos financeiros a afetar e o sistema de gestão e acompanhamento. A fase de OIGP é a mais sensível (ver C08-i01.01).

Após esta fase de aprovação, com a criação dos planos de ordenamento do território, a respetiva execução terá lugar ao longo de 10 anos, com financiamento do Fundo Ambiental.

O ponto de situação, à data de abr/25 não é muito diferente do reportado no último relatório da CNA-PRR¹¹⁸, existindo a expectativa de que todos os PRGP deverão entrar em consulta pública até final abr/25.

Já é possível identificar a necessidade de reformulação do PRGP de Monchique (que foi a base).

Uma vez que as fases administrativas terminam com a aprovação pelo Governo e respetiva publicação no Diário da República, a estratégia será que sejam todos propostos para aprovação em conjunto, situação que deverá acontecer só após as eleições legislativas (expectável que a documentação possa estar preparada até 31/07/25).

Lista dos PRP e respetiva fase

1 PRGP em vigor (concluído em 06/2020 e que constitui a base):

Serras de Monchique e Silves (Este programa encontra-se a ser reconduzido a programa Sectorial)

9 PRGP em elaboração

Serra da Estrela

Serras da Freita, Arada e Baixo Paiva

Serras de Leomil, Lapa e Alto Penedono

Serra da Cabreira e Serras do Larouco e Barroso

Terra Fria Transmontana

Planalto da Beira Transmontana

Peneda-Gerês

Serra de Montemuro, Alto Paiva e Vouga

Serra de São Mamede e Terras de Nisa.

2 PRGP concluídos e em discussão pública:

Serras da Lousã e do Açor

Entre Minho e Lima

8 PRGP concluídos, com discussão pública realizada:

Alto do Douro e Baixo Sabor

Serras do Marão, Alvão e Falperra

Serra da Malcata

Alva e Mondego

Montes Ocidentais e Beira Alta

Serras da Gardunha, Alvelos e Moradal

Serra do Caldeirão

Pinhal Interior Sul (concretização foi cometida ao ICNF)

¹¹⁸ Embora exista informação disponível no website da Direção-Geral do Território, a mesma não se encontra atualizada: [Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem \(PRGP\) | DGT \(dgterritorio.gov.pt\)](https://dgterritorio.gov.pt/Programa-de-Reordenamento-e-Gestao-da-Paisagem-PRGP)

Apreciação e recomendações

Considera-se que para este investimento é **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**.

Recomenda-se:

i) Uma articulação estreita com a tutela, para que as necessárias aprovações governativas, sejam possíveis em prazo útil, não comprometendo os restantes investimentos interligados, como as AIGP ou as OIGP.

C08-i01.03	Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis – Emparcelar para Ordenar BI- IFAP- Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I.P
------------	--

Reprogramação: foi **aprovada** uma alteração de texto, eliminando a restrição “terras rurais em territórios vulneráveis”.

Meta: 2.000 hectares de terras rurais objeto de emparcelamento, até T3/2025.

O objetivo deste programa é aumentar a dimensão média das propriedades rurais, sendo uma das quatro medidas programáticas do Programa de Transformação da Paisagem (PTP).

Esta foi uma medida que nasceu com vários problemas de conceção, que não tinham sido antecipados e que apesar de sucessivas correções (sendo a última a proposta de reprogramação), não tem efeitos visíveis.

De acordo com a informação obtida junto do IFAP, estão a proceder à identificação, junto dos municípios, de quais estão a fazer estes processos de emparcelamento, para perceber as reais necessidades. Está também a ser avaliada a possibilidade do novo aviso ficar disponível para candidaturas em regime de permanência.

Há atualmente 57 ha aprovados¹¹⁹, pelo que seria importante analisar estes resultados e tentar perceber os motivos da pouca adesão e da baixíssima taxa de aprovação

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento como **CRÍTICO**.

Ainda que seja possível identificar mais alguns terrenos com potencial de emparcelamento, muito dificilmente se atingirão os objetivos, dentro do PRR.

¹¹⁹ De acordo com a informação no website da Direção- Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR): “No 1.º Aviso foram submetidas 7 candidaturas, das quais 4 foram aprovadas, com um total de financiamento de 179.121,40€.

Relativamente ao 2.º Aviso, houve a submissão de 10 candidaturas, tendo sido aprovadas 4, com um financiamento total de 163.300,00€.

No que diz respeito ao 3.º Aviso, num universo de 20 candidaturas submetidas, foram aprovadas 2, com um financiamento total de 4.391,50€.”

Recomenda-se uma reavaliação desta política pública, do seu potencial, dos constrangimentos identificados e das suas reais condições de implementação.

C08-i02.01	Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo (SMOS) BD-DGT- Direção-Geral do Território
------------	--

Reprogramação: foi aprovada a extensão de prazo de TI/ 2025 para TI/2026 devido a atrasos no levantamento da tecnologia LIDAR.

Este investimento destina-se a criar as bases para a criação e organização do Balcão Único do Prédio, que irá interligar as entidades Autoridade Tributária (responsável pelas matrizes), a eBUPi (responsável pelo registo do cadastro) e a Direção-Geral do Território (responsável pelo sistema de geometrias).

A atualização da carta de ocupação do solo (COS), que faz a cartografia de tudo o que está no solo, será o ponto de partida. A atualização irá ser efetuada a 2021 e posteriormente a 2023, mas face à alteração de critérios para série longa, o último ano (2018) irá ser também atualizado para essa *baseline*. Espera-se que a COS23 tenha alterações para a de 2018, mas espera-se também que na COS 25 essa alteração seja muito mais pronunciada, fruto da alteração dos mosaicos de paisagem (PRGP, AIGP), dos condomínios de aldeia e das OIGP.

Esta será a base para a cartografia digital terrestre, que dará também fiabilidade para a identificação de linhas de água e irá servir a APA e a identificação do domínio hídrico. Irá também poder ser utilizada pelos municípios (sem custos para estes).

Posteriormente, o inventário Florestal Nacional (conduzido pelo ICNF), irá passar a utilizar esta base cartográfica, bem como será também utilizado pela Autoridade Tributária.

A exatidão da tecnologia utilizada (voo Lidar) é de 10 cm, o que nenhum outro método atinge e irá permitir ter um modelo digital do terreno do país com muita definição (o que existia era muito deficitário, em termos de exatidão).

Após atrasos na contratação e execução do voo Lidar, o mesmo encontra-se executado a 90%, faltando fazer a zona do Minho, devido às condições meteorológicas (será executado assim que possível).

Os desafios seguintes serão relativos ao armazenamento de dados (infraestrutura tecnológica), bem como ao seu tratamento para partilha, uma vez que essa será uma mais-valia, não só para todas as entidades que trabalham com o território, mas também para a sociedade em geral. Com a preparação de visualizadores, qualquer pessoa poderá ver os dados de forma rápida e simples, de acordo com diferentes parâmetros.

A infraestrutura tecnológica da DGT foi reforçada via investimento PRR (reforço do centro de dados) e recentemente foi também efetuado um protocolo com o Instituto Superior Técnico para desenvolvimento tecnológico, que permitirá utilizar a capacidade de computação dos supercomputores (Deucalion e Mare Nostrum).

Em abr/25 teve lugar uma demonstração das possibilidades com esses desenvolvimentos, a acomodação nos servidores da DGT e a avaliação das capacidades e sua manutenção no futuro.

Apreciação e recomendações

Considera-se que este investimento já se encontra **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**.

Recomenda-se:

i. Que seja avaliada, em conjunto com a AMA e a Fundação para a Ciência e Tecnologia, as possibilidades de aumentar as possibilidades de utilização da capacidade de computação afeta a Portugal no âmbito dos Supercomputadores, bem como o potencial de utilização de programas de Inteligência Artificial, para o âmbito dos trabalhos da DGT.

C08-i02.02	Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: Inventário Florestal Nacional BD: ICNF- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P
------------	---

A realização do inventário nacional da floresta necessita da atualização da carta de ocupação de solos (COS), para a qual está programado o investimento C08-i02.01 (Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo).

Tal como referenciado no anterior relatório da CNA-PRR, há uma dependência do início da execução da «cartografia da estrutura da vegetação, biomassa e volume de madeira» relativamente à conclusão da produção dos produtos LiDAR (voo em execução no âmbito da C08-i02.01) e cuja conclusão tem previsão para o final do 1º trimestre de 2025.

Segundo informação do ICNF, será com este inventário que se conseguirá saber quantos hectares de pinheiro, de eucalipto, de acácias e de qualquer outra espécie, existe em Portugal, sendo também possível identificar a idade exata das árvores e as alterações que vão surgindo. O objetivo é conseguir ter um inventário de 5 em 5 anos, sendo que neste momento o que existe é de 2015.

Apreciação e recomendações

Considera-se que para este investimento é **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**, tendo em conta a sua dependência do término do voo LiDAR, previsto para conclusão em breve.

C08-i02.03/04/05	Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo: Sistema Nacional de Cadastro Predial (inclui as dimensões locais das regiões Norte e Centro) BD - Secretaria-Geral do Ministério da Justiça (SGMJ) e operacionalizado através da Estrutura de Missão para a Expansão do Sistema de Informação Cadastral Simplificado (eBUPi)
------------------	---

Meta: conhecer o uso e ocupação de 90% da área dos 155 municípios sem cadastro, estando em curso um trabalho de eliminação de matrizes duplicadas ou com área zero¹²⁰.

Este investimento visa dotar o Estado português de uma ampla base de conhecimento do território, em especial no que diz respeito à localização e aos limites da propriedade rústica, permitindo a identificação dos seus proprietários, o que é um aspeto essencial para decisões de planeamento, gestão e apoio no âmbito da ocupação e uso do solo.

O projeto tem como objetivos o alargamento do Sistema de Informação Cadastral Simplificado (SICS) e o desenvolvimento da plataforma Balcão Único do Prédio (BUPi), sendo complementado por medidas em curso no PRR por parte da Direção-Geral do Território (DGT), da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) e do Instituto de Registos e Notariado (IRN). Todas estas entidades devem permitir a plena operacionalização da plataforma BUPi enquanto interface com o cidadão, assegurando simultaneamente a interoperabilidade de todos os diferentes sistemas de informação em vigor, relacionados com a geometria cadastral, o registo predial e as matrizes fiscais, atualmente geridas por aquelas entidades.

Para que todos os procedimentos fossem desenvolvidos e robustecidos, foi criada uma Estrutura de Missão (eBUPi), cujo mandato terminará no final de 2025. O respetivo plano de atividades prevê uma série de ações, tendo em atenção a transição de todas as competências, plataformas e atividades para o IRN, através da transferência das funções do Centro de Coordenação Técnica (CCT), tal como definido na Lei n.º 65/2019, de 23 de agosto. Até ao final de 2025 será necessário garantir a estabilização da implementação do cadastro simplificado e da plataforma BUPi, consolidando-se a cobertura nacional.

Estando já estabilizadas as atividades de cariz tecnológico, deixam-se algumas notas sobre resultados ou constrangimentos, a que importa dar maior atenção:

Propriedades identificadas

Até abr/25 estavam identificadas 2,6 M de propriedades identificadas (das quais 167 mil foram identificadas em 2025). Este valor representa 30% do objetivo global de matrizes a georreferenciar e 34% da área.

Continuam ainda a existir cerca de 400 mil matrizes que não deverão contar para os números globais, das quais cerca de metade com área zero (utilizadas para identificar outro tipo de direitos, mas sem objetivo de ser georreferenciadas) e as restantes serão duplicados.

Financiamento dos balcões de atendimento BUPi (municípios e associações)

¹²⁰ O trabalho está a ser feito em conjunto com a Autoridade Tributária, para identificar matrizes duplicadas. Há ainda o caso de matrizes com área "0", devido a registos de poços, árvores ou minas. Em virtude de ser um trabalho em curso, os relatórios ainda continuam a indicar o nº de matrizes, sem retirar as duplicações, estando em preparação uma orientação técnica, para que os técnicos habilitados possam fazer a intervenção e retificações, com formato harmonizado.

Devido à necessidade de prolongar os balcões técnicos (e os respetivos recursos humanos), no final de 2023 houve a reafecção de 10 milhões de euros, diminuindo o financiamento atribuído à eBUPi e aumentando nesse mesmo valor aos municípios. O processo foi gerido pelas CCDR Norte e Centro, com abertura de avisos para candidatura por parte dos municípios, mas o processo teve atrasos. Só em abril/24 foi terminada a análise de candidaturas e só em julho/24 foram assinados os termos de aceitação.

Devido a esta paragem do financiamento, houve municípios que tiveram que colocar os balcões em serviços mínimos (ou mesmo encerrar). Apesar de alguns técnicos terem voltado após o financiamento, houve a entrada de novos técnicos, que precisaram de tempo para formação.

Esta quebra de financiamento teve como consequência o abrandamento das identificações, passando-se de 100 mil/mês para cerca de 40 mil/mês.

As novas datas de término dos financiamentos para os balcões de atendimento são 31/12/25 (nos municípios da CCDR Centro, onde foi solicitada revisão de objetivos em baixa) e 30/06/26 (nos municípios da CCDR Norte).

Municípios aderentes

São já poucos os municípios que faltam aderir ao balcão (Lisboa, São João da Madeira e 15 municípios da Região Autónoma dos Açores). Houve uma reunião entre o eBUPi e os municípios dos Açores em abr/25 e o Município de São João da Madeira assinou protocolo em mai/25, estando também a decorrer negociações com o município de Lisboa, pelo que com estas adesões todo o país ficará coberto.

Número de identificação Único de Prédio (NIP)

O objetivo é que os cidadãos, as empresas e as entidades públicas possam ter um NIP para os seus prédios, incluindo informações sobre os respetivos limites e características. Este processo foi iniciado com o lançamento do projeto-piloto em Alfândega da Fé e na Lousã, em 30 de janeiro de 2025.

O ano de 2025 é particularmente desafiante para a implementação do NIP de forma abrangente, através do aprofundamento da interoperabilidade entre os sistemas das várias entidades envolvidas no mesmo (especialmente da Autoridade Tributária), sendo necessário o seu envolvimento e a garantia de condições técnicas e tecnológicas para a sua criação e manutenção.

Comunicação e disseminação

No final de maio/24 foi iniciado um projeto-piloto de comunicação direta, com o envio de cartas para os proprietários, onde é mostrada a localização provável da propriedade e o apelo a que se dirijam ao balcão mais próximo. Após esses envios foi identificado um aumento significativo de registos, com os proprietários a avaliarem positivamente a medida.

O piloto decorreu entre maio e setembro/24 e teve início com 9 municípios (18 freguesias) e 10.100 cartas. A fase de expansão teve lugar em jan/25, com 99 municípios (105 freguesias) e 40.000 cartas, com adaptações e melhorias introduzidas após a experiência. Está em preparação a fase de expansão para o

restante território, embora sejam ainda necessários trabalhos de melhoria de identificação dos proprietários.

Estão também a ser preparadas outras medidas de comunicação, tais como em meios online (incluindo redes sociais) e campanhas de rádio ou televisão.

Houve também lugar a participações em feiras no estrangeiro, com o Governo, em balcões promovidos pelos municípios.

Continua a identificar-se a necessidade de um maior envolvimento dos municípios bem como das Comunidades Intermunicipais.

Apreciação e recomendações

Mantem-se a apreciação deste investimento como sendo **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**, realçando-se uma vez mais a sua importância para a reforma da Floresta, bem como a necessidade de interligação de diversas entidades, nomeadamente a AT, o IRN ou a DGT.

Reforçam-se as recomendações do anterior relatório:

i. Que se comece desde já a avaliar as necessidades em cada município para a continuidade dos balcões e respetivos recursos humanos, para que se possam tomar decisões atempadamente;

ii. Que todas as entidades envolvidas e necessárias para a interoperabilidade técnica e tecnológica para a criação e operacionalização do NIP, avaliem as suas capacidades e constrangimentos e os reportem às respetivas tutelas, para que possam ser ultrapassadas, com especial relevância para a Autoridade Tributária, sob pena de se comprometer o projeto na sua globalidade;

iii. Que sejam intensificados os vários formatos de comunicação, por forma a se conseguir uma maior adesão dos proprietários e um aumento significativo dos registos.

Recomenda-se ainda:

iv. Que sejam encetadas conversações com a EMRP, no sentido de avaliar a possibilidade de extensão do prazo de registos (dentro do PRR) e o potencial de alocação de verbas para continuidade dos balcões.

C08-i03

Faixas de gestão de combustível – rede primária
BD- ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas I.P

Reprogramação: foi aprovada a redução de ambição da área de implementação da Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível (RPFGC) passando de 37.500 ha para 21.000 ha.

Metas/marco:

- Publicação do contrato da rede primária de faixas de gestão de combustível (RPFGC) em BASE.gov, até T1/2022;
- 21.727 ha de área de servidão constituída na rede primária de faixas de gestão de combustível (RPFGC) e os terrenos incluídos na plataforma BUPi para permitir o subsequente procedimento especial de registo, até T4/2025;

- 21.000 ha de área de implementação da Rede Primária de Faixas de Gestão de Combustível (RPFGC), até T4/2025.

Com este investimento pretende-se infraestruturar o território, em termos de faixas de gestão de combustível, que incluirão terrenos privados e públicos.

As metas relativas a 21.727 ha de servidões constituídas, referem-se a terrenos privados, que poderão (ou não) vir a ser executados no prazo do PRR e ser contabilizados dentro dos 21.000 ha de Rede Primária implementada.

Uma das ações principais é a identificação e pagamento de servidões administrativas em perpetuidade¹²¹, relativamente às faixas que se irão situar em terrenos privados. De acordo com o ICNF, esta é a 1ª vez que se está a fazer um trabalho deste género, de conhecimento de território, pelo que não existia uma preparação prévia, por parte das várias entidades intervenientes, de todo o processo administrativo necessário.

O fluxograma do processo de servidões administrativas é complexo e demorado, sendo as seguintes as principais ações:

- Integração de dados da AT, IRN, DGT, IFAP, BUPi, etc.
- Projeto de servidão provisório (validado ou não);
- Instrução do processo de servidão para resolução do Conselho Diretivo (CD) do ICNF;
- Verificação de dotação orçamental e cabimentação;
- Resolução do CD de apresentação de proposta de constituição de servidão;
- Decisão do Secretário de Estado das Florestas (ou autoridade equivalente), que autoriza legalmente o ICNF a tomar posse administrativa de terrenos privados, com base numa Declaração de Utilidade Pública, para criar ou manter faixas de gestão de combustível com o objetivo de prevenir incêndios florestais;
- Averbamento do ato declarativo no Registo Predial;
- Notificação do ato administrativo ao interessado e proposta indemnizatória;
- Caso haja acordo, seguem-se os seguintes atos:
 - Notificação para obtenção de documentos (que inclui um vasto conjunto de procedimentos administrativos);
 - Formalização do acordo;
 - Ato de investidura na posse administrativa;
 - Início dos trabalhos de implementação da Rede Primária de Faixa de Gestão de Combustível (precedidas de contratação pública dos respetivos trabalhos);
- Caso não haja acordo:
 - Pode existir uma contraproposta ou a necessidade de vistoria *ad perpetuam rei memoriam* (VAPRM), seguida de notificação e verificação de acordo;

¹²¹ Cujo valor abate ao pagamento único que os proprietários florestais já recebem (para evitar o duplo financiamento).

- o Caso continue a não existir acordo, há lugar a procedimento de arbitragem.

É evidente o complexo procedimento administrativo e processual necessário para que seja possível intervir, nem que seja numa pequena parte do território abrangido por uma faixa de gestão de combustível, que chega a abarcar largas centenas de proprietários (muitos ainda desconhecidos). Sendo um investimento que não tem histórico no país, com esta dimensão, é também provável que o enquadramento legislativo e processual possa estar desadequado à realidade.

Para esta tarefa, o ICNF indicou ter-se capacitado através da entrada de 9 trabalhadores. Adicionalmente, e com vista a assegurar a celeridade dos avisos da responsabilidade do Fundo Ambiental, designadamente Condomínio de Aldeia: Programa Integrado de Apoio às Aldeias Localizadas em Territórios de Floresta, Beneficiação de Povoamentos de Pinheiro-bravo com Potencial para a Resinagem e Reforço de Atuação das Organizações de Produtores Florestais, o ICNF procedeu à contratação, pontual, de serviços de análise de candidaturas.

De acordo com a informação do ICNF, no total, estão aprovados 10.900 ha, estando concluídos 70 troços, com área total de 3.977 hectares e executados parcialmente 26 troços, com a área total de 1.737 hectares.

Apreciação e recomendações

Considera-se ser de agravar este investimento para **CRÍTICO**.

Recomenda-se:

- Que possam ser reavaliados os procedimentos existentes e a melhor adequação dos mesmos à realidade, com atuação proativa por parte da tutela governativa;
- Que seja efetuada a avaliação por parte da EMRP, para que se possa utilizar o máximo tempo possível à disposição do país, para que seja efetuado o máximo de execução de faixas de combustível, dada a sua criticidade em eventos futuros de incêndios rurais.

C08-i04.01	Meios de prevenção e combate a incêndios rurais – Subinvestimento Meios aéreos BD – Estado-Maior da Força Aérea (EMFA)
------------	--

Estes são investimentos que se inserem na programação da aquisição de meios aéreos próprios para combater incêndios rurais, de acordo com as prioridades definidas pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e pela Força Aérea. No âmbito do PRR, foram adquiridos 2 helicópteros bombardeiros ligeiros (HEBL) Koala e 9 helicópteros bombardeiros médios (HEBM) Blackhawk.

Quanto aos HEBL (Koala), uma vez que já existia um concurso anterior de aquisição, com opção de compra de mais 2 aeronaves, foram adquiridas pelo valor já contratualizado, tendo sido entregues no final do ano de 2023 e integram a frota já existente em Beja, que era de 5 aeronaves. De acordo com a informação prestada pelo EMFA, encontrando-se ambos ao serviço das missões de HERAC (Helicóptero de Reconhecimento, Avaliação e Coordenação), estando disponíveis entre maio e outubro, sendo destacados para o aeródromo da Lousã quando necessário.

Relativamente aos 9 HEBM, já foram todos adquiridos, sendo a sua entrega faseada, sendo que:

- 2 foram entregues no final de 2023;
- 1 foi entregue em abr/25;
- 3 serão entregues em 2025;
- 3 foram contratados apenas em set/24 e serão entregues em 2026, estando incluída a formação para seis pilotos e 18 mecânicos.

Os primeiros dois HEBM Blackhawk estarão disponíveis para integrar o dispositivo de combate a incêndios a partir de novembro de 2025.

Do ponto de vista do treino de pilotos encontram-se qualificados 7 pilotos e iniciarão a qualificação mais 8 pilotos durante 2025.

Sobre os mecânicos, estão qualificados 14 e iniciarão qualificação mais 10 militares em 2025.

As formações acima referidas são parte integrante dos contratos de aquisição dos helicópteros.

Decorrente do primeiro contrato de aquisição dos 6 helicópteros médios, está subcontratada uma equipa de manutenção para a execução das inspeções programadas e cujo contrato termina no final de 2026.

No que diz respeito às infraestruturas previstas, a serem concretizadas na Base Aérea 8, em Maceda, Ovar:

- Hangar: reabilitação concluída e entregue em mar/25;
- Construção do edifício da esquadra: teve início em set/24 e decorre de acordo com o programa de trabalhos, estando prevista a sua conclusão contratual para dez/25.

No anterior relatório da CNA-PRR alertou-se para a necessidade de encontrar soluções duradouras de financiamento nacional, que garantam que os investimentos não são inviabilizados no futuro, pelo que também para este relatório se questionou o EMFA sobre as ações que estão a ser tomadas para obviar a constrangimentos futuros.

De acordo com a informação enviada pelo EMFA *“A sustentação continuada desta capacidade tem sido objeto de uma atenção especial, uma vez que se trata de uma frota com necessidades particulares em termos de prontidão e operação, pelo que está em curso a elaboração de uma proposta de RCM a fim de financiar a sustentação, operação e formação continuada”*.

Apreciação e recomendações

Mantêm-se a apreciação de **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**.

Reiteram-se as recomendações anteriores:

i. O acompanhamento proativo por parte da tutela, relativamente às necessidades de financiamento da sustentação, operação e formação futuras, que não comprometam os investimentos agora realizados.

C08-i04.02	Meios de prevenção e combate a incêndios rurais- Subinvestimento Meios terrestres BD – ICNF- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P
------------	--

Este é um investimento que se encontra concluído (reportado com esse status no anterior relatório da CNA-PRR), pelo que neste e em posteriores relatórios se procedem a outras apreciações de acompanhamento, nomeadamente pagamentos/recebimentos, auditorias ou alguns resultados que se possam conhecer.

No âmbito de auditorias, o ICNF indicou que o resultado da que foi realizada por parte da Comissão Europeia (DG ECFIN), chegou em ago/24, tendo sido reportada 1 inconsistência (já explicada) e 1 recomendação (internalizada).

Quanto à manutenção de equipamentos, situação sobre a qual a CNA-PRR tem questionado os diversos beneficiários com este tipo de aquisições, a informação relativa às mesmas é de que, no âmbito do contrato de Comodato (em que os equipamentos foram atribuídos às entidades beneficiárias finais), se encontram definidas cláusulas que antecipam essa questão, nomeadamente:

Cláusula 2.^a (Compete ao Segundo Comodatário) *“1. Garantir a operacionalidade do objeto do presente contrato e assegurar o seu resguardo; 2. Assegurar a cobertura de eventuais danos de responsabilidade civil quando praticados no exercício da atividade a que se destina e decorrente do uso da maquinaria objeto do presente contrato; 3. Assegurar a sua manutenção (no representante da marca), a sua substituição, no caso de perda ou deterioração grave, ou sempre que não assegure a funcionalidade e segurança do agrupamento de sapadores florestais durante o período de vigência do contrato. Acresce a necessidade de diligenciar a execução de revisões, reparações inspeções periódicas, entre outras (...)”.*

Para além disso, os contratos também preveem o reporte diário da gestão dos equipamentos, nomeadamente na Cláusula 3.^a *“As obrigações constantes na cláusula anterior, caso solicitadas, poderão ser atestadas pelo envio dos comprovativos. É obrigatório o reporte diário, relativo à utilização e gestão dos meios, na seguinte plataforma informática desenvolvida para esse efeito: (...)”.*

A nível de execução financeira, foi possível uma eficiência de cerca de 500 mil euros nas aquisições previstas, tendo sido aceite pela EMRP o investimento no reforço de aquisição de mais viaturas e equipamentos.

Apreciação e recomendações

Este investimento encontra-se **CONCLUÍDO**.

C08-i04.03	Meios de prevenção e combate a incêndios rurais BD- Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I.P (IPMA)
------------	--

Este é um investimento já concluído materialmente, mas ainda não financeiramente.

Resumo das aquisições e financiamento:

Aquisição de bens ou serviços	Valor s/IVA (euros)	Estado
Sistemas de radar de Coruche/Cruz do Leão e Loulé/Cavalos do Caldeirão	2.791.188	Concluído e sistemas operacionais

2 detetores de trovoadas (Olhão e Viana do Castelo)	169.600	Concluído e sistemas operacionais
2 estações meteorológicas automáticas (Coruche/Cruz do Leão e Loulé/Cavalos do Caldeirão)	58.230	Concluído e sistemas operacionais
Total	3.019.018	
Dotação PRR	3.040.000	
Valor reembolsado ao IPMA (mar/25)	2.733.322	
Valor reembolsado de IVA (mar/25)	0	

A reunião com o IPMA realizou-se para acompanhar os resultados já identificáveis.

No pós-investimento, começamos a identificar as interligações entre várias aquisições e no caso do IPMA isso é bastante evidente. Para além destas aquisições na C08, há investimentos no âmbito da C10, que têm que ser apreciadas em conjunto.

É o caso da renovação da rede de radares nacional, incluindo os dos Açores (estes no âmbito do investimento da C10), que possibilita uma abrangência de mais de 1.000 kms2, sendo que Portugal divide a cobertura do espaço aéreo com os EUA, na maior divisão aérea do Atlântico.

Esta capacidade não existia e permite agora a previsão de fenómenos meteorológicos extremos (em termos de cobertura e grande precisão). No caso, p.ex. da Ilha da Flores, não era possível a previsibilidade de tempestades e agora qualquer cidadão pode saber o que vai acontecer. Esta é, portanto, uma tecnologia que permite salvar vidas.

Esta capacidade de previsão é possível, devido à aquisição do supercomputador (investimento no âmbito da C10), estando ainda por resolver as fragilidades do site do IPMA (rede informática de 1998), para a qual está proposto novo investimento no âmbito da reprogramação.

Estas novas capacidades irão permitir o lançamento de um boletim especializado para a agricultura (disponível em agroclima.ipma.pt), com a possibilidade de identificação de granizo, saraivada, escaldões, etc e que pode ser consultado para cada tipo de cultura e até ao nível do concelho.

Estes são serviços que se esperam que tenham impacto económico, uma vez que, sendo de acesso livre e gratuito, permite aos agricultores fazerem a gestão mais cuidada, incluindo a decisão de utilização de agroquímicos.

Está também em preparação um boletim idêntico para a pesca, podendo a partir daqui serem também pensadas outras soluções para outras áreas.

No caso da prevenção aos incêndios rurais, o reforço com os novos radares, detetores de trovoadas e estações meteorológicas, no continente, permite uma melhor identificação e previsão dos que tenham origem em descargas elétricas, sendo que, em conjunto com a rede de radares dos Açores, o supercomputador e a

modernização da rede informática, as expetativas são de que exista um salto qualitativo e quantitativo, na capacidade de prever e atuar em fenómenos climáticos, cada vez mais extremos e inesperados.

Apreciação e recomendações

Este investimento encontra-se **CONCLUÍDO**.

C08-i05.01	Programa MAIS Floresta: Reforma do sistema de prevenção e combate de incêndio BI- SGMAI- Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna
------------	---

Reprogramação: Propôs-se a redução de ambição (-0,1 M€) passando de 684 para as 600 horas de formação (decorrente de se ter alterado a duração mínima das formações a ministrar). Similarmente, foi proposto o aumento da ambição (23,5 M€), através da implementação de medidas na área da prevenção de incêndios rurais e no reforço de competências em áreas do setor florestal.

Existem 5 grandes áreas de intervenção, cujo ponto de situação (abr/25) é colocado abaixo, de acordo com as informações prestadas pela SGMAI:

Aumento da capacidade da resposta operacional da Autoridade Nacional Emergência e Proteção Civil (ANEPC), da Guarda Nacional Republicana (GNR) e dos Corpos de Bombeiros

Foram adquiridas 222 viaturas (valor global de 21,6 M€), das quais 212 foram entregues até 31/12/24:

- ✓ 80 para a ANEPC;
- ✓ 55 para a GNR;
- ✓ 81 para os corpos de bombeiros, distribuídas mediante contrato de comodato;
- ✓ 6 para a Escola Nacional de Bombeiros (ENB).

Aguarda-se entrega de 10 VCOT à GNR, até 30/04/25. Motivo do atraso: Modelo das viaturas adquiridas descontinuado.

Equipamentos operacionais

Beneficiaram do reforço de equipamentos operacionais, e Equipamentos de Proteção Individual (EPI) (florestais e biológicos), a ANEPC, os Corpos de Bombeiros e a GNR.

ANEPC: Equipamentos adquiridos e entregues até 31/12/24. Houve a possibilidade de reforço de verba, tendo os respetivos procedimentos para mais equipamentos sido lançados em 26/02/25 (valor global de 3,7M€).

GNR: Equipamento adquiridos e entregues na totalidade até 31/12/24 (valor global de 509 mil €).

EPIs Florestais e Biológicos:

-EPIs Biológicos (ANEPC): concluído em 2024 (valor global de 429 mil €);

-EPIs Florestais (ANEPC): a maior parte dos equipamentos adquirida e entregue até 31/12/24 (valor global de 1,5 M€). Para os restantes, aguarda lançamento do último procedimento concursal, para aquisição de fatos de proteção (multirriscos), capacetes, botas, luvas e cogulas. A entrega destes EPIs será faseada até à data-limite de 30 de junho de 2025;

-EPIs Florestais (GNR): a maior parte dos equipamentos foi adquirida e entregue até 31/12/24 (valor global de 1,49 M€). No final de 2024, o último procedimento concursal lançado pela GNR foi impugnado (foi solicitado adiamento do prazo de execução do projeto até 31/12/2025). Será ainda lançado um procedimento concursal para aquisição de Fatos de Intervenção Florestal (valor de 515 mil€).

-EPIs Florestais (Corpos de Bombeiros): a maior parte dos equipamentos foi adquirida e entregue até 31/12/24 (valor global de 5,2 M€). Será ainda lançado um último procedimento concursal, para aquisição de Dispositivos Móveis para Suporte à gestão das Operações (valor de 100 mil€), com execução até 30/06/25 e entrega faseada dos equipamentos.

Infraestruturas

Para além da criação de 6 estruturas da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), esta medida integra ainda os seguintes projetos, para reforço das infraestruturas de proteção civil:

- Adaptação dos Imóveis dos CREPC do Alentejo (Évora) e do Centro (Viseu): Aquisição de Consolas Siresp - 62.464,88€; Aquisição de equipamento informático e tecnológico (Recursos Tecnológicos) - 199.087,25€;
- Adaptação de quatro edifícios existentes para a instalação de quatro novas estruturas de proteção civil de nível sub-regional:
 - Empreitada de Remodelação/Adaptação e Conservação do Edifício – CSR do Alto Tâmega (Chaves) - 148.603,90€;
 - Empreitada de Remodelação/Adaptação e Conservação do Edifício – CSR do Tâmega e Sousa (Baião) - 204.349,15€;
 - Empreitada de Remodelação/Adaptação e Conservação do Edifício – CSR do Médio Tejo (Vila Nova da Barquinha) - 268.575,80€;
 - Empreitada de conceção-construção da ampliação/adaptação do edifício para instalação do CSR do Oeste (Caldas da Rainha) - 469.790,02€.
- Implementação do GCS da FEPC (Almeirim) - Elaboração dos projetos de especialidade e projetos de arquitetura e empreitada, encontra-se concluída a 1.ª fase. Está em fase de aquisição de serviços para elaboração dos projetos de arquitetura e especialidades - 19.499,00€ (conclusão expectável em nov/25).

Ações de informação e sensibilização

A operação “Prevenir comportamentos de risco na população”, estava sujeita a dois marcos. O primeiro “Desenvolver uma campanha nacional de sensibilização e informação de forma a prevenir comportamentos de risco na população”, foi

cumprido dentro do prazo estipulado (31/12/2022), e o segundo, “Desenvolvimento de uma campanha de sensibilização para prevenir comportamentos de risco” (ASPS), igualmente cumprido em 30/09/2023 teve como ações as seguintes:

Campanhas de sensibilização para a Autoproteção Face ao Risco de Incêndios Rurais – Spots de áudio e vídeo para TV e publicação em jornais impressos.

Folhetos e sinalética no âmbito de ações de sensibilização para autoproteção face ao risco de incêndios rurais; Aquisição de sinalética relativas a rotas de evacuação e locais de abrigo e refúgio (Concelhos do Parque Natural da Serra da Estrela);

Kits de emergência, nomeadamente as localizações e respetivas ações de capacitação, no âmbito dos Programas "Aldeia Segura" e "Pessoas Seguras" (ASPS), das ações de prevenção estrutural e espaços florestais, que permitiu dotar de kits de evacuação um universo aproximado de 6.000 pessoas residentes em freguesias identificadas como prioritárias para efeitos de fiscalização da gestão de combustível. Os kits contemplam Mochila; Colete; Apito; Rádio / lanterna; Estojo de primeiros socorros; Garrafa; e Folheto). Houve ainda kits de apoio aos locais (Concelhos do Parque Natural da Serra da Estrela).

Ações de prevenção estrutural: foram realizadas ações de sensibilização para a autoproteção face ao risco de incêndios rurais, em 2022 (1), 2023 (2) e 2024 (1). Neste tipo de ação, incluem-se ainda, os kits de emergência acima referidos (2023 (1) e 2024 (1)).

Reforço da qualificação dos operacionais

Está prevista a aquisição de 6 viaturas para formação (adquiridas e entregues conforme nota na aquisição de viaturas) e a formação de pelo menos 3.300 operacionais (número atingido em abril/2024).

Relativamente à formação, até 31/12/2024, foram realizadas 272 ações de formação, abrangendo um total de 3.898 operacionais que intervêm no combate aos incêndios rurais. Estes formandos são oriundos de corporações de bombeiros (associações humanitárias, CB municipais, etc), de norte a sul do país.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**.

C08-i05.02	Programa MAIS Floresta: Reforço de atuação das organizações de produtores florestais (OPF) e dos Centros de Competências (CC) no setor florestal BI- Fundo Ambiental
------------	---

Reforço da atuação das 164 Organizações de Produtores Florestais (OPF)¹²² constituídas e dos 3 Centros de Competências do setor florestal¹²³ constituídos.

¹²² Informação mais detalhada pode ser obtida em: <https://icnf.pt/florestas/fileirasflorestais/opf>
¹²³ Informação mais detalhada pode ser obtida em: <https://icnf.pt/florestas/fileirasflorestais/centrosdecompetencianosectorflorestal>

No que diz respeito à medida de Reforço de atuação das organizações de produtores florestais (OPF):

Estão em execução 81 candidaturas, com valor elegível de 8,4 M€, com a maior parte a reportar execução financeira acima de 40%. A informação constante no último relatório publicado¹²⁴ (30/06/24) indicava que estão a ser realizadas as atividades contratadas.

Com estes investimentos espera-se reforçar a complementaridade das medidas de política florestal, robustecendo o associativismo e reconhecendo nas OPF um parceiro privilegiado do Estado para valorizar a floresta e a sua gestão ativa. Prevê-se igualmente o reforço da prestação de serviços para a concretização de determinadas ações a contratualizar com as OPF, como contributo para potenciar os serviços de natureza pública que os territórios florestais prestam e, simultaneamente, reforçar os serviços de proximidade junto dos proprietários florestais e fomentar a implementação das reformas e investimentos previstos.

Este é também um dos investimentos da Floresta, em que a entidade responsável pela análise de candidaturas, pedidos de pagamento e acompanhamento é da responsabilidade do ICNF. De acordo com esta entidade, os principais constrangimentos sentidos neste investimento têm sido:

- Falta de capacidade técnica das OPF e dos CC e onde a contratação de técnicos consumiu muito tempo;
- Instrução insuficiente dos pedidos de pagamento: não apresentação de evidências suficientes, nomeadamente filme fotográfico, lista de presenças ou cumprimento de regras de comunicação (inclusão de barras de financiamento);
- Não apresentação de identificação dos prédios rústicos, no caso das certificações florestais.

Dada a fase inicial em que se encontram estes investimentos, ainda não existem informações sobre resultados obtidos.

No que diz respeito à medida dos Centros de Competências no setor florestal:

De acordo com o último relatório de execução publicado¹²⁵ (31/12/24), mantiveram-se as percentagens de execução financeira anteriormente reportadas, com uma média de 10,3%:

Entidade beneficiária	Centro de competência	Financiamento aprovado	% de execução financeira
FILCORK - Associação Interprofissional da Fileira da Cortiça	Sobreiro e cortiça	124.800 €	14,5
UNAC - União da Floresta Mediterrânica	Pinheiro-manso e pinhão	124.800 €	20,1

¹²⁴ O relatório pode ser consultado [aqui](#)

¹²⁵ O relatório pode ser consultado [aqui](#)

Associação para a Valorização da Floresta de Pinho (Centro PINUS)	Pinheiro-bravo	101.463 €	5,6
Município de Alcoutim	Desertificação	124.800 €	0

Em termos de execução física, apenas as ações “desenvolvimento de estudos” reportam atividade (16,75%).

A execução mantém-se muito baixa e não se conhecem ainda resultados. Foram submetidos três pedidos de reprogramação (2 para o Município de Alcoutim e 1 para a FILCORK), todos com parecer desfavorável.

O objetivo deste investimento é potenciar as parcerias constituídas e, assim, reforçar a investigação colaborativa, promover a inovação, as boas práticas e a transferência e a divulgação do conhecimento no setor florestal.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento com **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**, tendo em conta a necessidade de interligar com a generalidade dos investimentos relacionados com a Floresta e que, de uma forma geral são preocupantes ou críticos.

C08-i05.03	Aplicação de medidas no domínio da prevenção de incêndios rurais e do reforço das capacidades nas zonas do setor florestal
------------	--

Reprogramação: este investimento foi incluído como reforço de ambição.

Metas: Fornecimento de 2 000 armadilhas inteligentes para a implementação de um sistema inteligente de vigilância de vetores de doenças relevantes para a fitossanidade e a saúde animal Entrega de 87 unidades de equipamento para gestão florestal (estilhaçadoras de madeira e tratores florestais). Fornecimento de 20 000 kits de armadilhas inteligentes para monitorização de pragas florestais e de controlo de plantas lenhosas invasoras. Conclusão de quatro ações de reforço das capacidades selecionadas através de convites abertos à apresentação de propostas para capacitar os profissionais do setor florestal.

Apreciação e recomendações

Este investimento **NÃO FOI ACOMPANHADO**.

Componente C09 | Gestão Hídrica

C09-i01.01	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM1 – Reduzir perdas de água no setor urbano BI – Comunidade Intermunicipal do Algarve (AMAL)
------------	---

Meta: Conclusão de 125 Kms de intervenções nas redes para reduzir as perdas de água até T1/26.

Este subinvestimento, da responsabilidade da AMAL, tem como objetivo apoiar o financiamento de projetos que visem a redução de perdas reais de água no setor urbano, através da renovação e reabilitação de infraestruturas degradadas ou tecnicamente deficientes nos sistemas em baixa, e na implementação de zonas de monitorização e controlo (ZMC) e de zonas de pressão controlada (ZPC).

Tem associado, como entidades responsáveis pela implementação, as 19 entidades gestoras (EG) dos serviços de abastecimento de água da região do Algarve, abrangendo 16 municípios.

A execução desta medida conta ainda com a colaboração da APA, não só como entidade coordenadora do investimento, mas através de uma colaboração próxima na elaboração dos avisos e análise das candidaturas, bem como com o apoio técnico-científico do LNEC.

O ponto de situação foi recolhido pela CCDDR Algarve e pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e reporta-se a mar/25.

Na sequência dos 4 Avisos de abertura de Concurso realizados e 8 Comissões de Gestão, está aprovado um total de 60,1 M€ de investimento elegível, executados 10,8 M€, em execução 23,5 M€, em concurso 13,9 M€ e por lançar 11,9 M€.

O investimento executado e em execução (37,4 M€), contribui para a reabilitação de 154,3 km.

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**, tendo em atenção a necessidade de execução no terreno, em várias localizações e à pressão para a contratação pública de várias empreitadas.

C09-i01.02	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM2 – Reduzir perdas de água e aumentar a eficiência no setor agrícola BI - Fundo Ambiental, com o apoio técnico da DGADR e com análise de candidaturas delegada na Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve (DRAP Algarve) BF- Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) (Investimentos Hidroagrícolas coletivos) BF- Empresas (Regadios privados)
------------	---

Reprogramação: foi **aprovado** o ajustamento do descritivo da meta¹²⁶.

Meta: modernização e o aumento da eficiência da rega de 10.300 ha da área dos aproveitamentos hidroagrícolas coletivos e regadios privados | T1/26.

¹²⁶ Descritivo da meta “ Zonas abrangidas pela adoção de sistemas de distribuição mais eficientes, implementação de sistemas de teledeteção e controlo dos consumos, e a implementação de sistemas de deteção de fugas dos aproveitamentos hidroagrícolas coletivos e para a instalação de sistemas de rega mais eficientes e monitorizáveis nos regadios individuais.”

O ponto de situação foi recolhido pela DGADR e reporta-se a meados de mai/25.

A medida Reabilitação dos Aproveitamentos Hidroagrícolas Coletivos, inclui os seguintes investimentos:

- i. Modernização da rede de distribuição de água para a rega do Aproveitamento Hidroagrícola (AH) do Alvor:
 - Projeto de execução das infraestruturas primárias de rega- 1ª fase (volume 1) concluído em 2024.
 - A 05/05/25, foi enviado para o Ministério da Agricultura, o pedido de para autorização de adjudicação à empresa Cimontubo – Tubagens e Soldadura, Lda (contrato público n.º 231/DGADR/2024).
 - Projeto de Execução - 2.ª fase disponibilizados em março 2025 (volume 2- infraestruturas secundárias de rega e volume 3- unidade de produção para autoconsumo;
 - Aguarda-se entrega do volume 4- sistema de informação geográfica, referente aos Volumes 1, 2 e 3) e o volume 5. Circuito de “águas para reutilização” da ETAR da Companhia (empreitada individualizada).
- ii. Modernização da rede de rega do Aproveitamento Hidroagrícola de Silves, Lagoa e Portimão:
 - Aguarda-se o envio das versões finais do Projeto de Execução do Adutor do Funcho e do EIA (maio/junho 2025).
 - Intervenção alternativa (Telegestão, Válvula de Jato Oco e Reabilitação de troço do CCG): foi efetuada a adjudicação do contrato para a telegestão e há condições para avançar para consignação. Estão elaborados os documentos de suporte para o concurso da válvula e reabilitação de troço.
- iii. Controlo de fugas no Aproveitamento Hidroagrícola do Sotavento Algarvio:
 - Plano de Ação concluído em mar/25;
 - Concurso público para aquisição de serviços para execução das ações do Plano de Ação em fase de publicitação deste procedimento (180 dias, com cabimento e autorização a 13/05/25).

Relativamente à medida direcionada aos Regadios Privados:

Na sequência dos 2 Avisos de Abertura de Concurso para Eficiência Hídrica na parcela agrícola e com uma dotação inicial de 4 M€, foram aprovadas um total de 12 candidaturas, correspondente a um investimento elegível de 0,94 M€ (financiamento de 0,54 M€).

As verbas disponíveis do investimento dos Regadios Privados reforçaram o investimento dos Aproveitamentos Hidroagrícolas Coletivos.

Apreciação e recomendações

Considera-se ser de manter este investimento com **PREOCUPANTE**.

Apesar de uma alteração no descritivo da meta e da transferência de verbas entre investimentos, ainda se verificam pressões ao nível da contratação pública, não estando adjudicadas as empreitadas.

C09-i01.03	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM3 - Reforçar a governança dos recursos hídricos
------------	--

Reprogramação: foi aprovado a extensão de prazo da meta de T4/24 para T2/25.

Meta: instalação de 50 piezómetros

Este é um investimento que implica a interligação entre todas as entidades intervenientes a nível hídrico na região do Algarve. Para além de vários investimentos (cujo ponto de situação se apresenta abaixo), inclui também uma verba para a coordenação global. Existe uma meta associada e que é relativa à instalação de 50 pontos adicionais para a monitorização dos recursos hídricos subterrâneos.

O ponto de situação foi recolhido pela CCDR Algarve e pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e reporta-se a mar/25.

- Reforço da monitorização dos níveis piezométricos:
Está em fase de conclusão a empreitada de construção de 50 piezómetros.
- Estações hidrométricas a jusante e montante do Pomarão- projeto concluído

A taxa de execução (entre investimentos concluídos e em conclusão) é de 45%, sendo os restantes investimentos os seguintes:

- Avaliação da intrusão salina na MA Querença-Silves
- Estudo de Caracterização de Água Subterrânea dos Grandes Utilizadores da MA Querença-Silves
- Implementação de equipas móveis dotadas de equipamentos de amostragem e equipamentos analíticos portáteis
- Estudo dos caudais ecológicos das barragens da Bravura e Arade e projeto dos respetivos dispositivos

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento **ALINHADO COM O PLANEAMENTO**.

C09-i01.04	Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve: SM4 – Promover a utilização de Água Residual Tratada; SM5 – Aumentar a capacidade disponível e resiliência das albufeiras/sistemas de adução em alta existentes e reforçar com novas origens de água; e SM6 - Promover a dessalinização de água do mar BD - Águas do Algarve S.A. (AdA)
------------	---

Reprogramação: foram **retirados** os investimentos SM5 e SM6. Foi **alterado** o descritivo da meta, substituindo por medidas alternativas que assegurem a concretização dos mesmos objetivos.

Metas:

- 4 estações de tratamento abertas para assegurar a produção de águas residuais tratadas aptas para reutilização | T1/26
- Entrada em funcionamento da primeira fase da ligação entre os sistemas de abastecimento em alta do Barlavento/Sotavento Algarvio | T2/26

- Conclusão das obras de reforço da interligação entre Chão das Donas e a ETA de Fontainhas | T2/26

O ponto de situação foi recolhido pela CCDDR Algarve e pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e reporta-se a mar/25.

- Subsistema de Águas para Reutilização (ApR) de Quinta Lago – em execução
- Subsistema ApR de Vilamoura – em execução
- Subsistema ApR de Albufeira Poente – em execução
- Subsistema de ApR de Almargem (que substituiu a ApR de VRSA) – em fase de lançamento do concurso
- ApR Boavista (Lagos) - em fase de conclusão
- Captação do volume morto da Albufeira de Odeleite: concluído
- Reforço da interligação dos sistemas de abastecimento em alta do Sotavento/Barlavento (600l/s): Consignação prevista até final do mês de março. Final da execução da empreitada está previsto para 1ºT 2026
- Ligação dos sistemas de abastecimento em alta do Sotavento/Barlavento Algarvio (ligação Chão das Donas (Ponto entrega de Portimão) e ETA de Fontainhas): aguarda autorização de aumento do Investimento pelo Concedente, para adjudicação

Apreciação e recomendações

Considera-se este investimento **NECESSÁRIO ACOMPANHAMENTO**, tendo em atenção a necessidade de execução de várias obras (algumas ainda em início de empreitada ou adjudicação).

C09-i02/i04	Aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Crato (fases de planeamento e construção) BD- Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo (CIMAA)
-------------	--

Reprogramação: Foi aprovada a remoção deste investimento no Âmbito do PRR.

Apreciação e recomendações

Este investimento foi **RETIRADO** do PRR.

C09-i05	Parque Fotovoltaico do Alqueva BI ou BD- EDIA
---------	--

Reprogramação: Foi **aprovado** o aumento de ambição (35 M€) através do investimento na produção de energia através de fontes renováveis (instalação de um conjunto de painéis fotovoltaicos) no lago da barragem do Alqueva.

Apreciação e recomendações

Este investimento **NÃO FOI ACOMPANHADO**.



CNA | PRR

Comissão Nacional de
Acompanhamento do PRR

Anexo I

LISTA DE REUNIÕES* COMISSÃO ESPECIALIZADA TERRITÓRIO

* NAS REUNIÕES COM AS ENTIDADES ACOMPANHADAS, INCLUINDO OS RESPECTIVOS MINISTÉRIOS DE TUTELA, ESTEVE PRESENTE O PRESIDENTE DA CNA-PRR, SENDO ACOMPANHADO, QUANDO POSSÍVEL, PELO/A RESPECTIVO/A COORDENADOR/A DA COMISSÃO ESPECIALIZADA. FORAM PRODUZIDOS RESUMOS DE TODAS AS REUNIÕES, QUE SE ENCONTRAM NOS ARQUIVOS DA CNA-PRR, PARA MEMÓRIA FUTURA.

Anexo I

Lista das reuniões da Comissão Especializada Território

Data	Entidade	Investimento acompanhado
03/10/2024	Comunidade Intermunicipal de Aveiro	Áreas de Acolhimento Empresarial
11/10/2024	Câmara Municipal de Setúbal	Missing Links
05/11/2024	Ministra do Ambiente	AIGP e OIGP
08/11/2024	Comunidade Intermunicipal do Cávado	Cadastro Predial (eBUPi)
12/11/2024	Verdelafões (Vouzela)	Operações Integradas de Gestão da Paisagem
19/11/2024	Infraestruturas de Portugal (Almada)	Missing Links Ligações Transfronteiriças Ligações áreas de Acolhimento Empresarial
13/01/2025	Câmara Municipal de Mértola	Gestão Hídrica
17/02/2025	Fundo Ambiental	Floresta Gestão Hídrica
05/03/2025	IFAP	Emparcelar para Ordenar
31/03/2025	ICNF	Faixas primárias de combustível Inventário da Floresta Nacional Programa Resineiros Vigilantes Meios de prevenção e combate a incêndios
14/04/2025	Direção-Geral do Território	Floresta
14/04/2025	eBUPi	Floresta
30/04/2025	Agência para o Clima	Operações Integradas de Gestão da Paisagem



CNA | PRR

Comissão Nacional de
Acompanhamento do PRR

Apêndice

**LISTA DE REFORMAS, PRAZOS DE
CUMPRIMENTO E RESPECTIVAS EVIDÊNCIAS**

Apêndice | Reformas

As reformas constituem uma parte muito significativa do PRR, quer em termos de valor de desembolso, quer em termos de alterações nas respetivas áreas de aplicação. Na generalidade as reformas referem-se a alterações legislativas, sendo a responsabilidade da sua promoção, publicação e implementação, dos respetivos Ministérios de tutela.

Para acompanhar a publicação de legislação, utilizaram-se as evidências recolhidas e partilhadas publicamente pela EMRP, no seu relatório de monitorização anual¹²⁷. Para além dessa informação (de carácter estático), a implementação das mesmas ou a identificação de constrangimentos relacionados com essa implementação, foram acompanhados durante as reuniões com os Ministérios de tutela ou com as entidades beneficiárias (intermediários ou diretos), que estão diretamente interligados com essas áreas de ação.

Nas páginas seguintes constam os resumos dos objetivos de cada uma das reformas, bem como um quadro com as metas/marcos associados, a respetiva data de conclusão prevista, bem como a designação (e respetivo link), do diploma legal publicado ou documento(s) que comprovam a publicação. As confirmações de adequação e evidência, serão assegurados pela EMRP, pela Comissão de Auditoria e Controlo (CAC), bem como por outros organismos de auditoria e fiscalização, pelo que a informação recolhida pela CNA-PRR se destina a acompanhar e apreciar do ponto de vista duma visão global.

Conforme o tempo vai passando desde a publicação da legislação ou outra documentação (desde 2021), há alterações que vão sendo introduzidas. Sendo essas alterações parte de um processo normal de aprendizagem e adequação à própria conjuntura nacional, é necessário que as entidades tenham atenção às mesmas, uma vez que, fruto do financiamento via PRR, há o compromisso de que os efeitos não sejam revertidos, sob pena de devolução de verbas.

Não é permitida reprogramação relacionada com reformas (apenas com investimentos).

Componente C01 | Serviço Nacional de Saúde

A **reforma RE-r01: Reforma dos cuidados de saúde primários** consistirá na aplicação de várias medidas legislativas e regulamentares, tendo em vista:

i) alargar as responsabilidades e o âmbito de intervenção dos agrupamentos de centros de saúde, bem como a tipologia das unidades funcionais que os compõem;

¹²⁷ Os relatórios de monitorização anual, bem como os semestrais, trimestrais ou semanais, podem ser consultados [aqui](#)

- ii) rever o regime jurídico para a organização e o funcionamento das unidades funcionais, bem como o regime de incentivos a atribuir aos elementos que as integram;
- iii) criar um instrumento de estratificação do risco para apoiar a gestão clínica nas unidades funcionais dos agrupamentos de centros de saúde;
- iv) concluir a transferência de responsabilidades no domínio da saúde da administração central para a administração local.

Os marcos e metas relacionados com a implementação da reforma foram concluídos até 31 de dezembro de 2023.

C01 Serviço Nacional de Saúde			
Ano/trimestre	Reforma	Pedido de desembolso	Evidência
2022/T3	Meta: Disponibilização de acesso ao instrumento de estratificação do risco para apoiar a governação clínica nas unidades funcionais dos agrupamentos de centros de saúde (10)	N/A	Estrategia-Estratificacao-Risco-29-11-2021.pdf (min-saude.pt) Projetos-piloto e formação teórica dos profissionais realizada. Instrumento de estratificação em vigor a partir de 01/09/2022 (nos projetos-piloto). Em execução, dashboard com informação do risco (nos Sistema de dados Mestre-SDM). <u>Complemento:</u> Despacho n.º 12986/2023 I DR. Define a estratégia de utilização no SNS
2022/T2	Meta: Conclusão do processo de descentralização das responsabilidades no domínio da saúde nos municípios (201)	3º	201 municípios assinaram protocolos de descentralização
2022/T4	Marco: Entrada em vigor de atos jurídicos no domínio dos cuidados de saúde primários	4º	Decreto-Lei n.º 52/2022, de 4 de agosto - Estatuto do Serviço Nacional de Saúde Decreto-Lei n.º 102/2023, de 7 de novembro , Criação, com natureza de entidades públicas empresariais, de unidades locais de saúde Decreto-Lei n.º 103/2023, de 7 de novembro Aprova o regime jurídico de dedicação plena no Serviço Nacional de Saúde e da organização e do

Ano/trimestre	Reforma	Pedido de desembolso	Evidência
			funcionamento das unidades de saúde familiar Portaria n.º 411-A/2023, de 5 de dezembro, que Regula o índice de desempenho da equipa multiprofissional das unidades de saúde familiar de modelo B, e a atribuição dos incentivos institucionais a estas e às unidades de cuidados de saúde personalizados Despacho n.º 12456-B/2023, de 5 de dezembro que determina a carteira básica de serviços e os princípios da carteira adicional de serviços das unidades de saúde familiar
2023/T4	Meta: Disponibilização de acesso ao instrumento de estratificação do risco para apoiar a governação clínica nas unidades funcionais dos agrupamentos de centros de saúde (1000)	5º	Disponibilizado em dez/23 (contabilizadas 1.373 Unidades Funcionais).

A **reforma r02** tem como objetivo atuar em 5 eixos de intervenção:

- i) desinstitucionalizar os doentes residentes em hospitais psiquiátricos ou em instituições do setor social;
- ii) concluir a cobertura nacional de serviços locais de saúde mental, nas vertentes de internamento, ambulatório e intervenção comunitária;
- iii) alargar a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, com ênfase na saúde mental;
- iv) reorganizar os serviços de psiquiatria forense;
- v) implementar os planos regionais de saúde para as demências.

C01	Serviço Nacional de Saúde		
Ano/trimestre	Reforma	Pedido de desembolso	Evidência
2021/T4	Marco: Reforma da saúde mental (entrada em vigor do novo Dec.Lei de saúde mental)	1º	Decreto-Lei n.º 113/2021 de 14 de dezembro de 2021, que estabelece os princípios gerais e as regras da organização e funcionamento dos serviços de saúde mental (0010400118.pdf (dre.pt)) Relatório de mar/24: Reforma-de-Saúde-Mental-Três-anos-de-transformação.pdf

Ano/trimestre	Reforma	Pedido de desembolso	Evidência
2022/T1	Marco: Entrada em vigor da legislação que aprova a tabela de preços do Serviço Nacional de Saúde para estimular o estabelecimento dos Centros de Responsabilidade Integrados de Saúde Mental	N/A	Entrada em vigor do regime de incentivos financeiros para os CRI, através do Decreto-Lei n.º 103/2023, de 7 de novembro, aditado pelo Decreto-Lei n.º 118/2023, de 20 de dezembro , regime jurídico dos centros de responsabilidade integrados em hospitais do Serviço Nacional de Saúde
2023/T1	Marco: Entrada em vigor da nova Lei de Saúde Mental, que estabelecerá os princípios relacionados com os direitos das pessoas com doença mental e regulará a hospitalização e o internamento compulsivos	4º	https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/35-2023-215980339 .

A **reforma r03** tem como objetivo aumentar a eficiência da resposta hospitalar no SNS, nomeadamente através de:

- i) reforma da organização e gestão interna dos hospitais;
- ii) reconfiguração da rede hospitalar, de acordo com o planeamento da capacidade em termos de volume de serviços, recursos humanos e infraestrutura;
- iii) melhoria da articulação com as restantes respostas do SNS, nomeadamente com os cuidados de saúde primários e com as redes de cuidados continuados integrados, paliativos e de saúde mental;
- iv) envolvimento dos profissionais e das estruturas intermédias na gestão dos hospitais;
- v) centralização das respostas nas reais necessidades em saúde e bem-estar das pessoas.

C01		Serviço Nacional de Saúde	
Ano/trim	Reforma	Pedido de desembolso	Evidência
2022/T2	Marco: Entrada em vigor do novo modelo de contrato de gestão	2º	Portaria n.º 167-B/2022 , de 30 de junho, que estabelece as regras quanto à elegibilidade, composição, determinação e atribuição aos gestores públicos, que exerçam funções executivas em entidades públicas empresariais integradas no Serviço Nacional de Saúde, de uma remuneração variável associada ao

Ano/trim	Reforma	Pedido de desembolso	Evidência
			reconhecimento e incentivo da boa gestão
2022/T2	Marco: Entrada em vigor do regime de incentivos financeiros para os Centros de Responsabilidade Integrados	N/A	O marco está cumprido, pelo facto da entrada em vigor do regime de incentivos financeiros para os CRI, através do Decreto-Lei n.º 103/2023 , de 7 de novembro, aditado pelo Decreto-Lei n.º 118/2023 , de 20 de dezembro.
2022/T4	Meta: Reforço das respostas de hospitalização domiciliária nos hospitais do Serviço Nacional de Saúde (5000)	N/A	Meta reportada como concluída com 11.806 episódios de Hospitalização Domiciliária
2022/T4	Meta: Criação de novos Centros de Responsabilidade Integrados nos hospitais do Serviço Nacional de Saúde (10)	3º	Foram criados 29 Centros de Responsabilidade Integrados nos Hospitais do SNS.
2023/T1	Marco: Entrada em vigor dos novos modelos de organização dos serviços de urgência metropolitanos de Lisboa e do Porto	N/A	Despacho n.º 10692/2022 , de 2 de setembro, cria a comissão executiva para rever os modelos de organização dos serviços de urgência das Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto. Foram elaborados os seguintes relatórios: 1) Pedopsiquiatria, 2) Urologia, e 3) Gastroenterologia Ainda sem informações acerca do progresso.
2023/T1	Marco: Entrada em vigor do novo regime de exclusividade para o exercício de funções no Serviço Nacional de Saúde	4º	Decreto-Lei n.º 103/2023 DR define o novo regime de dedicação plena para o exercício de funções no SNS.
2024/T1	Marco: Entrada em vigor do novo Plano de Contabilidade de Gestão do Serviço Nacional de Saúde	6º	Entrada em vigor do novo Plano de Contabilidade de Gestão do SNS com a publicação do Despacho n.º 2871/2024, de 18 de março. Circular Normativa 20_2024.pdf de 2024-06-21 (ACSS) para as ULS, sobre Plano de Contabilidade Analítica (ou Contabilidade de Gestão) do SNS (produção de efeitos em 01/01/25)
2024/T2	Marco: Entrada em vigor do plano de ação para reforçar os mecanismos de compra centralizada de medicamentos	6º	PLANO-DE-COMPRAS-20_06_2024.pdf

Ano/trim	Reforma	Pedido de desembolso	Evidência
			Este plano atribui à SPMS a missão de centralizar, otimizar e racionalizar a aquisição de bens e serviços, passando a ter atribuições na definição da estratégia de compras, procedimentos pré-contratuais, contratação pública, logística, pagamentos e monitorização de desempenho do SNS. Este modelo de Governação implica organizações e intervenientes interligados entre si, nomeadamente ULS, Peritos, Associações, Reguladores de Mercado, Fornecedores e Cocontratantes e também políticas públicas e a Ação Governativa. Divulgação geral elaborada pela SPMS: CIRCULAR-ConjuntaSF 31972024 13 03.pdf
2024/T4	Meta: Reforço das respostas de hospitalização domiciliária nos hospitais do Serviço Nacional de Saúde (5000)	7º	Meta concluída com 11.806 episódios de Hospitalização Domiciliária.
2025/T4	Meta: Criação de novos Centros de Responsabilidade Integrados nos hospitais do Serviço Nacional de Saúde (25)	9º	

Componente C02 | Habitação

A **reforma r04 - Plano Nacional de Alojamento Urgente e Temporário** tem como objetivo a criação de uma resposta estruturada e transversal para pessoas que carecem de soluções de alojamento de emergência (devido a acontecimentos excecionais ou imprevisíveis ou a situações de risco iminente) ou de transição (nos casos que, pela sua natureza, necessitam de respostas de alojamento e de acompanhamento, antes de uma solução habitacional definitiva), tendo em vista a sua proteção, autonomização e inclusão social e o combate às desigualdades.

Na ausência de um parque de habitação social com uma dimensão adequada e de uma resposta estruturada a carências de alojamento urgentes, as medidas excecionais de proteção do direito a permanecer na habitação própria ou arrendada – ou de disponibilização de alojamento alternativo – que foram adotadas

nos últimos meses, não respondem de modo suficiente e sustentado às necessidades identificadas.

É objetivo desta reforma desenvolver o enquadramento legal e regulamentar necessário a estabelecer o modelo de governação da Bolsa Nacional do Alojamento Urgente e Temporário e as metodologias de sinalização e encaminhamento para alojamento e acompanhamento social das pessoas apoiadas.

C02	Plano Nacional de Alojamento Urgente e Temporário		
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso	Evidência
2021/T2	Marco: Entrada em vigor do decreto-lei que aprova o quadro jurídico para o Plano Nacional de Alojamento Urgente e Temporário	1º	Decreto-Lei n.º 26/2021 de 31 de março. Plano Nacional de Alojamento 2021-2026 Portaria n.º 120/2021 DR - modelo de funcionamento e de gestão da Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário,

Componente C03 | Respostas Sociais

A reforma r05- Reforma da Provisão de Equipamentos e Respostas Sociais

prevê o alargamento e requalificação da rede de equipamentos sociais consubstancia um desígnio nacional na melhoria das condições de vida dos cidadãos e das respetivas famílias, priorizando de forma rigorosa e transparente os equipamentos sociais que se situem, designadamente, em territórios com uma baixa taxa de cobertura, de forma a corrigir as assimetrias existentes ao nível da distribuição da capacidade instalada em todo o território.

Deste modo, assume-se como principais objetivos:

- Qualificar os cuidados prestados nas Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI), acompanhando a evolução das necessidades da população-alvo destas estruturas;
- Promover o licenciamento ou regularização das ERPI que estão a operar fora do sistema, sempre que tal seja possível;
- Rever o quadro legislativo em matéria de licenciamento de equipamentos sociais, assegurando critérios de qualidade nos serviços e cuidados que prestam, bem como assegurando a possibilidade de surgimento de novas tipologias de respostas sociais que venham suprir as necessidades diferenciadas das pessoas idosas;

- d) Promover respostas sociais inovadoras como são as respostas de Habitação Colaborativa, que assegurem o equilíbrio entre a privacidade, o ambiente coletivo e protetor e respostas residenciais de pequenas dimensões privilegiando um ambiente mais familiar e humanizado e menos centrado num modelo institucional de larga capacidade;
- e) Desenvolver um modelo de apoio domiciliário inovador, que aposte simultaneamente na proximidade e na flexibilidade do apoio a prestar, tendo em conta a necessidade dos utentes, promovendo o adiamento da dependência e necessidade de institucionalização, em linha com os objetivos da Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável, que se encontra em construção. A este nível, revela-se fundamental apostar, à semelhança do apoio domiciliário, numa resposta de natureza mais flexível do ponto de vista dos serviços prestados, apostando em valências promotoras de autonomia funcional (e.g. fisioterapia) e/ou cognitiva (terapia ocupacional);
- f) Reforçar o apoio social a pessoas em situação de isolamento social, através da constituição de equipas, que, complementarmente, fortaleçam os resultados da já existente rede institucional de suporte, criando um mecanismo de mapeamento e vigilância das situações vulneráveis socialmente, e mobilizem ativa e proactivamente os recursos da comunidade, respondendo às necessidades sociais existentes (projetos Radar Social);
- g) Aumentar a capacidade de resposta em creche, fundamentalmente nos territórios que ainda têm níveis de cobertura mais baixos;
- h) Adaptar a resposta às necessidades das famílias e das realidades laborais que têm horários e contextos novos que importa acompanhar;
- i) Reforçar as respostas destinadas a pessoas com deficiência ou incapacidades, que devem ser equacionadas de acordo com a diversidade, numa perspetiva de flexibilidade e tendo como prioridade a garantia da qualidade e a promoção de autonomia das pessoas apoiadas. Neste âmbito, Portugal continua a dar resposta aos compromissos estabelecidos na Convenção sobre os Direitos da Pessoas com Deficiência.

C03	Reforma da Provisão de Equipamentos e Respostas Sociais		
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso	Evidência
2021/T4	Marco: Entrada em vigor do regime simplificado de instalação de equipamentos sociais	1º	Decreto-Lei n.º 126-A/2021 de 31 de dezembro, que altera o regime jurídico dos estabelecimentos de apoio social e estabelece a comunicação prévia para o funcionamento das respostas sociais. Decreto-Lei n.º 136/2023 DR , de 29 de dezembro de 2023, define novas regras de simplificação da alteração dos projetos de equipamentos sociais financiados pelo PARES e pelo PRR (simplificação da tramitação dos processos).

Com a **reforma r06- pretende-se implementar a Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência (ENIPD) 2021-2025** com o objetivo de aprofundar as condições de autonomia, autodeterminação e participação das pessoas com deficiência, intervindo nos diversos contextos de vida e de interação e tendo uma perspetiva de flexibilidade de soluções, ajustadas a diferentes realidades das pessoas e suas famílias e também às diferentes fases do ciclo de vida:

- a) Conhecer, estudar e avaliar a realidade das pessoas com deficiência, os seus contextos e as dinâmicas inerentes à inclusão;
- b) Dinamizar a sensibilização de pessoas, famílias, instituições e contextos para os direitos das pessoas com deficiência;
- c) Aprofundar as condições de exercício de direitos políticos para pessoas com deficiência;
- d) Intervir nos ambientes e espaços de modo a torná-los acessíveis a pessoas com deficiência, quer na dimensão física, quer na dimensão comunicacional;
- e) Melhorar o sistema de educação inclusiva e aumentar o número de pessoas com deficiência em qualificações de nível superior;
- f) Rever, aprofundar, modernizar e ajustar aos novos desafios da transição digital e da inclusão, o sistema de formação profissional e de emprego e trabalho das pessoas com deficiência;
- g) Contribuir para a conceção e implementação de um Plano Nacional de não institucionalização;
- h) Aprofundar e alargar os Modelo de Apoio à Vida Independente para pessoas com deficiência, avaliar as repostas existentes e criar soluções de proximidade, na comunidade e ajustadas às necessidades das pessoas, visando a promoção da autonomia e de acordo com o ciclo de vida;
- i) Dinamizar a inclusão através do desporto, cultura e lazer.

C03	Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência		
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso	Evidência
2022/T1	Marco: Adoção da Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021-2025	1º	Resolução do Conselho de Ministros n.º 119/2021 de 31 de agosto que aprovou a Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021 -2025 (0000300071.pdf (diariodarepublica.pt))

A **reforma r07- Contratualização de Programas Integrados de Apoio às Comunidades Desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas** pretende combater as comunidades mais frágeis das áreas metropolitanas que acabam tipicamente empurradas para localizações periféricas, onde se concentram diversas vulnerabilidades, criando territórios onde se concentram pobreza e exclusão social e se criam condições para a reprodução dos fatores de exclusão e dos seus

precursores. A concentração destes fatores, que se potenciam mutuamente, dificulta a atuação das políticas setoriais que, nestes núcleos residenciais, ficam aquém do seu potencial, tendo menor capacidade para quebrar círculos intergeracionais de reprodução destes fenómenos. Assim, torna-se imperiosa a criação de programas integrados de atuação sobre estas múltiplas vulnerabilidades, de acordo com as características desses territórios. Um dos primeiros desafios é proceder a uma identificação dos territórios objeto de intervenção a partir de um diagnóstico social atual, que já inclua os efeitos da pandemia, que permitam atuar de forma localizada e eficaz sobre estas comunidades. Este diagnóstico deverá incidir também sobre a resposta dos serviços públicos nestes territórios. Esta fase de diagnóstico é essencial para promover novas formas de atuação multisectorial nos territórios identificados, em que o foco é a resposta síncrona, concertada e integrada dos atores locais e sectoriais aos problemas que se colocam aquela comunidade e aos indivíduos que a compõem.

O combate à combinação dos múltiplos fatores de exclusão torna imperiosa a criação de programas integrados de atuação sobre estas múltiplas vulnerabilidades, de modo a inverter a lógica de atuação sectorial, cujo alcance fica aquém do possível e desejável, e passando para uma lógica multisectorial de base local que permita dar uma resposta mais robusta e concertada a diferentes problemas de forma simultânea.

C03		Contratualização de Programas Integrados de Apoio às Comunidades Desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso	Evidência
2022/T1	Marco: Aprovação de planos de ação para comunidades desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto	1º	Plano de Ação para as Comunidades Desfavorecidas da Área Metropolitana de Lisboa Plano de Ação para as Comunidades Desfavorecidas da Área Metropolitana do Porto

A **reforma r08- Estratégia Nacional de Combate à Pobreza** pretende implementar iniciativas tendentes à erradicação da pobreza através da melhoria da eficácia do sistema de proteção social, do combate aos ciclos de reprodução das condições de exclusão, com um foco particular sobre as comunidades mais vulneráveis. Para tal foi criada uma Comissão que deverá apresentar, ainda no segundo trimestre de 2021, uma proposta de Estratégia Nacional de Combate à Pobreza, no âmbito do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. A estratégia deve integrar medidas concretas, cruzando diferentes instrumentos e dimensões de

política pública, integrando transversalmente todos os públicos, da infância à velhice, incluindo os grupos e públicos mais vulneráveis, e criando, em particular, um quadro de monitorização único da evolução dos indicadores. Para além do tratamento que será assegurado para cada uma destas dimensões da pobreza e exclusão social, a ENCP inclui ainda um eixo que visa assegurar a coesão territorial e o desenvolvimento local, estimulando o desenvolvimento e implementação de políticas integradas de âmbito local, numa lógica multisetorial que permita identificar soluções mais adequadas à heterogeneidade e especificidade destes territórios.

As comunidades mais frágeis das áreas metropolitanas acabam tipicamente empurradas para localizações periféricas onde se concentram diversas vulnerabilidades criando territórios marcados pela pobreza e exclusão social, com condições para a reprodução dos fatores de exclusão e dos seus precursores. A concentração destes fatores que se potenciam mutuamente dificulta a atuação das políticas setoriais que, nestes núcleos residenciais, ficam aquém do seu potencial, tendo menor capacidade para quebrar círculos intergeracionais de reprodução destes fenómenos. Pretende-se uma abordagem integrada que permita promover a inclusão social de comunidades desfavorecidas e que vivem em situação de carência e exclusão. Os projetos devem incluir a participação de atores nacionais e locais nos dois grandes domínios de intervenção:

a) Dimensão de intervenção no espaço público e infraestruturas sociais – investindo, quando identificado como necessário, na qualidade do espaço público e na oferta ou na adaptação das infraestruturas sociais consideradas como as mais críticas em cada intervenção, incluindo equipamentos sociais de apoio a crianças e idosos (em articulação com a Componente 3) que contribuam para o equilíbrio entre a vida pessoal, familiar e profissional. Devem também ser consideradas as intervenções em outros equipamentos (pré-escolar e escolas do nível básico e, unidades de saúde, etc.) ou a refuncionalização de espaços para atividades na área da cultura, do património comum, etc. (espaços para iniciativas culturais, espaços para ateliers, para formações diversas, etc.) de acordo com os tipos de fragilidades identificadas em cada território.

b) Domínio de promoção da coesão social – Intervenções de natureza imaterial que para além de se dirigirem à resolução de condições de base dos fenómenos de pobreza e exclusão que proliferam nestes territórios, potenciem o efeito das intervenções no espaço público e nas infraestruturas sociais, quando estes existam. Deste modo, serão desenvolvidas linhas de ação que potenciem, entre outras:

A capacitação e o envolvimento destas comunidades, começando por garantir que elas têm uma voz ativa e relevante no desenho e na implementação destas abordagens;

A descontinuação dos círculos de pobreza intergeracional, atuando sobre as áreas que, em cada comunidade, mais contribuem para a sua criação e manutenção (e.g. educação; empregabilidade; condições de saúde; precariedade laboral);

A interligação destes territórios à comunidade mais vasta que habita e trabalha nos municípios e nas áreas metropolitanas em que se inserem, combatendo o estigma que envolve estes territórios e as pessoas que neles vivem.

C03	Estratégia Nacional de Combate à Pobreza		
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso	Evidência
2021/T3	Marco: Adoção da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza	1º	Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/2021 de 29 de dezembro que aprova a Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030. Despacho n.º 13022/2022, de 10 de novembro que Designa o coordenador nacional da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza Resolução do Conselho de Ministros n.º 126/2023, de 17 de outubro que aprova o Plano de Ação da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2022-2025. Monitorização e avaliação participativa da ENCP, com organizações que atuam no combate à pobreza e/ou destinatários das medidas da ENCP, por parte do PLANAPP - <i>Living Lab</i> ; Plano de Avaliação da ENCP; e a criação de uma Agenda de investigação sobre a pobreza em Portugal, inserida no Concurso de Estudos de Ciência para as Políticas Públicas em articulação com a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

A **reforma RE-C03-r38: Simplificação e eficácia do sistema de segurança social** tem como objetivo simplificar o sistema de segurança social português ("Sistema de Segurança Social"), a fim de reforçar a sua eficácia na luta contra a pobreza e a exclusão social, melhorando a adequação, a cobertura e a utilização das prestações sociais. A reforma visa contribuir para os objetivos nacionais do Plano de Ação sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, nomeadamente o objetivo de reduzir a pobreza em 765 000 pessoas até 2030, e para a aplicação dos princípios da Recomendação do Conselho sobre um rendimento mínimo adequado que garanta a inclusão ativa.

O sistema de segurança social português engloba três subsistemas: i) o sistema "Proteção Social de Cidadania", ou regime não contributivo, ii) o regime de seguro baseado nas contribuições dos trabalhadores e dos empregadores ("Sistema Previdencial"), ou regime contributivo, e iii) o "Sistema Complementar", que é voluntário e inclui regimes complementares públicos e privados.

A reforma tem em conta um relatório a elaborar por um grupo de trabalho de peritos e as consultas adequadas das partes interessadas pertinentes, e estabelece os seguintes elementos:

- Uma prestação social única. Esta prestação deve consolidar, no mínimo, oito prestações sociais de carácter não contributivo ao abrigo do sistema de proteção social de cidadania, incluindo o Rendimento Social de Inserção. Em comparação com as prestações sociais a consolidar, a prestação social única deve assegurar uma cobertura pelo menos equivalente à das pessoas em situação de elevada vulnerabilidade económica e social. A prestação social única deve contribuir para eliminar sobreposições entre os regimes existentes e a sua conceção deve promover um acesso mais simples e mais direto às prestações sociais. A participação e a consulta dos parceiros sociais pertinentes devem ser asseguradas durante o processo de conceção e execução.
- Um Código das Prestações Sociais. Este código simplificará, harmonizará e consolidará a legislação que rege as prestações sociais, a fim de assegurar uma maior transparência e uma melhor compreensão das prestações sociais disponíveis. O Código das Prestações Sociais deve seguir o modelo do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, que atualmente abrange apenas um dos três sub-regimes de segurança social acima referidos.

A execução da reforma estará concluída até 30 de junho de 2026.

C03			
Simplificação e eficácia do sistema de segurança social			
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso	Evidência
2025/T1	Marco: Relatório do grupo de trabalho sobre a Prestação Social Única	8º	Estudo em curso, com o envolvimento de uma equipa da OCDE
2025/T2	Marco: Entrada em vigor da prestação social única (ao abrigo do sistema de proteção social da cidadania) e do Código das Prestações Sociais	10º	<u>Sem informação</u> , só possível após o término do estudo anterior e respetivas conclusões

Componente C05 | Capitalização e Inovação Empresarial

A **reforma r09** tem como objetivo **acelerar o processo de inovação e a progressão nas cadeias de valor** através da promoção de estratégias de clusterização e de dinâmicas de inovação colaborativa, investindo, ao mesmo tempo, na capacitação e no fortalecimento do sistema de I&D.

C05			
Capitalização e Inovação Empresarial			
Ano/trimestre	Reforma	Pedido de desembolso	Evidência
2021/T4	Marco: Atualização das linhas orientadoras da estratégia para a inovação tecnológica e empresarial para Portugal 2030	1º	Resolução do Conselho de Ministros n.º 186/2021

			O acompanhamento e a monitorização da execução da presente resolução são assegurados pelos serviços competentes da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, e de estatísticas da educação e ciência, de acordo com as metodologias definidas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico e consideradas pelo EUROSTAT
--	--	--	---

A **reforma r10 teve como objetivo a criação do Banco Português de Fomento (BPF)** através do Decreto-Lei n.º 63/2020 e da consequente fusão de um conjunto de sociedades financeiras de apoio à economia nacional para a capitalização do tecido empresarial, associados à reforma do quadro institucional de apoio público ao investimento.

C05	Capitalização e Inovação Empresarial		
Ano/trimestre	Reforma	Pedido de desembolso	Evidência
2020/T4	Marco: Entrada em vigor do ato legislativo que regula a atividade e funcionamento do Banco Português de Fomento (BPF) e aprova os respetivos Estatutos	1º	Decreto-Lei n.º 63/2020 de 7 de setembro

A **reforma r11** tem como objetivo **aprofundar o esforço recente de alargamento e consolidação da rede de instituições de interface entre o sistema académico, científico e tecnológico e o tecido empresarial português**, incluindo a revisão e a uniformização do enquadramento legislativo e regulamentar das entidades que integram o Sistema de Interface Tecnológico, nomeadamente os Centros Tecnológicos e os Centros de Interface. Em paralelo, outro objetivo desta reforma diz respeito ao alargamento da rede de Laboratórios Colaborativos dos atuais 26 para, pelo menos, 35 laboratórios em 2021.

C05	Capitalização e Inovação Empresarial		
Ano/trimestre	Reforma	Pedido de desembolso	Evidência
2021/T1	Meta: Alargamento da Rede de Laboratórios Colaborativos Reconhecidos (35)	1º	Reconhecidos um total de 35 CoLABs , pela FCT, responsável pelo processo de reconhecimento e a atribuição do título de "Laboratório Colaborativo"
2021/T4	Marco: Entrada em vigor do novo regime jurídico aplicável aos centros de tecnologia e inovação	1º	Decreto-Lei n.º 126-B/2021, de 31 de dezembro estabelece o regime jurídico dos centros de tecnologia e inovação

A **reforma r12** teve como objetivo suportar a implementação da **Agenda de Inovação para a Agricultura 20|30** a desenvolver por empresas, de qualquer dimensão, do setor agroalimentar ou conexas e Entidades não Empresariais do Sistema de I&D, visando o reforço da capacidade de investigação, inovação e transferência de conhecimento e tecnologia no setor agropecuário, agroalimentar e agrícola, promovendo o crescimento, de forma sustentável e resiliente, baseado no conhecimento e na inovação.

C05	Capitalização e Inovação Empresarial		
Ano/trimestre	Reforma	Pedido de desembolso	Evidência
2020/T4	Marco: Aprovação da Agenda de Inovação para a Agricultura	1º	Resolução de Conselho de Ministros n.º 86/2020 de 13 de outubro O balanço das realizações das ações da Agenda da Inovação para a Agricultura 2020-2030

			foi aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 191/2023 de 26 de Dezembro
--	--	--	---

A **reforma r13** tem como objetivo a **dinamização do mercado de capitais e a promoção da capitalização de empresas**, destacando-se particularmente para o efeito a figura das sociedades de investimento mobiliário para fomento da economia (SIMFE), através das seguintes medidas: desenvolvimento do mercado de capitais; dinamização das SIMFE; revisão do Código dos Valores Mobiliários; revisão do enquadramento jurídico dos organismos de investimento coletivo; e incentivo à capitalização (dedução por lucros retidos e reinvestidos).

C05	Capitalização e Inovação Empresarial		
Ano/trimestre	Reforma	Pedido de desembolso	Evidência
2022/T3	Marco: Entrada em vigor da revisão do quadro jurídico dos organismos de investimento coletivo	3º	Decreto-Lei n.º 27/2023, de 28 de abril – regime de gestão de ativos (RGA) Circular 012/2023 Avalia os principais impactos da entrada em vigor do RGA
2022/T3	Marco: Entrada em vigor da revisão do Código dos Valores Mobiliários	3º	Lei n.º 99-A/2021 de 31 de dezembro
2022/T4	Marco: Desenvolvimento do mercado de capitais — entrada em vigor de legislação	3º	Lei n.º 31/2024, de 28 de junho - medidas fiscais para a dinamização do mercado de capitais, alterando o CIRS, o Código do Imposto do Selo e o Estatuto dos Benefícios Fiscais.

Componente C06 | Qualificações e Competências

A **reforma r14 - Reforma do ensino e da formação profissional** pretende reforçar a capacidade de resposta do sistema educativo e formativo português, ao nível da educação e da formação de jovens e adultos. No plano macro, de modo a robustecer a coordenação político-estratégica em todos os níveis de qualificação do sistema de educação e formação profissional, nomeadamente nas áreas transversais e nas dimensões de estreita articulação dos subsistemas, bem como, consequentemente, promover a eficácia e eficiência na implementação das políticas, será criada uma Comissão Interministerial de Coordenação do Sistema

Nacional de Qualificações. Ao mesmo tempo, propõe-se evoluir os padrões de qualidade da oferta de qualificação com vista a aumentar a atratividade do sistema, a robustecer a qualidade das aprendizagens e das competências adquiridas e a aumentar o nível de qualificação dos jovens e adultos, sobretudo ao nível das qualificações intermédias, bem como a alavancar o potencial produtivo da economia portuguesa e a contribuir para a redução das desigualdades socioeconómicas e geográficas.

C06- r14	Reforma do ensino e da formação profissional		
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso	Evidência
2025/T4	Meta: Abertura de vagas para formação (20.000)	9º	Encontra-se em elaboração a atualização e desenvolvimento do catálogo nacional de qualificações, para abertura de vagas de formação

A **reforma r15 - Reforma da cooperação entre Ensino Superior e Administração Pública e empresas** visa rever o quadro legal e institucional em vigor que rege a cooperação das instituições de ensino superior, incluindo todas as universidades e politécnicos, com a Administração Pública e as empresas, com o objetivo de modernizar os incentivos à cooperação e o apoio à diversificação da oferta formativa e à aprendizagem ao longo da vida.

Pretende-se, em particular, estimular ofertas formativas com base em arranjos colaborativos, em rede ou consórcio, diversificando e complementando a oferta existente nas áreas em que as sinergias entre ensino superior, a Administração Pública e a atividade empresarial e industrial se revelem mais úteis para renovar as qualificações dos mercados de trabalho, designadamente na área das competências digitais e da formação pós-graduada de orientação profissional. Pretende também aprofundar a participação de peritos externos nas instituições de ensino superior para o desenvolvimento de atividades de formação e transferência de conhecimento, assim como para o exercício de cargos de gestão.

C06-r15	Reforma da cooperação entre Ensino Superior e Administração Pública e empresas		
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso	Evidência
2020/T2	Marco: Entrada em vigor da lei que cria concursos especiais de admissão ao ensino superior	1º	Decreto-Lei n.º 11/2020 de 2 de abril , Cria os concursos especiais de ingresso no ensino superior para titulares dos cursos de dupla certificação do ensino secundário e cursos artísticos especializados. Com a entrada em vigor do novo regime de acesso ao Ensino Superior no ano letivo de 2020/2021, foram abertos concursos especiais de ingresso com 2.370 novas vagas em

			456 licenciaturas, para alunos que concluíram o secundário pela via profissionalizante ou pelo ensino artístico.
2021/T2	Marco: Entrada em vigor do novo quadro legal que rege a cooperação das instituições de ensino superior com a administração pública e as empresas	1º	Decreto-Lei n.º 27/2021 de 16 de abril , adequa e moderniza o regime de incentivos à cooperação das instituições de ensino superior com a Administração Pública e as empresas e o apoio à diversificação da oferta formativa e a aprendizagem ao longo da vida

A **reforma r16 - Redução das restrições nas profissões altamente reguladas** responde aos alertas que Portugal tem sido objeto, desde há alguns anos e por múltiplos organismos internacionais, para a necessidade de identificar e eliminar entraves no acesso a profissões reguladas. Esta reforma, no quadro da Assembleia da República, originará um projeto de lei que visa adequar a atuação das associações públicas profissionais, eliminando restrições à liberdade de acesso e de exercício da profissão e prevenindo infrações às regras da concorrência na prestação de serviços profissionais, nos termos do direito nacional e nos termos do direito da União Europeia.

C06-r16	Redução das restrições nas profissões altamente reguladas		
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso	Evidência
2022/T4	Marco: Entrada em vigor da lei relativa às profissões regulamentadas	3º	Lei n.º 12/2023, de 28 de março , estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais, Lei n.º 64/2023 de 20 novembro , estabelece o regime jurídico da constituição e funcionamento das sociedades de profissionais que estejam sujeitas a associações públicas profissionais e nas 20 leis que vem alterar os Estatutos das Ordens Profissionais, a saber: <ul style="list-style-type: none"> • Lei n.º 6/2024, de 19 de janeiro – Estatutos da Ordem dos Advogados; • Lei n.º 12/2024, de 19 de janeiro - Estatutos da Ordem dos Arquitetos; • Lei nº 66/2023 de 7 dezembro - Estatutos da Ordem dos Assistentes Sociais; • Lei nº 76/2023 de 18 dezembro - Estatutos da Ordem dos Biólogos;

			<ul style="list-style-type: none"> • Lei nº 68/2023 de 7 de dezembro – Estatutos da Ordem dos Contabilistas Certificados; • Lei nº 67/2023 de 7 de dezembro de 2023 - Estatutos da Ordem dos Despachantes Oficiais; • Lei nº 75/2023 de 18 de dezembro - Estatutos da Ordem dos Economistas; • Lei n.º 8/2024, de 19 de janeiro - Estatutos da Ordem dos Enfermeiros; • Lei n.º 11/2024, de 19 de janeiro - Estatutos da Ordem dos Engenheiros; • Lei nº 75/2023 de 12 de dezembro - Estatutos da Ordem dos Engenheiros Técnicos; • Lei nº 74/2023 de 18 de dezembro - Estatutos da Ordem dos Farmacêuticos; • Lei n.º 71/2023, de 12 de dezembro - Estatutos da Ordem dos Fisioterapeutas; • Lei n.º 9/2024, de 19 de janeiro - Estatutos da Ordem dos Médicos; • Lei n.º 73/2023, de 12 de dezembro - Estatutos da Ordem dos Médicos Dentistas; • Lei n.º 77/2023, de 20 de dezembro - Estatutos da Ordem dos Médicos Veterinários; • Lei nº 69/2023 de 7 de dezembro - Estatutos da Ordem dos Notários; • Lei n.º 78/2023, de 20 de dezembro - Estatutos da Ordem dos Nutricionistas; • Lei n.º 72/2023, de 12 de dezembro - Estatutos da Ordem dos Psicólogos; • Lei n.º 79/2023, de 20 de dezembro - Estatutos da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas; • Lei n.º 7/2024, de 19 de janeiro - Estatutos da Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução.
2025/T4	Marco: Relatório da Autoridade da Concorrência (AdC) sobre a avaliação da eficácia da lei relativa às profissões regulamentadas publicada	N/A	Sem informação

A **reforma r17 - Agenda de promoção do trabalho digno** visa o combate à precariedade e à segmentação e constitui igualmente um objetivo central, assente na promoção da negociação coletiva, na valorização da formação e da qualificação, e na defesa de salários adequados e de rendimentos dignos.

No que diz respeito ao combate à precariedade e à segmentação do mercado de trabalho, está em causa a mitigação da incidência das formas de trabalho tradicionalmente mais expostas ao risco de desemprego, instabilidade e insegurança laboral, incluindo o falso trabalho independente, os contratos de trabalho não permanentes e o trabalho temporário, bem como o reforço do combate aos fenómenos do trabalho não declarado ou subdeclarado e a melhoria dos instrumentos de classificação das relações jurídicas estabelecidas entre trabalhadores e empregadores, em particular no âmbito das formas de emprego emergentes e associadas, tipicamente, às plataformas digitais.

As políticas ativas de emprego são um instrumento relevante para alcançar estes objetivos, sendo objetivo das autoridades portuguesas reforçar a orientação destes programas para a criação de emprego permanente e sustentável, combatendo a tendência estrutural do mercado de trabalho português para níveis de precariedade e segmentação acima da média europeia e prevenindo o risco, especialmente acentuado em períodos de recuperação económica pós-crise, de criação de emprego centrada em formas não permanentes.

Uma das metas é aumentar o salário mínimo nacional para 750 euros até ao 4.º trimestre de 2023.

C06-r17	Agenda de promoção do trabalho digno		
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso	Evidência
2023/T1	Marco: Entrada em vigor da lei que regula o trabalho em plataformas	4º	Lei n.º 13/2023 a 3 de abril , altera o Código do Trabalho e legislação conexa. Encontra-se em elaboração relatório previsto no mecanismo de verificação.

A **reforma r18 - Combate à desigualdade entre mulheres e homens** pretende o combate às desigualdades entre mulheres e homens no mercado de trabalho, considerado não apenas um imperativo de justiça social, mas também um imperativo de desenvolvimento. É entendimento do Governo que uma sociedade que abdica do pleno potencial de metade da sua população está a autolimitar-se no seu desenvolvimento social e económico.

Pretende-se combater as práticas discriminatórias ao mesmo tempo que se atua de forma estruturante no combate aos estereótipos de género que limitam as opções formativas e profissionais de mulheres e raparigas, com impactos nos rendimentos e carreira profissional.

Alguns dos resultados que se pretende atingir no âmbito da Lei da Igualdade Remuneratória são:

Notificação às empresas com mais de 50 e 250 trabalhadores que tenham níveis remuneratórios com diferenças significativas, da obrigação de submeterem à ACT e implementarem um plano de avaliação das diferenças remuneratórias, até ao 4.º trimestre de 2022;

Elaboração da norma portuguesa relativa a um Sistema de Gestão de Igualdade Salarial, com base na Norma Islandesa ÍST 85:2012, até ao 4.º trimestre de 2024.

No âmbito da representação equilibrada, elaboração de relatórios anuais de evolução dos indicadores de representação equilibrada nas empresas cotadas, empresas do setor público empresarial, pessoal dirigente e órgãos da Administração Pública, incluindo instituições do ensino superior públicas e associações públicas;

Mais 8.000 jovens do 3.º ciclo do ensino básico e ensino secundário envolvidos, até ao 4.º trimestre de 2023, em atividades práticas laboratoriais, sessões de *role model* e mentoria;

Estudo de avaliação do impacto do projeto Engenheiras por 1 Dia até ao 4.º trimestre de 2021.

C06-r18	Combate à desigualdade entre mulheres e homens		
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso	Evidência
2024/T4	Marco: Elaboração da norma portuguesa relativa a um Sistema de Gestão de Igualdade Salarial	7º	Norma Portuguesa para um Sistema de Gestão da Igualdade de Remuneração entre Mulheres e Homens (NP 4588:2023), foi publicada a 15/06/23 no site do IPQ, enquanto sistema de gestão
2025/T4	Marco: Notificação das empresas com mais de 50 trabalhadores que apresentem níveis remuneratórios com diferenças significativas entre homens e mulheres	7º	Foram notificadas pela ACT 1.393 empresas com GPG de 5% ou mais e que empregam 50 ou mais trabalhadores, para apresentação de plano de mitigação das diferenças salariais no prazo de 120 dias de acordo com a Lei 60/2018 e implementado em 12 meses. Destas empresas notificadas 1115 apresentaram o plano.

Componente C08 | Florestas

A **reforma r19** tem como objetivo Implementar o **Programa de Transformação da Paisagem (PTP)** que compreende quatro medidas programáticas:

- Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP);
- Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP);
- Condomínio de Aldeia: Programa Integrado de Apoio às Aldeias localizadas em territórios florestais;

iv. Programa “Emparcelar para Ordenar”.

C08	Florestas		
Ano/trimestre	Reforma	Pedido de desembolso	Evidência
2021/T3	Marco: Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis (Entrada em vigor do quadro jurídico do arrendamento forçado de prédios rústicos em áreas florestais)	1º	Quadro jurídico e regulamentar: Portaria n.º 301/2020, de 14 de janeiro, aprova a delimitação dos territórios vulneráveis. Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho, estabelece o regime jurídico da reconversão da paisagem, PRGP às AIGP. Decreto-Lei n.º 29/2020 de 29 de junho, programa de apoio ao emparcelamento rural simples. Decreto-Lei n.º 52/2021, de 15 de junho, aprova o regime do arrendamento forçado de prédios rústicos que sejam objeto de operação integrada de gestão da paisagem (RAFOIGP)

A **reforma r20** visa a criação de um sistema nacional de informação cadastral, assente numa plataforma que assegure o relacionamento entre o cidadão e as administrações públicas, garantindo a articulação do cadastro predial com o registo predial e com a matriz predial tributária. Visa ainda assegurar a existência de informação de referência rigorosa, atualizada e harmonizada a inserir no Sistema de Monitorização de Ocupação do Solo (SMOS), que sirva de suporte ao planeamento e gestão no âmbito da gestão integrada de fogos rurais e permita

melhorar a eficácia das medidas e ações a realizar nos territórios florestais vulneráveis.

C08	Florestas		
Ano/trimestre	Reforma	Pedido de desembolso	Evidência
2022/T4	Marco: Reorganização do sistema de cadastro da propriedade rústica e do Sistema de Monitorização de Ocupação do Solo (Entrada em vigor do Sistema de Monitorização de Ocupação do Solo (SMOS))	3º	Despacho n.º 291/2023, de 06 de janeiro , que inicia a operacionalização e a entrada em funcionamento do Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo (SMOS). Website SMOS - entrada em funcionamento do SMOS Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2020, de 16 de junho , que cria a Estrutura de Missão para a Expansão do Sistema de Informação Cadastral Simplificada Portaria n.º 68/2022, de 2 de fevereiro , que estabelece o regime de funcionamento e financiamento do modelo de organização e desenvolvimento do regime instituído pela Lei n.º 78/2017, de 17 de agosto Decreto-Lei n.º 72/2023, de 23 de agosto , que aprova o regime jurídico do Cadastro Predial e estabelece o Sistema Nacional de Informação Cadastral e a Carta Cadastral Decreto-Regulamentar 3/2023 , de 11 de outubro, que corresponde ao regulamento que procede à alteração ao Decreto-Regulamentar n.º 9-A/2017, de 3 de novembro Decreto-Lei n.º 90/2023, de 11 de outubro , que cria o sistema extraordinário

			previsto para o registo dos prédios rústicos e que altera o Código do Registo Predial Ficha de Produto - MACAT – Mapa Anual de Culturas Agrícolas Temporárias
--	--	--	---

A **reforma r21** tem como objetivo a implementação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 157-A/2017, de 27 de outubro, tendo em vista adotar um conjunto de medidas sólidas que configuram uma reforma sistémica na prevenção e combate de incêndios florestais, bem como implementar medidas estruturais de proteção das áreas edificadas e aglomerados rurais.

C08	Florestas		
Ano/trimestre	Reforma	Pedido de desembolso	Evidência
2021/T3	Marco: Prevenção e combate de fogos rurais (Entrada em vigor da lei que estabelece o Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais (SIGIFR) e as respetivas regras de funcionamento)	1º	<u>Decreto-Lei n.º 82/2021 de 13 de outubro</u> , densifica e estabelece as regras de funcionamento do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR), cuja coordenação estratégica é assegurada pela AGIF. O desenvolvimento da Plataforma de Interoperabilidade do SGIFR (PLIS) divide-se em quatro fases: 1.ª Levantamento da situação atual e envolvimento das entidades; 2.ª Arquitetura (análise de requisitos, desenho da arquitetura do sistema); 3.ª Desenvolvimento da PLIS; 4.ª Implementação (fiscalização, capacitação, divulgação). Atualmente, encontra-se concluída a elaboração do caderno de encargos para a fase 3.

Componente C10 | Mar

A **reforma r23** tem como objetivo dotar o país de infraestruturas capazes de rentabilizar os ativos existentes, importando contemplar outras atividades cruciais à economia azul que também beneficiam dessa proximidade ao mar e destas dinâmicas de ecossistema dinamizador, nomeadamente a bioeconomia azul, a aquicultura e transformação de pescado, a robótica e a digitalização oceânica, entre outras. Inclui ainda a coordenação em rede dos polos da economia azul e a amplificação da estratégia identificada para novos setores da economia azul, principalmente os descarbonizantes e com maior potencial de incorporação de conhecimento e tecnologia, e alinhar as ações previstas com a nova Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030.

C10	Mar		
Ano/trimestre	Reforma	Pedido de desembolso	Evidências
2021/T4	Marco: Reforma do Ecossistema de Infraestruturas de Suporte à Economia Azul (Entrada em vigor dos diplomas revistos do Ministério do Mar relacionados com o reforço da capacidade de financiamento à economia do mar e inovação através do Fundo Azul)	1º	Decreto-Lei n.º 123/2021 de 30 de dezembro , revê o modo de organização e funcionamento do Fundo Azul para o adaptar à gestão dos investimentos do PRR Resolução do Conselho de Ministros n.º 182/2021 , de 24 de dezembro, que altera a Resolução do Conselho de Ministros n.º 175/2017, de 24 de novembro, para assegurar o alargamento do âmbito da rede Port Tech Clusters Despacho n.º 12495/2021 de 22 de dezembro que determina o modelo de governação do «Hub Azul, Rede de Infraestruturas para a Economia Azul» Decreto-Lei n.º 71/2023, de 22 de agosto Alteração à orgânica do Fundo Azul

Componente C12 | Bioeconomia Sustentável

A **reforma r25** é implementada através do **Plano para a Bioeconomia Sustentável**, que irá assentar na preservação e utilização eficiente dos recursos biológicos, de forma a fazer face aos desafios atuais globais e locais, designadamente as alterações climáticas, reduzir a dependência dos recursos fósseis e estimular o desenvolvimento sustentável.

C12	Bioeconomia sustentável		
Ano/trimestre	Reforma	Pedido de desembolso	Evidência
2021/T3	Marco: Entrada em vigor do novo Regime Geral de Gestão de Resíduos	1º	Decreto-Lei n.º 102-D/2020 , de 10 de dezembro, retificado pela Declaração n.º 3/2021 , de 21 de janeiro Foi elaborado um “guia de apoio” às entidades que vão passar a estar envolvidas no referido procedimento de desclassificação, assim como os documentos relacionados com o processo, todos publicados no site da APA
2022/T3	Marco: Entrada em vigor da Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas revista	3º	Resolução do Conselho de Ministros n.º 13/2023 , de 10 de fevereiro, que aprova a Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas 2030 — ECO360

A reforma r39 visa melhorar a prevenção dos resíduos, a preparação para a reutilização, a reciclagem e a valorização e o desvio de resíduos, bem como promover a economia circular.

C12	Promover a economia circular e uma gestão mais eficiente dos resíduos		
Ano/trimestre	Reforma	Pedido de desembolso	Evidência
2023/T4	Marco: Entrada em vigor da definição harmonizada de critérios para a ecomodulação	5º	Portaria n.º 150/2024/1 , de 8 de abril, estabelece os critérios para diferenciação das prestações financeiras no âmbito dos sistemas integrados de gestão dos fluxos específicos de resíduos
2023/T4	Marco: Sistema de incentivos à recuperação (sistema de depósito e reembolso) para garrafas não	5ª	Decreto-Lei n.º 24/2024 , de 26 de março, altera os regimes da gestão de

	reutilizáveis de plástico, metais ferrosos e alumínio		resíduos, de deposição de resíduos em aterro e de gestão de fluxos específicos de resíduos sujeitos ao princípio da responsabilidade alargada do produto Decreto-Lei n.º 34/2024, de 17 de maio , altera o regime de licenciamento do sistema de depósito e reembolso de embalagens de bebidas não reutilizáveis. Despacho Conjunto n. 1/ME/MAEN/2024 (Licença para a gestão de um Sistema de Depósito e Reembolso (SDR)).
2025/T4	Marco: Sistema de retoma de resíduos elétricos e equipamentos eletrónicos	9º	Sem informação

Componente C14 | Hidrogénio e Renováveis

A **reforma r29** tem como objetivo principal introduzir um elemento de incentivo e estabilidade para o setor energético, promovendo a introdução gradual do hidrogénio enquanto pilar sustentável e integrado numa estratégia mais abrangente de transição para uma economia descarbonizada, propondo um conjunto de medidas e metas de incorporação para o hidrogénio nos vários setores da economia, para o horizonte 2030:

- 10% a 15% de injeção de hidrogénio verde nas redes de gás natural;
- 2% a 5% de hidrogénio verde no consumo de energia do setor da indústria;
- 1% a 5% de hidrogénio verde no consumo de energia do transporte rodoviário;
- 3% a 5% de hidrogénio verde no consumo de energia do transporte marítimo doméstico;
- 1,5% a 2% de hidrogénio verde no consumo final de energia;
- 2 GW a 2,5 GW de capacidade instalada em eletrolisadores.

C14	Hidrogénio e Renováveis		
Ano/trimestre	Reforma	Pedido de desembolso	Evidência
2021/T3	Marco: Estratégia Nacional para o Hidrogénio (Entrada em vigor do Regulamento da Rede Nacional de	1º	Despacho n.º 3264/2025 , de 13 de março que aprova o Regulamento

	Transporte de Gás e do Regulamento da Rede Nacional de Distribuição de Gás)		da Rede Nacional de Transporte de Gás
--	---	--	---------------------------------------

Componente C15 | Mobilidade Sustentável

A **reforma r30, Ecossistema de Transportes**, tem por objetivo a promoção da mobilidade sustentável, em particular do transporte público, na ótica da eficiência ambiental, da descarbonização e da transição energética. Além do efeito no ambiente, a utilização de transportes públicos e o alargamento das suas redes garante um aumento da coesão territorial e social. É uma oportunidade para acelerar a descarbonização e transição energética no setor dos transportes, com forte impacto na qualidade do serviço de transporte público, promovendo a atividade económica, a recuperação dos níveis de emprego e a coesão social e territorial, através do aumento dos níveis de acessibilidade das pessoas.

Portugal já tinha iniciado este processo, destacando-se:

- i) a implementação, desde 2019, de um programa revolucionário de redução tarifária no transporte público, que permitiu a adoção de várias medidas de redução do custo associado à utilização do transporte público (PART – Programa de Apoio à Redução Tarifária);
- ii) em 2020, a implementação de um programa de financiamento para reforço dos atuais serviços e a implementação de novos serviços de transporte público, regulares e flexíveis, que resultem em ganhos em termos da acessibilidade dos territórios e das suas populações aos principais serviços e polos de emprego (PROTransP – Programa de Apoio à Densificação e Reforço da Oferta de Transporte Público);
- iii) com os fundos estruturais do Portugal 2020 tem vindo a ser apoiada a renovação das frotas de transporte coletivo (aquisição de veículos limpos e de postos de carregamento que substituem veículos movidos a combustíveis fósseis) e a expansão das redes de metro de Lisboa e do Porto, incluindo a aquisição de material circulante e a modernização das infraestruturas e dos sistemas de segurança e comunicação;
- iv) relevante também a implementação de políticas fiscais que compensam a utilização do transporte público, nomeadamente a dedução do IVA associado à aquisição de títulos de transporte mensais (passes) e a expansão da rede ciclável no âmbito do Portugal Ciclável 2030;
- v) a dinamização da mobilidade elétrica privada, através de investimentos na expansão da rede de pontos de carregamento e da atribuição de incentivos à aquisição de veículos 100% elétricos a pessoas singulares e coletivas, incluindo motociclos e bicicletas elétricas.

Para atingir este objetivo considera-se fundamental, por um lado, promover o investimento em infraestruturas e em ativos que potenciem a adoção de hábitos de mobilidade sustentáveis e, por outro lado, prosseguir com as políticas de reforço e capacitação das autoridades de transporte, para que possam assegurar as suas competências de forma mais eficiente e eficaz e assegurar a boa execução do

processo de contratualização de todos os serviços públicos de transporte de passageiros, nas fases de preparação dos procedimentos e na fase de execução dos contratos. Complementarmente, importa dar continuidade às medidas já iniciadas que potenciam a utilização do transporte público, como sejam a implementação do PART, do PROTransP, ou da implementação de medidas fiscais que beneficiem o utilizador do transporte público, apoiando projetos e ações que contribuam para a capacitação das autoridades de transportes e para a melhoria do sistema de transportes públicos de passageiros.

C15-r30		Reforma do Ecossistema dos Transportes	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso	Evidência
2023/T4	Meta: Contratos assinados para serviços públicos de transporte de passageiros nas áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais (23)	5º	Encontram-se assinados os seguintes contratos: 16 autoridades de gestão de transportes (CIM ou AM); 39 Municípios que são Autoridades de Transporte. Decreto-Lei n.º 21/2024 , de 19 de março, que cria o Programa de Incentivo ao Transporte Público Coletivo de Passageiros (Incentiva+TP).

Componente C16 |Empresas 4.0

Com a **reforma r31** pretende-se definir o **Plano de Ação para a Transição Digital (PATD)** através da Resolução do Conselho de Ministros 30/2020 de 21 abril de 2020 e definir uma estratégia transversal para a aceleração digital do país.

C16		Empresas 4.0	
Ano/trimestre	Reforma	Pedido de desembolso	Evidências
2022/T1	Marco: Entrada em vigor da revisão dos conteúdos de formação incluídos no Catálogo Nacional de Qualificações relativamente a módulos no domínio das competências digitais, assim como da lei ou do regulamento relativo à criação de assinaturas e selos digitais.	2º	Resolução do Conselho de Ministros n.º 30/2020 de 21 de abril de 2020, que Aprova o Plano de Ação para a Transição Digital. Portaria n.º 250-A/2020 , de 23 de outubro, que Cria o Programa «Jovem + Digital»,. Portaria n.º 179/2021 , de 27 de agosto, que

			<p>Procede à criação do Programa «Certificado de Competências Digitais» (Portaria n.º 179/2021 DR); Catálogo Nacional de Qualificações, foram criados e integrados novos percursos de curta e média duração em competências específicas na área digital. Selos digitais- regras de certificação de cada dimensão definidas em normativos, publicados no Boletim IPQ.</p> <p>Decreto-Lei n.º 65/2021 de 30 de julho, Regulamenta o Regime Jurídico da Segurança do Ciberespaço.</p>
--	--	--	---

Componente C17 | Qualidade e Sustentabilidade das Finanças Públicas

A **reforma r32** tem como objetivo implementar um leque alargado de mudanças estruturais, impulsionadas pelas Recomendações Específicas (REP 1 de 2019 e 2020 que apontam para a necessidade de **promover o controlo, da sustentabilidade e da qualidade da gestão das finanças públicas**, favorecendo despesas favoráveis ao crescimento) e pelas leis estruturantes na Gestão Financeira Pública, designadamente a nova Lei de Enquadramento Orçamental e o SNC-AP, com enfoque na reforma do processo orçamental, da contabilidade, dos sistemas de controlo e da gestão das finanças públicas, na racionalização da despesa da Administração Pública, bem como na Modernização do Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP).

C17	Qualidade e Sustentabilidade das Finanças Públicas		
Ano/trimestre	Reforma	Pedido de desembolso	Evidências
2021/T4	Marco: Entrada em vigor do novo modelo de contrato de gestão	1º	Portaria 317-A/2021 de 23 de dezembro, define regras quanto à elegibilidade, composição, determinação e atribuição aos gestores públicos, que exerçam

Ano/trimestre	Reforma	Pedido de desembolso	Evidências
			funções executivas em empresas públicas do Setor Empresarial do Estado
2022/T1	Marco: conclusão, operacionalização e atualização integral do novo sistema de informação para recolher dados económicos e financeiros das empresas públicas (Sistema de Informação do Setor Empresarial do Estado, SISEE)	N/A	Sem informação
2022/T2	Marco: Adoção de regulamentação subjacente à orçamentação por programas e do quadro orçamental de médio prazo	N/A	Sem informação, sendo provável que se encontre em circuito legislativo)
2022/T4	Meta: Número de orçamentos e planos de atividade de empresas públicas coerentemente aprovados pelo ministro das Finanças e pelo(s) respetivo(s) ministro(s) da tutela (90)	N/A	Até 31.12.2022 foram aprovados 90 PAOs
2022/T4	Meta: 10 contratos-quadro e modelos de contratação revistos	3º	Entrada em vigor de 10 novos modelos de contratação pública para o sistema nacional central de contratação pública. Especificamente: 8 novos acordos quadro; e 2 manuais de contratação com os critérios de contratação pública ecológica, no âmbito da Estratégia Nacional de Compras Públicas Ecológicas
2022/T4	Marco: Entrada em vigor da legislação subjacente à Entidade Contabilística Estado	3º	Despacho n.º 274/2023 , de 6 de janeiro, que regulamenta a Entidade Contabilística Estado
2022/T4	Marco: Conclusão e aprovação do modelo para acompanhamento da execução orçamental e financeira das administrações públicas	3º	Despacho n.º 275/2023 de 6 de janeiro, Aprova o modelo conceptual de controlo orçamental, económico e financeiro. RELATÓRIO N.º 8/2024 - AUDIT - TRIBUNAL DE CONTAS - Auditoria à reforma das Finanças Públicas com Financiamento ao PRR (2023)

Ano/trimestre	Reforma	Pedido de desembolso	Evidências
2022/T4	Marco: Entrada em vigor do novo relatório que descreve a situação financeira e o desempenho das empresas públicas	3º	DESPACHO N.º 146/2023 – SET, que define a divulgação de relatório pela UTAM. Relatório UTAO n.º 9/2024 (Apreciação económico-financeira do Sector Empresarial do Estado: janeiro a dezembro de 2023)
2024/T4	Marco: Relatório sobre a integração das revisões de despesa no processo orçamental regular e a sua avaliação <i>ex-post</i>	7º	Despacho n.º 7690/2023 , de 25 de julho, cria o Grupo de trabalho para a revisão de despesa pública. Relatório GPEARL - Revisões de Despesa
2023/T4	Marco: Adoção do novo modelo da Conta Geral do Estado	N/A	Aprovado novo Modelo da Conta Geral do Estado
2023/T4	Marco: Conclusão do projeto-piloto de orçamentação por programas	N/A	Circular Série A n.º 1410 , de 26 de julho de 2024, com as instruções para a preparação do OE/2025 - que contempla a metodologia a adotar no âmbito do programa-piloto).
2025/T4	Marco: Adoção de legislação relativa ao modelo de custo para a orçamentação por programas	9º	Sem informação
2025/T4	Meta: Número de orçamentos e planos de atividade de empresas públicas coerentemente aprovados pelo ministro das Finanças e pelo(s) respetivo(s) ministro(s) da tutela (136)	9º	Sem informação

A **reforma r40** tem como objetivo melhorar a **eficácia do sistema fiscal português**. A reforma deve introduzir um sistema permanente de acompanhamento e avaliação coerentes dos benefícios fiscais novos e existentes. Tal resultará numa simplificação do quadro existente, reduzindo o número de benefícios fiscais, reduzindo as despesas fiscais associadas e reforçando a relação custo-eficácia dos benefícios fiscais remanescentes.

A reforma consiste num ato jurídico que cria uma **Unidade Técnica de Avaliação Tributária e Aduaneira, também designada U-TAX**, com mandato para

acompanhar e avaliar sistematicamente os benefícios fiscais novos e existentes e contribuir para a conceção, aplicação e avaliação de impacto das políticas fiscais. A unidade de política fiscal deve também contribuir para a preparação de atos jurídicos no domínio da fiscalidade, em colaboração com outras entidades relevantes, como o Centro de Estudos Fiscais e Aduaneiros (CEF). O ato jurídico deve especificar a estrutura formal da U-TAX, incluindo o seu organograma, o seu funcionamento e as suas funções. A U-TAX é tecnicamente independente da Autoridade Tributária e Aduaneira e responde diretamente ao Ministério das Finanças. A U-TAX é composta por pessoal técnico permanente com conhecimentos especializados em políticas fiscais. O ato jurídico deve ainda definir as interações formais entre a U-TAX e outras entidades públicas e privadas relevantes, como instituições académicas e de investigação, e prever a definição de acordos de partilha de dados entre a U-TAX e entidades públicas relevantes, como a Autoridade Tributária e Aduaneira e o Instituto Português de Estatística (INE). O ato jurídico deve igualmente reiterar o empenho da U-TAX na qualidade e na transparência dos seus relatórios analíticos e na preservação das normas de qualidade dos dados. Esta unidade de política fiscal deve publicar um relatório de avaliação que contenha uma análise custo-benefício dos benefícios fiscais existentes, com base em critérios de eficiência e eficácia e considerações ambientais. Na sequência desta avaliação, proceder-se-á a uma revisão do quadro jurídico de um conjunto substancial de benefícios fiscais.

C17	Simplificação do sistema fiscal		
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso	Evidências
2023/T2	Marco: Entrada em vigor de um ato jurídico que modifica o quadro jurídico aplicável a determinados benefícios fiscais	4.º Lei n.º20/2023	Foram revistos benefícios fiscais de sete diplomas: Alteração aos artigos 7.º e 9.º Código do Imposto sobre Veículos (Código do ISV), aprovado em anexo à Lei n.º 22 -A/2007, de 29 de junho. Alteração à Lei n.º 21/2021 , de 20 de abril, altera o Estatuto dos Benefícios Fiscais, o Código do Imposto do Selo, o Código Fiscal do

			<p>Investimento, o Código do Imposto sobre os Veículos e o Código do Imposto Único de Circulação e cria uma medida extraordinária de contagem de prazos no âmbito do IRC.</p> <p>Alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), que exclui alguns benefícios da “norma-travão” dos benefícios fiscais.</p> <p>Alteração ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), que veio clarificar no artigo 50.º-A, a exigência de registo dos direitos de autor e direitos de propriedade industrial (Artigo 4.º).</p> <p>Alteração ao Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF).</p> <p>Alteração ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado (Código do IVA), com o objetivo de desincentivar as atividades poluentes e que colocam em causa a sustentabilidade ambiental e climática.</p> <p>Alteração ao Código dos Impostos Especiais de Consumo (Código dos IEC), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 73/2010, de 21 de junho (Artigo 7.º da Lei), revogando a taxa reduzida de ISP para o petróleo colorido e marcado e para o gasóleo de aquecimento bem como revogando o benefício fiscal ao fabrico de carburantes no âmbito do fabrico, projeto, ensaio e manutenção de aeronaves e embarcações, fortalecendo os objetivos de desincentivar as atividades poluentes e que colocam em causa a sustentabilidade ambiental e climática.</p> <p>Revogação do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 43 335, de 19</p>
--	--	--	---

			de novembro de 1960 (pela norma revogatória – alínea e) do Artigo 13.º da Lei), que isentava de contribuição industrial todas as concessões públicas da rede elétrica nacional, com exceção das que dissessem respeito a produção térmica em centrais que utilizassem combustíveis estrangeiros.
2023/T4	Marco: Entrada em vigor do ato jurídico que cria a Unidade Técnica de Avaliação Tributária e Aduaneira (U-TAX) permanente	5º	U-TAX criada pelo Decreto-Lei nº 19/2024 de 2 de fevereiro; alterada pelo Decreto-Lei nº 40/2024 de 7 de junho
2025/T2	Marco: Publicação do relatório de avaliação pela U-TAX sobre os benefícios fiscais existentes	8º	Sem informação
2026/T1	Marco: Entrada em vigor de um ato jurídico relativo aos benefícios fiscais	10º	Sem informação

Componente C18 (Justiça Económica e Ambiente de Negócios)

A **reforma r33** tem como objetivo a agilização da tramitação processual e a recuperação de pendências, em todas as áreas processuais, mas com particular incidência nos Tribunais Administrativos e Fiscais, nos Juízos do Comércio e das Execuções- Dar-se-á enfoque à melhoria socioeconómica dos cidadãos e do ambiente de negócios para as empresas, através de mecanismos legais, procedimentais e tecnológicos adequados às necessidades relativas às insolvências e à recuperação de empresas.

C18	Justiça Económica e Ambiente de Negócios
-----	--

Ano/trimestre	Reforma	Pedido de desembolso	Evidências
2022/T2	Marco: Adoção pelo Conselho de Ministros do pacote jurídico para a insolvência e recuperação.	N/A	Lei 9/2022 de 11 janeiro de 2022, estabelece medidas de apoio e agilização dos processos de reestruturação das empresas e dos acordos de pagamento, transpõe a Diretiva (UE) 2019/1023, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de junho de 2019, e altera o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, o Código das Sociedades Comerciais, o Código do Registo Comercial e legislação conexas. Decreto-Lei 57/2022 de 25 de agosto, simplifica a tramitação do incidente de verificação do passivo e graduação de créditos no processo de insolvência.
2022/T3	Marco: Adoção das condições necessárias para a criação e operacionalização de secções especializadas nos tribunais superiores administrativos e fiscais.	N/A	Proposta de Lei n.º 75/XV/I , admitida a 24 de abril de 2023, autoriza o Governo a alterar o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, o Código de Procedimento e Processo Tributário e o regime das secções de processo executivo do sistema de solidariedade e segurança Social. Decreto-Lei n.º 74-B/2023 de 28 de agosto, altera o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, o Código de Procedimento e de Processo Tributário e o regime das secções de processo executivo do sistema de solidariedade e segurança social.

2023/T1	Marco: Apresentação dos projetos de alterações legislativas decorrentes do estudo sobre o licenciamento.	N/A	<p>Decreto-Lei n.º 11/2023, de 10 de fevereiro que procede à reforma e simplificação dos licenciamentos ambientais</p> <p>Decreto-Lei n.º 10/2024, de 8 de janeiro que procede à reforma e simplificação dos licenciamentos no âmbito do urbanismo, ordenamento do território e indústria</p> <p>Sem informação sobre outras reformas do licenciamento nas áreas do comércio, serviços, turismo e agricultura.</p>
2023/T1	Marco: Criação de secções especializadas nos tribunais administrativos e fiscais superiores.	4º	Portaria n.º 281-A/2023 , de 13 de setembro, declara a instalação das subsecções especializadas dos tribunais centrais administrativos
2023/T1	Marco: Entrada em vigor de um regime jurídico para incentivar os acordos judiciais e extrajudiciais.	4º	Decreto-Lei n.º 30/2023 de 5 de maio, estabelece um regime excecional de incentivo à extinção da instância nos tribunais administrativos e fiscais.
2023/T4	Marco: STEPI+ — entrada em produção do sistema informático para a insolvência.	N/A	<p>Em execução o contrato de prestação de serviços para o Sistema de Tramitação Eletrónica dos Processos de Insolvência Plus.</p> <p>Foram disponibilizados os ambientes de qualidade e produção.</p> <p>A decorrer: desmaterialização dos processos de insolvência (integração com o CITIUS, ações de formação internas e com os Administradores Judiciais).</p>

2024/T2	Marco: Entrada em vigor do quadro jurídico revisto para a insolvência e recuperação.	6º	Decreto-Lei n.º 48/2024 , de 25 de julho, limita as situações em que o direito de retenção prevalece sobre a hipoteca. Decreto-Lei n.º 87/2024 , de 7 de novembro, regula a citação e notificação por via eletrónica das pessoas singulares e das pessoas coletivas, determinando que a citação e notificação das pessoas coletivas é, em regra, efetuada por via eletrónica. Decreto-Lei n.º 91/2024 , de 22 de novembro, Regulamenta as citações e notificações eletrónicas a cidadãos e empresas, no âmbito de processos judiciais.
2025/T3	Marco: Entrada em vigor do pacote legislativo relativo à remoção de obstáculos ao licenciamento.	9º	Sem informação

Componente C19 (Administração Pública – Digitalização, Interoperabilidade e Cibersegurança)

A **reforma r34** pretende estreitar a relação entre o cidadão e o Estado, incluindo no que se refere aos serviços consulares, melhorando a experiência digital, numa lógica omnicanal e uniforme, eliminando discrepâncias na usabilidade e acessibilidade, que se alavanquem no digital, mas garantindo a inclusão de todas as pessoas, simplificando a relação do Estado com empresas e cidadãos nas mais variadas áreas de intervenção do Estado, reduzindo por essa via os custos de contexto.

C19	Administração Pública – Digitalização, Interoperabilidade e Cibersegurança		
Ano/trimestre	Reforma	Pedido de desembolso	Evidências
2021/T3	Marco: Entrada em vigor do quadro jurídico para a transformação digital da administração pública	1º	Decreto-Lei n.º 65/2021 , de 30 de julho, Regulamenta o Regime Jurídico da Segurança do Ciberespaço e define as obrigações em matéria de certificação da cibersegurança em execução do

			Regulamento (UE) 2019/881 do Parlamento Europeu, de 17 de abril de 2019. Resolução do Conselho de Ministros n.º 131/2021 , de 10 de setembro que Aprova a Estratégia para a Transformação Digital da Administração Pública 2021-2026 e o respetivo Plano de Ação Transversal para a legislatura
--	--	--	--

A **reforma r35** tem como objetivo acelerar uma reforma orgânica da Administração Pública. Esta reforma permitirá distinguir no funcionamento do Estado dois tipos de organismo:

- i) os de suporte (aqueles que “produzem” para o Estado)
- ii) os de missão (aqueles que “produzem” para o cidadão).

Nos serviços de Suporte incluem-se os serviços comuns (Recursos Humanos, Segurança e Saúde no Trabalho, etc.) e os serviços partilhados (Centros de Competências, Serviços Jurídicos, Serviços Sociais), e nos serviços de missão os Institutos Públicos e Direções Gerais cujas atribuições refletem diretamente no serviço prestado aos cidadãos e empresas. Neste contexto, vão ser prosseguidas as seguintes iniciativas:

- Concentração dos Gabinetes do Governo e serviços comuns e partilhados num único espaço físico;
- Reforço dos serviços com funções estratégicas, de estudo, planeamento e avaliação;
- Especialização dos serviços da administração direta e indireta setoriais, em função das missões desenvolvidas, decorrente da partilha de serviços de suporte;
- Flexibilização e desburocratização das interações entre áreas governativas e serviço, através da redução de cadeias de comando e criação de estruturas horizontais.

C19	Administração Pública – Digitalização, Interoperabilidade e Cibersegurança		
Ano/trimestre	Reforma	Pedido de desembolso	Evidências
2023/T4	Marco: Entrada em vigor do pacote legislativo relativo à reorganização da administração pública	5º	Despacho n.º 14408/2022 , de 16 de dezembro, cria um

			<p>grupo de trabalho com a missão de executar a reforma funcional e orgânica da Administração Pública</p> <p>Decreto-Lei n.º 43-A/2024, de 2 de julho, estabelece os princípios e normas a que deve obedecer a organização da administração direta do Estado</p> <p>Decreto-Lei n.º 43-B/2024, de 2 de julho, aprova a orgânica da Secretaria-Geral do Governo e o modelo organizativo a adotar pelas entidades com responsabilidade em matéria de estudos e planeamento, no âmbito da reforma da administração central do Estado</p> <p>Decreto-Lei n.º 67/2024, de 8 de outubro, aprova a orgânica do Centro de Planeamento e Avaliação de Políticas Públicas</p> <p>Decreto-Lei n.º 68/2024, de 8 de outubro, aprova a orgânica do Centro Jurídico do Estado</p>
--	--	--	---

A **reforma r36** tem como objetivo desenvolver competências de trabalhadores e dirigentes, preparando-os para o novo paradigma de prestação de serviços públicos digitais, quer seja pelo robustecimento dos organismos com incumbências nesta matéria, quer seja pelo desenvolvimento de ofertas formativas adequadas às necessidades emergentes. O objetivo é também desenvolver modelos de trabalho mais adaptativos e ágeis (e.g. teletrabalho), facilitadores da gestão da vida profissional e familiar para os funcionários públicos e ainda dotar a administração de ferramentas integradoras e mais ágeis para a gestão dos seus recursos humanos, nas mais variadas áreas (e.g. recrutamento, formação).

C19	Administração Pública – Digitalização, Interoperabilidade e Cibersegurança
-----	--

Ano/trimestre	Reforma	Pedido de desembolso	Evidências
2021/T2	Marco: Criação do Instituto Nacional de Administração, I.P. por ato jurídico)	1º	Decreto-Lei n.º 19/2021 , de 15 de março, altera o modelo de ensino e formação na Administração Pública, cria o Instituto Nacional de Administração, I. P. (INA, I. P.), e extingue a Direção-Geral da Qualificação dos Trabalhadores em Funções Públicas. Despacho n.º 4763-D/2021 , de 11 de maio, nomeação da presidente e vogais da comissão instaladora do INA Portaria n.º 100-B/2021 , de 11 de maio Que fixa a estrutura nuclear do INA Despacho n.º 4763-C/2021 , de 11 de maio, determina os departamentos responsáveis pelo apoio à formulação das políticas de pessoal e de emprego da Administração Pública e da modernização administrativa cujos dirigentes máximos integram o conselho estratégico do INA Despacho n.º 11427/2021 , de 19 de novembro, cria o Centro Qualifica AP para a Administração Local Despacho n.º 12126/2021 , de 14 de dezembro, cria cinco Centros Qualifica AP, com vocação territorial, dando resposta às necessidades de qualificação de trabalhadores da administração central e local

A **reforma r41** tem como objetivo **aprofundar a transição digital da administração pública** e tirar partido das novas tecnologias para transformar o atual modelo de serviço público.

A reforma consiste na entrada em vigor de um ato legislativo que harmoniza e consolida as regras relativas ao acesso aos serviços públicos, presencialmente e à distância (em linha, através de uma aplicação, por telefone). Este ato legislativo

deve igualmente aumentar o número de serviços públicos disponíveis no portal único dos serviços públicos.

A execução da reforma estará concluída até 30 de setembro de 2025.

C19	Acesso aos serviços públicos: harmonizar e consolidar o acesso presencial e em linha		
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso	Evidências
2025/T3	Marco: Entrada em vigor de um ato jurídico relativo ao acesso aos serviços públicos	9º	Em curso: Decreto-Lei n.º 49/2024 , de 8 de agosto, estabelece as regras de disponibilização de serviços digitais pela Administração Pública. Portaria n.º 345/2024/1 , de 19 de dezembro, aprova o calendário de implementação das medidas a adotar pelas entidades públicas com vista à implementação do atendimento omnicanal.

A **reforma r42** visa dar resposta a um dos principais desafios que se colocam à administração pública portuguesa: a sua capacidade para rejuvenescer a sua mão de obra e atrair e reter talentos.

Esta reforma consistirá na revisão do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública – SIADAP, mediante a alteração do quadro jurídico. O SIADAP revisto deve:

- alterar a frequência do exercício de avaliação (de dois em dois anos para cada ano),
- aumentar a percentagem de trabalhadores que podem receber as duas melhores classificações de desempenho e os respetivos pontos por ciclo de avaliação,
- introduzir uma classificação de desempenho adicional,
- estabelecer a lista de competências a avaliar no âmbito do perfil de competências da administração pública,
- identificar as necessidades em termos de melhoria de competências e a respetiva formação.

Além disso, juntamente com a revisão do modelo SIADAP, a reforma deve também incluir a revisão do perfil de competências da administração pública, que inclui as competências a avaliar no processo de recrutamento e seleção, no sistema de avaliação do desempenho e a incluir nas formações profissionais.

A reforma deve também incluir o desenvolvimento de uma plataforma informática na qual o SIADAP operará. Deve ser ministrada formação específica para aprender a utilizar a plataforma.

A execução da reforma estará concluída até 31 de março de 2025.

C19-i01	BD- AMA e SGMNE		
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso	Evidências
2024/T1	Marco: Entrada em vigor do ato legislativo que revê o SIADAP	6º	Decreto-Lei n.º 12/2024 , de 10 de janeiro que Procede à revisão do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública Declaração de Retificação n.º 15/2024/1 , de 5 de março que Retifica o Decreto-Lei n.º 12/2024, de 10 de janeiro, que procede à revisão do Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública
2024/T1	Marco: Entrada em vigor do ato jurídico que revê o perfil de competências da administração pública	6º	Portaria n.º 214/2024/1 , de 20 de setembro, aprova o Referencial de Competências para a Administração Pública (ReCAP) Portaria n.º 236/2024/1 , de 27 de setembro, regulamenta as competências comportamentais de natureza transversal dos trabalhadores integrados em carreiras com graus de complexidade funcional 1, 2 e 3 e das competências específicas dos titulares dos cargos de direção intermédia, a que se refere o n.º 6 do artigo 36.º da Lei n.º 66-B/2007, de 28 de dezembro

2025/T1	Marco: Entrada em funcionamento do novo SIADAP	8º	Em curso: trabalhos preparatórios para definir as funcionalidades e normas de segurança a adotar pela plataforma tecnológica a desenvolver para o SIADAP
---------	--	----	--

Componente C20 | Escola Digital

A **reforma r37** tem como objetivos:

- Reforçar as competências digitais da população enquanto ação integrada de política pública;
- Desenvolver competências digitais transversais ao currículo com diferentes níveis de profundidade e proficiência através da sua integração nas diferentes disciplinas;
- Atualizar e modernizar quer os espaços didático-pedagógicos de educação formal, quer os de educação não formal, criando condições para a melhoria do sucesso escolar e a redução do abandono escolar precoce;
- Garantir que todos os alunos e professores têm os equipamentos e as condições necessárias para utilizar as tecnologias enquanto mais-valia pedagógica;
- Promover um acesso mais democrático e igualitário da comunidade educativa às tecnologias;
- Combater os estereótipos de género no domínio das tecnologias digitais incentivando igual participação de ambos os sexos e estimulando percursos formativos de raparigas nas tecnologias de informação e comunicação.

C20	Escola Digital		
Ano/trimestre	Reforma	Pedido de desembolso	Evidência
2025/T4	Meta: Formação em competências digitais para professores e pessoal não docente na rede de ensino público (95%)	9º	Últimos dados compilados: ministradas 7.549 ações de formação certificadas no âmbito da capacitação digital de docentes (CDD), nas quais se registaram 109.496 participações de docentes, dos quais 72.863 professores concluíram ações CDD

Componente C21 | REPowerEU

O objetivo do capítulo REPowerEU é apoiar as ambições de Portugal em termos de independência energética e transição ecológica, no contexto das novas situações geopolíticas e do mercado da energia.

As reformas e os investimentos no âmbito do REPowerEU visam reforçar a soberania energética de Portugal e acelerar a descarbonização da sua economia. O capítulo inclui reformas que simplificarão os procedimentos de licenciamento de energias renováveis, criarão um balcão único para o licenciamento de projetos de energias renováveis e promoverão a adoção do biometano e do hidrogénio renovável no país.

A componente contribui para dar resposta às recomendações específicas dirigidas a Portugal no sentido de reduzir a sua dependência dos combustíveis fósseis (recomendação específica n.º 4 de 2022 e 2023) e de focalizar o investimento na transição energética e para uma economia hipocarbónica (recomendação específica n.º 3 de 2019) e na produção e utilização eficientes e não poluentes da energia (recomendação específica n.º 3 de 2020). Inclui, em especial, medidas para acelerar a implantação das energias renováveis, simplificar o licenciamento, descarbonizar o setor dos transportes, melhorar a eficiência energética dos edifícios, modernizar as redes de transporte e distribuição de eletricidade, aumentar o armazenamento de eletricidade e reforçar a aquisição das competências verdes necessárias para a transição ecológica.

Nenhuma medida desta componente deverá prejudicar significativamente os objetivos ambientais na aceção do artigo 17.º do Regulamento (UE) 2020/852, tendo em conta a descrição das medidas e as ações de atenuação estabelecidas no plano de recuperação e resiliência, em conformidade com as orientações técnicas do princípio de "não prejudicar significativamente" (2021/C58/01).

C21-r43 | Observatório Nacional da Pobreza Energética

O objetivo desta reforma é criar um organismo que permita às autoridades nacionais, regionais e locais acompanhar a situação da pobreza energética e analisar e desenvolver políticas públicas para a sua erradicação em Portugal.

A reforma **criará o Observatório Nacional da Pobreza Energética (ONPE)**, que será responsável por:

- Acompanhar, supervisionar, coordenar e apresentar relatórios sobre a aplicação da Estratégia de Longo Prazo de Combate à Pobreza Energética (ELPPE);
- Coordenar o trabalho político relacionado com a pobreza energética no que respeita à conceção e execução do Plano Nacional em matéria de Energia e Clima (PNEC) e dos Planos Sociais Nacionais para a Ação Climática;

- Propor ao governo Planos de Ação decenais (horizontes 2030, 2040 e 2050), bem como a sua revisão e da ELPPE, com uma periodicidade máxima trienal e quinquenal respetivamente;
- Implementar ações de capacitação dos agentes públicos e privados, nacionais, regionais e locais envolvidos na execução da Estratégia de Longo Prazo de Combate à Pobreza Energética;
- Identificar e acompanhar os agregados familiares em situação de pobreza energética através da criação e aplicação de um instrumento de inquérito periódico;
- Propor um instrumento financeiro (ou fiscal) para financiar medidas de eficiência energética destinadas aos agregados familiares em situação de pobreza energética;
- Desenvolver materiais e campanhas para o aumento da literacia energética adequados ao perfil dos agregados familiares em situação de pobreza energética;
- Promover e divulgar o trabalho relacionado com o fenómeno da pobreza energética, incluindo a criação de uma rede de entidades e intervenientes interessados com o objetivo de abordar a questão.

A execução da reforma estará concluída até 31 de março de 2025.

C21-r43		Observatório Nacional da Pobreza Energética	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso	Evidência
2023/T3	Marco: Entrada em vigor de legislação que cria o Observatório Nacional da Pobreza Energética (ONPE)	5º	Resolução do Conselho de Ministros n.º 11/2024 , de 8 de janeiro, aprova a Estratégia Nacional de Longo Prazo para o Combate à Pobreza Energética 2023-2050 Despacho n.º 1335/2024 , de 2 de fevereiro, determina a composição e funcionamento do Observatório Nacional da Pobreza Energética
2025/T1	Marco: Lançamento do instrumento de financiamento para combater a pobreza energética	7º	<u>Em curso:</u> O instrumento encontra-se em fase de desenho, alinhado com a Estratégia de Longo Prazo de Combate à Pobreza Energética.

C21-r44 | Criação de balcões únicos para os cidadãos em matéria de eficiência energética (Espaços Cidadão Energia)

Com base no projeto-piloto desenvolvido no quadro do investimento TC-C13-I01.01, a reforma **criará balcões únicos para a eficiência energética destinados aos cidadãos (Espaços Cidadão Energia)** criados por órgãos de poder local ou regional ou outras entidades locais, que devem ser incluídos nos Planos Municipais de Ação Climática nos termos da Lei n.º 98/2021 e oferecer uma série de serviços aos residentes, tais como:

- Prestação de informações e apoio técnico, desde a interpretação das faturas de energia até à utilização sustentável da energia e aos direitos dos consumidores;
- Aconselhamento, nomeadamente em matéria de aquisição de energia, aquisição de equipamento, seleção de soluções de eficiência energética e de energias renováveis, seleção de propostas comerciais para a aplicação de soluções;
- Avaliação energética das habitações e propostas de investimento com vista a aumentar o conforto térmico e a reduzir as faturas de energia;

Devem ser empreendidas **ações de capacitação** para assegurar que pelo menos trezentos pessoas recebam formação para o funcionamento dos Espaços Cidadão Energia.

A execução da reforma estará concluída até 31 de março de 2025.

C21-r44	Espaços Cidadão Energia		
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso	Evidência
2023/T4	Marco: Assinatura do protocolo de cooperação	5º	Protocolo assinado em jan/2024, entre a ADENE e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP)
2024/T4	Meta: Ações de desenvolvimento de capacidades (300 profissionais)	7º	Estão formados os 300 profissionais (informação prestada pela Agência para o Clima)
2025/T1	Meta: Lançamento dos Espaços Cidadão Energia (50 espaços)	8º	Despacho n.º 7100/2024 , de 27 de junho, regula a criação e o funcionamento dos Espaços Cidadão Energia Foram inaugurados todos os espaços até ao final de abr/25

C21-r45 | Competências verdes

O objetivo desta reforma é criar uma oferta de formação profissional de longa duração para o desenvolvimento, o reconhecimento, a validação e a certificação de competências verdes, com o objetivo de prevenir o risco de desemprego, promover a manutenção do emprego e estimular a criação de novos postos de trabalho.

A reforma comporta os seguintes elementos:

- Programa Trabalho e Competências Verdes: proporcionar formação profissional e requalificação a 12 500 trabalhadores envolvidos nos processos de transição energética dos seus empregadores, trabalhadores em risco de desemprego devido ao encerramento de indústrias de combustíveis fósseis, bem como desempregados. Deve ser executado pelo Instituto do Emprego e da Formação Profissional através de formações de curta e média duração e deve centrar-se no desenvolvimento de competências verdes.

- Cursos no Centro de Formação para a Transição Energética: prestação de formação a longo prazo a mais 12 500 pessoas nos domínios da transição energética e da ação climática, incluindo as energias renováveis, o hidrogénio verde, os combustíveis sintéticos não biológicos e a eficiência energética.

A execução da reforma estará concluída até 31 de dezembro de 2025.

C21-r45		Competências verdes	
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso	Evidências
2024/T4	Meta: Ações de formação em competências verdes (12.500 pessoas)	7º	Portaria n.º 21/2023 , de 6 de janeiro, cria o Programa «Trabalhos & Competências Verdes/Green Skills & Jobs», programa de formação profissional na área da energia Portaria n.º 7/2024, de 5 de janeiro que procede à primeira alteração à Portaria n.º 21/2023 , de 6 de janeiro, que cria o Programa «Trabalhos & Competências Verdes/Green Skills & Jobs»
2025/T1	Meta: Ações de formação em competências verdes (25.000 pessoas)	8º	A meta está considerada

			concluída- o IEFP assegurou a realização de ações de formação, na área de competências verdes, seguindo o catálogo nacional de qualificações
--	--	--	--

C21-r46 | Quadro regulamentar para o hidrogénio renovável

A reforma consiste na alteração do Regulamento da Rede Nacional de Transporte de Gás e do Regulamento da Rede Nacional de Distribuição de Gás, a aprovar pela Direção-Geral de Energia e Geologia (nomeadamente despacho n.º 806-B/2022 e despacho n.º 806-C/2022). Os dois regulamentos alterados estabelecem os critérios técnicos e os aspetos operacionais para a produção, certificação, transporte, armazenamento, prevenção de fugas e, se for caso disso, injeção de hidrogénio renovável na rede de gás, definindo a entidade responsável pela gestão da injeção e estabelecendo critérios para não exceder a concentração máxima autorizada de hidrogénio na rede de gás (em consonância com a Estratégia Nacional do Hidrogénio revista). Devem também definir os utilizadores finais do hidrogénio renovável em consonância com a estratégia da UE para o hidrogénio, visando aplicações difíceis de descarbonizar nos setores da indústria e dos transportes, e regras para assegurar a transparência do sistema de faturação, da capacidade de aquecimento e da qualidade do gás [como o valor calórico bruto (PCS), o índice de Wobbe (indicador de qualidade da combustão) e a presença de componentes adicionais (como CO₂, hidrocarbonetos, H₂O, enxofre, etc.)].

Além disso, deve ser publicado no Diário da República um ato administrativo ou jurídico que estabeleça que apenas as unidades industriais que cumpram os requisitos da Diretiva Energias Renováveis e dos seus atos delegados (2018/2001/UE) são consideradas instalações de produção de hidrogénio renovável. O ato deve também estabelecer o procedimento a seguir pelos requerentes de licenças de produção de gases de origem renovável, exigindo que os requerentes de uma licença apresentem uma declaração em que se comprometem a cumprir os requisitos para a utilização de energia proveniente de fontes renováveis estabelecidos na Diretiva Energias Renováveis e nos seus atos delegados (2018/2001/UE), e assegurem a origem renovável do hidrogénio produzido.

O referido ato administrativo ou jurídico deve igualmente exigir que, antes do início da produção de hidrogénio renovável, para obter a "licença de instalação e exploração da instalação industrial", o requerente apresente, se for caso disso, o contrato final de aquisição da energia renovável que consumirá no processo de produção, bem como as informações necessárias para demonstrar o cumprimento dos compromissos assumidos na declaração.

A execução da reforma estará concluída até 30 de junho de 2024

C21-r46	Quadro regulamentar para o hidrogénio renovável		
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso	Evidência
2023/T3	Marco: Entrada em vigor de um ato administrativo ou jurídico sobre hidrogénio renovável	5º	Despacho n.º 13288-B/2023 , de 29 de dezembro, que clarifica o procedimento a adotar no licenciamento conducente ao exercício da atividade industrial de produção de hidrogénio de origem renovável
2024/T2	Marco: Entrada em vigor do Regulamento da Rede Nacional de Transporte de Gás revisto e do Regulamento da Rede Nacional de Distribuição de Gás revisto.	7º	Despacho n.º 2791/2025 , de 28 de fevereiro que Aprova o Regulamento da Rede Nacional de Distribuição de Gás Despacho n.º 3264/2025 , de 13 de março, aprova o Regulamento da Rede Nacional de Transporte de Gás (revoga o Despacho n.º 806-C/2022, de 14 de janeiro)

C21-r47 | Primeiro leilão para a compra de biometano sustentável e plano de ação para o biometano

A reforma implica o **lançamento do primeiro leilão para a compra centralizada de biometano sustentável** pelo Comercializador de último Recurso Grossista (CURg), em conformidade com a Portaria n.º 15/2023, de 4 de janeiro de 2023. O leilão deve visar a compra de 150 GWh/ano de biometano para injeção na rede nacional de gás. A reforma implica igualmente a adoção do plano de ação para o biometano, que estabelece uma estratégia para o desenvolvimento do biometano em Portugal. O plano de ação deve propor ações para assegurar um quadro regulamentar favorável, juntamente com um conjunto de políticas públicas que apoiem a criação de um mercado interno do biometano, tanto para apoiar a produção como para incentivar o consumo.

A execução da reforma estará concluída até 31 de março de 2024.

C21-r47	Primeiro leilão para a compra de biometano sustentável e plano de ação para o biometano		
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso	Evidência

2023/T3	Marco: Lançamento do primeiro leilão para a compra centralizada de biometano sustentável	5º	Portaria n.º 15/2023 , de 4 de janeiro, que Estabelece o sistema de compra centralizada de biometano e hidrogénio produzido por eletrólise a partir da água, com recurso a eletricidade com origem em fontes de energia renovável Despacho n.º 5971-A/2024 , de 27 de maio que diz respeito à Abertura de procedimento concorrencial, sob a forma de leilão eletrónico, para a compra centralizada de biometano e hidrogénio produzido por eletrólise a partir da água, com recurso a eletricidade com origem em fontes de energia renovável
2024/T1	Marco: Adoção do Plano de Ação para o Biometano	6º	Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2024 , de 15 de março, aprova o Plano de Ação para o Biometano 2024-2040 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2024 DR). A estratégia prevê duas fases, com horizontes temporais distintos: uma primeira fase que tem como objetivo a criação de um mercado do biometano em Portugal, e uma segunda fase que tem como objetivo o reforço e consolidação do mercado do biometano em Portugal. Adicionalmente, apresenta ainda um eixo complementar, que será transversal ao aproveitamento do biometano a nível

			nacional, que tem por objetivo garantir a sustentabilidade social e ambiental.
--	--	--	--

C21-r48 | Simplificação do quadro jurídico e regulamentar aplicável aos projetos de energias renováveis

O objetivo desta reforma é **promover projetos de energias renováveis através da simplificação do quadro jurídico e regulamentar** em matéria de licenciamento de energias renováveis e da formação dos responsáveis pela concessão de licenças e dos utilizadores da ferramenta digital em causa.

A reforma contempla a entrada em vigor do ato legislativo que cria a Unidade de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030 (UMER 2030).

A tarefa da UMER 2030 consiste nomeadamente em:

- assegurar o cumprimento dos objetivos do Plano Nacional em matéria de Energia e Clima para 2030 revisto e acelerar a execução de projetos de energias renováveis em Portugal,
- elaborar um manual de procedimentos para apoiar e simplificar o procedimento de licenciamento para autoconsumo e comunidades de energias renováveis,
- desenvolver, implementar e gerir o balcão único para o licenciamento e acompanhamento de projetos de energias renováveis (RP-C14-i02),
- elaborar uma proposta de programa setorial para as "Go-To Areas renováveis",
- consolidar o quadro jurídico e regulamentar aplicável ao licenciamento elétrico e ambiental de projetos de energias renováveis e armazenamento.

A reforma implica igualmente a **criação de um regulamento para o licenciamento municipal de projetos de energias renováveis e armazenamento**, através da alteração do Despacho Ministerial 113/2015, que define os elementos relevantes a submeter para o procedimento de licenciamento municipal de projetos de energias renováveis.

A reforma deve igualmente prever um **calendário para a atribuição de novas capacidades de energias renováveis**, com especial destaque para as zonas geográficas resultantes do programa setorial "Go-To Areas Renováveis".

A reforma implica igualmente a **formação de 500 gestores e técnicos da administração pública central, regional e local** no que respeita aos procedimentos de licenciamento de projetos de energias renováveis e de armazenamento de energia.

A execução da reforma estará concluída até 30 de junho de 2024.

C21-r48	Simplificação do quadro jurídico e regulamentar aplicável aos projetos de energias renováveis
---------	---

Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso	Evidência
2023/T3	Marco: Criação da Umer 2030	5º	Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2024 , de 26 de março, que Cria a Estrutura de Missão para o Licenciamento de Projetos de Energias Renováveis 2030
2023/T3	Marco: Entrada em vigor do Regulamento relativo ao licenciamento municipal de projetos de energia renovável e de armazenamento	5º	Portaria n.º 71-A/2024 , de 27 de fevereiro, identifica os elementos instrutórios dos procedimentos previstos no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação e revoga a Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril
2024/T2	Meta: Formação do pessoal envolvido no licenciamento de projetos de energias renováveis (500 gestores e técnicos da APC, APR e Local)	6º	Foi realizada uma ação de formação presencial, no dia 01 de outubro, com gravação (Posto de Transformação)
2024/T2	Marco: Adoção de um calendário de atribuição de nova capacidade em matéria de energias renováveis, com especial ênfase nas áreas resultantes do Programa Setorial "Go-To Areas renováveis"	6º	Despacho n.º 11912/2023 , de 23 de novembro, cria um grupo de trabalho designado «Grupo de Trabalho para a definição das Áreas de Aceleração de Energias Renováveis (GTAER)» Relatório Técnico - GTAER (2024) Resultados e conclusões Grupo de Trabalho para a definição das Áreas de Aceleração de Energias Renováveis. Foram apresentados elementos relativos a: <ul style="list-style-type: none"> •potencial de implementação de unidades de geração em superfícies artificializadas; •proposta para potenciais futuras áreas de aceleração de energias renováveis; •proposta de regras adequadas à implementação dos projetos de energias renováveis nestas áreas e as medidas de mitigação genéricas aplicáveis;

			<ul style="list-style-type: none"> • proposta de método de disponibilização pública das áreas de aceleração de energias renováveis a designar, bem como a metodologia para a sua revisão e a periodicidade associada.
--	--	--	--

Componente C22 | Auditoria e Controlo

C22-r49: Disposições para o acompanhamento e execução do plano de recuperação e resiliência

A medida visa **melhorar o acompanhamento e a execução do plano de recuperação e resiliência**. A fim de assegurar uma aplicação eficaz das medidas proporcionadas de luta contra a fraude e de luta contra a corrupção, Portugal deve alterar os contratos assinados entre o organismo de coordenação "EMRP" e todas as autoridades responsáveis pela execução do PRR, a fim de acrescentar a obrigação jurídica de os organismos de execução realizarem uma avaliação do risco de fraude no prazo de três meses a contar da alteração dos seus contratos e, caso a avaliação do risco de fraude identifique riscos que não sejam abordados pelos controlos existentes, de desenvolver um plano de ação com controlos adicionais. Esta obrigação deve ser refletida no manual de procedimentos do organismo de coordenação. O organismo de coordenação deve também comunicar formalmente a todos os organismos de execução orientações técnicas para os apoiar na realização da avaliação do risco de fraude.

Além disso, Portugal deve melhorar os procedimentos para reduzir ou atenuar o risco de duplo financiamento, introduzindo controlos cruzados sistemáticos e eficazes dos pedidos de potencial financiamento no âmbito do MRR e entre o MRR e outros programas da União, em conformidade com o princípio da boa gestão financeira. O organismo de coordenação deve apresentar um documento que descreva os controlos cruzados pormenorizados propostos em matéria de duplo financiamento, a fim de confirmar a existência de procedimentos adequados para evitar o duplo financiamento.

C22-r49	EMRP		
Ano/trimestre	Meta/marco	Pedido de desembolso	Evidências
2023/T3	Marco: Alteração dos contratos de financiamento entre a EMRP e os organismos de execução para incluir a obrigação de realizar uma avaliação do risco de fraude	3º	Manual de Procedimentos - Estrutura de Missão «Recuperar Portugal» Orientação Técnica N.º 11/2023 – (atualização a

			18/10/2024), Mitigação do risco de duplo financiamento - Beneficiários do PRR - Versão: 2.0 Relatório Anual 2024 da EMRP , cap. 4.5 Controlo e Auditoria , pag. 49 -59
2023/T3	Marco: Introdução de controlos cruzados em matéria de duplo financiamento	3º	Celebração um « Memorando de Colaboração Institucional no âmbito da prevenção e mitigação do duplo financiamento, em especial na dimensão da análise sistemática e do controlo cruzado (cross-checks)»